



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
DOUTORADO

IORDAN QUEIROZ GOMES

A FAMÍLIA PESSÔA, O PRESTÍGIO E A TRADIÇÃO:  
ENCENAÇÕES E PRÁTICAS OLIGÁRQUICAS NA PARAÍBA  
(1889-1942)

SALVADOR - BAHIA.  
2018

**IORDAN QUEIROZ GOMES**

**A FAMÍLIA PESSÔA, O PRESTÍGIO E A TRADIÇÃO: ENCENAÇÕES E PRÁTICAS OLIGÁRQUICAS NA PARAÍBA (1889-1942)**

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Doutor em História.

Orientadora: Dra. Maria Hilda Baqueiro Paraíso.

Co-orientador: Dr. Dilton Olivera de Araújo

Salvador  
2018

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

GOMES, IORDAN QUEIROZ

A FAMÍLIA PESSÔA, O PRESTÍGIO E A TRADIÇÃO:  
ENCENAÇÕES E PRÁTICAS OLIGÁRQUICAS NA PARAÍBA (1889-  
1942) Tese / IORDAN QUEIROZ GOMES. -- Salvador, 2018.  
460 f. : il

Orientador: Dra. Maria Hilda Baqueiro Paraíso..  
Coorientador: Dr. Dilton Olivera de Araújo.  
Tese (Doutorado - Historia) -- Universidade  
Federal da Bahia, UFBA, 2018.

1. poder político;. 2. representações. 3. status  
social.. I. Paraíso., Dra. Maria Hilda Baqueiro. II.  
Araújo, Dr. Dilton Olivera de . III. Título.



Universidade Federal da Bahia  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



ATA E PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DO ALUNO		MATRICULA	NIVEL DO CURSO
Jordan Queiroz Gomes		214121607	Doutorado
TITULO DO TRABALHO			
A família Pessoa, o prestígio e a tradição: encenações políticas e práticas oligárquicas na Paraíba (1889-1942).			
EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF	
Maria Hilda Baqueiro Paraíso (orientadora - UFBA)	<i>Maria Hilda Baqueiro Paraíso</i>	1256.13985-87	
Rinaldo Cesar Nascimento Leite (UEFS)	<i>Rinaldo Cesar Nascimento Leite</i>	414.359.745-49	
Célia Costa Cardoso (UFS)	<i>Célia Costa Cardoso</i>	259.100.355-68	
Antonio Fernando Guerreiro Moreira de Freitas (UFBA)	<i>Antonio Fernando Guerreiro Moreira de Freitas</i>	041359705-91	
Gervácio Batista Aranha (UFCEG)	<i>Gervácio Batista Aranha</i>	204804234-55	

ATA

Aos dezanove dias de dezembro de 2018, nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por Jordan Queiroz Gomes, do curso de doutorado do Programa de Pós-graduação em História Social do Brasil. Após a abertura da sessão, a professora Maria Hilda Baqueiro Paraíso, orientadora e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores. Foi dada a palavra ao autor, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do examinando. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu pela \_\_\_\_\_ do aluno. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL

*A banca examinadora, após arguições do doutorando, avaliou que o trabalho apresentado preenche todos os requisitos técnicos e metodológicos, assim como a riqueza de fontes primárias, demonstrando indispensáveis à elaboração de uma tese acadêmica de boa qualidade, fazendo contribuição de grande peso à História da Paraíba e à História Brasileira.*

SSA, 19-12-2018: Assinatura do aluno:

*Jordan Queiroz Gomes*

SSA, 19-12-2018: Assinatura do orientador:

*Maria Hilda Baqueiro Paraíso*

A Ícaro, personagem lendário. E a todos que sonham  
– no limite do impossível – com o universo dos  
possíveis; eles são provas de que há, no trágico,  
esperança. Dedicó.

## AGRADECIMENTOS

Há, no fazer história, uma aparente solidão que por vezes inquieta. Mas, o certo é que muitos nos seguem nessa jornada, seja presencialmente, seja em espírito. A lista é extensa restando lembrar de alguns nomes, sem esquecer de outros que levamos na memória. Os que estão em casa, “os meninos” – meus filhos –, Iohana, Isis e Iohan assumem um lugar especial nessa trajetória. Este último que nos últimos meses incorporou de vez a imagem do “bacurau”, varando a noite vistoriando e indagando acerca de quanto ainda me faltava escrever sobre os Pessôa. Vocês são *provas de mim* que levarei para todo o sempre; como tal, eles são representantes do futuro/passado para quem a história – a nossa história – deve servir como ressonância do que foi a experiência passada. Só eles entenderão: a estante permanecerá marcada, não para promover divisões, mas para que lembrem que todos os passos também foram dados em função deles. A Jéssica, companheira. Nada apaga o vivido; a quem o meu espírito inquieto segue levando.

Aos meus pais. Ivo e Marluce que há mais de quatro anos esperam a volta do Doutor. Agora, me parece que está mais perto dele voltar. Diante dos momentos de turbulências dos últimos dias – como trágica há de ser a vida –, espero que essa conquista tenha um sabor ainda mais especial, sobretudo no que ela tem de mais significativo que é trazer alegria, mesmo que momentânea, mas capaz de assegurar que devemos seguir. Hoje, o trágico nos brinda com esperança.

Ao amigo e sempre professor Gervácio Batista Aranha. De lembrar que tudo começou com uma ou duas conversas sobre uma pequena cidade, alguns personagens e a perspicácia de realizar um trabalho de elaboração e de luto sobre o que foi a experiência passada. Sou grato pelas lições valorosas não apenas no campo da história, mas no campo da vida. A tese, enfim, saiu e ela leva uma marca que também é sua.

Da Paraíba à Bahia de todos os Santos, muitas fronteiras foram cruzadas e novas relações tecidas. Aqui entra a aproximação com Dilton Oliveira de Araújo, a quem sou duplamente grato. A princípio o orientador; hoje um grande amigo. Entre um café e outro, uma conversa e outra, um espaço e outro foram muitas aprendizagens dessas que levamos por toda a vida posto que auxiliam na percepção do mundo, em síntese, nos ajudam a crescer. A você Dilton, o registro da minha gratidão pelo empenho no acompanhamento do trabalho e pela partilha das aprendizagens da vida.

A professora Maria Hilda Baqueiro Paraíso, o agradecimento é guiado pelo carinho, atenção e gentileza com que sempre me recebeu em sua sala. Levarei comigo a partilha. Sou grato por estar conosco na conclusão deste trabalho. Aos professores, Dra. Célia Costa Cardoso, Antônio F. Guerreiro Freitas e Rinaldo César Nascimento Leite por aceitar o convite para participar da avaliação dessa tese. Ao professor Guerreiro, de maneira especial, levo comigo a lembranças das suas aulas de metodologia, as últimas antes da sua merecida aposentadoria. Eu, como muitos de minha turma, tivemos a honra e o prazer de partilhar momentos de intensos debates e muitas aprendizagens. Muito obrigado.

A FAPESB pela disponibilidade de uma bolsa, essencial para que conseguisse fazer a travessia entre as fronteiras estudiais e concretizar essa parte da jornada, realizar esse sonho. Ao PPGH-UFBA pela acolhida na oferta do curso. Agradeço ao Gilvan, secretário do Programa, pela disponibilidade em atender as demandas quando aparentemente mais de 1.000km nos separavam. E aos professores com os quais estabeleci aproximação. Aqui, o registro a Milton Araújo Moura com quem paguei a disciplina de História Social e foi um grande incentivador do caminho traçado por terras baianas. Grato pela partilha. Desta feita, aos colegas que ingressaram na turma de 2014 no PPGH/UFBA; uma turma pequena e marcada pela dispersão territorial, mas suficientemente significativa nos laços que criamos, especialmente com Amélia, Eliane, Raquel e Ricardo Cizílio. Este último, um amigo em potencial com quem por várias vezes contemplei a beleza da noite baiana nas proximidades do Rio Vermelho.

Aos que me acolheram nos lugares por onde passei a procura dos Pessôa que habitaram no passado. Registro aqui brevemente a passagem pelos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP), onde tudo começou e o agradecimento aos funcionários daquela casa que com tanto zelo e sacrifício guardam parte significativa da história paraibana; de igual modo, registro a minha passagem pela Casa de José Américo, no arquivo Público da Capital paraibana, na biblioteca Átila de Almeida, no Núcleo de Pesquisa em História Local (NUPEHL) – ambos nas dependências da Universidade Estadual da Paraíba – e, por fim, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Nesse último caso, o agradecimento é direcionado com apreço a querida Sônia – arquivista daquela instituição – para ilustrar o meu reconhecimento ao trabalho realizado por vocês que guardam um pouco do que ficou do outro no tempo, isto é, guardam um pouco de nós. Muito obrigado.

Há ainda um bom número de pessoas que, passando e ficando, colaboraram para a forma que esta tese assumiu. Entre eles, alguns colegas do campo da história – especial a Flávio Carreiro de Santana, Neide Cordeiro e Hugo Paz, amigos em potencial – professores e alunos das instituições que transito – Escola João XXIII, UVA, UEPB. A partilha será sempre

lembrada posto que todos direta ou indiretamente ajudaram a construir essa parte de mim, um pouco do que sou.

Um registro especial aos netos de Antônio da Silva Pessôa, filhos de Roberto Pessôa que colaboraram de maneira substancial na tese. Aos senhores Renato e Roberto, bem como a dona Suzana Pessôa, guardarei com carinho a acolhida e a disponibilidade de uma série de materiais e informações. Ao primeiro, costumo dizer que desde aquela tarde do dia 4 de fevereiro de 2018 a pesquisa tomou outro curso. Continuo acreditando que aquela visita havia de ser feita como foi; nessa jornada, não estamos sós. Agradeço imensamente pela ajuda e, sobretudo, pela partilha de boa conversa, a troca de experiências e o carinho que hoje nutrimos entre os nossos. Muito obrigado.

A rainha do mar que todos os anos é saudada na Bahia de todos os Santos. Era fevereiro de 2014 quando transitando pela primeira vez nos corredores da Faculdade de Filosofia da UFBA, ouvi alguém dizer: “salve a rainha do mar!”. Desde então, senti de maneira mais forte a sua presença. Odoyá.



*De manhã escureço/De dia tarde/De tarde anoiteço/  
De noite ardo./A oeste a morte/Contra quem vivo/Do  
sul cativo/O este é meu norte./Outros que contem/  
Passo por passo:/Eu morro ontem/Nasço amanhã/  
Ando onde há espaço: — Meu tempo é quando.*

Poética I.

Vinícius de Moraes

GOMES, Iordan Queiroz. A família Pessôa, o prestígio e a tradição: encenações e práticas oligárquicas na Paraíba (1889-1942). 458f. 2018. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018

## RESUMO

A presente tese tem por objetivo compreender como a família Pessôa construiu e defendeu um prestígio político, associado a construção de uma tradição familiar, alimentada historicamente enquanto uma estratégia de manutenção do *status quo*, constituídos como aspectos integrantes da configuração do poder político da família na Paraíba entre 1889 e 1942. Esse objeto de estudo foi sendo delineado a partir de uma série de preocupações oriundas da interpretação das fontes e da literatura que fundamentou a pesquisa. Assim, tracei o meu percurso a partir de duas ordens de questões. Na primeira, tento entender a criação e a defesa do prestígio enquanto aspecto fundamental para a configuração do poder político familiar. Na segunda ordem de questões, procuro perceber, paralelamente a criação e defesa do prestígio, de que maneira os Pessôa foram inventando uma tradição familiar enquanto uma estratégia para manutenção do *status quo* no curso do tempo. Para respondê-las, duas hipóteses se apresentam como centrais ao longo da tese. De um lado, defendo que em paralelo a produção da vida material, do aparato econômico e da parentela, a criação e a defesa desse prestígio – entendido enquanto sinônimo de *status* –, atravessado pela recorrência de um complexo jogo de cena, fundamentou e assegurou a eficácia do poderio político e influência da família Pessôa na Paraíba durante a temporalidade estudada. Por outro lado, defendo que na criação e defesa desse prestígio, os Pessôa acabaram por *inventar uma tradição familiar*, reivindicada pelos seus próprios promotores de acordo com a expectativa de manutenção do poder político no momento em que este apresentou sinais de declínio. No último caso, penso que *inventar* uma tradição familiar foi uma estratégia da família para manutenção do *patrimônio imaterial* – o prestígio – dos Pessôa. Essas hipóteses se interconectam historicamente ao longo do recorte temporal delineado e apoiam-se na premissa de que as posições sociais assumidas pelos personagens que analiso não estiveram desconectadas das suas atividades políticas, econômicas e culturais, isto é, separadas do campo das práticas e representações, dos gestos e comportamentos, da realidade e da sua apreensão imaginária.

**Palavras-Chave:** poder político; representações; *status* social.

GOMES, Iordan Queiroz. A família Pessôa, o prestígio e a tradição: encenações e práticas oligárquicas na Paraíba (1889-1942). 458f. 2018. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018

### **ABSTRACT**

This thesis aims to understand how the Pessôa family built and defended a political prestige, associated with the construction of a family tradition, historically fed as a strategy for maintaining the status quo, constituted as integral aspects of the configuration of family political power in Paraíba between 1889 and 1942. This object of study was drawn from a series of concerns arising from the interpretation of the sources and the literature that founded the research. I have thus drawn my course from two sets of questions. In the first one, I try to understand the creation and defense of prestige as a fundamental aspect for the configuration of family political power. In the second order of questions, I try to perceive, parallel to the creation and defense of prestige, how the Pessôa were inventing a family tradition as a strategy for maintaining the status quo in the course of time. To answer them, two hypotheses are central to the thesis. On the one hand, I argue that in parallel to the production of material life, the economic apparatus and the kinship, the creation and defense of this prestige - understood as a synonym of status -, crossed by the recurrence of a complex game of scene, founded and effectiveness of the political power and influence of the family Pessôa in Paraíba during the studied temporality. On the other hand, I defend that in the creation and defense of this prestige, the Pessôa eventually invented a family tradition, claimed by its own promoters according to the expectation of maintaining political power at the time when it showed signs of decline. In the latter case, I think that inventing a family tradition was a family strategy for maintaining the immaterial heritage - the prestige - of the Pessôa. These hypotheses are interconnected historically throughout the time frame outlined and are based on the premise that the social positions assumed by the characters I analyze have not been disconnected from their political, economic and cultural activities, that is to say, separated from the field of practices and representations, of gestures and behaviors, of reality and of their imaginary apprehension.

**Keywords:** political power; representations; social status.

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	19
<b>CAPÍTULO I – TEMPOS DE CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA (1920-1930)</b> .....	46
1.1 SINAIS DE UMA TRADIÇÃO INVENTADA NA PARAÍBA .....	46
1.1.1 As disputas pela memória.....	49
1.2 A ESCOLA CÍVICA DE ANTÔNIO, EPITÁCIO E JOÃO PESSÔA: SINAIS DE UMA TRADIÇÃO INVENTADA NA REABILITAÇÃO DO PASSADO HISTÓRICO/MÍTICO	51
1.2.1 As estratégias familiares: os Silva Pessôa e a reivindicação da sua parte na herança do <i>epitacismo</i> .....	53
1.3 UM PROJETO DE MEMÓRIA, AS TENTATIVAS DE CONTROLE DA HISTÓRIA: <i>O ENQUADRAMENTO DA MEMÓRIA FAMILIAR PESSÔA</i> .....	56
1.3.1 Epitácio Pessôa: de <i>Salvador do Norte</i> à sátira do <i>Tio Pitás</i> .....	58
1.3.2 O gesto de <i>arquivar-se</i> : Epitácio Pessôa e a construção do <i>arquivo de si</i> .....	63
1.3.3 O guardião da memória do ex-presidente .....	65
1.3.4 As provas de <i>mim</i> : o arquivamento do testemunho de Epitácio e o seu uso na história.	66
1.4 UM ARQUIVO EM CONSTRUÇÃO, QUASE PRONTO PARA SERVIR À HISTÓRIA: A MEMÓRIA E O TESTEMUNHO DO EX-PRESIDENTE .....	71
1.4.1 O desejo de narrar <i>a grande obra de minha vida</i> : Epitácio Pessôa na concatenação de sua autobiografia.....	73
1.5 <i>A CASA DE ANTÔNIO</i> E A ELABORAÇÃO DOS TRAÇOS BIOGRÁFICOS DE EPITÁCIO PESSÔA .....	75
1.5.1 Pessôa Filho entre a guarda do <i>Arquivo Pessoal do Grande Presidente João Pessôa</i> e a edificação do mausoléu em homenagem à memória de um mártir. ....	77
1.6 O DESTINO DO ARQUIVO PESSOAL APÓS A MORTE DE EPITÁCIO PESSÔA. ..	80
1.6.1 As obras reunidas: a preservação da memória da personalidade pública de Epitácio Pessôa .....	81
1.6.2 A memória do “grande paraibano” sob a guarda do IHGP .....	82
1.6.2.1 <i>O centenário de nascimento de Antônio da Silva Pessôa: a celebração da memória do ex-presidente da Paraíba</i> .....	83
1.6.3 Dois gestos, o mesmo fim: os institutos históricos enquanto guardiões da memória e da <i>tradição familiar Pessôa</i> .....	84
1.6.4 A elaboração da obra da sua vida: a construção da biografia de Epitácio Pessôa e o coroamento da <i>tradição familiar</i> .....	86
1.7 JOSÉ DA SILVA PESSÔA E A ASCENDÊNCIA PERNAMBUCANA DE EPITÁCIO E ANTÔNIO PESSÔA .....	88
1.7.1 A tradição liberal e a atuação política do jovem José Pessôa.....	91
1.7.2 A Fazenda Marcos de Castro e a chegada em Umbuzeiro .....	93
1.7.3 O princípio da vida agrícola e o patrimônio material da família.....	96

1.7.4 <i>O capital político</i> de José Pessoa em Umbuzeiro e região.....	99
1.7.5 <i>A imagem-lembrança</i> do coronel José Pessoa nas <i>memórias</i> de Epitácio .....	102

## **CAPÍTULO II – TEMPOS DE CONFIGURAÇÃO DA VIDA MATERIAL (1890 – 1904)**

.....	108
2.1 O ESFORÇO POR NARRAR OS TRAÇOS ESSENCIAIS DE SUA VIDA: A <i>AUTOBIOGRAFIA DE ANTÔNIO PESSÔA</i> .....	108
2.1.1 Os primeiros anos após a morte de José e Henriqueta .....	110
2.1.2 O jovem funcionário público.....	112
2.1.2.1 <i>Primeiras ameaças à honra e ao prestígio do nome: Antônio Pessôa, um liberal perseguido no caso da Coletoria de Rendas do Ingá?</i> .....	113
2.1.2.2 <i>A revisão do processo em 1902: a inexperiência do jovem Antônio da Silva Pessôa e as perseguições políticas no Ingá</i> .....	119
2.2 A REABILITAÇÃO DO NOME: O IMPULSO DADO POR EPITÁCIO PESSOA .....	116
2.2.1 As saudações da República.....	120
2.3 O CASAMENTO DE ANTÔNIO PESSÔA E O AUMENTO DO PRESTÍGIO PESSOAL E FAMILIAR .....	121
2.3.1 O retorno de Antônio Pessôa a Umbuzeiro .....	123
2.3.2 O simbolismo da Barra: a propriedade de Antônio da Silva Pessôa e Margarida d'Assumpção Santiago .....	125
2.3.2.1 <i>O potencial produtivo da Fazenda Barra</i> .....	128
2.3.2.2 <i>A sede da fazenda: a residência dos Silva Pessôa</i> .....	131
2.4 O <i>NEGÓCIO DE GADO EM UMBUZEIRO</i> E O AUMENTO DO PATRIMÔNIO PESSOAL.....	134
2.4.1 <i>Sinais de prosperidade: o prestígio da família na década de 1890 e 1900</i> .....	135
2.4.1.1 <i>O gesto de contabilizar: as “entradas” e “saídas” das “contas da vida”</i> .....	137
2.4.2 A montagem e o funcionamento do empreendimento.....	139
2.4.3 A divisão da propriedade e o seu valor simbólico/monetário: o cultivo do algodão e a criação do gado.....	142
2.4.4 A relação com a praça de Itabaiana: a feira de gado e o reconhecimento do capital político de Antônio Pessôa .....	144
2.4.4.1 <i>O prestígio como elemento de distinção: o simbolismo do poder e as relações de mando na Parahyba do Norte</i> .....	145
2.4.4.2 <i>A praça como palco: o espetáculo dos encontros e reencontros</i> .....	146
2.4.4.3 <i>A rede de amigos de Antônio Pessôa</i> .....	148
2.5 O CAPITAL MATERIAL DE ANTÔNIO PESSÔA .....	149
2.5.1 O investimento em capital de bens fixos .....	151

2.6 OS ITENS DA VIDA MODERNA NO INTERIOR DO LAR: SINAIS DA COMPOSIÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA DE ANTÔNIO PESSOA .....	153
2.6.1 <i>Le Bon Marché e Printemps</i> : as sensibilidades dos Silva Pessôa .....	153
2.6.2 O retrato de Antônio Pessôa: a representação do varão da família na Paraíba .....	157
2.7 A TRAMA DE BASTIDORES: ANTÔNIO PESSÔA E A FORMAÇÃO DA PATRONAGEM POLÍTICA DE EPITÁCIO DENTRO DA POLÍTICA DOS GOVERNADORES.....	159
2.7.1 A chefia do Partido Republicano em Umbuzeiro.....	163
2.7.2 O jogo de trocas políticas: a liderança política de Antônio Pessôa e a sua apropriação lendária .....	164
2.8 A ORIGEM MÍTICA DO <i>HERÓI INCANSÁVEL</i> : A CHEFIA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA E A DEFESA DO CLÃ .....	167
2.8.1 O caso do banditismo e a sua repercussão nos jornais: a ambiência histórica do mito .	167
2.8.2 As marcas da história: a relação com Simeão Leal e José Peregrino .....	170
2.8.3 O coronel Antônio Pessôa .....	171
2.8.4 Os Pessôa e o cangaço .....	173
2.8.4.1 <i>Novas ameaças à honra e ao prestígio: Antônio e Epitácio na defesa da tradição familiar Pessôa</i> .....	173
2.8.4.2 <i>O jogo retórico de Antônio Pessôa: a intriga como estratégia de defesa da honra e do prestígio</i> .....	175
<b>CAPÍTULO III – TEMPOS DE DEFESA DA HONRA E DO PRESTÍGIO (1889).....</b>	<b>180</b>
3.1 O TEMPO DE FORMAÇÃO: NOVOS MOMENTOS DA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM LENDÁRIA DE JOSÉ PESSÔA .....	180
3.1.1 Epitácio: um filho da República? .....	182
3.1.2 A imagem do Norte e a personalidade de Epitácio .....	183
3.2 O PRESTÍGIO COMO MOTE PARA A ABERTURA DA CENA: OS PRIMEIROS REGISTROS DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DE EPITÁCIO PESSÔA. ....	185
3.2.1 O registro memorável das primeiras aparições públicas .....	187
3.2.1.1 <i>Três narrativas, o mesmo episódio: os primeiros atos políticos e a (re)apresentação do prestígio familiar</i> .....	188
3.2.1.2 <i>Uma representação do jovem bacharel: o quartanista de Direito</i> .....	191
3.3 EPITÁCIO PESSÔA: UM LEGÍTIMO BACHAREL DA <i>ESCOLA DO RECIFE</i> ?.....	192
3.3.1 Uma tradição inventada: a associação de Epitácio Pessôa com a Escola do Recife .....	194
3.3.1.2 <i>O movimento da nova geração 1870-1880</i> .....	196
3.4 A FABRICAÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA DE EPITÁCIO PESSÔA: UM <i>OPOSITOR</i> DO PODER MONÁRQUICO? .....	198
3.4.1 Novas ameaças a honra e ao prestígio do nome: a demissão da Promotoria do Cabo ..	200

3.4.2 A intriga como mote: a estratégia de reafirmação do prestígio no caso com Teixeira de Sá. ....	202
3.4.2.1 <i>Um jogo retórico: o campo das aparências</i> .....	204
3.4.2.2 <i>Os dividendos políticos: a reabilitação do nome em defesa da honra e do prestígio</i>	205
3.5 O CAMINHO DA CORTE .....	206
3.5.1 A preparação do <i>novo roteiro</i> : a Corte como palco da trama.....	207
3.5.2 A imagem de um deodorista sobre o 15 de novembro .....	208
3.5.3 O jogo político republicano .....	210
3.6 O LUGAR DA PROVÍNCIA ENTRE O IMPÉRIO E A REPÚBLICA: UMA PARAÍBA REPUBLICANA? .....	213
3.7 A IMPRENSA PROVINCIAL E A TRADUÇÃO DA NOVIDADE REPUBLICANA: A <i>GAZETA DO SERTÃO</i> .....	216
3.7.1 Um propagandista em defesa da causa republicana .....	219
3.7.2 O desprestígio monárquico: a <i>Verdade</i> sobre a improdutividade da Monarquia na Paraíba .....	221
3.7.3 A imagem da monarquia bragantina.....	223
3.7.4 Os ventos mudavam vertiginosamente? <i>o prenúncio do sol de 1889</i> .....	224
3.7.5 A notícia do 15 de novembro: da regeneração dos costumes ao <i>adesismo</i> de última hora .....	226
3.8 O RETORNO DE EPITÁCIO À PARAÍBA: A AFIRMAÇÃO DA TRADIÇÃO FAMILIAR À ÉPOCA DOS NOVOS TEMPOS REPUBLICANOS. ....	230
3.8.1 Sinais de uma crise oligárquica: a ilegitimidade do grupo venancista.....	231
3.8.2 Os grupos que disputavam o poder na Paraíba no alvorecer da República.....	233
3.8.3 O jogo de representações: “faça sentir no meio do povo a confiança no novo regime e em seus representantes.” .....	235
3.8.4 A deslegitimação do símbolo maior da monarquia na Paraíba .....	236
3.8.5 O rompimento com a tradição monárquica: os primeiros sobrevoos em busca de (re)conhecimento no solo paraibano.....	238
3.8.6 Em defesa do regime republicano: <i>O Estado do Parahyba</i> e a moralização da coisa pública .....	241
<b>CAPÍTULO IV - TEMPOS DE AFIRMAÇÃO DO PODER POLÍTICO (1889 - 1894)</b> .....	244
4.1 O ATOR ENTRA EM DISPUTA PELO PAPEL NA CENA: <i>O JÓQUEI</i> EPITÁCIO PESSÔA .....	244
4.2 A <i>PEÇA</i> ELEITORAL DE 1890: A (RE)APRESENTAÇÃO DOS DEFENSORES DA ORDEM REPUBLICANA NA PARAÍBA .....	248
4.2.1 Abriram-se os <i>humbraes da carreira política</i> : Epitácio Pessôa, deputado estadual.....	250

4.2.2 A apresentação <i>oficial</i> dos atores: A peça entra em cartaz.....	251
4.2.3 A mensagem do jovem candidato.....	253
4.2.4 A disputa pela imprensa: o jogo retórico dos atores. ....	255
4.3 A IMAGEM DOS HERÓIS: OS CONVIVAS DA FESTA REPUBLICANA .....	259
4.3.1 O ajustamento da imagem de Epitácio Pessoa em meio aos <i>heróis da Paraíba na República</i> . ....	263
4.3.2 A personificação dos atores: o festim dos heróis .....	265
4.4 O PARLAMENTO COMO PALCO: EPITÁCIO PESSÔA ENTRE A REPRESENTAÇÃO DO PARLAMENTAR <i>DEFENSOR</i> AO ORADOR COMBATIVO .....	269
4.5 A TRIBUNA ASSUME AS CORES DO NORTE: O MOTE DO PROGRESSO E A REDENÇÃO DA PARAÍBA .....	273
4.5.1 <i>Um deodorista em defesa da memória do grande Soldado</i> : o (re)ajustamento da ação parlamentar em tempos de crise institucional.....	279
4.5.2 Na oposição ao Marechal de Ferro: <i>a peça da (i)legalidade do governo</i> .....	283
4.5.2.1 <i>A intrusa vem a rua: a “troupe de esbodegados” e a matrona desfigurada chegam na Paraíba</i> .....	285
4.5.3 A defesa de Almeida Barreto: o articulista e o deputado Epitácio Pessoa .....	288
4.6 AS ELEIÇÕES DE 1894: O ABRAÇO CORDEAL DO POVO PARAIBANO AO MAIOR TRIBUNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS .....	292
4.7 FECHAM-SE AS CORTINAS EM 1896: FIM DOS <i>ATOS PÚBLICOS</i> DE AFIRMAÇÃO .....	299
<b>CAPÍTULO V – TEMPOS DE CONSOLIDAÇÃO (1908 – 1916) .....</b>	<b>304</b>
5.1 O DEPUTADO ESTADUAL: ANTÔNIO DA SILVA PESSÔA (1908-1910).....	304
5.1.1 O mandonismo local: a atividade política fora da Assembleia .....	305
5.1.2 A farsa do sistema eleitoral .....	309
5.1.3 O dia da votação .....	310
5.1.4 O insucesso do pleito: o jogo retórico de Antônio Pessoa em defesa da honra e do prestígio do nome .....	311
5.2 A ESTADA NO RIO DE JANEIRO E O RETORNO À PARAÍBA: O ENREDO DAS “SALVAÇÕES MILITARES” .....	313
5.2.1 As salvasões na Paraíba.....	314
5.2.2 A premência do acordo de 1911 e a ascensão do <i>epitacismo</i> em 1912.....	316
5.2.3 A indicação do nome de Antônio Pessoa à Presidência do Estado da Paraíba. ....	318
5.2.4 O impasse do acordo de 1911.....	321
5.2.5 A eliminação do impasse? A chapa da conciliação .....	322
5.2.5.1 <i>“A piada de Primeiro de abril”</i> : a defesa do nome de Antônio Pessoa e a repercussão na Paraíba .....	323



5.3 A CAMPANHA DE 1912 E A VITÓRIA DE CASTRO PINTO: EPITÁCIO PESSÔA ENTRE O <i>TÍTERE</i> DE HERMES DA FONSECA E O <i>SALVADOR DA PARAÍBA</i> .....	324
5.4 OS ANOS INICIAIS DA <i>ORDEM DOS PESSÔA NA PARAÍBA</i> : AS REPRESENTAÇÕES PÚBLICAS DE EPITÁCIO E ANTÔNIO PESSÔA (1912-1913).....	330
5.4.1 Os bastidores da <i>conciliação impossível</i> : os perigos do absentéismo.....	335
5.4.2 As visitas à Paraíba (1913-1914).....	337
5.5 O REENCONTRO DE 1915: OS PREPARATIVOS PARA A VOLTA DO <i>CONDOR</i>	340
5.5.1 Na capital da Paraíba: a imagem do <i>chefe/guia</i> .....	341
5.5.2 Na cidade de Itabaiana: a imagem do <i>líder/amigo/pai</i> .....	343
5.5.3 Em Campina Grande: os traços da teatralidade e a construção da memória das eleições de 1915 .....	345
5.5.4 Os epítetos: condores e bacurauts e a disputa do poder na Parahyba em 1915 .....	347
5.5.5 A divulgação do resultado: “o primeiro passo para a determinação do domínio epitacista” .....	348
5.5.6 “A sabedoria das multidões”: a representação da clarividência de Epiácio Pessôa no agradecimento ao eleitorado paraibano .....	349
5.6 OS PESSÔA NA PRESIDÊNCIA DO ESTADO DA PARAÍBA (1915-1916): O GOVERNO DO CORONEL ANTÔNIO PESSÔA E O PROGRAMA DOS “JOVENS TURCOS” .....	351
5.6.1 O governo de Antônio Pessôa: entre os editoriais dos jornais <i>A União</i> , <i>A Notícia</i> e a crítica do <i>Diário do Estado</i> .....	355
5.6.1.1 <i>A Notícia</i> : a empresa propagandista do governo de Antônio da Silva Pessôa .....	358
5.6.2 A posse do novo governo: o expediente teatral dos redatores de <i>A Notícia</i> .....	360
5.6.2.1 <i>Os ecos do discurso: A Paraíba sob o comando dos irmãos Pessôa</i> .....	363
5.6.2.2 <i>A pena dos walfredistas e a (des)construção da imagem caricata dos estadistas</i> .....	364
<b>CAPÍTULO VI – TEMPOS DE CRISE E REAJUSTES DA MEMÓRIA (1916 – 1930)</b> .....	369
6.1 O <i>BOLETIM DA SAÚDE</i> DO PRESIDENTE ANTÔNIO PESSÔA.....	369
6.1.1 Do <i>boletim de saúde</i> ao <i>informativo administrativo</i> : a aparente energia de Antônio Pessôa no fechamento do quadriênio 1912-1916. ....	370
6.1.2 As viagens do presidente do Estado: Antônio Pessôa entre as representações do estadista operoso e o proprietário/fazendeiro criador de gados .....	372
6.1.3 As crônicas jornalísticas da <i>pitoresca viagem à terra promissora</i> .....	373
6.2 OS SINAIS DA CRISE INTRAOLIGÁRQUICA .....	376
6.2.1 A visita de Epiácio Pessôa: as disputas pela sucessão presidencial e o reconhecimento da obra administrativa de Antônio Pessôa .....	378
6.2.2 O “castelo de cartas” de Epiácio Pessôa.....	380

6.3 A DESPEDIDA DO GOVERNO: A ÚLTIMA VIAGEM PRESIDENCIAL.....	383
6.3.1 O dia 24 de julho: a transferência do governo e as referências à autorepresentação de Antônio Pessôa .....	386
6.3.2 O dia 25 de julho: o embarque na <i>gare</i> central da <i>Great Western</i> .....	389
6.3.2.1 <i>A memória do 25 de julho editada pela imprensa regional</i> .....	390
6.3.3 A política de alijamentos de Camillo de Hollanda .....	391
6.3.3.1 <i>A cisão na oligarquia epitacista e sua exploração na folha opositora</i> .....	393
6.3.4 A nomeação do prefeito da Capital: os atos de desprestígio à honra e a moral de Antônio Pessôa Filho e os últimos momentos da atividade política do coronel Pessôa.....	398
6.4 O 31 DE OUTUBRO DE 1916: A MORTE DO CORONEL ANTÔNIO PESSÔA .....	399
6.4.1 A repercussão da morte do “grande amigo” de Epiácio Pessôa .....	400
6.4.2 A visão dos Silva Pessôa: os discursos em referência ao legado político de Antônio Pessôa e os apelos à edificação de sua memória .....	402
6.4.3 O epitacismo nas mãos da <i>guarda avançada de Antônio Pessôa</i> : sinais da reabilitação da memória e transferência do prestígio.....	405
6.4.3.1 o lugar assumido pelos filhos de Antônio Pessôa no epitacismo .....	408
6.5 A VIOLAÇÃO DA MEMÓRIA DO EX-PRESIDENTE: OS MONUMENTOS À ANTÔNIO PESSÔA .....	409
6.5.1 Os Grupos escolares Antônio Pessôa .....	412
6.5.2 O jogo de representações sobre o aniversário de morte e a expectativa de construção do monumento a Antônio Pessôa .....	413
6.5.3 Do projeto de edificação do <i>busto herma</i> ao retrato a óleo de Antônio Pessôa: sinais dos lugares feitos para lembrar .....	415
6.6 OS SILVA PESSÔA ENTRE A MORTE DE ANTÔNIO E O OSTRACISMO DE EPITÁCIO PESSÔA .....	417
6.6.1 A Umbuzeiro da década de 1930: a terra de Antônio, Epiácio e João Pessôa .....	417
6.6.2 A celebração da memória dos Silva Pessôa em Umbuzeiro.....	420
6.6.3 O coroamento da memória: os eventos de comemoração ao aniversário de morte do coronel Antônio Pessôa .....	421
6.6.4 O luto e o retrato de Antônio Pessôa: o significado do gesto em respeito a honra e a memória do patriarca morto .....	423
6.6.5 A continuação do rito memorativo: os eventos de 1939 e a romaria da Fazenda Barra em direção ao mausoléu do ex-presidente em Umbuzeiro.....	425
6.6.5.1 <i>Os atos na cidade de Umbuzeiro: a visita ao mausoléu de Antônio Pessôa e (re)inauguração do busto herma</i> .....	428
6.6.5.2 <i>A (re)inauguração do busto herma do coronel Antônio Pessôa</i> .....	429
6.6.5.3 <i>A visão da Casa Grande e a crença na manutenção do prestígio político de Antônio Pessôa</i> .....	430

6.7 O FECHAMENTO DE UM CICLO GERACIONAL: 1942 E A MORTE DO CONDOR?	432
6.7.1 Os primeiros sinais do apelo à edificação da memória de Eptácio Pessôa na Paraíba.	435
6.8 OS SILVA PESSÔA APÓS A MORTE DO “GRANDE LÍDER”: SINAIS DA QUEDA DO PRESTÍGIO E A REAÇÃO AO ESQUECIMENTO	437
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	439
<b>REFERÊNCIAS</b>	447

## INTRODUÇÃO.

*Uma fonte não pode nos dizer nada daquilo que cabe a nós dizer. No entanto, ela nos impede de fazer afirmações que não poderíamos fazer. As fontes têm poder de veto. Para que estas finalmente falem, faz-se necessária uma teoria da história possível.*

R. Koselleck.

*Do Diário de Pernambuco, Recife, 29 de junho de 1889.*

*Tenho necessidade de trazer ao conhecimento do público e especialmente dos meus amigos as razões determinantes da minha demissão da promotoria desta comarca [do Cabo]. [...] Nas publicações que fizer, não me atuará o desrespeito nem mesmo o justo ressentimento dessa demissão imerecida; mas simplesmente o dever de explicar essa demissão aos que me conhecem e de arrancar de um rosto ignóbil a máscara com que tem sabido ocultar da sociedade as suas torpezas. Cabo, 27 de junho de 1889.*

Epitácio Pessoa.

*Epitácio.*

*Recebi e respondi hontem o seu telegrama, mostrando-me a conveniência de ir a Parahyba assistir à posse do Camillo [de Hollanda], para evitar explorações. [...]*

*O que não há dúvida é que o meu rompimento com o Camillo seja inevitável. Eu não seria digno de ser seu irmão, de usar o nome que uso, si me remetesse sem protestos às humilhações que elle premedita contra mim. [...].*

A. Pessoa

Barra de Natuba, outubro de 1916.

O tema. Em dezembro de 2001, os moradores da Cidade de Aroeiras acordaram com a notícia do falecimento da sua primeira dama.<sup>1</sup> Nas primeiras horas do dia, a cidade pareceu agitar-se enquanto se organizava para receber o corpo, realizar o velório e o cortejo fúnebre. Durante o velório, aberto ao público e realizado nas dependências do Ginásio Poliesportivo, uma cena ficou gravada na minha memória: em meio à multidão, um homem, vestido com uma roupa branca e sentado junto aos familiares, também recebia as condolências. Esse personagem era o sr. Carlos Pessoa Filho – Dr. Carlos como o conheciam –, ex-prefeito de Umbuzeiro e

---

<sup>1</sup> A primeira dama do município se chamava Jardirene Oliveira de Souza, falecida em 9 de dezembro de 2001. Ela era casada com o então prefeito Gilberto Bezerra de Souza. Este último iniciou a carreira política na década de 1960, eleito primeiramente vereador e posteriormente prefeito em meados da década de 1980. Retornou a prefeitura em meados da década de 1990 permanecendo até o início do ano 2000. Ao longo da sua trajetória política, Gilberto Bezerra teve o apoio de Carlos da Silva Pessoa Filho que atuou como uma espécie de padrinho da sua atividade política na cidade de Aroeiras. Aroeiras está localizada no Agreste paraibano distante cerca de 36 km de Umbuzeiro, 55 Km de Campina Grande e 210 Km da capital, João Pessoa. Pertenceu a cidade de Umbuzeiro até 1953, ano da sua emancipação política.

Aroeiras, membro de uma das mais conhecidas famílias da Paraíba, a família Pessôa.<sup>2</sup> Por alguns minutos, observando a cena, chamou atenção a maneira como muitos aroeirenses, sobretudo os de mais idade, pareciam devotados com a sua presença, prestando-lhe deferência em demonstrações de respeito e admiração; ele, por sua vez, quase cego e alquebrado, trazia alguém próximo de si que aparentemente lhe informava, dentre outras coisas, quem eram os autores daquelas homenagens. Sem ter essa clareza, ali já estava presente sinais do meu objeto de estudo.

Os anos se passaram. Em 2010, a entrada no programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG – me trouxe a oportunidade de conhecer um pouco mais do que me pareceu ser as origens do sentimento de deferência e respeito com que Carlos Pessôa Filho foi saudado naquele evento de 2001. Em minha dissertação, preocupado em compreender aspectos diversos da construção material e simbólica do povoado e posteriormente Cidade de Aroeiras, a família Pessôa me foi sendo (re)apresentada nas fontes como a grande responsável pelas transformações urbanas ocorridas em Umbuzeiro e, por conseguinte, nos seus principais povoados e distritos. Na ocasião, dediquei dois tópicos do texto para entender como, na década de 1930, a imprensa, especificamente o jornal *A Imprensa*, havia trabalhado no sentido de enquadrar a memória de Carlos Pessôa – pai de Carlos Pessôa Filho – , prefeito de Umbuzeiro na época, como a de um “administrador operoso”, representado como o herdeiro de uma tradição familiar e política na Paraíba.<sup>3</sup>

Com base nos resultados obtidos na dissertação, compreendi que muitos aspectos da trajetória política da família Pessôa não haviam sido devidamente explorados pelos estudos publicados até então, principalmente no que diz respeito a participação dos Silva Pessôa de Umbuzeiro no jogo político paraibano e na montagem da oligarquia epitacista.<sup>4</sup> Foi daí que

---

<sup>2</sup> Carlos Pessôa Filho nasceu em 03 de outubro de 1922, filho de Carlos da Silva Pessôa e Marina Ferraz Pessôa. Era, portanto, neto de Antônio da Silva Pessôa, líder político de Umbuzeiro e fazia parte da segunda geração de sobrinhos de Eptácio Lindolfo da Silva Pessôa, ex-presidente da República e chefe oligarca na Paraíba. Carlos Pessôa Filho era engenheiro agrônomo – mesmo profissão do pai – e iniciou a sua carreira política após o falecimento do seu pai em 1949 – 21 de fevereiro de 1949. A partir daí, foi prefeito de Umbuzeiro na década de 1950, secretário de Estado da Agricultura, deputado estadual e prefeito de Aroeiras. Carlos Pessôa Filho faleceu cerca de um mês após de D. Jardirene, em 06 de janeiro de 2002, aos 79 anos de idade. A presença no funeral da primeira dama de Aroeiras foi o último registro da sua aparição pública naquela cidade.

<sup>3</sup> Conferir Gomes (2012) especialmente os tópicos intitulados “O retorno dos Pessôa” e “Umbuzeiro, a memória dos Pessôa”, em que o foco foi dado a atuação política dos Silva Pessôa de Umbuzeiro. Após a defesa da dissertação, a ideia de estudar outros aspectos que envolviam a dinâmica da política local e regional e sua relação com a tradição familiar Pessôa foi se tornando mais forte e muito contribuiu o incentivo e diálogo estabelecido com o professor Dr. Gervácio Batista Aranha. Desse contato, uma primeira leva de leituras sobre as temáticas e conceitos que envolvem a história política, bem como uma série de perguntas foram acrescidas à proposta inicial.

<sup>4</sup> Lewin (1993) fez um importante estudo sobre a relação entre política e parentela no Brasil a partir da análise do caso de Eptácio Pessôa na Paraíba. Trata-se de uma obra das mais citadas pela historiografia especializada no tema, bem como pela historiografia paraibana que reconhecem, tal como Cidadino, (2006, p. 44) – ver nota de número 9 – o trabalho de Linda Lewin como uma “obra de fôlego, em que a autora se debruça sobre um extenso e

comecei a me perguntar: qual o significado e a origem dos gestos e demonstrações de respeito que os moradores de Aroeiras direcionavam a Carlos Pessôa Filho naquele evento de 2001? Por que Carlos Pessôa Filho, de saúde fragilizada, se esforçava por reconhecer os moradores que lhes dedicavam deferência? O que havia entre a sua famosa fazenda em Umbuzeiro – herdada do seu avô e do seu pai –, as marcas da sua atividade política na região e os moradores de Aroeiras que parecia sustentar, ao longo do tempo, certa admiração e respeito? O que as fontes já coletadas me informavam sobre tais significados? E ainda, teria sido a parentela o único mecanismo capaz de configurar e assegurar o poder político da família Pessôa no espaço tempo estudado? Essas perguntas iniciais passaram a se tornar mais nítidas permitindo recortar um objeto. Na presente tese, o meu objetivo é compreender como a criação e a defesa de um prestígio político, associado a construção de uma tradição familiar, alimentada historicamente enquanto uma estratégia de manutenção do *status quo*, se constituíram como aspectos integrantes da configuração do poder político da família Pessôa na Paraíba entre 1889 e 1942.

Esse objeto de estudo foi sendo delineado a partir de uma série de preocupações oriundas da interpretação das fontes e da literatura que fundamentou a pesquisa. Assim, tracei o meu percurso a partir de duas ordens de questões. Na primeira, tento entender a criação e a defesa do prestígio enquanto aspecto fundamental para a configuração do poder político familiar. Indago: como se criou e, de que maneira, o prestígio e a invenção da tradição familiar Pessôa

---

rico corpo documental, criando um dos mais sólidos retratos da vida política da Paraíba no período e uma das mais profundas análises acerca da importância das parentelas na política brasileira". Por tratar da mesma família originária do patriarca José da Silva Pessôa e, portanto, servir de base para elaboração da presente pesquisa, considero importante traçar ao menos dois aspectos que diferenciam a minha proposta da que a autora brasileira produziu. Primeiro, há uma diferença de natureza teórica e metodológica. Como sinalizado, apoiada nos estudos do antropólogo Charles Wagley sobre a relação entre "política e parentela" – que traz como "primeiro plano de análise essa instituição brasileira central que é a família extensa ou a parentela", a autora ilustra, a partir de um estudo de caso – a parentela política de Eptácio Pessôa –, a formação da "identidade de uma parentela como um grupo quase corporativo." Daí, Lewin (1993, p. 144), propõe analisar, por meio "da reconstrução da história de sua família através de quatro gerações, dos avós de Eptácio até suas sobrinhas e sobrinhos", a "rápida cristalização da [sua] rede política." No meu caso, apoiado na história política em sua interface com as dimensões da cultura e do social, o estudo da parentela serve como ponto de partida, como demonstrarei, mas não o único para entender a formação do prestígio familiar e da invenção da tradição enquanto aspectos constituintes do poder político exercido pela família Pessôa na Paraíba. Logo, a minha inspiração teórica/metodológica é de outra ordem e a natureza do objeto diverge. Além disso, apesar de pretender reconstruir a história da família de Eptácio Pessôa por quatro gerações, o seu estudo acabou focando na atuação política do seu representante maior, isto é, o próprio Eptácio Pessôa. Nesse caso, embora esse personagem tenha sido peça chave na configuração do prestígio e tradição familiar, ele não foi o único envolvido nesse movimento de constituição, o que levou a minha análise a focar na ação política, gestos e comportamentos de Antônio da Silva Pessôa, seu irmão, cujo clã familiar permaneceu em Umbuzeiro durante a Primeira e Nova República. Nesse último caso, pelas razões que demonstrarei ao longo da pesquisa, estou convicto que a literatura especializada não deu a devida atenção ao papel exercido pelo coronel Antônio da Silva Pessôa e seus descendentes dentro do *epitacismo*, isto é, da chefia oligárquica exercida por Eptácio Pessôa na Paraíba entre 1912 e 1930, aspecto fundamental para perceber de que maneira os Silva Pessôa de Umbuzeiro atuaram na criação, defesa e expectativa de manutenção do prestígio e tradição familiar de codinome Pessôa.

colaborou para configuração do seu poderio político na Paraíba do período? Como se criou, a partir de Umbuzeiro, o prestígio e a tradição familiar Pessôa? Na segunda ordem de questões, procuro perceber, paralelamente à criação e defesa do prestígio, de que maneira os Pessôa foram inventando uma tradição familiar enquanto estratégia para manutenção do *status quo* no curso do tempo. Para tanto, questiono: no espaço e temporalidade estudada, existiu o que os descendentes da família chamaram na década de 1930 de *escola cívica de Antônio, Epitácio e João Pessôa*, isto é, uma tradição familiar e política de codinome Pessôa? Em quais aspectos do passado, histórico ou mítico, apoiou-se a narrativa que identificou e personificou a *tradição familiar Pessôa*? Qual a importância da identificação e da defesa da *tradição familiar Pessôa* para a sobrevivência política e a manutenção do *status quo* dos membros da família Pessôa que permaneceram em Umbuzeiro ao longo das décadas de 1930 e 1940?

Para responder tais questões, duas hipóteses se apresentam como centrais ao longo da tese. De um lado, defendo que em paralelo com a produção da vida material, do aparato econômico e da parentela, a criação e a defesa do prestígio – entendido enquanto sinônimo de *status* –, atravessado pela recorrência de um complexo jogo de cena, fundamentou e assegurou a eficácia do poderio político e influência da família Pessôa na Paraíba durante a temporalidade estudada. Por outro lado, defendo que na criação e defesa do prestígio, os Pessôa acabaram por *inventar uma tradição familiar*, reivindicada pelos próprios promotores de acordo com a expectativa de manutenção do poder político no momento em que este apresentou sinais de declínio. No último caso, penso que *inventar* uma tradição familiar foi uma estratégia elaborada pela família para manutenção do *patrimônio imaterial*, isto é, o prestígio dos Pessôa. Essas hipóteses se interconectam historicamente ao longo do recorte temporal delineado e apoiam-se na premissa de que as posições sociais assumidas pelos personagens que analiso não estiveram desconectadas das suas atividades políticas, econômicas e culturais, isto é, separadas do campo das práticas e representações, dos gestos e comportamentos, da realidade e da sua apreensão imaginária. Essa compreensão abre espaço para a identificação do horizonte teórico da presente tese.

O horizonte teórico. Ao longo das últimas décadas tem crescido no Brasil o número de estudos interessados em entender o significado das práticas e representações, individuais e/ou coletivos, criadas junto a atividade política. O chamado “retorno do político”, frase usada com frequência para referir-se ao movimento de revisitação intelectual à história política clássica, seja por ordem metodológica, seja conceitualmente, trouxe contribuições significativas para

esses trabalhos.<sup>5</sup> No contexto específico da historiografia francesa, o surgimento de uma obra intitulada “Por uma história política”, organizada por René Rémond chamou atenção para esse movimento de retorno, ampliação de temas e abordagens.<sup>6</sup> Como salientou Vavy Pacheco Borges, com esse movimento, “a noção do político se amplia” e os historiadores passaram a pensá-la no sentido de “uma cultura, em que importam ‘crenças, ideias, normas e tradições que dão um peculiar colorido e significado à vida política em determinado contexto.”<sup>7</sup>

Serge Berstein, um dos colaboradores da obra de Rémond, usou o conceito de “cultura política” para argumentar que os historiadores do político, preocupados com a explicação/compreensão dos “comportamentos políticos no decorrer da história” devem se interessar pelo campo das *representações*. Essa chave conceitual sugere uma aproximação entre muitos dos temas da história política com a história cultural, uma vez que a “cultura política”, tal como definida por Jean-François Sirinelli, é entendida como “uma espécie de código de referentes, formalizados no seio de um partido, ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política.” Pela cultura, o fenômeno político, que emerge em meio a complexidade dos comportamentos humanos, passa a ser compreendido a partir das motivações e ações dos atores sociais em dados momentos de sua história, por referência ao sistema de valores, normas e crenças que compartilham, bem como a sua leitura do passado e as aspirações sobre o futuro.<sup>8</sup>

---

<sup>5</sup> Para Gomes (2005, p. 22) esses novos estudos “estão articulados a toda uma transformação teórica e metodológica da historiografia em nível internacional que, brevemente, pode ser identificada como a da chamada renovação da História Política e sua articulação com uma História Cultural, que floresceu e chegou ao Brasil com mais intensidade, a partir da década de 1970.” A princípio, na Paraíba, há um considerável número de trabalhos que se apóiam na chamada história política renovada, cabendo aqui citar os menos os estudos de Aranha (2006); Cittadino (2006); Aires (2012), este último que também produziu uma dissertação de mestrado sobre a mitificação de João Pessoa; e Cavalcante Neto (2017).

<sup>6</sup> Sobre isso, costuma-se tomar como leitura fundamental a obra de René Rémond (2003) “Por Uma História Política”, sobretudo os dois capítulos de sua autoria “Uma História Presente” e “Do político”. Aranha (2005, p. 20) problematiza o uso do termo “retorno”, historicizando as bases teóricas da chamada nova história política entre os annales.

<sup>7</sup> Para Vavy Pecheco Borges (1992, p. 16) esse movimento de “retorno ao político” inaugurado na década de 1970 foi marcado pela interdisciplinaridade que rejuvenesceu a história política. Segundo a autora, “a noção do político se amplia e passa a incluir o comportamento dos cidadãos diante da política, a evolução de suas atitudes ao tomarem posição, deliberada e conscientemente, para intervir nas áreas em que se decidem os seus destinos.” Lembra a autora que foi “a psicologia social, a ciência política, a linguística e a filosofia política as influências que levam a história política para uma autêntica história do político; o casamento da história com a antropologia traz a luz uma história dos costumes, dos comportamentos.” Dessa relação surgem trabalhos voltados para entender a composição do imaginário, do simbólico e dos rituais do poder. Sobre isso, conferir ainda a reflexão de Rosanvallon (2010, p. 39) acerca do significado e a banalização da frase “retorno ao político”.

<sup>8</sup> Conferir Berstein (1998, p. 350). Ver também Cardoso (2012, p. 50). Ver Motta (2009, p. 20-21) sobre as contribuições de Berstein acerca das “culturas políticas” Os conceitos de *prática, representação e apropriação* aparecem como centrais dentro das reflexões teóricas promovidas por Roger Chartier (1990) acerca da história cultural. Ver ainda Venâncio (2014, p. 293-296) sobre as contribuições de Chartier ao campo da história cultural.



Pierre Rosanvallon, que define o *mundo da política* como um segmento do *mundo do político*, operado pela elaboração de mecanismos simbólicos de representações, compreende que há uma aproximação entre os interesses do historiador que procura entender o fenômeno político, o mundo das ideias – história das ideias – e as práticas e representações culturais. Em sua perspectiva, a política não assume o lugar de uma instância dissociada das demais dimensões que compõem a experiência humana, isto é, passa a ser vista como o *locus* privilegiado em que toda a dinâmica da vida social se articula. É nesse sentido que o autor traçou o objetivo da sua “história conceitual do político” que consiste em compreender “a formação e evolução das racionalidades políticas, ou seja, dos sistemas de representações que comandam a maneira pela qual uma época, um país ou os grupos sociais conduzem sua ação e encaram seu futuro.”<sup>9</sup> A história do político, portanto, pode extrair contribuições “da história cultural, da história social; da clássica história das instituições políticas e da história das ideias”, com vistas a entender “o político em toda a sua complexidade.”<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> “A história filosófica” e a “história conceitual do político” são proposições trabalhadas por Pierre Rosanvallon (1995, p. 9-10) sobre a política e o político. Ambas proposições partem de um exercício de historicização sobre os deslocamentos dos estudos do político nas últimas décadas. Para ele, “o historiador das ideias, o filósofo e o historiador dos acontecimentos e das instituições durante muito tempo repartiram a apreensão do campo político, compartimentando-o em três territórios disciplinares estritamente separados.” Na sua perspectiva, a “história conceitual do político” figura como uma “história política na medida em que a esfera do político é o lugar de articulação do social e sua representabilidade. Ela é história conceitual porque é ao redor dos conceitos – a igualdade, a soberania, a democracia, etc. – que se amarram e se comprovam a inteligibilidade das situações e o princípio da sua ativação.” Nesse trabalho, o historiador é levado a compreender “a interação permanente entre a realidade e sua representação definindo os campos históricos-problemáticos. No caso da “história filosófica do político”, Rosanvallon (2010, p. 40-41) afirma que a proposição implica a existência da “noção de um princípio ou um conjunto de princípios engendrando as relações que as pessoas mantêm entre elas e com o mundo. Visto por este ângulo, tomando como ponto de referência a dimensão simbólica característica da sociedade, não se trata apenas de desenhar uma linha entre o que é político e o que é social.” Nessa perspectiva, o político é definido “como o conjunto de procedimentos a partir dos quais desabrocha a ordem social. Interpretado nesse sentido, o político e o social são indissolúveis, este derivando daquele seu significado, sua forma e sua realidade.” A crítica sobre a compartimentação da história política pode ser levada à reflexão sobre outros campos da história. Roger Chartier (2009, p. 33), por exemplo, ao refletir sobre a expansão da história cultural, destacou que é um risco querer traçar uma fronteira para delimitá-la entre outras histórias. Para ele, apesar dos interesses temáticos e da existência de um corpo teórico, conceitual e metodológico característico de cada dimensão da história, o cultural estabelece conexões com a história social, ou mesmo com a história econômica, demográfica, política, ou ainda “da história das ideias, a história da literatura, a história da arte, a história dos meios de comunicação, a história das ciências, etc.” Reflexão parecida com a de Antoine Prost (1998, p. 134-135) que, após refletir sobre as fronteiras que delimitam a história cultural e suas vizinhas – econômica, social e política – afirmou “a história cultural é indissociavelmente social, dado que está ligada ao que diferencia um grupo de outro.”

<sup>10</sup> Nesse sentido, recortado em temáticas – o que Rosanvallon (2010, p. 46-47) chama de “história multifacetada” – a história do político “representa a tentativa de dar um novo significado ao projeto de Fernand Braudel de uma *história total*. Devemos, de fato, nos mover na direção de uma história política total a fim de construir o sentido do político em toda a sua complexidade. Hoje são muitas as vias pelas quais a história se renova. Nesse aspecto, os debates contemporâneos sobre as fronteiras entre história e ficção, a renovação da abordagem biográfica ou a renovação da micro-história são todas significativas. A história vive dessas questões e dessas mudanças.” Além da visão multifacetada que sugere pensar o fenômeno político por partes de um todo, da variedade de fontes e metodologias que acompanha a sua proposta, uma pergunta torna-se válida para entender melhor como o autor propõe essa ressignificação de um projeto de história total aplicada ao entendimento do fenômeno político. Como trabalhar com as várias escalas, personagens e graus de representações que envolve o fenômeno político em sua complexidade? Em suas palavras “essa é uma questão importante porque frequentemente a história do político

Desse modo, o campo da política envolve uma variedade de temas, entre eles, a família aqui pensada em sua relação com o mundo político e produtora do político. Quando tratou da relação entre a *cultura histórica e a cultura política* no Estado Novo, por exemplo, Ângela de Castro Gomes salientou que, ao analisá-las, o historiador tem que levar em consideração “representações construídas por grupos sociais de dimensões variadas sobre ‘sua’ própria história. Uma operação que situa problemáticas como o da memória coletiva, da identidade (da nação, das instituições, de famílias e de grupos mesmo não formalmente organizados)” bem como “das políticas (governamentais ou não), visando a consolidação de um passado comum; visando ao enquadramento de uma memória de grupo, especialmente se for um grupo nacional”. Segundo a autora, a composição da identidade de qualquer grupo social perpassa pelas questões referentes ao trabalho de enquadramento da memória coletiva e “não se faz sem recurso a ‘seu’ passado”.<sup>11</sup>

Assim, enquanto instituição social, a família é pensada como produtora de cultura, portanto, de símbolos e identidades que tendem a orientar o grupo no curso do tempo, permitindo que tracem rotas pela travessia existencial; o que implica dizer que os seus gestos e comportamentos também interessam ao historiador do político por sinalizar processos de significação variados que esses grupos atribuem às coisas, às palavras e às ações, entre elas, às ações políticas.<sup>12</sup> Estudar a configuração dessa maquinaria singular – entendida como respostas que os grupos sociais criam diante das exigências orientacionais do tempo – interessam diretamente ao historiador do político. Desse modo, passamos a englobar “a complexidade em

---

(quando confundida com a história das ideias) é recriminada por ser apenas uma história dos grandes autores. Como pode lidar com essa questão da história vista de cima ou de baixo? [... responde referindo-se a leitura dos textos clássicos em suas relações com os seus autores]. Não se trata de realizar uma leitura do *Contrat Social* ao estilo de Leo Strauss – *Du contrat social* como contribuição filosófica – algo interessante em si mesmo – mas de mostrar como *Du contrat social* representa uma das formas de expressão da questão da construção da ordem social no século XVIII. Se os grandes textos gozam de um *status* particular nessa história, é porque a sua peculiar qualidade é, precisamente, a de estabelecer a conexão entre um texto e um problema. Se, por exemplo, queremos entender como emerge a visão moderna de representação política, não há como desincumbir dessa tarefa referência apenas Sieyès [Emmanuel Joseph] ou a Barnave [Antoine], ou mesmo à oposição entre uma visão antiga da representação, como a de Montesquieu, e a sua crítica radical, como a de Rousseu. É necessário também analisar de que modo uma sociedade em geral se coloca na mesma questão, levando em consideração panfletos, iconografias e músicas.”

<sup>11</sup> Conferir Gomes, (2010, p. 50).

<sup>12</sup> Como uma instituição social e produtora de cultura, o estudo da família sugere imaginar como os seus membros elaboram e reelaboram o seu cotidiano – campo da ação social onde se movem – mediante a elaboração de um conjunto de práticas que personificam um sistema de símbolos que tende a caracterizar o grupo social. Essas práticas e símbolos, no dizer de Geertz (2011, p. 150) são possíveis de “serem descobertos através de uma investigação empírica sistemática” dado o fato de que é “por intermédio dos padrões culturais, amontados de símbolos significativos, que o homem encontra sentido nos acontecimentos dos quais ele vive. O estudo da cultura, a totalidade acumulada de tais padrões, é, portanto, o estudo da maquinaria que os indivíduos ou grupos de indivíduos empregam para orientar a si mesmos no mundo que de outra forma seria obscuro.”

torno das relações que envolvem seus membros, e que podem ser abordadas através da lógica da solidariedade, do apoio e da cumplicidade”, bem como “é possível penetrar no campo das disputas e dos conflitos que dividem e antagonizam seus integrantes.” Para essa ampliação, contribuíram os conceitos e reflexões metodológicas da história política, bem como o avanço de estudos de perspectivas historiográficas fora do âmbito francês, a exemplo da micro-história. No caso da micro-história italiana, além das contribuições teórico-metodológicas e conceituais, ressalta-se a “proposta de redução de escala de abordagem, que procura fazer sobressair o comportamento social dos atores históricos.”<sup>13</sup>

Parece-me oportuno reafirmar que o historiador deve levar em consideração uma série de informações esmialhadas para tentar compreender de que maneira o detalhe individual/coletivo pode levar a compreensão das lógicas sociais e simbólicas que organizam o mundo significativamente para os grupos que as forjam. O princípio da variação da escala, ou os jogos de escala – para usar o título de uma obra organizada por Jacques Revel sobre o tema –, para além do seu uso no sintoma historiográfico que se convencionou chamar de micro-história, expressa o princípio de que na medida em que o pesquisador escolhe uma escala particular de observação – macro ou micro – produz um efeito direto sobre o conhecido elaborado, o que implica dizer que tal princípio está a serviço das estratégias de produção de conhecimentos. No dizer de Revel, “variar a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama.” Para tanto, conclui, “notemos de saída que é o radical ‘micro’ não goza, sob esse aspecto, de qualquer privilégio particular. É o princípio da variação que conta, não a escolha de uma escala em particular”.<sup>14</sup> Foi tomando por base esse princípio que pude perceber a aparição, articulação,

---

<sup>13</sup> De acordo com Scott (2015, p. 21-22), no Brasil das “últimas décadas, o estudo da família tem atraído a atenção de especialistas de diferentes áreas. No campo da história, as análises sobre esta instituição registraram um crescimento enorme [...]” o que exige refletir sobre “às diferentes formas de se estudar a família em perspectiva histórica.” Para autora, apesar de haver no Brasil, historicamente, uma predisposição da Demografia Histórica em analisar temas que envolve a família, os estudos sobre essa instituição social “se alargaram de tal maneira, principalmente por conta do diálogo com as Ciências Sociais, que recentes pesquisas não se limitam apenas ao estudo do aspecto demográfico, embora este continue a fornecer elementos importantes para compreensão e da organização das dinâmicas familiares.” No caso da relação entre família e política, importantes trabalhos têm se destacado, a exemplo do já citado estudo de Lewin (1993) que pensou o par política e parentela. No campo sociológico, apoiados nos conceitos de *famílias políticas*, *elites políticas*, *capital político-familiar*, entre outros, e na chamada sociologia relacional de Pierre Bourdieu, os estudos de família têm avançado no sentido de perceber as múltiplas possibilidades de análises dessa instituição social. Ver, sobre isso, Monteiro (2016). Na Paraíba, o campo da história tem apresentado importantes trabalhos que pensaram a formação das parentelas políticas, cabendo citar ao menos três, o de Mariano (2013), fruto de sua tese de doutorado que centrou análise no papel de algumas famílias paraibanas – *gente opulenta e de boa linhagem* – na formação dos grupos políticos que atuaram nos movimentos de 1817 e 1824; o de Teruya (2002) que focou olhar sobre a família Maia em Catolé do Rocha; e o de Moreira (2012), sobre a formação das parentelas e as disputas políticas das famílias Brito e Gaudêncio entre as décadas de 1930 e 1960 nos Cariris Velhos paraibano.

<sup>14</sup> Cabe a leitura de Revel (1998, p. 19-20) sobre a configuração da micro-história italiana como uma espécie de sintoma historiográfico “que surgiu como uma reação, como uma tomada de posição frente a um certo estado da

distanciamento e confronto das estratégias familiares, no caso específico, da família Pessoa para criar, defender ou mesmo manter o prestígio e o poder político no espaço/tempo estudado.

Isto é, o princípio da variação da escala sinaliza a existência da experimentação – aqui me refiro a uma regra metódica elementar ao campo do conhecimento, qual seja, a de que não existe objeto a não ser construído segundo procedimentos explícitos, em função de uma hipótese submetida a uma validação empírica – de um objeto que se configura de maneira variável, quão variável é a percepção/representação que os indivíduos e os grupos sociais criam da realidade. Um certo voluntarismo acadêmico ilumina uma questão norteadora na presente análise: a carência de orientação existencial, sendo experimentada no curso da existência, é movida por problemas que figuram como universais, mas as formas de encará-los como construtos humanos são sempre diversas, singulares; de modo que, para compreendê-las, é preciso mudar de perspectiva analítica interconectando as escalas de observação. No dizer de Ricoeur, trabalhar com os jogos de escalas é ter consciência dessa mobilidade que recai sob o olhar do historiador – considerando todas as liberdades e restrições resultante de sua escolha “constitui uma importante conquista da história [leia-se conhecimento histórico] do último terço do século XX”.<sup>15</sup>

Da micro-história que extraí uma obra fundamental para a presente pesquisa.<sup>16</sup> A *Herança Imaterial* de Giovanni Levi, entre outras coisas me ajudou a pensar as estratégias familiares. Variáveis de acordo com o tempo, o espaço e as ocasiões, essas estratégias revelam a existência de redes mais complexas de elaboração, sustentação e expectativa de manutenção do poder que, frequentemente, vão além da base material e da composição das parentelas de origem consanguíneas ou simbólicas. Refiro-me às múltiplas estratégias que envolvem, de um

---

história social [a francesa, tributária dos Annales], da qual ela sugere reformular concepções, exigências e procedimentos.” Dentro dos procedimentos de análise está o exercício da redução de escala que extrapola, enquanto princípio metodológico, os trabalhos dos micro-historiadores italianos, sendo usado tanto na definição “macro” como “micro” do objeto de análise. Embora, no caso italiano, “a mudança de análise é essencial para a definição da micro-história”, uma vez que o recurso a microanálise expressa um distanciamento do modelo “comumente aceito, o de uma história social que desde a origem se inscreveu, explícita ou (cada vez mais) implicitamente, num espaço macro.” Movimento que indica uma perspectiva que recusa a opção de privilegiar o estudo dos agregados, da padronização dos eventos repetíveis e suas variáveis em uma análise do tempo quase imóvel característico da longa duração para aproximar-se do caso singular, do único, do acidental, do individual, do acontecimentos como índices de análise do social que não perde de vista o global, o universal.

<sup>15</sup> Ricoeur (2007, p. 220). Na leitura do autor, “em cada escala vemos coisas que não se veem em outra escala, e cada escala tem a sua própria regra.” (idem, p. 267-292). Concordando com Ricoeur acerca da necessária reflexão sobre os “jogos de escala” – variações da escala -Chartier (2009, p. 54) afirma que “a advertência é útil para evitar falsos debates sobre a suposta superioridade epistemológica de tal ou qual observação: a referência atribuída a uma ou outra depende do que o historiador deseja ver.”

<sup>16</sup> Sobre o exercício da micro-história italiana há uma vasta literatura que discute as suas contribuições teóricas, conceituais e metodológicas, cabendo citar a leitura de Ginzburg (1991) e (2007) ensaios, respectivamente intitulados “O nome e o Como” e “Micro-história; duas ou três palavras que sei a respeito”; e Levi (1992) “Sobre a micro-história.”

lado, a criação do *status* e, de outro, a expectativa de perpetuá-lo em função da preservação do prestígio do nome.<sup>17</sup> Essa chave teórica foi importante para perceber as múltiplas formas de composição do poder que, se não aparecem separadas na cena da vida cotidiana, podem ser analisadas como parte de um todo. Nesse caso, uma questão que me pareceu oportuna refletir ao longo de toda a tese foi, como se constrói e qual a importância do *prestígio social – do status* – na composição do poder político de um dado grupo, no caso específico, de uma família em um dado espaço e tempo?

Na presente análise, procurei entender a composição das estratégias da família Pessoa para além da formação da parentela, em meio a uma série de *situações de status*, encenadas de maneira individual ou coletiva por seus membros, que garantiram a formação de um prestígio social, mecanismo que fundamentou o seu poderio político. Esse prestígio acabou por criar uma espécie de *herança imaterial* – conceito que tratarei mais abaixo – que se tentou preservar passando de geração a geração. Nesse ponto, compartilho da ideia de que o trabalho do historiador consiste em partir de perguntas gerais para conectar respostas locais – o local é aqui entendido como uma situação específica.<sup>18</sup> Aqui, outra reflexão motivou relevante reflexão, qual seja, no campo da história política a análise das estratégias de família parece traduzir um dos aspectos do “nós histórico” de que falou Rosanvallon, isto é, permite imaginar, do ponto

---

<sup>17</sup> Na análise de Levi (2000, p. 96-98) as relações de terra e a composição das parentelas são partes integrantes dessas estratégias. Mas, além dessas, há uma atenção dada aos lugares que os moradores de Santena assumiam, aspecto importante para se compreender as relações de poder de uma sociedade. “Como em qualquer outra sociedade, a definição ambígua das instituições nos leva à análise de seu funcionamento real e ao exame concreto dos comportamentos. Do lado oposto, a rede formal das relações de consaguidade ou de aliança tinha um papel importante na complexa estratégia das escolhas, das exclusões e das integrações familiares mais elástico.” Esses aspectos foram bem trabalhados no capítulo “três histórias de família: os núcleos parentais”, em que analisou as trajetórias da família Perrone, Gavagliato e Domenino. Nesse ponto, pareceu-me importante a sua definição de família, posto que remete a um sentido mais amplo de grupo co-residente e não residentes, “mas interligados por vínculos de parentela consanguínea ou por alianças e relações fictícias.” No caso da família Chiesa – Giulio Cesare, o patriarca, e Giovan Battista Chiesa, seu filho – a estratégia está para além das relações econômicas e da criação das parentelas. Esses dois personagens tinham em comum “ao menos uma coisa, o de tentarem um caminho em direção ao poder na comunidade totalmente diferente e, talvez, de riquezas. Um caminho que apostou no prestígio, nas relações e na capacidade de intermediação entre a comunidade e o mundo exterior.” A sua premissa é a de que “mesmo em uma sociedade profundamente hierarquizada e com mecanismos de sucessão de papéis e *status* sociais amplamente predeterminados através de formas generalizadas de inserção, existem espaços para personalidades empreendedoras e para dinâmicas que exprimem uma forte capacidade de inovação e de ruptura.” (idem, p. 176). A presença – aparições – de Giulio Cesare Chiesa na comunidade de Santena, escolhido para ser carregador e juiz em 1647, atuando como uma espécie de árbitro entre os interesses e conflitos da comuna e os centros do poder daquela sociedade – os senhores feudais, Chieri e Turin – “foram a área da sua atividade e a fonte do seu sucesso.” Dito de outro modo, as *situações de status* lhes garantiram acesso à estrutura de poder da época, bem como foram a fonte para criação do seu prestígio, a sua maior riqueza.

<sup>18</sup> Levi (2014, p. 1-2) fez uma interessante reflexão sobre o trabalho do historiador. Em sua ótica “a História é a ciência das perguntas gerais, mas das respostas locais. Não podemos imaginar uma generalização em História que seja válida. Ou seja, podemos perguntar o que é o fascismo, mas há fascismos diferentes na Itália, na Espanha ou em Portugal. Por isso, devemos preservar o local – aqui entendido como uma situação específica. Eis o grande problema da História. Trabalhar sobre o geral, mas um geral que sempre se configura como pergunta, mas não como resposta.” Para ele, o trabalho do historiador envolve grandes modificações que consiste em “pesquisar, resumir [reduzir] e comunicar.”

de vista do trabalho intelectual, como a história pode apresentar *ressonância* entre a nossa experiência presente e aquela analisada sobre o passado.<sup>19</sup>

É possível que essa afirmativa soe como um lugar comum a sugerir que o que interessa do passado é lançar luz sobre o presente. Porém, o argumento é mais complexo e exige, ao menos, uma rápida reflexão que pode servir de ponto de partida. Jeane Marie Gagnebin certa vez indagou: o que significa elaborar o passado?; e lembrou que Paul Ricoeur defendia que o trabalho do historiador se ancora no compromisso ético de narrar o que foi a experiência vivida a partir “de um trabalho de luto em relação ao passado, realizado por meio de um esforço de compreensão e de esclarecimento – do passado e, também do presente.” Não se trata, com isso, de narrar o passado como uma espécie de culto, nem, por outro lado, cair no argumento simplista de transportá-lo ao presente para que sirva de modelo, mas de imaginar como a experiência vivida pelos mortos pode colaborar de algum modo na celebração da vida dos vivos no tempo presente.<sup>20</sup> Desse modo, a dinâmica estabelecida entre os tempos históricos e as experiências vividas, permitiu-me refletir até que ponto as estratégias da família Pessoa executadas em tempo pretérito também dizem algo sobre as nossas próprias estratégias familiares executadas e experimentadas no futuro/passado – presente –, sobretudo aquelas que visam à proteção e à segurança do núcleo parental, bem como às expectativas de perpetuação

---

<sup>19</sup> Na sua “história filosófica do político”, já citada, Rosanvallon (2010, p. 52-53), defende que “a experiência política constitui de fato o tema da filosofia política, fato que exige, da mesma forma, que esta última acompanhe o movimento da primeira, por assim dizer. A consequência é considerar a história política como uma forma de pesquisa na qual nós estamos imersos, independentemente das intenções e dos propósitos.” Em síntese, “trata-se de escrever uma história que possa ser qualificada como compreensiva.” A abordagem compreensiva pode ser justificada pela “pressuposição de que uma *invariância* [ressonância] entre a nossa própria situação e aquela do autor ou ator que está sendo estudado.” O trabalho do historiador pode, assim, “se abrir na direção de um novo tipo de comportamento intelectual. Este ato não implica investir nossas ideias, preferências ou suposições *a priori* num texto ou numa posição, tampouco tomar por realidade a representação de grupos ou atores sociais com quem o interprete esteja mais identificado. O objetivo é tornar a história conceitual do político um meio para compreender o presente.” Ou seja, em sua perspectiva “entender o passado e investigar o presente faz parte de um mesmo processo intelectual”; uma maneira de conceber a atividade do historiador em sua “relação entre trabalho intelectual e envolvimento cívico político”; bem como permite imaginar a relação entre o “eu” e o “nós” que parece entrelaçada no curso das temporalidades.

<sup>20</sup> A reflexão de Gagnebin (2006, p. 105-106) parte do debate operado por Paul Ricoeur em oposição as “figuras melancólicas e narcisistas da memória” para defender “um lembrar ativo”. A aproximação que Ricoeur faz entre “o trabalho de elaboração, que permite sair da repetição, e o trabalho de luto, que possibilita uma nova ancoragem na vida, sugere que haja muitas afinidades entre a compleição melancólica e a ‘obsessão comemorativa’ que descreve Pierre Nora.” Essa aproximação aparece dentro da compreensão de Ricoeur (2010, p. 237) acerca do trabalho do historiador, o seu compromisso ético, o conceito de representância e a noção de dívida. “Uma sólida convicção anima aqui o historiador: o que quer que digam do caráter seletivo da coleta, da conservação e da consulta dos documentos, de sua relação com as perguntas que lhes formula o historiador, ou até mesmo das implicações ideológicas de todas essas manobras – o recurso aos documentos marca uma linha divisória entre história e ficção: diferentemente do romance, as construções do historiador visam a ser *reconstruções* do passado. Através do documento e diante da prova documental, o historiador é submetido *ao que, um dia, foi*. Tem uma dívida para com o passado, uma dívida de reconhecimento para com os mortos, que faz dele um devedor insolvente.” Para Gagnebin (2006, p. 27), no trabalho do historiador, essa dívida – que indica um “dever de memória” – também se ancora em outra premissa, qual seja, “reconhecer nossa condição de mortais, condição incontornável como a exigência que ela implica: cuidar da memória dos mortos para os vivos de hoje.”

do nome.<sup>21</sup> Estratégias que, pode-se dizer, ganham sentido por partirem da necessidade do agir cotidiano para minimizar as angústias e o sofrimento frente a efemeridade da travessia temporal, confrontando as incertezas e a fragilidade da própria vida.<sup>22</sup>

Dito de outro modo, tomando por base a constituição da *matriz disciplinar* do conhecimento histórico e a sua relação com o campo teórico, tal como sinalizado por Rüsen, a *reconstrução do passado* remete a um trabalho metódico no qual o ponto de partida é a carência de orientação da vida corrente. Trata-se de reconhecer “os interesses que os homens têm – de modo a poder viver – de orientar-se no fluxo do tempo, de assenhorear-se do passado, pelo conhecimento no presente”. A partir da identificação dessa carência – variável, isto é, mutante temporal e espacialmente –, que remete aos interesses temáticos extraídos da vida prática cotidiana, a história assume a forma de uma ciência que a torna inteligível “como resposta a uma questão, como solução de um problema, como satisfação (intelectual) de uma carência de (orientação).” É como se pudéssemos imaginar que as nossas carências de orientação existencial, sentidas no tempo e no espaço, reclamasse respostas fundamentais advindas do pensamento histórico, necessárias para haverem nossas próprias vidas “na medida em que a compreensão do presente e a projeção do futuro somente seriam possíveis com a recuperação do passado”.<sup>23</sup>

---

<sup>21</sup> Aqui uma reflexão de ordem filosófica pode ajudar no argumento. Paul Ricoeur (2007, p. 30), afirmou que há, em cada ser, uma solidão fundamental característica da existência. Em suas palavras “por solidão não quero indicar o fato de, muitas vezes, nos sentirmos isolados com numa multidão, ou de vivermos e morreremos sós, mas, num sentido mais radical, de que o que é vivido por uma pessoa não se pode transferir totalmente tal e tal experiência para mais ninguém. A minha experiência não pode tornar-se diretamente a vossa experiência. Um acontecimento que pertence a uma corrente de consciência não pode transferir-se como tal para outra corrente de consciência. E, no entanto, algo passa de mim para vocês, algo se transfere de uma esfera de vida para outra. Este algo, não é a experiência vivida, mas a sua significação. Eis o milagre. A experiência vivida, como vivida, permanece privada, mas o seu sentido, a sua significação, torna-se pública. A comunicação é, deste modo, a superação da radical não comunicabilidade da experiência vivida enquanto vivida.” São esses significados, ou seja, as unidades de sentido que traduzem a experiência vivida, que o historiador consegue captar acima do fluxo histórico – fatos – de que fala Koselleck (2006). Esse é um dos aspectos centrais da relação entre o evento e sua significação e denota a necessidade/importância dos sujeitos de marcarem o tempo como uma estratégia de romper essa solidão característica. Diante da finitude do ser, a sua marca – rastro – indica certa infinitude posto que ecoa pelo tempo. Nesse caso, além da linguagem, entre as várias marcas que produzimos ao longo da nossa existência, a geração, isto é, a família personificada na geração dos filhos figura como um esforço para romper com o que temos de finito, por significar o testemunho de nossa passagem pelo tempo. Essa compreensão assume uma importância dentro das considerações da epistemologia da história feitas pelo mesmo autor em outro exercício. Para Ricoeur (2000, p. 180), a marca – rastro/testemunho – é a condição *sine qua* do trabalho histórico por estar intrínseca ao seu objeto “o homem no tempo”. A definição do seu objeto “implica uma relação fundamental entre o presente e o passado. É graças a essa dialética ‘compreender o pelo passado’ e, correlativamente, ‘compreender o passado pelo presente’ – que a categoria do testemunho entra em cena na condição de rastro do passado no presente. O rastro é, assim, o conceito superior sob cuja égide Marc Bloch coloca o testemunho. Ele constitui o operador, por excelência, de um conhecimento ‘indireto’.”

<sup>22</sup> O par finitude e infinitude do ser assumiu um lugar significativo na reflexão ricoeuriana. Nas palavras de Dosse (2017) a reflexão sobre a falibilidade do homem, preso entre finitude e infinitude, e o agir marcou o pensamento do filósofo francês desde os seus primeiros trabalhos.

<sup>23</sup> Algumas questões extraídas da reflexão acima merecem um rápido esclarecimento. Primeiro, entendo por *matriz disciplinar* “o conjunto sistemático dos fatores ou princípios do pensamento histórico determinantes da ciência da

De maneira geral, os caminhos direcionados pela reflexão teórica esboçada acima foram fundamentais para compreender que o prestígio e, por conseguinte, a *invenção da tradição familiar Pessoa* foram construídos em meio a uma série de práticas e representações executadas pelos personagens centrais dessa história, a saber, Epitácio, Antônio Pessoa e os descendentes diretos desse último que permaneceram em Umbuzeiro durante a temporalidade estudada. Além disso, essa perspectiva teórica colaborou no entendimento de que, como construtos sociais e, portanto, temporais, o prestígio e a tradição inventada foi perdendo o seu significado mediante as transformações sociais, as mudanças institucionais, as técnicas de gestão política e, por conseguinte, a mudança operada no próprio sistema de representações. Nesse ponto, cabe entender melhor alguns conceitos e categorias que utilizo.

A possibilidade de pensar o fenômeno político fora da aparente compartimentação da história política, permitiu trabalhar com uma série de conceitos, entre eles o de *tradição inventada*, tal como definido por E. Hobsbawn. “Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas;” essas “práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado.” Para Hobsbawn, no momento em que se detecta “o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social que” a “invenção da tradição” se torna “um assunto tão interessante para os estudiosos da história contemporânea.”<sup>24</sup>

Neste trabalho, o conceito de *tradição inventada* está associado ao “jogo de representações” elaboradas pelos membros da família Pessoa, por seus promotores e

---

ciência da História como disciplina especializada.” Essa compreensão requer (re)conhecer a entrada da História, leia-se conhecimento história, dentro de um *paradigma* – que remete a metodização do pensamento histórico em geral, isto é, a um conjunto de fundamentos e regras metódicas que caracterizam o pensamento histórico – fundamental ao trabalho de reconstrução do passado. Na leitura de Rüsen (2010, p. 28-36), o ponto de partida desse trabalho é a identificação dos *interesses*, ou seja, das carências de orientação do homem no tempo. Em suas palavras “a expressão ‘interesses’ designa, assim, o ponto de partida que o pensamento histórico toma, na vida prática do quotidiano, ainda antes de se constituir como ciência. Enquanto tais, todavia, esses interesses ainda não são conhecimento histórico.” Ao assumirem a condição de uma reflexão específica sobre o passado, esses interesses se articulam como ideias, no sentido servirem “como referências supremos que emprestam significado à ação e à paixão.” Como ideias – *segundo fator da matriz disciplinar* – tais interesses serão testados a luz da existência dos vestígios do passado que traduzem experiências concretas do vivido. Nesse processo, “os métodos da pesquisa empírica constituem o terceiro fator dos fundamentos da ciência da história” que transformam os interesses/ideias em conhecimento histórico. Aqui o passado torna-se inteligível, restando assumir a forma de uma narrativa – (re)apresentação científica da pesquisa empírica. Nesse ponto – quarto fator – o pensamento histórico transforma-se em historiografia e assume a forma de uma linguagem que expressa resposta(s) a uma – ou um conjunto de – pergunta(s). Por fim, fechando um ciclo interdependente – de cinco fatores –, “originada em carências de orientação e enraizadas em interesses cognitivos da vida prática, a ciência da história – com os resultados do seu trabalho cognoscitivo expressos historiograficamente – assume a funções de orientação existencial [...]”, isto é, retorna a vida prática – presente – como orientação existencial.

<sup>24</sup> Cf. Hobsbawn (2012, p. 8-9).



colaboradores para justificar determinadas posições – *status* – assumidas na sociedade ou mesmo para se defender das ameaças direcionadas ao seu prestígio, impondo ou tentando impor a sua concepção – leitura/interpretação/significação – do mundo social, os seus valores e o seu domínio.<sup>25</sup> O que chamo de prestígio pode ser entendido como sinônimo de *status* social, isto é, remete à diferenciação que os grupos assumem na esfera “comunal” em termos de elaboração da honra e das posições sociais. Dentro da matriz weberiana, o *status* designa uma posição social mediada por *situações de status* que resultam de relações sociais em que o prestígio e a honra são constituídas por meio do estilo e das oportunidades de vida. De acordo com John Scott, Weber desejava “designar como *situação de status* todo componente característico das oportunidades e vida das pessoas que é determinado por uma estimativa social específica, positiva ou negativa da honra”. Ainda segundo o autor, “enquanto a ação econômica implica interesse na preservação ou ampliação de vantagens materiais, as ações baseadas em *status* dizem respeito a interesses na preservação ou ampliação da honra social [prestígio].”<sup>26</sup>

Ou seja, na interpretação weberiana, as classes são definidas pela posição dos sujeitos em relação a dinâmica do mercado, enquanto os grupos definidos por *status* (*Stände*) são identificados pelo *status* ou honra (*ständische Ehre*) que geralmente é construído por meio de um complexo e sutil jogo de cenas e situações ou ainda lhes são concedidos, herdados de outros.<sup>27</sup> O *status*, é, portanto, construído ou herdado, identificado normalmente pelo “estilo de vida”, por vezes transmitido como uma herança, leia-se, uma *herança imaterial* que os grupos tentam manter e preservar. Essa ideia também foi reforçada por Norbert Elias. Para este autor, o *status* está associado à reputação que um indivíduo ou grupo – a exemplo de uma família – assume na sociedade em que está inserido. Na sociedade de corte, por exemplo, o lugar e o prestígio de cada um era “determinado, em primeiro lugar, pelo *status* de sua casa por seu título

---

<sup>25</sup> Na sua tipologia das formas de dominação, Max Weber (1981, p. 286) contrapõe à forma de dominação corporativa e patrimonial outra forma que ele chama de dominação carismática. A dominação carismática implica a existência de determinadas posições assumidas pela liderança do indivíduo – um governante, sacerdote, herói ou rei – sobre o grupo. Construído historicamente, no dizer de Clifford Geertz (2014, p. 126) o poder carismático está associado ao *status* por estabelecer conexões “entre o valor simbólico dos indivíduos e a relação que estes mantêm com os centros ativos de ordem social. Tais centros, que ‘não têm qualquer relação com a geometria e muito pouco com a geografia’, são, em essência, locais onde se concentram atividades importantes; [...] o carismático não é necessariamente dono de algum atrativo especialmente popular, nem de alguma loucura inventiva; mas está bem próximo das coisas.”

<sup>26</sup> Segundo John Scott (2010, p. 204-205) “a sociologia de Weber estabeleceu uma distinção entre *status* e **classe** como as duas bases principais da estratificação social. Enquanto *classe* referia-se às diferenças sociais nas divisões e desigualdades econômicas, *status* designava a diferenciação de grupos na esfera ‘comunal’ em termos de sua honra e posição sociais. Weber relacionava ambos a uma terceira fonte de identificação que ele localizava na distribuição de autoridade e na produção de **elites**.” Ver sobre isso Weber (1948). Sociologicamente, essa classificação, pensada como uma síntese conceitual é essencial para os estudos que tratam das tensões entre os grupos sociais, suas estratégias e representações, bem como a dinâmica que envolve a estratificação e a dominação.

<sup>27</sup> A esse respeito, ver também Burke (2012, p. 100).

oficial.” A importância do prestígio nessa sociedade pode ser mensurada a partir das competições que envolviam o rei e os seus súditos em torno do que Elias chamou de “chances de prestígio”, isto é, da criação de situações de *status* para garantir a manutenção dos privilégios e posições de poder diante dos grupos sociais, no caso específico, a própria sociedade de corte. Esse ponto de vista levou Roger Chartier a afirmar, traduzindo as contribuições de Elias, que nessa sociedade o “ser social do indivíduo é totalmente identificado com a representação que lhe é dada por ele próprio ou por outros.”<sup>28</sup>

A busca constante por *status* e *prestígio* oportunizou pensar a historicidade da fabricação dual da personalidade pública dos personagens políticos analisados, isto é, uma dualidade verificada entre a interioridade do ser e a sua aparência. O “homem duplo”, no dizer de Claudine Aroche e Jean Jacques Courtine, é aquele que, recorrendo ao uso de máscaras, revela-se publicamente mediante a palavra, o gesto, os comportamentos, a vestimenta, em suma, a aparência que fundamenta a sua representação no meio social. O jogo de aparências que envolve a personalidade pública permite relacionar a atividade política às encenações teatrais dos atores, posto que ambas “absorvem da própria estrutura do olhar sua emergência, sua condição de possibilidade, o princípio do que os colocam em cena”. A decifração da aparência também é um dos temas que interessa ao historiador do político.<sup>29</sup> A aparência, neste caso, sendo inseparável do pensamento político como representação me levou ao encontro do conceito de *teatrocracia*. Neste particular, o historiador toma a “encenação” como uma chave para entender o fenômeno político como elemento constituinte da realidade humana. Para tanto, foi oportuno partir do pressuposto de que o *imaginário* acompanha o fenômeno político, pois

---

<sup>28</sup> Para Elias (2001, p. 107-107), as situações de *status*, bem como “as competições por prestígio e status podem ser observadas em muitas formações sociais; é possível que se encontrem em todas as sociedades.” Na sociedade de corte, essa competição foi explorada no tópico em que analisou “o rei, prisioneiro da etiqueta e das chances de prestígio.” Para ele (idem, p. 132-133), na medida em que a nobreza precisava do governante, para garantir o seu *status* e prestígio, o rei precisava da nobreza para manter viva a sua própria casa. “A necessidade de os nobres formarem uma elite, cujo desaparecimento equivaleria à sua destruição, convém às necessidades de dominação do rei.” Por outro lado, “permitir a ruína da nobreza significa também, permitir a ruína da nobreza da sua própria casa.” Veja-se a leitura de Chartier (2001, p. 20). Ver ainda, sobre as contribuições de Elias para o campo da História, Chartier (1990, p. 92) que afirma “a evolução da problemática histórica mais recente produziu-se em termos que vão de encontro de Elias, estudando com rigor as determinações que pesam sobre os destinos pessoais, os fenômenos que nenhuma vontade – nem mesmo a do príncipe – seria capaz de transformar.” Nessa perspectiva, importante aos estudos que tratam sobre as trajetórias individuais, “os reis foram assim destronados das preocupações históricas, e com eles o caráter todo poderoso das intenções individuais”.

<sup>29</sup> Partindo do empreendimento levado a cabo por Marcel Mauss no início do séc. XX em torno da história “social” da noção de “pessoa”, Haroche e Courtine (1986, p. 8-9) se interessam por analisar a constituição histórica dessa dualidade no ser humano. O que chamam de “homem duplo” implica na aceção de que “o homem como sujeito social é efetivamente um homem duplo” ao mesmo tempo que o ser, exposto ao movimento do olhar e a sua identificação pública, é representado em função da sua aparência. No campo da atividade política, essa relação encontra o seu ápice, posto que este é o “lugar onde se estabelecem dominações, aceitam-se servidões, organizam-se resistências no jogo das representações: nenhum poder teria efetivamente meios de se impor sem uma estratégia de aparência, nenhuma resistência poderia opor-se sem uma astúcia da aparência.”

"todo sistema de poder é um dispositivo destinado a produzir efeitos, entre os quais os que se comparam às ilusões criadas pelo teatro."<sup>30</sup>

A noção de poder apareceu como outro conceito-chave no presente trabalho. A princípio, o conceito foi extraído da obra de Giovanni Levi, já citada. Nessa obra, ao tomar a trajetória do padre Giovan Batiste Chiesa como uma espécie de pretexto para analisar questões mais amplas, a exemplo de como variavelmente em cada época histórica os indivíduos ou grupos sociais lidam com as incertezas da vida, Levi acabou por ofertar a compreensão de que o poder – ou as relações de poder – são mutáveis de acordo com o tempo, o espaço e as ocasiões, não podendo ser pensado como uma coisa, isto é, um bem fixo e estável que pode ser transferido mecanicamente de uma geração à outra. No caso do lugarejo de Santena e dos seus moradores, a sua concepção de poder aparece, por exemplo, na análise do que chamou de “vínculo preliminar de comportamento”, ou seja, a sua interpretação em torno das estratégias familiares que “tinha como base a procura de segurança, na qual a conservação de um *status* era a sua transmissão de geração em geração.”<sup>31</sup>

Essa percepção me levou à reflexão sobre o tema central da obra, tal como salientou Revel, a incerteza “sentida diante das ameaças individuais e coletivas”, isto é, diante da quebra da “previsibilidade que [aparentemente] organiza” a vida. Essa ideia inspirou no entendimento das reações, variáveis de acordo com o contexto e as ocasiões, que os personagens analisados na presente tese tiveram diante das ameaças que colocavam em xeque a honra e o prestígio da família construídas historicamente. Estou convencido que esses personagens – Epitácio, Antônio Pessôa e os descendentes deste último – respondiam à sua maneira toda vez que se deparavam com possíveis ameaças – desde as mais sutis e aparentemente simples como as que provinham da circulação de boatos vistos como caluniosos e difamatórios, ou as mais complexas que implicavam a perda direta de lugar ou espaço na sociedade analisada – principalmente tentando diminuir a incerteza quanto à expectativa de perpetuação do prestígio do nome.

---

<sup>30</sup> Conferir Balandier (1982, p. 5-6). Ver ainda sobre a metáfora teatral, a leitura de Shwartzember, (1978, p. 3).

<sup>31</sup> Sobre isso, quando o autor analisou as consequências que recaíram sobre o padre Chiesa diante da interpretação que este deu a herança – *imaterial* – deixada pelo pai, explorou “a morte de Giulio Cesare, a guerra, a crise agrícola e a miséria devastadora podiam, de forma geral, ameaçar a sua posição. O desaparecimento do seu pai podia ser sentido, imediatamente, como uma perda de prestígio. A relação com os Tana, o prestígio da família e o papel do pároco eram toda a sua riqueza e Giovan Batista durante quatro anos deve ter acreditado que isto bastasse, que o prestígio pudesse ser transmitido e transformado em riqueza material de modo mais mecânico possível.” Cf. Levi (2000, p. 218). Ver ainda, no mesmo autor, leitura do capítulo intitulado “três histórias de famílias” para compreender a sua preocupação de perceber as estratégias familiares como forma as relações de poder daquela sociedade. Ainda segundo Levi (*idem*, p. 47), “a história de Chiesa foi, portanto, não apenas o objeto da narração, mas também o pretexto para reconstituição do ambiente social e cultural da cidade.” Sobre a obra, cabe ainda leitura do prefácio da obra escrito por Jacques Revel (1989) e intitulado “A história ao rés-do-chão.”

Essa hipótese permitiu vislumbrar a importância do conceito de *herança imaterial*, entendida como uma herança baseada no prestígio, em uma espécie de crédito validado pelos serviços prestados, de fidelidade reconhecida, de respeito e de dependência, isto é, ancorada em sistemas de valores historicamente construídos e, portanto, mutáveis, perecíveis ao tempo, modificados no curso das gerações. É bem verdade que, diferente dos Pessôa, a *herança imaterial* era a única riqueza dos Chiesa – Giulio Cesare transmitida a seu filho Giovan Batiste Chiesa –; porém, a família aqui analisada, paralelo a formação do seu cabedal material, isto é, da sua riqueza materializada em bens – de natureza diversa – também criou um patrimônio baseada no prestígio ou *status* que era validado por um sistema de valores e representações ancorados em laços de dependência. Em ambos os casos, as mudanças no sistema de valores, nas práticas sociais que lhe prestavam corpo e sustentação trouxeram consequências – variáveis em cada situação e de acordo com o tempo e o espaço – para o curso geracional dos Chiesa e dos Pessôa. No caso dos Pessôa, ao final pude perceber que estes permaneceram – e em grande medida ainda permanecem – como herdeiros do patrimônio material da família, enquanto o prestígio foi declinando gradativamente.

Por fim, a aproximação com o campo da história política permitiu examinar a relação entre história e memória. É preciso demarcar como encaro essa relação. Antoine Prost foi enfático ao afirmar que a “história não é memória”, mas a memória, seja individual ou coletiva, tal como a história funcionam como espécie de *conectores* que conferem, no presente, uma presença do passado.<sup>32</sup> Já Paul Ricoeur, pareceu traçar essa linha que separa e une, de maneira problemática, essas duas modalidades de dizer e conceber o passado e com ele estabelecer algum tipo de relação inelegível. Partindo da noção de *justa memória*, tomo como válido o pressuposto que não se deve reivindicar a memória contra a história, mas de demonstrar que o testemunho da memória é um dos fiadores da existência de um passado que foi e não é mais.<sup>33</sup>

---

<sup>32</sup> O termo “conector” é usado por Koselleck (2006, p. 309) para referir-se a narrativa histórica pensada como uma espécie de mediadora para ligar o “espaço de experiência” – experiência vivida e acumulada do passado – com o “horizonte de expectativas” – expectativa de futuro criada no presente –, ou seja, entre um tempo que não é mais e um tempo que virá por meio da experiência presente. Sobre o “espaço de experiência”, pensado enquanto uma categoria conceitual de uso da teoria da história, lembra “a experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados.” Nesse caso, o “espaço de experiência” é preenchido pela memória – testemunhos – do que foi o vivido, figurando como referências da experiência. Sobre a interpretação histórica, concenter Rüsen (2010, p. 196) para quem ao dialogar com o passado, a história conduz “ao mesmo tempo a interpretação do passado para além de seus limites até a interpretação do presente. Só assim a atividade de pesquisa do historiador pode ser executada como um trabalho que lida com uma representação da evolução temporal, que se estende do passado ao presente e abre perspectivas futuras.”

<sup>33</sup> Na perspectiva adotada por Antoine Prost (2008, p. 106) a memória e a história assumem uma natureza diferente haja vista obedecerem a tipos de registros diferentes. Segundo ele, “em vez de ser um relato de lembranças ou uma tentativa de imaginação para atenuar a ausência de lembranças, fazer história é construir um objeto científico, historicizá-lo – de acordo com a palavra utilizada por nossos colegas alemães; ora, acima de tudo, historicizá-lo consciente em construir a sua estrutura temporal, espaçada, manipulável, uma vez que, entre as ciências sociais, a

Desse modo, enquanto uma fonte para acessar o passado, foi oportuno trabalhar com a noção de “enquadramentos de memória” para imaginar como a memória da família Pessoa foi sendo ajustada conscientemente mediante um trabalho sistematizado. Além disso, o conceito de memória, individual ou coletiva, aparece com frequência nos estudos que centram a atenção no fenômeno político seja para avaliar como as “culturas políticas” são constituídas numa duração mais longa, seja delineando a criação das identidades nacionais, eixo temático que aparece imbricado à reflexão feita sobre a política pensada como espetáculo.<sup>34</sup> Esse primeiro rol de conceitos foi, portanto, fundamental aos meus propósitos.

A metodologia. De maneira geral, a metodologia obedeceu às regras fundamentais que caracterizam a pesquisa histórica.<sup>35</sup> De maneira operatória, identificado o interesse de análise,

---

dimensão diacrônica é o próprio da história.” Já Paul Ricoeur (2000, p. 145) dedicou parte considerável de suas reflexões filosófica sobre a epistemologia do conhecimento histórico e encarou a *aporia* que envolve a relação entre história e memória estabelecendo três diferenças e aproximações essenciais. A primeira está relacionada à diferença entre testemunho imediato – direto – e a noção de documento (*idem*, p. 189). Ao primeiro, cuja condição de ser é a presença de uma testemunha para considerá-la admissível, opõe-se a noção de documento marcado por uma dimensão indiciária, cuja amplitude está para além do testemunho imediato. Este último, porém, quando depositado em arquivos assumem a condição de documento, o que ele chama de “memória arquivada”, que submetido ao exercício da crítica histórica assume a sua condição indiciária que fundamenta uma “narrativa provável, plausível” (*idem*, p. 192). A segunda diferença, tal como salientada por Prost, está na natureza do registro e a configuração da narrativa. Para Ricoeur o registro histórico – entendido enquanto uma representação – oferece uma explicação científica dos fenômenos rememorados e, por extensão, da constituição da própria memória enquanto caminho para se estabelecer uma conexão indireta com o passado. Nesse ponto, acresço a terceira diferença fundamental, qual seja, entre a fidelidade da memória – ou suposta fidelidade – e a intenção de verdade da história. Essa intenção está associada a capacidade do registro histórico – representância – de representar o passado. Essa capacidade apoia-se, por fim, na entrada da história na operação historiográfica e a certeza da existência do passado assegurado pelo testemunho da memória. A reflexão sobre a relação entre história e memória também aparece em Nora (1993, p. 9-1) para problematizar os excessos de memória oriundas da “obsessão comemorativa.”

<sup>34</sup> Por “enquadramento de memória”, visto como sinônimo de “memória coletiva”, entendo o esforço coordenado dos grupos sociais para estruturar a sua visão dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, para definir e reforçar sentimentos de pertencimento, bem como estabelecer “fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc.” Segundo Pollack (1989, p. 4), “manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum [coletiva]. Isso significa fornecer um quadro de referências e de pontos de referência. É, portanto, absolutamente adequado falar, como faz Henry Rousso, em memória enquadrada, um termo mais específico do que “memória coletiva”. Quem diz ‘enquadrada’ diz ‘trabalho de enquadramento.’” Pensar o trabalho de enquadramento da memória envolve o traço metodológico que implica problematizar a memória coletiva objetivando entender os limites e possibilidades da sua negociação enquanto legitimadora de uma dada visão do passado. Importante lembrar que as reflexões de Pollack também partem da problemática da “obsessão comemorativa” de que fala Pierre Nora (1993, p. 12) e do conceito de “lugares de memória.” Na visão deste último autor, “os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, por que ela a ignora.” Assumindo formas diversas – monumentos, arquivos, bibliotecas, estátuas, bustos, comemorações, rituais, entre outros, desde que erigidos para significar a contenção da passagem voraz do tempo – cabe ao historiador problematizar os limites e possibilidades de suas construções enquanto empreendimentos coordenados por indivíduos ou grupos de dimensões variadas.

<sup>35</sup> Entendo por pesquisa histórica, tal como Jörn Rüsen (p. 2010, p. 104), o “processo cognitivo, no qual os dados das fontes são apreendidos e elaborados para concretizar ou modificar empiricamente perspectivas (teóricas) referentes ao passado humano.” Nessa compreensão, distante temporalmente do seu objeto, as informações sobre o que foi o caso passado chegam ao historiador indiretamente através das fontes. Desse modo, “a pesquisa é, por conseguinte, o processo no qual se obtém, dos dados das fontes, o conhecimento histórico controlável.” Como

o primeiro passo consistiu no estabelecimento de um conjunto de fontes cujo processo de seleção foi feito obedecendo a metodologias específicas. Nesse rol de fontes, as biografias são tomadas enquanto possibilidade de avaliar aspectos diversos que envolveram a trajetória individual/coletiva.<sup>36</sup> Carlo Ginzburg, ao tratar do seu *experimento historiográfico* – micro-história italiana –, certa vez afirmou que “a utilização do nome para abrir novos campos à investigação histórica não é nova.” Porém, reconhecia o pioneirismo de Lawrence Stone em traçar perfis e caminhos metodológicos das investigações prosopográficas usadas nas pesquisas históricas.<sup>37</sup> Para Stone, “a prosopografia é a investigação das características comuns de um grupo de atores na história de um estudo coletivo de suas vidas.”<sup>38</sup>

Orientação fundamental, posto que grande parte das fontes usadas nesse trabalho são de natureza prosopográfica. Nesse caso, as biografias que utilizo, para citar o exemplo da biografia

---

caminho metódico, considero fundamentis ao trabalho de pesquisa histórica a observação das regras que compõem a “operação historiográfica” tal como trabalhada por Ricoeur (2007) e Certeau (2010); no caso da postura epistemológica assumida, isto é, por entender a definição de conhecimento histórico tal como assinalou Rüsen (2010, p. 110) “como processo, ao se entender as histórias como respostas a perguntas e ao se analisar o processo regulado que leva da pergunta a resposta”, cabe situar a influência, na presente pesquisa, do chamado indiciário histórico que permite trabalhar com a noção referência, isto é, se o passado é um objeto ausente, é possível acessá-lo por meio de pistas, indícios e sinais do que foi o caso passado. Sobre o indiciário em história, cabe a leitura de Ginzburg, (1989, p. 150); e Ricoeur, (2007, p. 185).

<sup>36</sup> De acordo com Borges (2010, p. 204) – avaliando os avanços e recuos do uso das biografias enquanto fontes históricas –, “pode-se ver como biografias diversos tipos de textos – desde um verbete de dicionário de figuras políticas, literárias, até relatos de filmes, programas de televisão etc”. Porém, as do tipo mais clássicas, usadas pelos historiadores, assumem a forma de uma narrativa escrita os fatos particulares das várias fases da vida de uma pessoa ou personagem. Ver sobre o uso da biografia enquanto fonte para a história (idem, p. 215). Uma leitura sobre o “limiar biográfico” é encontrada em Loriga (2011) e (2009). Segundo Levi (2006, p. 179) no trabalho com a biografia deve-se considerar problemas como “a relação entre normas e práticas, entre indivíduos e grupos, entre determinismo e liberdade, ou ainda entre racionalidade absoluta e racionalidade limitada.”, isto é, aspectos que envolve a preocupação em identificar a relação entre as regras sociais e as práticas, as ações individuais e os condicionantes externos.

<sup>37</sup> Ginzburg (1991, p. 174) referia-se ao uso dos registros de natureza biográfica na chamada “demografia nominal (a pesquisa de Henry sobre Crulai) [que] produziu no âmbito da demografia histórica, apontando um novo objeto de pesquisa: a reconstituição das famílias.” Propõe, para tanto, o “método onomástico seja alargado muito para lá das fontes estritamente demográficas.” O princípio continuava o mesmo, partir do nome vasculhando-o no cruzamento de um universo de fontes – informações – mais amplo. Sobre isso, afirmou “há alguns anos, traçando um balanço das investigações prosopográficas, Lawrence Stone distinguiu duas correntes: uma qualitativa, centrada sobre os estudos das *élites* (políticas, culturais, etc.); a outra, quantitativa, virada para a inquirição de agregados sociais mais amplos.” No seu empreendimento, conclui, “a nossa proposta pretende combinar a óptica não elitista da segunda corrente com a análise particularizada da primeira – uma pro-sopografia a partir de baixo (análoga à proposta por E. P. Thompson), que deveria portanto desembocar numa série de *case studies*, embora sem excluir, como já se disse, a investigação de tipo serial.” Para Giovanni Levi (2000, p. 47), na obra já citada, a história de Chiesa foi cruzada com os registros da dinâmica social e cultural de Santena. Segundo ele, “o caminho que percorri foi o de inserir a situação narrada em seu contexto local. A documentação utilizada era, portanto, constituída de dados usuais que consentissem uma prosopografia generalizada: registros paroquiais, atos de ofício, dados cadastrais e documentos de ofício.”

<sup>38</sup> Na definição de Lawrence Stone (2011, p. 115) os vários tipos de informação sobre indivíduos de um dado universo são então justapostos e combinados e, em seguida, examinadas por meio de variáveis significativas. Essas são testadas a partir de suas correlações internas e correlacionadas com outras formas de comportamento e ação.” Para tanto, afirma que a prosopografia é empregada para entender um determinado conjunto de questões historiográficas aplicadas à história política, posto que “o propósito da prosopografia é dar sentido à ação política” de determinados personagens permitindo entender como inscrevem sua trajetória em um dado espaço de tempo.

oficial de Epitácio Pessôa escrita por sua filha, Laurita Raja Gabaglia Pessôa e publicada em 1951 são, antes de tudo, pensadas como fontes cujas informações, cotejadas com outras fontes, permitem perceber um “conjunto de questões uniformes – a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência em cargos e assim por diante”.<sup>39</sup> Para tanto, procurei não perder de vista que a biografia em tela, ao apoiar-se em outros registros biográficos – a exemplo das biografias do Barão de Lucena – e criar um personagem ou personagens – faz parte do processo de construção do que chamei de *invenção da tradição familiar Pessôa*, o que exigiu confrontar tais informações com as próprias motivações que levaram os familiares a produzirem a referida obra.<sup>40</sup>

Esse cruzamento de informações também foi feito em outro registro de natureza prosográfica. Refiro-me, primeiramente, aos diários de Antônio da Silva Pessôa, escritos entre 1894 e 1913, e analisados de maneira inédita nesse trabalho. Guardado entre os familiares por décadas, as informações ali contidas foram cotejadas com uma série de documentos, tais como registros paroquiais, atos e documentos administrativos, dados cadastrais, informações dispostas nos jornais, revistas e cartas. No último caso, refiro-me a um conjunto de correspondências trocadas entre ele – Antônio Pessôa –, Epitácio Pessôa e uma série de familiares e personagens políticos, colaboradores e correligionários durante um dado período da temporalidade analisada (1890-1916). Os diários – haja vista a existência de um conjunto de cadernos que registraram aspectos significativos de suas atividades comerciais – e correspondências, a princípio foram interpretadas como parte integrante do esforço de Antônio Pessôa para criar uma *escrita de si* e forneceram importantes informações sobre traços da vida privada, bem como aspectos que envolviam a busca por segurança e prestígio mediante a ocupação de determinados lugares e produção da vida material.<sup>41</sup>

---

<sup>39</sup> *Ibidem*.

<sup>40</sup> Segundo Borges (2010, p. 213-214), “o grande estudioso francês da chamada ‘escrita de si’, Phillipe Lejeune, aponta três categorias de biografias: ‘a biografia pura’ aquela que o narrador não conheceu seu objeto de estudo e visa a dar uma imagem completa de sua existência a partir de documentos e testemunhos; o testemunho como pretensão de biografia: no qual o narrador conhece seu personagem; é um testemunho que poderá ser utilizado por um biógrafo para futura biografia, com o apoio de documentos que possui como a correspondência do biografado (ativa e/ou passiva); o testemunho puro: o narrador conhece o indivíduo e participou de momentos de sua vida; são em geral textos de filhos, amigos ou companheiros.” Pela natureza e pela forma, o texto de Gabaglia Pessôa transita pelas duas últimas categorias, posto que, no caso da primeira, conforme veremos, a autora tomou por parte o testemunho de Antônio Pessôa Filho, sobrinho do biografado e seu secretário pessoal – de 1919 a 1942 – e responsável por organizar o seu arquivo pessoal, a quem dedicou a obra, conforme veremos. Ver ainda, na mesma autora (*ibidem*), a tipologia feita por Giovanni Levi em torno da diversidade de biografias.

<sup>41</sup> Nessa parte, cabe apontar direcionamentos conceituais e metodológicos sobre o uso dos diários e das cartas na pesquisa histórica. De natureza prosopográfica, Malatian (2009, p. 204) afirma as cartas também traduzem a existência de uma *escrita de si*, no sentido de aproximar-se de uma espécie de autobiografia que expressa sentimentos, emoções e experiências. Metodologicamente, considerada como uma fonte, as cartas devem ser

O uso dos jornais, por outro lado, assumiu uma posição especial em meus propósitos. Formadores de opinião e meios de comunicação eficientes para promoção das ideias e representações políticas do contexto, considerei os jornais como fontes históricas sem perder de vista que podem ser resultados de certo influxo de interesses, compromissos e paixões. Daí, parti da orientação metodológica que indica a necessidade de historicizar as notícias de modo a tentar distinguir a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, isto é, o fato e a sua representação. Resulta daí a necessidade de identificar nessa fonte as possíveis ligações cotidianas com os diferentes poderes que, de certa forma, podem interferir nas publicações veiculadas pelos periódicos. Nessa orientação, a regra é colocar o seu editorial em constante “suspeição.”<sup>42</sup> O que chamei de imprensa *epitacista*, para caracterizar os jornais e os editoriais que foram controlados direta ou indiretamente pelos irmãos Pessôa, exemplificam como os jornais podem funcionar a serviço de determinados poderes, esforçando-se para legitimá-los; de igual modo ficou evidente que tais jornais também foram instrumentos eficazes na promoção das imagens públicas de Antônio e Epitácio Pessôa, aspecto essencial para compreensão do jogo de aparências que fundamentou a configuração do poder político da família.

Grande parte desses documentos estão disponíveis em três arquivos pessoais, quais sejam, o arquivo de Epitácio Pessôa que se encontra sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB – e os de Antônio da Silva Pessôa e seu filho, Antônio da Silva Pessôa Filho, ambos disponíveis no Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba – IHGP. Muitos dos documentos disponíveis nesses dois últimos arquivos também foram usados de forma inédita no presente estudo.<sup>43</sup> Nesse caso, como notaremos, de igual forma, tentei problematizar o movimento de constituição dos arquivos pessoais pesquisados – também entendidos enquanto *lugares de memória* – preocupado em compreender como eles fizeram parte de um movimento consciente de *enquadramento da memória* não apenas pessoal, mas familiar; a criação dos

---

confrontadas com outros documentos. Definição e cuidados bem parecidos com os voltados para os diários pessoais. De acordo com Cunha (2009, p. 252) os diários são fontes, “chamadas escritas ordinárias, que permitem aos historiadores rastrear muitas das maneiras de viver e de pensar de determinada época, dadas a ver, no tempo presente.” Tal como as cartas, os diários expressam certas sensibilidades e insere-se no rol das fontes de natureza prosopográfica o qual deve-se submeter ao senso da crítica, confrontando informações com outras fontes.

<sup>42</sup> No campo historiográfico há um intenso debate sobre o uso dos jornais na pesquisa histórica. Luca (2010, p. 116-117), fez um balanço das críticas, proposituras metodológicas e possibilidades de pesquisa que envolveu o uso dos periódicos. Ao final, pareceu concordar que o historiador não pode declinar de ir aos jornais para obter dados de natureza diversas, inclusive do campo político, que envolve a experiência passada. No dizer de Aranha (2006, p. 32) é quase impossível pensar a atividade política de fins do século XIX e início do XX sem recorrer aos editoriais.

<sup>43</sup> Esse foi o caso da volumosa correspondência trocada entre Antônio e Epitácio Pessôa, algumas delas usadas de maneira inéditas; bem como os cadernos – diários – de Antônio Pessôa que deram conta dos registros contábeis de suas atividades econômicas em Umbuzeiro, bem como registraram os seus movimentos financeiros de acordo com a ocupação de suas funções públicas e/ou investimentos em bens duráveis e móveis.



arquivos pessoais foram, portanto, pensados enquanto parte integrante dos esforços da família por identificar e salvaguardar a tradição familiar de codinome Pessôa.

Por fim, um conjunto de imagens fotográficas completa o rol de fontes usadas nesse estudo. Para tanto, trato “as imagens fotográficas como documentos que permitem uma aproximação das práticas sociais com a sua dimensão simbólica, considerando as tensões e conflitos que, historicamente, permeiam as sociedades”. As fotografias foram, portanto, lidas e interpretadas de acordo com a “sua condição de índice, isto é, os signos que expressam, num determinado momento histórico, uma relação de ligação, de pertencimento, de existência contemporânea com o seu referente.”<sup>44</sup> Essa documentação foi fundamental para perceber o simbolismo de determinados lugares que, no meu entender, figuram como símbolos do *status* e do *prestígio* da família na região. Esse foi o caso do conjunto de imagens que forneceram uma leitura indiciária do que chamei de “complexo da fazenda Barra”, propriedade de Antônio da Silva Pessôa em Umbuzeiro e que interpreto como sinônimo de “centro” do poder político exercido pelos Silva Pessôa na região. Tais fotografias, bem como um conjunto de retratos do coronel José da Silva Pessôa – patriarca da família Pessôa, pai de Epitácio Pessôa –, do coronel Antônio da Silva Pessôa – patriarca dos Silva Pessôa de Umbuzeiro – e da mulher deste último, Margarida d’Assumpção Santiago – Sinhá Pessôa – foram pela primeira vez usados em uma obra de natureza histórica. Antes, elas repousavam nos álbuns de família, bem como na parede da Fazenda Barra de Natuba. De posse desses materiais, traçado o perfil metodológico com que foram analisados e interpretados durante a pesquisa, restava narrar os fatos na forma de uma trama.<sup>45</sup>

---

<sup>44</sup> Sobre o uso da fotografia pensada enquanto documento que fala do passado ver Cabral Filho (2009, p. 15-42). Para Le Goff as imagens fotográficas figuram como “o resultado direto de sociedades históricas para imporem-se ao futuro, voluntaria ou involuntariamente.” Le Goff, (1994, p. 548, apud Cabral Filho, 2009, p. 20).

<sup>45</sup> O debate que envolve a natureza da narrativa histórica tem ganhado espaço no meio historiográfico. Partindo da noção de operação historiográfica, sem querer avançar em maiores reflexões sobre o tema e acreditando já ter fornecido pistas sobre a postura epistemológica que assumo ao me referir ao campo da história, cabe me posicionar brevemente acerca da natureza do empreendimento narrativo que elaborei. Compartilho da tese de que é a narrativa que torna acessível a experiência humana no tempo e que, correlativamente, o tempo só se torna humano através da narrativa. Dito de outro modo, tal como afirmou Ricoeur (2010, p. 93), parto da premissa de que “existe, entre a atividade de narrar uma história e o caráter temporal da experiência humana, uma correlação que não é puramente acidental, mas apresenta uma forma de necessidade transcultural. Ou, para dizê-lo de outra maneira: o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo, e a narrativa alcança sua significação plenária quando se torna uma condição da existência temporal.” A narrativa histórica, nesse caso, ao permitir a entrada da experiência no campo da narração – dando forma ao tempo histórico – aqui pensada como uma espécie de conector, de que fala Koselleck (2006) e que usamos para estabelecer relações com a experiência passada que, por sua vez, já assumiu uma forma narrativa a qual chamamos de fontes históricas. Sobre os conceitos de “intriga narrativa” e “representância historiadora”, cabe a leitura de Ricoeur (2007, p. 247), tópico dedicado “a representação historiadora.” Veja também Prost (2008) sobre os tipos de narração e a montagem do enredo histórico, capítulos intitulados “criação de enredo e narratividade” e “A história se escreve.” Veja-se ainda sobre as contribuições de Ricoeur e Koselleck para o campo da epistemologia da história a Dosse, (2001); e Chartier (2009, p. 15-16).

A trama. Na representação narrativa que segue, os capítulos foram nomeados de acordo com a identificação do tema central de que tratam, seguidos de uma inscrição temporal. No primeiro capítulo, intitulado “tempos de construção da memória (1920-1930)” o tema de maior extensão foi a construção do projeto de memória encabeçado pela família Pessôa – Epitácio, Antônio Pessôa Filho, Gabaglia Pessôa e demais colaboradores – e que pretendeu fundamentar a existência de uma *tradição familiar*. Nesse ponto, demonstro que a *escola cívica* de Antônio, Epitácio e João Pessôa – de acordo com a visão dos Silva Pessôa de Umbuzeiro – foi sistematicamente surgindo como um projeto de memória a partir da expectativa de Epitácio Pessôa de *arquivar-se*, isto é, de enquadrar uma memória pessoal e familiar preenchida por sua visão dos fatos. Apresento, para tanto, os movimentos decisivos dessa construção, bem como seus idealizadores, promotores e colaboradores e os “pontos de referência” que a tradição familiar tendeu a ancorar-se dentro da sua biografia oficial, que interpreto como sinônimo de coroamento desse esforço coordenado por enquadrar uma memória.

Usando de uma espécie de tempo invertido, os sinais dessa *tradição inventada* me levaram a identificar quais eram as suas raízes históricas, em quais aspectos da experiência vivida no passado ela pretendia ancorar-se. Esse foi o movimento geral do segundo capítulo, “tempos de configuração da vida material (1890-1904)” em que procuro identificar, a partir da análise da trajetória de Antônio da Silva Pessôa, os sinais de aparecimento do prestígio familiar. A preocupação central foi perceber como a sua busca por *situações de status* e pela produção da vida material acabaram por colaborar para criação do prestígio familiar, aspecto integrante da configuração do seu poderio político na Paraíba. Esse poderio esteve associado em um primeiro momento à chefia política de Umbuzeiro, assumida pelo coronel Antônio Pessôa por volta de 1904. Nesse capítulo, como no seguinte, demonstro como as personalidades públicas das duas lideranças da família na Paraíba – Epitácio e Antônio Pessôa – foram sendo construídas com base em um forte jogo de cena, aspecto importante da atividade política que desempenharam para criação e defesa da honra do nome.

O terceiro capítulo, “tempos de defesa da honra e do prestígio (1889)”, é centrado na trajetória de Epitácio Pessôa e possui um duplo movimento. Como este personagem foi o objeto central da obra de Gabaglia Pessôa, tento primeiramente traçar uma leitura de como a família viu a trajetória do seu *grande líder*, ao tempo que cruzo aspectos de sua biografia oficial com outras evidências históricas. O resultado, acredito, consistiu em demonstrar como a obra em questão é parte integrante do processo de construção da *tradição familiar Pessôa*. Como exemplo, analiso a maneira como recaiu sobre a memória da atividade intelectual e política de Epitácio Pessôa uma espessa camada narrativa inclinada a associá-lo a famosa “Escola do

Recife”. Nesse ponto, a partir da leitura de Ângela Alonso, constato que essa associação faz parte da *tradição familiar Pessoa* inventada; por outro lado, tento ilustrar de que maneira Epitácio pode ser visto como integrante da geração de 1870-1880. O caso em que se envolveu com o juiz Teixeira de Sá na comarca do Cabo em 1889 permite mensurar, naquele momento, o significado que a honra e o prestígio representavam para esse personagem.

Finalizo o terceiro capítulo com uma leitura sobre o jogo político republicano que trouxe Epitácio Pessoa de volta à Paraíba como secretário geral do então presidente Venâncio Neiva (1889-1891). Nesse momento, Epitácio aparece enquanto um personagem ávido por conseguir firmar espaço dentro da oligarquia venancista, tendo sido um dos principais articuladores da criação da imagem da República na Paraíba. A leitura desse cenário exigiu que desdobrasse a minha análise sobre a sua trajetória política na/pela Paraíba em um quarto capítulo intitulado “tempos de afirmação do poder político (1889-1894).” O recorte temporal escolhido cobriu o período em que atuou como secretário geral e, principalmente, como deputado federal pela Paraíba (1891-1893). A preocupação central do capítulo foi entender de que maneira Epitácio Pessoa foi construindo a sua imagem pública atento as *chances de prestígio*, estimulando e incorporando uma série de representações que, quando difundidas pelo seu Estado natal, acabaram por fortalecer o *status* familiar. Em conjunto, no terceiro e quarto capítulo, a análise da sua atividade política foi ancorada na premissa de que, para além da parentela, a encenação, o jogo de representações, os gestos e comportamentos teatralizados foram fundamentais para a projeção política de Epitácio Pessoa, colaborando de maneira significativa para o reconhecimento do prestígio do nome e da tradição familiar.

No quinto capítulo, uso como estratégia metodológica o cruzamento dos registros da trajetória de Antônio e Epitácio Pessoa. Intitulado “Tempos de consolidação (1908-1916)”, esse capítulo analisa a atuação conjunta dos irmãos Pessoa – um na esfera local e regional, outro na esfera nacional – para a consolidação do poder político. O fio condutor continua sendo a honra e o prestígio do nome, defendidos e estimulados em termos de representações que lhes valoravam o tino político. Teórica e conceitualmente, a encenação e a teatrocracia continuam a orientar a análise da atividade política que é operada em meio a uma complexa trama de bastidores. Nesse sentido, o capítulo refletiu sobre a atividade política dos irmãos Pessoa dentro da chamada *política dos governadores*, cuja base estava no coronelismo, demonstrando, dentre outros aspectos, como eles foram negociando os lugares que a família deveria assumir dentro do jogo político da Primeira República. Foi nesse contexto, por exemplo, que estando Epitácio Pessoa aparentemente distante da atividade política direta na Paraíba, o coronel Antônio Pessoa

assumiu a deputação estadual e a vice-presidência do Estado no quadriênio (1912-1916) e cerca de dois anos depois o governo (1915-1916).

Por fim, situando o leitor no período áureo do *epitacismo* (1912-1930) produzi o sexto capítulo, intitulado “Tempos de crise e reajustes da memória (1916-1942)”. Interconectado ao anterior, o capítulo inicia demonstrando o esforço da imprensa *epitacista* – jornais *A União*, *A Notícia* e *O Norte* – para criar imagens que remetiam ao reconhecimento do domínio político dos Pessôa na Paraíba. A análise de como essa máquina propagandista colaborou para o reconhecimento do prestígio político de Eptácio e Antônio Pessôa foi feita a partir do esforço por ajustar a memória da administração do coronel Pessôa. Esse movimento, por sua vez, teve a chancela direta de Eptácio Pessôa que, em gestos e comportamentos encenados, entabulou a ideia de que o governo que se originou do rompimento com a oligarquia alvarista/walfredista em 1915, isto é, o governo de Antônio Pessôa, havia demarcado uma nova era na vida política administrativa do Estado. Nesse ajuste, mereceu destaque o combate pela imprensa que opôs, de um lado, os órgãos controlados pelos irmãos Pessôa e a imprensa walfredista, jornal *Diário do Estado*. Esse embate, como demonstro, foi acompanhado de perto pelas duas principais lideranças do *epitacismo*, sinal de que os cuidados com o *status* e o prestígio continuavam sendo um aspecto integrante do pano de fundo da configuração do poder político familiar.

Dos exemplos analisados nesse último capítulo, os *boletins de saúde* de Antônio Pessôa, que circulavam em meio aos *informativos administrativo*, revelaram como os sinais de possíveis enfraquecimentos do *status* e, naquele momento, do prestígio político eram envolvidos em um forte jogo de representações que tendia a silenciar, publicamente, os desentendimentos que envolviam a trama de bastidores e os rumos incertos da política *epitacista*. O contexto de 1916 levou-me a fazer uma leitura da dinâmica política da Paraíba das décadas seguintes sob a ótica e atividade política dos descendentes de Antônio Pessôa. Nesse ponto, já transitando para a finalização da trama, fui levado a fazer um movimento de retorno ao contexto do primeiro capítulo posto que, criado o prestígio, esses descendentes tentaram manter coeso o *status quo*, acreditando poder transferi-lo, como um bem, de geração a geração. Nesse momento, além de Carlos Pessôa que abriu a investigação da trajetória familiar no referido capítulo – primeiro –, outros filhos de Antônio Pessôa, a exemplo de Fernando Pessôa, aparecem na trama reivindicando o reconhecimento do lugar e do nome. O resultado? Foi preciso aguardar a virada da década de 1940 para sabermos se os filhos de Antônio Pessôa e, por que não dizer, o próprio Eptácio Pessôa conseguiram preservar a herança de prestígio criado e defendido ao longo dessa intensa e agitada atividade política de quase meio século.

O desenrolar da trama foi construído em meio a esse itinerário, sabendo que ela não se fecha a minha compreensão/explicação.<sup>46</sup> Antes de seguir caminho por esse enredo de personagens e situações reais, gostaria de demarcar uma reflexão que serviu de inspiração para traçar essas linhas introdutórias. Entre as fronteiras – territoriais – que cruzo todos os dias, costuma me fazer companhia as ondas do rádio que, quase sempre, permitem cruzar outras tantas fronteiras – existenciais –, aquelas que estão em nosso íntimo, em nosso ser e que nós mesmos criamos. Em uma dessas viagens realizada há pouco, onde as lembranças do passado e a experiência presente se fundem diante de uma angustiante expectativa de futuro, os versos de uma canção me fizeram refletir: se nessa estrada não nos cabe “conhecer ou ver o que virá” compete-nos colorir a nossa tela com tonalidade vivaz, não menos reflexiva, na certeza de que, se um dia ela irá descolorir, o gesto de inscrevê-la é significativo do meu desejo de permanecer vivo.<sup>47</sup> Hoje, a consciência da travessia necessária do trágico – encarada no sentido de travessia do efêmero, da própria da vida, condição *sine qua non* da existência –, da falibilidade do homem, da sua finitude, me faz seguir caminho, como, de certo, também fizeram os personagens dessa história.<sup>48</sup>

---

<sup>46</sup> Koselleck (2006, p. 187), faz uma interessante reflexão sobre os pontos de vista na história e a sua relação com o que ele chama de veto da fonte. Ver ainda sobre isso, Rüsen (2010, p. 125) quando afirmou que o veto da fonte “codifica o pensamento histórico em sua transformação em ciência.”

<sup>47</sup> Refiro-me a trechos da “Aquarela”, canção de autoria de Toquinho.

<sup>48</sup> Filosoficamente, a reflexão parte da *dialética do ser no tempo* e da relação entre o tempo da escrita e o tempo da publicação, trabalhada por Paul Ricoeur em torno do “luto da representação.” Essa reflexão acompanhou o autor até a sua morte e versou em torno de um debate sobre o “tempo mortal” e a sua relação entre o “luto e o jubilo” que, segundo Olivier Abel (2005, p. 8), Ricoeur deixou inacabada.



CAPÍTULO I

# TEMPOS DE CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA

1920 - 1930

## CAPÍTULO I

*[...] de minha reputação póstuma cuidarão vocês e meus netos. E, mais tarde, os netos de meus netos, se até eles chegar o conhecimento do que fui e do que fiz. O julgamento da história, em todo caso, cabe aos historiadores. Espero ter tempo e disposição para fornecer a estes um pequeno subsídio, a justificativa de muitos atos e decisões do meu governo, pelo menos dos mais controversos. Além disso, os historiadores terão acesso a meu arquivo, que pretendo organizar melhor, doravante, com a tua ajuda, Tonho [Antônio Pessoa Filho], como meu secretário.*

Epitácio Pessoa.

*O homem, ‘animal narrativo’ por excelência, tem de deixar atrás de si as reconfortantes ‘boias de marcação’ e ‘rastros de percurso’ que são as histórias. [...] constituindo ‘provas de mim’, e eventualmente ‘provas de nós.’*

Sue MeeKemmish

### 1.1 SINAIS DE UMA TRADIÇÃO INVENTADA NA PARAÍBA.

Entre os dias 23 e 25 de janeiro de 1939, parte considerável da elite política paraibana reuniu-se na capital, cidade de João Pessoa, para comemorar a passagem do quarto aniversário do governo do interventor Argemiro de Figueiredo.<sup>49</sup> No curso de três dias, a Paraíba prestou homenagens aquele que foi tratado à época como legítimo “condutor de seus destinos”. De acordo com os redatores do DEP – Departamento de Estatística e Publicidade da Paraíba –, tais festividades cobriram a data de “um cunho consagratório, refletindo nitidamente toda a gratidão dos paraibanos pela ação contínua do seu Governo que” vinha “situando o nosso Estado num plano de relevo nos amplos horizontes nacionais”. Pelo conteúdo e pela forma, o evento fazia parte do *tempo festivo* promovido pelo interventor federal na Paraíba, mais “uma forma de aproximar o governante do povo, o encontro do anfitrião e seus convidados.”<sup>50</sup>

<sup>49</sup> Para Santos Neto (2007, p. 43), “o contexto político-social da Paraíba depois de 1930 foi emblemático na escalada rumo à estruturação do centralismo do aparelho do Estado”. Nesse contexto, “espelhado no martírio patriótico de João Pessoa, o pós-30, implicitamente, empurrou a Paraíba para um modelo de Estado cujos moldes estivessem refletidos em sua suposta moralidade administrativa e, ao mesmo tempo, à altura das pretensões revolucionárias daqueles primeiros instantes”. Foi nesse cenário que Argemiro de Figueiredo assumiu o governo da Paraíba, no dizer de Santana (2000, p. 152), “saudado pela imprensa como ‘o advento da uma nova era.’”

<sup>50</sup> O conteúdo da festividade foi reproduzido na forma de um opúsculo que circulou pela Paraíba anunciando a execução de uma série de atos solenes iniciados no dia 23 de janeiro. Cf. **Quarto Aniversário do Governo de Argemiro de Figueiredo**. Departamento de Estatística e Publicidade do Estado da Paraíba. João Pessoa, Paraíba. (1939, p. 6). Sobre a atuação do DEP e a criação do *tempo festivo* durante o governo de Argemiro de Figueiredo, conferir Silva (2017). Parada (2010) já havia analisado como, durante o Estado Novo, Vargas e os ideólogos do regime concentraram esforços para criação de um calendário cívico para forjar uma identidade nacional que estivesse de acordo com os valores e normas difundidas pelo governo. No caso da Paraíba, de acordo com Santana (2000, p. 157-159) o controle da imprensa através dos jornais fazia parte do projeto ideológico de Argemiro de Figueiredo, objetivando a legitimação do seu governo. “Foram instrumentos desse projeto político a esfera educacional e os meios de comunicação: o jornal oficial *A União*, o jornal católico *A Imprensa* e a Rádio Tabajara, criada em 1937.” Nesse último quesito, qual seja, a importância atribuída aos órgãos de imprensa para legitimação do regime, Argemiro seguiu as orientações de Vargas e “implementou significativos melhoramentos na imprensa

De todos os atos comemorativos, a imprensa paraibana deu maior destaque à realização do Congresso dos Prefeitos, executado em sua 3ª edição. Para os redatores do Jornal *A União* – órgão oficial do Estado – esse Congresso reuniria os municípios “dentro das normas imperativas do Estado Novo”, para se capacitarem “mais e mais, a cumprir a sua verdadeira função de cédula social, política e econômica, em cujo cenário se focalizam, em síntese, os problemas e as aspirações de um povo.”<sup>51</sup> Já para o DEP, circulando matéria após a sua realização, esse Congresso “constituiu um dos aspectos mais brilhantes das homenagens ao 4º aniversário do governo de Argemiro de Figueiredo.”<sup>52</sup> Assim descrito, a atenção dada aos municípios paraibanos figurou como uma peça chave dentro do programa de governo do interventor federal, difundido como um aspecto central da nova fase político-administrativa do Estado, avultando a crença em torno da “criação de uma máquina burocrática que escapava ao controle direto das oligarquias regionais centralizando o poder.”<sup>53</sup>

Tal representação foi destacada pelo próprio Argemiro de Figueiredo no discurso de abertura do Congresso. Retoricamente, o chefe do executivo afirmou que “no regime de outrora [referindo-se à República Velha]” os prefeitos “tinham grande parte de sua ação subordinada ao poder legislativo. Hoje, sob o regime do Estado Novo, a máquina administrativa organizou-se do melhor modo, para a solução dos problemas que requerem ação pronta e direta”.<sup>54</sup> Nessa visão, opondo em pares antitéticos a *antiga* e a *nova ordem*, aquele era um momento marcado por substanciais mudanças nas relações entre o poder local, regional e central, ideia partilhada com muitos contemporâneos, sobretudo os entusiastas do *outubrismo* de 1930.<sup>55</sup> Sem mediadores, coronéis e chefes oligarcas, o interventor, em uma referência ao papel do Estado,

---

oficial – *A UNIÃO* e, antecipando-se até mesmo ao governo central, criou, em dezembro de 1937, o Departamento de Estatística e Publicidade, abrangendo os serviços de estatística, propaganda e radiofusão.”

<sup>51</sup> Os preparativos e as comemorações do Quarto Aniversário do Governo de Argemiro de Figueiredo também foram objetos de matérias do Jornal *A União* – órgão oficial do Estado. Conferir edições de 10, 12, 13, 15, 17, 20, 22, 24 e 27 de janeiro de 1939, In. *A União*, Jornal, João Pessoa, janeiro de 1939.

<sup>52</sup> Cf. Departamento de Estatística e Publicidade do Estado da Paraíba. João Pessoa, Paraíba, 1939, p. 6.

<sup>53</sup> Conferir Gurjão, (1994, p. 106).

<sup>54</sup> Ver, Departamento de Estatística e Publicidade (1939, p. 9).

<sup>55</sup> Um dos entusiastas do novo governo – que na época chefiava o poder executivo da conhecida cidade de Princesa Izabel, no sertão do Estado – chegou a afirmar diante dos pares: “os antigos processos de governar passaram, porque morreram os falsos valores que nem sequer descobriram a razão de ser da sua própria ineficiência. Novos processos surgiram não para submeter o Estado a eventos aleatórios, mas com as conquistas mais altas do espírito humano: a ciência e a técnica” A cidade de Princesa Izabel, no sertão da Paraíba, foi palco de um dos mais violentos conflitos armados do Estado em fins da década de 1920 e envolveu lideranças locais chefiadas pelo Coronel José Pereira, o então presidente João Pessoa e o governo federal. Sobre as motivações que levaram a eclosão a Revolta de Princesa, conferir Lewin (1993, p. 348/9) e Rodrigues (1978). Cf. Argemiro de Figueiredo. Discursos parlamentares, apud, Santana, (2000, p. 168). Conferir ainda discurso de José Cardoso, prefeito de Princesa Izabel, na solenidade de encerramento do Congresso dos Prefeitos em 25 de janeiro de 1939. Cf. Departamento de Estatística e Publicidade do Estado (1939, p. 18).



põe-se como principal elo entre essas esferas políticas, retoricamente rejeitando a *patronagem* e as relações *clientelares* características do sistema político anterior.<sup>56</sup>

Na Paraíba, esse discurso atingia diretamente dois antigos líderes políticos, quais sejam, Álvaro Machado – falecido em 1912 – e Epitácio Pessoa, chefes oligarcas que comandaram a política do Estado durante a Primeira República. No dizer de Santos Neto, Álvaro e Epitácio ditaram na Paraíba as “conformações de uma cultura política de grupo.” Para o autor, “o particularismo da política paraibana, sobretudo na Primeira República, foi desenhado a partir do personalismo individual de homens que se colocaram como os ‘capazes’ de conduzir a política estatal paraibana.”<sup>57</sup> Assim, o discurso de Argemiro de Figueiredo pretendia fazer ecos pelo Estado no contexto em que se operava a busca pela centralização do aparelho estatal, mediante a suposta moralização da administração pública.<sup>58</sup>

Por outro lado, é preciso relembrar que o período de governo de Argemiro foi marcado, de um lado, por uma forte política de centralização e intervencionismo estatal; por outro, o reaparelhamento do Estado contou com uma política de compromissos e conciliações, fruto de um projeto de governo difundido ainda durante as eleições de 1934, estabelecendo uma correlação de forças entre os elementos do meio urbano e rural. Foi assim que Argemiro de Figueiredo assumiu o governo do Estado em 1935 com a promessa de “harmonizar a Paraíba, transformando-a ‘em uma só e única família’”, tendo como desafio reacomodar os antigos grupos locais dentro do *novo sistema* que se definia.<sup>59</sup> Desse modo, enquanto um fato

---

<sup>56</sup> Segundo Lewin (1993, p. 283) sinais significativos de mudanças na *ordem patrimonialista* que orientava a política do Estado da Paraíba desde o império começaram a aparecer na década de 1920. Na ótica da autora, “nos anos 1920, todavia, o estado já não podia mais ser tão intimamente identificado com o modelo patrimonialista do Império. Desde a década de 1870, uma complexidade crescente de grupos, competindo agressivamente em cada nível de governo, começara a alterar aquele modelo.”

<sup>57</sup> Cf. Santos Neto (2012, p. 90-91). De acordo com Edgar Carone, Álvaro Machado estabeleceu “um dos domínios oligárquicos mais longos do Brasil”. Apud. Rodrigues (1989, p. 70). A sua dominação apoiava-se no predomínio familiar e grupal, governando pessoalmente ou através de pessoas de sua confiança.

<sup>58</sup> Quando analisou as várias medidas implementadas pelo Estado Novo para promover a política cultural “e, nela, do que se chamou na época, uma política voltada a ‘recuperação do passado nacional brasileiro’”, Ângela de Castro Gomes (2010, p. 45) destacou os esforços dos ideólogos estado-novistas para fixar a conformação e “divulgação de normas e valores que deveriam ser apreendidos pela sociedade como próprios à identidade nacional brasileira”. Essa identidade apoiava-se, sobretudo, na imagem do novo herói brasileiro: o trabalhador – o cidadão – para quem o governo buscou redefinir suas posturas, aproximar-se e promovê-lo como tipo ideal, símbolo de brasilidade. Para tanto, os ideólogos estado-novistas, aliados aos setores da burocracia estatal, atuaram na promoção de uma política cultural, traduzida na forma de uma *cultura política* que estabelecia uma forte relação com a *cultura histórica*, uma vez que ambas fixam paralelo quando operam uma “leitura do passado – histórico, mítico ou ambos –, que conota positiva ou negativamente períodos, personagens, eventos e textos referenciais. Essa leitura do passado também envolveria um ‘enredo’ – uma narrativa [criada pelos intelectuais, dentre eles os historiadores] do próprio passado, podendo-se então conformar uma cultura histórica articulada a uma cultura política”. De tal análise é possível afirmar que o projeto de construção das identidades por determinados grupos sociais é tributário de um imaginário sobre o passado, necessário para justificar, dentre outros aspectos, determinadas crenças e comportamentos.

<sup>59</sup> Conferir sobre isso Santana (2000, p. 162) no tópico em que trata da Intervenção *Progressista no espaço Oligárquico*. Ver ainda Gurjão (1994) sobre a política de alijamento e conciliação das antigas oligarquias

historicamente analisado, a política conciliadora de Argemiro de Figueiredo permite afirmar que a sua retórica e/ou os comportamentos que remetiam à rejeição da *antiga ordem* fazia parte de um sutil e complexo jogo de cena.

### 1.1.1 As disputas pela memória.

Agindo em outra frente, os próprios grupos políticos se empenhavam na articulação de estratégias para manterem seus privilégios e os lugares dentro da estrutura de poder do regime que se formava. Dentre as estratégias adotadas pelos antigos grupos oligárquicos, destaco o uso de dispositivos simbólicos e dramáticos que apelavam para a composição de um *imaginário sobre o passado* – passível de se apoiar em um projeto de *memória* que pretendia ser chancelado pela *história* – em que destacavam a importância de suas ações e feitos políticos operados no curso do tempo.<sup>60</sup> Para eles, o passado, bem como as práticas políticas que o caracterizou, não

---

paraibanas no cenário paraibano pós-30. Cabe lembrar que, apesar dos esforços dos interventores para efetivar as mudanças política-institucional no distanciamento dos arranjos do coronelismo e das oligarquias, houve na Paraíba pós-1930 uma verdadeira disputa pela manutenção do poder entre as facções políticas dominantes do contexto pré-revolucionário. Essas passaram a disputar a chefia do governo sob a representação de dois partidos, o Partido Progressista (P.P) chefiado por José Américo – que acomodava parte dos entusiastas da “Revolução” na Paraíba e declaravam apoio a Getúlio Vargas – e o Partido Republicano Libertador (P.R.L), chefiado por Joaquim Pessôa – irmão do ex-presidente João Pessôa – na acomodação dos *epitacistas* “dissidentes”, aliados do poder e avessos à projeção política de José Américo substituindo a chefia de Epiácio Pessôa. Como resultado, projetou-se uma batalha propagandista que opunha claramente “antigos” e “novos” personagens da cena política, embora ambas as forças ainda se apoiassem no “clássico sistema de política familiar” (GURJÃO, 1994, p. 176). A respeito da cisão entre as forças políticas da Paraíba pós-1930, cabe lembrar que José Américo de Almeida, ao assumir o governo do Estado como herdeiro político de João Pessôa, promoveu uma política de alijamento aos líderes do *epitacismo* a nível local, incluindo os membros da família Pessôa em Umbuzeiro, fato que ocasionou uma cisão entre o próprio Epiácio Pessôa e seu ex-aliado. Ver telegramas entre Epiácio à José Américo. In. PESSOA, Epiácio (1962, p. 414/415). Ver motivos do rompimento com José Américo expostos por Epiácio Pessôa ao periódico *O Jornal*, Jornal, Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1934. In. PESSÔA, Epiácio (1962, p. 418-419). Cabe ainda lembrar que essa política de alijamento foi continuada por Antenor Navarro e Gratuliano de Brito, seu sucessor. Este último, de acordo com Maia (2015, p. 99) foi quem destituiu José Pessôa – irmão de Carlos da Silva Pessôa – do cargo de prefeito de Itabaiana em 1932. Apenas no governo de Argemiro de Figueiredo (1935/1939), “houve a união dos adversários inconciliáveis”, no destaque a tentativa de acomodação dos *epitacistas* dentro da máquina administrativa estadual, de maneira especial, os membros da família Pessôa que passaram a assumir a chefia de cargos importantes no estado. Exemplo disso está na nomeação de Carlos Pessôa como prefeito de Umbuzeiro em 1937, como veremos; e a nomeação Epiácio Pessôa Cavalcanti de Albuquerque – irmão de João Pessôa – para o cargo de Secretário de Educação e Cultura no governo de Argemiro de Figueiredo em 1939. Ver, sobre isso *A União*, Jornal, João Pessoa, edições de 13 e 17 de janeiro de 1939;

<sup>60</sup> As questões que envolvem as estratégias e mecanismos de legitimação do poder assumem um lugar de destaque nos estudos que se apoiam na chamada Nova História Política. Nesses trabalhos, costuma-se acentuar a ideia de que, para garantir sustentação, todo poder deve-se mostrar não apenas como efetivo, mas também como legítimo. Ai entra a preocupação em se analisar as formas de composição e manipulação do imaginário social, uma vez que todas as sociedades elaboram o seu “sistema de ideias-imagens de representação coletiva mediante o qual elas se atribuem uma identidade, estabelecem suas divisões, legitimam seu poder e concebem modelos para a conduta de seus membros.” Cf. Pesavento (1995, p.16). Desse modo, as questões que envolvem a legitimação do poder em uma dada sociedade encontram-se no centro da imaginação social. Ainda sobre o conceito de imaginário e a questão da legitimação do poder cabe a leitura de Bronislaw Baczko (1985). Ver ainda sobre isso, Gomes (2005, p. 22-23).

deveria ser ignorado, ao contrário, precisava ser visto como o caminho por onde a experiência presente havia sido projetada.<sup>61</sup> Esse jogo de interesses fez daquele evento um ambiente propício para se perceber sinais de uma aparente incompatibilidade dos sistemas políticos opostos e entender como os seus representantes disputavam lugar e posição naquele contexto.



**Fotografia 01.** Desfile da Tropa Militar na frente do Palácio da Redenção – Palácio do Governo – em João Pessoa no dia 25/01/1939. DEP.

Exemplo disso ocorreu na solenidade de encerramento do Congresso dos Prefeitos ocorrido no dia 25 daquele mês festivo, data que marcou o encerramento das comemorações. Nesse dia, após uma missa celebrada na catedral metropolitana, formou-se uma passeata de políticos, membros do governo e populares que caminharam em direção à rua Manuel Ozório onde o Corpo da Polícia Militar, comandada pelo Coronel Elias Fernandes, esperava Argemiro de Figueiredo e os seus convidados. Após a vista do interventor federal, os soldados marcharam pelas principais ruas da capital. A imagem ao lado, clicada quando as tropas passavam em frente ao Palácio do Governo – primeira edificação do canto esquerdo – traduz o caráter cívico e espetacular do evento comandado pelo desfile dos militares.<sup>62</sup>

<sup>61</sup> Margarida de Souza Neves (2009, p. 22-33) empresta-nos importantes reflexões sobre a relação entre *história, memória e cultura*. Falando especialmente da relação entre os dois últimos conceitos, memória e cultura, na tradução dos importantes trabalhos de Pierre Nora e Paolo Rossi, a autora mostra como em determinadas épocas há um apego ao passado no presente como forma de reparar o esquecimento inscrito nas “voragens do tempo”. Neste caso, seguindo as orientações de Jeanne Marie Gabnebin sobre como lidar com os excessos de memória, na leitura inspirada em Ricoeur, lembra que o historiador deve encarar a aporia de esclarecer a memória por meio de um trabalho crítico. Esse mesmo raciocínio quanto ao trabalho do historiador com a memória pode ser extraído das reflexões de Pollack (1989).

<sup>62</sup> O aparato militar que deu sustentação ao projeto estado-novista foi analisado por Aspásia Camargo et. al. (1989, apud Gomes e Abreu 2008, p. 2-3). Para Gomes e Abreu (*Ibidem*) “o golpe que instalou o Estado Novo, uma ditadura com chefe civil amplamente sustentada por forças militares, em especial pelo Exército” foi caracterizada pelo “silêncio – de protestos e reações de qualquer tipo e origem –, que evidencia não apenas o poder dos que ascendiam à direção do Estado, como também a existência de um projeto político que incluía a construção de uma imagem para o presente que se inaugurava e, em decorrência, para o passado que o antecedia e para o futuro que seria sua própria criação”. Foi nesse movimento que os ideólogos do Estado inventaram a ideia de que existiu na experiência política brasileira uma *República Velha* em oposição a dinâmica vivida no Estado Novo.

Cotejando a análise da imagem com a narrativa produzida pelo DEP, o desfile aludido ocorreu nas proximidades da praça e do monumento que guardava a memória de João Pessôa – ex-presidente do Estado morto em 26 de julho de 1930 – situado na parte direita da perspectiva do fotógrafo e inaugurado em 1933 pelo então Presidente Getúlio Vargas, o Ministro José Américo de Almeida e demais autoridades paraibanas.<sup>63</sup> Sem captá-los – a praça e o monumento –, o fotógrafo focou na posição do *dono da festa* – Argemiro de Figueiredo – e dos seus convidados que ocupavam a frente do prédio – palanque central, na parte superior – assistindo a passagem das tropas com armas sobre o ombro.<sup>64</sup> Pelo cenário descrito, essas comemorações foram executadas mediante uma silenciosa batalha de memórias, uma disputa pelo imaginário que, partindo do espaço da rua, entrou palácio adentro, diluindo-se em meio aos últimos atos festivos daquele dia.<sup>65</sup>

## 1.2 A ESCOLA CÍVICA DE ANTÔNIO, EPITÁCIO E JOÃO PESSÔA: SINAIS DE UMA TRADIÇÃO INVENTADA NA REABILITAÇÃO DO PASSADO HISTÓRICO/MÍTICO.

Na cerimônia de encerramento do Congresso, Carlos Pessôa – então prefeito de Umbuzeiro, no Agreste paraibano – foi convidado para discursar em nome dos demais representantes do poder local.<sup>66</sup> Carlos Pessôa, que acompanhou os atos comemorativos desde a sua abertura no dia 23, era filho de Antônio da Silva Pessôa, líder político de Umbuzeiro e, portanto, um dos famosos sobrinhos de Epitácio da Silva Pessôa. Naquele período, era um nome reconhecido na política paraibana não apenas por chefiar o executivo em Umbuzeiro, mas por ter atuado diretamente, junto ao IFOCS – Inspeção Federal de Obras Contra as Secas –, na

---

<sup>63</sup> O monumento à João Pessôa, erigido na praça que leva o nome do ex-presidente, foi inaugurado em 8 de setembro de 1933 em solenidade que contou com a presença do “Presidente da República, ao lado do ministro José Américo”. Cf. Aires (2006, p. 64-65).

<sup>64</sup> Conferir *Desfile da Polícia Militar*. Departamento de Estatística e Publicidade (1939, p. 16).

<sup>65</sup> Na Paraíba do período, o culto à farda como sinônimo de culto aos valores de civismo implementados pelo Estado Novo desagradava a Epitácio Pessôa, enquanto ex-chefe oligarca e um dos mentores do projeto de edificação da memória do seu grande mártir, João Pessôa. Para entender o argumento é preciso lembrar que, apesar de ter ascendido a político com o apoio dos militares, conforme veremos, o governo de Epitácio Pessôa foi marcado por tensões com os militares cujo ponto ápice resultou no movimento do Forte de Copacabana em julho de 1922, fato que o motivou a rejeitar o culto aos novos heróis – os militares – que emergiam diante do calor dos acontecimentos de 1930. Ver, sobre isso, Sandes (2011, p. 230-232); e Gabaglia Pessôa, Vol. II (1951, p. 854-856).

<sup>66</sup> Para fins de esclarecimento, ao longo do texto utilizarei o sobrenome da família – Pessôa – com acento circunflexo tal como os seus membros assinavam seus nomes, isto é, de acordo com os respectivos registros de nascimento. Essa nota explicativa é necessária uma vez que alguns autores e documentos de época suprimem o uso do referido acento. Porém, a grafia assinada dessa maneira foi mantida inalterada por várias gerações, embora, ao longo do tempo, o acento circunflexo também tenha sido suprimido dos registros de nascimento de alguns membros da família. O autor agradece a Renato dos Santos Pessôa – neto de Antônio da Silva Pessôa e filho de Roberto Pessôa, último filho do coronel Pessôa nascido em Umbuzeiro em 1913 – pelas informações que ajudaram a entender o uso da grafia recorrente neste trabalho.

direção de obras implementadas na Paraíba durante a presidência de Epitácio Pessoa (1919-1922), além de ter exercido cargos no legislativo estadual e federal na década de 1920.<sup>67</sup> Era um dos sobrinhos de Epitácio mais prestigiado na Paraíba do período, atuante na política local e regional desde meados da década de 1910.<sup>68</sup>

Em seu discurso, após agradecer a honra de poder representar as municipalidades paraibanas e sinalizar não caber a ele aquela “grata e importante missão”, completou:

[...] Mas eu a compreendo [referindo-se a missão de falar em nome dos municípios paraibanos] e a aceitei como uma homenagem ao município de Umbuzeiro, abençoado trato de terra paraibana que aprendi a amar e a servir *no exemplo e na escola cívica de Antônio, Epitácio e João Pessoa e que fiel a essas tradições* acompanha, na sua modéstia e doce tranquilidade, sem mágoas nem inveja, o progresso e o desenvolvimento de todos os outros municípios seus irmãos, nesse ritmo constante de trabalho e de ação, que proclamo com orgulho, têm sido as características primaciais das diretrizes de *nostros homens de governo* [seus ascendentes]. Nunca permanecemos, os umbuzeirenses, indiferentes ou contemplativos aos grandes embates de opinião e às transformações políticas e sociais que se têm passado no país e no nosso Estado. Na vanguarda desses grandes movimentos formámos sempre na linha de frente, prontos a dar a nossa quota de sacrifício, para o levantamento moral e cívico de nossa Paraíba.<sup>69</sup> [grifos meu]

Não restam dúvidas que o convite feito ao então prefeito de Umbuzeiro obedeceu às determinações do interventor federal, sinalizando a execução de sua política de conciliação, cooptação e (re)acomodação das antigas lideranças do Estado. No caso em particular, a (re)aproximação com os Pessoa significava (re)acomodar uma das mais importantes famílias atuantes na política do Estado durante toda a Primeira República. Por assim dizer, esse convite

---

<sup>67</sup> Carlos Pessoa foi o terceiro filho do casal Antônio da Silva Pessoa e Margarida d’ Assunção Santiago, nascido em 31 de janeiro de 1894, na cidade do Recife. Além de prefeito de Umbuzeiro – nomeado pela primeira vez em 1916 – e deputado estadual e federal, Carlos Pessoa atuou como diretor de obras realizadas pela Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) em Umbuzeiro e região, a exemplo da construção da estrada de rodagem que ligava o povoado de Aroeiras à cidade de Campina Grande no início da década de 1920, além de participar, junto com o irmão Epitácio Pessoa Sobrinho – diretor da obra em questão, dos trabalhos de construção da estrada de Bom Jardim à Umbuzeiro. Sobre isso, ver matéria intitulada “Os parentes do Presidente”, circulada no *Jornal do Comércio*, Recife, 13 de novembro de 1927. De acordo com Lewin (1993, p. 325) na década de 1920 Carlos Pessoa, bem como o seu primo de Pernambuco – Francisco Pessoa de Queiroz – “aspiravam a governar oligarquicamente a Paraíba como representantes de seu tio [Epitácio]” sendo “impedidos de fazê-lo pelas novas regras, apropriadas a um sistema político descentralizado, adotados pela República”. Dentro do sistema federativo, a constituição de 1891 deu prerrogativa para que os estados criassem requisitos eleitorais próprios, tais como o adotado na Paraíba que exigia que os candidatos a governador fossem naturais do Estado. A reunião ocorrida entre Epitácio, João e Antônio Pessoa Filho para indicação do nome na sucessão presidencial de João Suassuna em 1928 foi narrada por Gabaglia Pessoa, Vol. II (1951, p. 789). Os dados sobre nascimento e batismo dos filhos de Antônio da Silva Pessoa citados no presente trabalho foram extraídos do seu diário escrito entre 1894 e 1913.

<sup>68</sup> Como veremos nos dois últimos capítulos, Carlos Pessoa foi um dos filhos de Antônio da Silva Pessoa que se manteve na política de Umbuzeiro após a morte do pai em 1916. Juntamente com Margarida D’Assunção Santiago – sua mãe – e seus irmãos Antônio Pessoa Filho, José e Fernando Pessoa, Carlos Pessoa comandou a situação política local sendo fiel – mediante pedido do pai em seu leito de morte – as orientações e desejos do tio.

<sup>69</sup> Ver, Departamento de Estatística e Publicidade, João Pessoa, 1939, p. 19.

fazia parte dos esforços do interventor federal para angariar o apoio dos líderes políticos de Umbuzeiro, único reduto eleitoral na Paraíba que vinha apresentando forte oposição à política *americista* e, por conseguinte, *argemirista*.<sup>70</sup> Bem como, visto por outro ângulo, o discurso de Carlos Pessôa também traduz o esforço de assegurar o lugar e o *status quo* do seu grupo político e familiar dentro da estrutura de poder do Estado Novo. Esse é o ponto que mais interessa a presente tese.

### 1.2.1 As estratégias familiares: os Silva Pessôa e a reivindicação da sua parte na herança do *epitacismo*.

A princípio, a postura de Carlos Pessôa pode indicar aquilo que Martha Falcão destacou como sendo uma estratégia da família Pessôa para conter o avanço do *americismo*. Em suas palavras, no contexto pós-Revolução de 1930, “receosa da liderança política de José Américo, já que Epitácio se encontrava no exterior”, a família Pessôa, “politicamente numerosa, sob a liderança de Joaquim Pessôa [irmão de João Pessôa] e grupos políticos mais ligados ao *epitacismo*, procurou legitimar-se como herdeira do legado político de João Pessôa.”<sup>71</sup> A esta análise, uma nota precisa ser posta a partir da chave teórica das estratégias familiares. Ocorre que não estou convencido de que os Pessôa encararam do mesmo modo a leitura sobre o declínio do poder político familiar na temporalidade em tela, ou mesmo que eles tenham entabulado a mesma estratégia de manutenção e/ou rearrajamento do seu lugar na esfera do poder político local, regional e ou mesmo nacional. Explico. Estou convencido, ao contrário, que trabalhando em conjunto, mas a partir de interesses que também eram próprios, isto é, singulares, os Silva Pessôa de Umbuzeiro atuaram nesse período no sentido de reivindicar a parte da influência política que lhes cabiam dentro do sistema político montado por Epitácio Pessôa na Paraíba, sobretudo, em sua cidade natal, reduto eleitoral da família chefiada pelo coronel Antônio Pessôa. Este é um dos aspectos que se pode interpretar da postura/gesto de Carlos Pessôa no discurso de encerramento do Congresso dos Prefeitos.

---

<sup>70</sup> Por *americismo*, de acordo com Santana (2000, p. 173) entendo “a correlação das forças políticas paraibanas sob a liderança de José Américo de Almeida, ou seja, da Revolução [de 1930] até o seu temporário afastamento de 1935 a 1937, quando volta à liça, na condição de pré-candidato à Presidência da República.” Já por *argemirismo*, remeto a influência de Argemiro de Figueiredo na política paraibana como sucessor indicado por José Américo de Almeida. Segundo a mesma autora (*Idem*, p. 163), no período de ascensão de José Américo no comando da política do Estado, a cidade de Umbuzeiro, reduto da família Pessôa, ofereceu potencial oposição ao seu projeto, sendo o único município paraibano a apresentar revés político ao partido situacionista durante o processo eleitoral de 1934. Importa notar que essa oposição em Umbuzeiro foi comandada pelos Silva Pessôa, isto é, pelos filhos de Antônio da Silva Pessôa, entre eles, o próprio Carlos Pessôa.

<sup>71</sup> Cf. Santana (2000, p. 68).

Aqui apresento uma hipótese secundária à presente tese. Defendo que receosa do gradual e eminente aparecimento de José Américo na cena política paraibana, a família Pessôa não apresentou uma única estratégia de reabilitação do poder, no caso específico, concentrando esforços na promoção de Joaquim Pessôa como substituo legítimo de João Pessôa – seja apresentando-o como candidato, seja no esforço por martirizar o próprio ex-presidente morto. A nível local, por exemplo – como pode-se perceber na última parte deste trabalho –, na década de 1930 os filhos de Antônio Pessôa concentraram esforços para reabilitar a memória e o lugar de liderança exercida por este patriarca enquanto chefe político de Umbuzeiro. Essa estratégia explica-se pelo fato de que, se os Pessôa Cavalcanti tentavam construir e legitimar a sua liderança em João Pessôa – então capital do Estado – os Silva Pessôa voltavam a sua atenção para Umbuzeiro, terra natal da família. Essa hipótese pretende refletir sobre até que ponto podemos entender a solidariedade que unia a família Pessôa em um único projeto de reabilitação do passado.

Para tanto, é preciso ainda esclarecer que a referência feita pela historiografia paraibana sobre à família Pessôa, remetendo a descendência direta de José da Silva Pessôa e Henriqueta Pessôa – falecidos em 1873 –, foi subdividida em ramos colaterais a partir do casamento dos filhos destes. Surgiram, respectivamente, os Pessôa Cavalcanti de Albuquerque – fruto do casamento de Maria Pessôa com Cândido Clementino Cavalcanti de Albuquerque – e os Pessôa de Queiroz – ramo familiar constituído do enlace matrimonial de Mirandolina Pessôa e João Vicente de Queiroz. Por fim, na Paraíba, Antônio da Silva Pessôa, penúltimo filho varão do casal José e Henriqueta, formou o terceiro ramo colateral ao firmar casamento com Margarida D’Assumpção Santiago.<sup>72</sup> A família de José Pessôa – personagem pouco analisado pela historiografia em tela –, filho mais velho do casal José e Henriqueta, não chegou a fincar raízes na Paraíba, bem como a família do próprio Epitácio Pessôa.<sup>73</sup>

Desse modo, enquanto parentela, a família Pessôa se dividiu na Paraíba nesses três ramos colaterais que, apesar do comando de Epitácio – a sua referência maior – nem sempre atuaram com os mesmos interesses e defendendo as mesmas posições na política do Estado. Importando ainda lembrar que ao longo do período de ascensão e apogeu do *epitacismo* entre fins da década de 1910 e ao longo de 1920, os três ramos familiares acabaram demarcando áreas de influência política; respectivamente Recife, com os Pessôa de Queiroz; a cidade de Parahyba

---

<sup>72</sup> Sobre isso conferir Gabaglia Pessôa (1951, p. 26-27).

<sup>73</sup> De acordo com Lewin (1992, p. 149) afirma que os filhos de Antônio Pessôa vieram a ter laços matrimoniais com os seus primos paralelos matrilaterais. Além disso, “um dos filhos [de Antônio Pessôa, chamado José Pessôa] casou-se com uma prima paralela do lado paterno – Ina Pessoa, filha de José da Silva Pessoa, o irmão mais velho de Antônio.”

– atual João Pessoa –, com os Pessoa Cavalcanti de Albuquerque; e, por fim, Umbuzeiro sob a influência dos Silva Pessoa. Essa demarcação trouxe efeitos positivos e negativos quando se trata de pensar a liderança exercida por Epitácio Pessoa sobre o seu grupo familiar, notadamente no que diz respeito à unidade política e coesão grupal. Por exemplo, se é possível afirmar que os Pessoa Cavalcanti e os Silva Pessoa atuaram até certo ponto juntos na tentativa de reabilitação do *epitacismo* na Paraíba da década de 1930, o mesmo não pode ser afirmado com os Pessoa de Queiroz que – indispostos com esses últimos por questões políticas e familiares desde meados da década de 1920 –, financiaram a oposição à João Pessoa durante a Revolta de Princesa.<sup>74</sup>

Neste último aspecto, a quebra da solidariedade familiar é apontada como um dos fatores importantes da crise intraoligárquica que enfrentou Epitácio Pessoa no fim da década de 1920, um dos fatores que contribuiu para o declínio da sua influência política. Portanto, analisado de maneira mais ampla, o discurso de Carlos Pessoa apresentava outras intenções, bem mais complexas a meu ver. Consciente do papel exercido por seus familiares na configuração política da Primeira República, o filho de Antônio Pessoa investiu na ideia de que existiu na Paraíba – com projeções no cenário nacional – uma *tradição familiar* traduzida no que sugere chamar de *escola cívica Pessoa*, estando associada a um conjunto de práticas, valores e normas de comportamentos executadas por seu pai – Antônio – e pelo seu tio – Epitácio –, sendo transferidas para o seu primo João Pessoa e demais parentes que atuavam na política local e estadual naquele período. Em sua visão, tais práticas, valores e comportamentos haviam criado uma espécie de *escola política*, isto é, uma tradição na forma de fazer política no Estado que acreditava ter sido criada, preservada e transmitida de geração a geração entre seus parentes; entre eles, o próprio Carlos Pessoa que, ao reivindicar a existência da tradição, criou uma imagem de si como herdeiro da *escola cívica Pessoa*.<sup>75</sup> A personificação de uma suosta escola cívica e política era uma tentativa de reabilitar não só o poder político da família Pessoa de modo geral, mas dos Silva Pessoa de maneira particular.

Trata-se de uma *tradição inventada*, entendida enquanto uma representação elaborada por um determinado grupo social, no caso específico, um grupo familiar, visando a valorização de um passado histórico/mítico. Nesse projeto, um dos seus promotores – o então prefeito de Umbuzeiro – se esforçou para reabilitar o passado como uma maneira de estabelecer um elo de

<sup>74</sup>Sobre isso conferir Lewin, (1993, p. 324). Ver ainda diagrama B.3. (*Idem*, p. 384) em que a autora traça a “linhagem dos Pessoa: os Silva Pessoa, os Pessoa Cavalcanti de Albuquerque e os Pessoa de Queiroz”.

<sup>75</sup>Schuwartzenberg (1978, p. 10) ao falar da “personificação do poder”, na imagem da pessoa, nos lembra que o “poder em face”, apesar de recorrer à “psicologia coletiva”, o faz “dotado de uma fisionomia – e por vezes de uma máscara –, o poder representado por um detentor localizável e visível para todos.”



continuidade entre a antiga e a nova ordem política, cujo sentido maior ultrapassava o mero saudosismo, ao tornar-se fonte identificadora da identidade familiar cujo objetivo era de suscitar entre os pares a solidariedade em defesa desse reconhecimento. Para tanto, parece-me oportuno observar ao mesmo tempo que reivindica a existência dessa *tradição familiar*, o discurso de Carlos Pessôa não apenas ocupou-se em justificar e garantir a manutenção dos privilégios e do lugar da família dentro da estrutura de poder da Paraíba do Pós-1930, mas figurou como uma espécie manifesto, uma resposta contra as ameaças lançadas sobre o seu grupo familiar que indicavam para uma gradual perda do *status quo*.<sup>76</sup>

### 1.3 UM PROJETO DE MEMÓRIA, AS TENTATIVAS DE CONTROLE DA HISTÓRIA: O ENQUADRAMENTO DA MEMÓRIA FAMILIAR PESSÔA.

Enquanto resultado de um processo de fabricação, o que chamo de *tradição familiar Pessôa* encontrou dois momentos ápices de referência que se interconectam historicamente. Como notou-se no caso de Carlos da Silva Pessôa, a *tradição* foi projetada a partir do esforço de membros da família Pessôa – entre eles, o próprio Epitácio Pessôa – para enquadrar uma *memória familiar* apoiada na existência de uma suposta tradição política entre as décadas de 1920 e 1940; no outro momento, retrospectivamente, demonstro que esse processo de fabricação repousou em raízes mais remotas e esteve ligado a uma série de práticas e representações criadas e/ou estimuladas pelos dois grandes nomes da família Pessôa – atuantes na política de 1889 até 1916 –, quais sejam, Epitácio e Antônio da Silva Pessôa. Nesse momento – que tratarei nos próximos capítulos –, multiplicam-se os sinais de como os dois líderes políticos, ao assumirem suas funções públicas – um atuando na esfera nacional e o outro na local e regional – articularam esforços na composição de um conjunto de ações, situações e comportamentos interessados em projetar suas imagens, provocando o (re)conhecimento de princípios e características valorativas ao nome, a honra e ao prestígio da família Pessôa.

---

<sup>76</sup> Ao longo do trabalho, tornou-se interessante observar a maneira como os membros da família Pessôa se comportaram, cada um ao seu modo, diante das ameaças que sinalizavam possíveis quebras do prestígio e consequentemente dos lugares que ocupava ao longo de sua trajetória. Como sinalizado, na década de 1930, a postura de Carlos Pessôa indica a existência de uma estratégia para a manutenção do prestígio e do poder político da família elaborada na medida em que este poder parecia declinar. Porém, conforme notaremos, no caso de Antônio e Epitácio Pessôa, personagens analisados na presente tese, é possível perceber uma constante preocupação com a quebra do prestígio, o que poderia ocasionar mudanças significativas dos lugares que ocupavam em dadas épocas. Desse modo, as respostas elaboradas por estes personagens toda vez que se sentiam ameaçados interessou por fornecer sinais de como o prestígio e a tradição familiar Pessôa foi sendo construída entre práticas e representações criadas pelos membros da família ao longo da temporalidade estudada.

Por hora, cabe apontar que, longe de ficar circunscrito ao cenário político paraibano, o discurso de Carlos Pessôa ancorava-se em um exercício mais amplo, posto que o projeto de memória que envolveu *a tradição familiar Pessôa* começou a ganhar forma de maneira sistematizada ainda em fins de 1919, logo após Epiácio Pessôa assumir a presidência da República. As razões que o levaram a assumir esse cargo em 1919, substituindo Rodrigues Alves, foram muito bem trabalhadas por estudiosos que analisaram o período, especialmente por Lewin (1993).<sup>77</sup> Da sua análise, por exemplo, compreende-se que diante da vulnerabilidade do sistema político nacional mediado pela chamada *política do café com leite*, ao sair do Brasil como chefe da delegação brasileira à Conferência de Paris, Epiácio Pessôa também carimbou, sem saber, o seu passaporte para assumir a presidência da República. Resultando daí certa surpresa quando o político do Norte recebeu, na Europa, a notícia da indicação do seu nome para concorrer à presidência da República em seu país.<sup>78</sup>

Para muitos, Epiácio Pessôa desembarcou no Brasil como um presidente “coberto com tantos louros”.<sup>79</sup> Na visão de um dos seus contemporâneos e entusiastas, era difícil esquecer a imagem de Epiácio Pessôa naquela “tarde de glória, ao sair do Congresso Nacional, depois de prestar compromisso, presidente eleito da República a caminho do Catete;” ali estava – a frente de uma verdadeira multidão – o conterrâneo laureado, como descrevera, Epiácio Pessôa vestindo uma “casaca, chapéu alto, faixa auriverde constelando o peito, sorridente, os olhos muito brilhante de emoção”, seguia em uma “carruagem à Dumont”, acenando, “ladeado pelo presidente do Senado, escoltada por um regimento de lanceiro”.<sup>80</sup> Em outra perspectiva, apesar do momento ser visto com orgulho pelos os familiares, amigos e correligionários, o ingresso de Epiácio na presidência da República demarcou o início de uma das fases mais conturbadas de sua carreira política.

---

<sup>77</sup> Cf. Lewin (1993, p. 280). A trama que envolveu a indicação do nome de Epiácio Pessoa à presidência da República também foi analisada por Viscardi (2012, p. 240-254).

<sup>78</sup> Epiácio deixou o Brasil em direção à Paris em 29 de novembro de 1918. Foi durante essa viagem que ele recebeu a notícia da indicação do seu nome como candidato à presidência da República. Cf. Pessôa, Epiácio (1925, p. 43).

<sup>79</sup> A referência aos “louros” que cobriram Epiácio em 1919 foi feita por Margarida D’Assumpção Santiago Pessôa – Sinhá Pessôa –, esposa do Coronel Antônio da Silva Pessôa e cunhada do então presidente da República. A referência foi feita em uma carta enviada à Epiácio – datada de 12 de fevereiro de 1922 – rememorando a passagem do cunhado pela Paraíba vindo da Europa quando foi eleito Presidente da República e a visita que um de seus filhos – Carlos da Silva Pessôa – fez ao tio naquela ocasião. Cf. De Sinhá Pessôa à Epiácio, IHGB – AEP, Livro 12, Folhas 167/1 a 167/6.

<sup>80</sup> A descrição é de Hortênsio Ribeiro (1979, p. 31), intelectual paraibano que militou ao lado dos irmãos Pessôa – Epiácio e Antônio Pessôa – em 1915, foi testemunha do que chamou “da tarde da glória” descrevendo o dia em que Epiácio Pessôa, “ao sair do Congresso Nacional, depois de prestar compromisso, [como] presidente eleito da República” dirigiu-se ao “Palácio do Catete.”

Para reforçar o argumento acima, basta lembrar que, como salientou Lewin, Epiácio era um presidente que não vinha do eixo São Paulo / Minas Gerais / Rio Grande do Sul e, portanto, não poderia esperar muita liberdade para agir politicamente, haja vista a sua natural origem política. Porém, de acordo com a autora, “foi surpreendente a independência que ele [Epiácio Pessôa] demonstrou” durante a sua estada na presidência do país. Sinais dessa independência esteve primeiramente associado a escolha do seu quadro de ministros, quando nomeou “o primeiro ministério inteiramente civil [para as pastas militares]”, o que “lhe valeu instantaneamente o antagonismo da oficialidade superior do exército e da marinha”.<sup>81</sup> Além disso, o então presidente não perdeu tempo “para anunciar e implementar o seu objetivo longamente acalentado de estabelecer um ambicioso programa de ajuda federal contra a seca no Nordeste [Norte].”<sup>82</sup>

Este último fator achava-se em desacordo com os interesses de grande parte da elite política do país, levando o governo a entrar em uma nítida fase de descrédito, duramente criticado na imprensa nacional. Sem pretender adentrar em maiores detalhes sobre o governo exercido por Epiácio Pessôa entre 1919 e 1922, nos limites do presente trabalho é possível avaliar uma das ambiguidades daquele contexto. De um lado, esse período abriu uma nova etapa da política nacional em que externamente pretendia-se inserir “o Brasil na economia mundial, em uma fase de instabilidade característica do período após a Primeira Grande Guerra.” Por outro lado, o anúncio do ambicioso plano de obras contra as secas no Norte sinalizava “uma aproximação direta entre os líderes locais e o governo federal, ou seja, [revelando] a face interna da nação.”<sup>83</sup> Internamente, Epiácio era visto por muitos como um presidente “que só cuida dos seus.”<sup>84</sup>

### 1.3.1 Epiácio Pessôa: de *Salvador do Norte* à sátira do *Tio Pitás*.

---

<sup>81</sup> Sobre a composição do ministério de Epiácio Pessôa conferir Lewin (1993, p. 280). Viscardi, (2012, p. 259).

<sup>82</sup> No dizer de Viscardi (2012, p. 257), além do combate contra as secas, o programa de Epiácio contemplava um forte “investimento na diversificação agrícola, principalmente em relação à produção de algodão.” Para Ferreira (1993, p. 94-98), “de início, seu plano [referindo ao trabalho executado pelo IFOCS] de equidade para as regiões foi aceito e até aplaudido por todos os segmentos da sociedade. Porém, com o acirramento das tensões de origem econômica-financeira, o grupo hegemônico cafeeiro atribuiu a crise aos investimentos no Nordeste”. (*Ibidem*).

<sup>83</sup> Cf. Sandes (2011, p. 225-227).

<sup>84</sup> A frase é de Joaquim Inojosa – intelectual paraibano – que em 1920, ainda jovem, escreveu o que chamou de “livro íntimo” uma espécie de diário publicado sob o título de Diário de um Estudante em 1959. A frase foi escrita em outubro de 1920, isto é, no período em que Alberto I, Rei da Bélgica, visitou o Brasil e referia-se “aos vivos a Rui Barbosa e ao Rei Alberto dados pela mocidade [acadêmica].” Segundo as impressões do autor, durante as comemorações, Rui Barbosa – identificado como a alma do Brasil – incomodava Epiácio Pessôa que “procurou por todos os meios afastar o encandecido sábio da presença do Rei, da evidência política, categorizando o egoísmo dos menores que é sempre ser maior do que todos.” Cf. Inojosa (1959, p. 69).



**Litogravura 01.** Epitácio Pessoa – Revista *Era Nova* – Edição comemorativa do Centenário da Independência do Brasil – 1922.

Entre o projeto de nação alavancado pelas pretensões econômicas da elite política nacional e a implementação do seu projeto em favor dos Estados do Norte – demarcando uma consequente aproximação com líderes políticos locais – a representação pública de Epitácio Pessoa assumiu duas faces, transitando entre as imagens de *salvador* – especialmente da sua pequenina Paraíba – à de chefe *oligarca autoritário e intransigente*, cuja administração levava o país à uma intensa crise política e econômica. No primeiro caso – a exemplo da alegoria representada na litogravura ao lado – os seus entusiastas e correligionários não pouparam na elaboração de representações em que o presidente nortista aparecia coroadado com louros ofertados pela República.

Essa era uma alegoria que destacava a imagem do verdadeiro herói, do “maior estadista da República”, que havia elevado o seu estado natal aos patamares que, como veremos, há muito tempo eram desejados pelas elites locais dentro do jogo político federativo.<sup>85</sup> Essa imagem foi captada, pelo autor da litogravura, mediante a criação de um efeito ilusório, qual seja, observando os elementos que compõe a imagem têm-se a impressão que os incentivos materiais e técnicos implementados pelo herói da república para o desenvolvimento do Norte haviam levado a região a seguir pelos trilhos do progresso em pleno movimento, a todo vapor. Pela leitura do frontispício, era como se a Paraíba – bem como a região Norte – decantada sob o governo de Epitácio Pessoa entasse de vez nos trilhos do Progresso.

<sup>85</sup> “O Maior Estadista da República” é o título de uma matéria publicada na revista *Era Nova* que registrou a saída de Epitácio Pessoa da presidência da República, substituído por Arthur da Silva Bernardes. Essa matéria abriu o editorial da revista em sua edição de 15 de novembro de 1922. Cf. Revista *Era Nova*, João Pessoa, 15 de novembro de 1922. Uma síntese das obras executadas durante o governo de Epitácio Pessoa na Paraíba aparece na Revista *Era Nova*, João Pessoa, 1922 Edição Especial do centenário da Independência. Sobre o plano de ação do governo de Epitácio Pessoa no combate contra as secas, conferir Ferreira (1993, p. 92). Ainda sobre as suas intenções na execução de seu programa contra as secas, conferir Almeida (1980, p. 555).

## Destfiando o collar

Joia maldita,  
cada perola má desse collar  
no seu brilho fatal proclama e grita  
a maldição que, eterna, ha de pezar  
sobre o ladrão que ousou despojar a orfandade...

Desculpe-nos o sr. Medeiros e Albuquerque o uso e abuso que estamos fazendo do seu nome. Honramos, reproduzimos, com prazer, a sua joia de rimas sonoras, "O COLLAR"; hoje, transcrevemos alguns trechos de prosa com que o illustre acadêmico deliciao, em tempo, os seus leitores. São d' "A Folha", de 4 de maio de 1923.

O Presidente da Republica tem mostrado que está pronto a vender o patrimonio nacional e a entrar em negocios suspeitos com estrangeiros. E' preciso, porém, que esses estrangeiros sejam grandes capitalistas, dos que podem trazer oportunidades gordas aos intermediarios.

Ao passo, entantão, que o Presidente é tão generoso para cases estrangeiros, representantes de sindicatos rapaces, é dezabrido contra os trabalhadores simples, honestos, laboriosos, que vivem entre nós modestamente, ajudando-nos a fazer a grandeza do Brasil.

Pouco importa o que dizem suas palavras. Os atos é que interessam.

O Presidente da Republica aceitou o diploma de Presidente de uma associação, cuja ação tem sido voltada exclusivamente contra a colonia portugueza. Publicações feitas por essa associação têm exaltado o valor de outros colonizadores do nosso territorio, depreciando sistematicamente o dos Portuguezes.

Ora, o caso do collar não é apenas uma pequena imprudencia, uma simples levandade. Não é um episodio: é o sintoma inalludivel de um mal organico e incuravel.

Si o Sr. Epitácio tivesse, sido surpreendido com um mimo mal escolhido, compreendesse que talvez no primeiro momento, o houvesse aceitado sem ter reflectido bem. Assim mesmo, teria o recurso de corrigir apoz a sua ação.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.

Mas o caso foi previsto e combinado. O colo que devia receber esse mimo já foi para a festa famosa desadorado e não, expressamente para o receber.



Caricatura 01. Desfiado o Collar – Jornal *Correio da Manhã*, edição de 7 de dezembro de 1923.

Por outro lado, os críticos e opositores do governo teceram forte artilharia contra os mais diversos setores ou atos governamentais, como a intervenção na Bahia, as obras no Norte, a conjuntura econômica e o aumento da dívida externa, a nacionalização de algumas empresas estrangeiras, os gastos com a comemoração do Centenário da Independência e as homenagens ao rei da Bélgica em visita ao Brasil.<sup>86</sup> Além disso, ganhavam o espaço da rua as denúncias contra a *patronagem*, o *patrimonialismo*, as relações *clientelares* e o *autoritarismo* do Tio Pitas – Epitácio Pessoa. Um conjunto de críticas que chegou a atingir a honra, a moral e a vida privada do presidente.<sup>87</sup> A caricatura ao lado ilustra o

<sup>86</sup> Além das críticas das oligarquias sulistas, a própria oligarquia nordestina, isto é, os *industriais da seca*, colaboraram para o agravamento da crítica e da crise que recaiu sobre o governo de Epitácio Pessoa. Cf. Ferreira (1993, p. 101-104). A historiografia paraibana tem salientado que o período áureo do *epitacismo* se deu entre 1919 e 1924 quando começou a dar claros sinais de crise. Para Lewin (1993, p. 308-309) a oligarquia *epitacista* “depois de atingir o seu apogeu no Governo de Solon de Lucena, coincidentemente na presidência de Epitácio Pessoa, que beneficiou a Paraíba com relevantes verbas da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS –, em conjuntura favorável aos preços do algodão e do açúcar no mercado internacional, começou a entrar em crise a partir do governo de João Suassuna, crise que assumiu o seu clímax no governo de João Pessoa”. Durante esse período, o controle da patronagem política permitiu que Epitácio Pessoa lançasse com mais segurança o seu grupo de *base familiar* na política, a exemplo dos seus sobrinhos que ocuparam cargos no legislativo – estadual e federal – e no executivo estadual. Ver ainda sobre isso Santana (2000, p. 67).

<sup>87</sup> No plano Nacional, o *Correio da Manhã*, de propriedade de Edmundo Bittencourt & Cia Limitada foi o matutino mais crítico do governo de Epitácio Pessoa. Para Gabaglia Pessoa (1951, p. 283), o matutino carioca “o atacava [Epitácio e o seu governo] desbragadamente e êle se contentava em refutar a injustiça das acusações com a simples exposição dos fatos, em documento oficiais ou em publicações particulares”. O arquivo pessoal de Epitácio Pessoa traz informações significativas, distribuídas em vários recortes de jornais, acerca da oposição feita pelo *Correio da Manhã* e a contenda que envolveu o ex-chefe da nação e o redator daquela folha Mário Rodrigues no “curioso caso do colar”. A questão ganhou forma quando Mario Rodrigues estampou nas páginas do jornal carioca uma matéria em que acusava o ex-presidente da República de, em troca de uma suposta jóia oferecida a D. Mary, haver-se servido da Inspeção de Abastecimento para suspender em proveito de certos exportadores de açúcar – membros da Associação comercial do Rio de Janeiro – as medidas restritivas que antes estabelecera à exportação do mesmo produto. O caso polemizou pela imprensa nacional fazendo com que Epitácio chamasse “a juízo o jornalista, que foi condenado por crime de calúnia em ambas as instancias”. Cf. Gabaglia Pessoa (1951, p. 679). Ver ainda *Pela Verdade*, (1925, p. 593). Sobre os recortes de jornais e as críticas do *Correio da Manhã* conferir IHGB – AEP, Livro 3 Folhas 95 a 98. Ver ainda edição do Jornal *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1923. Ainda em setembro de 1923, Epitácio foi alvo de um conjunto de *Libelos Acusatórios* que estamparam as primeiras páginas do jornal carioca *A Noite*. Os libelos foram assinados por Theodoro Figueira de Almeida, antigo oficial de gabinete, amigo e advogado da família de Hermes da Fonseca. Sob o título “quem é o Sr. Epitácio Pessoa”, o primeiro artigo veio a público na terça feira, dia 11 de setembro,

tom da crítica que, partindo da suposta incompatibilidade dos atos políticos e administrativos, satirizava as suas características físicas – a exemplo da marca do topete que se agitava em estados de cólera –, no caso aludido, referenciando o comportamento de Epiácio Pessôa diante das denúncias da oposição.

O momento ápice da crise governamental ocorreu em 1922.<sup>88</sup> Naquele ano, passados um século da independência, enquanto o seu Estado natal – Parahyba – cobria-o de louros com notas e matérias de jornais, Epiácio decretava o estado de sítio para conter o levante do Forte de Copacabana – que na manhã do dia 5 de julho amanhecera com os canhões apontados para a Capital da República – mandando prender os seus participantes.<sup>89</sup> Os episódios ocorreram enquanto o então presidente acompanhava o processo de sucessão em uma campanha presidencial “áspera e ameaçadora, dramática e intensa, que em 1921 e [19]22 dividiu as forças políticas e intranquilizou o país”. Na visão de Pedro Calmon, com os eventos políticos ocorridos durante o governo de Epiácio, que culminaram na disputa pela sucessão presidencial entre Artur Bernardes e Nilo Peçanha – dando forma à *reação republicana* –, “a República [Velha] experimentava as últimas consequências do ‘sistema’ [política dos governadores] de Campos Sales, da organização empírica que a vertebrava, de sua ‘estática’ de ordem e conservação.”<sup>90</sup>

---

dois dias após a morte do ex-presidente Hermes – falecido no dia 9 daquele mês – em Petrópolis. Naquela edição, os redatores destacaram em pormenores as supostas “últimas vontades do Marechal Hermes” expostas ao seu intitulado amigo fiel – Theodoro Figueira – dias antes em seu leito de morte. No campo da política, Theodoro Figueira afirmava ser de vontade do ex-presidente que ele desvendasse “ARMADO DOS NECESSÁRIOS DOCUMENTOS [cartas enviadas por Epiácio ao Presidente Hermes] – os sensacionais arcanos da volta de Epiácio [em 1912] à actividade política, pondo em evidência a ingratidão do comediante, os seus processos diabólicos, a humildade virtuosa e suplicante, os engenhosos artifícios, toda a encenação comovedora de que se serviu para obter o apoio de que precisava nas horas difíceis e a selvageria com que mais tarde armou cilada, mandando prender [por força de medida expedida após reprimir o levante do Forte de Copacabana], affronta e ludibria o seu generoso benfeitor [Marechal Hermes da Fonseca].” Nos dias seguintes, edições de 12, 13 e 14 de setembro, os artigos e os documentos começaram a aparecer sob o mesmo título julgando fazer com que a opinião pública conhecesse *quem era* Epiácio Pessôa. Dias depois, assinada pelos filhos de Hermes da Fonseca, o mesmo jornal publicou uma carta em que pediam que o Dr. Figueira parasse com as publicações em nome da memória do pai. Na edição de 23 de setembro, o próprio Dr. Figueira publicou uma nota informando que estava interrompendo a exploração do jornal a pedido dos filhos do ex-presidente. Cf. IHGB, AEP. Livro 3, folhas 85 a 87. No livro *Pela Verdade*, publicado em 1925, Epiácio Pessôa dedicou parte considerável à sucessão presidencial em 1922, a “reunião do Catete”, ao levante do Forte de Copacabana em 5 de julho e, sobretudo, à prisão do Marechal Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar. Sobre isso conferir leitura de Gabaglia Pessôa (1951, p. 707).

<sup>88</sup> De volta ao senado após deixar a presidência da República, Epiácio usou a tribuna por várias vezes em 1925 para defender os seus atos no governo, bem como explicar as razões de ter publicado o seu famoso livro “Pela Verdade”. Nessas ocasiões tocou nas acusações de que ele era “um homem impulsivo e violento”. Ver, sobre isso, Gabaglia Pessôa, Vol II (1951, p. 732).

<sup>89</sup> Sobre a crise do governo de Epiácio Pessôa e a eclosão da Revolta de Copacabana, ver Lewin (1993, p. 289). Ver ainda sobre a sucessão presidencial de Epiácio Pessôa e o evento da chamada reação republicana, Viscardi (2012, p. 255). Sobre as festividades da Independência e os funerais de Pedro II no governo de Epiácio Pessôa, conferir Guimarães (2009, p. 80).

<sup>90</sup> Para Calmon (2012, p. 204-207), os *atos culminantes* do governo Sr. Epiácio Pessôa “foram a nova defesa do café, o incremento gigantesco das obras contra as secas, o Recenseamento de 1920, a visita dos Reis da Bélgica, a repatriação dos despojos mortais de D. Pedro II e da Imperatriz, a Exposição Internacional de 1922 e a deliberação

Em meio à crise que caracterizou os anos de 1920, a capacidade de combater os seus opositores chamou atenção de alguns contemporâneos. Na visão de um deles – que politicamente esteve “do outro lado [apoando à reação republicana], na campanha presidencial processada no fim do seu governo” – Epiácio, com o seu “temperamento polêmico e impetuoso”, foi um dos presidentes que mais se comunicava com a “Nação (ou com o povo, como hoje se diz) explicando, justificando seus atos e atitudes, enfrentando de viseira erguida os adversários, os que o guerreavam”. Fora “êle o presidente que mais se defendeu, saindo a campo, êle mesmo, para confundir os seus detratores”, isto é, ajustando a sua memória, criando uma representação de si em meio à opinião pública.<sup>91</sup> No dizer do próprio Epiácio, a luta contra

---

da revolta de 5 de julho do mesmo ano [Revolta do Forte de Copacabana em 1922].” Para Ferreira e Conde Sá Pinto (2016, p. 389) “na década de 1920, a sociedade brasileira viveu um período de grande efervescência e profundas transformações. Mergulhado numa crise cujos sintomas se manifestaram nos mais variados planos, o país experimentou uma fase de transição cujas rupturas mais drásticas se concretizariam a partir do movimento de 1930”.

<sup>91</sup> Para J. de Castro Nunes, Epiácio Pessoa tinha temperamento de jurista, de “advogado, grande advogado, com a confiança própria da profissão no argumento, na eficácia da defesa, na demonstração concludente e arrasadora”, o que lhe prejudicava no “tato político”, referindo-se ao temperamento forte e a maneira combativa. Em sua visão, faltava à Epiácio “a linha média”, não era um homem “de cabeça fria, digamos assim, com boa dose de compreensão do meio e certa fleuma para suportar as injustiças e invectivas que o esperam, encontrando os caminhos possíveis para realizar o bem público e os meios que precisa para se aguentar no poder.” Em sua visão, por muitas vezes, no combate direto com os críticos, Epiácio Pessoa perdia o controle, externando seu temperamento forte em diversos comportamentos. Para o autor, por exemplo, o seu topete, “com que o dotara a natureza, era um sinal exterior do seu ânimo aguerrido”. Importante destacar que na visão do autor o argumento de que Epiácio era mais inclinado a magistratura do que a política se apoiava em uma confissão do próprio Epiácio quando afirmou, já afastado da vida pública, que era “... com os pendores do meu espírito mais inclinado à magistratura do que a política”. Além dessa declaração, Castro Nunes ancorou seu entendimento sobre o temperamento de Epiácio na leitura de Gabaglia Pessoa “a própria filha, [que] no belo livro [Epiácio Pessoa – 1865-1942] em que lhe traçou o perfil de homem de Estado, viu-o por este ângulo: ‘é incontestável que a vocação do juiz prejudicou alguma vez, em Epiácio, tão bem dotado para o comando, a atuação de condutor de homens’”. Cf. NUNES, J. de Castro (1957, p. 124-125). Para fins do presente trabalho, focarei na análise da atividade política de Epiácio Pessoa desenvolvida na Paraíba, sobretudo ao lado do irmão Antônio Pessoa e dos filhos destes, não me interessando, por hora, nas práticas e representações que envolveram suas atividades no campo jurídico, a meu ver, passíveis de maior reflexão ainda em aberto. Porém, parece-me que as “desilusões da vida política” – externada pelo próprio Epiácio Pessoa – fez com que os seus familiares envolvessem a sua representação pública na “imagem do grande jurista”. Sinais desse ajustamento de memória aparecem nitidamente durante os eventos da morte e funeral de Epiácio Pessoa em 13 de fevereiro de 1942. Nas narrativas desses eventos criadas por Gabaglia Pessoa (1951) e Pardellas (2018), três aspectos me chamam atenção. Primeiro a escolha, feita por D. Mary, da beca de Juiz da Corte Permanente de Justiça com traje que vestiria o corpo de Epiácio e que ele levaria, portanto, para o túmulo. O significado desse gesto pode ser mensurado a partir da reflexão sobre questionamento feito por Gabaglia Pessoa (1950, p. 905) diante da escolha de sua mãe: “que outras vestes simbolizariam melhor o amor e a dedicação a de toda uma vida?”; segundo, a decisão da família em declinar “o oferecimento do Governo [Getúlio Vargas] de fazer os funerais às suas custas, prestando a Epiácio honras de chefe de Estado.” Por fim, o registro dos oradores que fizeram homenagens ao ex-presidente morto à beira do seu túmulo. De acordo com Pardellas (2018, p. 537) “no cemitério, falaram diversos oradores, mas a família guardou na memória as palavras de gratidão de uma humilde senhora que fora nomeada por Epiácio guardião de uma escola pública e as corajosas palavras de afeto e admiração do advogado Heráclito Sobral Pinto [historicamente conhecido por sua luta em defesa dos direitos e princípios de cidadania durante o Estado Novo e, sobretudo, no período da Ditadura Militar], que, imperturbado pelos possíveis melindres da ditadura [varguista] e impelido pelo amor a verdade, louvou em Epiácio Pessoa, acima de tudo, o Homem da Lei.” Ou seja, em síntese, apesar da “humilde senhora” representar traços da atividade política de Epiácio Pessoa, este foi sepultado com a simbologia da sua atividade jurídica, destacando-se a memória do *Homem da Lei* na frase de Heráclito Sobrinho e no gesto de vesti-lo com os trajes de jurista. Ver também sobre isso, Gabaglia Pessoa (*idem*, p. 906).

os inimigos da imprensa e a consequente atuação no sentido de ajustar a sua memória diante da opinião pública era antiga.<sup>92</sup> Esse aspecto interessa diretamente à presente pesquisa.

### 1.3.2 O gesto de *arquivar-se*: Epitácio Pessôa e a construção do *arquivo de si*.<sup>93</sup>

Nesse ponto, o argumento defendido é de que, enquanto projeto de memória, *a tradição familiar Pessôa* foi emergindo em meio ao gesto de “arquivar-se”, isto é, ao empenho de Epitácio Pessôa para criar e guardar um conjunto de testemunhos de si passíveis de servirem de referência para a voz da História.<sup>94</sup> Para comprová-la, parto do pressuposto de que a comunicação criada por Epitácio Pessôa para defender-se de seus opositores revela um aspecto de sua atividade política pouco explorado pela historiografia, qual seja, o seu interesse de marcar um lugar na história a partir do seu próprio testemunho e visão dos fatos.<sup>95</sup> A princípio,

---

<sup>92</sup> Segundo Epitácio Pessôa, demarcando o momento em que entrou na vida pública, “há 40 anos que eles [imprensa/opositores] me atacam sem tréguas”. Ver carta de Epitácio Pessôa ao Dr. Coelho Sobrinho em 7 de maio de 1928. In. PESSÔA, Epitácio. (1965, p. 94).

<sup>93</sup> Para Philippe Artières (2013, p. 48) o gesto de “arquivar-se” esta para além do trabalho técnico desenvolvido pelos arquivistas – isto é, a prática profissional do arquivamento – posto que envolve, ao longo de nossa existência, uma série de gestos que objetivam “extrair um fato do real, em constituí-lo enquanto acontecimento, inscrevendo-o numa lista, e em conservar esse documento.” Nesse gesto, a própria vida é arquivada enquanto vivida, criando-se uma espécie de arquivo de si. Como iremos notar, ao longo da sua trajetória, Epitácio Pessôa deu vários sinais desse desejo de arquivar-se. Recentemente, Carlos Alberto Pessôa Pardellas (2018) ofertou-nos um importante relato produzido pelo próprio Epitácio Pessôa durante a viagem de quase um ano que fez, em 1897, à Europa. Trata-se da publicação de quatro “cadernos de capa preta”, uma espécie de conjunto de diários, onde Epitácio Pessôa guardou um pouco do que viu e viveu naquela sua primeira viagem ao velho continente.

<sup>94</sup> Ao refletir sobre a configuração dos arquivos pessoais – com destaque à análise do arquivo pessoal de Filinto Müller –, Heymann (1997, p. 41-42) problematiza a impressão – por vezes, advinda da pretensão dos organizadores desses arquivos, sejam elas pessoas físicas, ou instituições, públicas ou privadas, que visam preservá-los – de que tais documentos figuram como a manifestação concreta da memória individual dos seus titulares. Para a autora, é preciso analisar a configuração de tais arquivos no que há de social em sua elaboração, de modo a perceber a relação de um tema clássico nas ciências sociais, qual seja, a dinâmica estabelecida entre o indivíduo e a sociedade. Desse modo, um dos primeiros desafios do estudioso que dedica atenção a essa memória individual é perceber que a aparente unidade – “ilusão da unidade” – que a compõe é conferida pela pessoa ou instituição que o constituiu, “ou seja, por quem acumulou determinados documentos dentro do universo daqueles produzidos e recebidos.” Reflexão que remete ao fato de que na configuração dos arquivos pessoais, cabe a uma pessoa – o próprio titular ou outro de sua confiança que executará o trabalho sob a sua supervisão ou orientação – “escolher os documentos que, no fluxo dos papéis manuseados cotidianamente, merecem ser retidos e acumulados.” Um outro fator que exige atenção do pesquisador que lida com esse tipo de arquivo diz respeito ao caráter “arbitrário da configuração de cada um desses conjuntos”, o que equivale a dizer que ao longo do processo de acumulação dos documentos diversos filtros são operados antes do depósito final do arquivo em um outro *lugar de memória* que ficará responsável por sua guarda. Ou seja, “na fase de acumulação do arquivo, no detemos na ação do titular, agregando e possivelmente subtraindo elementos ao longo do tempo, assim como a ação dos auxiliares, muitas vezes responsáveis por esta atividade. Após a sua morte, ocorre a interferência dos familiares, que geralmente reduzem o universo acumulado segundo uma avaliação baseada em novas diretrizes e interesses.” Há ainda, ao final, a interferência de outros agentes – arquivistas ou documentalistas, responsáveis pela organização do arquivo – quando o arquivo é doado a uma instituição de acervos históricos.

<sup>95</sup> Aqui, parece-me ainda mais convincente o argumento de que os sinais dessa tradição inventada foram surgindo na medida em que seus idealizadores/construtores elaboravam respostas lançadas contra as ameaças à honra e ao prestígio do nome, isto é, ao *status quo* da família, traduzido na forma de um prestígio construído e defendido ao longo do tempo.



certamente esse interesse esteve associado “ao impulso humano fundamental de dar testemunho, o ato instintivo de fazer o próprio relato.” Porém, com o tempo, esse impulso fundamental foi sendo ampliado em meio à necessidade de criar uma espécie de conjunto de “provas de *mim*”, isto é, uma série de testemunhos e documentos memorizados de sua atividade política e que compuseram o seu arquivo pessoal.<sup>96</sup>

Como notaremos, esse esforço por marcar o tempo criando um conjunto de testemunhos acerca de sua visão dos fatos têm raízes mais remotas, remetendo aos primeiros registros da atividade profissional/política. Porém, de maneira sistematizada, a iniciativa de criar essa espécie de monumento erigido a si mesmo, de firmar uma vida além da vida, isto é, de criar o seu arquivo pessoal para preservar traços da sua “reputação póstuma” começou logo após Epiácio Pessoa assumir a presidência da República e foi continuado até o ano de sua morte.<sup>97</sup> Como salientou Gabaglia Pessoa, durante a estada na presidência da República, Epiácio Pessoa foi guardando, “em maletas e grandes envelopes, tudo que mais importante se escrevia em letra de fôrma sobre a sua administração, a crítica tanto quanto o louvor”. A “esses recortes [iniciais], Epiácio acrescentara inúmeros envelopes e pastas contendo milhares de papeis, cartas, cartões, telegramas, ofícios, manifestos políticos, documentos os mais variados, que viera acumulando desde que entrara na vida pública”.<sup>98</sup> Durante esse período, paralelo ao gesto de guardar, o então presidente iniciou o processo de seleção, catalogação e organização desses documentos e escolheu, para tanto, um de seus sobrinhos para ajudá-lo, transformando-o em uma espécie de guardião de sua memória.

---

<sup>96</sup> No dizer de Sue McKemmish (2013, p. 18), esse impulso fundamental do ser está associado aquilo que “Swift (1992, p. 62) caracterizou como a necessidade que o homem, ‘animal narrativo’ por excelência, tem de deixar atrás de si as reconfortantes ‘boias de marcação’ e ‘rastros de percurso’ que são as histórias.” Desse modo, os registros e testemunhos que produzimos ao longo de nossa existência, isto é, de nossas atividades e experiências compõem um arquivo pessoal para assegurarmos nosso lugar no presente e no futuro, por meio da memória do passado. Para tanto, a autora chama de “provas de *mim*” o esforço sistematizado dos sujeitos de criar, selecionar e arquivar testemunhos de sua trajetória individual ou coletiva. Tal como a autora, uso a expressão “‘provas de *mim*’ como sinônima de arquivo pessoal, reunindo todas as formas que as narrativas podem assumir.” Filosoficamente, tal como sinalizou P. Ricoeur (2009, p. 29-30) a necessidade de se comunicar perpassa como uma condição da existência posto que “surge como um modo de ultrapassar ou de superar a solidão fundamental de cada ser.”

<sup>97</sup> A frase é de Epiácio Pessoa e remetia aos cuidados que os familiares deveriam ter com o seu arquivo pessoal. Ver, sobre isso, Pardellas (2018, p. 491).

<sup>98</sup> Gabaglia Pessoa, Vol. II. (1951, p. 704). Não é preciso o momento em que Epiácio começou a demonstrar o interesse em criar o arquivo pessoal. De certo, o gesto de “arquivar-se” é antigo, intimamente ligado ao hábito de guardar os registros significativos de sua vida privada e pública. Segundo Gabaglia Pessoa (Apud, Heymann, 1997, p. 47), “o que norteou ao menos parte da acumulação foi o projeto de Pessoa [Epiácio Pessoa] de elaboração de um livro sobre o seu ‘polêmico’ período na presidência da República (1919-1922).” Idéia ratificada por Lewin (1996) para quem o arquivo de Epiácio Pessoa depositado no IHGB em 1962 expressava a vontade do ex-presidente da República em ofertar, através dos documentos, uma determinada versão dos acontecimentos vividos durante a presidência. De acordo com a autora, o caráter polêmico da sua passagem pela presidência e a recepção dos críticos da sua obra “Pela Verdade” teria estimulado o interesse de Epiácio Pessoa a dispor esses documentos ao uso dos historiadores. Esse fato teria também teria sido fundamental para escolha do destino final do arquivo, isto é, de que deveria ficar sob a guarda do IHGB.

### 1.3.3 O guardião da memória do ex-presidente.



**Fotografia 02.** Antônio Pessôa Filho. Cortesia do Sr. Renato dos Santos Pessôa.

Nos anos finais do governo, Epiácio Pessôa entregou as pilhas de documentos a um dos seus mais confiáveis e dedicados sobrinhos na época, Antônio Pessôa Filho (imagem ao lado, clicada em 1 de outubro de 1940, ocasião que comemorava 48 anos de idade) para que fizesse a sua catalogação e organização. Pessôa Filho, como também o conheciam, era outro filho de Antônio da Silva Pessôa – segundo filho em ordem genealógica – que acompanhara o pai na política da Paraíba desde o início da década de 1910. Em 1919, logo após desembarcar no Rio de Janeiro – vindo da Paraíba com alguns de seus irmãos e a sua mãe, Sinhá Pessôa – Pessôa Filho transformou-se a princípio no secretário

peçoal de Epiácio Pessôa, auxiliando-o nas demandas administrativas e pessoais.<sup>99</sup>

Cabe registrar que ao longo da sua trajetória, Epiácio Pessôa pareceu nutrir devotado respeito por Antônio Pessôa Filho. Entre outros aspectos, a sua relação com esse sobrinho foi fortalecida após a morte do irmão – Antônio Pessôa, a quem Epiácio dizia ser “o seu maior amigo na vida”. Como notaremos, após esse evento, Pessôa Filho passou a ser o principal

<sup>99</sup> Antônio da Silva Pessôa Filho, segundo filho do casal Antônio da Silva Pessôa e Margarida d’Assumpção Santiago, nasceu em Recife no dia 1 de outubro de 1892 e foi batizado em 30 de abril de 1893, tendo como padrinhos o “Dr. Epiácio da Silva Pessôa e Dona Balbina de Assumpção Carvalho.” A relação entre Antônio Pessôa Filho e Epiácio Pessôa era fraternal, desenvolvido quando o jovem *Tonho* – com cerca de 8 anos de idade – passou uma temporada com o tio no Rio de Janeiro, provavelmente estudando em um internato. O mesmo parece ter ocorrido com outro filho de Antônio Pessôa, qual seja, Epiácio Pessôa Sobrinho. Evidências disso aparece em 1900, em uma carta que Epiácio Pessôa escreveu ao irmão Toinho – Antônio Pessôa – informando sobre a “chegada de Tonho [Antônio Pessôa Filho, no Rio de Janeiro]. Quanto a Epiácio [Epiácio Pessôa Sobrinho], pretendo mandar busca-lo brevemente para colocá-lo no internato IPOMENÁRIO Nacional. Neste sentido, já escrevi a Miranda [Mirandolina, sua irmã] indicando as matérias que Epiácio deve ir estudando de preferência a fim de fazer o exame de qualificação.” De Epiácio à Antônio Pessôa. IHGP, AP: CEP. A5G4P1. Durante o descanso de Epiácio na Europa, entre novembro a 1922 a julho de 1923, Antônio Pessôa Filho trocou correspondências e telegramas com o tio informando sobre questões familiares. e, sobretudo, os “violentos ataques” que o seu governo estava sofrendo na imprensa carioca. Sobre isso, conferir cartas de Antônio Pessôa Filho à Epiácio Pessôa, in IHGB, AEP, livro 73, Folhas 64/01 a 70/01 e Folhas 45. Conferir cartas de lideranças políticas paraibanas trocadas com Antônio Pessôa Filho disponíveis em seu arquivo privado no IHGP – Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba –, sob o título de Correspondência Geral (CG), localização APF: CG – A6G1P1/4.

interlocutor entre o tio e os Silva Pessôa.<sup>100</sup> Nos anos finais da vida de Epitácio Pessôa, Tonho tornou-se o seu inventariante junto com D. Mary Pessôa; dos famosos sobrinhos de Epitácio, Pessôa Filho foi o único que esteve presente no seu leito de morte no sítio Nova Betânia em 13 de fevereiro de 1942.<sup>101</sup> A aproximação com o tio, desenvolvida desde a infância e amadurecida ao longo do tempo fez de Pessôa Filho um profundo conhecedor da história/memória familiar, tanto como testemunha quanto interessado em colher e guardar informações/documentos que envolveram a trajetória de seus ascendentes. Um personagem que esteve intimamente envolvido no projeto de configuração da memória e tradição familiar Pessôa.<sup>102</sup>

Por assim dizer, a *casa de Antônio*, como tratava o próprio Epitácio na intimidade familiar – referindo-se aos membros da família do irmão, incluindo o próprio Pessôa Filho, seus irmãos e a Sinhá Pessôa, sua cunhada –, desempenhou um papel fundamental no projeto de construção e preservação da memória/história familiar, ajudando a dar contornos sistemáticos à *tradição familiar Pessôa* entre as décadas de 1920, 1940 e seguinte.<sup>103</sup>

#### 1.3.4 As provas de *mim*: o arquivamento do testemunho de Epitácio e o seu uso na história.

Ao longo da estada na presidência da República, Epitácio Pessôa deu diversos sinais de sua preocupação em deter os movimentos sinuosos da memória em sua relação com o esquecimento. Entre os familiares, por exemplo, era comum ele tratar sobre a “precariedade da memória, memória para nomes, para fatos, para fisionomias; detalhes mais ou menos significativos que ajudam a lembrança.” Em uma dessas conversas, quando questionado sobre como queria ser lembrado na História, Epitácio respondeu:

[...] de minha reputação póstuma cuidarão vocês [seus familiares] e meus netos. E, mais tarde, os netos de meus netos, se até eles chegar o conhecimento do que fui e do

<sup>100</sup> Sobre isso cabe menção as cartas que Antônio Pessôa Filho trocou com o tio logo após a morte do pai. Cf. IHGB, AEP, Livro 12 Folhas 3/1.

<sup>101</sup> Epitácio Pessôa morreu em 13 de fevereiro de 1942. Em suas memórias, Gabaglia Pessôa (1951, p. 903), registou que naquele dia Antônio Pessôa Filho, sem saber da piora repentina do tio na madrugada e primeiras horas do dia, foi visitá-lo junto com a esposa Alice no sítio Nova Betânia. Naquele dia, por volta das quatro horas da tarde, “a família encheu o quarto [onde Epitácio Pessoa repousava moribundo].” Olhando o sobrinho, Epitácio lastimou-o: “Ora, Antônio, você vir justamente num dia destes”. O “sobrinho predileto”, que também havia se tornado o seu procurador e inventariante – juntamente com Mary em fins de 1930 – acompanhou os momentos finais da vida do prestigiado tio que morreu por volta das cinco e meia daquela tarde de fevereiro.

<sup>102</sup> Além de Gabaglia Pessôa (1951), Pardellas (2018) reconhece a importância de Antônio Pessôa Filho no trabalho de coletar e guardar – também como testemunha – fatos relevantes da trajetória de Epitácio Pessôa e, por seguinte, de seus familiares.

<sup>103</sup> Epitácio Pessôa, quando de suas viagens pela Europa, deixava o sobrinho responsável pelos seus negócios e assuntos diversos no Rio de Janeiro. Nesses períodos, foram intensas a troca de telegramas e correspondências com informações as mais diversas, dentre elas, as relacionadas ao zelo que o ex-presidente parecia ter com “Antônio e todos de tua casa”. Conferir telegramas e cartas trocadas com Antônio Pessôa Filho, In. PESSÔA, Epitácio (1965, p. 140-141).

que fiz. O julgamento da história, em todo caso, cabe aos historiadores. Espero ter tempo e disposição para fornecer a estes um pequeno subsídio, a justificativa de muitos atos e decisões do meu governo, pelo menos dos mais controvertidos. Além disso, os historiadores terão acesso a meu arquivo, que pretendo organizar melhor, doravante, com a tua ajuda, Tonho [Antônio Pessoa Filho], como meu secretário.<sup>104</sup>

De acordo com o registro familiar, esse episódio aconteceu em 1922, contexto em que, prestes a deixar a presidência, Epitácio Pessoa organizava o país para a reconciliação entre a memória de Pedro II e a História nacional. Esse movimento, aliás, fez com que tempos depois o ex-presidente lamentasse não ter construído o mausoléu do Imperador, “não um simples ‘pugilo de terra’, mas o largo ‘peito amigo’, para nêle, ‘triste sombras varrendo da memória’ sonhar com a ‘doce Pátria’” onde pudesse “aguardar, sereno e confiante, ‘a justiça de Deus na voz da História’.”<sup>105</sup> No seu caso, acreditava que o veredito da História deveria ancorar-se nos testemunhos guardados em seu arquivo pessoal. Sinal significativo da sua preocupação e luta empreendida contra a sinuosidade da memória e os efeitos do esquecimento. Bem como, por outro lado, evidencia o desejo de Epitácio Pessoa, com a ajuda de alguns familiares, de controlar a voz da história a partir de certa visão global, advinda de um esforço coordenado por estabelecer conexões adequadas entre os fatos e as ações de seus executores.

Em última instância, o gesto de narrar-se revela o esforço por criar uma autorepresentação, no sentido de produção de si mesmo. Na visão de Epitácio Pessoa, o arquivo que estava organizando juntamente com os sobrinhos – filhos de Antônio Pessoa – deveria orientar as gerações futuras sobre os fatos relevantes da sua vida e, numa extensão maior, da coletividade – sua família – a que pertencia. É importante salientar, como sinalizado acima, que o processo de constituição sistemática do arquivo pessoal de Epitácio Pessoa situa-nos no contexto de sua estada na presidência da República, notadamente no período em que o então

---

<sup>104</sup> Transcrevendo um testemunho de Antônio Pessoa Filho, Carlos Alberto Pessoa Pardellas (2018, p. 495) afirmou que durante essa conversa João Pessoa levantou o tema da memória e sua relação com a história, indagando “porque razões determinados vultos têm registro controvertido na história? Às vezes depende das circunstâncias, de uma só atitude...” A essa altura, “Tonho [Antônio Pessoa Filho] interrompeu ‘conforme o grau de importância que se atribua a um outro aspecto de suas biografias o veredito da História será favorável ou contrário. [...]’” dirigindo-se ao tio, João Pessoa Perguntou: “E o senhor, como acha que será lembrado na História? [...] Eu pessoalmente [continuou João Pessoa] acho que as obras contra as secas do Nordeste são o ponto máximo da sua administração. Por elas, sobretudo, hão de lembrá-lo. [...] Mary foi taxativa ‘você não pode ser julgado, apenas, pelo período da previdência. Afinal, você foi o único brasileiro que ocupou os mais altos cargos nos três Poderes da República. Tua atuação no Congresso? E o que você fez no Ministério de Campos Sales? Os teus dez anos no Supremo Tribunal?” Segundo o autor, essa conversa se deu em sua residência no ano de 1922, em um dos últimos domingos de Epitácio na presidência da República, logo após um passeio pelas ruas centrais do Rio de Janeiro acompanhado das filhas.

<sup>105</sup> Sobre as festividades do centenário da independência e o recebimento dos restos mortais de Pedro II, disse Epitácio Pessoa “deixei governo com um fundo pesar – o de não ter podido, aliás por motivos estranhos à minha vontade, erigir o mausoléu do Imperador. [...]” *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 de 1925. In. PESSÔA, Epitácio (1965, p. 169).

Presidente acumulada, em contraste com os órgãos de imprensa, um conjunto de polêmicas que envolveriam setores diversos da administração pública. Tais documentos corroboravam, portanto, com a edificação de uma determinada versão de acontecimentos da história do país dos quais o próprio titular havia participado.<sup>106</sup>

Expresso primeiramente como vontade do próprio titular – que também participou do processo de seleção e organização dos documentos – o arquivo de Eptácio assumiu a forma de uma espécie de autobiografia – conforme veremos – ao menos em termos de expectativa. Por outro lado, diante da impossibilidade física de concluir a sua grande obra – escrever a sua autobiografia –, esse trabalho foi transferido para o sobrinho que ao longo das décadas de 1930 e 1940 continuou organizando o arquivo. A partir desse momento, a constituição do arquivo de Eptácio Pessoa assumiu a forma de um trabalho biográfico escrito pelo sobrinho e pela filha do próprio titular após a sua morte.<sup>107</sup>

---

<sup>106</sup> Citada ao longo da presente tese, as contribuições de Bourdieu (1989) acerca da relação entre as histórias de vida e configuração dos relatos biográficos são importantes para a minha leitura acerca da configuração do arquivo pessoal de Eptácio Pessoa. É preciso lembrar, na leitura de Heymann (1997, p. 44) que é possível pensar um paralelo entre o gênero história de vida e os arquivos pessoais, sobretudo no que toca a “ilusão de coerência e totalidade que ambos podem gerar.” Aqui, tal como apontado por Bourdieu (*idem*), é preciso desnaturalizar o significado de “continuidade pessoal” – no caso específico de Eptácio Pessoa, mais precisamente na organização do seu arquivo pessoal, essa continuidade das ações pessoais estariam presentes ilusoriamente no próprio sentido organizativo atribuído pelo índice e pelo catálogo original criado por Antônio Pessoa Filho sob a coordenação do tio – conferida às histórias de vida depositadas nos arquivos pessoais. Penso, para tanto, na existência de certa “ilusão biográfica” nesse tipo de arquivo, uma vez que ao contar a sua história de vida ou expor suas memórias, o indivíduo atua como ideólogo de sua própria história, selecionando certos acontecimentos significativos.

<sup>107</sup> Quando analisou a constituição dos arquivos de Gustavo Campanema e o de Eptácio Pessoa, Heymann (1997, p. 19) afirmou que “estes dois exemplos nos levam de novo para o campo das múltiplas formas de produção dessa memória, permitindo pensar não apenas nas várias possíveis configurações desses conjuntos documentais, como também na interferência de outros agentes neste processo. Assim, Fraiz (1994) aproxima o arquivo privado de Gustavo Capanema do gênero autobiográfico, ao demonstrar como, neste caso, ‘o arquivo tomou o lugar do grande texto autobiográfico que jamais foi escrito’. Já o arquivo de Eptácio Pessoa poderia ser melhor aproximado a uma biografia, escrita por quem ordenou os papéis e buscou dar sentido à atuação do titular através de determinada seleção e disposição dos documentos. Acredito que, diferente do que afirmou a autora, a constituição do arquivo de Eptácio Pessoa também assumiu a forma de um projeto autobiográfico, uma vez que há sinais da pretensão do titular em escrever a sua autobiografia – nunca escrita –, utilizando, para tanto, dos registros documentais disponíveis no seu arquivo. Além disso, também há sinais de sua ação direta do titular no sentido de organizar e acrescentar peças ao seu arquivo pessoal. Por outro lado, concordo com a autora que a constituição do seu arquivo assumiu a forma de uma espécie de biografia, uma vez que ao incubir o sobrinho do trabalho de seleção, catalogação e organização dos papéis, este passou a exercer o papel fundamental na elaboração da biografia oficial de Eptácio Pessoa escrita em parceria com a sua prima – Laurita Raja Gabaglia Pessoa – e lançada na década de 1950.

Assim, no primeiro momento, sob a coordenação do tio e com a ajuda de outro irmão – Gilvandro –, Antônio Pessôa Filho organizou o arquivo pessoal do Eptácio Pessôa, dando-lhe um primeiro ordenamento cronológico e um catálogo para consulta, um índice datilografado e organizado “por ordem alfabética, por assuntos, nomes de pessoas e datas”; aspectos da primeira versão entregue a Eptácio Pessôa em 1923. Ali “registrou-se alguns milhares de papéis presos e ou encadernados em grandes pastas; o mesmo acontecendo com os recortes de jornais” que puderam ser acessados graças ao índice produzido a pedido de Eptácio Pessôa. De acordo com Gabaglia Pessôa essa “obra colossal” foi inicialmente guardada em sua biblioteca particular (imagem abaixo), posto que se tratava do “celebre arquivo que seria tão útil a Eptácio.”<sup>108</sup>



**Fotografia 03.** Eptácio Pessôa na sua biblioteca. Carlos Dias Fernandes – 1919.

Nessa biblioteca Eptácio Pessôa costumou passar horas – sozinho ou acompanhado do sobrinho – envolvido no trabalho de “classificar peças do arquivo”, isto é, envolvido no trabalho de *enquadramento da memória* pessoal e familiar.<sup>109</sup> Foi dos documentos coligidos nesse

<sup>108</sup> Cf. Gabaglia Pessôa (1951, p. 704). Gilvandro Pessôa foi o nono filho (sétimo dos vivos) do casal Antônio Pessôa e Margarida d’Assumpção Santiago nascido em 5 de julho de 1903 em Recife. Gilvandro faleceu no Rio de Janeiro em 1936, pouco tempo antes da morte de outro irmão seu, Renato Pessôa. Este último nasceu em julho de 1907 no Recife. Renato Pessôa fez carreira como primeiro Tenente do Exército na década de 1920, formado na Escola Militar e servindo no 1º Regimento de Cavallaria Divisória. Faleceu em outubro de 1936, também na capital federal. Sobre a morte de Gilvandro e Renato, Cf. *A União*, Jornal, João Pessoa, 15 de novembro de 1936. A morte de Gilvandro foi lamentada por Eptácio em telegrama enviada à Antônio Pessôa Filho de *Wiesbaden*, Alemanha em 17 de julho de 1936. In. PESSÔA, Eptácio (1965, p. 141).

<sup>109</sup> Cf. Gabaglia Pessôa (1951, p 897).

arquivo, por exemplo, que nasceu o livro *Pela Verdade*, obra publicada em 1925 como uma espécie de defesa dos seus atos administrativos e políticos.<sup>110</sup> Parafrazeando um dos seus contemporâneos, tratava-se do “livro em que o Dr. Epiácio Pessoa, desfazendo a mentira e narrando a verdade, respondeu aos que o agrediram e os *pulverizou*”.<sup>111</sup> As suas pretensões com esse livro foram expostas já na escolha do seu título, *Pela Verdade*, pois “queria o [ex] presidente alcançar a justeza no julgamento de seus atos diante da opinião pública.”<sup>112</sup>

A obra em tela foi o primeiro resultado significativo desse trabalho de arquivamento de si, mas não o único. Basta lembrar que, a partir de então, uma memória oficial começava a ganhar o espaço da rua através das matérias de jornais, manifestos, obras, livros de memória e compêndios políticos que traduziam os esforços do ex-presidente e seus colaboradores em expor o que julgavam ser *a verdade* dos fatos à nação brasileira. Com isso, criou-se um cenário de disputas pelo imaginário, isto é, tentou-se edificar um amplo projeto de memória tendente a atribuir sentido positivo as suas ações políticas e, por extensão, as de sua família, enquanto que parte da imprensa e os opositores exploravam o insucesso do seu governo, bem como as contradições da sua personalidade e prática política.<sup>113</sup>

---

<sup>110</sup> Após a publicação, foi duramente criticado por parte da imprensa nacional e por seus opositores mais ferrenhos, fato que levou o ex-presidente, então senador da República pela Paraíba, a continuar rebatendo as críticas em longos discursos e embates no Senado Federal. Sobre a produção da obra e a defesa de Epiácio na imprensa e na tribuna do Senado, conferir Gabaglia Pessôa (1951, p. 704)

<sup>111</sup> O testemunho é de Agenor de Roure, ex-secretário da presidência da República no governo de Epiácio Pessoa – no que chamou de *Testemunha de todos os dias*. Trata-se de um artigo publicado em *Epiácio Pessoa e o juízo de seus contemporâneos*, obra publicada em 1925 em homenagem ao lançamento do livro *Pela Verdade* e organizada por Alcibiades Delamare – amigo pessoal e entusiasta político de Epiácio Pessôa. Nas palavras de Delamare, a obra era “homenagem excepcional” cuja importância residia em ser a “significação moral de um julgamento insuspeito sobre a sua personalidade [de Epiácio Pessôa] inconfundível de estadista no cenário da vida nacional; sobre a sua ação como homem de governo, ao qual nenhum outro sobrepujou, quiza igualará; sobre o valor de seu livro ‘Pela Verdade’, que é o mais bello, empolgante e definitivo testemunho do seu acrysolado respeito a opinião pública do País”. O livro foi organizado para que um grupo seletivo de contemporâneos assentassem suas impressões sobre a obra *Pela Verdade* e o seu autor, comentando separadamente os seus capítulos e aspectos centrais. Para tanto, contou com artigos assinados por diversos intelectuais, jornalistas, militares e políticos do Brasil à época, entre eles, o próprio Agenor de Roure, Pandiá Calógeras – ex-ministro no governo de Epiácio Pessoa –, Veiga Miranda, Assis Chateaubriand, José de Castro Nunes, Azevedo Marques – ex-ministro do Exterior –, Manuel Tavares Cavalcanti, Jackson de Figueiredo – um dos mais combativos defensores de Epiácio e do Livro *Pela Verdade* na Imprensa – Levi Carneiro, dentre outros. Pelo conteúdo e pela forma, a obra foi uma tentativa de consagrar a memória do ex-presidente, tal como ele pretendia, no que ele havia cuidadosamente selecionado, posto que muitos dos artigos que compuseram a obra apoiaram-se nos documentos expostos por Epiácio Pessôa no livro *Pela Verdade* como provas e justificativas de suas ações políticas durante o governo. O livro *Pela Verdade* foi praticamente escrito na Europa durante a estada de Epiácio após deixar a presidência.

<sup>112</sup> Cf. Sandes (2011, p. 227).

<sup>113</sup> A princípio, Epiácio Pessôa não esteve sozinho nesse empreendimento. Em 1923, por exemplo, os seus familiares, amigos e correligionários prepararam uma grande festa para recebe-lo no Rio de Janeiro no retorno do seu repouso na Europa” que durou de novembro a 1922 a agosto daquele ano. Essa recepção foi organizada para que Epiácio Pessôa retornasse ao Brasil como “um triunfador, como o homem do dia, o homem necessário, o salvador [...]”. Cf. Carta de Epiácio à Laura In. Gabaglia Pessôa, (1951, p. 674). O organizador das festividades foi Alcibiades Delamare, seu amigo que havia atuado como colaborador, juntamente com os sobrinhos João, Antônio e Gilvandro, no caso em que Epiácio chamou a juízo Mario Rodrigues – redator do *Correio da Manhã*

#### 1.4 UM ARQUIVO EM CONSTRUÇÃO, QUASE PRONTO PARA SERVIR À HISTÓRIA: A MEMÓRIA E O TESTEMUNHO DO EX-PRESIDENTE.



**Fotografia 04.** Palacete de Epitácio Pessôa. Carlos Dias Fernandes – 1919.

Exemplo disso é que foi também daquele arquivo pessoal que saíram muitas informações, dados e documentos – cópias – que serviram de referência para a produção de várias obras que trataram de aspectos diversos do período, especialmente dos eventos e personagens da Paraíba que haviam participado de atividades políticas da Primeira República. Não foram poucas as vezes que intelectuais de várias partes do Brasil, especialmente os paraibanos, escreveram para o seu palacete (imagem ao lado) localizado na Rua Voluntários da Pátria nº 25, no Rio de Janeiro, para solicitar informações, testemunhos do próprio Epitácio, bem como documentos diversos disponíveis em seu arquivo e que pudessem ser usados em suas pesquisas. Alguns deles, chegaram a visitá-lo pessoalmente, encontrando-o sob a companhia

frequente de Antônio Pessôa Filho.

Em resposta a um dos intelectuais que enviara da Paraíba em 1933 uma cópia do *Grande Presidente* – obra dedicada ao sobrinho morto em 1930 no Recife –, solicitando maiores informações sobre as correspondências trocadas entre Epitácio e João Pessôa durante os eventos da *revolução* na Paraíba, o ex-presidente afirmou, “apesar de ter sido notavelmente escassa [a correspondência], por medo da censura que retinha as cartas e telegramas a mim dirigidos [...] é provável que alguma coisa exista em meu arquivo.” E completa, “o meu sobrinho Antônio [Pessôa Filho] deve chegar hoje daí [Paraíba]. Falar-lhe-ei sobre o caso. Talvez possa fornecer

---

– em 1923. O arquivo de Epitácio Pessôa dispõe de um conjunto de recortes de jornais – organizados pelo próprio Alcibíades Delamare –, que registraram a organização do movimento e da festividade criada para receber o ex-presidente em julho de 1923. Esse movimento foi significativo não apenas por objetivar reconduzi-lo na atividade política, mas para reabilitar a sua memória, a honra e o prestígio em função dos ataques que sofrera ao deixar a presidência da República. Cf. Pessôa, Epitácio (1965, p. 68). Cf. IHGB, AEP, livro 13.



alguns dados.”<sup>114</sup> Além de conhecer em detalhes o arquivo do tio, durante os acontecimentos de 1930, essa correspondência foi feita por intermédio de Antônio Pessôa Filho – Epitácio se encontrava em Haia – que lhe remetia “recortes de jornais e cópias das cartas que recebia de João Pessôa.”<sup>115</sup>

A Hortênsio Ribeiro, outro intelectual paraibano que enviou à apreciação do ex-presidente um trabalho sobre Christiano Lauritzen, líder político de Campina Grande com quem Epitácio conviveu durante o período áureo de sua influência na Paraíba, respondeu: “devo possuir no meu arquivo [...] muitos documentos que lhe abonam o tino político, a fidelidade e o empenho por obras, medidas e reformas do interesse do Estado”. E continua “quem sabe mais

---

<sup>114</sup> O autor em questão era Adhemar Victor de Menezes Vidal, natural da cidade de Parahyba onde nasceu em 7 de outubro de 1900. Adhemar Vidal foi na década de 1930 um dos defensores de Epitácio na Paraíba, atuando como Oficial de Gabinete no governo de Solon de Lucena – sendo responsável pela elaboração dos discursos oficiais –, além de ser nomeado Secretário do Interior e Segurança no governo de João Pessôa. Este último cargo, fez com que Ademar Vidal estreitasse as relações com Epitácio Pessôa com quem passou a estabelecer copiosa correspondência. Sobre a correspondência com Epitácio Pessôa, cabe registro das cartas em que relatou os “oito mezes” de trabalho que havia desempenhado “noite e dia com o querido João Pessôa, identificando-me com o seu temperamento, conhecendo a sua vida na intimidade, enfim, tornando-me quase um membro de sua digna família”. De Adhemar Vidal à Epitácio Pessôa, Parahyba, 7 de agosto de 1930, disponível em IHGB, AEP, Livro 09, Folhas 51/01. Ver ainda carta de Adhemar Vidal a Epitácio Pessôa felicitando as considerações do ex-presidentes ao livro *O Grande Presidente*, visto pelo último como sendo dotado de uma “admirável concentração dos factos, por isso mesmo tornando-se um documento histórico de mais alta significação política”. De Adhemar Vidal à Epitácio Pessôa, João Pessôa, 30 de abril de 1934, disponível em IHGB, AEP, Livro 5 Folhas 42D/1 à 42D/6. Sobre os dados biográficos de Ademar Vidal, conferir informações do seu arquivo privado, disponível no IHGP, sob o título de Documentação Pessoal (DP), localização: AV: DP; a-g – A5G1P1/7.

<sup>115</sup> Conta Epitácio Pessôa que durante os eventos de 1930, que incluíram a Revolta de Princesa no sertão paraibano, a sua correspondência com o sobrinho João Pessôa chegou a ser violada e por isso muitas vezes interrompida. Esse fato fez com que Epitácio fizesse de Pessôa Filho o seu interlocutor direto com o sobrinho e o andamento dos fatos ocorridos naquele período. Conferir telegrama trocado com Ademar Vidal, disponível in. PESSÔA, Epitácio (1965, p. 125). Sobre a atuação de Pessôa Filho como correspondente entre Epitácio e João Pessôa conferir correspondências de Joca a Antônio Pessôa Filho, disponíveis em IHGB, AEP Livro 73 – Folhas 64/01 a 70/01. O papel de Pessôa Filho nesse interim também foi mencionado pelo próprio Epitácio quando respondeu a um telegrama do então Governador de Pernambuco, Estácio Coimbra – que havia lhe escrito cumprindo o “amargo dever de comunicar-lhe o bárbaro atentado da Confeitaria Glória”. Em resposta ao telegrama de Estácio, Epitácio teceu severas críticas a ação do governo daquele Estado na proteção de João Pessôa. Na ocasião Epitácio destacou que havia solicitado do sobrinho Antônio Pessôa Filho documentos de seu arquivo pessoal que lhe assegurasse a comprovação dos pedidos feitos ao então governador pernambucano para proteção de João Pessôa e o que julgava ser a efetiva movimentação do Estado a este fim. Sobre isso, conferir transcrição de trechos da carta de Epitácio à Estácio e do telegrama do governador de Pernambuco ao ex-presidente, datadas, respectivamente de 26 de agosto e 29 de julho de 1930, em Gabaglia Pessôa (*idem*, p. 846/847). Um recorte de jornal sem data e identificação contendo cópia da carta de Epitácio à Estácio está disponível no IHGB, AEP – sem referência do livro e localização – documento não catalogado. Ainda sobre a participação de Pessôa Filho nos eventos de 1930 ver, Gabaglia Pessôa (1951, p. 828) que destaca, “diante de tamanha parcialidade [do governo federal acusado de enviar munição e armas à Princesa] não há outro remédio senão recorrer ao contrabando bélico. Amigos e parentes de João Pessôa e sobretudo Antônio Pessôa Filho, o seu braço direito, empenharam-se [...] por enviar-lhe do Rio o possível auxílio em matéria de munição”. Ver ainda, na mesma autora (*idem*, p. 841), o cerco feito a Antônio Pessôa Filho “o mais incansável e engenhoso colaborador”, no Rio de Janeiro. Conferir ainda carta de João Pessôa a Antônio Pessôa Filho mencionada em “1930 na Paraíba” (VIDAL, Adhemar, s/d, p. 171, apud PESSÔA, Gabaglia, 1951, p. 841). Foi Tonho quem primeiro telegrafou ao tio informando: “Joca [João Pessôa] gravemente ferido atentado no Recife”. Cf. Gabaglia Pessôa (1951, p. 843).

tarde não poderei fornecer-lhe alguns elementos úteis, caso pense em ampliar seus estudos.”<sup>116</sup> Evidências de que naquela época, Epitácio já não era mais apenas um ex-presidente que aos poucos ia se isolando dos holofotes da política, mas transformava-se em uma testemunha viva, consciente da importância de sua versão dos fatos e possuidor de um dos mais cobiçados arquivos pessoais, cuidadosamente organizado e contendo um conjunto de documentos diversos sobre a história política da Paraíba e do Brasil entre fins do Império, durante toda a Primeira República e início da Nova República. Essa consciência, de algum modo, foi ganhando corpo no sentido de servir de referência para a sua crença no julgamento fiel da história; era como se a sua memória arquivada e o seu testemunho fossem assumindo um lugar de confrontação frente a efemeridade da travessia da experiência temporal.

#### 1.4.1 O desejo de narrar *a grande obra de minha vida*: Epitácio Pessôa na concatenação de sua autobiografia.

---

<sup>116</sup> Hortênsio de Souza Ribeiro, foi um jornalista campinense autor de diversas obras sobre política e memória de personalidades locais. Em 1934 Ribeiro trocou cartas e telegramas com Epitácio Pessôa solicitando informações sobre Christiano Lauritzen, dinamarquês – natural de Boddum, Jutlandia, Dinamarca –, que se transformou em líder político de Campina Grande entre fins do séc. XIX e início do XX. O material foi enviado à apreciação de Epitácio que assim lhe respondeu: “Muito lhe agradeço o prazer que me proporcionou com a leitura desses trabalhos, embora prazer ‘doce amargo’, pois eles vieram reviver-me a saudade de uma quadra ardente e combativa de minha juventude e a lembrança de tantas pessoas com quem então me achei em contato, no mesmo campo ou em campos adversos”. Sobre Christiano, rememorou o ex-presidente da República, “fomos correligionários ligados pela estreita solidariedade e, mais tarde, amigos unidos pelo afeto mais desinteressado. – E note: chegado a Paraíba em dezembro de 1889 como secretário do Governo [de Venâncio Neiva], eu trazia dentro de mim uma forte dose de prevenção contra Christiano. Para isso, não contribuíram pouco as minhas preferências de antigo liberal, as queixas contra a dominação conservadora em Campina [Grande], a má vontade de Christiano contra um juiz de direito Dr. Austerliano de Castro, estreitamente relacionado com a minha família etc. Mas, ao cabo de algum tempo, tive que me render às demonstrações de amor dêsse estrangeiro por minha terra e às provas de lealdade, de devotamento, de esforço inteligente e profícuo com que êle apoiava a nova situação.” Cf. PESSOA, Epitácio (1965, p. 127). Entre os episódios de estreitamento da amizade, consta que Christiano chegou a abrigar Epitácio Pessôa em uma de suas fazendas nos arredores de Campina Grande quando o então deputado federal deixou o Rio de Janeiro em direção à Paraíba durante a ditadura florianista. Nesse tempo, o estreitamento da relação entre Epitácio e Christiano foi intermediada por Antônio da Silva Pessôa cuja amizade precedia a aproximação do irmão com o político campinense. (Cf. LEWIN, 1993, p. 224). Ao longo da década de 1890 e 1900, a amizade entre Antônio e Christiano foi fortalecida mediante o estreitamento de relações comerciais – comercializavam gado e algodão – até que se tornaram compadres, fato que estreitou ainda mais as relações entre ele e a família Pessôa, especialmente com os Silva Pessôa de Umbuzeiro. O *Gringo* – Christiano Lauritzen –, como também preferia ser chamado, tornou-se um dos mais fervorosos defensores do *epitacismo* em Campina Grande já na década de 1910, apoiando Epitácio e o Cel. Pessôa. Em 1915, por exemplo, Christiano ofertou o seu jornal, *Correio de Campina*, para fazer intensa propaganda em defesa do governo do Cel. Antônio Pessôa e em favor do retorno de Epitácio à política paraibana. O *Gringo* faleceu em seu palacete na cidade de Campina Grande em 18 de novembro de 1923. Sobre os dados biográficos de Christiano Lauritzen, conferir *Gazeta do Sertão*, Jornal, Campina Grande, 1 de dezembro de 1923. Conferir *O Dinamarquês Cristiano* In. Ribeiro (1979, p. 247). Ver ainda atuação política de Christiano Lauritzen em Campina Grande e a amizade com Epitácio Pessôa In. Gurjão (2002, p. 108-109).

O mesmo autor paraibano de *O Grande Presidente*, que se tornou amigo do ex-presidente e frequentador da sua residência no Rio de Janeiro, chegou a solicitar do próprio Epitácio autorização para escrever a sua biografia oficial, tarefa tentada por muitos outros antes dele. Em resposta ao amigo Vidal – Adhemar Vidal – escreveu: “memórias, quanta gente me aconselha a escrevê-las! Falta-me, porém, a coragem para tamanho esforço. Enfim... pode ser que um dia me decida. Aliás, tenho já algumas coisas escritas, faltando apenas coordená-las; mas o que teria ainda que escrever é muito mais”. Em outra carta enviada à Paraíba – a última escrita por Epitácio em resposta às insistentes solicitações do amigo em “aprontar um livro de reminiscências individuais” – afirmou: “fala-me o Sr. em escrever os acontecimentos de minha vida. Tenho certos fatos ou episódios escritos; mas já não posso pensar em um trabalho integral concatenado, como pensava, pois, um dos meus males é não poder escrever... e eu não sei ditar”.<sup>117</sup> Sinal do desejo de Epitácio Pessôa de escrever a sua autobiografia.

A negativa, a princípio, não impediu que Epitácio Pessôa recebesse o autor de *Recordações Sentimentais de Epitácio Pessôa* – obra escrita postumamente para homenagear o conterrâneo ilustre – por várias vezes em seu palacete, onde tratavam de “coisas curiosas de sua vida por ele mesmo contadas nas recepções cavalheirescas e confortadoras de afeto que nos dava a mim [Ademar Vidal] e a Rubens Maximiano de Figueiredo”. Momentos em que o intelectual paraibano teve o “ensejo de ouvir de sua boca o relato de interessantíssimos episódios de sua tão bela existência cheia de perigos”.<sup>118</sup> Sem dúvida, um testemunho comprometido em homenagear a memória de Epitácio Pessôa. Porém, importante notar que, se de um lado, os amigos do Norte e do Rio de Janeiro saíam da residência do ex-presidente cheios de informações curiosas sobre episódios de sua trajetória pessoal e familiar, de outro, também

---

<sup>117</sup> Em uma dessas cartas, datada de 25 de novembro de 1940, disse Adhemar Vidal “uma vez, ou mais de uma, falei a v. Exa. Na necessidade de escrever os acontecimentos interessantíssimos de sua vida excepcional e que é um exemplo de luta, inteligência e dignidade. Que valor inestimável ter um livro em que o próprio autor contasse os fatos desenrolado em tão preciosa existência! Antes de tudo serviria de exemplo para os moços.” Concluindo, questionou: “Será que V. Ex. já teria escrito esse livro de recordações?”. Entre 1936 e 1937, “Epitácio sofreu da chamada ‘doença de Parkinson’” desenvolvendo vários sintomas clínicos “entre eles, o tremor das mãos e a rijeza muscular que lhe prendia os movimentos da marcha [do caminhar] até na expressão do rosto”. O diagnóstico foi dado de maneira aperfeiçoada durante a sua última viagem a Europa na companhia de Mary em 1936. O Parkinson, dentre outras coisas, impedia que Epitácio continuasse escrevendo, atividade que passou a desempenhar de maneira sistemática após a saída da presidência. Passou então a contar com o auxílio direto dos familiares para tal fim, dentre eles, Antônio Pessôa Filho. Sobre o desenvolvimento do Parkinson em Epitácio Pessôa, conferir Gabaglia Pessôa (1951, p. 893-894).

<sup>118</sup> Ao longo da década de 1930 o estreitamento da relação entre Adhemar Vidal e Epitácio Pessôa tornou-se ainda mais efetiva. Foi Ademar que acompanhou Epitácio quando este passou por Pernambuco em retorno de sua última viagem à Europa em 1936. Naquela ocasião, afirmou Ademar, “andamos por três horas de automóvel por todos os recantos da cidade”. Esse famoso passeio foi acompanhado por Raul de Góes que testemunhou junto com o amigo “as histórias da meninice de que ele [Epitácio] nos relatava”, histórias “transcorridas consigo mesmo, ali, naquele doce e rebelde Pernambuco, lugar onde vivera os primeiros tempos da existência, onde estudara e experimentara as emoções que desabrochava tão claro e tão consciente”. Cf. Vidal, (1942, p. 9-10).

ficavam com a certeza de que Epitácio Pessoa guardava a pretensão de escrever e publicar, ele mesmo, as suas reminiscências – *uma escrita de si* –, fornecendo mais uma prova de que o ex-presidente tentava arquivar-se criando provas de si.<sup>119</sup> Apesar do esforço, Epitácio Pessoa não conseguiu executar o seu projeto, como sinalizara, deixando-o aos cuidados dos parentes.

### 1.5 A CASA DE ANTÔNIO E A ELABORAÇÃO DOS TRAÇOS BIOGRÁFICOS DE EPITÁCIO PESSÔA.

Os esforços de Antônio Pessoa Filho em enquadrar a memória do tio e, por conseguinte, da própria família – isto é, dos Silva Pessoa de Umbuzeiro – iniciou-se antes mesmo de sair da casa do pai, no interior da Paraíba, para o Rio de Janeiro em 1919. Lembra Carlos Dias Fernandes, primeiro intelectual paraibano a produzir uma espécie biografia não oficial de Epitácio Pessoa – sob o título de *Políticos do Norte* e publicada ainda em 1919 –, que Antônio Pessoa Filho, juntamente com João Suassuna, Antônio Massa, Castro Pinto, Venâncio Neiva e Pedro da Cunha Pedrosa foram os responsáveis por fornecerem muitos dos “documentos abundantes, que ora me servem de seguro roteiro no plano de construção que me tracei”, isto é, delinear o perfil pessoal e político de Epitácio Pessoa, *o grande político do Norte*.<sup>120</sup> Trata-se de uma obra produzida sob os conselhos e orientação do político paraibano João Pereira de Castro Pinto “em torno do nosso grande amigo [Epitácio Pessoa], cuja vida exemplar de homem probo, abnegado e de gênio”, deveria ser historiada “num volume votivo de propaganda” naquele momento em que as atenções da Paraíba, do Brasil e do mundo voltava-se para o novo presidente do país.<sup>121</sup>

<sup>119</sup> Quando analisou a relação entre biografia e história, Phillipe Levilain (2003, p.166) afirmou que “a autobiografia, por sua própria natureza, supõe uma cultura que faz parte da expressão do ‘Eu’. Aparenta-se, em consequência disso, à biografia dos protagonistas: a biografia do eu é prima-irmã da biografia do Rei.”

<sup>120</sup> Uma primeira investida nesse sentido, isto é, de produzir um esboço biográfico de Epitácio Pessoa, foi feita por Francolino Cameu e Aleixo Alves de Souza, em um dos seus *Políticos e Estadistas Contemporâneos*, citado por Epitácio Pessoa como um livro que continha “algumas páginas que me dizem respeito”. PESSOA, Epitácio. Apud. Dias Fernandes, (1919, p. 10).

<sup>121</sup> Cf. Carlos D. Fernandes (1919, p. 7). Conta o autor que um dos entusiastas da obra, como admirador e amigo do biografista, além de correligionário – governador da Paraíba de 1912 a 1915 – e amigo pessoal do biografado – estudaram juntos na faculdade de Direito do Recife – foi João Pereira de Castro Pinto. A obra de Carlos D. Fernandes foi dedicada a D. Mary Sayão Pessoa, com “o mais alto respeito pelas suas virtudes e reverente admiração pelos seus talentos”. Cabe ressaltar que além da biografia oficial de Epitácio produzida por Laurita Raja Gabaglia Pessoa, a obra de Carlos D. Fernandes foi a mais referenciada no interior da família Pessoa quando se trata de pensar referências externas sobre a trajetória pessoal e política da família e do próprio Epitácio Pessoa. Exemplo disso é a obra *Epitácio da Silva Pessoa*, de Carlos Pessoa Filho (1998), que cita a obra de Carlos D. Fernandes como umas das mais brilhantes produzidas sobre o seu prestigiado ancestral. Cf. Carlos D. Fernandes (1919, p. 11). As relações de amizade entre Carlos D. Fernandes e a família Pessoa datam de fins do século XIX; foi provavelmente nesse período que Carlos D. Fernandes conheceu o conterrâneo do norte – Epitácio Pessoa –, isto é, durante a sua estada no Rio de entre 1891 e 1901 onde “foi empregado de farmácia, vestiu a farda de

Vista a partir da orientação de Castro Pinto, a obra foi devotada como uma propaganda declarada ao então presidente Epitácio Pessoa, com vistas a oferecer aos contemporâneos e às futuras gerações um conjunto de informações para auxiliar em possíveis julgamentos sobre a personalidade e ação política daquele homem público.<sup>122</sup> O próprio Epitácio Pessoa participou de algum modo do empreendimento narrativo de Carlos D. Fernandes, quando, após certa insistência do autor, foi ter com ele em uma entrevista no *Splendid Hotel*, no Rio de Janeiro, falando de assuntos gerais, conexos aos propósitos do biografista. Amigos desde quando Epitácio assumiu o Ministério da Justiça e Negócios do Interior no Governo de Campos Sales, Carlos D. Fernandes também passou a ser um dos intelectuais que, estando no Norte ao longo da década de 1920 e 1930, trocou correspondências com o ex-presidente sobre conteúdos diversos, entre eles, expressando o seu desejo de poder escrever a biografia oficial de Epitácio Pessoa.<sup>123</sup>

Quanto à participação do sobrinho de Epitácio na obra *Políticos do Norte*, cabe lembrar que Pessoa Filho foi um dos mais vocais membros do grupo de jovens intelectuais com aspirações políticas que surgiu na Paraíba por volta de 1910. O grupo, sugestivamente chamado de *Jovens Turcos*, surgiu reivindicando a renovação da política no Estado e incluiu, além de alguns nomes citados por D. Fernandes, figuras como Solon de Lucena e Celso Mariz. Como veremos, entre 1912 e 1916, esse grupo foi ganhando espessura e se organizou sob a liderança de Solon de Lucena e Antônio da Silva Pessoa – pai de Pessoa Filho – como mentor mais velho, que naquele período governava o Estado da Paraíba (1915-1916).<sup>124</sup> Tendo em seu meio nomes conhecidos da intelectualidade paraibana, atuando em vários jornais do Estado, os jovens da

---

soldado jacobino de Floriano, conduziu mala postal”. Cf. Celso Mariz (1973, p. 53). Sobre a relação de amizade entre Carlos D. Fernandes e a família Pessoa, conferir *A União*, Jornal, Paraíba, 15 de abril de 1914.

<sup>122</sup> A frase é uma paráfrase extraída da justificativa contida no esboço biográfico de Epitácio Pessoa, produzido por Francolino Cameu e Aleixo de Souza. Segundo Dias Fernandes, (1919, p. 11), o objetivo dos seus “ilustres antecipadores” era “concorrer com o seu modesto esforço para edificação da nossa história política, fornecendo ao historiador porvindouro subsídios e informações que o habilitem para a justiça dos seus julgamentos, relativamente aos nossos homens públicos”. Referindo-se às intenções e aos gestos dos autores precedentes, Dias Fernandes afirmava comungar com “a mesma cruzada”, sendo eles “operários do mesmo edifício”, isto é, no caso particular, ofertar subsídios para o julgamento das gerações futuras sobre a vida pública de Epitácio Pessoa.

<sup>123</sup> Conferir telegramas de Epitácio para Carlos D. Fernandes. PESSÔA, Epitácio (1965, p. 77).

<sup>124</sup> Conforme veremos nos dois últimos capítulos deste trabalho, durante parte desse período, isto é, entre 1915 e a década de 1920, a propaganda em defesa de Epitácio Pessoa foi comandada pelos *Jovens Turcos*, um grupo de jovens intelectuais de aspiração política que surgiram na Paraíba e tiveram como mentor político mais velho Antônio da Silva Pessoa. O epíteto por eles adotado “além de provir da Revolução Turca de Mustafá Kemal Atatürk de 1909, pode ter sido inspirado pelos Jovens Turcos, oficiais do exército brasileiro que editavam um periódico nacionalista, *A defesa nacional*” (LEWIN, 1993, p. 293). As reuniões organizadas pelos *jovens turcos* ocorriam com frequência na casa de Solon de Lucena em Bananeiras e nas fazendas do Cel. Pessoa em Umbuzeiro – Fazenda Prosperidade – e em Barra de Natuba – Fazenda Barra. Além das reuniões ocorridas na redação do Jornal *A Notícia* – órgão fundado precisamente ao empossar-se Antônio Pessoa na presidência do Estado e fechado logo após o fim do seu governo – na capital do estado. *A Notícia*, foi publicada sob a influência direta dos jovens turcos.

geração de 1910, como também ficaram conhecidos, colaboraram significativamente para construção da imagem de Epiácio e da família Pessoa naquele período. Aspecto analisado nos dois últimos capítulos da presente tese.<sup>125</sup>

#### 1.5.1 Pessoa Filho entre a guarda do *Arquivo Pessoal do Grande Presidente João Pessoa* e a edificação do mausoléu em homenagem à memória de um mártir.

Iniciado tempos antes, o esforço de Antônio Pessoa Filho em salvaguardar a memória do tio e da família ganhou um novo episódio em 1930. Naquele período, enquanto os entusiastas da revolução criavam uma imagem do regime em pares antitéticos, isto é, inventando a Nova República em contraste com a Velha, “o ex-presidente [Epiácio Pessoa] percebia o isolamento imposto pelo novo governo a todos os segmentos políticos vinculados a antiga ordem política.” Esse movimento, gradualmente, “chegara a sua Paraíba, portanto urgia combater os novos mitos, sem descuidar daqueles que, porventura, pudessem ter alguma valia”. Dentre esses antigos mitos, “estava a morte de João Pessoa cuja imagem de herói nacional incorporou-se a mitologia política que se formara”.<sup>126</sup> A luta do ex-presidente para edificação da imagem do seu mártir se envolveu, assim, no projeto de identificação da *tradição familiar Pessoa* e, para tanto, contou com a colaboração de Pessoa Filho na condição de secretário pessoal de Epiácio Pessoa.<sup>127</sup>

É importante salientar que não é meu objetivo trabalhar a fabricação do mito João Pessoa como categoria analítica, sendo esse o objeto de outros estudos, tais como os de Santana (2000) – projeto encabeçado por Joaquim Pessoa – e Aires (2006) – no destaque dado à participação da Aliança Liberal nesse propósito. Desse modo, me interessa notar no presente tópico como a *Casa de Antônio* – os Silva Pessoa de Umbuzeiro –, se comportou diante do projeto de criação da memória do seu mártir dentro de um projeto maior, qual seja, *a invenção da tradição familiar*

---

<sup>125</sup> Alguns membros do grupo, a exemplo de Celso Mariz, atuaram em vários jornais da Paraíba, tais como na *União* e no jornal *A Notícia*, este último criado no governo de Antônio da Silva Pessoa (1915-1916). Além disso, alguns de seus nomes ocuparam lugar de destaque na política paraibana, a exemplo de Sólon de Lucena e João Suassuna, governaram a Paraíba, enquanto Pessoa Filho e Celso Mariz chegaram a Assembleia, respectivamente nas legislaturas de 1916-1919 e 1924 a 1927.

<sup>126</sup> Cf. Sandes, (2011, p. 232). Sobre a fabricação do tenentismo ver análise de Borges (1992) apud Sandes (2011, p. 233). Ainda sobre o envolvimento de Epiácio na fabricação do mito João Pessoa conferir o trabalho de Aires (2006).

<sup>127</sup> Na Paraíba, Pessoa Filho também acompanhou de perto a execução do famoso monumento que ornou a praça João Pessoa na capital. Foi ele quem apresentou a primeira maquete e o orçamento de 350\$000:000 (trezentos e cinquenta contos de réis) para construção do monumento na Paraíba. Ver, sobre isso, orçamento para execução de um monumento a João Pessoa no Estado da Paraíba, de acordo com a maquete apresentada. Disponível em IHGP APF: DMJP. A6G1P1.

*Pessôa*. A princípio, cabe ainda lembrar que a participação de Antônio Pessôa Filho no projeto de edificação do mito João Pessôa se justificava pela aproximação que os primos – Tonho e Joca – desenvolveram também com a companhia do tio nos negócios familiares e políticos da Paraíba na década de 1920.<sup>128</sup>

Exemplo dessa relação é que, já em novembro de 1928, Antônio Pessôa Filho foi investido no cargo de delegado e procurador da Paraíba na capital federal por determinação do presidente João Pessôa. Além de habilitá-lo a representar os interesses do presidente da Paraíba na capital da República, esse cargo dotou Pessôa Filho de condições para mover-se no trabalho de enquadramento da memória do primo no momento após a sua morte. Para ilustrar o argumento basta lembrar que Pessôa Filho guardou e preservou por anos grande parte da documentação pessoal e administrativa de João Pessôa que foi encaminhada ao Rio de Janeiro entre 1928 e 1930; bem como parte de sua documentação pessoal de 1912 a 1928. Em um trabalho bem parecido com o que havia desenvolvido para o tio em 1922, essa documentação foi por ele organizada e catalogada, recebendo um índice constituindo o que chamou de *Arquivo Pessoal do Grande Presidente João Pessôa* composta por um conjunto variado de peças. Essa documentação foi entregue ao IHGP em meados da década de 1950, gesto que sinaliza a sua preocupação e envolvimento no sentido de salvaguardar a memória da família.<sup>129</sup>

---

<sup>128</sup> Um bom número de pedidos políticos enviados dos amigos do Norte ao Dr. Antônio Pessôa Filho apreço no seu arquivo pessoal de posse do IHGP.

<sup>129</sup> Um bom número de fotografias, telegramas, cópias do projeto e recortes de jornais sobre a morte, o sepultamento e a construção do Mausoléu de João Pessôa encontram-se disponíveis no arquivo de Antônio Pessôa Filho no IHGP, sob o título APF: DMJP. Localização A6G1P1. No Rio de Janeiro, após a morte de Joca – João Pessôa -, Antônio Pessôa, já envolvido em trabalho semelhante com Epiácio Pessôa, organizou o que chamou de “Arquivo Político do Grande Presidente JOÃO PESSÔA e que comigo esta todo ele, desde o dia do seu falecimento”. Parte do referido arquivo foi doado ao IHGP em 1957, sob a promessa que demais peças seriam enviadas em seguida. Naquela ocasião, foram enviados do Arquivo de João Pessôa os livros de nº 1 a 4, um bom número de atos da Administração e da política do Estado de 1928 a 1930 – telegramas, pedidos, projetos, inquéritos, processos, recibos de pagamentos, recebimentos e recortes de jornais. Nas palavras do missivista, em 1957 o envio de parte do arquivo justificava-se pelo fato de “que algumas cópias de peças dele estão sendo extraídas, no momento, a pedido de um amigo. Mas, o que aqui ficou, ser-lhe-á enviado mais adiante, para o mesmo destino [deixar sob a posse e guarda do Instituto].” O arquivo constou ainda de um conjunto de correspondências de terceiros, com datas limites de 1912 e 1928, intituladas JP: C/T. Localização A6. G1.P2. Conferir cópia da carta de doação do arquivo de João Pessôa ao IHGP em 10/12/1957, disponível em Diário da Borborema, Jornal, Campina Grande, 17 de março de 1963.



**Fotografia 05.** Mausoleu de João Pessoa no cemitério São João Batista, RJ. Arquivo Pessoal de Antônio Pessôa Filho – IHGP.

Além de organizar e guardar esse arquivo, Pessôa Filho participou diretamente de outro aspecto importante da configuração mítica de João Pessoa no pós-1930, qual seja, a construção do mausoléu (imagem ao lado) que abrigou os restos mortais do ex-presidente paraibano sepultado no cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro. O contrato para construção desse monumento foi assinado pelo próprio Antônio Pessôa Filho e o engenheiro Humberto Cozzo, o mesmo que executou o monumento à João Pessoa na capital do Estado da Paraíba.<sup>130</sup> O projeto inicial apresentou um custo total de 55:000\$000 (cinquenta e cinco contos de réis).<sup>131</sup> Dias depois da sua conclusão, Pessôa Filho escreveu em relatório ao então interventor Antenor Navarro informando “foi por mim recebido em nome do

Estado no prazo combinado; e a inauguração foi levada a efeito pela Família do ilustre Brasileiro no dia de seu aniversário de nascimento”, isto é, em 24 de janeiro de 1931.

Como contratante e representante da família, é de se imaginar que Pessôa Filho negociou com o renomado escultor brasileiro os detalhes da alegoria que compôs o mausoléu. De acordo

<sup>130</sup> Humberto Cozzo também foi o autor do monumento erigido à João Pessoa na cidade de Umbuzeiro em 1931. Sobre isso, ver Silva (2015, p. 169-170).

<sup>131</sup> Na íntegra, o projeto contratado apresentou os seguintes termos: “1º) O Mausoléu será executado todo em granito preto, polido de ‘Piracaia’, conforme amostra apresentada, com exceção do primeiro sóco inferior, as duas figuras laterais e flâmulas, que encimam o monumento, que serão de granito picotado; 2º) A altura total do monumento será de 4mts, 50 (quatro metros e cinquenta) por uma base quadrangular de 3mts. (três metros) e obedecerá rigorosamente às proporções e composição do projeto apresentado e aceito. 3º) A figura central e o medalhão oferecido pelas senhoras Parahybanas serão executadas em bronze; 4º) Os trabalhos de montagem do monumento terão início depois de convenientemente preparados os alicerces, afim de lhes ser garantida a máxima solidez e segurança; 5º) O prazo máximo de entrega será de 90 (noventa) dias a contar da presente data, salvo de força maior, devidamente comprovada; 6º) o custo da obra, incluída execução, transportes, assentamento etc, é de Rs: 55:000\$000 (cinquenta e cinco contos de réis) cujo pagamento será feito nas seguintes condições: a) 15:000\$000 na assinatura do presente; b) 15:000\$000 quando os modelos estiverem executados e aprovados em gesso e o trabalho de cantaria em andamento; c) 10:000\$000 quando o mausoleo estiver pronto para ser colocado no local. d) E os restantes quinze contos (15:000\$000) na entrega do mausoléu assentado no local; 7º) Fica estabelecida a multa recíproca de: 10:000\$000 para aquela das partes que infringir qualquer cláusula do presente contrato.” Conferir relatório enviado ao Interventor Antenor Navarro por Antônio Pessôa Filho em 31 de abril de 1931. Conferir ainda contrato, recibos de pagamentos e fotografias assinadas por Pessôa Filho e Humberto Cozzo entre 1930 e 1931. Disponível em IHGP APF: DMJP. A6G1P1.



com o jornal *A União*, a alegoria central representava “o timoneiro, vencedor de tempestades, e colhido pela traição [simbolizado pela flecha que lhe perfura o peito] de um scelerado antes de chegar ao porto do seu destino.”<sup>132</sup> Além da descrição do jornal, os detalhes do projeto e a disposição da imagem acima permite entender maiores detalhes do monumento devotado a “Parahyba e seu Grande Filho” – epitáfio gravado no granito de Piracaia –, de acordo com o detalhe que ilustrava a base central onde foi colocada uma medalha de bronze que trazia esculpida a imagem do paraibano morto. Nas laterais, por exemplo, duas imagens moldadas em granito picotado, curvam-se enlutadas, dramatizando o momento do sacrifício e guardando a memória heroica de João Pessoa.

Na parte superior, acima da figura central, o brasão da Paraíba – símbolo heráldico adotado no governo de Castro Pinto (1912-1915) –, também talhado em granito picotado, demarcava o lugar do Estado que serviu de berço ao seu ilustre político. Uma simbologia que se esforçou por representar o martírio do paraibano, morto em um momento crucial da história da Primeira República. Por assim dizer, sob os cuidados do primo de Umbuzeiro, João Pessoa fincava seus restos mortais na capital da República, construindo um *lugar de memória* feito para lembrar, erigido aos padrões, técnicas e estilo da época. Esse gesto assumiu um significado importante dentro do projeto de construção da *tradição familiar Pessoa* uma vez que foi erigido na medida em que se ia tentando sepultar a república das oligarquias e os seus símbolos representativos, a exemplo dos governantes que atuaram na política durante essa temporalidade. Sinal de que o discurso de Carlos Pessoa se apoiava em um projeto maior, chancelado por Epiácio Pessoa, isto é, um projeto de reabilitação do passado histórico da família onde destacava-se as virtudes cívicas e os feitos heróicos dos seus membros.

## 1.6 O DESTINO DO ARQUIVO PESSOAL APÓS A MORTE DE EPITÁCIO PESSÔA.

O esforço por *enquadrar a memória familiar* continuou ao longo da década de 1930, quando Epiácio Pessoa, com o auxílio do sobrinho, permaneceu acrescentando peças e documentos ao seu arquivo pessoal. Como sinalizou em 1922, é provável que entre as recomendações de Epiácio Pessoa feitas sobre o seu arquivo estava a de que Pessoa Filho deveria continuar a obra de organizá-lo para concluí-lo, isso porque, ao que tudo indica, o agravamento do seu estado de saúde o impediu de realizar antes de 1942. Evidência disso é que com a morte de Epiácio nesse ano, Pessoa Filho continuou visitando a biblioteca do tio, tendo

---

<sup>132</sup> Conferir, *A União*, Jornal, João Pessoa, 26 de julho de 1931.

a ajuda de D. Mary Pessôa. Esta última, chegou a lhe entregar um conjunto de documentos diversos, muitos deles inéditos e encontrados após a morte de Epitácio em um cofre de sua biblioteca.<sup>133</sup> O esforço de Pessôa Filho caminhava-se para composição da biografia de Epitácio Pessôa. Foi ainda nesse período, isto é, após a morte do titular, que Antônio Pessôa Filho acresceu algumas peças do arquivo de João Pessôa e do coronel Antônio Pessôa – seu pai – ao fundo Epitácio Pessôa. Esses dois outros arquivos foram organizados em paralelo ao trabalho desenvolvido com o tio, bem como lhes foi dado outro destino como veremos.

#### 1.6.1 As obras reunidas: a preservação da memória da personalidade pública de Epitácio Pessôa.

Como nota-se, após a morte de Epitácio Pessôa os familiares continuaram empenhados para cumprir com suas recomendações sobre a conclusão da obra. Nesse período, Pessôa Filho envolveu-se diretamente em projetos e ações que objetivaram preservar a memória do tio e da ascendência familiar direta que lhe deu origem em Umbuzeiro. Foi Antônio Pessôa Filho, por exemplo, um dos responsáveis por organizar a coletânea das *Obras Completas de Epitácio Pessôa*, um conjunto de livros que reuniu uma série de documentos referentes as várias passagens da vida pública de Epitácio Pessôa, publicados ao longo das décadas de 1950 e 1960 pelo Instituto Nacional do Livro, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura. As *Obras Completas* resultaram da apresentação do projeto de Lei nº 2.071 na Câmara Federal, de autoria do deputado gaúcho Adroaldo Mesquita da Costa em 13 de junho de 1952. A iniciativa objetivava reconhecer a importância do jornalista, jurista e estadista brasileiro, fazendo-se preservar os registros da sua atuação pública entre as gerações vindouras.<sup>134</sup>

Aprovado pela Câmara e pelo Senado da República, o projeto foi executado tendo Pessôa Filho como responsável pela organização da cronologia dos fatos e acontecimentos, coligindo os documentos oficiais referentes a momentos importantes da vida pública e privada

<sup>133</sup> Esse é o exemplo da carta que Antônio Pessôa Filho, sob a companhia de D. Mary, encontraram no arquivo pessoal de Epitácio em 1942. A referida carta, escrita em 13 de dezembro de 1924, nunca havia sido entregue a filha – a quem destinava – e expressava uma visão dos eventos que sucederam a sua longa estada na Europa naquele mesmo ano. Cf. Gabaglia Pessôa (1951, p. 703/704).

<sup>134</sup> O projeto autorizava o Poder Executivo a mandar coligir e reunir em volumes, todos os trabalhos do Dr. Epitácio da Silva Pessoa, e ordenava sua publicação no Departamento de Imprensa Nacional. Na época da sua apresentação, o projeto contou com o apoio “da totalidade da representação paraibana na Câmara Federal, isto é, assinado pelos Deputados Ernani Satiro, Osvaldo Trigueiro, Alcides Carneiro, Elpídio de Almeida, Pereira Dinis, Jandui Carneiro, João Agripino, José Gaudêncio e José Joffily”. No dizer do seu autor, “sem atenção a matizes partidárias”. Cf. COSTA, Adroaldo Mesquita da. À guisa de explicação. In. **Discursos Parlamentares (1890-1893)**. Vol. I. (1955, p. 9). O primeiro volume da obra, publicado em 1955, foi dedicada aos discursos parlamentares de Epitácio Pessoa proferidos na Câmara Federal. Realizados entre 1890 e 1893, momento em que atuou como deputado federal pela Paraíba e dava os seus primeiros passos na vida pública.

de Epitácio Pessôa.<sup>135</sup> Exemplo disso ocorreu com as duas obras que envolveu a trajetória política de Epitácio na Paraíba. Intituladas, respectivamente por ordem de acontecimentos, *Primeiros Tempos – Vol. II das Obras Completas* – publicado em 1965, e *Na Política da Paraíba (2º fase 1912 – 1935)*, publicada em 1962. Na última obra – Na Política da Paraíba – o próprio Antônio Pessôa Filho assinou uma nota explicativa explorando uma cronologia e os principais fatos e acontecimentos da vida política de Epitácio durante a temporalidade recortada.<sup>136</sup> As obras reunidas foram depositárias de parte considerável dos documentos coligidos e organizados pelo próprio Epitácio ao longo da sua vida e pelo sobrinho no curso das décadas seguintes à 1920, representando um outro momento de coroação oficial ao esforço de salvaguardar a memória pessoal e familiar.

#### 1.6.2 A memória do “grande paraibano” sob a guarda do IHGP.

Já em 1958, as atenções de Antônio Pessôa Filho voltaram-se para o seu Estado natal no sentido de prover a Paraíba de elementos que colaborassem no entendimento da trajetória pessoal e política dos seus familiares de Umbuzeiro. Naquele ano, Pessôa Filho deixou sob os cuidados do IHGP o arquivo pessoal de Antônio da Silva Pessôa, seu pai. Na carta de doação dos materiais enviada ao Instituto – datada de 24 de janeiro de 1958 –, destacou que aquele era um gesto capaz de assegurar “para o nome e a lembrança do Coronel ANTÔNIO DA SILVA PESSOA, aquele lugar de relevo”, ajudando “algum outro estudioso da História de nossa terra que desejasse escrever sobre a personalidade” do seu pai.<sup>137</sup> Essa carta, – longa carta, aos olhos do próprio Antônio Pessôa Filho –, além de encaminhar os documentos que ficou sob a guarda do Instituto, fixou aos leitores do IHGP uma série de fatos narrados “de mais marcante na vida do Coronel Antônio Pessôa”, extraídos das anotações do diário, não publicado, que o coronel Pessôa havia escrito em fins do século XIX e a primeira década do século XX. Esse trabalho reunia as “datas de nascimento dos meninos [seus filhos]” muitos “dados e conceitos sobre as três primeiras décadas de sua vida, quando não havia êle ingressado na Política do Estado” e

---

<sup>135</sup> O primeiro volume lançado pelo Instituto do Livro em 1958 constou dos discursos parlamentares. No dizer Otto Prazeres – intelectual sócio do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, IHGP –, os discursos parlamentares publicados naquele ano “ajudam magnificamente a descobrir o colorido da figura, porque Epitácio Pessôa provou durante toda a sua vida política que esses discursos foram seus mesmos, no fundo e na forma, muitos improvisados na tribuna, no meio aceso dos debates, sem intervenção alguma posterior de amigos ou de hábeis redatores de debates.” Cf. PRAZERES, Otto. Epitácio Pessôa. In. Revista do IHGB. Vol. XIII, João Pessoa, 1958, p. 93.

<sup>136</sup> Conferir registro da doação feita por Antônio Pessôa Filho ao IHGP no relatório referente ao triênio 1956-1959, apresentado pelo presidente Clovis Lima. In. Revista do Inst. Histórico e Geográfico da Paraíba. Vol. XIV, 1961, p. 136.

<sup>137</sup> Cf. *Diário da Borborema*, Jornal, Campina Grande, 17 de março de 1963.

que Pessôa Filho expunha pela primeira vez ao conhecimento dos paraibanos acrescentando comentários a muitos dos fatos narrados naquele documento histórico.<sup>138</sup>

A missiva e os documentos foram recebidos por Clovis dos Santos Lima – presidente do Instituto na época –, vista como “uma deferência dispensada ao IHGP, perante a qual, em sessão de 29 de março findo [de 1958], aquela MEMÓRIA, ficando, de logo, deliberada a sua publicação”. Dado o valor histórico da carta, apoiada nas memórias do coronel Pessôa, escritas por ele mesmo, Celso Mariz – sócio do Instituto e intelectual paraibano, amigo da família Pessôa de longa data – apresentou uma nota na sessão solene realizada na sede do Instituto em 29 de março de 1958 para oficializar o recebimento do arquivo, afirmando que a carta e o índice do documentário deveriam ser ambos publicados na íntegra nos órgãos oficiais de imprensa do Estado, bem como na revista do Instituto.<sup>139</sup>

#### *1.6.2.1 O centenário de nascimento de Antônio da Silva Pessôa: a celebração da memória do ex-presidente da Paraíba.*

Cinco anos depois, os apelos de Antônio Pessôa Filho – endossados por Celso Mariz – pareciam ganhar ecos pelo Estado e o seu extenso relato na carta enviada ao Instituto foi transcrita na íntegra pelo *Diário da Borborema* em matéria alusiva às comemorações do centenário de nascimento do coronel Antônio Pessôa. Vanguardada pelo IHGP, as comemorações em 17 de março de 1963 envolveram os familiares e demais autoridades do Estado que se esforçaram por significar Antônio Pessôa como uma “glória que é nossa, a glória da Paraíba, a glória do Brasil.”<sup>140</sup> Durante as comemorações, Antônio Pessôa foi representado como oriundo de “uma família da maior tradição”, formado em “uma escola de suprema rigidez e austeridade, onde a honestidade, a moralidade e o respeito à coisa pública constituíam um código de honra e de dignidade pessoal, que nenhum homem tinha a coragem ou ousadia de macular.”<sup>141</sup> Na década de 1960, portanto, os eventos que marcaram a passagem do centenário

<sup>138</sup> O caderno de notas – uma espécie de autobiografia – de Antônio da Silva Pessôa foi escrita entre 1894 – momento em que escreveu os primeiros durante a sua estada em Recife onde ocupava o cargo de Escrivão da Alfândega – e 1913 quando registrou o nascimento do último filho, Roberto Pessôa. Apesar de apresentá-lo aos paraibanos através da carta de doação do arquivo, o referido caderno de notas – diário – de Antônio Pessôa não doado ao IHGP, estando ainda hoje sob a guarda da família.

<sup>139</sup> O arquivo doado constou ainda de várias curiosidades sobre a atuação política de Antônio da Silva Pessôa, bem como do próprio Antônio Pessôa Filho. Cf. *Diário da Borborema*, Jornal, Campina Grande, 17 de março de 1963. Ver ainda, edição de *A União*, Jornal, João Pessoa, 10 de abril de 1958.

<sup>140</sup> A frase é do Conego Francisco Lima - presidente do IHGP que subscreveu a ata da sessão solene realizada no dia 17 de março de 1963 – referindo ao empenho do Dr. Roberto Pessôa no sentido de organizar as comemorações do centenário de nascimento do pai. *Ibidem*.

<sup>141</sup> Em 1963, os familiares de Antônio da Silva Pessôa – “seus filhos, netos, bisnetos” empenharam-se na ideia de homenagear o centenário de nascimento do ex-presidente do Estado da Paraíba. Entre os eventos, constou a

de nascimento de Antônio Pessôa pareciam celar o desejo continuo dos familiares em enquadrar a história/memória familiar Pessôa, dando-lhe uma face comemorativa.

### 1.6.3 Dois gestos, o mesmo fim: os institutos históricos enquanto guardiões da memória e da tradição familiar Pessôa.

Cerca de quatro anos após Pessôa Filho depositar os arquivos de Antônio da Silva Pessôa no instituto paraibano, em 6 de março de 1962, Laurita Pessôa Raja Gabaglia atendeu as recomendações do seu pai – Epitácio Pessôa – quanto ao destino do seu arquivo pessoal, isto é, guardá-lo sob a posse do IHGB. Escrevendo a José Carlos de Macêdo Soares – presidente do instituto na época – Gabaglia Pessôa externou que era “desejo expresso de meu pai [Epitácio Pessôa] que esse documentário de sua longa vida pública fosse, depois de sua morte, entregue ao Instituto de que foi Presidente de honra [e sócio admitido em 1901] e cujas altas finalidades científicas e patrióticas admirava.” Segundo ela, tratavam-se de documentos “pacientemente classificados durante anos, e que ressaltam, parece-me incontestáveis, a pureza de uma consciência, a tenacidade de um labor profissional e a dedicação de um homem à causa da pátria e da justiça”. Constituía-se, portanto, “o mais preciso patrimônio moral da família [Pessôa]”, confiado aos cuidados do IHGB.<sup>142</sup>

---

realização de uma “missa em sufrágio de sua alma que mandam celebrar no próximo domingo, dia 17 do corrente [1963] às 8 horas, no Altar Mór da Catedral Metropolitana.” Além desta, as comemorações também foram feitas pelo IHGP, em sessão solene e conferência realizada por Antônio Botto de Menezes, personagem que desde a década de 1920 movia-se no sentido de criar *lugares* dedicados à memória de Antônio Pessôa como veremos no sexto capítulo. As comemorações fizeram também parte do calendário de eventos da Secretaria de Educação e Cultura do Estado que publicou nota informando “significativa homenagem à memória do Ex-presidente Antônio da Silva Pessôa, que se vivo estivesse completaria nesta data [17 de março] um século de existência”. A nota que recuperava “em traços ligeiros, para uma lembrança aos moços das novas gerações,” uma síntese biográfica do homenageado destacava o empenho do então governador Pedro Gondim e do Secretário de Cultura, deputado Nominando Diniz, na realização das homenagens. Cf. *A União*, Jornal, João Pessoa, 17 de março de 1963.

<sup>142</sup> Na carta de doação, datada de 3 de março de 1962, a irmã Maria Regina do Santo Rosário – Laurita Pessôa Raja Gabaglia – afirmou que motivos vários “elevaram por algum tempo o cumprimento do dêsse desejo do meu pai”, mas fazia diante da expectativa de que “o Instituto Histórico e Geográfico, que Vsa. Excelência tão dignamente preside e representa, saberá apreciar e preservar esses documentos”. Em resposta a missiva da “Laurita amiga. E eu a chama-la pelo nome que estava habituado... Irmã Maria Regina do Santo Rosário [...]” José Carlos Macedo Soares escreveu em 28 de março: “deu-me grande prazer a carta que me escreveu anunciando-me que o arquivo do grande Presidente Epitácio Pessoa iria para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Realmente não poderia ter melhor guarida tal preciosidade; no Instituto Histórico êle será conservado com carinho e cuidadosamente, e estará ao alcance dos historiadores”. De posse do instituto desde então, o arquivo é composto de documentos pessoais, documentos produzidos/acumulados no exercício de seus cargos públicos, anotações pessoais, discursos, entrevistas, materiais impressos, homenagens, diplomas e recortes de jornais. Um arquivo composto de 124 caixas dimensionado em 6,59 metros lineares. Conferir Carta de Laurita Pessôa Raja Gabaglia e resposta de José Carlos de Macedo Soares disponíveis no IHGB – Sem identificação – cópia no arquivo pessoal do autor. Ver ainda o registro da doação do arquivo feito pela Revista do IHGB, Rio de Janeiro, (Vol. 257, out. – dez. de 1962, p. 333). O autor é grato à Sônia, arquivista do Instituto pelas informações técnicas prestadas para dimensionar o arquivo. Sobre a admissão de Epitácio como sócio do IHGB, conferir parecer e lista de sócios

Com esse gesto, Laurita Pessôa selava os esforços de Epitácio Pessôa em enquadrar uma memória disponível ao acesso pelas gerações futuras, deixando para posteridade um outro corpo seu, como referência de sua personalidade póstuma. Lidos em conjunto, os gestos de Antônio Pessôa Filho e Laurita Pessôa ao deixar sob os cuidados do IHGP e do IHGB os arquivos que contemplavam aspectos diversos da trajetória pessoal e política dos três grandes nomes da família – Antônio Pessôa, Epitácio e João Pessôa – reforça o argumento de que o próprio Epitácio Pessôa e a *Casa de Antônio* empenharam-se sistematicamente na construção e controle da memória familiar, dando forma ao que Carlos Pessôa denominou na década de 1930 de *escola cívica de Antônio, Epitácio e João Pessôa*. No caso dos dois primeiros, aquele contexto era dos mais propícios a essa ideia, haja vista à aproximação dos centenários de seus nascimentos comemorados em 1963 e 1965.<sup>143</sup>

Por assim dizer, aquele contexto foi marcado pelo esforço contínuo em reimprimir na história espécies de *retratos vivos de paraibanos mortos*.<sup>144</sup> Sob a tutela dos institutos, era como se a família desejasse inscrever um único epitáfio sob o túmulo dos dois paraibanos mortos – Epitácio e Antônio Pessôa – cujo significado maior sugere imaginar: *aqui jaz uma tradição de codinome Pessôa*. Nesse ponto, metaforicamente talvez nos caiba a reflexão sobre “A filosofia dos Epitáfios” de um dos mais instigantes romances machadiano, cujo narrador afirma que os epitáfios são “uma expressão daquele pio e secreto egoísmo que induz o homem a arrancar à morte um farrapo ao menos da sombra que passou.”<sup>145</sup> Dito de outro, os gestos da família que seguiram a morte de Epitácio Pessôa no sentido de continuar a sua obra de enquadramento, preservando-a em locais específicos, eram reações à maneira como os fatos políticos e os ideólogos do Estado Novo iam empurrando o ex-chefe oligarca – Epitácio Pessôa – rumo a

---

brasileiros falecidos, disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/ESPessoa.html>. Acesso, 20 de dezembro de 2016.

<sup>143</sup> Além das comemorações do centenário de nascimento de Antônio Pessôa em 1963, dois anos depois foi a vez da Paraíba prestar as homenagens ao seu outro grande filho. “No dia seu centenário, 23 de maio de 1965, os restos mortais de Epitácio Pessôa e de sua mulher foram levados para a Paraíba e acolhidos em lugar nobre e adequado, na cripta do Tribunal de Justiça do Estado.” Conferir, sobre isso, Pardellas (2018, p. 537).

<sup>144</sup> A frase é um trocadilho, parafraseado a partir do livro de Demócrito de Castro e Silva, intitulado, “Retratos vivos de Paraibanos Mortos” publicado em 1969. Trata-se de uma espécie de estudo biográfico dedicado a três paraibanos, respectivamente em ordem disposta na obra, Epitácio Pessôa, Coelho Lisboa e José Rodrigues de Carvalho “que tiveram atuações diferentes no tempo em que viveram e souberam projetar as suas imagens”. No caso de Epitácio Pessoa, segundo as palavras do próprio autor, o objetivo era fazer com que as gerações “que vêm surgindo, para que veja no topê de um ‘tio Pita’ [referindo ao corte de cabelo de Epitácio Pessoa] a audácia e a coragem de um personagem marcante”. Cf. De Castro e Silva (1969, p. 9). De Castro e Silva, como assinava os seus livros, foi um jornalista e poeta paraibano, natural da cidade de Espírito Santo, que produziu outros esboços biográficos de personalidades políticas do Estado da Paraíba. Além de Epitácio, Coelho Lisboa e Rodrigues de Carvalho, o autor produziu outros volumes de “Retratos Vivos de Paraibanos Mortos”, a exemplo do Volume II publicado em 1972 e dedicado a André Vidal de Negreiros, Assis Chateaubriand e Américo Falcão.

<sup>145</sup> A referência é de Machado de Assis (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*, p. 213) que, em tom irônico, recorrendo a uma leitura filosófica acerca da morte faz uma instigante reflexão sobre as contradições sociais do seu tempo.

desimportância e ao esquecimento. Uma forma de arrancar da morte física traços significativos de uma existência marcada pela sobreposição de vários estratos de tempo, nem sempre conexos, mas distintos, fato que exigia um esforço maior por articulá-los. Ainda no início da década de 1950, outro empreendimento foi significativo dessa reação, qual seja, a publicação da biografia oficial de Epitácio Pessôa.

#### 1.6.4 A elaboração da obra da sua vida: a construção da biografia de Epitácio Pessôa e o coroamento da *tradição familiar*.

Alimentada em termos de expectativa por Epitácio Pessôa ao longo da década de 1920 e 1930, a produção da sua biografia oficial foi um projeto encabeçado por Gabaglia Pessôa que obteve a colaboração incontestada de Antônio Pessôa Filho. Prova disso é que a obra, composta de dois volumes, foi publicada em 1951 pela Coleção Documentos Brasileiros com dedicatória ofertada ao primo, Antônio Pessôa Filho, que, nas palavras da autora, conhecia “como poucos a vida de Epitácio Pessôa, agradeço a preciosa contribuição prestada a esta obra”.<sup>146</sup> Assim, essa narrativa biográfica contemplou uma reunião de memórias partilhadas por Epitácio no ambiente familiar, bem como em redes de sociabilidades afetiva e de ação política, além de ordenar muitos dos fatos narrados de acordo com os documentos depositados em seu arquivo pessoal. Nesse sentido, ela compõe uma espécie de mapa, ofertado pela família Pessôa para que o leitor situe a trajetória de alguns de seus membros, especialmente os seus líderes, de acordo com uma série de pontos de referências que estruturam a memória do grupo. Esses pontos funcionam como indicadores que definem o que é/foi comum ao grupo familiar e o que, ao contrário, os diferenciam dos outros.<sup>147</sup>

Desse modo, seja pelo conteúdo ou pela forma, a obra é um retrato de como o próprio Epitácio Pessôa e os familiares entenderam o curso da sua trajetória individual e familiar. De

---

<sup>146</sup> Cf. Gabaglia Pessôa (1951, p. 8).

<sup>147</sup> De acordo com Pollack (1993, p. 3) “em sua análise da memória coletiva, Maurice Halbwachs enfatiza a força dos diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos. Entre eles incluem-se evidentemente os monumentos, esses lugares da memória analisados por Pierre Nora, o patrimônio arquitetônico e seu estilo, que nos acompanham por toda a nossa vida, as paisagens, as datas e personagens históricas de cuja importância somos incessantemente relembrados, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música, e, por que não, as tradições culinárias.” Ainda segundo o autor, na tradição metodológica durkheimiana [a qual se apoia Halbwachs], que consiste em tratar fatos sociais como coisas, torna-se possível tomar esses diferentes pontos de referência como indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo, uma memória estruturada com suas hierarquias e classificações, uma memória também que, ao definir o que é comum a um grupo e o que, o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais.” Na sua perspectiva é preciso inverter a questão colocada por Halbwachs problematizando os processos diante os quais os atores intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias.

um lado, portanto, entendo a narrativa biográfica de Epitácio Pessôa como uma espécie de coroamento da *tradição familiar Pessôa* importante para a análise processada na presente tese. Essa importância permite pensá-la sob dois ângulos que envolve, primeiramente, o seu conteúdo, significativo para entender traços da trajetória do biografado e da sua família; e a necessidade de compreender os movimentos que motivaram a sua construção, faceta que me permitiu afirmar que a sua publicação coroou o esforço por identificar a existência da *tradição familiar*. Por outro lado, a compreendo como resultado de um trabalho coordenado de enquadramento de memória, propenso a produzir certas *ilusões*, inculcar certos valores, práticas e normas de comportamentos que supostamente ligavam as gerações do núcleo familiar Pessôa no curso do tempo.<sup>148</sup>

Exemplo disso encontramos na primeira parte do livro, sobretudo no capítulo I intitulado “Formação”. Ali, a autora e o seu colaborador fazem um passeio pelas origens familiar, traçando uma representação da figura de Epitácio Pessôa, a vida no sertão, a orfandade e os primeiros passos na carreira profissional. No tocante à representação criada sobre figura paterna, José Pessôa – o patriarca da família em Umbuzeiro – há uma nítida tentativa de transformá-lo em um personagem lendário aparentemente avivado pela lembrança do seu filho caçula. Nesse caso, a atividade política de José Pessôa junto ao Partido Liberal em Pernambuco, bem como o lugar que assumiu na estrutura social e econômica do seu tempo, isto é, como agricultor e criador de gados, foram avultados como pontos de referência que estruturam a memória da tradição familiar. Temos aqui, uma camada narrativa de personagens e situações que aparecem dentro da saga familiar.

Além disso, por exemplo, como notaremos no terceiro capítulo, as referências à suposta clarividência de José tenderam a conectar traços da sua memória à atividade política de Epitácio Pessôa desenvolvida tempos depois. Assim, por vezes laudatória e em algumas passagens contraditória, é preciso lembrar que a biografia em tela, bem como as demais usadas neste trabalho, construíram um personagem – Epitácio Pessôa – e por extensão, deram ancoragem a existência de uma suporta *tradição familiar*, constituída pelo elogio de uma epopeia de natureza

---

<sup>148</sup> Para Bourdieu, (1996, p. 75), a narrativa biográfica, ou mesmo a autobiografia, “inspira-se sempre, ao menos em parte, na preocupação de atribuir sentido, de encontrar a razão, de descobrir uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, de estabelecer relações inteligíveis, como a do efeito com a causa eficiente, entre estados sucessivos, constituídos como etapas de um desenvolvimento necessários”. Essa inclinação para ordenar os eventos implica na escolha de certos acontecimentos significativos que passam estabelecer conexões entre si de modo a poder justificá-los, atribuir-lhes coerência. A narrativa biográfica apresenta-se, assim, como uma *apresentação oficial de si*, propensa a produzir ilusões, certas limitações e censuras. Do ponto de vista da análise crítica de uma “história de vida”, isto é, do relato biográfico, o cientista social deve levar em consideração a noção de *trajetória* que leva a construção de uma leitura onde sujeito é imerso em uma “*série de posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes”.



feérica o que exige avaliar o processo de sua fabricação amparado em outras evidências históricas.

### 1.7 JOSÉ DA SILVA PESSÔA E A ASCENDÊNCIA PERNAMBUCANA DE EPITÁCIO E ANTÔNIO PESSÔA.

De acordo com a narrativa criada pela família Pessôa, a *escola cívica* de Antônio e Epitácio Pessôa tem raízes mais remotas, isto é, origina-se com o patriarca, José da Silva Pessôa, nascido em 1837 em Pernambuco. A princípio, da leitura da autora, têm-se a impressão que a montagem da representação de José dentro da biografia de Epitácio Pessôa se apoiou em suas próprias memórias, onde o patriarca era lembrado “com a sua energia, a sua audácia, a frugalidade”, um “herói de sua meninice.”<sup>149</sup> Segundo essa narrativa, José Pessôa era senhor de engenho em Nazaré, onde cuidava dos negócios da família com o seu pai, o coronel Antônio da Silva Pessôa, avô de Epitácio. José casou-se pela primeira vez aos 16 anos de idade com uma “filha de Henrique Pereira de Lucena, Ubaldina” – falecida um ano após o casamento – com quem teve uma filha chamada Prudência que faleceu em 1857. Pouco depois do falecimento de Ubaldina, José Pessôa casou-se com uma irmã de sua primeira esposa, “Henriqueta [Lucena], que lhe deu cinco filhos: Maria, em 1857; Mirandolina em 1859; José em 1861; Antônio em 1863 e Epitácio em 1865”, fortalecendo a composição do ramo familiar Pessôa de Lucena.<sup>150</sup>

À primeira vista, não há dúvidas de que o casamento de José com a irmã de Ubaldina representou os esforços para consolidar, mediante a criação de uma *associação de famílias*, a união das duas proeminentes famílias, os Pereira de Lucena e os Silva Pessoa, proprietárias de terras em Pernambuco e na Paraíba.<sup>151</sup> Convém lembrar que, durante muito tempo, a historiografia brasileira, apoiando-se na antropologia, lançou um olhar sobre a relação existente entre o parentesco e as formas de organização política que vigoraram no país ao longo do tempo. No caso da Paraíba, registra-se que já nas primeiras expedições de ocupação e de conquista do seu território “foram montadas como um negócio de família” fator que, de modo geral, “garantiu as bases de organização política nas capitanias” que perduraram no Império e chegou à República. Basta lembrar que “na conquista do sertão, o distanciamento e isolamento

<sup>149</sup> Cf. Gabaglia Pessôa (1951, p. 28).

<sup>150</sup> *Idem* (p. 23).

<sup>151</sup> BALMORE, Diana; WORTMAN, Miles e VOSS, Stuart F. (1990, p. 9, apud Mariano, 2013, p. 14), chamam de “associações de famílias” os grupos que formam sociedades organizadas, em princípio, a partir das alianças de parentesco na qual o casamento figura como principal elemento de junção entre os clãs. Essas associações também passam, com o tempo, a se organizarem em função da parentela (compadrio e agregados), ocupando posições políticas e sociais sobre a mesma base das relações familiares.

geográfico em relação ao poder metropolitano, concorreram para uma maior autonomia das famílias mais ricas, garantindo o monopólio político local” para estas.<sup>152</sup>

Esse monopólio derivou das relações de mando, isto é, do mandonismo que se estendeu pela maior parte da história como fruto da existência de uma estrutura social baseada no latifúndio e na família extensa.<sup>153</sup> Nessa literatura, a família é pensada como a principal instituição política da sociedade brasileira, tendo sobrevivido mediante a articulação de uma rede mais ampla de parentes, a que se chamou de *parentela*.<sup>154</sup> O entrelaçamento das famílias Pereira de Lucena e Silva Pessoa atendia, portanto, às regras não escritas para composição de um grupo familiar e de poder, visando ao aumento do prestígio e a uma maior participação no poder decisório. Desse modo, a união dos seus filhos foi um, mas não o único dos mecanismos úteis à composição da parentela. Basta lembrar que os Pereira de Lucena e os Silva Pessoa detinham o controle sobre a terra, uma das forças econômicas que lhes garantiam um lugar na estrutura de poder do seu tempo, a saber, o Brasil do Segundo Reinado.<sup>155</sup>

Sob a ótica da parentela, os filhos de José e Henriqueta, quer do lado paterno, quer do lado materno, descendiam de pernambucanos, fator importante dentro da história/memória familiar Pessoa. Do lado paterno, Epitácio e os irmãos descendiam de Antônio da Silva Pessoa e Izabel Pessoa, senhores de engenho em Cotunguba, nas proximidades de Nazaré naquele Estado. Já do lado materno, descendiam de uma tradicional família em Pernambuco, os Pereira de Lucena, cujo principal nome foi o de Henrique Pereira de Lucena, descrito nos registros da família como um grande proprietário “de terras em Bom Jardim (Pernambuco) e Umbuzeiro (Paraíba). O pai dêsse Henrique, o comandante Anselmo Pereira de Lucena”, casado com Ana Pereira Freire, teve “13 filhos, dos quais dois exerceram influência social e política em Pernambuco, um era o próprio Henrique; o outro Anselmo”, que recebeu o nome paterno,

---

<sup>152</sup> Mariano (2013, p. 14) ao constatar a recorrente participação de algumas famílias da elite paraibana no conjunto das articulações políticas que culminaram nos movimentos contestatórios de 1817 e 1824, se preocupa em tentar entender “as estratégias utilizadas por esses grupos, na capital e nas vilas do interior da capitania/província, para se manterem no poder” nesse período. Para tanto, a autora analisa a relação histórica entre a família e as formas de organização política da capitania, destacando a adaptabilidade às mudanças como uma das estratégias de manutenção do poder familiar na esfera local. No tocante a “formação da elite política na Paraíba” do período colonial (da conquista a colonização) ver o trabalho de Gonçalves (2007).

<sup>153</sup> Para Maria Izaura Pereira de Queiroz (1969, p. 37), o mandonismo é um fenômeno social e político verificado em grande parte da história brasileira e apoia-se na permanência de uma estrutura social baseada no latifúndio comandado pela família. As relações de mando é um dos aspectos do coronelismo enquanto um sistema político historicamente datado.

<sup>154</sup> Usarei a expressão “parentela”, tal como o fez Lewin (1993, p. 115) como sinônimo de “família extensa”, leia-se grupo familiar composto por parentes lineares e colaterais, em referência aos grupos políticos de base familiar que se formaram no Brasil durante o período estudado.

<sup>155</sup> Para Carvalho (2011, p. 25), as elites políticas do Império brasileiro “compõem e mantêm o domínio na medida em que controle alguma ‘força social’ (dinheiro, terra, conhecimento, religião) que seja predominante”. De acordo com o autor, “modificada a distribuição de forças” sociais, se altera o poder exercido por tais elites.

“seguiu a carreira eclesiástica e foi grandemente conceituado por seus méritos intelectuais e suas virtudes de sacerdote”.<sup>156</sup>

Henrique de Lucena – filho caçula de Anselmo –, por sua vez, casou-se com Antônia Barbosa da Silva. “Deste casamento nasceram 21 filhos, dos quais, porém, morreram em pequeno doze”.<sup>157</sup> Entre eles, havia um filho varão, também chamado Henrique futuro Barão de Lucena que, de acordo com Gabaglia Pessôa “lhe herdou muitas das virtudes cívicas”.<sup>158</sup> Segundo Flávio Guerra, quando casou-se com Antônia Barbosa da Silva, Henrique de Lucena adquiriu por compra o engenho Fortaleza, em Bom Jardim, e posteriormente o Engenho Boa Esperança, ambos em Pernambuco, na fronteira com a Paraíba. Algum tempo depois, Henrique adquiriu a fazenda Marcos de Castro em Umbuzeiro, na Paraíba, propriedades que foram herdadas pelos filhos, algumas delas ainda enquanto o casal Henrique e Antônia estavam entre eles.<sup>159</sup>

Nas memórias de Epitácio Pessôa, os seus ancestrais aparecem primeiramente ligados a terra, compondo “uma raça de proprietários rurais com tendências políticas”. Na representação criada, estes compunham uma “raça viril, a um tempo conservador e progressista, amante da continuidade e destemerosa do risco”. De acordo com essa representação, Henrique de Lucena e Antônio Pessôa eram chefes de família e líderes políticos que “cultivavam suas terras, regiam o seu ‘povo’ – como se chamavam então a família e os servos desses patriarcas

---

<sup>156</sup> Cf. Gabaglia Pessôa (1951, p. 24). O casamento de Anselmo Pereira de Lucena e Ana Pereira Freire, pais de Henrique Pereira de Lucena e avôs do barão de Lucena, ocorreu em Limoeiro na Província de Pernambuco por volta de 1773. Cf. Guerra (1957, p. 19). Conta Neto Campelo (1904, p. 20), amigo da família e biógrafo do barão de Lucena, que em “fins do século XVIII, o laborioso agricultor pernambucano Anselmo Pereira de Lucena [...] dedicava os seus entusiasmos e ardores patrióticos a causa da independência do Brasil”.

<sup>157</sup> Segundo Guerra (1958, p. 23), os filhos de Henrique e Antônia Barbosa de Lucena conhecidos foram: Henriqueta de Lucena, Celecina Lucena, Antônia de Lucena Barbosa, Luiz Pereira de Lucena, Belarmina Barbosa de Lucena, Maria Barbosa de Lucena, Emília de Lucena, Ubaldina de Lucena e Henrique Pereira de Lucena Filho, futuro barão de Lucena. De acordo com Gabaglia Pessôa (1951, p. 24), Henrique de Lucena teve apenas um único filho, de nome Henrique Pereira de Lucena Filho (Barão de Lucena). Informação que se repete na contagem dos filhos de Henrique de Lucena feita por Neto Campelo (1904, p. 21), biógrafo do barão de Lucena cuja obra foi publicada em 1904. Já Flávio Guerra na biografia do barão datada de 1957, apropriando-se de muitas afirmações de Neto Campelo, afirma que Henrique de Lucena teve dois filhos homens. Um, que recebeu o nome do pai, Henrique Pereira de Lucena Filho, e o outro chamado Luiz Pereira de Lucena. De acordo com Guerra (1957, p. 29-30) Luiz Pereira de Lucena, que havia tomado posse na administração dos engenhos Fortaleza e Bom Jardim em Pernambuco com a prisão do pai por volta de 1849 – como revoltoso da praieira –, morreu tragicamente por volta de 1850 “vítima de um coice de cavalo na cabeça”. Foi nesse período que a responsabilidade sobre as irmãs e os negócios da família recaiu sobre Henrique Filho. O velho Henrique Pereira de Lucena morreu em 1859 “assistindo, porém, no ano anterior, à formatura do seu filho Henrique [Henrique Pereira de Lucena Filho], em Ciência Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito do Recife”.

<sup>158</sup> Gabaglia Pessôa (1951, p. 24).

<sup>159</sup> Acredita-se que Antônia Barbosa, “vítima de uma congestão e recolhida ao leito paralítico” morreu tempos depois do esposo. Cf. Guerra (1957, p. 30). O engenho Fortaleza, onde Henrique Filho nasceu em 27 de maio de 1835, ficou sob a sua posse até fins da década 1860. Naquele período, Henrique Pereira de Lucena Filho vendeu as duas propriedades de Bom Jardim – engenhos Fortaleza e Boa Esperança –, e foi residir em Jaboatão, nas proximidades de Recife. *Idem*, p. 74.

– e serviam a causa pública, com a mesma capacidade de dedicação e o mesmo pulso de ferro. Gente rija e destemida, arrebatada e terna”.<sup>160</sup> Nesse ponto, ao que parece, o enredo criado por Gabaglia Pessôa e seu colaborador – Antônio Pessôa Filho – ajustou as raízes da ascendência familiar dentro da estrutura de poder patriarcal que caracterizou a formação social do Brasil.<sup>161</sup>

### 1.7.1 A tradição liberal e a atuação política do jovem José Pessôa.

Outro aspecto que ganhou destaque nas memórias de Epitácio Pessôa foi as relações que esses patriarcas estabeleceram com as atividades políticas desenvolvidas no Estado de Pernambuco. No caso específico dos Lucena, Gabaglia Pessôa afirmou que “na cabanada de 1832, Henrique Pereira de Lucena influenciou decisivamente para o restabelecimento da ordem, comandando um batalhão de guardas nacionais que levou a juntar-se com os permanentes de Recife pelo próprio Presidente da Província.” Henrique de Lucena também foi referenciado como “uma figura proeminente na revolução praieira de 1848”, tendo atuado em um levante de armas contra as tropas do Governo em Recife, o que lhe rendeu o reconhecimento de “bravura naquele movimento.”<sup>162</sup> Essa representação já havia sido destacada por Neto Campelo em 1904, quando afirmou que Henrique de Lucena “veiu a ser depositário do civismo e da altivez de seus maiores e representou no seu tempo o indiscutível e notório sentimento de bravura dessa geração vigorosa, e hoje quase extinta, de pernambucanos que sabiam atear o incêndio do patriotismo dos brasileiros”, para “devorar com *suas línguas de fogo as coisas que deviam morrer.*” [grifos do autor].<sup>163</sup>

Assim descrita, a relação de Henrique com o Partido Liberal foi um aspecto ressaltado pelos biógrafos da família Lucena em Pernambuco, sobretudo quando empenharam-se na composição das memórias de Henrique Filho – O barão de Lucena –, cunhado de José. Um deles, que também era amigo pessoal da família, destacou “era natural que o barão de Lucena viesse a ser a cristalização das virtudes e ardor cívico de seus antepassados”, posto que era um

<sup>160</sup> Gabaglia Pessôa (1951, p. 24).

<sup>161</sup> Os estudos sobre a formação social do Brasil têm demonstrado como este processo foi ancorado no modelo de família patriarcal. Nesses estudos, as elites, detentoras de terras, prestígio e poder político caracterizam o patriarcalismo que imperou sobre a sociedade brasileira. Ver, sobre isso Mariano (2013, p. 23-25). No caso da referência feita por além de Gabaglia Pessôa (1951), Guerra (1958, p. 23) também destaca que Henrique Pereira de Lucena, após contrair matrimônio, “entregou-se à agricultura” em Bom Jardim, “ali estabelecendo o seu patriarcado” – família.

<sup>162</sup> As referências sobre a atuação de Henrique Pereira de Lucena no levante da praieira foram extraídas da “Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco” nº 57, p. 441, segundo informa Gabaglia Pessôa. *Ibidem*.

<sup>163</sup> Cf. Para Neto Campello (1914, p. 19-20) o patriotismo devotado de Henrique Pereira de Lucena fora herdado de Anselmo, seu pai, “que dedicava os seus entusiasmos e ardores patrióticos à causa da independência do Brasil”.

“digno descendente dos cabanos” e de um dos revoltosos da praia.<sup>164</sup> Outro biógrafo, de maneira mais enfática, afirmou “desde cedo implicado no mais ativo círculo dos ‘liberais’, Lucena [Henrique Pereira de Lucena Filho] deve ter traçado a si mesmo, ainda quando bem moço, um destino maciçamente político.”<sup>165</sup>

Já na perspectiva adotada pelos Pessôa, tal como sugere os biógrafos do Barão de Lucena, José Pessôa também foi representado como uma espécie de herdeiro da atividade política do sogro, descrito como “um liberal extremado” na juventude, atuante na política da região de Nazaré, interior da Província de Pernambuco, quando tinha entre 15 e 16 anos de idade. De acordo com essa narrativa, início da década de 1850 o patriarca da família Pessôa “andava então metido em lutas eleitorais renhidas e perigosas”, entre as quais, certa vez:

...a situação local mandou-o prender por uma tropa de linha, em seu engenho de Nazaré. Comandava a tropa o capitão Camisão, herói da retirada da Laguna. Grande amigo de José Pessôa, mostrou-se tão moroso em cumprir a incumbência de prendê-lo que José, prevenido, pôde escapar-se a tempo. Fê-lo montado a cavalo, em companhia de suas duas irmãs, disfarçado em mulher. A tropa de linha cruzou em caminho as três amazonas, mas nem desconfiou que uma delas era o jovem senhor de engenho.<sup>166</sup>

A despeito do seu conteúdo aparentemente jocoso, o relato situa a ação política de José Pessôa em um tempo de refregas e agitações políticas vivenciadas pela Província de Pernambuco, no contexto dos episódios da revolta Praieira. Curioso notar que o suposto espírito aventureiro, a coragem, a audácia e a argúcia de José Pessôa decantadas no episódio do Engenho de Nazaré também foram salientadas de maneira análoga por Flávio Guerra em sua referência as ações de Henrique Pereira de Lucena Filho em Bom Jardim na fase de sua adolescência. Segundo o autor, referindo-se ao contexto “que se consumou na revolta Praieira em 1848”, Henrique Filho assistira “cenas dolorosas, na ingenuidade dos seus treze anos, *quando se vira vestido de menina, em companhia de suas sete irmãs, no porão da casa grande do engenho Fortaleza [em Bom Jardim], a fim de escapar da fúria dos soldados do govêrno*”, quando “procuravam ativamente o outro filho varão do Coronel Lucena, que julgavam ser adulto e revolucionário também”. [grifos meu].<sup>167</sup>

<sup>164</sup> Cf. Neto Campello (1914, p. 30). Ver ainda no autor, referências sobre a atuação do coronel Henrique Pereira de Lucena com os eventos da Praieira em 1948.

<sup>165</sup> Cf. Guerra (1958, p. 10). Conferir ainda no mesmo autor as referências sobre a relação de Lucena com o partido Conservador em Recife e na corte.

<sup>166</sup> Gabaglia Pessôa (1951, p. 24).

<sup>167</sup> Segundo Guerra (1958, p. 33-34) foi “no ambiente destas dissensões políticas [referindo-se aos eventos da chamada Revolução de 7 de abril de 1831 e a abdicação de Pedro I], conseqüentes daquela mudança pública nacional e que foi o fim do período regencial e início do novo reinado brasileiro” que “Henrique de Lucena Filho viu desabrochar sua adolescência, sentindo ao sabor da inteligência em botão, de início longe do berço natal, tôdas as sinuosidades e todos os matizes dos desdobramentos agudos da política ainda em embrião, que para a sua

Descritas desse modo, as duas narrativas aproximam os personagens em um conjunto combinatório de imagens que, em primeiro plano, incidem sobre a maneira como as famílias Pessôa e Lucena, isto é, José Pessôa e Henrique Filho encararam a fase das agitações políticas em Pernambuco. Desse modo, as ações do velho Henrique, do seu filho e do genro serviram de modelo para o ordenamento de um conjunto de personagens cujos feitos, aparentemente ajustados de maneira vultuosa, deram forma à primeira parte da biografia oficial de Epitácio Pessôa dando colorações políticas à tradição familiar Pessôa. Visto por esse ângulo de análise, é possível afirmar que a narrativa de Gabaglia Pessôa tentou enquadrar as origens da família dentro da “‘ardência natural dos pernambucanos’ de que nos fala o padre Dias Martins ou ‘o maligno vapor Pernambucano’ do anônimo autor das *Revoluções do Brasil*”, cujas ações eram inspiradas em ideias *separatistas e liberais* que agitara a Província ao longo do século XIX.<sup>168</sup>

### 1.7.2 A Fazenda Marcos de Castro e a chegada em Umbuzeiro.

José e Henriqueta casaram-se por volta de 1856 e passaram um tempo morando na casa de Henrique de Lucena em Pernambuco. Tempos depois, o casal Pessôa passou a residir na Paraíba no então povoado de Umbuzeiro.<sup>169</sup> A ida de José Pessôa para Umbuzeiro foi motivada pela morte do sogro, tendo o objetivo de assumir o comando da fazenda Marcos de Castro, advinda do dote de casamento com Henriqueta.<sup>170</sup> Foi nessa fazenda que nasceram os dois filhos menores, quais sejam, Antônio e Epitácio. Há quem afirme que José Pessôa já tinha posse na

---

sensibilidade moral e cívica, se consumou na revolta praieira de 1848, que levava às armas, à morte, ao destêro e à dor a família Pernambucana.” Nessa narrativa a coragem e a argúcia de Henrique Filho era mediada pela ação política de sua mãe – a matriarca Antônia Barbosa da Silva – que na ausência do esposo envolvido nas disputas políticas na capital pernambucana e mesmo durante a sua prisão em 1848, assumiu o controle da propriedade e a defesa dos filhos. Em uma dessas ações, “refugiando-se na casa de um parente, aonde fôra encontrar-se com o seu revolucionário espôso, vira-se obrigada a envolver o filho [Henrique Pereira de Lucena Filho] em lençóis, simulando estar êle na cama *atacado de peste*, a fim de alarmar os soldados do governo, afastando-os daquele local”. [grifos do autor]. Ainda segundo Guerra (*ibidem*) “aquela firmeza feminil da senhora Lucena, enfrentando, sempre com argúcia, os inimigos e, como sangue frio e inteligência, enganando-os, ficou bem gravada no seu subconsciente infantil, não só pela grandeza dos atos em si, elevando sua mãe, como, paradoxalmente, pelo resultado moral, de humilhação conseqüente para êle.”

<sup>168</sup> Quintas (1950, p. 132). Sobre a chegada das ideias liberais na Paraíba e sua participação nos movimentos de 1817 e 1824 Mariano (2013, p. 77). Ver ainda Guerra (1958, p. 24) quando refere-se ao ano de 1848, quando “Pernambuco agitava-se então sofregamente numa extraordinária efervescência política e popular de conseqüências imprevisíveis, onde os próprios acontecimentos históricos de 1817 e 1824 se inclinavam em perder sua primazia e importância, ante os movimentados denunciadores daqueles fatos públicos, que em pouco já se propunham a explodir, no clímax de lutas sangrentas, rasgadas e vividas com a queda do gabinete liberal de Paulo de Sousa, impondo a Pernambuco o cenário de uma campanha sanguinolenta de política exaltada.”

<sup>169</sup> Os dados gerais da cidade de Umbuzeiro na atualidade, tais como localização, população, clima e relevo podem ser acessados em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/umbuzeiro/panorama>.

<sup>170</sup> Sobre a posse da Fazenda Marcos de Castro em suas origens, ver Gomes (1995, p. 7-8).

fazenda por ser ele o único herdeiro de Prudência, sua primeira filha fruto do casamento com Ubaldina.<sup>171</sup>

Na época em que chegaram em Umbuzeiro, a localidade pertencia ao município de Ingá, de quem foi desmembrada apenas em 1890 pelo decreto estadual nº 15 datado de dois de maio. Nessa ocasião, o município teve o seu território demarcado em um local de passagem entre os dois estados, Paraíba e Pernambuco.<sup>172</sup> Tratava-se de uma rota frequentemente usada pelos tropeiros que cortavam o território da Paraíba em direção a Pernambuco. Desse deslocamento surgiram, ainda no século XIX, as primeiras estradas carroçáveis que ligavam Campina Grande a Umbuzeiro em direção ao Recife passando pelas atuais cidades de Orobó, Bom Jardim e Limoeiro. Já nesse contexto, Umbuzeiro tinha o seu território entrecortado por uma importante via de acesso para o comércio entre a Parahyba e Pernambuco.

Para reforçar o argumento, em 1919, o então governador de Pernambuco Manoel fez um balanço dos trabalhos realizados em sua administração e destacou os esforços na ampliação e melhoramento das vias que ligavam a capital pernambucana e o interior do Estado. Ali, ele apresentou as diretrizes do projeto da estrada Limoeiro a Umbuzeiro cujo traçado “começará em frente à estação de via-ferrea de Limoeiro e terminará na villa de Umbuzeiro, limites de Pernambuco com a Parahyba, tendo o desenvolvimento de 26 kilometros e 800 metros até Bom Jardim [...] e 43 kilometros e 600 metros até Umbuzeiro.” Uma obra orçada em “réis 556:320\$550, dando, para cada kilometro, o custo de 12:764\$230”.<sup>173</sup>

No mapa abaixo, elaborado na década de 1930, é possível localizar Umbuzeiro quanto a sua fronteira interestadual, bem como os seus limites intermunicipais.

---

<sup>171</sup> Cf. Lewin (1993, p 145).

<sup>172</sup> Ver Gomes (1995, p. 4-5) sobre a criação do município de Umbuzeiro e sua demarcação territorial no século XIX.

<sup>173</sup> Cf. Matéria intitulada “Trabalhos realizados no quadriênio administrativo do Dr. Manoel Borba”, disponível no *Correio da Manhã*, jornal, 31 de maro de 1919.





No mapa em tela, o ponto 1 indica a localização da cidade de Umbuzeiro. Os limites do município aparecem conservando parte da demarcação territorial de 1890, especialmente após a revisão de 1906, que objetivou delimitar as áreas territoriais dos municípios de Umbuzeiro, Itabaiana e Ingá (pontos 2 e 3). Nele também aparece a delimitação da fronteira com o Estado de Pernambuco (ponto 4), estando a sede situada na linha divisória do limite interestadual. Essa localização lhe permitia estabelecer ligações com as cidades de Surubim, Bom Jardim e Limoeiro, todas situadas na região do chamado Vale do Capibaribe no vizinho Estado de Pernambuco. Tais cidades foram historicamente constituídos como locais de passagem onde se desenvolveu intenso comércio de itens diversos. Além dessas, a cidade de Timbaúba, conhecida pelos engenhos de terras férteis, ficava localizada nas proximidades, esta última também situada no vizinho do Norte.

Do lado paraibano, o município fazia fronteira com Cabaceiras (ponto 5), Campina Grande (ponto 6), Ingá e Itabaiana. As três últimas, conhecidas pelos famosos engenhos produtores de cana-de-açúcar e pelo intenso comércio de gado a partir de meados do século XIX, bem como pelo comércio do algodão nas primeiras décadas do século XX.<sup>174</sup> O curso do Rio Paraíba aparece cortando grande parte do município de Umbuzeiro, começando nos limites com Cabaceiras (ponto 6) até a fronteira com Itabaiana (ponto 7). Pela margem direita do rio havia uma estrada (ponto 11) que passava pelos povoados de Barra de Natuba – nas proximidades do ponto 8, local onde os Silva Pessoa possuíam uma de suas fazendas, como veremos –, Aguapaba (ponto 9) e Pedro Velho (ponto 10, situado na margem esquerda) em direção a Itabaiana e à capital da Paraíba. Essa delimitação territorial permaneceu praticamente inalterada até a década de 1950 quando ocorreu a emancipação política de Aroeiras (ponto 12), e fez de um Umbuzeiro uma cidade importante na fronteira entre os dois Estados do Norte e em meio a uma região de forte tradição agrícola e pecuária.<sup>175</sup>

### 1.7.3 O princípio da vida agrícola e o patrimônio material da família.

---

<sup>174</sup> A região entre Ingá e Itabaiana serviu de palco para alguns dos romances que fizeram parte da literatura regionalista de José Lins do Rego e que compuseram o chamado ciclo da cana-de-açúcar. Os romances *Menino de Engenho* e *Doidinho* foram ambientados nessa região.

<sup>175</sup> A emancipação política de Aroeiras se deu em 1953 por meio do Decreto Estadual nº 980 daquele ano. Aroeiras era o principal distrito de Umbuzeiro, concentrando boa parte dos habitantes do município, bem como detinha de boa parcela da arrecadação municipal a partir de 1930. Dos 1118km<sup>2</sup> de extensão territorial pertencentes a Umbuzeiro em 1930, Aroeiras ficou com 832km<sup>2</sup> após a emancipação. Sobre a emancipação política de Aroeiras e a relação com Umbuzeiro, ver Gomes (2012).

Ao chegar na Paraíba, José e Henriqueta começaram a desenvolver atividades agrícolas e pecuárias, criando fortes laços econômicos, sociais e políticos na região, fatores essenciais para composição do prestígio familiar. No enredo criado pela família, a incursão de José Pessôa na vida agrícola da região colaborou para composição de uma segunda imagem memorável de sua personalidade. Nessa representação, o patriarca foi descrito como um proprietário de terras que levava uma “vida simples, rude e por vezes arriscada”. Nessa visão, “o senhor de engenho sertanejo acumulava, como de direito, as funções de agricultor, criador, homem de negócios, médico e mestre, tal um barão feudal, era um defensor sempre alerta da segurança do clã contra a ameaça de possíveis bandidos.”<sup>176</sup>

Indo do texto ao contexto, é possível afirmar que quando o casal Pessôa principiou na vida agrícola em Umbuzeiro, o município de Ingá – ao qual Umbuzeiro estava ligada administrativamente – apresentava inclinação industrial voltada para produção de açúcar, azeite de mamona, aguardentes e farináceas, além da criação e o comércio de gado, esta última sendo a sua principal atividade econômica.<sup>177</sup> Nesse caso, não restam dúvidas que José Pessôa tenha aproveitado o potencial econômico da região usando suas terras para o plantio de itens diversos e, sobretudo, a criação de gado para corte; atividades que foram executadas de maneira crescente durante toda a década de 1860 e início de 1870. Essas atividades permitiram que o patriarca aumentasse o patrimônio material da família. Exemplo disso é que em 1868 José Pessôa construiu a “Casa Grande”, ou Casa Amarelinha em Umbuzeiro (fotografia abaixo), que posteriormente foi nomeada de fazenda Prosperidade.



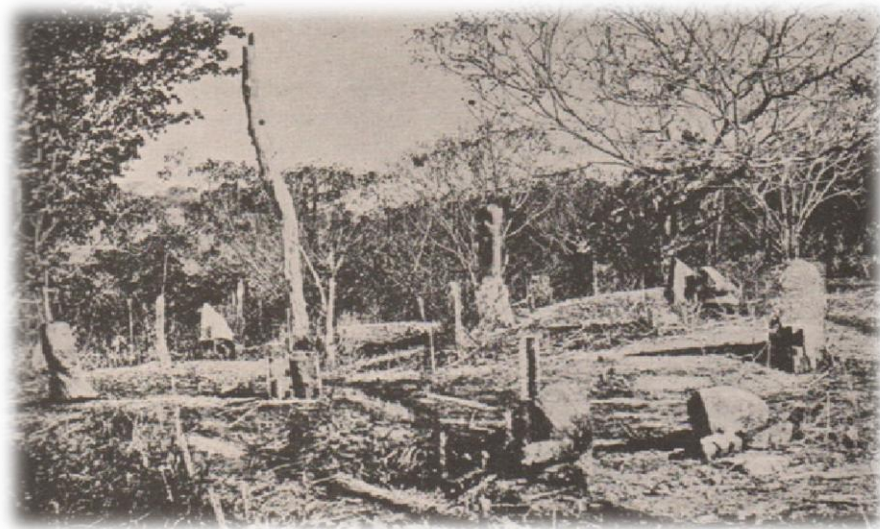
**Fotografia 6.** “Casa da meninice de Epitácio Pessôa”. Gabaglia Pessôa (1951, p. 29)

<sup>176</sup> Gabaglia Pessôa (1951, p. 25).

<sup>177</sup> Conferir Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, Araújo de Lima enviado à Câmara em 1862. In. LEAL, José. (1954, p. 180).

Quando foi construída, essa residência estava localizada na sede da futura cidade de Umbuzeiro. Trata-se de uma construção feita em lugar estratégico, aproveitando o clima mais frio, posto que Umbuzeiro está situada em uma das partes mais altas do Planalto da Borborema, 550 metros acima do nível do mar. Para tanto, como afirma Gabaglia Pessôa, com a construção dessa residência, a princípio, a família passava ali o verão, recolhendo-se à fazenda Marcos de Castro no inverno, posto que estava encravada em um “sítio mais abrigado, menos frio que a morada serrana.”<sup>178</sup> Por outro lado, de acordo com a visão de Lewin, “a casa amarelinha, onde Eptácio passou a infância em Umbuzeiro, construída por seu pai em 1868”, apresentava um modo de construção modesto. Em suas palavras “mesmo as casas dos proprietários rurais mais prósperos dos sertões tendiam a ser de projeto modesto e construção simples”.<sup>179</sup>

Como se pode notar nos sinais presentes na fotografia, é bem verdade que a casa apresentava os traços arquitetônicos característicos das fazendas do Norte, com varanda, várias janelas, com sala, quartos e cozinha. Porém, a despeito da interpretação de Lewin (1993), certamente a Casa Amarelinha trazia maior conforto e segurança, fatores que podem ter levado a família Pessôa a se estabelecer nessa casa por estadas mais longas; de modo que, no início do século XX, da fazenda do sítio Barros, aparentemente mais simples, só restava apenas os escombros, conforme registrou Carlos D. Fernandes na imagem abaixo.



**Fotografia 07.** Local em Umbuzeiro, onde foi a casa em que nasceu Eptácio Pessôa. Carlos Dias Fernandes – 1919.

Se Gabaglia Pessôa registrou a casa da meninice de Eptácio Pessôa, Dias Fernandes ilustrou a sua obra com uma fotografia dos escombros da casa onde ele havia nascido. Há, de

---

<sup>178</sup> *Ibidem.*

<sup>179</sup> Lewin, (1993, p. 146).

certo, um significado no gesto de Gabaglia Pessôa em selecionar o registro da casa Amarelinha para ilustrar a fase da meninice de Epitácio Pessôa, talvez pretendendo significar o prestígio da família que havia habitado, durante um período de prosperidade, naquela residência serrana. De todo caso, estou convicto que a construção da casa Amarelinha representou uma primeira grande conquista material de José Pessôa, fazendo com que ela assumisse um lugar simbólico dentro da história/memória familiar.

#### 1.7.4 *O capital político* de José Pessôa em Umbuzeiro e região.

A chegada de José e Henriqueta em Umbuzeiro assume um lugar importante na memória/história familiar quando se trata de analisar a *monumentalização* da cidade que ficou historicamente conhecida como o reduto dos Pessôa.<sup>180</sup> Para Gabaglia Pessôa, quando instalou-se em Umbuzeiro com a família, “com as suas relações e grande influência política,” José “favoreceu o desenvolvimento da modesta povoação [Umbuzeiro], nascida por volta de 1751, de uma pousada para viajantes à margem da estrada do sertão, ao lado de uma frondosa *umbu* que lhe deu o nome”<sup>181</sup>. Nessa visão, a história da cidade de Umbuzeiro funde-se com a história/memória familiar Pessôa, justificando assim as raízes da influência e do poderio exercido pela família naquela região. Há, nesse ponto, a montagem de uma espécie de *kit identitário* que deu forma à história da cidade de Umbuzeiro, pois ele teria sido dos primeiros moradores do município, contribuído para a sua formação, juntamente Manuel d’Assumpção Santiago, também coronel, e o coronel José Severino da Silveira Calafange”.<sup>182</sup>

Por outro lado, apoiado em outras fontes, é possível argumentar que José Pessôa exerceu certa influência política na localidade, especificamente quando se analisa que a partir de 1867

---

<sup>180</sup> Silva (2015, p. 48) analisou a representação da Umbuzeiro dos *filhos ilustres* – terra dos Pessôa – foi entabulada nos livros de história local, como especial destaque a obra de Gomes (1995). Segundo a autora, referindo-se a maneira que aquele autor narrou a ocupação do município, antes de mesmo de colaborar para o desenvolvimento material, os Pessôa surgiram como colonizadores da região. “Entrava em cena, antes mesmo da ‘fundação’ de Umbuzeiro, a família ‘Pessoa’. Redes parentais que estarão entrelaçadas à própria identidade da cidade. De acordo com Gomes, esta família seria proprietária de uma grande extensão de terra, localizada onde hoje se encontra a cidade de Umbuzeiro. [...] Criava-se, portanto, um mito de origem para a cidade.”

<sup>181</sup> Gabaglia Pessôa (1951, p. 25).

<sup>182</sup> Gomes, (1995, p. 18). Pesavento (2007, p. 12), chama de *kit identitário* as “histórias de cidades” feitas sob encomenda “em que alguém é convocado a escrever e se dispõe a reunir dados sobre uma urbe e a ordená-los, dando a ver um tempo de origens, um acontecimento fundador, acrescido da poesia de uma lenda, por vezes, e freqüentemente de uma saga ocorrida nas épocas mais recuadas, realizada pelo povo fundador guiado por suas lideranças.” Na visão da autora, tais histórias criam uma “linha ascensional desde o passado até o presente da cidade, constrói-se o desfile ou a evolução cronológica dos governos municipais com seus momentos marcantes e suas realizações fundamentais.” Um tipo de história que em muitos aspectos assumem a feição de uma “história política de viés tradicional ou de um kit identitário aplicado à evolução de um núcleo urbano.” Ver ainda sobre isso a “Enciclopédia dos Municípios brasileiros”, em sessão dedicada aos estados da Paraíba e Rio Grande do Norte em 1960, sobre Umbuzeiro (p. 413/14).

ele assumiu o cargo de “Coronel Comandante do Batalhão de Infantaria da Província da Paraíba”, mediante título expedido pela Corte em papel timbrado e assinado pelo Imperador Pedro II.<sup>183</sup> Naquela época, tratava-se de um título dos mais cobiçados pela elite política do Brasil, posto que assegurava um lugar de liderança efetiva na sua comunidade. Como coronel, por exemplo, passava a repousar sob a sua responsabilidade decisões sobre as ações de polícia e da justiça no âmbito local, uma condição que remete às origens históricas do poder pessoal no Brasil, em cujas bases “se assenta o coronelismo.”<sup>184</sup> Cabe lembrar que entre os vários títulos expedidos pelo imperador, a patente de Coronel – concedida para servir a Guarda Nacional – geralmente recaía “sobre pessoa socialmente qualificada, em regra, detentora de riqueza, à medida que se acentua o teor de classe da sociedade”.<sup>185</sup> Eram *homens de valor e posição* cuja riqueza era, em parte, medida pela posse da terra e por seu aproveitamento, isto é, pela produção que dela se extraía.

Desse modo, é possível afirmar que a patente recebida por José realçou o prestígio que já lhe recaía enquanto mero proprietário de terras. Certamente, essa patente foi arranjada sob a influência de Manuel d’Assumpção Santiago, conhecido político e proprietário de terras que morava no município de Ingá. Quando José Pessôa chegou em Umbuzeiro, Manuel d’Assumpção Santiago exercia forte influência política na região como representante do Partido Liberal na Paraíba. Com o tempo, Manuel transformou-se em um “amigo, companheiro de lutas políticas”, uma espécie de conselheiro, além de compadre, à medida que José Pessôa confiou-

---

<sup>183</sup> Conferir patente do Coronel José da Silva Pessôa expedida em 25 de outubro de 1867, disponível nos "Documentos Particular (DP)" de Antônio Pessôa, IHGP. AP: DP – A5G4P1/4.

<sup>184</sup> Segundo Janotti (1981, p. 14-20), o coronelismo, enquanto uma política de compromisso, assenta raízes no poder pessoal cuja herança advém da colônia. De acordo com a autora, “no Brasil, desde o início, reduzido completamente ao estreito universo do senhor e do escravo, a sociedade reconheceu o poder pessoal como representante (e não opositor) do poder do Estado.” Fato que foi tornando-se mais evidente ao longo da colonização quando, “a notória desorganização e a precariedade das comunicações, aliadas à venalidade do funcionalismo real, abriam espaços consideráveis para o crescimento do poder privado.” Os “grandes proprietários, aliados aos grandes comerciantes, vinham formando, neste processo, a futura classe dominante do Brasil independente.” Um grande impulso foi dado a essa forma de poder com a criação da Guarda Nacional “e a aplicação do Ato adicional (em 1934)” por criar “mecanismos oficiais que institucionalizavam a participação dos proprietários no governo da municipalidade e da Província”. Essa oficialidade selou de vez a aliança de compromissos entre as esferas central e o poder local que desembocou na configuração da organização política da república dando forma ao sistema coronelista enquanto um fenômeno historicamente datado, tal como salientou Leal (2012). Isso posto, como diz Faoro, “o fenômeno coronelista não é novo. Nova será a sua coloração estadualista e sua emancipação no agrarismo republicano, mais liberto das peias e das dependências do patrimonialismo central do Império”. (Faoro apud. Janotti, (1981, p. 33). Sobre as origens do coronelismo enquanto sistema, conferir palavras introdutórias de Leal (2012, p. 44-45). Ainda sobre o coronelismo enquanto fenômeno, conferir Carvalho (1997); ver ainda sobre o mesmo tema a leitura de Rego (2008).

<sup>185</sup> Ver Faoro (1979, p. 662) sobre fenômeno do coronelismo e sua origem apoiada na estrutura de poder montado pelo império, no alinhamento das fileiras da Guarda Nacional. Ver ainda Cavalcanti (1984) para quem a origem institucional do fenômeno do coronelismo foi metamorfoseada entre o império e a república, onde a Guarda Nacional promoveu uma espécie de “elo” entre o poder local com reflexos na esfera regional e nacional. O coronelismo, enquanto fenômeno, contudo, sobrevive à morte da Guarda Nacional, na medida em que apareceram os coronéis aclamados pela tradição e que cujo envolvimento no jogo político se apresentou de forma irrestrita.

lhe Epitácio como afilhado. Esse último aspecto passou a ligar José Pessôa à Manuel Santiago em uma relação de parentesco simbólico.<sup>186</sup> Embora não se possa precisar a origem dessa amizade, a aproximação entre José Pessôa e Manuel Santiago estava ligada aos vínculos partidários e comerciais que estabeleceram na região. Relações que colaboraram para a composição do *capital político* do coronel José Pessôa, isto é, “uma espécie de capital de reputação, um capital simbólico ligado a maneira de ser conhecido.”<sup>187</sup>

Evidências disso podem ser extraídas de um conjunto de cartas trocadas entre os *amigos e compadres* José e Manuel, datadas de 1872 e 1873. Em uma das cartas, por exemplo, datada de 12 de abril de 1872, José Pessôa escreve ao amigo e compadre de uma localidade chamada Baraúna, informando de uma venda de gados que havia feito e do saldo “de dois contos de réis” que estava em sua posse para ser destinado à compra de “gados de venda ou de criar.” Em outra carta, datada de 8 de fevereiro de 1873, José fala das lutas do Partido Liberal empreendidas em Nazaré e das ações de seus membros na região.<sup>188</sup> Nesse último aspecto, é importante destacar que Manuel Santiago chegou a ocupar cadeira na Assembleia Provincial na legislatura de 1858-59, ao lado de liberais históricos e reconhecidos na Paraíba, como Maximiano Machado.

Aquele foi o período em que a Paraíba viveu a fase da Conciliação, onde os dois partidos do Império – Conservador e Liberal – selaram uma aliança que julgavam indispensável para manter a ordem e garantir o *status quo* dos grupos que disputavam internamente a arena política.<sup>189</sup> Como ocorreu em outras províncias, na Paraíba – sob o pretexto de justificar a garantia da ordem – misturavam-se os membros dos dois partidos, sendo os liberais chefiados por Felizardo Toscano de Brito e enquanto na vanguarda dos conservadores, estava Frederico de Almeida e Albuquerque. O primeiro, agraciado pela política conciliadora do gabinete progressista de Zacarias de Góis, viria a governar por várias vezes a Paraíba ao longo da década de 1860.<sup>190</sup>

---

<sup>186</sup> Sobre a trajetória de Manuel Santiago, conferir Gabaglia Pessôa (1951, p. 37).

<sup>187</sup> Ver Bourdieu (2011, p. 204).

<sup>188</sup> Conferir o conjunto de cartas – total de oito cartas – do Ten. Cel. José da Silva Pessôa ao Cel. Manoel D’Assunção Santiago disponível no IHGP. Localização: “AP: CG – A5G4P1/10”.

<sup>189</sup> Como bem salientou Alonso (2002, p. 67). A partir das leituras de Carvalho (1980) e Ilmar Motta (1987), “a estrutura de poder do regime, a sociedade hierárquica, a forma monárquica eram uma espécie de senso comum da elite, percebidas enquanto ordem natural das coisas”. Nessa arena, “uma hegemonia conservadora se firmou, consolidando-se na cúpula do sistema: a maioria no Conselho de Estado e no Senado (Carvalho, 1980, p. 168), o que lhe dava ascendência sobre o Poder Moderador (Mattos, 1987). E se materializou na prevalência dos gabinetes”.

<sup>190</sup> Ver Celso Mariz (1994, p. 153), sobre os nomes dos paraibanos que compuseram a “representação geral de 1857-1860” como conservadores e liberais. Segundo este autor, Manuel d’Assunção Santiago esteve na representação da Assembleia Provincial na legislatura de 1858-59.

### 1.7.5 A imagem-lembrança do coronel José Pessoa nas memórias de Epitácio.



**Fotografia 08.** José da Silva Pessôa. Fotografia cedida pelo Sr. Renato dos Santos Pessôa, bisneto de José.

Além de lhe assegurar um lugar na estrutura de poder da sua época, a patente de coronel permitiu que os seus descendentes entabulassem uma terceira representação de José da Silva Pessôa, qual seja, a defensor do clã e da comunidade. Nesse caso, uma terceira camada narrativa era sobreposta sobre a memória de José Pessôa, estratificando representação do “liberal extremado”, do “senhor de engenho” e do “defensor, sempre alerta da segurança do clã contra a ameaça possível dos bandidos.” No projeto de memória que envolveu a *tradição familiar*, o significado dessa última imagem do coronel José Pessôa – retrato ao lado – pode ser mensurado no gesto de guardar, por décadas, - pendurado em uma das paredes da fazenda em

Umbuzeiro – o único retrato do patriarca que se tem conhecimento.

Sobre ele, disse Gabaglia Pessôa, “o retrato que dele se conserva na família e no qual arvora no uniforme da Guarda Nacional – donde o título de Coronel – mostra um homem de traços regulares e feição serena, mas respirando força. [...] era um forte”.<sup>191</sup> Assim descrito, o retrato poderia falar por si. Sem dúvida, trata-se de uma *imagem-lembrança* que os membros da família se encarregaram de guardar para reforçar o elo com a tradição no curso do tempo. Traduzida na narrativa que registrou as memórias de Epitácio Pessôa, a preservação dessa imagem representa o esforço de manter coeso o sentimento de pertencimento àquela *comunidade afetiva* a que denominamos de família.<sup>192</sup> Tal pertencimento explica o seu *valor de*

<sup>191</sup> Ver descrição em Gabaglia Pessôa (1951, p. 24).

<sup>192</sup> O conceito é de Maurice Halbwachs e usado por Shaponick (1998, p. 457), para falar da relação afetiva com que os sujeitos estabelecem com as imagens fotográficas e os álbuns de famílias, tidos como redutos representativos da memória/história familiar. O valor simbólico que reveste determinados objetos que remetem a memória/história da família me faz lembrar de dois itens em particular guardados por Antônio Pessoa em seu arquivo pessoal. Foram eles, a patente do Coronel José Pessoa em que cuja parte superior escreveu a mão: “patente do meu pai”; e um conjunto de cartas escritos por José Pessoa na década de 1870, e enviadas ao amigo e compadre Manuel de Assunção Santiago. É de se imaginar que tais itens foram guardados com cuidado, mantendo-se esse *valor de culto* haja vista que representavam o elo com a memória/história familiar revestindo-os de forte relação emocional e afetiva. Certamente itens valiosos para os filhos, sobretudo, os dois filhos mais novos, Antônio e Epitácio que conviveram menos tempo com os pais.

*culto*, isto é, o valor simbólico que reveste a imagem de uma aura mística, preservando um forte investimento emocional e afetivo para os seus familiares. Além disso, a imagem do varão arvorado em uniforme da Guarda Nacional cumpria um papel importantíssimo na produção de determinada mensagem, qual seja, aquela que associava José Pessôa à liderança política e ao *status* social que assumiu na sua época. Um coronel *de jure*, cuja farda era um elemento de distinção que avultava o simbolismo da imagem da qual o personagem estava investido.<sup>193</sup>

Na biografia de Epitácio, essa representação foi reforçada na medida em que José Pessôa aparece portando o que Gabaglia Pessôa chamou de “tipo social sertanejo”, um homem que “cedo começou a sua vida responsável, cultivando a terra e pastoreando no engenho natal de Cotunguba”, sendo ele “inteligente, ativo, intrépido e irrequieto, temível em suas cóleras, generoso com seus escravos”, um “chefe de família extremíssimo”. José Pessôa foi o “amigo lendário” de Epitácio Pessôa que “encheu sua primeira infância”, com recordações que se avolumaram “nas longas viagens pelo interior da província” da Paraíba.<sup>194</sup> A imagem lendária de José fora realçada a partir de outros episódios que marcaram a infância de Epitácio Pessôa juntamente com as dos demais irmãos. Um desses episódios traduz aspectos importantes da relação que Epitácio e seus irmãos estabeleciam entre si.

Conta Gabaglia Pessôa que dos cinco filhos de José e Henriqueta, Epitácio foi o que esteve mais próximo do pai. Já Antônio Pessôa – dois anos mais velho que Epitácio – teve sua infância muito ligada ao irmão caçula. Esse fato fez com que o pequeno Toinho – como Epitácio tratava-o na intimidade – apareça em sua biografia como o irmão inseparável, “o companheiro de folguedos”, o irmão “preferido entre todos”, dada a distância que ambos tinham das suas irmãs adolescentes e do irmão mais velho José que, na época em que nascera Epitácio, já cursava o colégio. De acordo com o enredo criado pela família, a relação entre Antônio e Epitácio Pessôa teria sido fortalecida após um episódio que envolveu os dois em Umbuzeiro quando tinham, respectivamente, entre nove e sete anos de idade. Sobre esse ocorrido na fazenda, relembra Epitácio Pessôa:

---

<sup>193</sup> A literatura regionalista dedicou atenção especial ao fenômeno do coronelismo, criando ricas imagens acerca do seu funcionamento, consequências sociais, econômicas e políticas junto à esfera local e regional. Sobre as representações do coronel criadas pela literatura regionalista, ver a leitura de Fortunato (2008, p. 168-170). Além do ciclo regionalista, a imagem do coronel tem povoado obras de importantes memorialistas locais. Esse é o caso de Wilson Lins, escritor e político baiano – filho do Franklin Lins de Albuquerque – que publicou em 1964 o romance ficcional *Os Cabras do Coronel*, com o qual iniciou a trilogia ficcional sobre o coronelismo, completada pelas obras *O Reduto* (1965) e *Remanso da Valentia* (1967), obras ricas em imagens sobre o fenômeno e fortemente ampara em suas próprias memórias. Conferir sobre as imagens do coronelismo nas narrativas de Wilson Lins, Galvão (2010).

<sup>194</sup> Gabaglia Pessôa (1951, p. 24).



Uma vez em Umbuzeiro, julgava-o morto e por sua culpa. Do que sofreu então nunca se esqueceria!... Brincavam juntos, e sós, no terreiro. Epitácio divertia-se com uma espingarda de chumbo, pertencente ao pai. Trepado numa cêrca a poucos metros, Toinho observava-o tagarelando. De repente, num gesto estouvado, o caçula dispara a arma que julga descarregada e a carga de chumbo pega em cheio as pernas do outro menino. Toinho dá um grito lancinante. Pais e criados acodem – o Coronel carrega o filho meio desfalecido para dentro de casa. Epitácio segue-o mudo de pavor: ‘Teria morto Toinho?’. Contendo a respiração, acompanha a distância o longo, interminável curativo. O pai armara-se de uma pinça e, debruçando sobre as chagas, extraía um por um, delicadamente, os bagos de chumbo cravados na carne. Pouco a pouco, o ferido reanima-se; fala; não foi nada de grave.<sup>195</sup>

De certo, a lembrança desse episódio marcou a memória de Epitácio; quase uma tragédia que também serviu para que o filho caçula realçasse as lembranças de seu pai. Nelas, o amigo lendário (re)aparece com a sua energia, “a sua dedicação extrema e o conhecimento intuitivo da medicina, a habilidade incrível nas mãos”. Neste último aspecto, lembrava como o pai recolheu Toinho até o interior da casa na ocasião do incidente e como cuidou dos seus ferimentos sob o olhar atento e atemorizado do caçula. Cerca de um ano após esse episódio envolvendo os dois irmãos, ocorreu outro fato marcante envolvendo a família na capital pernambucana. Em meados de 1873, José e a família deixaram Umbuzeiro em direção a Recife para cuidar da saúde da matriarca – Henriqueta –, que “andava queixando-se dos olhos”. O coronel José Pessôa, “desejoso por submetê-la aos cuidados de um especialista”, decidiu ir até a capital pernambucana, certamente aproveitando a viagem para visitar os parentes que ali residiam.

Saíram a cavalo pelo interior levando consigo a família numa viagem que demorou vários dias entre um repouso e outro nas residências de amigos em direção à capital. Em Recife, “José Pessôa e a família instalaram-se numa casa da Rua do Livramento”. Ali, dias depois, “Henriqueta adoece de varíola e vem a falecer a 21 de setembro”. O marido, “seu dedicado enfermeiro, contagia-se e, quarenta dias depois dela, a 1º de novembro”, morre na “casa de um parente, Felinto do Rêgo Barros Pessôa”. José Pessôa e Henriqueta Pessôa de Lucena morreram, ambos, com 36 anos de idade deixando os cinco filhos sob a responsabilidade dos seus familiares na capital pernambucana. A morte precoce dos pais foi sem dúvida uma tragédia para família, fato que impulsionou a trajetória individual dos cinco irmãos. A princípio, os filhos do casal ficaram sob os cuidados dos familiares paternos, antes de se dispersarem e ocuparem lugares específicos na estrutura social daquele contexto. As filhas casaram-se sob os “arranjos” de Alexandrina Cavalcanti – a Tia “Marocas” – com quem Epitácio passaria a morar nos anos

---

<sup>195</sup> Gabaglia Pessôa, (*idem*, p. 26).

ginasiais em Recife.<sup>196</sup> José Pessôa, o irmão mais velho, ficou sob os cuidados do tio materno, Henrique Pereira de Lucena Filho – Barão de Lucena – então presidente da província de Pernambuco. De Recife, José foi logo enviado à Corte para fazer carreira militar.

Antônio e Epitácio, os dois filhos menores, também ficaram sob os cuidados de Henrique de Lucena em Recife. Registrou-se, contudo, que “Henrique de Lucena não podia exercer diretamente a tutela dos sobrinhos, nem tomá-los em sua casa, por ser então presidente da Província de Pernambuco”. Daí, “confiou-os a um parente a quem nomeou, na ocasião, para um cargo público que o melhor habilitasse para o desempenho da tutela”.<sup>197</sup> Para Epitácio, o tio materno consegue uma bolsa de interno no prestigiado Ginásio Pernambucano onde terminou os estudos da primeira fase e saiu para ingressar na Faculdade de Direito do Recife em 1882, onde concluiu o curso em 13 de novembro de 1886. A partir de então, Epitácio Pessôa ocupou cargos no judiciário, na administração pública e na política da Paraíba e do Brasil, conforme destacaram seus biógrafos e a análise de Lewin (1993).

No caso de Antônio, Gabaglia Pessôa acentuou apenas que “demorou-se pouco tempo na casa do tutor e depois viajou para o interior onde cedo começou a trabalhar.” O silêncio que envolveu a trajetória de Antônio Pessôa após 1873 permitiu, de um lado, que sobre ela recaísse uma série de camadas interpretativas, servindo à elaboração do segundo personagem emblemático da epopeia de Epitácio Pessôa. Na primeira dessas camadas, a imagem de Antônio foi associada à de José Pessôa, seu pai, como personagens que cedo começaram a vida responsável, pastoreando e cultivando nas terras dos pais.<sup>198</sup> No interior da memória/história familiar, portanto, Antônio Pessôa foi desde cedo assumindo, material e simbolicamente, o lugar do lendário José Pessôa, falecido em 1873.

Essa ideia foi incorporada por Lewin em sua análise ao afirmar que,

Quando se decidiu seu destino de órfão, Antônio foi considerado demasiado frágil para os rigores intelectuais da escola em Recife. Em consequência, voltou para Umbuzeiro em 1874 como filho que deveria ficar nas atividades rurais. Desde a idade de onze anos até o final da década de 1880, portanto, ele criou gado e plantou cana de açúcar e algodão, procurando aumentar o patrimônio da família[...].<sup>199</sup>

---

<sup>196</sup> Cf. Lewin, (1993, p. 147).

<sup>197</sup> Ver Gabaglia Pessôa (1951, p. 27), sobre os lugares assumidos pelos filhos de José e Henriqueta.

<sup>198</sup> Na narrativa criada por Gabaglia Pessôa (1951, p. 24/26), José Pessôa “cedo, começou a sua vida responsável cultivando a terra e pastoreando, no engenho natal de Cotunguba.” No caso de Antônio Pessôa, a autora destaca que, após a morte Henriqueta e José, “demorou-se pouco tempo na casa do tutor e depois viajou para o interior onde cedo começou a trabalhar.”

<sup>199</sup> Cf. Lewin (1993, p. 147).

Assim descrito, não sendo o seu propósito avançar na análise sobre a trajetória de Antônio Pessôa, a autora acabou por corroborar na identificação da imagem mítica de *Toinho*, transformando-o, desde cedo – tinha onze anos de idade – em um proprietário rural. Por outro lado, diante do silêncio detectado em torno da trajetória desse membro da família, a associação de Antônio Pessôa com a terra não é de todo equívoca, merecendo atenção especial em meus propósitos de análise. Como também asseverou a autora, é fato que Antônio Pessôa trabalhou nas terras dos pais para aumentar o patrimônio familiar, embora – conforme notaremos – os registros dessa atividade remetam a meados da década de 1890. Neste caso, problematizando os traços de efervescência lírica criada pela família, os sinais apontam que Antônio Pessôa teve um papel fundamental no interior da história/memória familiar, sendo um dos responsáveis pela criação da *tradição familiar Pessôa* entre 1890 e 1916. Fato que exigiu revisitar a sua trajetória, objeto do próximo capítulo.



CAPÍTULO II

TEMPOS DE  
CONFIGURAÇÃO  
DA  
VIDA MATERIAL

1890-1904



## CAPÍTULO II

*Ficando órfão em 1873, fui, juntamente com meus irmãos José e Eptácio residir em casa de nosso primo Felinto do Rego Barros Pessôa, aguardando que o nosso Tio, Desembargador Henrique Pereira de Lucena, então Presidente da Província de Pernambuco nos desse destino.*

Antônio da Silva Pessôa

*Por meio da escrita são fixados os traços do passado, a lembrança dos mortos, ou a glória dos vivos.*

Roger Chartier.

### 2.1 O ESFORÇO POR NARRAR OS TRAÇOS ESSENCIAIS DE SUA VIDA: A AUTOBIOGRAFIA DE ANTÔNIO PESSÔA.



**Fotografia 09.** Antônio da Silva Pessôa.  
Cortesia do Sr. Renato dos Santos Pessôa.

Antônio da Silva Pessôa – imagem ao lado – foi o quarto filho de José Pessôa com Henriqueta Lucena Barbosa Pessôa, nascido em 17 de março de 1863 na fazenda Marcos de Castro – no sítio Barros em Umbuzeiro – mesma residência em que, cerca de dois anos mais tarde, nasceria o seu irmão Eptácio Lindolfo da Silva Pessôa, quinto e último filho do casal.<sup>200</sup> Antônio foi batizado aos dois anos de idade em “oratório privado” no mesmo local e recebeu o nome do seu avô paterno, Antônio da Silva Pessôa, patriarca da família Pessôa e proprietário do Engenho Cotunguba em Nazaré, no Estado de Pernambuco.<sup>201</sup> Como sinalizado, durante muito tempo, o pouco que sabemos de sua infância até os dez anos de idade ficou registrado na biografia oficial de Eptácio Pessôa. Porém, os eventos que seguiram o retorno

<sup>200</sup> A fotografia foi provavelmente clicada entre fins de 1870 e início de 1880, quando Antônio Pessôa tinha entre 18 e 20 anos de idade.

<sup>201</sup> Consta em seu registro de nascimento que “foram seus padrinhos o Capitão Plínio Augusto Cavalcante e Albuquerque e sua mulher Francisca Joaquina Pessôa Cavalcante, moradores no Engenho Albuquerque na freguesia de Nazareth.” Os dados gerais da trajetória de Antônio Pessôa foram primeiramente extraídos da biografia oficial de Eptácio Pessôa (1865-1942) Tomo I, (p. 24/25), entre outras passagens citadas no referido trabalho. Outros dados biográficos foram recortados do *Diário de Notas* de Antônio da Silva Pessôa escrito por ele mesmo entre 1894 e 1913. Os dados de batismo de Antônio Pessôa constam em seus “Documentos Particular (DP)”, disponíveis no IHGP com datas Limites: 1867-1915. AP: DP – A5G4P1/4.

de Antônio ao interior da Paraíba foram narrados por ele mesmo em um *caderno de notas* escrito entre 1894 e 1913, dedicado para os seus filhos. A partir da composição desse diário, é significativo perceber como Antônio Pessôa também demonstrava, já nesse momento, uma preocupação com o esquecimento.

Segundo Antônio Pessôa Filho, um dos herdeiros diretos do documento, “traz esse trabalho muitos dados e conceitos sobre as primeiras décadas de sua vida”, isto é, traços do que havia de mais marcante na trajetória do seu pai. Para tanto, o registro incluiu uma visão geral da sua infância, da vida no campo após a morte dos pais, da conquista dos primeiros cargos públicos, do seu casamento com Margarida d’Assumpção Santiago e do nascimento dos filhos.<sup>202</sup> Circunscrito durante muito tempo ao ciclo familiar, à primeira vista, o documento é um *verdadeiro registro sensível*, uma *escrita de si* que expressa a intenção do autor de recuperar aspectos singulares do passado vivido, traduzindo emoções, sentimentos e ideias para transmiti-las aos seus descendentes para salvá-las do esquecimento.<sup>203</sup> Desse modo, o registro deve ser lido e interpretado levando em consideração os seus filtros, suas seleções da memória que levaram o narrador a expressar de maneira lógica e coerente o que, para ele, foi a sua experiência no curso do tempo.

Por assim dizer, no esforço de narrar o que havia de mais marcante na sua vida, Antônio Pessôa inclinou-se por expressar a razão de sua existência, como marcada por desafios e privações de toda ordem, permitindo que o leitor vislumbrasse, pelo contraste, as suas

---

<sup>202</sup> Na época em que começou a escrever o diário Antônio era funcionário da Alfandega do Recife e tinha apenas três filhos, eram eles, José da Silva Pessôa, Antônio da Silva Pessôa Filho e Carlos da Silva Pessôa. Essa informação foi confirmada por Antônio Pessôa Filho em missiva encaminhada ao IHGP em 24 de janeiro de 1958. In. *Diário da Borborema*, Jornal, Campina Grande, 17 de março de 1963. O referido caderno de notas ficou durante anos sob a responsabilidade dos filhos de Antônio Pessôa, sobretudo de Antônio Pessôa Filho até chegar nas mãos de Roberto Pessôa – último filho do casal Antônio e Margarida – que passou à habitar a Fazenda Barra em fins da década de 1930. O documento encontra-se hoje sob os cuidados do Sr. Renato dos Santos Pessôa e do seu irmão, Sr. Roberto Pessôa Filho – filhos de Roberto Pessôa e netos de Antônio da Silva Pessôa. O autor agradece aos dois pela disponibilidade do material, indispensável para se entender aspectos gerais da vida de Antônio da Silva Pessôa

<sup>203</sup> As preocupações do historiador cultural em recuperar as *sensibilidades do outro no tempo* foram abordadas por Pesavento (2005, p. 19) esclarecendo importantes questões referentes à epistemologia – concepção de história – e a metodologia – uso das fontes – necessárias a tal empreendimento. Quanto ao uso das fontes, cabe lembrar que a autora destaca a importância dos arquivos privados – das cartas, diários – e da literatura, enquanto registros materiais de tal sensibilidade. É que “mesmo as sensibilidades mais finas, as emoções e os sentimentos, devem ser expressas e materializadas em alguma forma de registro passível de ser resgatado pelo historiador.” Nesse caso, a autobiografia em tela é considerada uma *escrita de si*, no sentido de produz uma memória, e, por conseguinte, um instrumento de produção do passado; ideia reforçada por Roger Chartier (2009, p. 9) ao afirmar que por meio da escrita, em suas várias formas, são fixados os “traços do passado, a lembrança dos mortos, ou a glória dos vivos.” O termo *escrita de si*, já usado no capítulo anterior, também se apoia nas reflexões de Gomes (2004, p. 3) e remete ao esforço dos sujeitos do passado e presente em produzirem escritos de sua existência, envolvendo “os diários, correspondências, biografias, autobiografias.”

realizações e conquistas pessoais no curso do tempo.<sup>204</sup> O diário de Antônio Pessôa, por sua vez, foi uma peça chave no seu esforço para enquadrar a memória da família, dotando de sentido o que Carlos Pessôa chamou, na década de 1930, de *escola cívica Pessôa*. Portanto, quando incorporados por seus familiares, alguns aspectos da trajetória de Antônio Pessôa foram valorizados e, em alguns casos, supervalorizados, dando forma a uma espécie de *drama lírico* que tendeu a imortalizar a imagem do “varão extraordinário de valores cívicos e do homem probó.”<sup>205</sup>

### 2.1.1 Os primeiros anos após a morte de José e Henriqueta.

Para ilustrar o argumento, é mister transcrever as palavras de Antônio Pessôa sobre eventos marcantes de sua trajetória na primeira década após a morte dos pais. Segundo ele,

Ficando órfão em 1873, fui, juntamente com meus irmãos José e Epiácio residir em casa de nosso primo Felinto do Rego Barros Pessôa, aguardando que o nosso Tio, Desembargador Henrique Pereira de Lucena, então Presidente da Província de Pernambuco nos desse destino, visto ser ele o parente que nos tomaria a sua proteção. Efectivamente em 1874, sentava praça de Cadete o nosso irmão José e Epiácio era colocado no Ginásio como pensionista da Província ficando eu, muito doente a esse tempo, aguardando que o nosso protector me desse alguma colocação. Porém, não aconteceu e em fins de 1874, continuando sempre doente, fui mandado para o Engenho Porões, onde minhas irmãs Maria e Mirandolina tinham sido recolhidas sob a proteção de nossa tia Celecina. Alli chegando, encontrei o meu cunhado, João Vicente de Queiroz (por esse tempo já minha irmã Mirandolina tinha se casado com o mesmo João Vicente) que tomou-me a sua protecção, seguindo com sua companhia para a Capital da Parahyba, onde residia. Naquela capital passei três mezes na Escola, recebi as primeiras letras do professor João Hamilton. Em 1875, tendo falido a casa em que era empregado meu cunhado viera residir em Itabayanna, de onde nos mudamos para Umbuzeiro em janeiro de 1877, permanecendo em casa d'elle até fevereiro de 1882 [...].<sup>206</sup>

<sup>204</sup> De acordo com Bourdieu (1996, p. 74), a *história de vida* geralmente é pensada na linguagem cotidiana como um *projeto de vida*, isto é, “um percurso orientado, um deslocamento linear, unidirecional (a ‘mobilidade’), que comportam um começo (‘um início de vida’), etapas, e um fim no sentido duplo, de termo e de objetivo (‘ele fará o seu caminho, significa: ele terá sucesso, ele fará uma bela carreira), um fim da história.” Tal visão, geralmente adotada pelos biógrafos e autores de autobiografias, sugere imaginar que “a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva, de um projeto [...]” Do ponto de vista da análise sociológica, a inclinação dos biógrafos ou de maneira particular dos autores de autobiografias em se mostrarem como “ideólogos de sua própria vida, selecionando, em função de uma intenção global, certos acontecimentos *significativos* e estabelecendo entre eles conexões que possam justificar sua existência e atribuir-lhes coerência”, acaba por criar uma “ilusão retórica”, isto é, uma “criação artificial” em que a vida é representada de maneira coerente e totalizante.

<sup>205</sup> A existência do referido diário foi revelada pela primeira ao público em 1958, quando Antônio Pessôa Filho doou o arquivo de Antônio Pessôa ao IHGP. Na carta de doação dos documentos publicada pelo *Diário da Borborema* em 1963, já citado. Conferir sobre isso *Diário da Borborema*, Jornal, Campina Grande, 17 de março de 1963.

<sup>206</sup> PESSÔA, Antônio (1894, p. 2-3)

No relato, aspectos relevantes da vida de Antônio Pessôa foram assinalados, de modo a permitir entender o rumo que a sua trajetória foi tomando a partir de 1873, até então povoada de certa áurea mística e/ou pouco conhecidas; dentre eles, chamo atenção para a guarda do cunhado João Vicente e da irmã Mirandolina; a estada na cidade de Parahyba; a vida escolar; a vivência em Itabaiana e, por fim, o retorno a Umbuzeiro em 1877. Na interpretação desses fatos feita por Antônio Pessôa Filho em 1958, destacou-se

[...] Daquela situação em que se vira como menino [referindo-se à orfandade, privações, fragilidade na saúde e falta de instrução descritos na biografia do pai] não se esquecera, falando sempre dela como causadora maior de não ter podido chegar na vida mais adiantada do que estava. E quando, homem público, teve elementos para intervir nesses assuntos de instrução, foi de carinho e rigor notáveis com eles.<sup>207</sup>

É importante notar como a orfandade, as privações materiais e os esforços e méritos individuais foram interconectados pelo filho de Antônio Pessôa para demarcar a origem da sua preocupação com a instrução pública, aspecto avultado na composição de sua imagem pública entre 1904 e 1916.<sup>208</sup> Ao relato biográfico, portanto, foi acrescentada uma camada interpretativa, tornando-o coerente, atrativo, ideal para fixar a atenção, reter a reflexão em uma narrativa dotada de efervescência lírica, capaz de justificar a construção da imagem lendária de Antônio Pessôa. Porém, como asseverou Girardet, a narrativa mítica, a exemplo do “mito político jamais deixa, nós o sabemos, de enraizar-se em uma certa forma de realidade histórica.”<sup>209</sup> Neste caso, a trajetória de Antônio Pessôa deixou marcas significativas que permitem situá-lo em meio a um contexto histórico mais amplo, isto é, uma trajetória condicionada pelos aspectos factuais, pelas redes de condicionante sociais e pelos lugares por onde transitou.

<sup>207</sup> Cf. *Diário da Borborema*, Jornal, Campina Grande, 17 de março de 1963.

<sup>208</sup> Nóbrega (1950, p. 129) destaca que no período em que governou o Estado da Paraíba (1915-1916), dentre as várias medidas desenvolvidas, Antônio Pessôa reformou “vários serviços e criou 30 novas escolas no interior”, fator que fez a sua administração ser representada como *fecunda*, notadamente preocupada com a instrução pública. De acordo com a visão de Antônio Pessôa Filho, a preocupação do seu pai com o item instrução pública começou quando assumiu a chefia política no Umbuzeiro em 1904, momento em que dotou o município de um número considerável de escolas. Nessa mesma narrativa, há que destacar ainda que Antônio Pessôa, antes de sair do governo em 1916, “ofereceu à Instrução Pública da Capital [...] o seu primeiro Grupo Escolar [referindo-se ao Grupo Escolar Thomás Mindello construído no governo de Antônio Pessôa]”, representada na época como *a sua grande obra*. Nesse tipo de narrativa, o desempenho das ações políticas de Antônio Pessôa na educação e assistência aos pobres são avultadas, encontrando referência em vários testemunhos de época, sobretudo, aqueles comprometidos com a composição da imagem pública do então Presidente do Estado. Foi comum, por exemplo, nas páginas do Jornal *A Notícia* – órgão criado durante o governo de Antônio Pessôa –, conforme veremos nos dois últimos capítulos, matérias que ilustravam o *esforço moral do governo* no combate *Contra o Analfabetismo*. Cf. *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 30 de janeiro de 1916.

<sup>209</sup> Cf. Girardet (1987, p. 81).



No caso em tela, os vários lugares e atividades que Antônio ocupou ao longo da vida acabaram por conduzir ao seu arquivo pessoal um maço de fontes robusto, possíveis de serem pesquisadas, com vistas a perceber correlações entre os comportamentos e as ações, permitindo a análise histórica problematizar e evitar certas amplificações interpretativas. Alguns desses registros, remetem ao contexto da década de 1880, período em que situo as linhas que seguem.

### 2.1.2 O jovem funcionário público.

Contada por ele mesmo – dando forma a uma espécie de biografia –, os registros de Antônio Pessôa permitem afirmar que o seu reingresso na vida agrícola não se deu logo em 1874, como apontou Lewin, certamente apoiada na narrativa de Gabaglia Pessôa. Se ocorreu ainda na sua infância, não foi antes de 1877 e não continuou até o final da década de 1880. A partir de 1882, objetivando ascensão social, Antônio iniciou uma jornada em busca de oportunidades na vida, mirando conseguir um lugar na administração pública. Nesse ano, o jovem filho de José Pessôa saiu da casa dos parentes em Umbuzeiro para assumir o cargo de escrivão da Estação Fiscal de Itabaiana – Coletoria de Rendas Gerais do Município de Itabaiana. Aquele foi o seu primeiro emprego público, a sua primeira chance de ascensão social fora das atividades desenvolvidas pelo núcleo parental até a morte dos pais. Aliás, é provável que essa sua busca por um lugar na esfera pública denote, nessa época, certo declínio das atividades agrícolas desenvolvidas por José Pessôa em Umbuzeiro nas décadas anteriores. Ele permaneceu na coletoria do Ingá até 1883, quando essa foi extinta. Ainda em 1883, passou a ocupar cargo idêntico em Ingá, atuando na região de Umbuzeiro.<sup>210</sup> Ambos os cargos foram arranjados por João Vicente de Queiroz, então conferente da Alfândega de Pernambuco, personagem emblemático na vida de Toinho entre 1874 e 1882.<sup>211</sup>

---

<sup>210</sup> Os dados gerais sobre os primeiros serviços públicos desempenhados por Antônio Pessôa foram extraídos da leitura de Nóbrega (1950, p. 153). Além deste, uma cópia das “folhas de pagamento da Estação Fiscal da Villa de Itabayanna do ano de 1882 [fornecida pela 2ª sessão do Arquivo Público do Estado da Parahyba], consta o seguinte: a contar de Abril a Dezembro de 1882, esteve no exercício do cargo de escrivão da referida Estação Fiscal, o atual Presidente deste Estado o Exmo. Coronel Antônio da Silva Pessôa. Nomeado por acto de 4 de julho de 1889 para o cargo de fiscal das obras públicas exonerado em 2 de setembro de 1889. Nomeado 2º Escriurário do Consulado em 10 de fevereiro de 1890, esteve até 28 de maio de 1890.” Cf. Documentos pessoais de Antônio Pessôa, localização: AP: PPB – A5G4P1. Sem numeração.

<sup>211</sup> Antônio Pessôa (1894, p. 8) afirma que João Vicente era um homem de “generosidade que, levando-me para a sua companhia tratou-me como se fôra meu pai.” João Vicente de Queiroz faleceu aos 52 anos de idade em 22 de março de 1900 no Recife, deixando Mirandolina Pessôa de Queiroz viúva com 11 filhos. Sobre isso, ver notícia sobre o falecimento e nota de pesar oferecida à Antônio e Epitácio Pessôa em *A Província*, Jornal, Recife, 23 de março de 1900.

### 2.1.2.1 Primeiras ameaças à honra e ao prestígio do nome: Antônio Pessôa, um liberal perseguido no caso da Coletoria de Rendas do Ingá?

Sem dúvida, o emprego na Coletoria de Ingá foi uma conquista importante na trajetória de Antônio Pessôa – uma chance de ascensão – posto que, como funcionário público, passou a ganhar a importância de 500\$000 (quinhentos mil réis).<sup>212</sup> Esse era, sem dúvida, um saldo material significativo para um jovem que procurava ascensão por meio da carreira pública. Porém, o escrivão permaneceu no cargo apenas até 1887, quando foi demitido em um episódio marcado por controvérsias.<sup>213</sup> Cerca de três anos antes da proclamação da República, Antônio foi denunciado em um processo crime instaurado em Ingá, juntamente com José Trigueiro Castelo Branco – “Collector das Rendas Provinciaes” –, acusado de fornecer indevidamente uma certidão de pagamento do imposto provincial a Pedro Tavares do Rego Barreto, comerciante e requerente da certidão para fins de comprovar a sua capacidade eleitoral. Ouvidos os réus e apresentadas as suas defesas ainda em 1886, a autoridade competente expediu um despacho considerando-os culpados em 2 de janeiro de 1887.<sup>214</sup>

<sup>212</sup> Em seu título de eleitor, inscrito no alistamento geral sob o número 207 e expedido em 20 de novembro de 1885, Antônio Pessôa declarou ser “funcionário público [no item profissão]” e possuir uma renda de “500\$000” (quinhentos mil réis). Declarou ainda saber ler e escrever. Conferir título de eleitor de Antônio da Silva Pessôa Cf. Documentos pessoais de Antônio Pessôa, localização: AP: PPB – A5G4P1. Sem numeração.

<sup>213</sup> Segundo Antônio Pessôa Filho, a demissão do cargo de escrivão da Coletoria do Ingá foi uma segunda observação feita em seu caderno de notas. Cf. Carta de Antônio Pessôa Filho ao IHGP em 24 de janeiro de 1958. In. *Diário da Borborema*, Jornal, Campina Grande, 17 de maio de 1963.

<sup>214</sup> Nos autos do processo consta que Pedro Tavares do Rego Barreto requereu na Coletoria de Ingá, em dois de setembro de 1886, uma “certidão com o fim de provar capacidade eleitoral nos termos da lei numero três mil cento e vinte e dois de sete de outubro de mil oitocentos e oitenta e dois, alegando ter pago há mais de dois annos antes daquele dia [1882 a 1883 e 1883 a 1884] o valor do imposto provincial do valor locativo de um estabelecimento comercial [situado em Barra de Natuba] annualmente. Passada a certidão pelo escrivão da coletoria ANTONIO DA SILVA PESSOA e assinada pelo collector José Trigueiro Castelo Branco, conseguiu o mesmo Pedro Tavares do Rego Barreto alistar-se eleitor nesta Comarca [do ingá]. Verificando-se depois ser falsa aquela certidão em vista dos documentos e folhas a folhas, a Relação do Districto, para quem se recorreu, não só mandou eliminar o referido Pedro Tavares [da lista de eleitores], como responsabilizal-o e bem assim os empregados que lhe forneceram a certidão.” Antônio Pessôa e José Trigueiro foram enquadrados no art. 129, Parágrafo 8º do Código Criminal e Pedro Tavares no art. 167 do mesmo código, respectivamente crimes de prevaricação – parágrafo 8º fabricação de documento falso no exercício da sua função –, e falsidade. A sentença foi decretada pelo Dr. Feliciano Henrique Hardman, juiz de Direito do Ingá, em 3 de janeiro de 1887. Para José Trigueiro e Antônio Pessôa, respectivamente coletor de rendas e escrivão, coube “a pena de perda do emprego e dois meses e dez dias de prisão simples”. No mesmo despacho condenatório expedido em 2 de janeiro de 1887, o juiz determinou que passasse o mandado de prisão à autoridade competente, destacando “sendo o crime afiançável arbitro a fiança para cada um dos ditos réos na forma da lei, na quantia de quatro contos e trezentos mil réis.” José Trigueiro Castelo Branco, após apresentar petição ao juiz do caso – demonstrando ser oficial da Guarda Nacional, com base no “art. 116 da lei nº 602 de 19 de setembro de 1850 e aviso n. 573 de 30 de Novembro de 1869” – conseguiu cumprir prisão na “caza da Câmara Municipal” para onde foi recolhido em 9 de março de 1887. No caso de Antônio Pessôa – conforme constou na descrição da revisão do processo no Supremo Tribunal Federal em 1902 –, na época em que foi decretada a sentença, “achava-se então o requerente [Antônio Pessôa] no sertão da Província. Em viagem de volta para a Comarca do Ingá onde era domiciliado, ao chegar no Termo da Vila de Cabaceiras foi-lhe intimada a sentença e recolhido à prisão.” Cf. Cópia Integral de Processo-Crime instaurado

No mesmo ano, em maio, a acusação foi polemizada nas páginas do jornal *O Despertador*, órgão do Partido Liberal na Paraíba. A sentença foi contestada por Albino Meira, um renomado jurista atuante no Estado de Pernambuco. A tese de Albino Meira – “em favor dos meus amigos [certamente ligados ao Partido Liberal] injustamente condenados” – investia na ideia de que o processo havia sido motivado por questões políticas – disputas entre conservadores e liberais – e a sentença teria sido prolatada de maneira arbitrária.<sup>215</sup> Apesar de contraditória em alguns pontos, a defesa de Albino Meira revela aspectos importantes do jogo político da época, possibilitando uma análise da possível aproximação de Antônio Pessôa com o Partido Liberal na Província da Paraíba. Na década de 1880, por exemplo, é bem verdade que o Partido Conservador passou a exercer forte influência no cenário político paraibano. Porém, não esclarece Albino Meira que tal ascensão, de algum modo, contou com a colaboração do Partido Liberal e que, as famosas *perseguições políticas* eram uma prática comum daquela época, processada de acordo com as conveniências do próprio jogo político.<sup>216</sup>

O argumento pode ser melhor dilucidado com a análise de Celso Mariz. Para aquele autor, entre as décadas de 1870/80 conservadores e liberais governaram mediante uma série de

---

contra Antônio da Silva Pessôa na Comarca do Ingá; e Cópia de Processo – Revisão Crime – enº 741 – de 1º de novembro de 1902, disponíveis em IHGP, Localização AP: DP A5G4P1. Sem numeração.

<sup>215</sup> No mesmo contexto, Antônio, juntamente com José Trigueiro Castelo Branco foi citado em mais dois processos acusados de fornecer o mesmo tipo de certidão à Francisco Alexandrino Paiva e Feliciano Pereira de Lyra. No último caso, os réus foram inocentados em decisão arbitrada pelo Juiz Feliciano Henrique Hardman em 23 de maio de 1887. Segundo a defesa feita por Albino Meira, o caso tinha uma amplitude ainda maior, sendo citadas 11 pessoas além dos dois funcionários públicos. Nos seus termos “em resumo, o facto em questão é o seguinte: onze indivíduos, possuindo casas de negócios, foram coletados em 1884 a 1885. No ano seguinte, em 1885, continuando a colecta, pagaram elles em setembro o imposto relativo a 1885 a 1886. [...]” Feito “isto requereram eles ao Collector das Rendas Geraes d’aquelle Município [José Trigueiro castelo Branco] que lhes certificasse, se era ou não verdade possuírem elles a mais de dois anos antes dequella data tinham estabelecimento comercial e se por elle tinham pago o imposto geral. O collector responde: ‘certifico affirmativamente’. Munidos dessa certidão, elles requereram sua inclusão no alistamento eleitoral, na revisão de outubro desse mesmo anno, 1885, e foram alistados eleitores.” Entretanto, “um eleitor adversário [conservador] recorreu da inclusão daquelles onze indivíduos sob o fundamento de que elles quando foram alistados, não tinham ainda o tempo legal da collecta e pagamento do imposto”. Assim descrita, a matéria do jornal foi arrolada junto ao processo como libelo de defesa de José Trigueiro Castelo Branco – citado várias vezes por Albino Meira no referido artigo – em que foi acusado e, posteriormente inocentado, junto com Antônio Pessôa e Francisco Alexandrino Paiva pelos mesmos crimes. Cf. Cópia Integral de Processo-Crime instaurado contra Antônio da Silva Pessôa na Comarca do Ingá; disponível em IHGP, Localização AP: DP A5G4P1. Sem numeração. Conferir ainda a defesa de Albino Meira em matéria intitulada “Ao Tribunal da Relação”, in. *O Despertador*, Jornal, Parahyba, 4 de maio de 1887.

<sup>216</sup> A ideia de que havia, na década de 1880, uma perseguição dos membros do Partido Liberal pelos Partido Conservador foi amplamente difundida em jornais da época. A título de exemplo, cabe mencionar a *Gazeta do Sertão* em seu editorial de 7 de junho de 1889, quando fez referência as agitações políticas na Província motivadas pelas disputas entre os liberais e conservadores. Citando o caso de Campina Grande, o jornal denunciava as ações do juiz Dr. Antônio da Trindade Antunes de Meira Henrique – o “dr. Trindade” – chefe conservador e denunciado como o responsável “pela perseguição pessoal contra os liberaes” na Comarca. Nesse tipo de matéria dizia-se que diante dos doze anos de influência do dr. Trindade, ficava cada vez mais “longe os tempos em que tiveram, os liberaes, a força entre as mãos e o direito de emprega-las;” [...]. Cf. *Gazeta do Sertão*, Jornal, Campina Grande, 7 de junho de 1889. Conferir Mariz (1994, p. 171) sobre as disputas internas entre os Carneiro da Cunha e os Meira Henrique pelo controle do Partido Conservador.

transações e conchavos, “sem maior peso de princípios, segundo as conveniências da organização e do momento.”<sup>217</sup> Desse modo, não restam dúvidas que o conteúdo da defesa apresentada por Albino Meira nas páginas do órgão liberal também fazia parte da retórica criada por determinados personagens para justificar e reclamar posições perdidas e/ou emacadas dentro do jogo político imperial. Entretanto, importa assinalar que em 1894, na referência que fez ao episódio, Antônio Pessôa foi enfático ao afirmar que, quando “fui demitido com a ascensão do Partido Conservador, voltei então, novamente, para a caça de João Vincente, tendo sido processado naquele ano pelo Juiz de Direito da Comarca do Ingá, Doutor Feliciano Henriques Hardman”, reafirmando, “por causa de umas certidões que como escrivão da Colectoria havia fornecido a diversos indivíduos, para se qualificarem eleitores”.<sup>218</sup>

Para além do jogo retórico, os testemunhos atestam que o jovem Antônio tinha vínculos com personagens influentes do Partido Liberal na Paraíba, abrindo-lhe oportunidades. Além do cunhado – João Vicente de Queiroz – tais vínculos foram certamente criados a partir da influência de Manuel d’Assumpção Santiago – padrinho de Epitácio Pessôa e velho amigo de José Pessôa, ambos ligados ao Partido Liberal desde a década de 1850.<sup>219</sup> Esse vínculo foi ainda essencial para que ele retornasse à província para ocupar o cargo de Fiscal de Obras Públicas em junho de 1889, contexto em que o Visconde de Ouro Preto – Gabinete 7 de junho – trouxe de volta os liberais ao poder na Paraíba sob a liderança de Paula Primo.<sup>220</sup> Nesse caso, além das relações de parentesco, as fontes apontam que o mesmo jogo político que oportunizava ascensão individual junto a esfera pública – a chamada “válvula individual de ascensão” –, também criava um quadro de situações incertas, podendo figurar como verdadeiras ameaças à

---

<sup>217</sup> Entre as décadas de 1860/70 a chefia política da Paraíba teve uma forte influência dos elementos liberais, sobretudo de Felizardo Toscano de Brito – que ascendeu ao poder na Paraíba em meio à fase da Conciliação entre as décadas de 1850/60. A liderança de Felizardo foi substituída Francisco de Paula e Silva Primo – Paula Primo – que assumiu a chefia do Partido em 1878, logo após a sua morte. Ainda segundo Mariz, a liderança dos liberais na Paraíba começou a mudar na década de 1880, posto que “o Partido Conservador era mais unido [referindo-se as dissidências no interior do Partido Liberal], o que lhe valeu manter vitória nas eleições em todo o período da Lei Saraiva (81-89) [...]” Assim, na legislatura de 1886-89, sob a liderança de Silvino Elvídio Carneiro da Cunha – Barão do Abiaí –, o Partido Conservador levou grande maioria de seus elementos à Câmara, trazendo de volta o próprio Abiaí ao governo da Província em 1889 – Abiaí já havia governado a província de 1873 à 1876. Este último governou pouco tempo, derrubado quando subiu ao poder o Gabinete 7 de junho – gabinete Liberal – chefiado pelo Visconde de Ouro Preto que logo nomeou, sob indicação de Paula Primo, Manuel Dantas para substituir Silvino. Manuel Dantas governou a Província por pouco tempo, cerca de um mês depois entregou o cargo a Gama e Rosa. Cf. Mariz (1994, p. 164/173).

<sup>218</sup> Pessôa, Antônio (1984, p. 4).

<sup>219</sup> Conta Mariz (1994, p. 164/173) que Manuel Santiago foi ainda eleito pelo Partido Liberal para Legislatura de 1882 e 1883, período que coincidiu com a chefia de Paula Primo.

<sup>220</sup> Em sua biografia, Antônio Pessôa (1984, p. 5) afirmou que “tendo subido em junho de 1889 o Partido Liberal seguiu para Parahyba [retornando de Pernambuco] em julho d’aquela anno, a fim de ocupar o lugar de fiscal de obras públicas para o qual havia sido nomeado.” Sobre o retorno dos Liberais ao governo na Paraíba sob a liderança de Paula Primo, conferir Mariz (1994, p. 172).

construção e preservação da honra e do prestígio.<sup>221</sup> Se a sua aproximação com o Partido Liberal oferecia alguma situação de *status*, esta mostrou-se frágil e a sua demissão e consequente exposição pelos jornais podem ser interpretadas como uma primeira ameaça a honra e ao prestígio que se formava em torno do seu nome; esse fato exigiu que ele, juntamente com Epitácio Pessôa, tentassem revisitar o processo para fins de comprovar a sua inocência na década seguinte.

#### 2.1.2.2 A revisão do processo em 1902: *a inexperiência do jovem Antônio da Silva Pessôa e as perseguições políticas no Ingá.*

O episódio da inspetoria do Ingá revela ainda um aspecto importante da leitura sobre a *invenção da tradição familiar*, criada e defendida em meio aos gestos e práticas de Antônio e Epitácio Pessôa, qual seja, o esforço coordenado para manterem fixas a honra e o prestígio de seus nomes junto à opinião pública. Esse foi, sem dúvida, um dos motivos que os levaram a requerer a revisão daquele processo em 1902 junto ao Superior Tribunal Federal. Nas palavras do requerente – Antônio Pessôa – a revisão do processo tinha por objetivo reabilitar “a integração moral da sua vida de particular e de funcionário público”.<sup>222</sup> Para melhor compreensão do argumento, importa destacar que a petição para revisão do processo foi feita no mesmo contexto em que Antônio Pessôa objetivava ocupar o cobiçado cargo de Inspetor da Alfândega de Recife.<sup>223</sup> Nessa mesma época, Antônio envolveu-se em uma polêmica nos jornais da Paraíba e de Pernambuco, resultante de uma série de controvérsias que envolveu a sua luta contra o banditismo nos dois Estados, conforme avaliaremos neste capítulo.

Diante da polêmica nos jornais, os seus detratores não perderam tempo em revisitar o caso de Ingá usado como justificava para desprestigiá-lo junto à situação política responsável

---

<sup>221</sup> Cabe lembrar, como aponta Ângela Alonso (2002, p. 123), a chamada “válvula individual de ascensão”, isto é, a busca por oportunidade e ascensão na esfera pública apoiava-se na “lógica estamental de apadrinhamento e patronagem”, criando um jogo de situações de consequências dúbias, posto que oportunizava de um lado e limitava de outro. Foi esse mesmo jogo de situações e consequências dúbias que, tempos depois, Epitácio Pessôa enfrentou no caso em que se envolveu com o juiz de direito da Comarca do Cabo, Dr. Teixeira de Sá.

<sup>222</sup> Na revisão do processo formalizada junto ao STF em primeiro de novembro de 1902 – o requerente pedia “a sua reabilitação, a integração moral da sua vida de particular e de funcionário público”. Na revisão feita pelo STF Antônio da Silva Pessôa foi declarado “innocente, reabilitado civil e moralmente, sem direitos, porém, a indenização alguma”, em sentença publicada em 22 de abril de 1903. Cópia de Processo – Revisão Crime – nº 741 – de 1º de novembro de 1902, disponível em IHGP, Localização AP: DP A5G4P1. Sem numeração.

<sup>223</sup> Muitos personagens da política paraibana do período demonstraram interesse – certamente motivados pelo capital político dali extraído – em ocupar cargos nas alfândegas estaduais, tendo suas ações e interesses políticos encontrado ecos nessas repartições. A título de exemplo, cabe nota o caso do Barão de Abiaí que, além de 1º escriturário do Tesouro Nacional, foi inspetor da alfândega da Parahyba de onde exerceu forte influência sobre as questões políticas da Província. Cf. Nóbrega (1951, p. 58) sobre os dados gerais da trajetória de Abiaí.

pela sua nomeação para o cargo. A preocupação com a exposição do nome ocorreu, portanto, na medida em que Antônio Pessôa objetivou dar voos mais altos para a obtenção de lugar e prestígio na esfera pública; pretensão que contava com o apoio de Epitácio Pessôa. As inquietações deste último ficaram registradas em um conjunto de cartas trocadas com Toinho entre abril e agosto de 1902. Em uma das missivas – longa missiva posto que respondeu a um conjunto de cartas enviadas por Antônio Pessôa entre 16 e 23 de abril –, datada de 30 de abril de 1902, Epitácio expôs cinco motivos que deveriam servir como objeto de reflexão para que Antônio desistisse da nomeação da Inspetoria da Alfândega de Recife. No primeiro deles, afirmou,

“[...] não tenho dúvidas que aqui na Camara [dos deputados no Rio de Janeiro] e ahi na imprensa [da Paraíba e Pernambuco] se traria a baila o seu processo [no Ingá]. Eu poderia sahir a campo e defendel-o, porém por mais convincente que fosse a minha defesa, por mais patente que eu tornasse a perseguição a que V. fôra victima, não poderia dissimular que V. fôra condenado por crime de falsidade, que ainda não está livrado dessa condenação, e que, portanto, o governo nomeara para um importante cargo um cidadão que cumprira sentença por crime daquela natureza.”<sup>224</sup>

Além de apontar existência da trama política que envolvia a obtenção de lugares na esfera pública, o relato chama atenção pela preocupação de Epitácio Pessôa com a exposição do nome, ventilado pela imprensa e pelos centros do poder da época como sinônimo de desprestígio. Foi assim que, em outra carta, datada de 14 de julho do mesmo ano, referindo-se às polêmicas veiculadas pelos jornais, Epitácio aconselhava o irmão a por fim à contenda e perguntava: “– diga-me: não será possível obter um traslado do seu processo do Ingá? Ainda existirá esse processo nos cartórios dalli? Se isto for possível, talvez convenha V. requerer revisão do Supremo Tribunal, porque, concedida esta, nenhum canalha terá mais o direito de lançar-lhe esse facto no rosto”.<sup>225</sup> Argumentando em sua defesa, Antônio solicitou verbalmente

<sup>224</sup> Essa foi a primeira vez em que Epitácio expressou interesse em requerer a revisão do processo-crime de 1886 que condenou Antônio Pessôa. Importante notar, na missiva, que a preocupação de Epitácio Pessôa com a exposição negativa do nome de Antônio nas páginas dos jornais da região foi um dos aspectos que motivou a referida revisão do processo ainda em 1902. Apesar de argumentar para que o irmão não insistisse na nomeação para o cargo de inspetor, é importante apontar que Epitácio Pessôa também demonstrou interesse em tal possibilidade. Para ele, a nomeação de Antônio Pessôa era estratégica aos propósitos de garantir lugar e posição da família na Paraíba e, sobretudo, em Pernambuco, na época fortemente influenciado pela política de Rosa e Silva então Vice-presidente da República no governo de Campos Sales e futuro inimigo declarado de Epitácio Pessôa. A respeito disso, afirmou na mesma carta, “a sua nomeação para a inspetoria teria muitas e muitas vantagens, não sendo a menor a de resguardá-lo contra as possíveis tentativas do Rosa [Francisco de Assis Rosa e Silva]. Si, em todo caso, V. deseja eu apresentarei o seu nome [referindo-se a Antônio da Silva Pessôa]. No caso contrário, vamos escolher pessoa de confiança.” Cf. De Epitácio para Toinho em 30 de abril de 1902.

<sup>225</sup> Cf. De Epitácio Pessôa à Toinho em 14 de julho de 1902. Cabe ainda destacar que Epitácio voltou a expressar essa preocupação em resposta a uma carta de Antônio Pessôa enviada em 20 de agosto de 1902. Na missiva, Epitácio afirmou que havia indicado o nome de Antônio – a seu pedido – para ocupar o cargo de Inspetor na Alfândega do Recife, mas pondera “ocorreu-me o maldito negócio do Ingá [referindo-se ao processo de 1886] que o Trindade [Trindade Henriques] aqui não se deixaria de aproveitar para embargar na Camara. Eu poderia

cópia do processo de Ingá, ainda em agosto de 1902, para fundamentar a petição que foi encaminhada ao Supremo Tribunal Federal – STF – em primeiro de novembro daquele mesmo ano. A petição foi preparada ainda em setembro, detalhadamente trabalhada pelo próprio Epiácio Pessôa, antes de ser apresentada a um defensor que se encarregou de apresentá-la junto ao Supremo.<sup>226</sup>

Desse modo, na revisão do processo feita em 1902, o defensor de Antônio Pessôa destacou primeiramente a inexperiência do jovem funcionário público, afirmando que ele “tinha vinte e poucos anos de idade”, para justificar o não entendimento total da lei, fato determinante para que não recorresse da decisão do juiz decretada em 1887. Em seguida, remeteu a tese já apontada por Albino Meira, investindo no argumento de que o processo movido contra Antônio Pessôa havia sido motivado por disputas políticas envolvendo os dois partidos monárquicos em Ingá. Acatada pelo relator do processo, a sua inocência foi reconhecida. A sentença que inocentou Antônio Pessôa fez com que prevalecesse no interior da história/memória familiar a narrativa que destacou a inexperiência e a perseguição política por ele sofrida. Na perspectiva adotada pela família, diferente de desabonar ou desqualificar a sua personalidade – tal como denunciavam os seus opositores –, o desfecho do episódio em 1902 tendeu a realçar os aspectos que, em sua trajetória, apontavam para os vários obstáculos que havia encarado.<sup>227</sup> Nesse ponto,

---

responder pelos jornais e deixar patente a sua inocência, mas não poderia desvincular o facto material da condenação. Isto ainda mais me firmou no propósito de pleitear a revisão do seu processo.” Cf. de Epiácio para Toinho em 1 de setembro de 1902. Cf. de Epiácio para Toinho em 1 de setembro de 1902. Conferir ainda sobre o interesse pela revisão do processo de Ingá junto ao Supremo Tribunal Federal, carta de Epiácio para Antônio Pessôa data de 15 de agosto de 1902. O conjunto de cartas citadas estão disponíveis em IHGP, localização AP: CEP A5G4P2. Sem numeração.

<sup>226</sup> Em 30 de setembro de 1902 Epiácio escreveu à Antônio Pessôa informando que havia recebido “os papeis de que foi portador Sampaio Ferraz – certidões do processo e diploma da irmandade [irmandade São Vicente de Paula de que ambos eram sócios na Parahyba].” E aponta: “já organizei a sua petição de revisão e amanhã vou levar-a com os documentos ao juiz que escolhi como relator. Já expuz a elle o facto, mas quero que leia a petição como tem de ser apresentada. Depois apresentarei a outros juizes, pois não desejo propor o recurso senão com certeza êxito.” Segundo Epiácio, o processo levaria “algum tempo, porque, apresentada a petição ao Tribunal, tem que expedir officio à relação d’ahi pedindo o processo original ou traslado; depois o recurso será encaminhado pelo Procurador Geral (que será um outro em meu lugar) e por três ministros. Segue-se então o julgamento por todos os que estiverem presente na sessão.” IHGP, localização AP: CEP A5G4P2. Sem numeração.

<sup>227</sup> Quanto às questões políticas, a defesa destacou que “o partido [Liberal] a que pertencia o requerente [Antônio Pessôa] acabava de ser apeado do poder e iniciava-se com o ardor dos primeiros momentos a reação dos adversários, tanto mais feroz quanto se operava no Ingá, um lugarejo tristemente reputado pela vehemencia e rancor das lutas políticas.” Cópia de Processo – Revisão Crime – nº 741 – de 1º de novembro de 1902, disponível em IHGP, Localização AP: DP A5G4P1. Sem numeração. O mesmo argumento foi incorporado por Antônio Pessôa Filho, ao destacar o registro que fez o seu pai no *diário de notas*. Cf. Carta de Antônio Pessôa Filho ao IHGP em 24 de janeiro de 1958. In. *Diário da Borborema*, Jornal, Campina Grande, 17 de maio de 1963. Cabe ainda registrar que na referência histórica que se fez do cargo de Inspetor da Alfandega do Recife, Nóbrega (1950, p. 152) destacou que Antônio Pessôa “não aceitou o convite que, diretamente, lhe fez por telegrama de 16 de outubro de 1902, o ministro Sabino Barroso, titular da pasta da Fazenda, para ocupar a inspetoria da alfandega pernambucana.” Ideia reafirmada por Antônio da Silva Pessôa Filho em 1958. Destaco, contudo, que a partir da leitura das cartas trocadas entre Antônio e Epiácio demonstrando os interesses de ambos quanto a obtenção do referido cargo, a narrativa de Nóbrega reforça a visão da trajetória de Antônio Pessôa marcadamente impulsionada

a defesa da honra e do prestígio parecia coadunar-se com a invenção da *tradição familiar Pessôa*.

## 2.2 A REABILITAÇÃO DO NOME: O IMPULSO DADO POR EPITÁCIO PESSÔA.

Em 1888, logo após ter sido demitido da Coletoria de Ingá, Antônio Pessôa passou uma temporada morando com Epitácio – então recém-formado bacharel em direito e promotor público da cidade do Cabo – em uma casa que este último alugou para residir enquanto exercia suas atividades no Judiciário da pequena cidade pernambucana. Com o objetivo de ingressar na carreira pública no vizinho Estado de Pernambuco, Antônio ficou na companhia do irmão até outubro daquele ano, quando saiu para ocupar o cargo de escriturário da Estrada de Ferro de Recife a São Francisco, emprego arranjado por interesse pelo então promotor do Cabo.<sup>228</sup> A busca por lugar e, conseqüentemente segurança, continuava como pano de fundo da sua trajetória. E, da estada com Antônio na Cidade do Cabo, Epitácio Pessôa costumava recordar do ambiente familiar, “do apego de meninice” que ali “desabrochou em amizade adulta, numa ternura fraterna, profunda e sem vicissitudes, de que é testemunho uma copiosa correspondência de cerca de trinta anos”.<sup>229</sup>

Aqui, as marcas da experiência vivida revelam que a partir da década de 1880 – traduzidas em um conjunto de correspondências, total de 318 missivas escritas “pelo próprio punho de Epitácio Pessôa e mais 96 telegramas daquele irmão diletto” –, a aproximação de ambos no trato com os assuntos íntimos – de família – na identificação dos traços de uma relação parental marcada pelo respeito e cuidado mútuo, além de inventariar uma série de interesses inerentes à situação de seus negócios particulares e públicos. Em seu diário, Antônio dedicou parte considerável em torno do que chamou de “dívida” contraída com Epitácio Pessôa ao longo da vida. Em suas palavras, muitas de suas conquistas deviam “a generosidade de um irmão [Epitácio Pessôa] que para mim e, para os outros meus irmãos, também desfavorecidos de fortuna, tem sido único assim, tem sido um verdadeiro pai.”<sup>230</sup>

---

pelos méritos e esforços pessoais, ajudando a demarcar de maneira ainda mais concisa o seu lugar dentro da tradição familiar Pessôa.

<sup>228</sup> Nóbrega (1950, p. 133) afirma que Antônio “serviu durante dois anos na Estrada de Ferro Recife à São Francisco, onde esteve até 30 de junho de 1889. Retornando à terra natal, é designado para trabalhar como fiscal das Obras Públicas e em seguida Professor Público de Umbuzeiro.”

<sup>229</sup> Gabaglia Pessôa (1951, p. 46). Fato importante dessa relação destacada por Antônio Pessôa residia na proteção mútua. Cf. PESSÔA, Antônio (1984, p. 10).

<sup>230</sup> Cf. PESSÔA, Antônio (1894, p. 9). Segundo Pessôa Filho, naquele caderno o seu pai referiu-se “muito que devia ao seu irmão EPITÁCIO, e pede aos filhos, no caso de vir a falecer moço, para pagarem aquela sua imensa dívida de gratidão.” Ainda nesse relato, é “também é interessantíssimo salientar dessa copiosa correspondência o número imenso de pedidos de toda a espécie que ANTÔNIO PESSÔA ali fazia em favor de quantos o



Indo do texto ao contexto, a dívida de Antônio Pessôa com o irmão também revela como o jogo político da época tendia, como salientou Ângela Alonso, a oportunizar uma válvula individual de ascensão. Para dilucidar o argumento, não se pode perder de vista que o jogo de oportunidades políticas característico do Império continuou fortemente durante a República, ora impulsionando, ora limitando a busca de oportunidades na esfera pública. O que me leva a argumentar que em plena década de formação – 1890 –, a oligarquia Neiva-Pessôa, sob a influência de Epitácio, que dava os primeiros passos “em sua carreira oligárquica na política paraibana”, também foi fundamental para a ascensão social, econômica e política de Antônio Pessôa, conforme veremos.<sup>231</sup>

### 2.2.1 As saudações da República.

O vínculo com a Recebedoria de Rendas do Estado fora reatado em fevereiro de 1890. Naquele ano, Antônio foi nomeado segundo escriturário do Consulado e Tesouro do Estado da Paraíba, ficando ali por pouco tempo, desligando-se para assumir “o lugar de segundo escripturario da Alfândega da Parahyba.” Em ambos os casos, Epitácio Pessôa teve participação direta, certamente valendo-se da ideia de que “onde os laços de sangue ou casamento não podiam oferecer garantias de confiança e confiabilidade para a política”, as amizades com indivíduos de famílias importantes e figurões da política era fundamental para o alcance de determinados objetivos.<sup>232</sup> No cargo que Antônio Pessôa na Alfândega da Paraíba, por exemplo, Epitácio – na época Secretário Geral do Governo de Venâncio Neiva – encaminhou um pedido pessoal a Ruy Barbosa, então “Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Tesouro Nacional.”<sup>233</sup>

Nos termos do próprio Antônio Pessôa,

Proclamado a República a 15 de novembro de 1889, foram caçadas pelo governo Provisório de Pernambuco todas as nomeações de professores, feitas pelo governo

---

procuravam.” Do atendimento desses pedidos resultou a composição da imagem que avultava “o seu Grande e generoso irmão [Epitácio Pessôa].” Cf. Carta de Antônio Pessôa Filho ao IHGP datada de 24 de janeiro de 1958. In. *Diário da Borborema*, Jornal, Campina Grande, 17 de março de 1963.

<sup>231</sup> Lewin (1993, p. 208) refere-se a década de 1890 – embora tenha sido uma das mais conturbadas – como o período de formação da oligarquia Neiva-Pessoa “a primeira oligarquia a assumir o poder na Paraíba republicana”.

<sup>232</sup> Sobre as amizades políticas de Epitácio Pessôa, fundamentais para consolidação da sua parentela e consequentemente patronagem, conferir Lewin (1993, p. 198).

<sup>233</sup> Conferir sobre isso, carta de Epitácio para Antônio Pessôa datada de 31 de julho de 1890. Disponível no IHGP, localização AP/CEP: A5G4P1. Sem numeração. Ver ainda portaria de nomeação de Antônio Pessôa para o cargo de segundo Escriurário da Alfandega da Paraíba assinada por Ruy Barbosa em 31 de julho de 1890; no IHGP, localização: AP: DP – A5G4P1/4. Sem numeração. Ver ainda sobre os cargos exercidos por Antônio Pessôa entre 1883 e 1891, Nóbrega (1950, p. 133).

decahido. Dias depois, é nomeado meu irmão [Epitácio Pessôa] secretário do Governo do Estado da Parahyba para onde eu segui em fevereiro de 1890. A 4 de fevereiro deste anno fui por intermédio de Epitácio nomeado segundo escripturário do Estado [da Parahyba], lugar que ocupei até o dia 18 de agosto do mesmo anno por ter sido nomeado, também por intermédio de Epitácio, para o lugar de segundo escripturário da alfandega do mesmo Estado. [...] Por decreto de 12 de agosto de 1890 fui nomeado, ainda por intermédio do meu irmão Epitácio, Primeiro Escriurário da Alfandega de Pernambuco [...].<sup>234</sup>

Nesse ponto, o relato sugere imaginar que o desapontamento sentido diante da demissão da Coletoria de Ingá foi aos poucos sendo reparado pela ação de Epitácio Pessôa em consonância com o jogo político republicano. É importante analisar, assim como já foi sinalizado no caso da Inspeção da Alfandega de Recife em 1892, a maneira como Antônio Pessôa foi sendo encaminhado, a partir da década de 1890, para se transformar no representante da família na região, passando a ocupar, para isso, lugares estratégicos. Tal como no caso de Epitácio, a república também saudou Antônio Pessôa sob a influência dos vínculos parentais.

### 2.3 O CASAMENTO DE ANTÔNIO PESSÔA E O AUMENTO DO PRESTÍGIO PESSOAL E FAMILIAR.

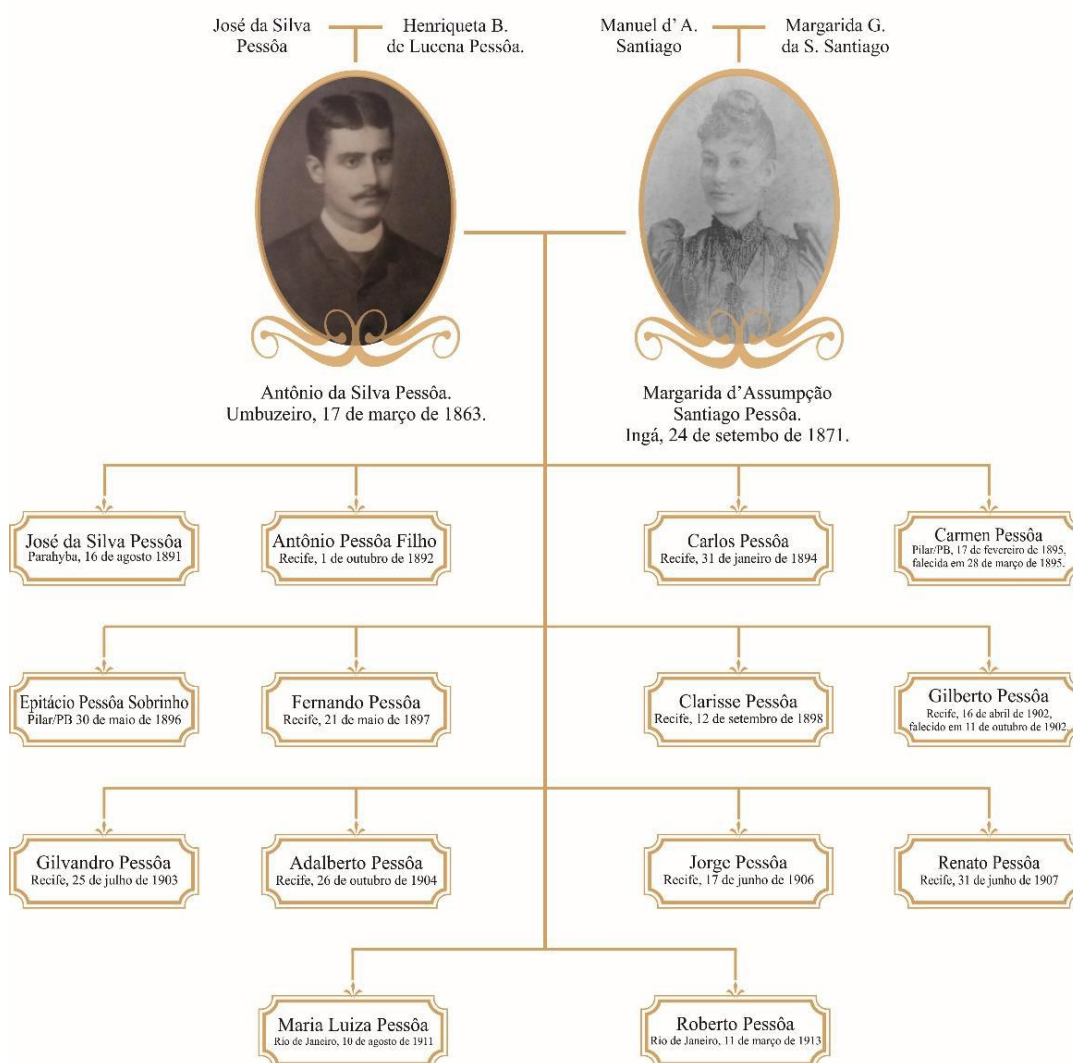


**Fotografia 10.** Margarida d' Assumpção Santiago. Cortesia do Sr. Roberto Pessôa Filho – Neto de Margarida.

Ao assumir o cargo em Pernambuco, Antônio transferiu a sua residência para Recife em setembro daquele mesmo ano, retornando à Paraíba em outubro para firmar casamento com Margarida d' Assumpção Santiago. Antônio Pessôa tinha vinte e sete anos de idade quando se casou com Margarida d' Assumpção Santiago (imagem ao lado), sete anos mais nova. Margarida era filha do amigo e compadre de José e Henriqueta, Manoel d' Assumpção Santiago e de Margarida Gomes da Silveira Santiago, personagens emblemáticos na vida de Antônio e Epitácio entre as décadas de 1870 e 1890. A união foi celebrada na residência dos pais da noiva em Pilar, contando com a presença dos amigos e familiares,

<sup>234</sup> Em sua biografia, Antônio Pessôa (1894, p. 6-10) expõe para seus filhos a maneira como os irmãos Pessôa – filhos de José Pessôa – se protegiam mutuamente, especialmente referindo-se ao empenho de Epitácio Pessôa em ajudar os demais irmãos do Norte. Segundo ele, seus filhos deveriam “seguir o exemplo do seu tio Epitácio, amando-se uns aos outros e poretendo-se reciprocamente.”

dentre eles, o já proeminente tenente José da Silva Pessôa que viera do Rio de Janeiro para ser um dos padrinhos do casamento.<sup>235</sup> Antônio e Margarida tiveram quatorze filhos, entre os quais doze chegaram a vida adulta, sendo dez homens e duas mulheres.<sup>236</sup> Com base nas informações pessoais contidas no Diário de Antônio Pessôa, a genealogia da primeira geração dos Silva Pessôa de Umbuzeiro desenha-se com a forma abaixo.



**Diagrama 01:** Genealogia da família Silva Pessôa de Umbuzeiro – filhos de Antônio da Silva Pessôa Margarida d' Assumpção Santiago Pessôa, por local e data de nascimento.

<sup>235</sup> Na certidão de casamento civil de Antônio e Margarida consta que a cerimônia foi celebrada as quatro horas da tarde do dia 18 de outubro de 1890 na residência dos pais da noiva. Na ocasião estiveram presentes “o cidadão commendador Joaquim Pio Napoleão, juiz de paz de Pilar, Doutor Francisco de Gouveia Cunha Barrêto, Tenente Coronel José Lins Cavalcante d’Albuquerque, o cidadão João Vicente de Queiroz e o Tenente José da Silva Pessôa”. Vejam-se na certidão de casamento de Antônio Pessôa. Localização: ACAP/3 não numerada.

<sup>236</sup> O casal tivera ainda mais dois filhos, chamados Carmem e Gilberto Pessôa que faleceram ainda crianças com poucos meses de idade. Seguindo a tradição dos pais, Antônio e Margarida nomearam os dois primeiros filhos homens com os nomes do avô e bisavô paterno, isto é, José e Antônio. Dos doze filhos que chegaram a vida adulta, informou Antônio Pessôa Filho que em 1958, “Gilvandro e Renato faleceram em 1936; Carlos em 1949; Fernando em 1950; e Maria Luíza em 1954.” A esposa de Antônio, Margarida d’ Assumpção Santiago, faleceu no Rio de Janeiro em 26 de março de 1941. Cf. PESSÔA, Antônio (1894-1913). Cf. *Diário da Borborema*, Jornal, 17 de março de 1963.

A descendência do casal compôs o terceiro conjunto de sobrinhos de Epitácio, mantendo-se sob o nome “Silva Pessôa”, historicamente identificados com o município de origem da família, isto é, a cidade de Umbuzeiro. Durante toda a Primeira e a Nova República, o seu núcleo familiar manteve vínculos com essa cidade como proprietários de terras, agricultores, comerciantes e criadores de gado. Alguns dos seus membros atuaram na política local e regional por quatro gerações.<sup>237</sup> Na análise de Lewin, Antônio e seus filhos mantiveram “sua identidade como uma família extensa, tanto por padrões de co-propriedade como de contiguidade no domínio da terra em Umbuzeiro, para não mencionar o monopólio que exerceram, depois de 1902, sobre os negócios políticos do município.”<sup>238</sup> Como notaremos, esse monopólio foi fundamental para projeção do epitacismo na década de 1910. Porém, analisando-se a trajetória do patriarca, Antônio Pessôa, é possível afirmar que ele foi sendo construído ao longo da década de 1890.

### 2.3.1 O retorno de Antônio Pessôa a Umbuzeiro.

---

<sup>237</sup> Dos filhos de Antônio Pessôa, uma boa parte seguiu na política local e estadual. Dois deles, José da Silva Pessôa Sobrinho e Carlos da Silva Pessôa foram prefeitos de Umbuzeiro nas décadas de 1910, 1920 e 1930. Fernando Pessôa foi prefeito de Itabaiana de 1929 a 1932. Três deles chegaram a deputado estadual, foram eles Antônio Pessôa Filho, Carlos Pessôa e Roberto Pessôa. Carlos Pessôa foi ainda deputado Federal na década de 1920. Cabe registrar que a entrada de Carlos Pessôa Filho na política de Umbuzeiro foi motivada pela morte do pai – Carlos da Silva Pessôa – ocorrida em 1949 para atender a um desejo da matriarca – então viúva de Carlos Pessôa – D. Marina Ferraz Pessôa. Ocorre que, com a ausência do irmão – afastado da política local a partir de meados da década de 1940 para cuidar de problemas de saúde –, Roberto Pessôa passou a comandar a política local como uma espécie de herdeiro político da família, fato que desagradou D. Marina Pessôa que encaminhou Carlos da Silva Pessôa – Carlinhos – a Umbuzeiro para que assumisse o lugar do pai na política local. A insistência de D. Marina em projetar o filho como herdeiro do legado político da família Pessôa em Umbuzeiro gerou uma indisposição familiar com o cunhado – Roberto Pessôa – que reivindicava, por outro lado, o seu lugar no comando da política local. Surge assim, um acirramento no interior da família Pessôa, opondo os Pessôa da Barra – Roberto Pessôa e D. Ligia, marido e mulher – e os Pessôa de Umbuzeiro – Marina Ferraz Pessôa e Carlos Pessôa Filho, mãe e filho. Como resultado, a região assistiu, de um lado, o desenrolar de calorosas e acirradas campanhas políticas a nível local e estadual envolvendo os dois grupos entre as décadas de 1960 e 1970. De outro, acompanhou a projeção de Carlos Pessôa Filho como último herdeiro da tradição familiar dos Pessôa, influente na política de Umbuzeiro e região até o ano de sua morte em 2002. Para se ter uma ideia dessa influência, basta lembrar que a sua esposa, D. Terezinha Lins Pessôa, foi prefeita da cidade de Umbuzeiro na década de 1970. E, dos filhos do casal, Carlos Pessôa Neto foi prefeito de Umbuzeiro na década de 1990. Recentemente, em 2012, um dos netos de Carlos Pessôa Filho, Tiago Pessôa – filho de Lúcia de Fátima Pessôa – foi eleito prefeito de Umbuzeiro, saindo do cargo em 2016. Sobre a administração municipal em Umbuzeiro ver Gomes (1995, p. 39-47). Ver ainda sobre a biografia de Carlos Pessôa Filho, dados constantes no Convite Missa de 30º dia de seu falecimento. Arquivo pessoal do autor. Conferir análise de Gomes (2012) sobre a indisposição da família Pessôa na sucessão política de Carlos da Silva Pessôa em 1949.

<sup>238</sup> Preocupada em entender a composição da parentela de Epitácio Pessôa, Lewin destaca (1993, p. 148) que o casamento de Antônio e Margarida “proveu os Silva Pessôa de Umbuzeiro de um núcleo dual de membros masculinos, pois seus filhos homens chegariam a dez. Do mesmo modo que seus primos Cavalcanti de Albuquerque, também de Umbuzeiro, os Silva Pessôa consolidariam o grupo familiar através do reentrelaçamento endogâmico tanto com seus primos matrilaterais como com os patrilaterais.” Para autora, “o casamento de Antônio e Margarida d’ Assumpção Santiago teve uma importante dimensão relacionada com o parentesco de caráter ritual ou imaginário, pois os pais de Margarida eram padrinhos de Epitácio.”

O reencontro de Antônio Pessôa com a sua terra natal se deu por volta de 1895. Em grande medida, o retorno à Paraíba foi motivado por problemas de saúde. Os seus receituários médicos apontam que ele tinha problemas cardíacos passando a solicitar licenças frequentes para tratamento médico. As licenças de saúde começaram a ser solicitadas já em 1891, estendendo-se por toda a primeira metade da década de 1890.<sup>239</sup> Entretanto, de acordo com Antônio Pessôa Filho,

Nos cinco primeiros anos que se seguiram à sua instalação em Recife, ANTÔNIO PESSÔA, cuidou apenas das suas atividades na Alfandega. Mas, em 1897, passou também a tomar conta da fazenda que, em Umbuzeiro – para ele e os seus 4 irmãos – haviam deixado os seus pais, falecidos em 1873. Ia até lá quase todos os mezes, nos de semana ou em dias feriados; e de licença da sua Repartição passava ali, por vezes, temporadas maiores.

Algumas das licenças médicas de Antônio Pessôa duravam de dois a três meses o que lhe assegurava um tempo maior em Umbuzeiro, permitindo que alternasse estadas cada vez menores no Recife e maiores no interior da Paraíba. Naquela época, o seu cunhado João Vicente e a irmã Mirandolina já haviam deixado Umbuzeiro em direção à capital pernambucana, exigindo de Antônio uma atenção maior com a propriedade dos pais. Foi nesse período que Antônio Pessôa passou a desenvolver os princípios da vida agrícola, tornando-se, ao longo da segunda metade da década de 1890, um proprietário rural (re)conhecido na região. Neste caso, não foi apenas a propriedade da família que motivou o seu reencontro com a vida agrícola. Como demonstrado em outra análise, o casamento celebrado entre os filhos de José e Manoel foi um episódio importante no estreitamento das relações entre os membros da família Silva Pessôa na composição da parentela. Além disso, importa destacar que, falecido em 9 de janeiro de 1886 com 63 anos de idade, Manoel Santiago deixou uma parte de bens para a sua única filha mulher – Margarida – o qual Antônio também passou a herdar na condição de esposo.<sup>240</sup>

Essa parte dos bens provavelmente contemplou as terras da propriedade da Barra de Natuba, situada a Oeste do município de Umbuzeiro, local onde Antônio Pessôa passou a residir a partir de 1897.<sup>241</sup> Não é possível afirmar se foram Antônio e Margarida os construtores da

<sup>239</sup> Em 25 de agosto de 1891, o então “Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda [Barão de Lucena], em nome do Presidente da República [Deodoro da Fonseca], resolve conceder dous mezes de licença, com vencimentos na forma da lei, ao Primeiro Escriturário da Alfandega do Estado de Pernambuco, Antônio da Silva, para tratar de sua saúde onde lhe convier”. Conferir licenças e receituários de Antônio Pessôa, disponíveis no IHGP. Localização AP: DP A5G4P1.

<sup>240</sup> Conferir sobre a morte do sogro PESSÔA, Antônio (1894, p. 6).

<sup>241</sup> Por volta da década de 1840, Manuel Calafange, pai de Margarida Gomes Calafange Santiago – nome com que Margarida assinou a certidão de batismo de Epitácio Pessôa em 1866 –, sogra de Antônio Pessôa, era um

casa de residência daquela propriedade ou se ela já existia quando o casal retornou a Umbuzeiro. O certo é que eles foram construindo, ao longo das décadas de 1890 e 1900, o que chamo de complexo da Fazenda Barra, isto é, uma construção composta pela casa de morada e uma série de benfeitorias interligadas, de maneira a aproveitar todo o potencial produtivo da propriedade. Com isso, a fazenda transformou-se no símbolo do status social adquirido pelo casal entre 1890 e 1916, figurando como um autêntico centro do poder econômico e político exercido por Antônio da Silva Pessôa e sua família.

### 2.3.2 O simbolismo da Barra: a propriedade de Antônio da Silva Pessôa e Margarida d'Assumpção Santiago.

A denominação Fazenda Barra, como ficou historicamente conhecida a propriedade de Antônio da Silva Pessôa e da sua esposa Margarida d'Assumpção Santiago, advém da sua localização privilegiada. Traduzindo a leitura de um memorialista local, bem como observando traços do mapa 1, usado no primeiro capítulo, a Barra – localidade – estava encravada em uma área de várzea, em meio às “terras de brejo” que compunham a diversidade geográfica do

---

proprietário de terras em Umbuzeiro (então Ingá) que compreendia a região de Barra de Natuba. Conta Lewin (1993, p. 148) que Manuel Calafange foi ainda um líder rebelde defensor da Praieira em Ingá, mais precisamente em Barra de Natuba que foi palco de um levante armado entre as forças do governo e os líderes pró-Praieira. Naquele mesmo contexto, foi determinado à Manuel Santiago que fosse prender o líder rebelde Manuel Calafange que se entrincheirou em sua propriedade em Barra de Natuba. Foi nessa ocasião que Manuel Santiago tomou Margarida Gomes Calafange como a sua esposa à força do pai dela – Manuel Calafange – então seu prisioneiro. Ainda segundo a autora, os episódios acabaram por render um conflito entre as famílias Calafange e Santiago que, dentre outras coisas, ocasionou na mudança do nome de Margarida – esposa de Manuel Santiago – que passou a chamar-se Margarida Gomes da Silveira Santiago – nome que assinou o registro de casamento de sua filha Margarida com Antônio da Silva Pessôa em 1890. A supressão do nome Calafange também foi adotada por Margarida – sua filha – que assinou aquela certidão como Margarida Gomes da Silveira Santiago – homônimo da mãe. Apesar de não encontrar evidências históricas concretas, traduzindo as informações apresentadas por Lewin (1993) lanço duas possibilidades para se entender a posse das terras da Fazenda Barra pelo casal Antônio e Margarida. De um lado, é provável que elas tenham sido herdadas por Margarida Gomes da Silveira como parte da herança deixada pela sua mãe Margarida que, por sua vez, havia herdado de Manuel Calafange – pai da sua mãe e, portanto, seu avô materno – no Ingá, isto é, nos limites com Umbuzeiro, mais precisamente em Barra de Natuba. Neste caso, certamente tal herança foi dividida com o Coronel Sindulfo Calafange – filho varão de Manuel Calafange – que fora chefe político de Umbuzeiro até o início da década de 1900. Nesta hipótese, talvez tenha ocorrido com Margarida e sua filha, o mesmo que ocorreu com “‘Creomancio Calafange da Silveira’, presumivelmente herdeiro do coronel Sindulfo” que aparece “como dono de propriedade em Umbuzeiro” no censo de 1920. (Cf. LEWIN, 1993, p. 247). De outro lado, é provável que as terras tenham sido adquiridas pelo próprio Manuel Santiago cujas propriedades – na Vila de Pilar – certamente faziam fronteira com Umbuzeiro – à época pertencente ao Ingá – via Serra de Pirauá, nas proximidades de Barra de Natuba. De um modo ou de outro, é importante notar que certamente Margarida d'Assumpção Santiago Pessôa – esposa de Antônio – herdou as terras que compunham a fazenda seja como herança do avô passado a sua mãe, seja diretamente de seus pais – Manuel Santiago e Margarida. Em ambos os casos, Antônio teria herdado como dote de casamento – tal como o seu pai José Pessôa herdou as terras da Fazenda Marcos de Castro ao casar-se primeiramente com Prudência e posteriormente com Henriqueta na década de 1850 – as terras que compuseram a Fazenda Barra.

município de Umbuzeiro.<sup>242</sup> Ou seja, a propriedade estava situada à margem direita do Rio Paraíba, nas proximidades da desembocadura do riacho Natuba, afluente de água doce que nascia na Serra de Natuba e desaguava no curso natural do Paraíba em direção ao Atlântico. Por assim dizer, a Barra era um local de terras úmidas, naturalmente fertilizadas pelos sedimentos que desciam com as enchentes do Paraíba, espalhados e acumulados em suas margens. Esses fatores davam à Fazenda Barra um valor produtivo inestimável, propícia ao desenvolvimento de atividades agrícolas e pecuárias, potencial que foi habilmente explorado por Antônio da Silva Pessoa e sua família ao longo da sua existência.

A Barra também fazia referência à Barra de Natuba, povoado situado às margens do Rio Paraíba – nas proximidades da Fazenda Barra – elevada à categoria de Vila em 1892. Naquele ano, por meio do decreto estadual nº 25, datado de 19 de maio, o então presidente do Estado, Álvaro Machado, transferiu a sede do município de Umbuzeiro – criado em 1890 – para Barra de Natuba. Com a medida, a sede do município ficou sediada na Barra até 1904, quando retornou para a cidade de Umbuzeiro, após uma enchente do Paraíba que praticamente destruiu a antiga povoação. Em fins do século XIX, o povoado de Barra de Natuba era um dos mais prósperos de Umbuzeiro, possuindo um cemitério, uma capela católica, alguns prédios públicos e uma pequena vila urbana.<sup>243</sup>

---

<sup>242</sup> No dizer de Gomes (1995, p. 6) “no ex-distrito de Natuba [referindo-se ao fato de que atualmente Natuba constitui-se sede de Município de mesmo nome emancipado em 1960] é onde se acham as terras mais ricas e de maior valor do município [de Umbuzeiro] as chamadas terras de brejo, onde tudo dá com extraordinária exuberância. A cultura da cana-de-açúcar, do café, dos cereais, da mandioca, das frutas tropicais de todas as qualidades [...] ali encontra ambiente propício. Até pouco tempo houve naquele ex-distrito dois pequenos engenhos de açúcar, com apreciável resultado; e neles existem alguns sítios que representam um total de alguns cafeeiros, algumas centenas de milhares, de ótima qualidade[...]” Diferente de grande parte das terras que margeavam o rio Paraíba, no período da presente revisão, a extensão do município de Umbuzeiro apresentava terras com características diferentes. Em suas palavras “neste mesmo trato de terra, nos lugares Junco, Pedro Velho, Aguapaba, Barra de Natuba, São Bento, etc. a não ser a cultura boa que se pode conseguir nas vazantes que ficam dentro do leito do rio Paraíba, o mais é terreno de caatinga, é o carrasco com a sua vegetação característica, vicejante em terreno argiloso. Tudo o mais fica a esquerda do Rio [Paraíba], desde o Paraibinha [rio que desagua no Paraíba] até a divisa com Boqueirão, antes Cabaceiras, têm mais ou menos aqueles mesmos aspectos de zona de caatinga, salpitando, aqui e além, por pequenos tratos de terrenos ferazes.” Na demarcação feita pelo autor, “é nesta região da margem esquerda do Paraíba, nas quebradas que dão para ele, que está a parte mais seca do município.” A diversidade da Paisagem que caracterizava a região de Umbuzeiro, sobretudo entre as terras que margeavam o Paraíba e as que se situavam distantes do rio, também foi destacada em relatos de cronistas que visitaram a região entre fins do séc. XIX e início do século XX. Um deles, Irineu Joffily publicou em 1892 a sua “Notas sobre A Parahyba” – já citado. Essa obra, aliás, foi uma importante fonte de informações usada por José Américo de Almeida em sua obra *A Paraíba e seus Problemas* – publicada em 1923. Ali, há igualmente – no capítulo I, “Terra Ignota” – importante descrição sobre o rio Paraíba, da sua foz, passando por suas margens até o desaguar no oceano Atlântico. Ver, sobre isso, especialmente a composição do solo de aluvião em suas margens, em Almeida (1980, p. 73).

<sup>243</sup> Afirma Gomes (1995, p. 16-17) que a povoação de Barra de Natuba surgiu em meados do século XIX e, juntamente com Umbuzeiro, pertenciam ao antigo município de Ingá. A localidade assumiu um papel importante na história de Umbuzeiro quando em 1892 Álvaro Machado decretou a transferência da sede do município para Barra de Natuba, passando a denominar-se Comarca de Natuba. O decreto perdurou até 1904, quando Umbuzeiro retoma a condição de sede do município depois que Barra de Natuba foi praticamente destruída por uma inundação de grandes proporções ocorrida naquele ano. Sobre a *Ocupação e o Surgimento do Povoado*, ver Gomes (1995).

Para se ter uma idéia da sua importância em fins do século XIX, em relatório sobre “A questão das vias férreas da província e do prolongamento das mesmas vias para o interior” – publicado em 1882 – a Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco analisava que o prolongamento da estrada de ferro Limoeiro-Bom Jardim teria a sua importância diminuída caso “o ramal de que se trata se devesse limitar a unir a villa de Limoeiro à sede da mesma freguesia”, cuja distancia era de “20 a 25 kilometros.” Diferente se, continua o relatório, “prolongar-se na direção do N. até alcançar o valle do rio Parahyba nas mediações de Barra de Natuba.” Na visão do relator, com esse destino o ramal passaria a ter uma “extensão total de uns 65 kilometros”, mas daria “satisfação a três interesses de grande monta: – o de aproximar notavelmente da Praça do Recife vários sertões, que desde os tempos imemoriais gyram em tono da sua orbita comercial;” além disso, facilitaria “(com condição *sine qua non* com fretes baratos, e material rodante apropriado) o transporte para essa capital [Recife] dos gados que descem dos Cariris [Sertão da Paraíba] para o seu abastecimento” e, por fim, “estabelecer a comunicação interna do valle do Capibaribe, servido pela Estrada [de ferro] de Limoeiro, com o da Parahyba, no qual a estrada do Conde D’Eu é destinada a preencher análogo papel.” De acordo com o relatório, o referido ramal – nomeado de “Limoeiro-Natuba” – teria maior utilidade se conseguisse se interligar com a Estrada de Ferro Conde D’Eu, via Barra de Natuba, na época representada como possível de integrar uma importante rota comercial entre a Paraíba e Pernambuco.<sup>244</sup>

Desse modo, a Fazenda Barra ficava localizada em uma posição estratégica, estando situada, de um lado, a meio caminho entre Umbuzeiro e a capital do Estado – cidade de Parahyba – via estrada de rodagem que margeava, pela direita, o Rio Paraíba;<sup>245</sup> de outro, nas proximidades de importantes cidades Pernambucanas. Naquele período, além da capital do

<sup>244</sup> Cf. Boletim da Sociedade Auxiliadora Rural de Pernambuco, Sessão de Economia Social e Rural, assinado em 25 de março de 1882 por H. A. Milet. (1882, p. 13-32).

<sup>245</sup> Na visão de um cronista que visitou o povoado em 1916, a Barra de Natuba era o local onde Antônio Pessoa tinha “a sua melhor propriedade, banhada pelos riachos perenes da Aguapaba e da Barra. Dahi para Umbuzeiro, deixando o Parahyba à direita e affrontado os pendores altos da Borborema, os caminhos sobem para os platôs da cordilheira a dar, vencida a ascensão de vinte quilômetros, na villa que foi o nosso destino [Umbuzeiro]. Barra de Natuba fica pois ao pé da serra, cercada pelos vários suportes, numa semelhança cyclopica de fundo de abismo. Os ventos sopram alto varrendo as cumiadas; a athmosphera que se respira, aggravada pela reflexão nas rochas próximas, indica um barômetro de forno. Natureza velha prodigiosa a da Terra, sempre põe junto do mal o remédio, e ao norte de Natuba os pequenos valles referidos, abençoado na floração das mattas, vertem a corrente continua d’águas claras em que se refrigera a canícula do povoado distante. Barra de Natuba tem a pouco metros suas eternas cascatas onde os banhos dão a sensação pantheística e victoriosa da felicidade.” O relato é de Celso Mariz, em artigo intitulado a Viagem presidencial: Os caminhos – Salgado – Natuba – Umbuzeiro – Uma vitória industrial”. Produzida após viagem feita pelo cronista à Barra de Natuba em direção à Umbuzeiro sob a companhia de Antônio Pessoa e Pessoa Filho entre os dias 16 e 20 de janeiro de 1916, a crônica foi publicada no Jornal *A Notícia* – de quem Celso Mariz era um dos redatores chefes – no dia 26 daquele mesmo mês. Maiores informações sobre aquela viagem podem ser encontradas nas edições do dia 15, 16, 18 e 25 de janeiro. In. *A Notícia*, Jornal, Parahyba, janeiro de 1916.



Estado, essa famosa estrada, “cheia de sinuosidades”, que seguia “acompanhando os meandros do modesto afluente do Oceano Atlântico”, ligava Umbuzeiro à outras cidades importantes do entorno, a exemplo de Itabaiana, Ingá e Pilar.<sup>246</sup> Seguindo o curso dessa estrada, por exemplo, passava-se ainda por Salgado – já no território do município de Itabaiana – com o seu aglomerado populacional disperso em “larga via urbana de regular aspecto”, conhecida por ser a sede da fazenda do Dr. Odilon Maroja, rico proprietário de terras, comerciante de gados e político da região.<sup>247</sup> Na visão de cronistas da época, a Barra, Salgado e Guarita eram povoações dotadas de consideráveis aspectos urbanos, importantes para o desenvolvimento da região.

### 2.3.2.1 O potencial produtivo da Fazenda Barra.

No conjunto de imagens abaixo – total de três – clicadas em fins da década de 1930 e início de 1940, é possível perceber traços singulares da vegetação e da topografia que envolvia a localização da fazenda, bem como algumas das benfeitorias implementadas por Antônio Pessoa entre as décadas de 1890 e 1910.<sup>248</sup>

---

<sup>246</sup> Cf. MELO, Mário (2009, p. 8).

<sup>247</sup> Conferir *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 26 de janeiro de 1916.

<sup>248</sup> As fotografias foram clicadas em 1940 por Roberto da Silva Pessoa, último filho do casal Antônio e Margarida que, após formar-se em Agronomia no Rio de Janeiro por volta de 1938, retornou à Umbuzeiro para assumir a sua parte na propriedade dos pais. Roberto Pessoa instalou-se definitivamente na Casa da Fazenda Barra – antiga sede da propriedade – em 1940 quando casou-se com a Sra. Lígia Nídia Pessoa e nela desenvolveu atividades agrícolas e pecuárias entre as décadas de 1940 e 1960. No Rio de Janeiro, além de engenheiro Agrônomo, Roberto mostrou-se admirador dos esportes – era nadador, participava como atleta no Clube Guanabara. Na época em que voltou para Umbuzeiro, os jornais da Capital – então cidade de João Pessoa – descreveram-no como um “Homem de porte atlético, elegante e empossado”, avultando a imagem de que era “dotado de uma vitalidade espartana e de um jeito admirável”. Certamente, isso também motivou o envolvimento Roberto na execução de festividades em Umbuzeiro e povoados vizinhos, a exemplo de Natuba e Aroeiras. As famosas corridas de vaquejadas, bem como na criação de Clubes de Futebol e promoção de competições de modalidades diversas que envolviam grande parte dos moradores locais, foram atividades desenvolvidas nessa época. Roberto Pessoa desenvolveu ainda atividades políticas nos municípios de Umbuzeiro e Aroeiras nesse mesmo período, eleito deputado estadual pelo PSD nas legislaturas de 1951-1954 e 1955 a 1958. O autor agradece ao Sr. Renato dos Santos Pessoa, filho do Sr. Roberto e D. Lígia pela colaboração e fornecimento das imagens fotográficas usadas no capítulo. Ver ainda, sobre o retorno de Roberto Pessoa à Umbuzeiro, *A Imprensa*, Jornal, João Pessoa, 17 de setembro de 1938. Conferir no mesmo jornal, matéria sobre o retorno de Roberto à Umbuzeiro, recém-formado Engenheiro Agrônomo na Capital Federal em 1938. In. *A Imprensa*, Jornal, João Pessoa, 06 de abril de 1938.



**Fotografia 11:** Vista panorâmica da Fazenda Barra na década de 1940. Cortesia do Sr. Renato dos Santos Pessôa.

Na primeira imagem, de acordo com a perspectiva à frente do fotógrafo – posicionado na margem esquerda do Rio Paraíba –, avista-se em segundo plano o empreendimento da Barra, começando pela Igreja de Nossa Senhora do Rosário (ponto 1) à esquerda da sede da fazenda (ponto 2), cuja parede lateral fica visível. A sede ficava situada no sopé de uma área montanhosa, cuja frente está encoberta por uma extensa área verde, certamente composta de árvores, fruteiras e plantios diversos (ponto 3). No canto inferior da imagem (ponto 4), está o leito do Rio Paraíba, avistando-se um pouco acima (ponto 5) a desembocadura do riacho Natuba. Às margens do Paraíba, tal como registrado em outras imagens fotográficas, a área da fazenda era ainda contemplada com reservatórios naturais de água que se formavam em meio aos lençóis de areia do rio, cujo potencial era aproveitado em certo período do ano, geralmente após o período chuvoso.<sup>249</sup>

<sup>249</sup> No arquivo de imagens do autor – especialmente no conjunto de imagens que compuseram os registros da Fazenda Barra em 1940 feitas por Roberto da Silva Pessôa – constam de uma série de fotografias que dimensionam tal aspecto, qual seja, os vários reservatórios naturais que se formavam no entorno da área da fazenda, sobretudo nas margens do rio e no seu leito. De acordo com o testemunho de Celso Mariz, além destes reservatórios, “Barra de Natuba [referindo-se à localidade onde ficava situada a Fazenda] tem a poucos metros suas eternas cascatas onde os banhos dão a sensação pantheística e vitoriosa da felicidade.” Para além do entusiasmo do autor, nos registros fotográficos tirados da Barra em 1940 aparecem as famosas cascatas, usadas como atrativos aos visitantes. O coronel José Pereira, líder político do sertão – cidade de Princesa – e então deputado Estadual na Paraíba, juntamente com o também deputado José Parente visitaram os Silva Pessôa na Barra em fins de outubro de 1916 e puderam constatar o aspecto pitoresco da localidade. Durante aquela estada, “os visitantes foram ao banho na perene que ali corre em suas quedas para o Parahyba [...]”. Sobre o relato de Mariz, conferir *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 26 de janeiro de 1916. Quanto a visita dos deputados José Pereira e José Parente à fazenda Barra conferir *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 5 de novembro de 1916. Ver ainda testemunho de José Perereira sobre a visita aos Silva Pessôa em entrevista concedida ao *Jornal do Recife*, jornal, Recife, 6 de

Na imagem abaixo, é possível compreender melhor as características materiais e as benfeitorias implementadas por Antônio e sua família na fazenda.



**Fotografia 12:** Fazenda Barra 1940. Cortesia do Sr. Renato dos Santos Pessôa.

Nessa fotografia, avista-se em primeiro plano parte do curral (ponto 1), seguido de um estábulo e de outro curral possivelmente construído para o gado confinado (ponto 2). A partir do curral, observa-se que havia na fazenda, além da sede e da igreja, um armazém (ponto 3) e um complexo de silos para estocagem de grãos (ponto 4), seguidos de uma área de plantio de itens agrícolas – canto esquerdo da imagem (ponto 5). Para o desenvolvimento desse último item, Antônio e filhos desenvolveram um complexo e engenhoso sistema de irrigação, com a construção de diques que canalizavam a água doce do riacho Natuba – localizado na imagem no ponto 6 – distribuindo-a pelo interior da propriedade. Tais aspectos fizeram com que, no auge do seu período produtivo, sobretudo entre as décadas de 1900 e 1910, a propriedade de Barra de Natuba fosse descrita como um “magnífico centro econômico” devido ao potencial da terra “e o aproveitamento das forças hidráulicas para fins industriais.”<sup>250</sup> Além do algodão, descarado maquinismo pertencente a Antônio Pessôa, o plantio de café teve na Barra um lugar de destaque na primeira década do século XX.<sup>251</sup>

novembro de 1916. Conferir descrição de Melo (2009, p. 6-7) sobre os poços cavados no leito do Rio Paraíba durante a estação calmosa.

<sup>250</sup> Cf. *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 26 de janeiro de 1916.

<sup>251</sup> Em 1913, Umbuzeiro ocupava o quinto lugar na produção de café da região. Possuía em média 286.100 cafeeiros distribuídos em aproximadamente 156 propriedades que produziam cerca de 4.000 (quatro mil) sacos de 60 kg o que dava o total de 24.000kg em média. Tal produção foi continuada nas décadas de 1920 e 1930 e teve na região de Natuba – Barra de Natuba – um ponto chave na produção do café da região. Na década de 1930, por exemplo, os registros apontam que na margem direita, nos limites com Pernambuco, o Município empreendia as suas “melhores plantações de cereais, algodão herbáceo, mandioca e café. Com considerável destaque “ao

O potencial produtivo das terras não foi apenas aproveitado por Antônio e a sua família, mas também pelos moradores e foreiros que utilizavam parte da terra para o plantio de itens diversos. Os vários registros de recebimentos em papel timbrado com a identificação “Propriedade de Natuba”, assinados e devidamente guardados por Antônio da Silva Pessôa no interior da propriedade, comprovam a existência de um sistema de arrendamento anual de suas terras em pequenos lotes produtivos – roçados – destinados à agricultura. Certamente variando conforme a atividade e a localização, o valor médio anual do aluguel de uma parte de terras em sua propriedade variava de 80\$000 (oitenta mil réis) a 150\$000 (cento e cinquenta mil réis), fator importante, uma vez que não apenas assegurava um retorno financeiro ao proprietário, mas também assegurava um *capital político* reconhecido pelo número de dependentes diretos que com ele estabelecia tais relações.<sup>252</sup>

### 2.3.2.2 A sede da fazenda: a residência dos Silva Pessôa.

Dada a importância assumida pela propriedade na vida do casal Antônio e Margarida, aqui interpretada como uma espécie de centro, símbolo do prestígio e poder dos Silva Pessôa, vale lançar mão de uma última fotografia, qual seja, a da residência que abrigou por muitos anos a extensa família Silva Pessôa.

---

distrito de Natuba cuja produção cafeeira em 1933 era avaliada “em 3 milhões de pés, já produzindo mais de 20.000 sacas”. Sobre o movimento agrícola de Umbuzeiro e Aroeiras, conferir dados do *Almanach do Estado da Parahyba*. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1933, p. 245-246. Sobre os machanismos de beneficiamento de algodão presentes no município, verificar dados do *Anuário Estatístico do Estado da Paraíba* em 1931, onde se lê no tópico: Indústria – Descaroçadores de Algodão existentes no Estado em 1931 – que existiam em Umbuzeiro um total de 19 máquinas destinadas a tal feita. (Cf. **Almanaque do Estado da Parahyba**. 1931. Ano II. João Pessoa, 1934. p. 377). Veja ainda os dados Estatísticos Organizados pela Inspeção Agrícola do Estado da Parahyba em 1913 (Cf. Mensagem Governamental enviada à Assembléia Legislativa da Parahyba na Abertura da 3º Sessão Ordinária da 7ª Legislatura, em 1º de setembro de 1914. João Pereira de Castro Pinto – Presidente do Estado. Parahyba do Norte, 1º de setembro de 1914. p.48). Conferir ainda sobre o número de vapores de descaroçar algodão existentes no município de Umbuzeiro no início do século XX em Gomes (1995, p. 20-21).

<sup>252</sup> Um dos foreiros das terras de Antônio da Silva Pessôa na Barra era o sr. Manuel Januário de Souza. Manuel tomou por renda uma parte de terras para roçado entre 1900 e 1914 pagando a Antônio quantias anuais que variavam de 80\$000 (oitenta mil réis) e 150\$000 (cento e cinquenta mil réis). Manuel, ao longo do tempo, empenhou-se no plantio do algodão que era vendido ao próprio Antônio Pessôa que se encarregava de descaroçar o produto em um de seus motores de beneficiamento, deixando-o pronto para venda nas praças que comercializavam da região. O arrendamento das terras da propriedade Barra também foi uma prática exercida por seus descendentes entre as décadas de 1920 e 1940. Na década de 1920, por exemplo, quando a propriedade foi administrada por Fernando Pessôa, filho de Antônio e Margarida, a prática continuou a trazer lucros para a família, acrescida do plantio e compra do algodão. Sobre a relação foreira de Manuel Januário e Antônio da Silva Pessôa e filhos conferir bilhetes – enviados pelo proprietário ao foreiro – e os recibos de Foro da “Propriedade de Natuba”, décadas de 1900 e 1910 e 1920. Sobre o recebimento de foros por Epitácio Pessôa Sobrinho e Fernando Pessôa, filhos de Antônio Pessôa, conferir recibos de recebimentos. In. Arquivo pessoal do autor.



**Fotografia 13:** Residência da Fazenda Barra 1940. Cortesia do Sr. Renato dos Santos Pessoa.

Nesse ponto, estou convicto de que a leitura sobre a materialidade da habitação, isto é, sobre um lugar habitado por uma “pessoa durante um certo tempo esboça um retrato semelhante [de seus habitantes], a partir dos objetos (presentes ou ausentes) e do costume que compõe.” Por assim dizer, os indícios presentes no habitat analisado expõem uma certa *imagem de si*, confessando “o nível de renda e as ambições sociais de seus ocupantes”, compondo, portanto, “um relato de vida, mesmo antes que o dono da casa pronuncie a mínima palavra.”<sup>253</sup> Conservada em sua estrutura original quando da visita do fotógrafo em 1940, a princípio, a casa de Antônio e Margarida apresentava os traços característicos de outras residências de proprietários rurais da região. Em sua fachada, por exemplo, a casa continha três portas ao centro e duas janelas nas extremidades. Nas laterais, a presença de quatro janelas – duas para o poente e duas para a nascente – certamente deixava o seu interior mais arejado durante praticamente todo o dia. Os ornamentos presentes na frente e nas laterais da casa – encobrendo parte do telhado – sinalizavam importantes traços da posição social de seus moradores. Aspecto

<sup>253</sup> Para Giard e Certeau (2009, p. 204), a materialidade do ato de habitar compõe um *relato de vida* cuja análise atenta pode identificar “fragmentos do ‘romance familiar’, o traço de uma encenação destinada a dar uma certa imagem de si, mas também a confissão involuntária de uma maneira mais íntima de viver e de sonhar.” Os estudos sobre a vida material consideram que a casa, seja rural ou citadina, é um espaço cercado de práticas e de múltiplas realizações, “local da vida familiar e das relações sociais, símbolo do poder.” Nesses estudos, de acordo com Roche (2000, p. 118), “o historiador da casa, a partir de um elemento material, o porão, o telhado, a lareira” deve perceber “se cristalizarem os valores sensíveis e afetivos que alimentavam as práticas de todos, além da maneira com que evoluíram nas relações sociais.”

reafirmado a partir da platibanda em formato de coroa que ornava a fachada ao alto, trazendo ao centro a representação de uma pinha – fruta tropical também cultivada na região.

Na frente da casa havia ainda uma espécie de jardim, visível na imagem, cultivado desde a época que Antônio e família habitaram a residência. Certamente, tratava-se de uma área de lazer para a família, parcamente iluminado à noite por dois postes erguidos com lamparinas ao cume. Aquele espaço tinha vista para o Paraíba, onde um corredor de fruteiras demarcava a fronteira entre a habitação e o leito do rio. No contexto em que a família habitou aquela residência, a fachada certamente era um convite para adentrar no seu interior, dividido em vários cômodos. Dentre eles, a sala de visitas ornada com ladrilhos – visível ainda em nossos dias – a denotar certo estilo de vida e o conforto de que os seus moradores dispunham. Naquela sala, costumavam ocorrer longas conversas e, durante o descanso no curso da noite, serviam de espaço para armar as redes onde dormiam os homens da casa.<sup>254</sup> Eram sinais de um *romance familiar*, cujo ordenamento sugere que aquela casa apresentava uma finalidade: atender às necessidades e o conforto da família.<sup>255</sup>

Assim, um olhar mais atento pode sugerir que a residência do casal Antônio e Margarida diferenciava-se de grande parte das moradias da região em fins do século XIX, sobretudo daquelas “sem feição artística” que margeavam o Rio Paraíba no trânsito da estrada de Itabaiana a Barra.<sup>256</sup> Como lembra certo cronista da época, com exceção de uma ou outra residência que se encontrava naquele caminho, a exemplo do famoso palacete do Dr. Odilon Maroja, situado no povoado de Salgado, havia ali muitas casas pobres, habitadas por famílias de agricultores e ribeirinhos que residiam às margens do Rio Paraíba. Diante do cenário descrito, tal como o

---

<sup>254</sup> Narrando a visita que fizeram à fazenda Barra em 1916 os deputados José Pereira e José Parente, sob a companhia do também deputado Antônio Pessoa Filho, o Jornal *A Notícia* dá sinais da prática ao informar que, naquele dia, após retornar de uma atividade de lazer, os visitantes “encontraram coronel [Antônio Pessoa] enrolado em uma rede aparentemente saudável e tranquilo.” Na mesma noite, conta o redator, “após a última refeição do dia, [os visitantes e a família] continuaram a conversar até uma hora da manhã de terça-feira.”

<sup>255</sup> Para Gaston Bachelard (1989) “a casa é nosso canto do mundo. Ela é, como se diz frequentemente, nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos. Um cosmos em toda a acepção do termo. Até a mais modesta habitação, vista intimamente, é bela.” Na ótica do autor, a casa tem a sua duração no tempo e expressa, por assim dizer, não apenas a vivência do dia-a-dia, no curso de uma história, na narrativa da nossa história. Para ele, a existência da casa percorre os dias indicando o que é, mas, sobretudo, guardando o que foi. É, portanto, um item da cultura material. Neste ponto, cabe lembrar da leitura de Braudel que dedicou um capítulo específico sobre a casa em sua *Civilização material economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. Orientado pelo tempo da longa duração, para o autor, a casa não para de testemunhar a lentidão das civilizações, de culturas obstinadas em conservar, manter, em repelir. Para ele, a casa é um exemplo de permanências, mas também de rupturas da cultura material, posto que nela ocorrem mudanças, perceptíveis, por exemplo, quanto aos gostos, a arquitetura, as técnicas de construções, aos móveis, ao mobiliário. (BRAUDEL, 1995, Apud ROCHE, 2000).

<sup>256</sup> É conhecida a afirmação, a partir da leitura de Burke (2009, p. 29), que a arquitetura, bem como a arte, a guerra ou a diplomacia, dentre outros meios, são instrumentos de autoafirmação do poder – no caso particular da análise do autor, do poder real. Desse modo, a arquitetura de um palácio, um palacete – ou de uma casa – pode ser vista como uma exposição permanente da imagem dos seus possuidores, ou seja, vislumbrada como um “símbolo de seu proprietário, uma extensão de sua personalidade, um meio para a sua autoapresentação.”

palacete do Dr. Odilon, é provável que a casa do casal Silva Pessôa – avistada de longe por quem se aproximava da Barra – também chamasse atenção dos moradores locais, destacando-se das demais casas que a cercavam, reafirmando o status e a posição social dos seus moradores.<sup>257</sup>

#### 2.4 O *NEGÓCIO DE GADO EM UMBUZEIRO* E O AUMENTO DO PATRIMÔNIO PESSOAL.

A construção da Barra – tanto material como simbólica – pode ser melhor compreendida quando se analisa as atividades econômicas exercidas por Antônio da Silva Pessôa a partir de fins da década de 1890. Naquele período, em paralelo com as suas atividades públicas desenvolvidas na capital pernambucana, Antônio Pessôa deu seguimento ao que chamou de “Negócio de Gado em Umbuzeiro”, um empreendimento que envolvia a compra e a venda de gados na região. Em tese, o negócio já havia sido iniciado por José Pessôa ao longo da década de 1860, conforme demonstra as correspondências trocadas com o seu compadre e amigo Manuel d’Assumpção Santiago, já citadas. Porém, após a morte de José, o negócio da família entrou em nítido declínio, certamente em decorrência da dispersão da família. Na década de 1890, contudo, a atividade foi retomada, reaparelhada e ampliada por Antônio Pessôa.

A denominação “Negócio de Gado em Umbuzeiro” leva a crer que, apesar da Fazenda Barra apresentar o potencial produtivo destacado anteriormente, o empreendimento de compra e venda de gados foi primeiramente desenvolvido nas terras da família situadas na parte alta do planalto da Borborema, em Umbuzeiro. Neste caso, é provável que Antônio Pessôa tenha iniciado as atividades na antiga propriedade – Fazenda Prosperidade – levando em consideração dois aspectos primordiais. Primeiro, o fato de a propriedade apresentar certa estrutura – montada por José anos atrás – para acomodar parte da dinâmica do negócio, restando a Antônio aprimorá-la. Essa razão explica melhor as longas estadas de Antônio Pessôa em Umbuzeiro a partir de 1895, como asseverou Pessôa Filho, cuidando da propriedade que os seus avós haviam

---

<sup>257</sup> Descrevendo uma visita que fez a Fazenda Modelo do Dr. Odilon Maroja no início do século XX, Mario Melo (2009, p. 8-10) destaca que em Guarita e Salgado – povoações pertencentes ao município de Itabaiana e situadas à margem direita do Parahyba na estrada que ligava Umbuzeiro à Itabaiana e a Capital do Estado da Paraíba – encontrava-se boas casas e prédios particulares de regular feição artística. Em Salgado, por exemplo, “quem da povoação lança o olhar para o oriente, vê na encosta de um serrote que aperta as águas do riacho Salgado e se mostra soberano às correntezas do rio, grande prédio assobradado, único talvez em um círculo de 14 léguas, só tendo semelhante na capital do Estado, mostrando em sua feitura embora em estilo não definido, que por ali andou delineamento de artista não comum nas aproximações, dando-lhe pomposo destaque de palácio entre as casarias que o cercam ao alcance da vista. É a habitação do possuidor da Fazenda Modelo [Dr. Odilon Maroja], cujas terras alongadas por pequenas propriedades, pouco a pouco adquiridas, penetram em dois Estados, transpondo os limites de Pernambuco e Paraíba.”

deixado de herança ao seu pai, tios e tias. Esse fator não eliminou, como notaremos, que a atividade com o gado também fosse desenvolvida na Barra como uma estratégia para obtenção de sucesso do empreendimento.

O segundo aspecto resultou do fato de que, a princípio, o negócio do gado foi montado com a ajuda dos dois irmãos, sobretudo com o empenho de Epiácio Pessôa, que injetou recursos pecuniários no empreendimento. Esse fator pode ter sido decisivo para que o empreendimento fosse montado na sede da fazenda em Umbuzeiro, assumindo, a princípio, a forma de uma espécie de *negócio de família* tendo Antônio Pessôa como o seu idealizador e responsável maior. Na visão de Epiácio, privadamente declarada nessa época, Antônio Pessôa “tinha inclinação pela vida do interior”. Ali, segundo ele, Antônio Pessôa “passaria melhor de saúde e poderia também ter melhores proventos”.<sup>258</sup> Essa afirmação, como notaremos, poderia soar estranha aos (e)leitores do Estado da Paraíba que ao longo de 1915 e 1916 foram constantemente lembrados pelas páginas dos jornais da aparente inclinação de Antônio Pessôa para administração pública, justificando, naquele contexto, a sua inserção na atividade política. Por outro lado, ela pode significar a expectativa dos familiares, sobretudo de Epiácio Pessôa, em manter fixo ao menos um membro da família em seu torrão natal, controlando, de Umbuzeiro, as pretensões políticas do clã.

#### 2.4.1 *Sinais de prosperidade*: o prestígio da família na década de 1890 e 1900.

Importante notar que, na década de 1890, Epiácio Pessôa já dispunha de certa estabilidade econômica, em razão das atividades públicas que passou a exercer desde que concluiu a Faculdade de Direito em 1886. Evidências disso podem ser extraídas de uma missiva enviada a Antônio Pessôa em 1902. Nela, Epiácio informa, em tom jocoso e comemorativo, sobre a compra do seu primeiro imóvel no Rio de Janeiro – “a casa da rua Voluntários da Patria

---

<sup>258</sup> Em carta de 3 de novembro de 1900, Epiácio referia-se ao retorno de Antônio Pessôa ao interior da Parahyba em fins da década de 1890. Na missiva, o então Ministro do Interior, pergunta sobre a “sua ida para Umbuzeiro. Sempre lhe descobri essa inclinação pela vida do interior e não... [ilegível] que V. alli passaria melhor de saúde e poderia também ter melhores proventos. Acho, porém, inconveniente para a educação dos seus filhos e bem assim pela falta de certos recursos em uma poviação tão atrasada e pela perda de tantos anos de serviços que você já tem. Si ao menos você pudesse se aposentar.” Na mesma carta, Epiácio aconselha o irmão a não adquirir um empréstimo “de 50 contos” (50\$000,00 cinquenta contos de réis) para investir no negócio de gados. Mostrando-se cauteloso, o irmão caçula adverte: “melhor será começar [o negócio do gado] mais modestamente para estar sempre prevenido contra a hypotese d’um fracasso. Depois V. iria ampliando o negócio”. Sobre os negócios com Epiácio, ver ainda carta de 2 de abril de 1900. Cartas disponíveis em IHGP localização: AP: CEP A5G4P1. Sem numeração.



nº 1A” – afirmando que a partir daquele momento, passava à condição de “proprietário”.<sup>259</sup> Por outro lado, as notícias que circulavam em sua terra natal, apontando que Epitácio Pessoa adquirira certa estabilidade econômica no Rio de Janeiro, geravam boatos, muitos dos quais pareciam desagradá-lo profundamente, sentimento que externou ao irmão Antônio em carta datada de 10 de fevereiro de 1899.

Epitácio mostrou-se “admirado” com a notícia de que os amigos da pequenina Paraíba estivessem convencidos que “eu [Epitácio Pessoa] sou um milionário”. Alegava, para tanto, que o gerenciamento das suas despesas era fruto de “verdadeiros sacrifícios.” Preocupado com a provável repercussão dos boatos pelos jornais cariocas, o então recém nomeado Ministro da Justiça e do Interior de Campos Sales, conclui: “agora com meu casamento [com Mary] são capazes de dizer que a minha fortuna aumentou, de modo que estou vendo a hora em que será preciso vir a imprensa dizer quanto possuo, que gastei trinta e dois contos de meu capital em preparos da casa e do casamento”, e o que era mais preocupante, “que os meus vencimentos de ministros não chegam para minhas despesas, etc”.<sup>260</sup> A inquietação de Epitácio Pessoa quanto

---

<sup>259</sup> A casa foi comprada no valor de “sessenta contos, ou sessenta apólices.” Comemorando a aquisição, explica Epitácio “realizei assim um desejo antigo e ao mesmo tempo uma economia. Eu não podia pagar de aluguel de casa menos de 350 a 400 [mil reis] por mez: pela de Botafogo pagava 350 [trezentos e cinquenta mil reis], numa casa pequena, apertada entre duas e sem terreno. A que comprei vai custar-me 300 [mil reis] por mez, é isolada, nova, muito melhor do que aquela e com um grande terreno absorvido. Setenta apólices rendem, como sabe, 3.500 [três contos e quinhentos mil réis] anno.” De Epitácio à Antônio Pessoa em 27 de maio de 1902. Disponível em IHGP, localização AP: CEP A5G4P2. Sem numeração. A 14 de julho do mesmo ano, Epitácio escreveu ao irmão informando de sua expectativa em está “na nova casa da rua Voluntários da Pátria” à 20 daquele mês. De Epitácio à Antônio Pessoa em 14 de julho de 1902. Disponível em IHGP, localização AP: CEP A5G4P2. Gabaglia Pessoa (1951, p. 148) afirma que quando Epitácio casou-se com Mary Sayão Pessoa – pouco antes de assumir o cargo de Ministro de Campos Sales em outubro de 1898 –, o casal foi “residir em uma casa alugada, de dois andares e jardimzinho na frente, na Praia de Botafogo. Nem pensaram em afastar-se do Rio: já nos dias imediatos ao casamento, Epitácio era requisitado pelos trabalhos de organização do seu ministério e Mary tinha que cedê-lo ao interesse público.”

<sup>260</sup> Na carta Epitácio Pessoa lista um conjunto de despesas que concorreram com as destinadas ao preparo de seu casamento com D. Mary Saião que incluía o pagamento de 772\$000 (setecentos e setenta e dois mil réis) “do menino que educo no Collégio Militar, despesas extraordinárias de sempre, livros e coisas que não contava”. Conferir Correspondências com Epitácio Pessoa no Arquivo de Antônio da Silva Pessoa, IHGP, localização AP: CEP A5G4P1. Para Gabaglia Pessoa (1951, p. 258) Epitácio, “depois de certa época [após o casamento com Mary Pessoa], viveu na abastança, uma abastança sem ostentação em que o supérfluo – viagens à Europa, assinaturas de teatro, carro particular – era fruto do cuidado nas despesas, tanto dele quanto de sua mulher”. A admiração de Epitácio – no caso dos boatos que havia se tornado milionário – também resultava do fato de que eles provinham de setores da política paraibana – alguns amigos e correligionários – que ele costumava a *ajudar* estando no Rio de Janeiro. A prática, contudo, sinaliza dois aspectos interessantes ao desenvolvimento da presente análise. De um lado, ela apresenta sinais da composição da rede clientelar de Epitácio Pessoa na Paraíba que frequentemente lhe encaminhava pedidos de ajuda, sendo muitos deles feitos via Antônio Pessoa. Há, na correspondência trocadas entre Epitácio e Antônio um bom número de pedidos de toda espécie levando-nos ao encontro do segundo aspecto interessante de se notar, qual seja, a formulação das imagens de Antônio Pessoa como um político prestimoso, “de bom coração” e a do “seu grande e generoso irmão [Epitácio Pessoa]”, isto é, para elaboração da representação dos políticos carismáticos que atuavam em sintonia para atender aos amigos e correligionários que lhes procuravam. Trata-se de uma importante imagem ajustada pelos familiares e que, na década de 1920 em diante, falavam da *escola cívica Pessoa*. Sobre isso, observar descrição do arquivo de Antônio da Silva Pessoa doado ao IHGP por seu filho – Antônio Pessoa Filho – em 1958. Conferir missiva de doação In. *Diário da Borborema*, Jornal, João Pessoa, 17 de março de 1963.

aos boatos da sua fortuna no Rio de Janeiro, revela que nessa época os Pessôa já apresentavam certa estabilidade econômica fruto do controle de economias advindas das atividades públicas que exerciam e/ou, em outra frente, dos negócios que criavam e conduziam. Esse foi o exemplo de Antônio Pessôa.

#### 2.4.1.1 O gesto de contabilizar: as “entradas” e “saídas” das “contas da vida.”<sup>261</sup>

Na segunda metade da década 1890, contudo, o negócio de gados de Umbuzeiro foi montado sob a responsabilidade de Antônio Pessôa, contando com o apoio de Epitácio.<sup>262</sup> Nesse contexto, a atividade mostrou-se potencialmente rendosa exigindo uma maior atenção do proprietário. Para demonstrar a importância do empreendimento no curso de sua trajetória, cabe lançar mão de uma série de cadernos de anotações e diários – sob a posse do IHGP desde 1958 – produzidos por Antônio Pessôa a partir da década de 1890. Nos documentos em questão, o proprietário registrou em detalhes a maneira como administrava os seus bens estando em Umbuzeiro, ou, à distância, enquanto fazia estada em Recife na condição de funcionário público.

Dado importante, pois revela que os cadernos de Antônio da Silva Pessôa foram elaborados durante o seu trânsito entre a Paraíba e Pernambuco. Neles, além dos registros de compra e venda de gados, o proprietário desenvolveu um mecanismo de contagem e registro dos bens. Esse mecanismo consistia em registrar e contabilizar a quantidade de gado (bois e vacas) que havia deixado em Umbuzeiro, incluindo: o estágio em que se encontravam (novilhote, novilho, garrote e boi); situação patrimonial (de criar, solto, para venda...); características (cor, raça, se estava com filhote, se solteira...); e aos cuidados de quem ficavam;

---

<sup>261</sup> De acordo com Cunha (2009, p. 256), ao longo da segunda metade do século XIX, “período por excelência de afirmação das concepções privadas, que o diário pessoal se estabeleceu como um gênero literário.” De natureza diversa, alguns voltados para educação das mulheres, como manuais de etiquetas – alguns escritos por essas personagens –, “de acordo com o historiador espanhol Manuel Alberca há um conceito econômico *burgês* que inspira a escrita de diários, segundo o qual a personalidade vai formando como um balanço de entradas e gastos em consonância como um de suas possíveis origens históricas: o *livro de contas* ou o *livro de famílias* onde se anotava as cifras da economia familiar; uma maneira, portanto de registrar por escrito as ‘entradas’ e ‘saídas’ das ‘contas da vida’.”

<sup>262</sup> Na mesma carta enviada ao irmão, datada de 3 de novembro de 1900, Epitácio Pessôa contabilizou um saldo em dinheiro que estava sob a sua posse e autorizava que repassasse a mesada de Mariquinhas, sua irmã, no valor de 300\$00 (trezentos mil réis); pagasse o seu montepio no valor de 42\$000 (quarenta e dois mil réis); e por fim empregasse “o conto de reis [1:000\$000 – um conto de reis]” em gados. É provável que esse capital já fosse fruto de investimentos em gados feitos por Epitácio no ano anterior. No mesmo período, este último também implementou a quantia de dinheiro que enviava as duas irmãs na Paraíba – uma espécie de mesada – prática que já fazia desde que assumiu a promotoria do Cabo em Pernambuco em meados da década de 1880. Outro fato importante da relação estabelecida entre Antônio Pessôa e Epitácio residiu na manutenção do montepio pago mensalmente pelo primeiro em nome do segundo. O conjunto de cartas citadas estão disponíveis no IHGP localização: AP: CEP A5G4P1. Sem numeração.

bem como controlando os negócios que se seguiam durante sua permanência na capital pernambucana.

Nesse ponto, me pareceu oportuno imaginar que, no caso analisado, também há uma série de princípios econômicos que inspiram a escrita de diários dessa natureza, entre eles o que indica que “a personalidade vai se formando como um balanço de entradas e gastos.”<sup>263</sup> Leitura que remete diretamente ao manuseio do cabedal material inerente a identificação dos grupos sociais, bem como ao simbolismo que tais bens exercem sob a sociedade mais ampla em que estão inseridos. Na análise sobre as ações direcionadas ao trato da vida material e o seu uso simbólico, é possível perceber certos jogos de trocas entre o universo de mando e seus dependentes, bem como as estratégias individuais e coletivas – no caso específico dos Silva Pessôa – quanto a construção do poder familiar. Trata-se, portanto, de um conjunto de documentos importantes, tidos como uma janela aberta para se perceber o cabedal econômico – aqui entendido enquanto sinônimo de riqueza, bens materiais – dos Silva Pessôa, desenvolvido entre fins do século XIX e início do século XX.<sup>264</sup>

Com tais registros, é possível observar as atividades da família realizadas no campo, o funcionamento de suas fazendas, gados, relações e instrumentos de trabalho; bem como, as expectativas de investimentos, certa diversidade na aplicação do capital e, no caso dos diários que inventariou suas listas de compras, perceber um pouco dos aspectos que envolvem o cotidiano porta à dentro, identificando possíveis comportamentos e gostos pelos utensílios domésticos, a indumentária, os adornos e sinais do convívio familiar. Em um dos registros, por exemplo, lê-se uma descrição das compras de gados realizadas entre fevereiro e agosto de 1898. Vejamos os dados:

---

<sup>263</sup> Cf. Cunha (2009, p. 256). Os cadernos de notas de Antônio da Silva Pessôa usados no presente capítulo constam disponíveis no IHGP, localização AP: DP A5G4PI. Sem numeração.

<sup>264</sup> Tal como sinalizado por Macêdo (2015), uso o termo cabedal como sinônimo de “posses materiais ou recursos financeiros; bens, riquezas, haveres.” Cf. Antônio Houaiss (2001). Importante salientar que nos estudos de família, a composição da vida material sempre ocupou lugar de destaque, sobretudo dentro da história demográfica ao privilegiar a seriação de fontes cartoriais. Nos últimos anos, têm crescido o interesse em estudar a vida material das famílias com base na interpretação dos dados contidos nos testamentos e inventários *post-mortem*. Nesses estudos, há uma aproximação com a chamada cultura material, o cotidiano e a transmissão de bens materiais. No presente estudo, apesar de não dispor de nenhum inventário, a análise dos diários de Antônio Pessôa forneceram pistas significativas sobre os comportamentos econômicos, isto é, uma das facetas que envolvem nossas atitudes diante da vida, bem como a composição do cabedal material. Sobre o conceito de cultura material, conferir o estudo de Daniel Roche (2000, p. 12-17) para quem “o principal argumento da história da civilização material é a relação dos homens com as coisas e os objetos.” Sobre o avanço dos estudos no Brasil que envolvem a produção da vida material – cabedais – pelas famílias, conferir Macêdo (2015, p. 19-20).

Tabela 1

Mês	Dia	Quantidade de rezes/proprietário/vendedor	Preço Total em Mil Réis (Rs)
<b>Fevereiro</b>	3	32 rezes compradas ao Dr. Odilon Maroja	2:816\$000
<b>Abril</b>	5	19 rezes compradas à Cabral	1:710\$000
	7	3 rezes compradas à Bertino	150\$000
	14	3 rezes compradas Matinadas	150\$000
<b>Mai</b>	18	16 rezes compradas à Austridiano	960\$000
	18	3 rezes compradas à Salustiano	180\$000
<b>Junho</b>	21	80 rezes compradas a Maroja	6:400\$000
	26	2 rezes compradas a Francisco	160\$000
<b>Agosto</b>	7	81 rezes compradas a Maroja	6:480\$000
	9	2 rezes compradas a Zeferino	105\$000
	22	67 rezes compradas a José Luiz	3:484\$000

Tabela 01. Negócios de gados em Umbuzeiro – 1898.

Como se pode notar, custando unitariamente entre 80\$000 (oitenta mil réis) e 55\$000 (cinquenta e cinco mil réis), o número de reses adquiridas por Antônio nesses meses foi de 308 cabeças, somando um investimento total de 22:595\$000 (vinte e dois contos, quinhentos e noventa e cinco mil réis) aplicados diretamente na compra dos semoventes. Uma verdadeira fortuna, que indica em que era investido parte do saldo material da família nesse período. Para se ter uma ideia da quantia investida por Antônio Pessôa na compra do gado descrito acima, cerca de 20:000\$000 (vinte contos de réis) era 1/3 (um terço) do valor que nessa época se utilizava para comprar um engenho de porte médio em pleno funcionamento na região, ou de “porteira fechada” como se dizia, ou seja, “com tudo quanto tivesse ali – gado, safra, benfeitorias, resto do mel, etc”.<sup>265</sup> Do total investido, “o dinheiro de Epitácio”, como registrava Antônio Pessôa, era devolvido assim que somava o apurado com a venda do gado, ou era ainda guardado em sua posse para logo ser investido em outra oportunidade de negócio. Além desse, a parte do valor investido que provinha da sua caderneta de poupança mantida na Caixa Econômica em Recife era prontamente repostado quando da apuração com a venda do gado.<sup>266</sup>

#### 2.4.2 A montagem e o funcionamento do empreendimento.

<sup>265</sup> Em suas memórias, o ex-senador Pedro da Cunha Pedrosa registra que em 1898 vendeu seu engenho em Canafístula, no município de Timbaúba-PE – nas proximidades de Umbuzeiro – com tudo que tinha nele pelo valor de 60:000\$000 (sessenta contos de réis) a um vizinho, o proprietário Manuel d’Aréia. Sobre a propriedade, Pedrosa relembra que, embora plantasse cana de açúcar em suas terras – a terra era um tanto seca – intercalava suas atividades com o plantio do algodão e a criação de gado solto para venda. (Cf. Pedrosa, 1963, p. 69).

<sup>266</sup> Ver registros nos “cadernos de nota” dos negócios de gado em Umbuzeiro. Localização: AP: DP – A5G4P1/4. Ver itens sob o título de negócios com Epitácio.

Grosso modo, os registros apontam que o gado era geralmente comprado para engorda e venda, deixando considerável margem de lucros para o proprietário. Como exemplo, no balanço que fez dos negócios de gado em Umbuzeiro em 1899, Antônio Pessôa registrou a venda de 106 reses entre abril e junho daquele ano, o que lhe rendeu uma receita bruta de 16:511\$000 (dezesesseis contos, quinhentos e onze mil de réis). A soma “apurada” revela que, adquiridas por 80\$000 (oitenta mil réis), a cabeça era vendida por 150\$000 (cento e cinquenta mil réis) em média após a engorda. O cálculo indica que o negócio lhe rendia um lucro na casa dos 80% (oitenta por cento) sobre o valor investido em cada cabeça de gado após retirar as despesas, dados que se confirmam em várias das suas anotações, pelas quais, o boi era vendido em média por 150\$000 ou 140\$000 mil réis, como nos registros do apurado do gado de 1899 e 1900.

Contudo, não é difícil imaginar que esses valores variavam de acordo com as flutuações do mercado e/ou mesmo com as mudanças do clima, inconstante na região. Deve-se lembrar que, no processo de engorda, dependia-se das chuvas para a manutenção do pasto e dos reservatórios de água, elementos indispensáveis ao sucesso do empreendimento. Além disso, outras despesas que incluíam o trato com o gado, o transporte e as comissões com a venda também interferiam no lucro final. A prova disso aparece nas anotações de 1901 que apontam a comercialização de 508 cabeças de gado. Naquele ano, suas despesas e investimentos – que incluíam compra de reses, transporte e comissões – somaram 41:252\$000 (quarenta e um conto, duzentos e cinquenta e dois mil réis). A receita foi de 61:596\$000 (sessenta e um contos, quinhentos e noventa e seis mil réis), o que lhe deu um lucro de 20:344\$000 (vinte contos, trezentos e quarenta e quatro mil réis). Em média, a margem de lucros em uma transação como essa era cerca de 40% sobre o valor investido. Neste caso, é provável que a redução dos lucros tenha derivado da “irregularidade do inverno” entre 1899 e 1901, que teria deixado o gado em más condições para a venda destinada ao corte.<sup>267</sup> Em períodos como esse, Antônio Pessôa podia transferir o seu gado de uma fazenda a outra – Umbuzeiro à Barra e vice-versa – para aproveitar as pastagens, beneficiando-se das diferenças climáticas.

No exemplo acima, os dados também indicam que a atividade com o gado exigia outros investimentos que não passavam despercebidos dos registros de Antônio Pessôa. Assim, em

---

<sup>267</sup> Almeida (1980, p. 222), registra “as sensíveis perdas [na agricultura e pecuária do Estado] em consequência da irregularidade do inverno” entre os anos de 1899 e 1901. Naquele tempo, períodos de estiagem intercalaram com as chuvas torrenciais de 1900. É provável que nesse espaço de tempo tenha havido os famosos “repiquetes”, isto é, pequenas manifestações de secas que não tomavam proporções alarmantes como foi a terrível seca de 1877.

paralelo com as anotações das compras, listava-se os investimentos necessários ao trato e acomodação do gado em Umbuzeiro. Itens como “a conservação de cercas” e a “restauração de açudes” são listados como indispensáveis ao negócio, o que aumentava o volume dos investimentos logo nos primeiros meses do ano, entre janeiro e fevereiro. O item “restauração de açudes”, por exemplo, traduz a preocupação já detectada com a necessidade de prover a propriedade com reservatórios comunais, indispensáveis à estocagem da água nos períodos de chuvas abundantes para ser utilizada em épocas de seca. Tratava-se de uma benfeitoria valiosa – a propriedade em Umbuzeiro possuía dois açudes –, capaz de aumentar o valor da propriedade e proteger o rebanho dos efeitos das secas.<sup>268</sup> Para se ter uma ideia da importância de empreendimentos dessa natureza, em 1913, Antônio Pessôa encaminhou pedido a Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS – para construção do açude “Bom Nome” em sua propriedade no Umbuzeiro. Segundo a justificativa do projeto, com esse açude as produções da localidade seriam “sensivelmente aumentadas, quer em quantidade, quer em qualidade”, especialmente “a criação de gado, já explorada, com vantagem, na propriedade ‘Umbuzeiro’”.<sup>269</sup>

No geral, os itens acima revelam os cuidados do proprietário com benfeitorias (conservação/construção de açudes, cercas, currais) úteis e necessárias à preparação da terra que receberia o gado para engorda nos meses seguintes. Além das benfeitorias, o gasto com as comissões para os que negociavam e/ou intervinham favoravelmente na compra e/ou na venda do gado figuravam como despesa inevitável, meticulosamente somada por Antônio. As comissões geralmente poderiam ocorrer em dois momentos, quais sejam, o da compra do gado para a engorda e o da venda após a engorda. A título de exemplo, em 1899, essas despesas foram registradas da seguinte forma:

**Tabela 2**

Mês	Itens/Despesas	Valor em Mil Réis.
<b>Janeiro</b>	Conservação de cercas	114\$000
<b>Fevereiro</b>	Restauração de açudes	206\$000
	Despesas e Comissões	860\$000

**Tabela 02.** Despesas com os Negócios de gados em Umbuzeiro – 1899.

<sup>268</sup> Conta Gomes (1995, p. 19) que em 1908 “era de 108 o número de casas em Umbuzeiro”, existindo “dois açudes em Umbuzeiro do Cel. Antônio Pessôa e um do Major Salustiano Cavalcanti Correia de Melo.”

<sup>269</sup> Conferir *Correio da Manhã*, Jornal, Rio de Janeiro, 3 de março de 1913. O projeto foi aprovado na referida inspetoria no valor de 40:536\$100 (quarenta contos, quinhentos e trinta e seis mil e cem reis). Cf. *Correio da Manhã*, Jornal, Rio de Janeiro, 17 de março de 1913.

Diante do que registrou o proprietário/comerciante, as comissões eram parte considerável dos gastos. Contudo, quando juntas, essas despesas somavam aproximadamente 1:180\$000 (um conto, cento e oitenta mil réis) que eram subtraídos ao final na soma dos apurados. Para a conservação e/ou criação de novas cercas, o arame farpado era um item presente de forma regular. Em setembro de 1900, Antônio Pessôa gastou a quantia de 1:448\$000 (um conto, quatrocentos e quarenta e oito mil réis) com a compra de 50 rolos.<sup>270</sup> O arame, grosso modo, além de figurar como um item de proteção à propriedade privada com a demarcação das terras, também servia para dividi-las, identificando os cercados (cercas) e currais, onde o gado seria solto para a engorda com a pastagem natural da terra e aquelas áreas destinadas ao plantio de outras culturas, como era o caso da cana de açúcar e do algodão.

#### 2.4.3 A divisão da propriedade e o seu valor simbólico/monetário: o cultivo do algodão e a criação do gado.

A propósito das atividades agrícolas desenvolvidos por Antônio Pessôa, os registros apontam a compra de algodão para plantio e para descarregar em maquinismos existentes na propriedade. Em 1902, por exemplo, o item ocupou lugar em suas anotações. Entre janeiro e março daquele ano, o seu investimento em algodão chegou à 10:164\$000 (dez contos, cento e sessenta e quatro mil réis). Há ainda registros das atividades com o algodão de 1903 em diante, levando a crer que o algodão produzido na propriedade fosse comercializado em Itabaiana, que, na mesma época, recebia constantemente tropas de animais “trazendo fardos de lã, dos descarregadores das fazendas, não só do município, como também dos vizinhos”.<sup>271</sup>

Equipada com uma descaroadadeira, a propriedade era certamente procurada por pequenos proprietários das redondezas interessados na rapidez trazida pelo maquinismo para o aumento de suas produções. Era comum, na região, que a propriedade rural concentrasse as duas atividades: agricultura e pecuária. Sobre isso, Pedro da Cunha Pedrosa, proprietário da Fazenda Canafístula (engenho, pois contava com uma pequena fábrica de açúcar movida a animais), relembra com detalhes o funcionamento do seu empreendimento, que em muito se assemelhava ao de Antônio Pessoa em Umbuzeiro na mesma época. A Fazenda Canafístula ficava situada ao norte da cidade de Timbaúba, nas proximidades de Barra de Natuba – dada a

---

<sup>270</sup> Conferir despesas com a compra de Gado novo em setembro de 1900. Ver registros nos “cadernos de nota” dos negócios de gado em Umbuzeiro. Localização: AP: DP – A5G4P1/4.

<sup>271</sup> Ver em Maia (2015, p. 136), os registros sobre o ciclo econômico de Itabaiana – carroças de boi e comerciantes antigos.

extensão das terras, provavelmente Pedrosa e Antônio eram vizinhos – e pertenceu a Manuel Xavier de Andrade Vasconcelos, sogro do narrador. Pedrosa tomou posse da fazenda em 1892, momento em que deu princípio à vida agrícola.

Para tocar o negócio, narrou Pedrosa: “tomei de empréstimo ao meu parente Manuel Sebastião, dono e diretor do Colégio Onze de Agosto”, a quantia de “4:000\$00 a juros de 7% ao ano e com esse dinheiro encetei a compra de gado de refazer, negócio bom de ser também explorado em nossa propriedade”. Para isso “dividi os terrenos em duas partes: uma cercada com arame farpado para fazer a engorda do gado de criação e de solta; a outra parte, mais apropriada à plantação, para formar os partidos de cana e de outras lavouras”. É bem verdade que a propriedade “prestava-se antes ao plantio do algodão e à criação do que para cana de açúcar, por ser um tanto seca”. Apesar disso, por encontrar certa estrutura para o fabrico do açúcar seguiu com “ela intercalando-a com o negócio do gado e descaroçamento de algodão”.<sup>272</sup>

Descrito nestes termos, o relato revela, de um lado, que os negócios com o gado naquela região mostravam-se como um tipo de investimento que parecia valer o risco. Para se ter uma ideia, o juro de 7% (sete por cento) – pago por Pedrosa na obtenção do empréstimo para montagem do seu empreendimento –, foi o mesmo cobrado em 1875 à “Conde D’eu Railway Company Limited” para que pudesse instalar a linha ferroviária na Província da Parahyba do Norte.<sup>273</sup> Um juro altíssimo, cobrado mediante um intenso jogo de interesses em torno das chamadas concessões ferroviárias, objeto de barganha nas mãos de personagens poderosos da política paraibana no período, atentos à garantia de juros e lucros adicionais ao capital investido.

Visto por este ângulo, talvez tenha sido esse o motivo – o pagamento de juros altos – que levou Epitácio a aconselhar Antônio Pessôa a não obter empréstimos para o prosseguimento do negócio de gado em 1900, justificando assim o interesse de assegurar o sucesso do empreendimento. Por outro lado, o testemunho sugere imaginar que a obtenção de empréstimos para equipar a estrutura da fazenda e a própria compra de gado era um risco que poderia valer a pena. Neste caso, compensada quando, passado algum tempo, o negócio “ia em bom pé”.

---

<sup>272</sup> Cf. Pedrosa (1963, p. 68).

<sup>273</sup> Aranha (2006, p. 132-133), quando analisou os interesses que envolveram as concessões ferroviárias no Norte do País entre o Império e a República, informa que em 1871, o governo imperial assinou o Decreto Nº 4838 de 15 de dezembro, concedendo ao conselheiro Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, ao Bacharel Anízio Salatiel Carneiro da Cunha e o Engenheiro André Rebouças a autorização “para organizarem, dentro ou fora do Império uma companhia, destinada a construir, usar e gozar de uma estrada de ferro econômica do Porto da Parahyba do Norte à Alagoa Grande, com ramificações para Vila do Ingá e Independência”. Em 1875, após a promulgação do Decreto nº 5974 de 4 de agosto daquele ano, essa concessão foi transferida a Companhia Inglesa – à Conde D’eu Railway Company Limited – recém organizada em Londres. O decreto, que apresentava várias alterações da proposta inicial, assegurava aos primeiros concessionários “a garantia de juros de 7% sobre o capital adicional de 1.000 contos para as obras da estrada de ferro na Paraíba, quantia que veio a se somar aos 5.000 contos assegurados em lei anterior.”



Apesar do lucro garantido, Pedrosa não passou muito tempo com a fazenda, achando por bem vendê-la em 1898, mesmo após verificar que o seu empreendimento já estava em “melhores condições, moente e corrente, com uma nova casa de residência, espaçosa e bem construída, com o negócio de gado em bom pé”.<sup>274</sup>

#### 2.4.4 A relação com a praça de Itabaiana: a feira de gado e o reconhecimento do capital político de Antônio Pessôa.

Os gastos com o transporte do gado revelam outros detalhes dos negócios de Antônio com o gado, mais precisamente sobre como e onde eles eram realizados. A princípio, os registros da compra e venda do gado de Antônio Pessôa indicam que eram realizados na praça de Recife, principal abatedouro da carne bovina dos comerciantes paraibanos. Os pagamentos dos direitos de exportação recolhidos na recebedoria de rendas de Umbuzeiro comprovam o argumento. Com datas limites entre 1905 e 1906, os recibos apontam que Antônio Pessôa pagava em média 3\$000 (três mil reis) por cabeça de gado que transportava para Pernambuco, mais um adicional de 20% sobre o valor total pago. Contudo, tais dados oficializam a exportação de pequenas boiadas, variando entre 20 e 35 cabeças, certamente transportadas diretamente para a capital pernambucana e/ou para cidades próximas, a exemplo de Limoeiro.<sup>275</sup>

Por outro lado, tudo leva a crer que o gado de Antônio era comercializado na praça de Campina Grande e, sobretudo, na feira de Itabaiana – cidades que contemplavam as duas maiores feiras de gado da Paraíba no século XIX. Essas feiras abrangiam o comércio de toda Borborema, além do que ocorria no trânsito entre o sertão, o litoral e a praça de Recife – principal ponto de venda – para onde o gado era levado e abatido. Eram, portanto, duas cidades importantes no fortalecimento do que os jornais da época chamavam de “Indústria Pastoril da Parahyba.”<sup>276</sup> A feira de Itabaiana, por exemplo, entre as décadas de 1870 e 1900, atraiu “aos

---

<sup>274</sup> Pedrosa, (1963, p. 69).

<sup>275</sup> Conferir recibos da recebedoria de rendas do Estado da Parahyba em 1905. AP: DP – A5G4P1/4.

<sup>276</sup> Em 1890, o jornal *Gazeta do Sertão* publicou matéria de primeira página sobre a “Indústria Pastoril” e informavam que “dois terços pelo menos do território parahybano são exclusivamente destinados à grande criação de gados, vacum, cavalariço, cabrum e lanígero: embora seja este estado um dos de menores dimensões do Brasil, a sua indústria pastoril é relativamente superior à dos demais estados desta parte septentrional da república.” Segundo a matéria, “dois argumentos provam à toda evidencia a grande produção de gado vacum do estado da Paraíba. 1º Os diversos impostos lançados sobre a criação, desde o dízimo de bezerros até o de exportação, elevam-se a quantia muito superior aos produtos de qualquer outra indústria, mesmo a agrícola. 2º A maior feira de gado para açougue do norte da república é a que se faz semanalmente nesta cidade [Campina Grande] e em Itabayanna.” Cf. *Gazeta do Sertão*, Jornal, Campina Grande, 14 de março de 1890. Ver ainda, sobre a indústria de gados na Paraíba, *Gazeta do Sertão*, Jornal, Campina Grande, 8 de fevereiro de 1889.

seus currais milhares de reses, havendo delas mais de duas mil cabeças de gado, lotando o circo e os currais”.<sup>277</sup> As transações comerciais com o “Dr. Odilon Maroja” – como registrado em seus diários – são evidências consistentes de que o gado de Antônio Pessôa seguia com frequência as margens do Rio Paraíba, pela estrada que ligava Umbuzeiro a Itabaiana. Importa lembrar, que em 1898 Antônio Pessôa chegou a negociar mais de 190 reses com Odilon Maroja, o seu maior fornecedor de gado naquele ano.<sup>278</sup>

2.4.4.1 O prestígio como elemento de distinção: o *simbolismo do poder* e as relações de mando na Parahyba do Norte.

As relações comerciais estabelecidas com Odilon Maroja iluminam ainda outros aspectos importantes da trajetória de Antônio Pessôa. Como asseverou um cronista local, o *doutor Odilon* foi um rico proprietário que se tornou chefe político na região e cujas terras estendiam-se na fronteira entre os Estados de Pernambuco e Paraíba, com as propriedades Salgado, Alagamar, Campos, Amazonas e São José, estas duas últimas situadas em terras pernambucanas. Em suas fazendas, plantava-se o algodão e se praticava a criação de gado vacum. Na época, o proprietário da cidade de Itabaiana fazia melhoramentos genéticos em búfalos e outras raças, a exemplo da famosa vaca leiteira “Hollandeza”. Na sua fazenda, localizada no povoado de Salgado de São Felix, chamada Fazenda Modelo – situada a poucos quilômetros de Itabaiana, na margem direita do Rio Paraíba, – concentrava várias espécies bovinas, incluindo o “Caracu”, primeiro boi trazido para o Brasil, de origem portuguesa, bom de carne, de trabalho e de leite. Desse modo, as atividades agrícolas e o comércio com o gado fizeram com que o doutor Odilon ficasse (re)conhecido por toda a região.<sup>279</sup>

Outro registro acerca do reconhecimento do prestígio de Odilon Maroja foi feito em 1933 por José Lins do Rego, mais precisamente no romance-memorialista *Doidinho*, que compõe a primeira fase do “ciclo do açúcar”, tratando da decadência da sociedade patriarcal, em um contexto de transição entre o engenho e a usina. Trata-se de uma obra largamente

---

<sup>277</sup> Sobre a organização da Feira de Gado em Itabaiana a partir de 1864 ver Maia (2015, p. 148). Irineu Joffily, que circulou pela Borborema reunindo dados para publicação de sua *Notas sobre a Parahyba*, registrou a movimentação em torno da “feira de gado” situada “às margens do Rio Parahyba, onde” era “feita atualmente na cidade de Itabayanna, nas terças-feiras de cada semana”. Cf. Joffily (1892, p. 144/145).

<sup>278</sup> Além dos exemplos usados no capítulo, a relação de compra de gados com o Dr. Odilon repete-se em várias anotações de Antônio Pessôa em 1901 e 1902. Cf. Cadernos de notas de Antônio Pessôa, disponíveis no IHGP, localização AP: DP A5G4PI. Sem numeração.

<sup>279</sup> Vide descrição de Mário Melo (2009, p. 12-13) sobre visita feita à Fazenda Modelo do Dr. Odilon Maroja no início do Séc. XX. De acordo com Maia (2015, p. 97), Odilon Maroja foi o quinto líder político de Itabaiana na Primeira República após a sua constituição em município no ano de 1890.

amparada nas memórias do próprio autor, que aparece na trama na figura do menino Carlos de Melo, o Doidinho, cuja infância foi vivida na região do atual agreste paraibano, entre Pilar, Ingá e Itabaiana.<sup>280</sup> No romance, o coronel José Paulino (Zé Paulino) – avô de Carlos de Melo – aparece como símbolo da tradição patriarcal cuja família fora construída “a fim de perpetuar seu nome e sua tradição e é referido como um autêntico coronel”.<sup>281</sup> Proprietário de nove engenhos na região, o Coronel José Paulino era ainda conhecido pelos negócios de gado que realizava na feira de Itabaiana e/ou em sua propriedade nas proximidades de Pilar. Com isso, a “fama do velho Zé Paulino corria mundo”, extrapolando o âmbito privado. Um prestígio que, como imaginava o menino Carlos de Melo, poderia ser transferido aos parentes colaterais diretos, de primeiro e segundo graus, como filhos e netos, cujas identidades eram reconhecidas a partir da tradição e da riqueza de seus parentes.<sup>282</sup>

#### 2.4.4.2 A praça como palco: o espetáculo dos encontros e reencontros.

Na trama criada pelo autor paraibano, o Dr. Odilon figura como um dos amigos do Coronel Zé Paulino. O registro dessa relação foi feito em uma passagem memorável, ocorrida durante o tão esperado reencontro de Carlos de Melo com o avô em Itabaiana. Naquele dia, após passear pelas ruas da cidade, recordava o menino, “fomos almoçar no hotel” cheio de gente

---

<sup>280</sup> O romance em questão foi ambientado na Itabaiana do início do século passado, no contexto em que havia ali um intenso comércio de gado, algodão e outros itens advindos das fazendas da região, fazendo com que a cidade ficasse conhecida pelo dinheiro que circulava em dias de feira. No registro de certo memorialista, naquele contexto, reunião de fazendeiros movimentava a cidade, ruas cheias nas proximidades da feira na Rua Grande, lotando as barbearias, hotéis, bares, casas de jogos. Conferir Maia (2015, p. 153). Relato parecido com o registrado nas memórias do menino Carlos de Melo ao narrar que “era uma coisa grandiosa a feira de Itabaiana” onde “nunca vira tanto povo junto, num rebuliço de festa, nessa confusão, nesse bate-boca dos que vendem e trocam”. Rego (1956, p. 26).

<sup>281</sup> Conferir Fortunato (2008, p. 172).

<sup>282</sup> O argumento ficou registrado na descrição do memorialista sobre uma das visitas do coronel Zé Paulino ao internato para encontrar com o neto. Essa visita ocorreu quando havia passado pouco mais de 30 dias em que o menino Carlos de Melo se internou no Colégio – Instituto Nossa Senhora do Carmo – e foi motivada por uma carta enviada ao coronel Zé Paulino a pedido do neto e escrita pelo amigo Coruja, contando dos castigos que sofria no internato. Naquela ocasião, decorrida a longa conversa entre o coronel e o diretor do internato, o Sr. Maciel, Carlos de Melo ouviu o que tanto esperava desde que havia chegado no internato: “quero que o menino saia comigo hoje”. Nesse momento, recordava: “abriu-se para mim, de repente, um céu. A história da carta pouco me preocupava, só pensando na saída”. O velho Zé Paulino “vinha com o seu chapéu do Chile de abas largas, o seu correntão de ouro e o seu paletó preto todo em grande gala”. Estava o menino de alma lavada. Como imaginava há dias: “os meninos veriam quando eu saísse com ele”. Aquele era o seu troféu de batalha, ser reconhecido como um herdeiro da linhagem direta de Zé Paulino, um dos homens mais ricos da região. O relato pode ainda ser indiciário do universo de dependentes a que dispunha personagens como Zé Paulo. De acordo com o relato de Doidinho, naquela mesma visita, “pela primeira vez estava vendo a cidade, a rua do Comércio, cheia de gente na feira, o jardimzinho da praça da estação e o hotel que ficava junto do mercado. De vez em quando meu avô parava para conversar”. Era um vendedor de açúcar que lhe pagava em dinheiro a mercadoria comprada puxando do “bolso uma porção de notas em maço”. Outro era um morador do Engenho Santa Rosa que indagava sobre a venda de gado, sobre a vinda das rezes do sertão e que eram comercializadas na praça de Itabaiana. Rego (2012, p. 26/27)

e “o meu avô sentou-se numa mesa onde já havia muitos outros. Falava-se de negócios, do preço do gado e do algodão. Quase todos conheciam o velho Zé Paulino”. À tarde, “quando o fui deixar no trem, na estação, era com orgulho que via os homens todos tirando o chapéu para ele”. Foi quando apareceu “o Dr. Odilon, o mais rico daquelas redondezas”, portando “um anel de pedra enorme no dedo, chegando-se respeitoso para lhe saber da saúde, muito alegre”.<sup>283</sup> À primeira vista, não é difícil imaginar o sentimento de orgulho que encheu os olhos do menino Carlos de Melo, ao ver o prestígio do Coronel Zé Paulino ser endossado publicamente pelos laços de solidariedade que estabelecia com o homem mais rico da região, o Dr. Odilon Maroja. Encontros como esse, encenados publicamente, eram autênticas *chances de prestígios* em que a honra e o *status* eram tidos como sinônimos de diferenciação dos grupos sociais.

Associando eventos e representações, a trama criada por José Lins do Rego apresenta indícios de como a legitimação do poder daqueles personagens era produzida mediante gestos encenados frente a uma estrutura social dependente. Sobre isso, cabe lembrar que o cenário do encontro, a estação de trem de Itabaiana, era por si só um local afeito às encenações e ao espetáculo, o “lugar mais atraente da cidade”, onde “as famílias se comunicavam, os comerciantes transacionavam, os jovens namoravam, os políticos se entendiam.”<sup>284</sup> Entre 1912 e 1916, como veremos, encontros como esse ocorriam com frequência entre as lideranças políticas de Itabaiana e os Pessôa, sobretudo entre Odilon Marjoa e Antônio Pessôa. Lidos em conjunto, os relatos reafirmam o argumento de que em toda sociedade complexa “existe uma elite governante e um conjunto de formas simbólicas que expressam o fato de que ela realmente governa”.<sup>285</sup>

No caso da sociedade analisada no presente trabalho, isto é, a Paraíba enquanto parte integrante do Brasil de fins do Império e início da República, Maria Izaura de Queiroz afirma que o poder do coronel, embora também resultasse na sua posição econômica, apoiava-se no alcance do seu carisma em meio à estrutura social dependente. Para a autora, “uma liderança econômica e uma liderança de parentela assumia antes de tudo um aspecto nitidamente carismático [...] o chefe por excelência era aquele que apresentasse as qualidades indispensáveis [...]” ou seja, “aquela inexplicável qualidade que despertava a adesão afetiva e entusiástica dos

---

<sup>283</sup> *Idem*, p. 28.

<sup>284</sup> O espetáculo, vale dizer, era primeiramente encenado pela própria locomotiva que comandava uma cena à parte, apitando e locomovendo-se em vaís e vens sobre os trilhos, trazendo consigo as novidades advindas das paragens mais adiantadas. Ver sobre isso as hipóteses de Aranha (2010, p. 137-8) para quem as estações de trem nas cidades do Norte como espaços de intensas movimentação, leia-se sociabilidades, e espaços de convergências de interesses diversos. A estação de Itabaiana, no dizer de Maia (2015, p. 163), era um lugar de intensas sociabilidades.

<sup>285</sup> Vide leitura de Geertz (2014, p. 128) sobre a natureza do poder carismático.

homens, levando-os espontaneamente à obediência”.<sup>286</sup> Isto é, o poder do coronel, para ser legítimo também dependia do aperfeiçoamento de uma espécie de *política afetiva*.<sup>287</sup>

#### 2.4.4.3 A rede de amigos de Antônio Pessôa.

Cotejando o relato literário com os documentos pessoais de Antônio Pessôa, é possível afirmar que existia na região – envolvendo os municípios de Itabaiana, Ingá, Pilar, Umbuzeiro e algumas cidades pernambucanas, a exemplo de Macaparana, Bom Jardim e Limoeiro – uma extensa rede de proprietários rurais que estavam interligados pela natureza das atividades que executavam em suas terras – agrícolas e/ou pecuárias. A sua amplitude, além de revelar posições assumidas no interior da elite potentada, indica um aspecto relevante da configuração política daquela época, posto que demonstra a existência de um número de dependentes diretos – correligionários – essencial à composição do *capital político*, medido pela capacidade de arregimentar um bom número de votos.<sup>288</sup> Na rede de Antônio Pessôa, além de Odilon Maroja – personagem fundamental no apoio político disposto ao político de Umbuzeiro ao longo da década de 1910 – aparecem outros nomes que, a exemplo de Miné, provavelmente Manoel Francisco da Silva, conhecido proprietário e negociante de gado em Itabaiana que residia no

---

<sup>286</sup> Queiroz (1977, p. 177-178).

<sup>287</sup> Haroche (1998, p. 52), analisa os dispositivos que o poder político no Antigo Regime usava para se fazer amar por seus governados e destaca as “figuras da afetividade coletiva, as formas de sensibilidade política que exigem o controle de si” e que compõe uma política afetiva, pautada “nos rituais dos corpos, das posturas, dos olhares e expressões”.

<sup>288</sup> Em sua análise sobre a relação entre política e parentela, Lewin (1993, p. 22-23) recorre a dois conceitos fundamentais - ambos relacionados ao que intitula "escalão de liderança" -, sendo eles: o de "grupo de base familiar" e o de "rede de base familiar". Trata-se, no primeiro caso, de um grupo de parentesco cujo "escalão de liderança" fica adstrito ao âmbito estadual. Uma de suas características básicas é ser composto pelos "parentes mais próximos de seu chefe político: seus irmãos, os maridos de suas irmãs, os irmãos de sua mulher, seu pai, seus tios e seus sobrinhos", isto para não falar dos "amigos políticos, desde cedo muito leais ao líder, o que lhes conferia um status de quase parente". Ademais, mesmo adstrito ao nível estadual, tal "escalão de liderança" se vale de vários "grupos de base familiar", aos quais está ligado por parentesco ou "amizade" política. A "rede base familiar", por sua vez, forma uma unidade mais complexa" que o grupo, pois está assentado em um "escalão de liderança" que extrapola o nível estadual, "estendendo-se por vários níveis de governo", revelando-se, por isso mesmo, "ilimitadas". É que essas redes ligavam os "níveis local, estadual e federal de governo num campo social comum." Segundo a autora, “o grupo de base familiar de Eptácio Pessôa controlava o município de Umbuzeiro.” No caso de Antônio Pessôa, a sua documentação pessoal dá sinais significativos do que, traduzindo os conceitos trabalhados pela autora, compunha a sua “rede de base familiar”, isto é, uma complexa rede de parentes e amigos espalhados em várias cidades dos estados da Paraíba e Pernambuco. Considero interessante perceber, na presente análise, que os mecanismos de construção dessa rede variavam para além das reuniões de parentela. Os aspectos simbólicos que envolviam os aspectos carismáticos do poder, bem como o simbolismo dos gestos e o status eram mecanismos que facilitavam a reunião de lideranças compondo uma rede complexa de relações.

povoado de Serra Velha.<sup>289</sup> Este último manteve forte relação comercial com Antônio, como comprador ou mediador da compra ou venda de gado entre os anos de 1900 e 1906.<sup>290</sup>

## 2.5 O CAPITAL MATERIAL DE ANTÔNIO PESSÔA.

Como demonstrado, apesar de exercer outras atividades, o negócio com o gado de Antônio Pessôa era uma prática verdadeiramente rentável, não apenas na composição da sua vida material, mas também na configuração de um ciclo de amizades com homens poderoso da região, essencial para elaboração do seu *capital político*. No plano da composição da vida material, para se ter uma ideia do que representava essa fonte de renda dentro da soma total dos seus lucros e recebimentos mensais, basta lembrar que o valor dos ordenados que recebia enquanto funcionário público variava entre 412\$000 (quatrocentos e doze mil réis) e 512\$000 (quinhentos e doze mil réis), conforme registrou entre abril e maio de 1904.<sup>291</sup> Em média, esse valor era inferior ao que Antônio conseguia lucrar com a venda de apenas 10 cabeças de gado no mesmo período. Certamente era dessa percepção que resultava o seu zelo com a contabilidade dos bens semoventes e dos negócios em Umbuzeiro. Em pouco tempo à frente do empreendimento, Antônio Pessôa fortaleceu o patrimônio da família e foi criando a sua própria base material.

Para se ter uma ideia do capital material que passou a controlar a partir de 1900, os dados do balanço pessoal realizado em 31 de dezembro de 1903 revelam que possuía:

**Tabela 3**

<b>Natureza/fonte/origem</b>	<b>Valor em contos de réis.</b>
Em dinheiro	107:814\$000
No Banco do Recife	39:505\$000
Na Caixa Econômica	35:813\$000
Em poder de Ulices	21:800\$000
Em apólices	15:000\$000
Em gados	29:495\$000

<sup>289</sup> Na década de 1910, não foram poucas as vezes que o Dr. Odilon recebeu o honrado amigo Antônio Pessôa em seu palacete construído no povoado de Salgado. Entre 1915 e 1916 – período em que o epitacismo tomava uma posição de frente na chefia política da Paraíba –, enquanto o primeiro assumia a chefia política de Itabaiana e o segundo a Presidência do Estado, os jornais registraram as festas que envolviam a recepção ao então ilustre Cel. Antônio Pessôa. Ver sobre isso, matérias circuladas na *A União*, em 26 e 27 de julho de 1916. In. *A União*, Jornal, Parahyba, julho de 1916.

<sup>290</sup> Ver notas de recebimentos e negócios com Miné. Ver registros nos “cadernos de nota” dos negócios de gado em Umbuzeiro. Localização: AP: DP – A5G4P1/4.

<sup>291</sup> Conferir registros de recebimentos e apurados em “cadernos de nota” dos negócios de gado em Umbuzeiro. Localização: AP: DP – A5G4P1/4.

Em dívidas	5:097\$000
Dividas de Zeferino	4:007\$000
<i>Idem</i> Yôyô	2:481\$000
Total	261:072\$000

**Tabela 03.** Balanço de capital em 31 de dezembro de 1903.

Uma verdadeira fortuna em apólices públicas, bens semoventes, comercializáveis e guardado em cadernetas de poupança. Essa soma não incluía os bens que acumulava em terras, benfeitorias, dentre outros em Umbuzeiro e Barra de Natuba. Embora não haja evidências concretas, acredito que foi nesse contexto – haja vista os sinais de maior poder aquisitivo – que Antônio Pessôa adquiriu a parte dos irmãos na propriedade de Umbuzeiro, passando a ser o único proprietário da Fazenda Prosperidade e da Fazenda Barra.<sup>292</sup> Acompanhando esses registros desde as anotações das primeiras movimentações com o gado na década de 1890, os dados revelam duas características de Antônio no trato com o seu capital material: a de investidor, atento aos efeitos lucrativos dos negócios com o gado, com a compra de bens patrimoniais fixos e ações; e a de poupador, afeito à prática de guardar capital em caderneta de poupança.

### 2.5.1 O investimento em capital de bens fixos.

<sup>292</sup> Sem fornecer maiores detalhes, Lewin (1993, p. 149) afirma que Antônio Pessôa aumentou o seu patrimônio material “através da compra de bens do co-herdeiros e irmãos”. Segundo a autora, “Epitácio e o seu irmão mais velho, José da Silva Pessôa, venderam a Antônio [da Silva Pessôa] as suas partes na herança porque as suas carreiras os levaram a estabelecer-se permanentemente no Rio de Janeiro.” Neste ponto, há de se fazer uma observação nas informações apresentadas pela autora sobre a posse da fazenda Prosperidade pelos filhos de Antônio ao longo das décadas de 1920 em diante. Para Lewin, tal como havia feito o pai com os seus irmãos, “Carlos Pessôa Filho, o filho mais velho de Antônio – que, em 1978, ainda vivia na Fazenda Prosperidade –, fez o mesmo que seu pai em relação aos vários de seus onze irmãos [isto é, comprou suas partes na herança deixada por Antônio da Silva Pessôa].” Como aponta a autora, é certo que Carlos Pessôa tenha comprado a parte de bens dos irmãos da Fazenda Prosperidade, embora haja nesta afirmativa dois equívocos. Primeiro, o Carlos Pessôa a que se refere – Carlos da Silva Pessôa – faleceu no Rio de Janeiro em 1949, conforme registrou Antônio da Silva Pessôa Filho – seu irmão – em carta encaminhada ao IHGP e datada de 24 de janeiro de 1958. Desse modo, a autora confundiu Carlos da Silva Pessôa – filho de Antônio Pessôa – com Carlos Pessôa Filho, filho do primeiro com D. Marina Ferraz Pessôa e neto do segundo, que herdou a Fazenda Prosperidade após a morte do pai em 1949. Carlos Pessôa Filho era, portanto, o morador da Fazenda na década de 1970 e não o seu pai. Carlos da Silva Pessôa teve ainda outro filho, chamado Gilberto, nascido em 1º de janeiro de 1925 e faleceu ainda moço no Rio de Janeiro em 1964. Desse modo, após a morte de Carlos Pessôa Filho ocorrida em 2001, seus filhos e netos passaram à condição de herdeiros da Fazenda, habitando nela até os nossos dias. A segunda questão a se observar na afirmativa de Lewin é que a autora se refere à Carlos Pessôa como o filho mais velho de Antônio, quando na verdade o seu progenitor chamou-se José da Silva Pessôa, nascido na capital do Estado da Paraíba em 6 de agosto de 1891, conforme registrou o seu pai, Antônio Pessôa (1894, p. 41) Ver sobre a tradicional fazenda da família Pessôa, relato de Celso Mariz In. *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 25 de janeiro de 1916. Conferir sobre a morte dos cinco filhos de Antônio entre as décadas de 1930 e 1950, *Diário da Borborema*, Jornal, Campina Grande, 17 de março de 1963. Conferir ainda no arquivo de biografias do autor, cartaz/convite de Missa de 30º dia do falecimento de Carlos da Silva Pessôa em 22/03/1949. Ver ainda convite missa de 30º dia em memória de Carlos Pessôa Filho em 2002.

Como um poupador/investidor, Antônio mostrou-se preocupado com as variáveis apresentadas no negócio de gado, procurando investir o seu capital em apólices e em cadernetas de poupança. Em 1910, por exemplo, ele mantinha uma caderneta em seu nome, outra em nome da sua esposa e mais uma em nome de cada filho. Juntas, as cadernetas de poupança rendiam a Antônio Pessôa uma boa soma em dinheiro, resultante de juros que eram, por vezes, resgatados para pagamento de despesas da própria família, a exemplo do estudo dos filhos ou do pagamento de despesas extras como o envio de correspondências e o uso do telégrafo.<sup>293</sup> Cabe notar que a praça de Recife tornou-se um ponto sólido para os investimentos de Antônio Pessôa a partir da década de 1890. Em 1899, por exemplo, ele adquiriu uma casa de residência na capital pernambucana, situada na Rua da Intendência, nº 83, no valor de 16:000\$000 (dezesesseis contos de réis). Nesse mesmo ano, Antônio passou a abrigar nessa casa o sobrinho João Pessôa – filho da sua irmã Maria – que havia ingressado, por influência do tio Epitácio, na Faculdade de Direito do Recife.<sup>294</sup> De maneira parecida com o que fizera Epitácio no Rio de Janeiro, ao investir capital na compra de uma casa, bem como a aplicação em apólices públicas, pode indicar a sua estratégia de transferir seus investimentos para atividades de menor risco.

## 2.6 OS ITENS DA VIDA MODERNA NO INTERIOR DO LAR: SINAIS DA COMPOSIÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA DE ANTÔNIO PESSÔA.

Entre 1880 e 1900, Antônio Pessôa transitou entre duas realidades em contraste, a da vida agrária, marcada pela rigidez e práticas de mando, e a urbana, agitada pelas ideias e novidades advindas do exterior do país. Cabe lembrar que nesse período, conforme notou certo cronista, o Brasil parecia conviver com dois mundos, quais sejam, o da aceleração que começava a movimentar as ruas das principais capitais do país – a exemplo de Recife – e o do marasmo, de ritmo lento, característico do interior.<sup>295</sup> Entre Umbuzeiro e a capital pernambucana, certamente Antônio Pessôa experimentou muitos aspectos dessa ordem de

---

<sup>293</sup> Ainda em 1916, Antônio Pessôa contratou uma apólice de seguro de vida com “A Sul América” – Companhia Nacional de Seguros Sobre a Vida. Ver o registro da apólice e os dados da movimentação bancária de Antônio Pessôa em Recife de 8 de abril de 1913 e 1 de janeiro de 1916. Localização: AP: DP – A5G4P1/4.

<sup>294</sup> Antônio Pessôa e Margarida – sua esposa – testemunharam o casamento de João Pessôa com Maria Luiza de Souza Leão Gonçalves em fevereiro de 1905. Maria Luiza era a “gentilíssima filha do nosso dilecto amigo e chefe, exmo. sr. desembargador Sigismundo Gonçalves, preclaro Governador do Estado.” Cf. sobre o casamento de João Pessôa com Maria Luiza e a presença do “coronel Antônio Pessôa e sua distinctíssima consorte” na cerimônia civil, matéria circulada no *Jornal do Recife*, Jornal, Recife, 24 de fevereiro de 1905.

<sup>295</sup> As duas imagens foram analisadas por Neves (2016, p. 15/16) traduzindo as leituras de Sevcenko (2001) e Graciliano Ramos (1978).



mudanças, sentindo o seu contraste. Exemplo disso foi que, desfrutando da estabilidade econômica trazida pelos seus negócios, ele se apresentou como um admirador e potencial consumidor das novidades vindas do exterior – sobretudo da França –, sensibilidade que pareceu desenvolver ao longo do tempo.

A escolha pela capital francesa – enquanto local de onde exportava moda – também se explica pelo fascínio que Paris exerceu sob o mundo entre o século XIX e início do XX, fazendo com que as suas se enchesse de uma multidão diversificada de trabalhadores e turistas. Em estudo clássico sobre a indumentária e o mundo das aparências, Daniel Roche demonstrou que Paris figurava como foco de sua pesquisa pela possibilidade de “abordar o problema dos usos e costumes por meio dos extremos e das margens.” O que o autor chama de patrimônio cultural dos parisienses também remete “as suas várias maneiras de se vestir e o seu complexo equilíbrio de possibilidades e desejos, como suas casas e móveis, dos artesanatos mais diversificados e seus variados produtos, dos artistas e artes, dos escritores e suas obras.” Em síntese, na temporalidade estudada, “Paris foi o laboratório e a oficina de muitos estilos diferentes de vida, para ricos e para pobres;” cidade luz que exportou moda, inspirou a constituição de um mundo de aparências.<sup>296</sup>

Nesse ponto, Epiácio Pessôa e o irmão Yoyo – José Pessôa – certamente desenvolveram um papel fundamental na identificação da capital francesa com palco para o encontro com a moda e a constituição da aparência. Ou seja, as viagens dos irmãos Pessôa a Paris acabaram influenciando o despertar de certos modos de ser, gostos e modas nos parentes do Norte.<sup>297</sup> No caso de Epiácio, a sua primeira viagem à Europa – ao que parece, recorrentes ao longo da sua trajetória pública – ocorreu em 1894 por ocasião do seu casamento com Francisca.<sup>298</sup> O contato com as novidades vislumbradas nas capitais europeias foram fundamentais para a composição de certa representação em que ele aparece dotado de *hábitos finos*, civilizados, sempre bem vestido, morando confortavelmente com os seus familiares.<sup>299</sup> Durante as suas viagens à Europa, foi prática comum levar consigo as listas de pedidos de Antônio – que também podiam seguir via postal para serem entregues diretamente ao irmão que, nas capitais do velho

---

<sup>296</sup> Cf. Roche (2007, p. 80).

<sup>297</sup> Em carta enviada à Antônio Pessôa em 23 de abril de 1900, Epiácio informou “– Yoyo [José Pessôa] vai sempre para a Europa. Creio que embarcará no vapor francês que daqui parte a 7 de maio”. ACAP/1, IHGP. Localização: A5G4P1.

<sup>298</sup> Essa foi a longa viagem de dez meses de que fala Gabaglia Pessôa (1951, p. 121) em que Epiácio, sob a companhia da mulher Francisca e dos pais desta, Comendador Carlos Justiniano das Chagas, e D. Maria Manoela das Chagas, viajaram conhecendo várias cidades europeias. “Chiquita”, como era chamada na intimidade, faleceu em Paris durante a viagem “dando à luz um menino morto”. O retorno de Epiácio para o Brasil se deu de imediato, sob a companhia dos sogros, desembarcando em 24 de abril de 1895, trazendo o corpo da mulher e do filho.

<sup>299</sup> Haroche (1998, p. 12), destaca a importância das análises que recaem sobre as maneiras de civilidade “para a compreensão dos laços políticos estabelecidos em épocas e regimes distintos”.

continente, adquiria os itens trazendo-os em sua bagagem. Evidências disso se extrai de uma carta enviada para Antônio Pessoa em 30 de outubro de 1903, momento em que Epitácio estava em uma dessas viagens à Paris. Naquela missiva informava a Antônio Pessoa “o recebimento dos 325 francos” enviados do Norte para aquisição de itens diversos na capital francesa. Sobre eles, disse Epitácio:

Hontem dei começo a compra de suas encomendas, apesar da deficiência de indicações a respeito de algumas; mas como não há mais tempo de lhe pedir esclarecimentos, vou comprando-as como me parecer melhor, procurando tanto quanto possível interpretar o seu pensamento. Tudo quanto eu puder comprar para agora... irá comigo.<sup>300</sup>

O retorno dessa viagem ao Brasil se deu meses depois. A bordo do paquete *Danube*, juntamente com a sua esposa e filha, Epitácio Pessoa desembarcou no Recife em 03 de dezembro de 1903 indo hospedar-se na casa do irmão. Em sua bagagem, como prometido, certamente trouxe os itens solicitado por Antônio Pessoa dias antes.<sup>301</sup> Um registro sensível de como Antônio Pessoa mostrava-se um consumidor exigente, detalhando para o irmão às especificidades dos produtos que seriam adquiridos na capital francesa. Sinais significativos de uma prática sistematizada ao longo da década de 1890.

#### 2.6.1 *Le Bon Marché e Printemps*: as sensibilidades dos Silva Pessoa.

Nos anos seguintes, Antônio Pessoa passou a organizar lista de pedidos, de itens diversos extraíndo-os dos catálogos da *Le Bon Marché*, os quais chegavam em suas mãos por intermédio de Epitácio no Rio de Janeiro e/ou vindos de Recife quando de suas estadas na Alfândega. O próprio gosto de folhear os catálogos da famosa loja de departamentos francesa, listando e contabilizando seu poder aquisitivo para adquirir os itens necessários a ele e a sua família, já revela por si certa sensibilidade considerada civilizada, propensa à posse de certos

<sup>300</sup> Conferir Carta de Epitácio para Toinho (Antônio Pessoa), datada de 30 de outubro de 1903. ACAP/1, IHGP. Localização: A5G4P1.

<sup>301</sup> Na mesma carta Epitácio expõe as expectativas de visitar o Norte, aproveitando para desembarcar os itens trazidos para Antônio Pessoa. Pretendia “com Mary e Laurita para passar uns 8 dias [no Recife], dentro dos quais darei um pulo a Parahyba”. Contudo, deixa claro que essas pretensões poderiam ser modificadas caso o estado sanitário do Recife. Caso isso ocorresse, explica Epitácio, os sogros iriam despachar a bagagem que “não desembarcar ali” quando chegassem no Rio de Janeiro. O seu desembarque em 03 de dezembro e a estada na casa de Antônio Pessoa na Capital Pernambucana foi registrado pelas páginas do *Jornal do Recife* em sua edição de 04 de dezembro de 1903. Dias depois, já no Rio de Janeiro, Epitácio escreveu ao irmão para informar da viagem e, dentre outras coisas, solicitar que verifique se uma de suas malas, perdida a bordo do vapor, havia parado na Alfândega da capital pernambucana. Ver cartas de Epitácio a Toinho datadas de 30 de outubro e 21 de dezembro de 1903, disponível em ACAP/1, IHGP. Localização: A5G4P1. Ver ainda *Jornal do Recife*, Jornal, Recife 04 de dezembro de 1903.

itens da moda, que alteravam costumes e causavam admiração, além de trazerem conforto. Cabe lembrar que a *Le Bon Marché*, fundada em 1869, ou seja, em plena era vitoriana, era uma espécie de “vitrine”, no estilo dos *boulevares* franceses, de onde se expunha as novidades do mundo moderno, especialmente aquelas que deviam invadir o interior do lar, influenciando hábitos e comportamentos. Tais novidades, tão logo expostas em seus departamentos, ganhavam o mundo na forma em uma espécie de *plano de marketing* e publicidade que incluía a fixação dos preços, a implantação do crédito e a venda à distância através de catálogos.<sup>302</sup>

No Brasil, a Recife de fins do século XIX e início do século XX era uma das portas de entrada desses itens. Como nos lembra certo cronista, nessa época era possível fazer um passeio pelas ruas da capital pernambucana, montado ou a pé, e detectar as “novidades de Paris”, como anunciavam os jornais, o luxo que invadia as casas e chegava às ruas, enfeitando e distinguindo seus usuários. Pelas ruas da cidade, iam-se “oferecendo atrativos e comodidades: sapatinhos de duraque e cetim a 4\$500, frasco de extrato de Paris por 1\$500, chita da mesma procedência a 120 rs. o côvado, e o leque de madrepérola, todo de sêda, com figuras de cêra em relêvo, ou de longas plumas, a 15\$000”. Talvez, ““um desperdício, minha gente!” Mas - o leque! Amenizava o calor, acompanhava graciosamente o ritmo das músicas, batia no ombro da amiga, e tapava o rosto pudicamente ao ouvir uma confissão, ao prodigalizar um sorriso...” As conhecidas “lojas de Mesdames Rey, Milochaud, Théard, anunciavam tanta coisa: blondes, capotinhos de retrós, Chapéus de palha de Itália, a fazenda da moda gros de Naples, as bareges de listras, os espartilhos, além de fazerem pregas a vintém a vara...” Sem falar “dos artigos de compra discreta, quase em segredo: depilatório para os pêlos do rosto e do corpo, a água-de-vênus para apagar manchas, os pós para criar e empretecer os cabelos. Não esquecer o xale de toquim de 50\$000, a que a modinha exaltava o préstimo...”<sup>303</sup>

---

<sup>302</sup> Émile Zola ao escrever o clássico romance “*Au Bonheur des Dames*” (O Paraíso das Damas), em 1883 captou sensivelmente o mundo que se abria através desse empreendimento moderno, cuja estrutura física impressionava as ruas inquietas da cidade de Paris. Esse mundo em transformação foi apresentado como pano de fundo à história da jovem órfã Denise que, vinda da pequena cidade de *Valognes*, chega à Paris dos anos de 1860 e consegue um emprego como vendedora do “*Au Bonheur des Dames*”, uma grande loja instalada na Rua *Neuve-Saint-Augustin* e em processo de forte expansão, paulatinamente engolindo todo comércio tradicional das redondezas e ganhando forma física pela extensão de todo um quarteirão. Conseqüentemente, para conduzir as transações com certa velocidade, haja vista o porte de sua demanda, a loja precisou se estruturar com a ampliação do espaço físico, aumento do número de funcionários, divisão do trabalho por setores, alinhamento de rotinas e rigor dos protocolos internos. Regia-se, portanto, em seus bastidores, um verdadeiro universo fabril para tornar visível, aos olhos do consumidor, o paraíso das compras. A estratégia do *Le Bon Marché*, consistia em encurtar o fluxo dos bens dos produtores às mãos dos consumidores, aumentando o giro de mercadorias e o volume de vendas e a conseqüente entrada de receitas no caixa. A variedade de produtos era subdividida em sessões que facilitavam a escolha do cliente dos itens essenciais às suas necessidades. Tinham sessões inteiras dedicadas a luvas, echarpes, meias, perfumes e guarda-chuvas, além de várias outras para artigos de decoração, souvenirs, bibelôs e móveis. Inovações que faziam desses lugares verdadeiros propagadores das novidades mundo afora. Vejam-se descrição de Zola (2008, p. 68), sobre o funcionamento da famosa loja instalada na *Rua Nueve-Saint-Augustin*.

<sup>303</sup> Conferir leitura de Mario Sette (1978, p. 18).

Expostos ao público, tais itens faziam da cidade pernambucana uma atração disponível a quem porventura desejasse desfrutar das novidades vindas do estrangeiro. De posse dessa experiência visual e auxiliado pelas sessões dispostas nos catálogos da *Le Bon Marché*, Antônio Pessôa comprou em fevereiro de 1906,

Tabela 4

<b>Pág. 10 - Catálogo de <i>Bonneterie</i> (Artigos de Malha)</b>				
Pág.	Quant.	Item	Preço Unit.	Total
10	3	Camisas de Tricot	1.90	5.70
12	6	Pares de meias curtas [ilegível]	95	5.70
13	6	Pares de meias fio de Ciassia [ilegível]	1.45	8.70
-	2	Camisas de Noite	2.95	5.90
<b>Catálogo <i>Demi – Saison</i></b>				
39	12	Sabonetes de Viagem	6 por 1.35	2.70
<b>Catálogo de <i>Mouchoir</i> (lenços)</b>				
-	1	Lenço de foularas escosais [ilegível]		1.45
-	1	Lenço de Seda		1,25
<b>Catálogo Geral U. Novidades</b>				
40	6	Escovas para dente 4 fil.	95	5.70
40	1	Frasco de estrato Le Royal		3.50
40	3	Sabonete Violeta Olga		
<b>Vestimenta os...</b>				
-	3	Gravatas claras	65	1.95
-	3	Gravatas escuras	1.75	5.25
<b>Catálogo <i>des Chemises</i> (Camisas)</b>				
-	3	3 camisas festas	4.75	13.25
<b>Total</b>				68.55

Tabela 04. Pedido ao *Bon Marché* em fevereiro de 1906.

Na continuação do pedido, na página que segue em seu caderno de anotações, no catálogo *des Chemises*, incluiu-se itens como: colarinhos, nº 33 e 39; suspensórios; além de itens de uso doméstico, tais como “colheres para café”, facas de sobremesa, conjunto de lençol de *richelieur*, dentre outros itens extraídos da sessão de “Últimas novidades”. O mecanismo de compra incluía a transcrição dos itens desejados, destacando-se as sessões e as páginas onde se encontravam no catálogo, acrescentando-se seu valor unitário e valor total. Tratava-se de um mecanismo de controle frente às despesas empreendidas na compra de tais itens. Os pedidos eram encaminhados pelos correios em carta registrada, paga pelo remetente, seguido da emissão

do saldo referente à compra em francos. O próprio Antônio parece converter réis em francos, moeda na qual também registrava a compra.

Nesse mesmo período, seguiram-se outras listas de pedidos encaminhadas a *Primtemps*, outra famosa loja francesa do século XIX, no estilo magazine, à exemplo do *Le Bon Marché*. Em uma delas, datada de 17 de agosto de 1906, Antônio Pessoa incluiu outros itens de uso doméstico, tais como *stores* de bambú e cesta para pão, extraídos do “Catálogo de Verão”. Além destes aparecem camisas, colarinhos, sapatos, botinas e chapéus. Petrechos da toaleta feminina e masculina foram listados, provavelmente para outros membros de sua família. Toalhas de rosto, toalhas de banho, toalhas de mesa, toalhas de cozinha, tecidos como “brim pardo e branco seco” também foram comprados, como no caso do pedido encaminhado ao “*Bon Marché*”, em 28 de julho de 1906. Os artigos “de compra discreta”, de uso mais íntimo, como cremes de mãos, sabonetes sulfurados, ceroulas, sobretudos, ligas para meias, toucas, pentes para cabelo, “navalha”, dentre outros itens de primeira necessidade, ganharam espaços nos pedidos de “15-3-907”, encaminhados à loja de departamentos francesa.

Os pedidos estenderam-se entre os anos de 1905 e 1907, datas limites da documentação pesquisada. A princípio, tudo leva a crer que se tratam de itens solicitados para uso pessoal e/ou de sua família. Contudo, a partir de junho de 1906, verifica-se um aumento substancial da quantidade de itens solicitados, seguido da repetição de alguns. Aqui, diante das informações extraídas das fontes, duas interpretações são possíveis de serem esboçadas. De um lado, esse aumento pode indicar a tentativa de atender às demandas da sua família extensa, afeita a novos hábitos e sensibilidades; de outro, é provável que, a partir desse período, Antônio Pessoa tenha passado a intermediar entre Recife e o interior o comércio desses itens. Nesse caso, é provável ainda que tenha usado de sua postura investidora para comercializar essas novidades que entravam nas residências. Talvez por isso, ele tenha notado “negócios” com o “*Le Bon Marché*”, no pedido de 5 de setembro de 1906.

De um modo ou de outro, é possível imaginar como estes itens eram recepcionados, primeiramente pelos familiares, certamente criando novos comportamentos, imprimindo novas sensibilidades. Uma sensibilidade que remete ao “*ethos*” experimentado por muitos moradores do Norte, que passavam a imaginar que estavam vivendo em sintonia com um mundo mais adiantado, experimentando os preceitos de uma vida civilizada.<sup>304</sup> Em um universo mais amplo, pode-se supor que a disposição dos itens da vida adiantada caracterizava a *Casa de Antônio Pessoa* – aqui referindo-se ao espaço físico e aos seus moradores, isto é, a sua família extensa

---

<sup>304</sup> Sobre o conceito de “sensibilidades” ver Pesavento (2004, p. 1-2).

– como um lugar cercado de simbolismos, tanto quanto fascinante, dada a associação que tinha com as imagens de conforto e civilidade, aspectos importantes na criação de determinadas sociabilidades e na composição de certos laços de superioridade e dependência na região da pequena Umbuzeiro daqueles idos. O inventário dos itens descritos em sua lista de compra remete a uma sensibilidade intimamente ligada as relações de poder inscritas em meio a um universo social dependente, bem como a existência de um romance familiar cuja legenda incide sobre a configuração do universo doméstico.

### 2.6.2 O retrato de Antônio Pessôa: a representação do varão da família na Paraíba.



**Fotografia 14.** Coronel Antônio Pessôa. Fotografia publicada em 23 de outubro de 1912 pelo Jornal *A Lanceta*.

Sinais desse simbolismo podem ser extraídos de um dos poucos retratos – imagem ao lado – que se tem dele nesse período, provavelmente clicada em algum estúdio fotográfico na cidade do Recife em fins do século XIX e início do XX. Publicado pelo jornal *A Lanceta* na capital pernambucana, ali Antônio Pessôa foi representado como um “ilustre cavalheiro conhecidíssimo e estimado em nosso meio desde os tempos em que aqui esteve como conferente zeloso de nossa Alfândega”. Nesse caso, a imagem pretendia justificar esse comentário. Trata-se de uma fotografia – retrato – posada, em que o personagem se preparou para o momento do *click* do fotógrafo. Essa preparação, para além de um imperativo técnico, pode estar associada à estratégia de se transmitir certa mensagem por parte do retratado.<sup>305</sup> Por exemplo, dos traços

<sup>305</sup> Conferir *A Lanceta*, Jornal, Recife, 23 de outubro de 1912. A foto usada pelo jornal é da década de 1890, quando Antônio era ainda muito jovem. A imagem foi provavelmente clicada quando Antônio Pessoa chegou na capital pernambucana para assumir cargo de escriturário da Alfândega. Importante destacar que, no contexto da década de 1910, existem outras imagens fotográficas que apresentam Antônio Pessôa com aspectos fisionômicos bem diferentes – era um homem de mais idade, tinha aproximadamente 47 anos de idade em 1910 e encontrava-se com problemas cardíacos. Contudo, a fotografia publicada pelo jornal *A Lanceta* parece ter sido a escolhida por seus auxiliares – sobretudo os ligados à imprensa e preocupados com a exposição da sua imagem pública – para representá-lo nas páginas dos jornais quando assumiu a presidência do Estado em 1915. Essa fotografia foi ainda reproduzida pela *A Notícia*, Jornal, Parahyba em 22 de outubro de 1916, em uma edição comemorativa para homenagear a passagem do primeiro ano de Governo de Antônio Pessoa.

fisionômicos, a postura ativa e o olhar fixo no horizonte podem pretender transmitir a imagem da força, da saúde e da sagacidade.<sup>306</sup> Esse era um aspecto fundamental para imprimir certa imagem civilizada, posto que a civilidade “funda-se numa correspondência entre a aparência e o ser, o comportamento e o caráter, o ato e a intenção.”<sup>307</sup>

Já nas peças do vestuário – para ordenar a relação entre o ser e a sua aparência –, a camisa branca, provavelmente de linho, o colarinho à altura da nuca, a gravata, o terno e o colete estavam associados à elegância, a retidão do comportamento.<sup>308</sup> Cabe notar que, nesse tipo de fotografia, o cuidado na escolha das peças do vestuário remetia à necessidade de expressar a ascensão social e o gosto requintado advindo de certa sensibilidade moderna dos personagens ali retratados. Além disso, a posse de determinados acessórios, presentes na imagem, remeteriam à riqueza e à abastança do proprietário, conseguidas mediante o curso da vida em meio ao trabalho. Esse foi o caso da corrente, provavelmente em ouro, que o coronel Pessôa deixou à mostra na abertura do paletó, presa por uma espécie de argola junto ao colete. Ela segurava o relógio de bolso que trazia consigo, guardado no interior de algum dos bolsos do colete ou do próprio paletó. Um gesto sensível, possível de ser interpretado mediante o seu esforço por se deixar representar como estando em sintonia com o universo de riqueza, bem como com os traços simbólicos e a materialidade da vida adiantada.

Quando juntos na imagem, tais acessórios faziam com que Antônio Pessôa assumisse uma *persona* em que determinadas qualidades, sentimentos e atitudes apareciam como características da representação pública a qual o retratado gostaria de ser (re)conhecido e lembrado. Nessa representação, a linhagem familiar, a polidez dos gestos cavalheirescos, a aparente elegância e os hábitos moderados misturavam-se com a rigidez diante da necessidade de impor respeito frente ao círculo social mais próximo e, de forma mais ampla, diante do

---

<sup>306</sup> A fotografia apresenta um recorte em formato medalhão fruto de uma técnica fotográfica produzida em estúdio, ou numa oficina fotográfica, feita após o fotógrafo “manipular o negativo de vidro no claro-escuro do laboratório, permitindo a fixação da imagem sobre o papel”. Schapochnik (1998, p. 462), quando analisou as técnicas do retratismo que chegaram ao Brasil em fins do XIX e início do XX, afirma que o recorte da imagem era uma das técnicas fotográficas, juntamente com “a ambientação ilusória”, técnica frequentemente utilizada nos estúdios, importante na produção de certas mensagens transmitidas pelo retratado. Ela consistia em organizar cenários (cenografia) em que o retratado aparecia portando objetos, em meio a certas decorações, com determinadas peças de vestuários, acessórios transformando a oficina fotográfica em um misto de “camarim e palco”.

<sup>307</sup> Courtine e Haroche (2016, p. 26), destaca que além da retórica, a civilidade soa imperativo “da observação das capacidades exteriores do corpo.” Nessa relação, “a civilidade encontra então a tradição fisionômica” com a qual possui uma base comum: “a conduta e os costumes do homem encontram-se nelas definidos por uma equivalência entre um homem ‘exterior visível’ [em seus traços fisionômicos] e um homem ‘interior’ oculto.”

<sup>308</sup> No estudo de Daniel Roche (2007, p. 164), após avaliar o lexigráfico da palavra linge – roupa branca –, afirma que uso da roupa branca na sociedade moderna apresenta três direções que orientam qualquer reflexão: “os horizontes do parecer e de sua economia, a esfera da higiene, a parte do heros e os jogos do corpo.” No jogo das aparências, a roupa branca figurou como “uma das materializações da difusão das regras do comportamento.”

círculo de dependentes que compunham seu universo de mando. Aspectos detectados pela literatura regionalista, conforme pretendi demonstrar na leitura de José Lins do Rego. Portando essa indumentária, os indícios sugerem imaginar que Antônio Pessôa demonstrou atenção às representações que os seus contemporâneos criavam sobre ele e, de forma correlata, se empenhou em criar para si uma imagem em que certos símbolos e ritos de civilidade apareciam como importantes para estimular sentimentos de deferência e respeito no meio do povo.

Ainda no início da década de 1890, por exemplo, há indícios de que, quando visitava a capital paraibana, Antônio Pessôa passava pela redação dos jornais cujos editoriais atendiam às suas orientações políticas e que costumavam notabilizar suas lideranças. As visitas, também feitas por outros contemporâneos ocupantes de alguma posição política e prestígio social que moravam em cidades do interior, acabavam assumindo um caráter teatral, na medida em que era prática corrente dos editores desses jornais assinarem notas elogiosas, destacando as qualidades e informando a visita dos *ilustres patrícios*.<sup>309</sup> Eram, portanto, autênticas *chances de prestígio* estrategicamente criadas para forçar reconhecimento e notabilizar o *status*. Nesse ponto, o argumento defendido é que, por mais simples que possam parecer, tais aparições foram essenciais para a criação de uma representação de Antônio Pessôa como o varão da família Pessôa que fincava raízes e tinha prestígio e poder na Paraíba. A partir de então, os seus entusiastas não economizaram na tinta com a qual expunham as grandezas do *admirável varão de modéstia*.<sup>310</sup>

## 2.7 A TRAMA DE BASTIDORES: ANTÔNIO PESSÔA E A FORMAÇÃO DA PATRONAGEM POLÍTICA DE EPITÁCIO.

Seguindo os passos de sua trajetória até aqui, pretendo demonstrar que a liderança política do coronel Antônio Pessôa na Paraíba foi sendo construída entre fins do século XIX e a primeira década de 1900. Grande parte desse período coincidiu com o aparente distanciamento de Epitácio da atividade político-partidária, especialmente quando assumiu em 1902 o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, exercido até 1912. Como Ministro da Justiça e

---

<sup>309</sup> Um bom exemplo dessas aparições públicas pode ser extraído do *Jornal Estado da Paraíba*, órgão criado em 1890 durante o governo de Venâncio Neiva e que teve como chefe editorial Epitácio Pessoa. A título de ilustração, cabe a referência feita pelos redatores do jornal em 1890, quando notabilizaram a visita do *ilustre patrício* Antônio Pessoa que, com a sua família, foi assumir o cargo de escrivão da Alfândega do Recife. Expondo essas qualidades, os redatores agradeciam a visita desejando “mil venturas n’aquelle Estado e que ventos galernos o conduzam ao porto do seu destino”. Ver *Estado do Parahyba*, Jornal, Parahyba, 25 de setembro de 1891.

<sup>310</sup> Conferir, sob o título *Varão de Modéstia*, matéria assinada por José de Sá e publicada pelo *Jornal Progresso*, de 2 de agosto de 1916. Recorte de jornal disponível no IHGP. Localização AP:RJ A5G4P1. Sem numeração.



Negócios do Interior no Governo de Campos Sales (1898-1902), Epitácio Pessôa começou a ampliar a sua patronagem política na medida em que foi intervindo em favor dos amigos, ex-venancistas, na Paraíba.<sup>311</sup> Para isso, Antônio Pessôa também desenvolveu um papel importante. Da Paraíba, por exemplo, ele acompanhou o desenrolar das primeiras tentativas de aproximação entre os venancistas e a liderança alvarista já em 1898, contexto em que o Estado se preparava para indicar os postulantes à Câmara e no Senado.<sup>312</sup>

Segundo Epitácio Pessôa, para esse pleito Álvaro Machado havia proposto, “por intermédio de Campos Sales, um acordo para eleição federal, dando eu [Epitácio] o senador e um deputado e ele quatro deputados”.<sup>313</sup> Rejeitada, o então Ministro fez em setembro uma contraproposta afirmando que indicaria o senador e dois deputados, enquanto Álvaro Machado ou Gama e Melo – Antônio Alfredo da Gama e Melo, presidente do Estado da Paraíba entre 1896 e 1900 – indicariam três deputados.<sup>314</sup> Nos termos do próprio Epitácio Pessôa, o acordo com a liderança alvarista representava a possibilidade de “orientar firmemente a política ahi [referindo-se à Paraíba], conforme as circunstâncias.”<sup>315</sup>

<sup>311</sup> Cf. Rodrigues (*Ibidem*) sobre a importância de Epitácio Pessôa como “Ministro do Interior e Justiça” dentro do jogo político opositor à Álvaro Machado. Ver ainda sobre isso Mariz (1994, p. 1890 e Mello (1982, p. 27).

<sup>312</sup> Há uma ampla literatura sobre o pacto dos governadores – Política dos Governadores – promovido por Campos Sales, cabendo aqui mencionar o trabalho de Lessa (1988).

<sup>313</sup> Os termos de Álvaro foram recusados por Epitácio Pessôa, que na mesma carta, afirmou “depois fiquei informado de que elle [Álvaro Machado] havia entrado em accordo com o Trindade [Antônio da Trindade Antunes de Meira Henriques], mas parece que isto não tem fundamento, porque ainda hontem o Pinheiro Machado, como emissário de Álvaro procurou o presidente para ver i resolvia o accordo comigo.” Cf. De Epitácio à Antônio da Silva Pessôa em 23 de agosto de 1899. IHGP, AP: CEP. A5G4P1. Epitácio Pessôa também atuou como *mentor* de outro acordo para unir as oposições da Paraíba contra Álvaro Machado. Esse acordo ocorreu durante a dissidência de Antônio Trindade de Meira Henriques que, descontente com a liderança alvarista, fundou o Partido Republicano (PR) na Paraíba. Ver Rodrigues (1989, p. 73-78). a “fundação do PR fora estimulada pela dissensão ocorrida, a nível federal, em junho de 1897, entre Francisco Glicério e Prudente de Moraes”. Álvaro Machado, que havia se instalado no Rio de Janeiro em 1895 como senador pela Paraíba, resolveu apoiar Francisco Glicério, o que abriu precedentes para que os venancistas – alinhados em torno do Partido Autonomista – vislumbassem a composição de uma aliança com Trindade de Meira Henriques e o PR, sob o pretexto de fortalecer “o Governo Federal na Paraíba”. As reuniões ocorreram no Rio de Janeiro, estimuladas por Almeida Barreto e na presença de Epitácio Pessôa, “mentor venancista do acordo”. A atuação de Epitácio na política de bastidores problematiza a versão criada por Gabaglia Pessôa de que desde que saiu da Câmara em 1893, Epitácio comportou-se como “um simples expectador”, alheio a toda ação política na Paraíba. Ver ainda Lewin (1993, p. 227) sobre a escolha de Álvaro Machado em apoiar a chapa de Francisco Glicério à Presidência da República em oposição a candidatura de Campos Sales e Rosa e Silva – indicados pelo governo federal – e suas implicações na política da Paraíba.

<sup>314</sup> Na carta, disse Epitácio Pessôa “o acordo eleitoral da Parahyba ainda não se resolveu; parece, porém, que as cousas se encaminham no sentido de minha proposta, isto é, darmos o senador e dous deputados e o Álvaro e o Gama três deputados.” De Epitácio à Antônio da Silva Pessôa em 04 de setembro de 1899. IHGP, AP: CEP. A5G4P1. Diante do impasse, o acordo não foi concretizado e, para aquele pleito, a Paraíba assistiu a disputa de três chapas, uma venancista, outra alvarista e por fim, uma chapa dissidente do alvarismo comandada por Antônio da Trindade Antunes de Meira Henriques. Ver sobre as montagens das chapas alvaristas e venancistas para este pleito em Rodrigues (1989, p. 78-82).

<sup>315</sup> Quanto as suas expectativas sobre a política paraibana, cabe lembrar que os sinais do acordo político da Paraíba durante o governo de Campos Sales remetem aos primeiros meses de 1899, contexto em que Álvaro Machado viajou à Paraíba com vistas a deliberar sobre a composição da chapa governista para as eleições federais. Na Paraíba, Venâncio, em comum acordo com Epitácio Pessôa, esperou Álvaro pretendendo firmar o acordo. Escrevendo ao irmão – em resposta as cartas enviadas por este em 1 e 5 de maio de 1899 – Epitácio afirmou “O

Esse jogo político ficou potencialmente registrado nas correspondências trocadas entre os irmãos Pessôa e revelam a existência de uma espécie de *boletim informativo* da “política geral”, momento em que Epiácio Pessôa expunha privadamente os bastidores da política na Capital Federal e a sua reverberação na configuração dos estados, especialmente da Paraíba.<sup>316</sup> O jogo político da Primeira República, em que pese a regra geral de que os negócios da política dos estados eram resolvidos no Rio de Janeiro, era partilhado com Antônio Pessôa em muitos detalhes.<sup>317</sup> Na visão de Epiácio Pessôa, os bastidores do jogo político republicano era marcado pela existência de interesses diversos, onde determinadas lideranças mostravam-se inacessíveis “para todos que não são da sua panelinha; para estes sempre tem na boca a lei e a econômica, para os amigos do peito a lei de nada vale e fazer economia é ser besta”. Eram “o vezo de todos os catões caricatos.”<sup>318</sup>

---

Venâncio não me escreveu sobre a estada do Álvaro na Parahyba! Estou ansioso por saber si resolveram alguma coisa sobre acordo, pois desejo orientar firmemente a política ali, conforme as circunstâncias.” Conferir, de Epiácio à Antônio Pessôa, 15 de maio de 1899; disponível em IHGP, localização AP: CEP. A5G4P1; sem numeração.

<sup>316</sup> Para citar alguns exemplos, cabe mencionar a missiva encaminhada à Antônio Pessôa em 9 de janeiro de 1897. Naquela carta, referindo-se as eleições conjuntas para o Senado e para Câmara dos deputados ocorrida à 30 de dezembro de 1896, Epiácio afirmou que “pelos telegramas da Parahyba vi que, como era de esperar, estão eleitos todos os candidatos do governo [sob a influência de Álvaro Machado]. O mesmo aconteceu em todos os estados! Até agora, de opositoristas só há eleito o José Mariano! Eis a que esta reduzida a garantia da Constituição sobre a representação das minorias. É verdade que em Sergipe e Piauí há duplicata de eleições, mais que de um que de outro lado. Os que se dizem eleitos são do P.R.F [Partido Republicano Federal]. Aqui no Rio o Nilo Peçanha e dois companheiros também afirmam que derrotaram os candidatos governistas, mas são igualmente daquele partido, e demais duvido que eles sejam reconhecidos. Não há dúvida que tudo isso é uma bandalheira, uma miséria, uma vergonha”. Cf. de Epiácio à Antônio Pessôa, Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1897. IHGP, AP: CEP. A5G4P1. Sem numeração. As informações acerca da configuração da “política geral” na capital da república e suas implicações na Paraíba aparecem ainda em carta de Epiácio à Antônio Pessôa, datada de 23 de maio de 1899. IHGP, AP: CEP. A5G4P1. Sem numeração. Já em 7 de maio de 1900, Epiácio escreveu à Antônio expressando o seu empenho e preocupação quanto ao “reconhecimento de poderes dos candidatos da Parahyba.” IHGP, AP: CEP. A5G4P1. Sobre as eleições de 1896, ver Rodrigues (1989, p. 70-71). Conferir ainda na mesma autora (p. 79-109) o litígio que envolveu o reconhecimento dos poderes dos candidatos da Parahyba, especialmente do grupo venancista eleitos em 1900.

<sup>317</sup> Em uma das cartas trocadas com Antônio Pessôa, afirmou que as nomeações dos Estados dependem da indicação “do chefe local” a quem dificilmente “o governo deixa de atender à indicação”, sobretudo quando ao primeiro este último devia “inestimáveis serviços”. De Epiácio à Antônio Pessôa em 17 de maio de 1902. Disponível em IHGP, localização, AP: CEP A5G4P2. Sem numeração.

<sup>318</sup> Em carta datada de 9 de janeiro de 1897, Epiácio informou ao irmão sobre as dificuldades de conseguir que seus pedidos fossem acatados por Bernardino de Campos [Bernardino José de Campos Júnior], então Presidente do Estado de São Paulo. Em seus termos, o Bernardino de Campos “era sujeito muito emproado e inacessível para todos que não são da sua panelinha [...]”. E completa, “eu não me sinto com força para conseguir coisa alguma d’elle [...]. O mais que posso fazer é procurar a intervenção de algum amigo comum, mas ainda assim sem grande esperança [...]”. Cf. De Epiácio a Antônio Pessôa, Petrópolis, 9 de janeiro de 1897. IHGP, AP: CEP. A5G4P1. Sem numeração. Em 14 de novembro de 1894, Antônio Pessôa foi removido do cargo que assumia na Alfândega do Recife para “o lugar de 1º Escriturário da Alfândega de Santos, no Estado de São Paulo”; cargo que não chegou a assumir aquele posto que “assumindo a Presidência da República no dia 15 de novembro do mesmo ano o Dr. Prudente José de Moraes Barros, e sendo Ministro da Fazenda o Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, obtive deste Ministro [...], a promessa de que eu voltaria a ocupar o meu lugar em Pernambuco. E, de fato, tendo obtido diversas prorrogações de prazo para tomar posse do meu lugar em Santos, concedidas pelo Ministro, fui nomeado para o meu lugar em Pernambuco por decreto de 18 de julho de 1895, tendo contribuído para esta nomeação o meu

Enquanto esclarecia o funcionamento do sistema político ao irmão que estava em Umbuzeiro, Epitácio criava a sua própria panelinha uma vez que se esforçava para acomodar “os amigos da Parahyba que há mais de 2 anos estão no ostracismo”<sup>319</sup> Para tanto, em 1899, demonstrava a convicção de que “nenhum representante da Parahyba [referia-se primeiramente à Álvaro Machado] consegue qualquer coisa [com o governo Campos Sales] sem a minha acquiescencia”.<sup>320</sup> Foi nessas circunstância que Antônio Pessôa passou a elaborar as suas “listas de nomeações” enviada ao Rio de Janeiro ao longo de 1898 e 1902, preenchidas de acordo com a orientação de que era preciso acomodar os amigos que estavam no *ostracismo*. Essas listas inventariam um bom número de interessados em assumir algum emprego na esfera da administração pública federal espalhadas pelos estados.<sup>321</sup> Essa foi uma atividade que também lhe trouxe dividendos políticos.

---

irmão Epitácio, que acabara de chegar da Europa, onde teve a infelicidade de perder a sua esposa, no dia 24 de abril de 1895, com dez meses apenas de casado.” Cf. PESSÔA, Antônio (1894-1913, p. 11).

<sup>319</sup> Respondendo a um conjunto de cartas datadas de 16 e 18 de novembro de 1898, Epitácio escreveu à Antônio Pessôa lembrando “que temos muitos amigos na Parahyba que há mais de 2 anos estão no ostracismo”, isto é, fora do jogo político/administrativo do Estado. Cf. De Epitácio à Antônio Pessôa, Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1898. Disponível em IHGP, localização, AP: CEP. A5G4P1. Sem numeração.

<sup>320</sup> Entre os dias 11 e 22 de abril de 1899, Antônio Pessôa escreveu um total de 5 cartas para Epitácio, muito provavelmente tratando de assuntos diversos, dentre eles, os boatos que circulavam na Parahyba dando conta da aproximação entre Álvaro Machado e o Presidente Campos Sales. Em resposta a esse conjunto de cartas, Epitácio escreveu em 28 de abril daquele ano, afirmando “– deixe que o Álvaro Machado diga que está muito bem com o governo [Campos Sales], o governo nem o conhece; nem elle, nem nenhum outro representante da Parahyba consegue qualquer cousa sem a minha acquiescencia. O Venâncio [Neiva] tem poder para discutir o acordo [eleitoral] com o Gama [e Melo]; acredito que a cousa se decidirá agora com o estado do Álvaro, pois este foi daqui instruído pelo Adbon.” Em carta de 4 de setembro, remetendo ao acordo eleitoral, Epitácio desmente os boatos, circulados na Paraíba, de que estaria deixando o ministério do Interior. Essa notícia certamente trouxe preocupações para os amigos venancistas, levando Epitácio a afirmar para o irmão “não tem fundamento as notícias de minha saída do ministério.” O prestígio de Epitácio junto à Campo Sales também fora registrado em carta enviada à Toinho em 4 de outubro de 1899. Conferir, respectivamente, de Epitácio Pessôa à Toinho, 28 de abril de 1899; de Epitácio Pessôa à Toinho, em 4 de setembro de 1889; De Epitácio Pessôa à Toinho em 4 de outubro de 1899; todas disponíveis em IHGP, localização AP: CEP. A5G4P1; e CEP A5G4P2. Sem numeração.

<sup>321</sup> A inferência de Antônio Pessôa junto ao irmão em favor dos amigos do Norte ficou registrada nas correspondências que trocaram o período de 1896 e os primeiros anos da década de 1900. A título de exemplo, cabe mencionar carta de 23 de agosto de 1899 onde Epitácio informa à Antônio o seu empenho em “arranjar lugar” para os conterrâneos do Norte que haviam acabado de desembarcar no Rio de Janeiro sob a recomendação de Antônio Pessôa. Na mesma missiva, cabe ainda citar os pedidos de Antônio Pessôa para intervir junto à José Luiz de Araújo – agradando-o dentro do jogo político paraibano –, político de Itabaiana e responsável por organizar, a partir dos arranjos de Epitácio, uma brigada policial em seu município. Sobre o empenho em agraciar José Luiz, afirmou o então Ministro do Interior de Campos Sales “criei em Itabayanna duas brigadas [policiais], fiz as nomeações de uma e mandei dizer a elle [José Luiz] que me remetesse o pessoal da outra, da qual apenas tenho um batalhão, aquelle em que se acha o genro. Logo que chegarem as indicações d’elle, farei as nomeações da 2ª brigada. Longe de desconsiderá-lo, dei-lhe uma prova do apreço deixando ao seu arbítrio a escolha de mais dezenas de nomes para a brigada nacional de sua comarca”. Na mesma carta, Epitácio remete aos mimos – presentes do Norte – enviados por Antônio Pessôa ao Rio de Janeiro. A lista era variada, envolvendo iguarias e itens diversos que Epitácio se encarregava de distribuir entre os seus amigos na Capital da República, entre eles, o próprio Campos Sales. Conferir de Epitácio Pessôa à Toinho em 23 de agosto de 1889, disponível em IHGP, AP: CEP. A5G4P1. Sem numeração. Ainda sobre a indicação de amigos e parentes de Antônio Pessôa nos estados da Paraíba, Pernambuco e Bahia, bem como na Capital Federal, conferir carta cartas de 15 e 23 de maio de 1899. IHGP, AP: CEP. A5G4P1. Sem numeração. Ver ainda sobre “a lista de nomeações” feitas por Antônio Pessôa, em carta de Epitácio data de 28 de abril de 1889. Ver ainda sobre a nomeação de parentes e amigos missiva de 29

### 2.7.1 A chefia do Partido Republicano em Umbuzeiro.

Nessa mesma época, isto é, por volta de 1902, Antônio Pessôa foi convidado para assumir a chefia do Partido Republicano em Umbuzeiro. A princípio poder-se-ia supor que esse convite foi feito sob a influência direta de Epitácio Pessôa. Porém, analisando-se as evidências, essa pode ser uma impressão equivocada. Explico. Primeiro, é preciso apontar que naquele período, a oligarquia *alvarista* enfrentava uma forte crise interna, motivada por disputas em torno de posição e cargos políticos. Esse foi um dos fatores que levaram Álvaro Machado a sair em campanha para cooptar antigos adversários – venancistas – com vistas a fortalecer as bases do Partido Republicano da Paraíba. Esse foi o caso de Pedro da Cunha Pedrosa, ex-venancista cooptado junto ao grupo alvarista. Desse modo, o caso de Antônio Pessôa não figurou de forma isolada, fazendo parte de um contexto em que ocorria uma espécie de rearranjo político no interior da oligarquia dominante.<sup>322</sup>

Aliás, foi Pedro da Cunha Pedrosa quem ofertou um importante registro acerca do movimento que levou Antônio Pessôa a ocupar a chefia política de Umbuzeiro. Segundo ele, “foi o Dr. Simeão Leal, quando Chefe de Polícia do Presidente Desembargador José Peregrino d’Araújo [1900-1904], quem convidou [Antônio Pessôa] para tomar a chefia do mesmo município [Umbuzeiro] o Cel. Pessôa, em substituição Cel. Sindulfo Calafate Calafange que até então era o dirigente de Umbuzeiro”.<sup>323</sup> O testemunho de Pedrosa sugere imaginar que essa indicação também obedeceu a existência de um poder pessoal que já recaía sobre a figura de Antônio Pessôa. O próprio Antônio deu sinais disso em seus registros pessoais. Foi ele quem levou ao conhecimento de Epitácio o convite feito por José Peregrino, este último não hesitou em orientá-lo para aceitar.<sup>324</sup> Tempos depois, já em agosto de 1902, Epitácio escreveu ao irmão se dizendo sentir-se “satisfeito com o acolhimento que lhe dispensou o Peregrino”.<sup>325</sup>

---

de março de 1902, ambas disponíveis em IHGP, AP: CEP. A5G4P1. Sem numeração. Sobre esse aspecto, um fato curioso de se notar é que grande parte das correspondências enviadas por Epitácio à Antônio Pessôa foram feitas em papel timbrado do Gabinete do *Ministério da Justiça e Negócios do Interior*

<sup>322</sup> Ver Pedrosa (1963, p. 173).

<sup>323</sup> Na Paraíba, durante toda a Primeira República, o jogo político foi comandado por dois grupos. Um deles foi chefiado por Venâncio Neiva e seus auxiliares – que comandou o Estado entre 1889 e 1892 – dando forma ao *venancismo*; o outro foi chefiado por Álvaro Machado e Walfredo Leal e comandou a política paraibana de 1892 a 1912 – ano do falecimento de Álvaro liderança maior do *alvarismo*. José Peregrino de Araújo, que governou o estado entre 1900 e 1904, era um político alinhado às hostes *alvaristas*. Cabe lembrar que de 1912 em diante, a chefia política do estado foi feita por Epitácio Pessôa dando forma ao *epitacismo*. Sobre os grupos políticos e a estrutura de poder na Paraíba da Primeira República conferir Mariz (1994); Lewin (1993); Rodrigues (1989); Gurjão (1994).

<sup>324</sup> De Epitácio para o coronel Antônio Pessoa, Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1901, IHGP, ACAP/1. Sem numeração.

<sup>325</sup> Conferir carta de Epitácio para o coronel Antônio Pessoa, Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1902, IHGP, ACAP/1. Sem numeração.

Nesse último aspecto, cabe uma reflexão sobre as pretensões políticas de Epiácio Pessoa. Como analisou Lewin, naquela época, Epiácio – recém-nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal – se encontrava legalmente impedido de atuar na atividade político-partidária. Apesar disso, o ex-deputado continuou atuando silenciosamente nos bastidores da política, preparando o momento de uma “revanche posterior que viesse a reintegrar os seguidores da sua facção à oligarquia Machado-Leal, que se encontrava no poder.”<sup>326</sup> O argumento pode ser comprovado quando se analisa o conteúdo de uma carta enviada por Epiácio a Antônio Pessoa em 1901, onde revela detalhes da sua estratégia política compartilhada com Venâncio Neiva. Segundo ele, para os amigos que faziam a oposição ao governo de Álvaro Machado, a orientação era que “fossem aproximando do governo do Estado, pois continuo a pensar que o acordo é o único meio de algum dia subir a oposição na Parahyba”.<sup>327</sup> Desse modo, a chegada de Antônio Pessoa na chefia de Umbuzeiro contemplava essa expectativa sob diversos ângulos. O mais importante deles, manter um membro da família atuando diretamente junto a situação política paraibana.

### 2.7.2 O jogo de trocas políticas: a liderança política de Antônio Pessoa e a sua apropriação lendária.

Como sinalizei, a escolha de Antônio Pessoa para a liderança política de Umbuzeiro também deve ser analisada com base no poder pessoal que exercia naquela cidade. A relação estabelecida com Simeão Leal – Antônio Simeão dos Santos Leal –, então chefe de polícia e homem de confiança do presidente José Peregrino, ilustra o argumento.<sup>328</sup> As cartas trocadas

<sup>326</sup> Segundo Lewin (1993, p. 222) “embora Venâncio e Epiácio tivessem sido destituídos de suas posições políticas no interior da oligarquia dominante em 1891 e 1893, respectivamente, ambos, durante os anos de 1890, trabalharam no sentido de uma revanche [...]”

<sup>327</sup> De Epiácio para o coronel Antônio Pessoa, Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1901, IHGP, ACAP/1, IHGP. Ver ainda carta de José Peregrino à Antônio Pessoa, datada de 27 de dezembro de 1903, em que o primeiro reafirma o procedimento de “pôr a margem o Calafange [Sindulfo Calafate Calafange]” dos “negócios de Natuba [Barra de Natuba]”. CORRESPONDENTES. Sobre a atuação de Epiácio Pessoa na oposição à oligarquia de Álvaro Machado entre 1900 e 1904, ver Rodrigues (1989, p. 111).

<sup>328</sup> Politicamente, Simeão Leal – sobrinho de Walfredo Leal – foi defensor e articulador dos interesses do partido chefiado por Álvaro na Paraíba, embora estivesse mais alinhado à José Peregrino. No plano político, a influência de Simeão Leal, como um jovem atuante de carreira promissora, levou-o a ser indicado como sucessor de Peregrino na presidência do Estado. A indicação, defendida veementemente pelo próprio José Peregrino – que chegou a ensaiar um rompimento político caso não fosse atendida a sua indicação – malogrou após a decisão de Álvaro Machado – à época senador pela Paraíba – de candidatar-se ao governo em 1904. As razões da decisão tomada por Álvaro, analisadas por Rodrigues (1989, p. 113) incluía a estratégia do chefe oligarca de frear as intenções de José Peregrino de lhe substituir na liderança política do Estado. Naquela chapa, Simeão Leal foi indicado ao cargo de primeiro vice-presidente, seguido do nome de Francisco Seráfico da Nóbrega, à segunda vice-presidência. Vitorioso, Álvaro Machado convocou – tempos depois e ao arripio das normas constitucionais – o então deputado Walfredo Leal para assumir o cargo de Presidente do Estado em seu lugar. O fato resultou na renúncia de Simeão Leal – decisão fortemente influenciada por Walfredo Leal que, em troca, recomendou o

entre eles apontam que um forte jogo de trocas políticas marcou essa amizade. De um lado, Simeão Leal foi importante para que Antônio Pessôa tentasse equipar Umbuzeiro de uma série de conquistas matérias – equipamentos urbanos, a exemplo de construções e obras públicas –, simbolicamente usadas para fortalecer a sua influência política na região. Em troca, Antônio mostrou-se peça chave à atuação de Simeão como chefe de polícia e conseqüentemente às suas pretensões políticas na Paraíba, sobretudo quando este alçou vaga para deputado federal.

Na atividade política, por exemplo, em 1908, Simeão Leal preiteou a sua reeleição à vaga de deputado federal com o apoio Antônio Pessôa em Umbuzeiro. Esse apoio foi reconhecido pelo próprio Walfredo Leal – então senador ocupante da vaga de Coelho Lisboa – que, em carta datada de 25 de novembro de 1909, agradeceu “as boas referências que [Antônio Pessôa] fez ao meu sobrinho [referindo-se à Simeão]”. Na mesma carta, dando sinais da política de compromissos firmada entre o chefe local e o então deputado, o monsenhor Walfredo Leal afirmou ainda confiar “que elle [Simeão Leal] saberá corresponder ao bom acolhimento que recebeu dos seus parochianos [umbuzeirenses].”<sup>329</sup> Por outro lado, com o apoio do amigo Simeão Leal, Antônio Pessôa aumentou consideravelmente a sua influência em Umbuzeiro. Exemplo disso é que, em 1904, ele se tornou presidente do Conselho Municipal, fortalecendo o seu lugar na “direção política e administrativa de Umbuzeiro.”<sup>330</sup>

Nesse ponto, a *tradição* reivindicada pelos descendentes da família na década de 1930 encontrou um forte ponto de referência para estruturar a memória da atuação política dos seus líderes em Umbuzeiro. Na visão de Antônio Pessôa Filho, por exemplo, “criada aquela unidade [cidade de Umbuzeiro] em maio de 1890 por iniciativa do seu grande filho EPITÁCIO PESSÔA [...]”, cerca de “dois anos depois, por vingança política, teve a sua sede transferida para a povoação de Natuba, dali tornando aquela localidade somente em novembro de 1904, por ação de ANTÔNIO PESSÔA.”<sup>331</sup> Dentro dessa narrativa, mais de uma década depois, a retomada da

---

sobrinho que ocupasse a sua vaga na Câmara Federal. A manobra tornou completamente nula as pretensões políticas de José Peregrino em comandar a situação política do Estado. Esse ambiente de tensão vivido no grupo alvarista entre 1904 e 1908 ficaram registradas em um longo discurso proferido na tribuna da Assembleia Legislativa da Parahyba pelo deputado areiense Otacílio de Albuquerque em 13 de setembro de 1909. No discurso, Otacílio de Albuquerque recordou que a “direção política de Areia me foi confiada, estando o Estado novamente sob a presidência do Dr. Álvaro Machado”, no período em que “por toda a parte grassava a desordem, na própria capital [da Parahyba] as liberdades públicas eram sepultadas sob os disfarces, sob os escombros de duas tipografias destruídas”. Conferir, sobre isso, Ata da 9ª reunião da 5ª legislatura da Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba, em 13 de setembro de 1909. Sobre o empastelamento dos jornais durante o governo de José Peregrino, conferir Leal (1986, p. 216); ver ainda Mariz (1980, p. 191) sobre o governo de José Peregrino.

<sup>329</sup> Para finalizar, após expor os seus esforços em “promover os interesses do nosso pobre Estado [referindo-se à Parahyba]” e informar sobre o andamento de pedidos feitos por Antônio Pessôa, o senador Walfredo completa “aqui e na Parahyba aguardo suas ordens.” De Walfredo Leal a Antônio Pessôa. In. ACAP/1. Sem numeração.

<sup>330</sup> Cf. Nóbrega (1950, p. 134).

<sup>331</sup> Cf. *Diário da Borborema*, Jornal, Campina Grande, 17 de março de 1963.

condição de cidade em 1904, isto é, durante a chefia política de Antônio Pessôa, foi um evento importante para ajustar a memória da *Umbuzeiro, terra dos Pessôa*. Tomada nesta perspectiva, a *tradição familiar Pessôa* foi sendo ancorada ao *mito fundador* da cidade de Umbuzeiro, e, de acordo com a ordem do enredo criado, José, Epitácio e Antônio Pessôa passaram a figurar na história/memória do município como verdadeiros vultos.

Porém, como afirmou Girardet, os mitos políticos carecem de base factual para se fortalecerem.<sup>332</sup> No caso do mito fundador da cidade de Umbuzeiro que inclina-se a ratificar a existência da *tradição familiar Pessôa*, caberia questionar quais foram as bases factuais que estruturaram a sua existência narrativa? Respondo. Primeiro, os registros que apontam para o fato de que a elevação de Umbuzeiro à categoria de Município, por meio do decreto nº 15 de 2 de maio de 1890, foi realizada sob a influência de Epitácio Pessôa na condição de Secretário Geral do Governo de Venâncio Neiva. Os jornais da época narraram o ato como uma prova de comprometimento do prestimoso filho com a sua terra natal. Como veremos no próximo capítulo, esse foi um momento importante da carreira política de Epitácio Pessôa, aqui traduzida como uma *chance de prestígio*, significativa do seu esforço de aparecer publicamente como um dos colaboradores da obra republicana na Paraíba e, mais, um dos realizadores da construção material e simbólica da cidade de Umbuzeiro.<sup>333</sup>

Segundo, como sinalizado, a retomada da condição de município de Umbuzeiro, bem como a construção de determinadas obras públicas e serviços urbanos, ocorreram durante o governo de Antônio Pessôa como resultado do jogo de trocas políticas realizado com José Peregrino através de Simeão Leal.<sup>334</sup> Juntos, essa ordem de fatos tenderam a fundamentar a

---

<sup>332</sup> Na análise de Mircea Eliade (2000, p. 8) o estudo dos mitos deve partir, em primeiro lugar, da interpretação das condições de possibilidade que os mantêm “vivo”, isto é, “no sentido de que fornece os modelos para a conduta humana, conferindo, por isso mesmo, significação e valor a existência.” Segundo Girardet (1987, p. 13), interpretando a definição do “mito vivo” feito por Eliade, “o mito conta como uma realidade chegou à existência, quer seja realidade total, o cosmos, ou epas um fragmento, uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano, uma instituição...” Em ambos os casos, é necessário avaliar as marcas da história que os tornaram possível.

<sup>333</sup> O “legítimo regozijo umbuzeirense” foi o título da matéria publicada pelo jornal *Gazeta do Sertão* em 27 de junho de 1890, informando sobre a “festividade de inauguração da nova intendência [cidade de Umbuzeiro]”. Cabe o registro dos redatores para o feito realizado pelo “imenso governo republicano[...]”, sendo feitas saudações repetidas ao “generalíssimo [Deodoro], os ministros, ao governador do Estado [Venâncio Neiva], indiscrepíveis ao seu secretário [Epitácio Pessôa], filho desta vila [...]”. Cf. *Gazeta do Sertão*, Jornal, Campina Grande, 27 de junho de 1890.

<sup>334</sup> Em carta enviada à Antônio Pessôa em 5 de julho de 1904, Simeão Leal afirma “o que desejar e pedir [referindo-se aos pedidos feitos por Antônio Pessôa] será feito.” E completa, “conte comigo para tudo que for necessário”. Na mesma carta, Simeão responde sobre exonerações, nomeações e a criação de uma subdelegacia em Umbuzeiro, todos favores – como referia-se José Peregrino – feitos a Antônio Pessôa. Em 1906, já como deputado Federal, Simeão Leal escreve à Antônio Pessôa à 21 de janeiro informando sobre a indicação de um fiscal da mesa de rendas de Umbuzeiro. Cf. Cartas de Simeão Leal para Antônio Pessôa. In. IHGP. ACAP/1. Sem numeração. Nas memórias de Pedrosa, foi a partir daí ao haver eu me filiado [ao Partido Republicano da Paraíba – PRP], em 1902, o Cel. Pessôa [Antônio da Silva Pessôa, irmão de Epitácio Pessoa] me incumbiu de representa-

representação mítica de Antônio e Eptácio como benfeitores da cidade, aspecto fundamental para que os parentes defendessem, na década de 1930 e 1940, a existência de uma *tradição familiar e política* que havia feito escola na Paraíba a partir de Umbuzeiro. Aqui, a tradição familiar Pessôa pretendeu encontrar o seu local de origem, isto é, partia de Umbuzeiro, projetava-se pela região e com o tempo ganhava espaço no cenário nacional.

## 2.8 A ORIGEM MÍTICA DO *HERÓI INCANSÁVEL*: A CHEFIA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA E A DEFESA DO CLÃ.

A relação entre realidade factual e elaboração mítica reaparece na narrativa sobre a atuação de Antônio Pessôa na luta contra o banditismo. Como salientou Tatiane V. da Silva, na história de Umbuzeiro a representação de Antônio Pessôa “repousou como a de um herói. Uma imagem reproduzida não apenas por uma ‘visão modernizadora’ e de civilidade, mas também como bravo combatente contra o símbolo maior da barbárie que insistia em rodear a região: o cangaceirismo.”<sup>335</sup> Porém, antes de ter sido avultada por Eduardo Gomes (1995) – foco da análise da autora – a imagem heroica de Antônio Pessôa já havia sido imortalizada pela pena de Apolônio Nóbrega na década de 1940, em meio à galeria dos heróis de “AParaíba na Primeira República.” Para aquele autor, o coronel Antônio Pessôa, “desde 1902, insurgira contra o banditismo de Antônio Silvino, salvando Umbuzeiro com a sua bravura pessoal e energia moral da impiedosa visita daquele perigoso fascinora.”<sup>336</sup> Assim descrito, seria bastante considerar as análises acima como índices do lugar heroico assumido por Antônio Pessôa em Umbuzeiro no combate ao banditismo. Contudo, preocupado em entender as origens da *tradição familiar Pessôa* em meio aos gestos e práticas dos seus idealizadores, devo revisitar as condições históricas nas quais se deu forma ao mito do *herói incansável*, isto é, do coronel Antônio Pessôa.

### 2.8.1 O caso do banditismo e a sua repercussão nos jornais: a ambiência histórica do mito.

O jornal *Imprensa*, um importante periódico da capital paraibana, noticiou em junho de 1900 que “todos os dias chegam a esta capital notícias de novos assaltos, de novos crimes

---

lo junto aos podêres do Estado e, dali em diante, tudo que ele queria para Umbuzeiro era obtido por intermédio meu” ao passo que “eu o representava em todos os assuntos políticos de que se tratasse nas Comissões executivas ou nas Convenções do Partido”. O testemunho de Pedrosa remete a nomeação de Antônio da Silva Pessoa a liderança do Partido Republicano da Paraíba em Umbuzeiro durante o predomínio político de Álvaro Machado, chefe oligarca na Paraíba que comandou a política do estado entre 1892 e 1912.

<sup>335</sup> Cf. Silva (2015, p. 51).

<sup>336</sup> Cf. Nóbrega (1950, p. 134).



perpetrados pela horda de cangaceiros que tem plantado a desordem e o terror no Estado.”<sup>337</sup> Meses depois, após publicar várias matérias sobre a ação dos cangaceiros pelo interior do Estado<sup>338</sup>, em agosto, o mesmo jornal publicou em sua primeira página uma matéria intitulada “Medida Urgente”, expondo que “a Parahyba sente neste momento uma dura provação, exposta a crueldade sem nome que estão desenvolvendo contra o direito e a propriedade homens identificados com o crime e que se alistam em fileiras aguerridas para as maiores depredações! (...)”. Diante do quadro de “desordem total” o apelo fazia ecos, solicitando que medidas mais enérgicas fossem tomadas pelas autoridades. Foi daí que surgiu a “ideia suscitada pelo commercio desta praça afim de todos, unidos no mesmo intuito, pedir-se ao poder competente providencias promptas e enérgicas em ordem a ser aniquilado o terrível inimigo que tão abruptamente penetra até o lar do cidadão probo e honesto para tudo saquear e destruir”.<sup>339</sup>

A ação da Associação Comercial provinha da constatação de que os ataques dos *bandidos* estavam aumentando, se tornando mais audaciosos o que acarretava prejuízos sentidos mediante “uma virtual depressão econômica”, posto em que tais atos “quase paralisaram os negócios entre a capital e o interior”. A insatisfação, exposta nas páginas dos jornais da capital paraibana, logo ganhou as ruas. Ainda em agosto, o setor comercial organizou uma mobilização em que os comerciantes “fecharam suas portas ao meio-dia para comparecer a uma manifestação de protestos” pelas ruas da capital. Os protestos levantavam a necessidade de medidas mais duras e efetivas contra o banditismo no interior do Estado e nas proximidades da Capital. Como resultado, uma comissão de representantes da Associação Comercial foi montada e enviada para uma audiência com o presidente do Estado ainda no mês de agosto de 1900. A audiência, que foi acompanhada de uma petição, visou a “offerecer a S. Exc. em nome da classe o seu valioso concurso, no intuito de auxilia-lo na punição dos bandidos”.<sup>340</sup>

Em resposta, o chefe do executivo estadual – José Peregrino – “prometeu-lhe serias e dedicadas providencias para que dentro em pouco tempo a Parahyba esteja livre da acção perversa dos cangaceiros”. O plano consistia em unir forças, “governo auxiliado pelos particulares”, para que “de vez procure reprimir a audacia dos cangaceiros, garantindo a paz e tranquilidade a tantos cidadãos honestos e probos que com suas famílias soffrem as funestas consequências do roubo e da destruição.”<sup>341</sup> Em 1901, na primeira mensagem encaminhada à

---

<sup>337</sup> *Imprensa*, Jornal, Parahyba, 10 de junho de 1900.

<sup>338</sup> Ver *Imprensa*, Jornal, Parahyba, 27 de maio de 1900; e, *Imprensa*, Jornal, 4 de novembro de 1900.

<sup>339</sup> Conferir *O Commercio*, Capital, 4 de agosto de 1900.

<sup>340</sup> Ver leitura de Lewin (1992, p. 256).

<sup>341</sup> *Imprensa*, Jornal, Parahyba, 12 de agosto de 1900.

Assembleia Legislativa do Estado, José Peregrino deixou claro a sua intenção e a estratégia para por fim ao problema. A mensagem dizia que:

Sem perda de tempo, auxiliado poderosa e eficazmente pelo enérgico e activo chefe de segurança pública [Simeão dos Santos Leal], preparei destacamentos volantes ao mando de oficiais intrépidos, e fi-los seguir para as zonas percorridas pelos bandidos, que, perseguidos tenazmente pelas forças expedicionarias, puseram-se em fuga, depois de capturados alguns e eliminados outros.<sup>342</sup>

Na óptica de José Peregrino, as ações do seu governo demonstravam que a captura do grupo chefiado por Manoel Batista de Moraes, conhecido por Antônio Silvino, era questão de dias, ratificada diante da estratégia de apertar o cerco policial nas trilhas por onde transitavam. Ledo engano.<sup>343</sup> As ações contra o grande mal, tornavam-se, portanto, elementos de propaganda do Governo do Estado, ganhando espaço nos jornais, nos livros de memória e nos debates políticos. E diante delas, ao lado do “enérgico” Chefe de Polícia – Simeão Leal – começavam a aparecer lideranças locais que cobriam extensas regiões com a incumbência de montar guarda no enalço dos *bandidos*.<sup>344</sup> Para a imprensa, desde a campanha iniciada por Peregrino, perseguiram-nos “um batalhão de heróis”, em que se destacavam as lideranças locais incumbidas de fechar o cerco a Silvino.<sup>345</sup>

Como informou José Leal, as perseguições eram sempre feitas mediante marchas estafantes, no enalço do “bando” entre trilhas abertas no meio da vegetação e por estradas vicinais. Por vezes, ocorriam embates corpo-a-corpo, com violentas lutas armadas que ocasionavam baixas de ambos os lados e, quase sempre, a fuga do bando.<sup>346</sup> Encontros como esse produziam na opinião pública um sentido de respeito às autoridades e às clientelas que se envolviam diretamente no movimento de pôr fim aos bandoleiros. Nessas investidas, surgiam “heróis” que se destacavam por sua bravura e coragem.<sup>347</sup> Era uma *chance de prestígio* aparecer

<sup>342</sup> Conferir a Mensagem Governamental (Cf. Mensagem Governamental enviada à Assembleia Legislativa da Parahyba na Abertura da 2ª Sessão Ordinária da 3ª Legislatura, em 1º de outubro de 1901. José Peregrino de Araújo – Presidente do Estado. Parahyba do Norte, 1º de outubro de 1901, p. 7-8)

<sup>343</sup> Os primeiros registros da ação do grupo chefiado por Antônio Silvino na Paraíba remontam ao ano de 1897 quando governava o Estado o Presidente Gama e Melo. Na época, o grupo era chefiado por Silvino Ayres, tio de Silvino. Tempos depois alguns membros do grupo, incluindo o próprio Ayres, foram capturados pelo Governo. Foi com a prisão do tio que Manoel Batista de Moraes assume o comando do grupo passando a ser chamado de Antônio Silvino. O grupo atuou na região por quase duas décadas, sendo preso apenas em 1914 em Pernambuco. Sobre a vida e as ações de Antônio Silvino na Paraíba ver Oliveira (2011).

<sup>344</sup> Os indícios dessa propaganda encontram-se, Leal (1965, 328-331); conferir ainda Mariz (1980, p. 191) no item “A imprensa e o governo de Peregrino”.

<sup>345</sup> Cf. *A Província*, Recife, 24 de abril de 1906.

<sup>346</sup> Ver Leal, (1965, p. 215).

<sup>347</sup> Sobre os heróis que perseguiram Silvino, não se curvando diante das ameaças do seu rifle, chama atenção o recorte de Jornal do arquivo de Antônio Pessoa, sem identificação, datado de 31-03-1906. No jornal, em meio a um conjunto de Notas diversas, destacam-se os títulos “Os Bandidos: porque não foram presos ainda?”; “O Sr. José Gouveia”; e “Um Herói Obscuro”. Seguindo a ordem das Notas, após apresentar as razões, segundo o editor,

entre *os bravos homens que lutavam contra o banditismo*. O mito do *herói incansável* – Antônio Pessôa – encontrava nesse enredo a sua base factual e na representação dos jornais assentava suas raízes em uma forte camada narrativa de efervescência lírica.

### 2.8.2 As marcas da história: a relação com Simeão Leal e José Peregrino.

Sinalizei que a guinada do coronel Antônio Pessôa à chefia política de Umbuzeiro fez parte da estratégica atuação de Simeão Leal como chefe de polícia da Paraíba e, portanto, essencial à promoção da imagem do governo de José Peregrino no combate a *um dos males da época*, qual seja, o fenômeno do cangaço. Nas cartas trocadas entre esses três personagens, datadas do período que vai de 1902 a 1908, é latente a expectativa do governo, por meio do seu chefe de polícia, de *acabar com o grande mal*, ficando registrada a atuação de Antônio Pessôa como um colaborador importante para esse fim. Dois fatores colaboraram para isso. Primeiro, um fator de ordem externa. A localização das propriedades de Barra e Umbuzeiro se mostravam como estratégicas aos planos de José Peregrino – executados por Simeão Leal – para a captura de Silvino.

Naquele contexto, o grupo de Silvino “faziam correrias pelos municípios de Taquaretinga, Timbaúba, Bom Jardim, Limoeiro, Caruarú e Pesqueira, tendo estado diversas vezes em Nazareth.” Além destas, o exemplo da Cidade de Surubim, situada a poucos quilômetros de Umbuzeiro, ilustra as pressões que recaíam sobre os Governos de Pernambuco e da Paraíba, levando-os a arregimentar uma guarda para garantir a ordem na região. Naquelas localidades, as ações do cangaceiro tornavam-se frequentes, como noticiava a “imprensa daquele Estado [de Pernambuco]” entre 1902 e 1904. Em 1903, por exemplo, circulavam notícias das ações de Silvino, Cocada e Rio Preto na cidade de Surubim, onde “em pleno dia” haviam “saqueado a respectiva população cobrando e recebendo”, ao que indica, “de porta em

---

porque Antônio Silvino não era preso, a matéria conta a história Sr. José Gouveia, “um sertanejo de robusta conformação física, simpático e valente até a temeridade”. O Sr. José Gouveia era natural de S. Tomé de onde teve que sair com sua família após as investidas de Silvino. Antes de sair, contudo, registrou-se intensos combates entre o proprietário e o “bandido”. Em um dos combates, o Sr. José Gouveia seguia com mais 8 companheiros, dos quais 5 marchavam à sua frente quando foram surpreendidos pelos tiros. Era “uma emboscada para exterminar todo pessoal do Sr. Gouveia”. Dos cinco homens “2 jaziam por terra, feridos e os 3 atiravam com os rifles, a toa”. O tiroteio continuou com a chegada do Sr. Gouveia e demais companheiros. Do outro lado, escondido em uma pedreira, em frente a qual se erguiam frondosas quixabeiras, encontrava-se Silvino e mais oito bandoleiros. Desse episódio, destacou-se “O herói obscuro”, um “crioulo de 22 anos de olhar inteligente e de grande vivacidade”. Ele foi um dos feridos que caiu por terra na emboscada de Silvino. Trazido à Bom Jardim e apresentado ao “ilustre clínico”, Dr. Justino da Motta Silveira que “verificou um ferimento produzido na omoplata esquerda.” Sob os pedidos do Sr. Gouveia, o médico foi incumbido de salvar “este muleque” que lhe era “muito dedicado e valente com as armas”. Segundo a matéria, durante a cirurgia, o crioulo não “soltou um gemido”, rejeitando medicação que o fizesse dormir durante o operatório.

porta, a contribuição pecuniária arbitrada e exigida, sem que a voz da autoridade local ou qualquer outra se levantasse a embargar-lhes a travessura, o desembaraço e ousadia”.<sup>348</sup>

O segundo fator atendeu a razões de ordem mais interna. Ocorre que os documentos apontam que Antônio Pessôa se envolveu numa renhida disputa pessoal com Silvino, cujas razões são incertas, prevalecendo na literatura a informação de que a origem de tudo estava ligada à rejeição “de um apelo de proteção e pedido de dinheiro que lhe fizera o ‘bandido’ [Antônio Silvino], que por isto, se converteu em seu feroz inimigo”.<sup>349</sup> Do ponto de vista da luta pessoal, afirmou Lewin,

[...] por cinco anos, o nome do irmão de Epitácio, coronel Antônio Pessôa, estivera numa lista impressionantemente longa de vítimas a quem Antônio Silvino jurara matar quando encontrasse. Desde o fim da década de 1890, Umbuzeiro fora um dos refúgios de Silvino, além de constituir-se num palco para as suas batalhas armadas e visitas de extorsão. Lá, ele gozava de poderosa proteção do inimigo do coronel Antônio Pessôa, o chefe oposicionista de Umbuzeiro, coronel Sindulfo Calafange Calafate.”<sup>350</sup>

Cruzando os testemunhos de época, a localização geográfica de Umbuzeiro e a contenda pessoal com Silvino colocou Antônio Pessôa na linha de frente do combate ao cangaço, não apenas da Paraíba, mas também do Governo do Estado de Pernambuco. Tal como José Peregrino, Sigismundo Gonçalves, então governador de Pernambuco (1904-1908) entregou a Antônio Pessôa a responsabilidade de montar guarda para capturar Antônio Silvino entre Umbuzeiro e as cidades pernambucanas com as quais fazia fronteira.<sup>351</sup> Além das relações parentais com Sigismundo Gonçalves e a amizade com José Peregrino, já citadas, as ações de Antônio Pessôa junto aos dois estados contra o banditismo também se explica pelo vínculo que passou a estabelecer com a Guarda Nacional nessa época.

### 2.8.3 O coronel Antônio Pessôa.

Em 1902 Antônio Pessôa foi nomeado, por decreto de 16 de setembro, “Tenente Coronel Comandante do 122º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional do Município de Recife”, patente que lhe assegurava condição legal para “extenuar as correrias atrás dos cangaceiros”.<sup>352</sup>

<sup>348</sup> Conferir a Mensagem Governamental (Cf. Mensagem Governamental enviada à Assembleia Legislativa da Parahyba na Abertura da 4ª Sessão Ordinária da 3ª Legislatura, em 1º de outubro de 1903. João Peregrino de Araújo – Presidente do Estado. Parahyba do Norte, 1º de outubro de 1903, p. 22-23).

<sup>349</sup> Cf. *Diário da Borborema*, Jornal, Campina Grande, 17 de março de 1963.

<sup>350</sup> Cf. Lewin (1993, p. 258).

<sup>351</sup> Ver sobre isso, *A Província*, jornal, 7 de junho de 1910.

<sup>352</sup> Ver *Diário de Pernambuco*, Jornal, Recife, 6 de junho de 1910. Conferir ainda sobre isso declaração de Sigismundo Gonçalves feita no *Jornal do Recife*, Jornal, Recife, 10 de abril de 1908. Conferir patente de coronel de Antônio Pessôa disponível em IHGP, AP:DP. Localização A5G4P1. Sem numeração. Conferir, na mesma

Naquele período, além de abonar a condição de protetor do clã, a patente era um passaporte para intensificação da atividade política. A sua obtenção também sinaliza, portanto, a busca por situações de *status*, no caso específico, interessada em demarcar um lugar mais sólido no campo da atividade política. Além disso, como coronel *de jure*, Antônio Pessôa intensificou o cerco a Silvino, contando, para isso, com uma extensa rede de informantes espalhados pela região. As várias cartas que guardou em seu arquivo pessoal dão conta desse aspecto. Nelas, os informantes da Paraíba e do vizinho Estado de Pernambuco, situam o coronel acerca dos possíveis passos e ações de Silvino na região.

Diante dessas informações, o governo da Paraíba, por exemplo, intensificava o cerco na pretensão de capturar Silvino, conforme demonstram as cartas de José Peregrino a Antônio Pessôa.<sup>353</sup> Em uma dessas cartas, datada de 6 de setembro de 1903, a partir das informações sobre o paradeiro do “bandido Antônio Silvino” na região entre Umbuzeiro e Aroeiras, Peregrino assegurou apoio das forças policiais ao Coronel Pessôa. Sobre isso, informou “... do mais que diz respeito à perseguição do bandido, tenho nesse empenho um praça em Natuba... outro estacionado em Ingá... um do lado de Campina, outro em Fagundes... e um sargento de minha plena confiança que estacionara agora com dez praças no termo de Cabaceiras com ordem de vigiar toda a comarca de S. João... [São João do Cariry]”<sup>354</sup>

Apesar das investidas do governo e da ação de Antônio Pessôa, o grupo de Silvino seguiu ganhando fama.<sup>355</sup> Para tornar as coisas piores, ganhava repercussão pela imprensa os casos de proteção que Antônio Silvino recebia em meio aos proprietários locais. A conexão entre o banditismo e os chefes políticos locais, os famosos “coiteiros”, que protegiam o “bando

---

localização, pedidos de licença feita ao Comando Superior da Guarda Nacional no Recife em 6 de julho de 1910; bem como guia mudança expedido pelo mesmo órgão ao coronel Pessôa em 30 de janeiro de 1911. Em ambos os documentos há informações sobre a nomeação de Antônio Pessôa como “Tenente Coronel Comandante do 122º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional do Município do Recife, nomeado por Decreto de 16 de setembro de 1902.”

<sup>353</sup> Conferir sobre isso cartas de José Fábio da Costa Lira ao compadre Toinho, em 26 de abril de 1904; 3 de junho de 1904, e 24 de fevereiro de 1907; Cf. Carta de Salustiano da C. Melo ao amigo Toinho em 4 de setembro de 1904. ACAP/2. Sem numeração. Conferir sobre a luta aberta contra o cangaceiro Antônio Silvino em Umbuzeiro, carta de Christiano Lauritzen à Antônio Pessôa datada de 19 de abril de 1906. Na referida carta, o *gringo* dá sinais da intensa correspondência trocada com o amigo Cel. Antônio Pessôa, notadamente sobre as “perseguições a Silvino” desempenhada por ele e seus amigos nos arredores de Campina Grande. ACAP/2. Sem numeração.

<sup>354</sup> Ver cartas de José Peregrino ao Coronel Antônio Pessoa; De Eptácio para o coronel Antônio Pessoa, Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1901. Conferir ainda carta de Simeão Leal ao Coronel Antônio Pessôa em 15 de janeiro de 1904. Disponível em ACAP/1. Sem numeração.

<sup>355</sup> Para Oliveira (2011, p. 69), destacando as várias representações que recaíram sobre o cangaceiro no período, “Silvino se colocava como defensor dos mais pobres, protetor das virgens e viúvas e que só matava em sua própria defesa, além de demonstrar atitudes cavalheirescas e gestos de generosidade”. O cangaceiro “poupava adversários valentes; respeitava damas, donzelas, velhos, crianças e doente; devotava profunda honra à mulher casada e, por consequência, possuía amigos que o defendiam e prezavam sua amizade”. Essas características foram ressaltadas no imaginário popular pelas histórias contadas sobre Silvino em prosa, conversas e em versos como os presentes na literatura de Cordel.

de desordeiros” eram sempre polemizados quando apareciam nos jornais. Já em junho de 1900, o Jornal *Imprensa*, por exemplo, informava aos seus leitores acerca das ameaças e investidas da “horda de cangaceiros” aos “domicílios ruraes dos que não lhes acoitam, nem os protegem na faina ingloria de anarchisar e destruir tudo”. Como protesto, apelava: “tenhamos mais amor a esta terra que nos servio de berço; tenhamos mais dó do povo que sofre pelas constantes correrias desses infelizes patrocinados”. Pois o povo, “senhores políticos, que vos dá votos, que se sacrificam pelo ganho da vossa causa na boca das urnas, o povo que vos serve, esta irrequieto; é victima de atrozes perseguições; geme sob o peso de muitas misérias”.<sup>356</sup>

#### 2.8.4 Os Pessôa e o cangaço.

Nos termos de Lewin “a crítica explicita de que o banditismo coexistia com o coronelismo desenvolveu-se em sofisticação e intensidade entre 1900 e 1912. Durante esse período, Eptácio e seu irmão [Antônio Pessôa] residente em Umbuzeiro vieram a ser envolvidos pessoalmente pelo problema que Silvino e outros cangaceiros recebiam de figuras influentes da oligarquia dominante [Machado-Leal].”<sup>357</sup> As notícias de envolvimento dos Pessôa com o cangaço foram uma autêntica ameaça à honra e ao prestígio do nome da família que Antônio e Eptácio tiveram que enfrentar na Paraíba e em Pernambuco nesse período. O polêmico caso do coronel Manoel Caetano Pereira de Queiroz, influente político e abastado proprietário de terras em São Vicente, no município de Nazaré – próximo a Umbuzeiro no vizinho Estado de Pernambuco – ilustra a repercussão desse possível envolvimento e as estratégias de Antônio Pessôa e, por extensão, o próprio Eptácio para desvincular o seu nome de toda e qualquer ação desenvolvida por Silvino na região.

##### 2.8.4.1 *Novas ameaças à honra e ao prestígio: Antônio e Eptácio na defesa da tradição familiar Pessôa.*

Em fevereiro de 1904, *A Província* trouxe notícias do paradeiro de Silvino a partir de uma carta enviada à redação do jornal por um suposto morador local que, segundo os redatores, mereciam toda a confiança. As notícias informavam que Silvino havia estado em São Vicente, denunciando o encontro entre ele e o coronel Queiroz, chefe político local. Segundo o informante, aquela autoridade local havia pedido “o auxílio do seu prestígio [de Antônio

<sup>356</sup> Cf. *A Imprensa*, Jornal, Parahyba 7 de junho 1900.

<sup>357</sup> Cf. Lewin (1993, p. 257).

Silvino] para não serem postos em liberdade os indivíduos presos como assassinos do Capitão Porfírio”. Em troca, o coronel Queiroz havia entregado a Silvino a soma de “500\$00” (quinhentos mil réis) para garantir o seu auxílio. Ainda de acordo com o informante, Silvino aceitou o acordo, prometendo assegurar com a “boca de seu rifle” que os acusados presos não fossem soltos, nem sob pedido de *habeas corpus*. Para a opinião pública criada pelos jornais, esse “fato assombroso” era visto com uma afronta ao poder público, na medida em que “o coronel Queiroz, suplente de delegado em Nazareth e político de influência”, expunha “desse modo a justiça do município ao bacamarte de Antônio Silvino”.<sup>358</sup>

Para a imprensa, a aliança com Silvino apontava que o coronel Manoel Caetano Pereira de Queiroz “não quis confiar a lei e a inteireza de seus amigos e correligionários o castigo do crime e dirigiu-se ao salteador perverso que ensanguenta Pernambuco”, um homem que “saqueia povoações inteiras e escarnece do nosso governo debaixo da proteção valiosa de quem se honra com a sua parceria, e o número desses protectores não é pequeno aumentando cada vez mais”.<sup>359</sup> Em outra matéria, o mesmo jornal repudia a escolha do coronel Queiroz e ironiza o fato de ele ser “uma autoridade policial, um homem de influência e posição, que se quizesse teria prestado um grande serviço a Pernambuco se com seu exemplo encorajasse os tímidos, capturando os miseráveis que”, relembram, “há muitos annos aterrorizam povoações inteiras e vivem de roubo em roubo, a ensanguenta-las”.<sup>360</sup>

Dias depois, a face do informante que subscrevia as notícias de *A Província* na região de São Vicente foi revelada, tratava-se do coronel Antônio Pessôa. As razões que o levaram a assumir essa postura se ancorava no fato de que entre os acusados do assassinato que serviu de objeto para o suposto acordo entre Silvino e o coronel Queiroz estava um morador de suas terras, chamado Manoel Bernardino. Esse morador foi citado em um processo criminal como acusado de envolvimento no assassinato Capitão Porfírio Alípio Pereira de Queiroz – muito provavelmente parente do próprio Manoel Caetano Pereira de Queiroz – outro conhecido proprietário de terras na região de Nazaré. O crime ocorreu no engenho Jucá, de propriedade da vítima, no dia 22 de novembro de 1903, tendo chocado a opinião pública, noticiado pelos jornais como “o bárbaro assassinato do Jucá”.<sup>361</sup>

---

<sup>358</sup> *A Província*, Jornal, Recife, 07 de fevereiro de 1904.

<sup>359</sup> *Ibidem*.

<sup>360</sup> *A província*, Jornal, Recife, 07 de fevereiro de 1904.

<sup>361</sup> Consta nos autos do Processo que o corpo do Cap. Porfírio fora encontrado “em um estado deplorável, tendo a cabeça inteiramente esmigalhada, estendido no lugar onde havia sido levado pelos indivíduos que o procurou de véspera”. Ver cópia de Processo do Cap. Porfírio. Localização: AP: DP – A5G4P1/4.

A inclusão do nome desse morador no processo teria atingido a moral e a honra do coronel Pessôa na medida em que ligava indiretamente o seu nome ao crime. Com um agravante, nos autos do processo, o crime havia sido praticado por uma horda de malfeitores ligados ao bando de Antônio Silvino. A aproximação alegada no processo inquietou o coronel, preocupado com a possibilidade do seu nome aparecer nas páginas dos jornais associado às “bárbaras” ações de Silvino na região. Desse modo, a carta enviada pelo coronel Pessôa aos redatores do jornal *A Província* tinha a intenção de (in)formar à opinião pública sobre o envolvimento de Silvino com as autoridades locais imbuídas de investigar o crime. O alerta, portanto, pretendia contrapor-se às acusações de que um morador da sua fazenda no Umbuzeiro houvesse participado do crime, por questionar a conduta da autoridade policial – coronel Queiroz – responsável por investigar o caso e prender os acusados. Como informante do jornal, Antônio Pessôa sugere que era vítima de uma conspiração que visava desprestigiá-lo.

#### 2.8.4.2 *O jogo retórico de Antônio Pessôa: a intriga como estratégia de defesa da honra e do prestígio.*

Do ponto de vista da atividade política, talvez não haja novidade na postura de Antônio Pessôa. Balandier afirma que no jogo do poder, os personagens políticos lançam suas cartas de acordo com a ocasião, sobretudo preocupados em transformar em vantagens as ameaças daqueles que compõem a sua antítese, a sua oposição. Converter “essas ameaças em vantagens” faz parte do jogo político como uma espécie de lei, em que o “desvio provoca a vergonha, a culpabilidade aos próprios olhos e a censura aos olhos dos outros.” Submeter os opositores ao ridículo, desmascará-los, promover *lutas verbais*, promover confusões que tendem a inverter imagens em meio a opinião pública, incitar o constrangimento são aspectos de comportamentos teatralizados. No jogo de aparências, é comum os atores políticos embaralharem as cartas, envolvendo a sua trama em um jogo de intrigas, como parte integrante de sua dramatização.<sup>362</sup> Nesse caso, o jogo retórico do coronel Antônio Pessôa na imprensa, invertendo a tônica das acusações, era uma forma de reabilitar a honra, defendendo o prestígio do nome.

Atendendo a essa finalidade, na carta enviada ao jornal *A Província*, o “criterioso informante” acresceu ainda que “Antônio Silvino, para se vingar de Antônio Pessôa, por ele condenado à morte, fez com que incluísse no processo dos assassinos do Jucá, em caráter de mandatário, o sr. Manoel Bernardino, homem de toda confiança do mesmo coronel, morador

---

<sup>362</sup> Cf. Balandier (1982, p. 23).



em sua fazenda no Umbuzeiro, Estado da Parahyba, de onde não saíu no dia do bárbaro crime!”.<sup>363</sup> Na visão do informante, desprestigiar a imagem pública do coronel Pessôa foi a forma encontrada por Silvino para se vingar de um dos seus inimigos declarados na região. Ou seja, como informante das ações de Silvino em Nazaré, o coronel Pessôa investe no argumento de que o cangaceiro entendia os efeitos dúbios que a associação ao seu nome poderia trazer às lideranças locais frente à opinião pública. Pois, se de um lado, a aliança ao rifle de Silvino trazia alguma segurança ao requerente; de outro, colocava-o ao lado da horda de inimigos do Estado e da opinião pública, desprestigiando os postos de autoridade, a honra e o prestígio adquiridos mediante a coragem de relutar contra as ameaças do *seu rifle de ouro*.<sup>364</sup>

Evidências disso é que dias depois da divulgação da matéria que acusava o envolvimento do coronel Manoel Caetano Pereira de Queiroz com Antônio Silvino, em 11 de fevereiro, o mesmo jornal publicou uma matéria em resposta aos pedidos Dr. Antônio Vicente, genro do primeiro. Na carta, Antônio Vicente, sentindo-se indignado com as acusações que recaíram sobre o sogro, solicitava que os redatores do jornal apresentassem as provas que certificassem às denúncias levantadas. Nos dias que se seguiram ao envio dessa carta, Antônio Vicente continuou a defender a honra do sogro usando para tal fim as páginas de um periódico em Nazaré, *A Cidade*. Ao recorrer aos jornais, a estratégia do coronel Queiroz, através do seu genro, era a mesma de Antônio Pessôa, a saber, desvincular o seu nome ao do cangaceiro. Em comum, havia, portanto, a preocupação com a honra e o prestígio. Do lado de *A Província*, advogando em defesa do “distinto amigo sr. coronel Antônio Pessoa”, os redatores apontavam as inúmeras pessoas, supostas testemunhas que haviam presenciado “o encontro do coronel Queiroz com o bandido Silvino” na casa do capitão Inojosa.<sup>365</sup>

Para defender o não envolvimento do coronel Pessôa *no bárbaro assassinato do Jucá*, o redator afirmou que “o morador do sr. Coronel [Manoel Bernardino] há muito que persegue Antônio Silvino na Parahyba e é um dos sentenciados à pena última das ameaças do feroz assassino.”<sup>366</sup> Seguindo a mesma orientação e o mote dos redatores do jornal *A Província*, Antônio Pessôa passou a travar uma verdadeira batalha pela imprensa pernambucana contra as acusações que o associavam às ações do bando na região. Em um dos artigos, por exemplo, Antônio Pessôa escreveu aos redatores de *A Província* para rebater as críticas e acusações que

---

<sup>363</sup> *A Província*, Jornal, Recife, 07 de fevereiro de 1904.

<sup>364</sup> Na literatura popular, Antônio Silvino também é chamado de *rifle de ouro*, uma referência ao seu rifle Winchester 44 e a sua mira aguçada, elementos traduzidos como sinônimo de sucesso de suas empreitadas quando era capaz de acertar o inimigo a distância.

<sup>365</sup> *A Província*, Jornal, Recife, 11 de fevereiro de 1904.

<sup>366</sup> *Ibidem*.

o sogro do coronel Queiroz havia feito a ele nas páginas do *Jornal do Recife*. Nessa nota afirmou “s.s [Antônio Vicente] atribuía a mim, embora de um modo um pouco velado, a autoria d’essas informações”; para tanto, vinha a público “não só assumir a responsabilidade d’ellas, como também esclarecer alguns factos obscuros e principalmente varrer a minha testada, das insinuações pouco lisonjeiras a minha pessoa, assinadas pelo mesmo dr”. Entre eles declarou a “afeição, acatamento e respeito” que sentia pelas famílias conhecidas da região e que incluía a família do próprio coronel Queiroz, “filho do fallecido major José Caetano, amigo íntimo que foi do meu pai”.<sup>367</sup>

Um forte jogo retórico foi criando, assim, uma série de camadas narrativas que tendeu a justificar a existência lendária do herói incansável, isto é, do coronel Antônio Pessoa. Pode-se afirmar, portanto, que advém desse período as primeiras acusações de envolvimento da família Pessoa com as ações de Silvino na região.<sup>368</sup> Atingindo primeiramente o coronel Pessoa, tais acusações chegaram à Epiácio ainda em fins da década de 1900. Mesmo após 1914, quando Silvino e seu grupo foram capturados pelo governo de Pernambuco, às críticas relacionadas a esse envolvimento permaneceram, sendo usadas por seus opositores no intuito de desprestigiarem as duas lideranças políticas. Respondendo a uma delas em 1909, Epiácio escreveu ao sobrinho João Pessoa repudiando o conteúdo de um artigo publicado no dia 2 de março no *Diário de Pernambuco*. No telegrama, diz não acreditar que a “balela de Antônio Silvino volte a baila [referindo-se a suposta proteção dos Pessoa às ações de Silvino]”, naquele momento. Reconhecia não ser “preciso dizer-te que nunca, direta ou indiretamente, favoreci ou pensei se quer em favorecer a ação de Antônio Silvino”. Explica,

... da existência de Antônio Silvino, a primeira vez que tive conhecimento foi por carta de teu Tio Toinho, pedindo-me providências contra êle! Não há notícia de que um só amigo meu tenha protegido o bandido; mas há notícias de que muitos dos meus melhores amigos foram por ele perseguidos e prejudicados. Haja vista João Barbosa, meu compadre, meu amigo dedicado, proprietário abastado, que teve os seus campos talados, o seu gado destruído e se viu afinal forçado, com a sua extensa família, a mudar-se de Aroeiras com prejuízos incalculáveis. – Umbuzeiro, onde nasci, onde tinha amigos de infância e o núcleo mais compacto de meus correligionários, era o campo preferido por Antônio Silvino para as suas depredações: que o digam Aroeiras, Matinadas, Oratório, Mata Virgem, etc. – Pois não é curioso que o bandido perseguisse os amigos e o município de seu protetor e dexasse em paz os dos seus adversários?<sup>369</sup>

<sup>367</sup> A *província*, Jornal, Recife, 12 de fevereiro de 1904.

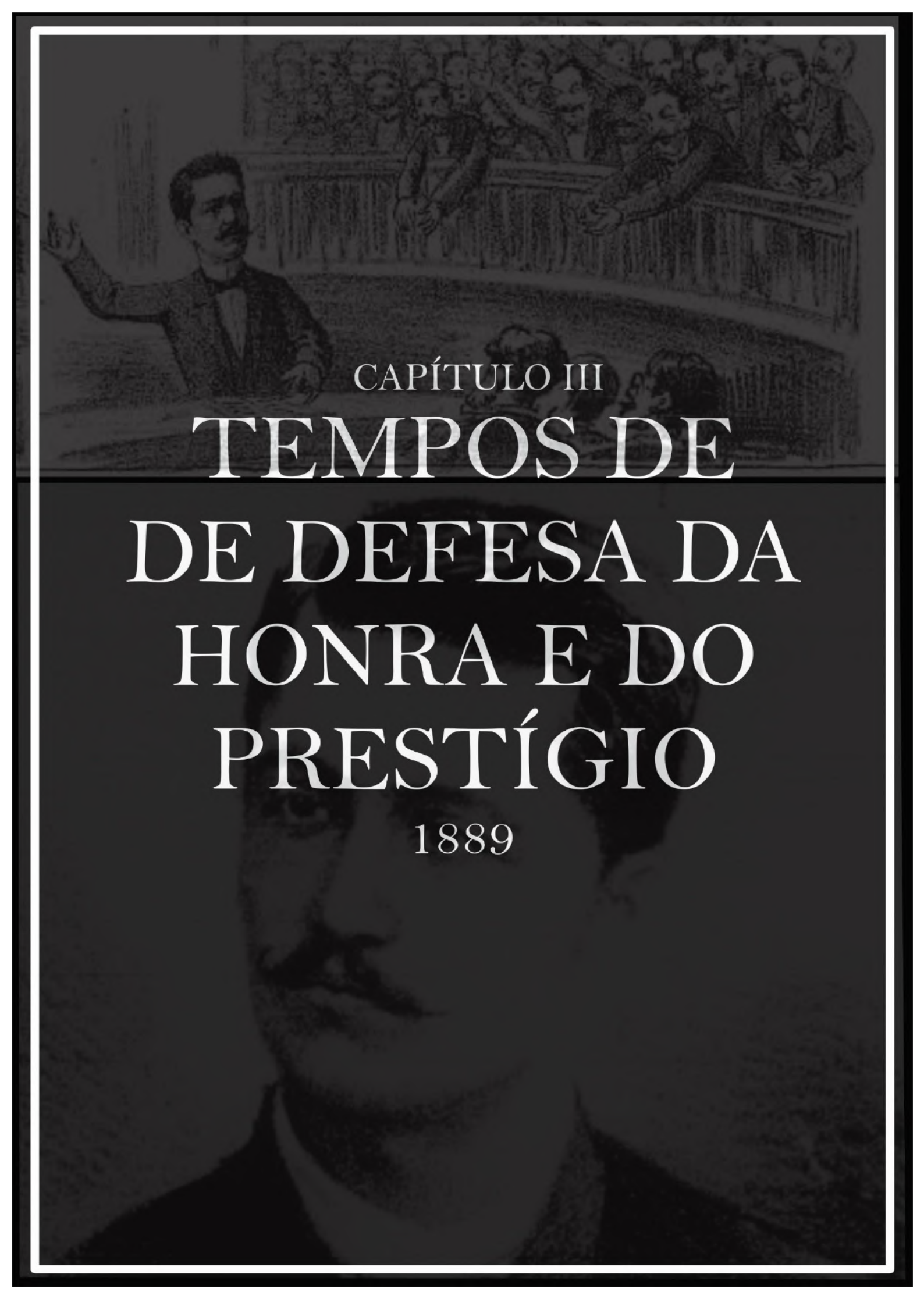
<sup>368</sup> Segundo Oliveira, analisando o caso na perspectiva da trajetória Antônio Silvino, em meio as trocas de acusações, “Antônio Vicente disse que o coronel Pessoa conhecia os chefes da política paraibana que se colocavam a serviço de Silvino e vice e versa”. Provavelmente, continua o autor, “Vicente se referia a umas declarações feitas pelo próprio Silvino no Engenho Tabatinga e publicadas em diversos jornais, nas quais dizia que Epiácio Pessoa, irmão de Antônio da Silva Pessoa, e seus amigos eram seus protetores”. Cf. Oliveira, (2011, p. 164).

<sup>369</sup> Epiácio à João Pessoa, Petrópolis, 13 de março de 1909. In. PESSÔA, Epiácio (1965, p. 5-7).

E completa, “aliás, na Paraíba e em Pernambuco, é sabido por todos que Antônio Silvino só tem sido perseguido por um homem, com risco de vida e de propriedade, e esse homem é irmão e irmão [Antônio Pessôa] muito amigo do Dr. Eptácio Pessoa”.<sup>370</sup> Na defesa de Eptácio, chama atenção a tentativa de avultar a honra e o prestígio do nome que, em sua visão, diferente dos seus detratores, era abonada pela aguerrida e heroica atividade do coronel Pessôa na luta empreendida contra o banditismo. Defendida nestes termos, a imagem heroica do coronel Antônio Pessôa contra o banditismo tem, portanto, origens mais remotas e remete ao esforço da família em defender a honra e o prestígio social. Essa constatação permite abrir um novo capítulo, preocupado em entender aspectos significativos da trajetória de Eptácio Pessôa como um personagem preocupado com a mesma matéria, qual seja, criar e defender o prestígio familiar. Nele continuo seguindo a perspectiva de apresentar uma ordem de fatos a partir dos testemunhos de época e, por vezes, problematizando a sua inscrição na visão dos familiares. Estratégia fundamental para o meu propósito de analisar como foi sendo construído o nome da família envolvida por um prestígio social, bem como a sua inscrição em um projeto de memória, ou seja, dando forma a *tradição familiar Pessôa*.

---

<sup>370</sup> *Ibidem*



CAPÍTULO III

TEMPOS DE  
DE DEFESA DA  
HONRA E DO  
PRESTÍGIO

1889

### CAPÍTULO III

*Daqui deste Umbuzeiro árido, mais que lhe vivia na alma como um jardim florido, [Epitácio Pessôa] partiu a sua predestinação aos fatos da vida, enfrentando-a com decidida coragem, tal como no brilho cálido com que as palavras transfiguradas pelo espírito despertam no pensamento notas de música e raios de luz.*

Adhemar Vidal

*Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como a narrativa coerente de uma sequência significativa e coordenada de eventos, talvez seja ceder a uma ilusão retórica, a uma representação comum da existência [...]*

Pierre Bourdieu

#### 3.1 O TEMPO DE FORMAÇÃO: NOVOS MOMENTOS DA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM LENDÁRIA DE JOSÉ PESSÔA.

Para seguir nas trilhas abertas na narrativa que segue, é possível recuar alguns anos no tempo de *formação* de Epitácio – assim nomeado por Gabaglia Pessôa e que vai de 1874 a 1886 – para perceber como foi fabricada a *tradição familiar Pessôa*. Chama atenção, nesse caso, um primeiro episódio ocorrido naquela fatídica viagem em que José Pessôa deixou Umbuzeiro com a família em direção a Recife para tratar da sua esposa. De acordo com a biografia de Epitácio Pessôa, estando “a meio caminho da capital, pernoitam em casa de um compadre, também senhor de Engenho, o coronel Bezerra de Melo. Ao despedir-se do coronel Bezerra na manhã seguinte, José Pessôa pronuncia uma palavra curiosa”. Diz, “mostrando o pequenino Epitácio, montado a cavalo a seu lado: ‘Você vê esse menino, compadre? Pois olhe bem pra êle: será um dia presidente da República’. O gesto de José certamente despertou a curiosidade do leitor que folheou as páginas da biografia oficial de Epitácio Pessôa, de modo a refletir sobre as perguntas: “que significaria isto? Intuição do amor paterno? Ou simples brincadeira de pai vaidoso?... Mas, neste caso, porque falar em república, quando se apuravam as primeiras reivindicações republicanas?”<sup>371</sup>

Ao trazer a lume o suposto gesto de José Pessôa, as perguntas acima colocam-no em um primeiro plano na leitura familiar do episódio a partir da clarividência, cuja palavra acentuaria a predestinação do seu filho caçula. O gesto inaugurou a entrada da *epopeia* de Epitácio Pessôa em uma espécie de tempo mítico, corroborando para a identificação da aura mística que marcaria a sua personalidade pública no futuro e que, de acordo com a visão da família, trazia

---

<sup>371</sup> Gabaglia Pessôa, (1951, p. 27).

consigo desde a mais tenra idade. Aliás, os primeiros episódios da vida de Epitácio, isto é, o nascimento e o rito de nomeação, também foram registrados de modo a indicar o misticismo que recairia sobre a sua imagem pública futura. Basta lembrar, conforme relatou Gabaglia Pessoa, que o quinto filho do casal José e Henriqueta Pessoa que nascera em 23 de maio de 1865:

Deveria chamar-se Joaquim, nome de um dos seus tios [irmão de José Pessoa], mas, apenas nasceu o menino, lembrou-se o pai de procurar na folhinha o nome do Santo do dia e deu com S. Epitácio, bispo espanhol, que morreu queimado em burgos, no século II. Imediatamente resolveu dar-lhe êsse nome, de que êle não gostaria, mas iria assumir, no decurso de uma vida pública prestigiosa, a ressonância de um nome de guerra.<sup>372</sup>

O registro remete ao costume dos habitantes do Norte em procurar na “folhinha”, provavelmente no *Martyrologium Romanum*, o nome do santo do dia para nomear o filho ou a filha recém-nascido. Ao destacar a ressonância do simbolismo do nome do mártir católico, morto em defesa da fé, a autora acrescentou um componente importante na *epopeia* de Epitácio Pessoa, pois a partir dela, avultou a referência de uma imagem aguerrida, explicativa da alegada personalidade combativa do político paraibano. Ao que sugere a fonte, a imagem de São Epitácio teria sido apropriada por Epitácio Pessoa ao longo da sua trajetória para justificar as ações que o levaram a galgar uma prestigiosa carreira pública.

Essa imagem foi endossada por Carlos Dias Fernandes, para quem Epitácio, desde a tenra idade, era “o cronometro da sua mesma vontade”, acrescentando que este era um dos aspectos “potencias da su’alma [que] serão os propulsores do seu destino, uma coisa tão chimérica e tão realizável, que os fortes alcançam pela coragem, pelo trabalho, pela perseverança.”<sup>373</sup> Em homenagens póstumas feitas por Adhemar Vidal, este aspecto também foi lembrado ao afirmar que “deste Umbuzeiro árido, mais que lhe vivia na alma como um jardim florido, partiu a sua predestinação aos fatos da vida, enfrentando-a com decidida coragem [...]”<sup>374</sup> Aqui, três espessas camadas narrativas foram sobrepostas sobre a trajetória de Epitácio Pessoa, as duas primeiras com projeções nacional, ambas circulando na Paraíba e dando-lhe aspectos e

---

<sup>372</sup> A referência ao fato de que Epitácio não gostaria do seu nome próprio, caso pudesse ter escolhido, é explicada ao longo da própria biografia. No capítulo que trata da *Evolução Religiosa*, Gabaglia Pessoa (1951, p. 867) explica que Epitácio nasceu em um ambiente de forte tradição católica entre os pais e familiares em Umbuzeiro, o que justifica, de um lado, a escolha do nome do santo católico feita por José Pessoa. Essa fé partilhada entre os parentes costumava recordar em suas lembranças de infância. Por outro lado, afirma que Epitácio Pessoa, “ao terminar o curso ginasial, por volta dos quinze anos, pouco lhe restava da sua fé infantil, sem raízes profundas e sem cultivo. Acabou-se de perde-la na Faculdade de Direito do Recife, dominada pela influência de Tobias Barreto e da filosofia alemã”. Desde então “a igreja católica inspirava-lhe, senão franca hostilidade, pelo menos desconfiança irredutível [...]. Cristão não era mais [...]”.

<sup>373</sup> Cf. Dias Fernandes (1919, p. 13).

<sup>374</sup> Cf. Adhemar Vidal, (1942, p. 5).

ingredientes lendários. Em ambos os casos, os autores esqueceram de sinalizar que a trajetória do biografado foi inscrita em uma série de ocasiões, circunstâncias e fatos históricos, demonstrando que a vida dos sujeitos é móvel e mutante escapando ao ordenamento inscrito por supostas visões predestinadas. Ceder a essa retórica comum é reproduzir uma *ilusão biográfica*.

### 3.1.1 Epitácio: um filho da República?

Outro aspecto interessante extraído da suposta visão clarividente de José Pessoa usada para compor a *epopeia* de Epitácio foi a menção à República. A partir dela, a memória edificante de Epitácio Pessoa tendeu a se inscrever em em uma *linha do tempo* na qual a década de 1870 assume um lugar de destaque, marcada por dois acontecimentos singulares. Os redatores da sua *memória jurisprudencial*, guardada junto ao Supremo Tribunal Federal, por exemplo, elaboraram uma *Linha do Tempo do Ministro Epitácio Pessoa*, destacando que ano de 1870, quando tinha 5 anos de idade, “em dezembro, o jornal carioca *A República* publica o ‘Manifesto Republicano’, assinado por mais de cinquenta profissionais liberais (advogados, médicos, engenheiros, professores), que inaugura publicamente a decadência da monarquia e a intenção de implantação do federalismo republicano no Brasil.”<sup>375</sup>

Três anos mais tarde, os pais de Epitácio morreriam no Recife. Órfão de pai e de mãe, Epitácio Pessoa surge nessa memória como um filho pródigo adotado pela República, cuja carreira pública teria ocorrido de forma crescente entre fins do império e as primeiras décadas da história republicana. Trata-se de uma representação ideal para caracterizar a imagem predestinada e lendária de Epitácio Pessoa como um político de visão progressista, que cresceu em um contexto de agitações intelectuais em defesa da República. Tal relação foi usada para referenciar *a estrela predestinada ao sucesso*, que teria sido Epitácio Pessoa, argumento usado

---

<sup>375</sup> Noletto (2009, p. 18), responsável por elaborar o perfil jurídico do Ministro Epitácio Pessoa (ocupante de vaga número 12 do Supremo por dez anos, entre 1902 e 1912), para compor as obras de preservação memória jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal, explica que no referido trabalho “optou-se por apresentar os dados biográficos do Ministro Epitácio Pessoa na forma de uma linha anual do tempo. Cronologia que começa com seu nascimento em 1865 e vai até a edição de suas *Obras Completas*, em 1965”. Segundo o autor, “na medida do possível, a descrição dos fatos em ordem cronológica procurou conciliar o relato de eventos relevantes na política, nas artes e nas ciências, na economia e no direito brasileiro, sem perder de vista, obviamente, os fatos importantes da trajetória do biografado”, cuja leitura oficial foi extraída de Gabaglia Pessoa (1951). Além da inspiração ofertada por Gabaglia, a metodologia adotada justifica-se na afirmativa de que “a história do SUPREMO se confunde com a própria história de construção do sistema republicano-democrático que temos atualmente e com a consolidação da função do próprio Poder Judiciário”.

pelos seus defensores mais fervorosos para explicar a sua rápida ascensão política.<sup>376</sup> Carlos Dias Fernandes, por exemplo, afirmou “nascido, educado e instruído nos tempos do regime monarchico, a sua cultura jurídica e sociológica fal-o republicano e abolicionista aos vinte e um annos de idade [...]”<sup>377</sup> Argumento ratificado por Gabaglia Pessôa, para quem Epitácio Pessôa, “nos últimos anos do Ginásio [Pernambucano], absorveu, como a maior parte dos seus companheiros, as ideias políticas e filosóficas do tempo – um tempo de grande fermentação intelectual.”<sup>378</sup>

Os argumentos sugerem que, embora tenha sido trágica, a perda precoce dos pais é tida como um aspecto determinante à explicação que o próprio Epitácio dava para justificar a sua carreira pública de sucesso. Ao que parece, a perda dos pais e, principalmente do pai, marcou a sua memória com um sentimento ambíguo, levando-o a reconhecer, tempos depois, que “se meu pai tivesse vivido, eu não teria chegado ao que cheguei”, dizia. E explicando: ‘não teria podido estudar com regularidade... meu pai não se resignava a separar-se de mim’.<sup>379</sup> Essa não é uma explicação equivocada, se se levar em consideração que foi após a morte dos pais que Epitácio Pessôa iniciou a formação intelectual em Recife, contexto em que ingressou no Ginásio Pernambuco em 1874, tido como o melhor estabelecimento de ensino primário e secundário da Província.

### 3.1.2 A imagem do Norte e a personalidade de Epitácio.<sup>380</sup>

Apesar disso, de acordo com Gabaglia Pessôa, os anos iniciais no Ginásio Pernambucano remetem à “parte mais sombria da sua orfandade” e marca a sua estada na casa do “suplente-tutor, onde não encontra nem o calor da acolhida nem a singela fartura comum

<sup>376</sup> De acordo com Albuquerque (1988, p. 3), os defensores mais fervorosos de Epitácio Pessoa chegavam a “irritar-se quando se falava que ele era um político de sorte”, dando as razões da discórdia: “Epitácio tem todas as qualidades exigidas para o sucesso. Exerceu com brilho as mais altas posições e nelas prestou grandes serviços ao país. O que ele tinha era valor, e não sorte”.

<sup>377</sup> Para Carlos D. Fernandes (1919, p. 14), a orfandade e vida de privações não tiraram de Epitácio Pessôa o “vigor do intelecto e as virtudes da alma. Era esse [o intelecto], de certo, um patrimônio recôndito e personalíssimo, que o poder da sua vontade arrojou para fora em actos interativos de afirmação e conquista. [...] Essa energia, que já é a organização da vontade, há de couraça-lo para todas as refregas sociais pela atuação do pensamento.”

<sup>378</sup> Gabaglia Pessôa (1951, p. 31).

<sup>379</sup> *Idem* (p. 26).

<sup>380</sup> No período correspondente ao recorte temporal do presente capítulo – década de 1880 – e, durante grande parte da tese, o termo Nordeste está ausente. No dizer de Aranha (2006, p. 18), “até o início do século XX a divisão regional do espaço brasileiro ainda não apresentava as cinco macro-regiões hoje existentes.” Desse modo, diferente da autora – Gabaglia Pessôa – que usa o termo Nordeste para referir-se ao espaço onde foram arrolados acontecimentos vividos por Epitácio Pessôa nessa época, optei por usar o termo Norte, posto que as fontes assim tratam a província da Paraíba – Parahyba do Norte – ou mesmo Pernambuco, como parte integrante de um conjunto de províncias que apresentavam algumas características em comum, a exemplo dos fatores climáticos. Esses fatores, aliás, foram transformados em peças retóricas – discurso da seca – de uso político.



nas casas nortistas. Aí conhece Epitácio as privações materiais e morais, tão agudas no menino pobre e sem carinho”. Esse foi o período em que, “achou-se Epitácio, a bem dizer, só no mundo. De ora em diante, contará consigo mesmo; será seu próprio esteio”.<sup>381</sup>

Uma primeira controvérsia verificada no registro desse tempo de formação parece ganhar forma. Como destaquei, é de se imaginar que Epitácio Pessoa tenha sido levado por um sentimento de tristeza, o que remeteria à solidão trazida pela perda precoce dos pais. Porém, convém lembrar que após esse evento, Epitácio, José e Antônio Pessoa ficaram sob os cuidados do Barão de Lucena, então presidente da Província de Pernambuco, fato que lhe dava certa segurança quanto a obtenção de um ensino de qualidade e de uma vida relativamente confortável na capital pernambucana. Tanto é que, pouco tempo depois de se matricular no Ginásio Pernambucano, o governo da Província suprimiu “por motivo de economia todas as ‘bolsas [de estudo]’”, mas “a de Epitácio foi mantida, a pedido do diretor, como única exceção.”<sup>382</sup> Pela leitura do contexto e das situações históricas, não restam dúvidas que foi o próprio Barão de Lucena que assegurou a continuação dos estudos do sobrinho nesse estabelecimento de ensino.

Desse modo, a referência à solidão e a uma vida de privações materiais pode figurar como um esforço de valorizar a coragem como uma força motriz que impulsionou a carreira pública. Ela ainda remete à identificação do mérito como explicação do sucesso de Epitácio Pessoa, aspecto que o valorizava ainda mais em um contexto no qual a ascensão social e profissional era habitualmente comandada pela precedência das condições favoráveis advindas da família. Prova disso é que, no dizer da autora, “não custa demasiado a acomodar-se às novas condições de vida, pois tem a pronta adaptabilidade das naturezas simples e enérgicas”. Apesar do registro de pequenas quebras de “regulamento colegial [que] eram nêle exuberâncias e atrevimentos da índole, mas nunca falhas morais”, a autora destaca que Epitácio logo “transformou-se e tão completamente que, no fim de seis meses, era ‘prefeito’ da sua divisão, substituto eventual do seu monitor”. De modo que, nos “últimos anos do Ginásio, absorveu, como a maior parte de seus companheiros, as idéias políticas e filosóficas do tempo – um tempo de grande fermentação intelectual”.<sup>383</sup>

A partir daí, seguindo o relato de Gabaglia Pessoa, a personalidade de Epitácio teria sido formada mediante um jogo de referências em contraste que envolveu a memória do tempo de meninice em Umbuzeiro e a experiência vivida na Capital pernambucana. Na sua visão, a

---

<sup>381</sup> *Idem*, p. 28

<sup>382</sup> *Ibidem*.

<sup>383</sup> *Idem*, p. 30/31.

formação intelectual no Recife preenche o campo da experiência em que aparece a previsão do sucesso da vida profissional e política de Epitácio Pessôa. Porém, em contraste com o ambiente da capital pernambucana, a autora entabula a sua visão do Norte marcado pelo marasmo sentido na impressão que dele se tinha de ser “um mundo confinado, um tanto estático”, quase imóvel, conservador e gerido por leis e tradições rígidas, baseadas, em grande medida, no poder familiar.<sup>384</sup> Por outro lado, aponta que este era um mundo “rico de interesse humano e de cor local”, marcado pelo tempo “da grande hospitalidade nordestina nos engenhos e nas fazendas: casa cheia, mesa posta, o parente de fora acolhido com carinho, o estrangeiro de passagem recebido como hospede de honra”. Esse Norte, marcado pela “vida patriarcal e cheiro de terra virgem – marcou-o [referindo-se a Epitácio] indelevelmente”, que dele herdou, entre outros elementos, “o temperamento combativo e simples.”<sup>385</sup>

Visto pelo ângulo da *invenção da tradição*, Gabaglia Pessôa se esforçava para reforçar os elos com o passado familiar, criando uma identidade ligada pelo binômio passado/presente. Cotejando com outras fontes, essa relação com o interior, sobretudo com Umbuzeiro, também deve ser compreendida a partir de outros fatores. Como demonstrado no capítulo anterior, ao sair da Paraíba e fixar residência momentânea no Recife, Epitácio não desfez os seus vínculos com o interior por diversas razões, entre elas, não podemos esquecer que em Umbuzeiro havia ficado grande parte do patrimônio deixado por José Pessôa e Henriqueta. Além das terras e das fazendas, também haviam ficado os laços e relações sociais criadas por aquele patriarca, aqui traduzidas na forma de uma herança associada ao prestígio do nome. Essa herança – *imaterial* – como demonstrarei, foi essencial para o curso da carreira profissional de Epitácio Pessôa, cujas portas foram abertas mediante uma série de *situações de status* e a criação de *chances de prestígio*.

### 3.2 O PRESTÍGIO COMO MOTE PARA A ABERTURA DA CENA: OS PRIMEIROS REGISTROS DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DE EPITÁCIO PESSÔA.

Durante os anos de estudos em Recife, há registros das visitas de Epitácio a Umbuzeiro e região, ocorridas sempre em épocas de férias escolares, onde ficava sob a companhia de parentes e amigos. Nessas viagens, Epitácio Pessôa também era recebido na casa do velho amigo e compadre de José Pessôa, Manuel Assunção Santiago. Tratava-se de uma prática comum que seguia a tradição de as famílias hospedarem o seu estudante, primo, sobrinho ou

---

<sup>384</sup> *Idem* p. 40.

<sup>385</sup> *Idem*, p. 33.

afilhado que vinha da capital em visita ao interior. No caso de Epitácio, segundo a tradição de uma relação de parentesco simbólica, a prática era realçada pelo fato de ter perdido os pais ainda jovem, cabendo aos padrinhos, em ocasiões como essas, acompanhar de forma mais direta a formação do indivíduo. Isso fazia com que fosse recebido como um filho entre os familiares de Manuel Santiago, certamente um orgulho para a família receber o afilhado *doutor* – estudante de Direito – vindo das paragens adiantadas de Recife, motivo pelo qual as estadas de Epitácio na casa do padrinho fossem festejadas.

Esse era um tratamento comparável àquele que o velho Manuel Xavier fazia com Pedro da Cunha Pedrosa, seu afilhado, quando das visitas a sua propriedade, o Engenho Jussara – situado a “três léguas distante da cidade de Timbaúba” em Pernambuco. Durante as férias no Engenho, relembra Pedrosa, “passava os dias no seio da família e era tratado com particular agrado”. Para Pedrosa, “quando ainda não formado, nas férias, era imprescindível um passeio a Jussara e nunca de lá me retirava que não recebesse, ora do padrinho, ora da madrinha, um dinheirinho de presente”. Na casa da família Xavier, conclui, “o Pedrinho (meu apelido caseiro) era considerado um verdadeiro filho”.<sup>386</sup> No caso de Epitácio Pessôa, é provável que essa relação tenha se estendido já aos primeiros momentos da sua orfandade, em ocasiões em que visitara os familiares que haviam retornado para Umbuzeiro. De certo, como no caso de Antônio Pessôa, Manuel Santiago também foi peça chave na busca de Epitácio Pessôa por um lugar na Paraíba de fins do império.

Para tanto, como informou os registros de Antônio Pessôa, já citados, no início da década de 1880 Manuel Santiago apresentava fragilidade em seu estado de saúde. De acordo com Gabaglia Pessôa, nessa época, quase “cego e já alquebrado”, ainda atuava como *advogado provisionado*<sup>387</sup> nas causas judiciais das comarcas de Ingá e municípios limítrofes, incluindo o de Bom Jardim e Limoeiro no vizinho Estado de Pernambuco. Ele havia aprendido “direito por conta própria e como tinha talento e rara probidade, tornara-se uma influência na política e na judicatura locais”, fazendo com que acumulasse prestígio e reconhecimento. Desse modo, a sua amizade era “preciosa para o jovem estudante [Epitácio Pessôa] de espírito curioso”. Na

---

<sup>386</sup> No exemplo desse tipo de relação descrito pelo ex-senador Pedro da Cunha Pedrosa, vem à tona como foi estreitada sua relação com os “estimados padrinhos de batismo, aos quais eu votava afeto extremo desde a minha infância”. Em suas memórias Pedrosa recordava que “meus honrados pais tinham amizade verdadeira aos compadres Manuel Xavier e sua senhora Dona Joaquina. Vivíamos assim na mais estreita e sincera relação de reciprocas afeições”. Segundo ele, os padrinhos concorreram “para o bom êxito da minha pretensão” quando de sua nomeação ao cargo de promotor, comportamento já percebido antes, “quando estudava os preparatórios no Recife” e eles “assinaram e entraram na formação da quota anual para o custeio das minhas despesas do colégio”. A relação entre padrinho e afilhado estreitaram-se ainda mais quando Pedrosa contrai matrimônio com Antônia, filha mais moça do velho Manuel. Ver Pedrosa (1963, p. 36/7).

<sup>387</sup> Nome que se dava aos advogados não diplomados pela faculdade. Gabaglia Pessôa (1951, p. 37).

perspectiva da análise de Linda Lewin, Manuel Santiago “lhe fora muito importante por lhe ensinar muito sobre a política do interior sem lei da Paraíba e por instruí-lo nos conflitos faccionais que contribuíram localmente para as divisões políticas no seu município de origem, Umbuzeiro”.<sup>388</sup>

### 3.2.1 O registro memorável das primeiras aparições públicas.

Exemplo disso aparece no registro de um episódio que ocorreu em Ingá no verão de 1883. Epitácio havia concluído o segundo ano do curso e foi passar as férias com o padrinho. Esse período de estada coincidiu com as férias do promotor público da Comarca, advindo daí a necessidade do juiz em procurar um acusador para tratar de diversas ações criminais. Diante da procura, o magistrado se dirigiu à casa de Manuel Santiago, provavelmente para consultá-lo sobre a demanda do Poder Judiciário local, encontrando Epitácio na companhia do padrinho. Da conversa com Manuel consta que resultou o convite feito a Epitácio para atuar nas causas judiciais em substituição ao promotor. A princípio, registrou-se em suas memórias, que o convite foi rejeitado sob pretextos diversos. Para todos os argumentos apresentados, o juiz de direito apontava soluções contra argumentando que Epitácio deveria aceitar. O diálogo entre os dois estendeu-se até que Manuel Santiago “atalhou [dizendo]: aceite, menino! Você deve aceitar”.<sup>389</sup>

Segundo essa versão, aceito o convite, foi um “acontecimento na comarca o aparecimento daquele *estudantezinho* imberbe e franzino [tinha então dezoito anos de idade], como representante do ministério público” local, que, com o brilhantismo das suas ações, fez afluir “gente [de toda parte] para ver e ouvir o promotor-menino”.<sup>390</sup> Se de um lado, o registro do episódio sinaliza a importância do prestígio de Manuel Santiago responsável por abrir a cena em que Epitácio Pessoa parece atuar em meio a uma importante *chance de prestígio*, do outro, a maneira como foi narrado pelos familiares acabou por adensar os aspectos lendários da sua epopeia. Nesse último caso, Epitácio Pessoa foi representado a partir de um encadeamento de imagens, episódios e fatos que parecem nascer um do outro em um complexo jogo de associações feitas para ganhar coerência e dar legitimidade diante da imaginação coletiva.<sup>391</sup>

<sup>388</sup> Lewin (1993, p. 148).

<sup>389</sup> Gabaglia Pessoa (1951, p. 38).

<sup>390</sup> A expressão foi usada primeiramente por Carlos Dias Fernandes (1919, p. 13), posteriormente por Gabaglia Pessoa (1951, p. 38), bem como apropriada por Carlos Pessoa Filho, sobrinho de Epitácio – segunda geração de sobrinhos – em relato biográfico escrito na década de 1990. (1998, p. 9).

<sup>391</sup> Segundo Girardet (1987, p. 17), o *discurso mítico*, criado para dar forma ao mito político, para além de sua ambivalência, para além de sua fluidez, apresenta uma certa forma de lógica discursiva que apoia-se em regras de

Um exemplo está contido na referência à imagem do “promotor-menino” que valorizou a representação de Eпитácio Pessôa destacando suas qualidades intelectuais. Antes de Gabaglia Pessôa (1950) fazer referência a essa imagem, Carlos D. Fernandes já remetia ao contexto em que Eпитácio assumiu interinamente a promotoria do Ingá, lembrando que se espalhou “pela vila a notícia da sua meninice e da sua rara eloquência, efluem curiosos de toda parte para ver e ouvir o *promotor menino*.”<sup>392</sup> Nesse ponto, os dois relatos ritualizam, através da repetição, um dos aspectos importantes da identificação da *tradição familiar Pessôa* na referência feitas a José, Antônio e Eпитácio Pessôa como homens que cedo ingressaram no mundo do trabalho. Assim, os registros que tratou dos anos de formação intelectual de Eпитácio transitou entre a apreensão de aspectos factuais e a sua (re)apresentação narrativa feita pela família e/ou por seus entusiastas. O argumento pode ser melhor compreendido quando se analisa três registros de um mesmo episódio que tratou da primeira atuação de Eпитácio Pessôa como advogado assistente.

### 3.2.1.1 Três narrativas, o mesmo episódio: os primeiros atos políticos e a (re)apresentação do prestígio familiar.

Em 1884, cerca de um ano após aceitar o convite para atuar na promotoria de Ingá, Eпитácio estava em mais uma estada pelo interior durante as férias acadêmicas quando foi convidado a advogar na Comarca de Bom Jardim, em um caso de assassinato resultante de uma questão de terras entre duas famílias influentes da região. De certo, o caso “abalara profundamente a opinião pública dada a importância das pessoas nêle envolvidas”. Sobre o seu desfecho judicial, narrou-se que:

Levados os réus ao primeiro júri, foram condenados. Por ocasião do 2º júri, a família pediu a Eпитácio que lhes tomasse a defesa. Desta vez, o estudante que já cursara o 4º ano e se sentia mais senhor da matéria, aceitou sem dificuldade [...]. Na sala do júri, cheia à cunha, os ânimos estavam tão exaltados que o jovem advogado da defesa teve que falar com quatro guarda costas. Pronunciou de improviso uma oração de duas horas. O promotor público era um homem notável pelo saber, o Dr. Ercílio de Souza, mais tarde catedrático da Faculdade do Recife. Falou extensamente e depois dele, o advogado de acusação. Eпитácio treplicou, falando ainda por uma hora e meia. O entusiasmo da assistência tornara-se indescritível. Adversários declarados dos réus ouviram-no, chorando de emoção. Afinal, após uma sessão que durou das 7 horas da noite de um dia às 5 horas da tarde do dia imediato, o júri deu a sentença: absolvição dos réus por unanimidade de votos.<sup>393</sup>

---

constituição, entre as quais, os mecanismos da repetição e da associação de um conjunto de imagens que envolvem e fascinam a imaginação coletiva. A repetição e a combinação apoiam-se em uma *ordenação orgânica* que, segundo o autor, “se inserem em um sistema, inscrevem-se em uma ‘sintaxe’, para retomar a expressão de Claude Levi Strauss: em outros termos, é agrupados em séries idênticas, estruturados em associações permanentes que se apresentam os elementos construtivos da narrativa que elas compõem”.

<sup>392</sup> Dias Fernandes (1919, p. 13).

<sup>393</sup> Gabaglia Pessôa (1951, p. 38)

Partindo da leitura sequencial dos episódios, pode-se imaginar que os ecos da coragem e da capacidade do promotor-menino difundiram-se pela região, sendo esse um fator determinante para o seu credenciamento a atuar como advogado de defesa no polêmico caso de Bom Jardim. Nesse último episódio, a sua atuação profissional foi melhor detalhada, permitindo entender como essa representação aparece cercada de simbolismos característicos do ritual da magistratura.<sup>394</sup> Entre outros aspectos, a referência à capacidade retórica demarcou uma qualidade determinante para o desfecho do caso. No interior da narrativa, essa capacidade remete à origem da imagem do grande tribuno, cuja retórica era capaz de emocionar os espíritos e tocar os corações. A absolvição dos réus pela unanimidade dos votos, como aponta a fonte, representou uma primeira vitória na carreira jurídica de Epitácio Pessôa; vitória que remetia e indicava a reputação do grande jurista que viria a ser.

Para reforçar a coerência dessas imagens, registrou-se que no mesmo dia, após assistir à sessão, “um velho fazendeiro analfabeto dos arredores”, correu para testemunhar o que viu à irmã de Epitácio a quem “resumia na sua eloqüente meia-língua a vibração sentida pela assembleia: – ‘Siá Dona Mirandinha [Mirandolina Pessôa, sua irmã], quando o menino começou a brasmémá [falar] até as telhas chocaiavam””.<sup>395</sup> O registro desse comportamento, além de arrolar uma testemunha, pretende mostrar como os populares da redondeza, ao que sugere imaginar, *a gente do povo*, recepcionaram o episódio e a forma como o nome de Epitácio passava a ser conhecido em sua terra natal. Ao externar suas impressões a Mirandolina, contudo, a mensagem transmitida amplia-se e, para além de atestar as qualidades e habilidades pessoais de Epitácio, reforça o (re)conhecimento do prestígio do seu nome associado à tradição familiar a que pertencia o jovem advogado.

Os fios da narrativa que tratou desse episódio foram reatados em uma obra da década de 1990, escrita por um dos sobrinhos de Epitácio, neto de Antônio Pessôa, o Sr. Carlos Pessôa Filho. Na ocasião, o narrador reproduz o mesmo episódio ocorrido em Bom Jardim, e acresce outro testemunho, afirmando que durante o julgamento coincidiu estar:

[...] naquela cidade o Coronel Heráclito das Vertentes, pai do famoso coronel Chico Heráclio, de Limoeiro. Tinha ido a Bom Jardim para pagar impostos. Pretendia retornar, quando os seus amigos insistiram para que aguardasse o júri, para ouvir um grande advogado. A insistência foi tanta que resolveu ficar. Quando se instalou a

<sup>394</sup> Haroche (1998, p. 60) ao falar do “trabalho do poder político sobre os sentimentos e os corpos”, analisa como, entre os magistrados e os médicos, se identifica mecanismos (capacidade oratória, gestos, posturas) e instrumentos (vestimentas e ornamentos) destinados a excitar a imaginação pelo olhar. Um jogo de aparências envolve o ritual da magistratura cujo objetivo é fazer impressionar, acreditar na execução da verdadeira justiça.

<sup>395</sup> Gabaglia Pessôa (1951, p. 39).

sessão, o recinto apinhado de gente, o Coronel procurou divisar o famoso advogado, viu uma criança sentada ao lado do juiz, não podia supor que fosse Epitácio. Com a sua voz gutural, pois tratava-se de um homem robusto e alto, de tez avermelhada, parecendo um holandês, perguntou pelo advogado. Indicaram-lhe o tal menino. Então em voz alta clamou: ‘você insistiram para que ficasse a fim de ouvir um menino falar!’ Retrucaram: ‘não Coronel, aguarde para ver’. Quando Epitácio ocupou a tribuna [...] foi eletrizando a plateia com a eloquência, provocando lágrimas dos presentes, o Coronel, emocionado, se levantava e sentava na cadeira.<sup>396</sup>

Para além de reiterar os aspectos que remetem às qualidades pessoais de Epitácio Pessoa e reafirmar a coragem e a justiça como sentimentos preciosos para a sociedade em tela, a referência ao coronel Heráclito das Vertentes, personagem que escapou à narrativa de Gabaglia Pessoa na década de 1950, assume um aspecto importante na estrutura narrativa criada pela família sobre as suas lideranças políticas, no caso particular a de Epitácio Pessoa. Essa importância reside na nomeação e identificação de uma testemunha concreta, extraída da realidade histórica da região. Bastando lembrar que o coronel Heráclito das Vertentes era como se conhecia João Heráclito do Rêgo, um conhecido e abastado proprietário de terras entre as províncias da Paraíba e Pernambuco. Para se ter uma ideia de seu poder e prestígio, na época em que o episódio foi ambientado, o coronel Heráclito das Vertentes, “possuía mais de duas dezenas de fazendas, situadas em dois estados e em várias localidades distintas, o que era uma forma de facilitar a gestão da terra e do gado e de reduzir os efeitos da seca”.<sup>397</sup>

Eram fazendas destinadas à criação de gado e ao plantio de algodão, atividades que permitiam a composição de uma extensa rede de amigos e clientes. Entre as décadas de 1880 e 1890, em meio à clientela do coronel Heráclito encontrava-se Antônio Pessoa, ligados pela aproximação de suas propriedades e pelo comércio e trato com o gado.<sup>398</sup> Desse modo, é provável que a referência à reação do poderoso Coronel Heráclito estivesse associada a pretensão de demonstrar que o prestígio de Epitácio e o nome da família ganhavam projeção

---

<sup>396</sup> Pessoa Filho (1998, p. 10).

<sup>397</sup> O codinome Heráclito das Vertentes advém do fato de possuir, na década de 1880, as fazendas das Vertentes, um conglomerado contíguo e englobado de sete fazendas, todas localizadas em lugar chamado Vertentes, nas proximidades de Limoeiro, na Província de Pernambuco. Tratava-se de um conjunto de fazendas bem situadas em uma região montanhosa, de bons pastos, solos férteis e água potável em abundância, fatores determinantes ao gerenciamento do gado espalhados pelas demais fazendas em épocas de seca. A localidade, a posterior da aquisição pelo proprietário, ficou conhecida como Vertentes do Heráclio, hoje uma cidade. A família Heráclio, ainda hoje detém terras espalhadas pela região. Rêgo (2008, p. 85).

<sup>398</sup> O coronel Heráclito era amigo pessoal da família Pessoa, especialmente de Antônio e Epitácio. Sobre isso, Rêgo (2008, p. 88) afirma que a clientela de Heráclio era dispersa por dois estados e por vários municípios. Entre os amigos do coronel, destacava-se “um arcebispo da Paraíba, dom Adauto de Miranda Henriques, dois presidentes deste estado, Antônio Pessoa e João Suassuna, um governador de Pernambuco, Manuel Borba, seu primo, e um presidente da República, Epitácio Pessoa”. Para o autor, o coronel Heráclito das Vertentes, “podia assim ser enquadrado na categoria de coronel interestadual, tal como definido por Eul-Soo Pang, já que possuía interesses econômicos e famílias, bem como uma clientela e relações políticas em dois estados da Federação, Pernambuco e Paraíba”.

em meio aos setores abastados da região já naquele período. De maneira complementar, uma terceira narrativa pode ser apontada. Um recorte de jornal da época, guardado por Epitácio Pessôa em seu arquivo pessoal, dá outro testemunho do mesmo fato e, ao noticiar o polêmico caso e a absolvição dos réus, destacou que naquele júri “ocupou a cadeira da defesa o distinto e inteligente acadêmico Epitácio Lindolpho da Silva Pessôa que logrou pela sua fácil palavra a absolvição unânime dos acusados.”<sup>399</sup>

Diante dessa reunião de testemunhos, não restam dúvidas da inserção do fato narrado enquanto parte integrante da experiência profissional de Epitácio Pessôa naqueles idos de 1880; e, mais, provam a minha perspectiva de que as *chances de prestígio* foram determinantes para a sua projeção política. Porém, juntá-los me parece um exercício necessário para perceber a ordem dos fatos e a sua inserção narrativa dentro do projeto de memória encabeçado pela família. Interpretados em conjunto, os relatos dos dois episódios condensam uma representação de Epitácio Pessôa em que aparecem valores como honra, prestígio, respeito, trabalho, coragem, justiça e capacidade intelectual. Há, entre as imagens, um fio condutor que as entrelaçam. Esse fio tende a explicar a origem de um poder pessoal e de uma tradição familiar. Além disso, no presente capítulo, como em várias partes da tese, a chave da teatocracia exige imaginar a composição mítica de Epitácio Pessôa, partindo da premissa de que o *discurso mítico*, criado para dar forma ao mito político, para além de sua ambivalência, para além de sua fluidez, apresenta uma certa forma de lógica discursiva que se apoia em regras de constituição, entre as quais, os mecanismos da repetição e da associação de um conjunto de imagens que envolvem e fascinam a imaginação coletiva.

### 3.2.1.2 *Uma representação do jovem bacharel: o quartanista de Direito.*

Na visão de Gabaglia Pessôa, “tal era, aos 19 anos, o futuro Procurador Geral da República; tal era o futuro trabalhador da palavra: já combativo e empolgante”. Segundo a autora, esses traços aparecem em “um retrato seu, tirado mais ou menos nessa idade [tinha dezenove anos]” – imagem abaixo. No projeto de memória encabeçado pela família Pessôa, esse retrato assumiu um lugar simbólico, servindo de porta de entrada para composição da imagem de distinção que muitos contemporâneos fizeram da sua personalidade e apresentação pública. O retrato em questão foi provavelmente clicado em Recife pela fotografa Hermina

---

<sup>399</sup> Cf. Recorte de jornal sem identificação. Disponível no IHGB. AEP. Livro 2. Folha 21.



Costa que era proprietária de um foto-estúdio homônimo na Capital Pernambucana e data aproximadamente da mesma época em que ocorreu o episódio do júri em Bom Jardim.<sup>400</sup>



**Fotografia 15.** Epitácio Pessoa. Quartanista de Direito (1885). Gabaglia Pessôa (1951).

Descrito de acordo com a leitura da autora, nesse retrato, Epitácio apresentaria traços fisionômicos marcantes, “a coma lisa, lustrosa e compacta, atirada para trás, a testa ampla lembra Castro Alves. Os olhos penetrantes, mais escuros na imagem que na realidade, não sorriem. O nariz é delicado; o queixo, voluntarioso. A boca bem cerrada, sob o bigodinho nascente, é dura e levemente arrogante. [...] É uma imagem prenunciadora de combate”.<sup>401</sup> Seguindo a minha hipótese de trabalho, além de retomar a ressonância do nome Santo Epitácio, não é por acaso que a semelhança a Castro Alves foi acentuada por Gabaglia Pessôa, posto que pretendeu reforçar a associação entre a sua

personalidade pública e os valores e sentimentos de reformas políticas e sociais difundidos nos centros irradiadores de saber à época, a exemplo da Faculdade de Direito de Recife.<sup>402</sup>

### 3.3 EPITÁCIO PESSÔA: UM LEGÍTIMO BACHAREL DA *ESCOLA DO RECIFE*?

<sup>400</sup> O retrato em tela foi usado por Lewin (1951, p. 37). A imagem é parecida com o retrato clicado em 1886 pela fotógrafa Hermina Costa, na época proprietária do foto-estúdio homônimo na capital pernambucana. Esta fotografia é parte integrante da coleção Francisco Rodrigues e também está disponível na *Wikimedia Commons* e também está disponível – no original – na Fundação Joaquim Nabuco; a outra que também retrata Epitácio Pessoa nessa época, isto é, entre 1885 e 1889 clicada pelo fotógrafo francês Alfred Ducasble que era proprietário do estúdio recifense Fotografia Parisiense, especializado em retratos.

<sup>401</sup> A referência a Castro Alves aparece mais de uma vez na biografia de Epitácio Pessoa, indicando que o poeta era uma fonte de inspiração do jovem estudante de Direito. Em uma dessas referências, a autora lembra que durante os estudos em Recife, Epitácio passou a morar com a sua tia, Maria Alexandrina Cavalcanti – a “Tia Marocas” – na capital pernambucana. Das estadas na casa de Maria, costumava recordar do afeto de um ambiente familiar, “da bondade”, do “coração acolhedor e maternal” da tia, e da companhia de Rodolfo, único filho de Marocas com o seu tio Joaquim Pessoa. Epitácio e Rodolfo “queriam-se como irmãos”. O primeiro gostava das letras jurídicas e o segundo destinava-se a carreira militar. Ambos, entretanto, apresentavam um gosto pela literatura e pela poesia em voga na época. Liam e declamavam: “Cassimiro de Abreu, Maciel Monteiro, Tobias Barreto, Gonçalves Dias e sobretudo Castro Alves”. Quando liam, embrenhavam-se em “um fervoroso exercício oral de literatura”. Essa amizade da juventude de Epitácio durou pouco, não chegando “a maturidade. Rodolfo casou-se logo, veio para o Rio e, como o pai, morreu cedo, mas deixando quatro filhos pequenos de quem Epitácio foi o tutor”. Cf. Gabaglia Pessôa, (1951, p. 39-40).

<sup>402</sup> No item “A unificação da elite: uma ilha de letrados” Carvalho (2011, p. 83) analisa o papel da educação na unificação da elite nacional em períodos específicos da história imperial, e lembra da formação de “cliques escolares” em São Paulo e em Recife, centros irradiadores de ideias na formação da elite política letrada do país. Neste último aspecto, lembra como a turma de 1866, formou em São Paulo uma elite política e intelectual que incluíam, dentre outros nomes, Castro Alves.

Para reforçar o argumento, Gabaglia Pessôa afirma que, em 1882, Epitácio ingressou no curso de Direito em uma “espécie de primavera intelectual”, em que “a Faculdade de Direito do Recife estava em sua fase áurea”. Entre Recife e São Paulo, onde funcionavam as faculdades de direito do país, a do Recife “teve a primazia de ter sido a sede do movimento literário, filosófico e jurídico a que Sylvio Romero chamou de Escola do Recife”, conhecida pela atuação de Tobias Barreto, responsável pela “pregação de novas doutrinas filosóficas”.<sup>403</sup> Segundo a autora, Tobias Barreto “apaixonara-se pelas doutrinas monistas alemãs de Haeckel, Noiré, Hartman, Schopenhauer, que estudara no original. Começou a divulgá-las pela imprensa. Em 1882, entrou para a Congregação da Faculdade de Direito do Recife após concurso espetacular. Passou então a pregá-las da cátedra”. Era um “homem de ardente convicção, professor admirável, tribuno veemente, poeta sonoro, e terrível polemista, era tal o império de sua pessoa que, em poucos anos de atividade, encheu a Faculdade de que se tornara lente”, onde “deixou a marca do seu pensamento não só sobre o grupo de discípulos fervorosos, [dos quais o mais notável foi Sylvio Romero], não apenas sobre os seus próprios alunos, senão sobre gerações sucessivas de estudantes”.<sup>404</sup>

É verdade que na época em que Epitácio entrou na Faculdade de Direito, as faculdades, sobretudo as de Direito, eram vistas como viveiros fecundos para o desenvolvimento da atividade intelectual. Eram referenciadas como locais em que se encontravam “Mestres brilhantes, alunos entusiastas, larga importação e divulgação de idéias e métodos novos, tudo contribuindo para conferir-lhe uma autêntica missão cultural”, cujos resultados, “não se limitou ao centro imediato da sua irradiação, mas atingiu o país inteiro, por intermédio dos estudantes de todas as regiões que elas formavam”. Nomes como Prudente de Moraes, Campos Sales, Rio Branco e Ruy Barbosa estudaram na Faculdade de Direito de São Paulo. A Faculdade de Direito de Recife foi frequentada por nomes como Cotegipe, Eusébio de Queiroz, Tobias Barreto, Franklin Távaro e Sylvio Romero, além do próprio Ruy Barbosa, que ali terminou o curso.<sup>405</sup>

Tal como sinalizado por Gabaglia Pessôa, para Lewin, “seus quatro anos na Faculdade de Direito [referindo-se a Epitácio] se passaram na superlativa companhia de professores e estudantes que se tornaram a ‘Geração dos Oitenta’, à qual pertencia Epitácio, a mais brilhante na história da instituição.” De acordo com a autora, “Tobias Barreto e Sylvio Romero, por exemplo, foram os seus mais renomados professores; seus companheiros de classe incluíram os futuros romancistas Graça Aranha e Lima Barreto que logo viriam a revolucionar a literatura

---

<sup>403</sup> Gabaglia Pessôa, (1951, p. 36).

<sup>404</sup> *Ibidem*

<sup>405</sup> *Idem* (p. 34).

brasileira”.<sup>406</sup> Diante dessa descrição, em 13 de novembro de 1886 Epitácio Pessôa concluiu o curso juntamente com personagens que ficariam conhecidos na política regional e nacional anos depois, entre eles, Pires e Albuquerque, José Bezerra Cavalcanti, Castro Pinto e Graça Aranha. Para Gabaglia Pessôa, junto com “os bacharéis desse ano”, Epitácio pertencia “de corpo e alma ao mundo republicano”, era um “legítimo bacharel da ‘Escola do Recife’: imbuído de fé jurídica e liberal”, cuja formatura se deu a três anos antes da Proclamação da República.<sup>407</sup>

### 3.3.1 Uma tradição inventada: a associação de Epitácio Pessôa com a Escola do Recife.

Descrito desse modo, o ambiente da formação intelectual de Epitácio Pessôa conspiraria para o cumprimento da aludida clarividência de José Pessôa, enunciadas anos antes. Isto porque, apresentando um potencial intelectual admirável para ingressar na carreira pública ou política, Epitácio foi representado como um fruto legítimo das ideias que deram forma à República no Brasil. Mudando o foco interpretativo, contudo, dois pontos centrais da narrativa de Gabaglia Pessôa e da interpretação de Linda Lewin podem ser repensados. O primeiro deles diz respeito à associação de Epitácio Pessôa com a Escola de Recife; o segundo, como corolário, envolve a sua relação com a geração de 1880. No primeiro ponto, convém mencionar a forma como os estudos historiográficos têm demonstrado interesse para entender como determinadas terminologias, tradições e rótulos de identidade são construções não só históricas, mas políticas. Tais estudos tendem a mostrar, portanto, como as tradições são inventadas pelos grupos e instituições sociais (partidos, famílias, associações) para legitimar as suas identidades e fortalecer a coesão social, estratégia que visa criar uma espécie de *fórmula mental* que conduz um dado pensamento, uma dada ideia sem maiores questionamentos.<sup>408</sup> O argumento permite articular um esclarecimento.

Ângela Alonso fez importantes observações sobre o núcleo intelectual que se formou em Recife a partir de 1875 e que historicamente ficou conhecido como Escola do Recife. Para a autora, a Escola do Recife é uma tradição inventada e o seu inventor “foi o mais famoso de seus membros, Sílvio Romero, num artigo publicado na *Revista Brasileira*, em 1879 – ‘A

---

<sup>406</sup> Lewin (1993, p. 151).

<sup>407</sup> Para Gabaglia Pessôa (1951, p. 43), do ponto vista filosófico, Epitácio “não foi a bem dizer discípulo de Tobias Barreto, embora lhe tenha adotado, nas grandes linhas, o monismo evolucionista”.

<sup>408</sup> O termo é usado por Ângela de Castro Gomes (2008, p. 1) para designar a criação e propagação do termo República “Velha” como sendo imaginada e adotada pelos ideólogos autoritários das décadas de 1920/30, notoriamente aqueles ligados ao Estado Novo, a partir da estratégia da diferenciação. O ato de periodizar e nomear um “tempo” não é um gesto neutro o que necessariamente implica considerar quem e quando se constrói tal designação.

*prioridade de Pernambuco no movimento espiritual brasileiro*” – onde aponta a particularidade de Pernambuco na criação da referida Escola. De acordo com essa interpretação, o fenômeno não foi levado a sério pelos próprios contemporâneos que questionaram o famoso epíteto e o próprio sentido atribuído à ideia de ter se constituído como uma escola o núcleo de Recife. Para José Veríssimo, um de seus membros, “não haveria razão intelectual suficiente para considerá-lo uma ‘escola’, com discípulos e orientação própria”, uma vez que “descreve quase exclusivamente as façanhas do próprio Romero e à amplificação dos acanhados feitos de seu ‘mestre’, Tobias Barreto”.<sup>409</sup>

Segundo Alonso, a própria influência de Tobias Barreto para a circulação de ideias na Faculdade de Direito do Recife pode ter sido menor do que se pensa. Para ela, “embora simpático às doutrinas da evolução social, particularmente a de Spencer”, Tobias Barreto “não ensinava propriamente esta matéria. Rigorosamente quase nem lecionou. Passou a década de 1870 no interior, imerso na política local e em brigas de família”. Tornou-se, entretanto, “professor no Recife apenas em 1882”, ou seja, no mesmo ano em que Epiácio ingressou no curso. A essa época, contudo, “doente, pouco comparecia as aulas”, o que permitiu interpretar que a “sua influência não parece ter sido superior a de outros professores, sobre a tomada de posição dos estudantes”.<sup>410</sup>

Diante disso, existem razões suficientes para afirmar que a representação de Epiácio Pessoa como *um legítimo bacharel da Escola do Recife* faz parte da tradição inventada pela família com o objetivo de fortalecer a identidade pessoal e a tradição familiar, colocando-as em sintonia com o movimento de ideias que teria caracterizado o Brasil de fins do Império. Nesse caso, talvez o seu maior impulsionador tenha sido Clovis Beviláqua, amigo que se manteve “fiel” ao velho político paraibano na década de 1930, visitando-o com frequência no Rio de

---

<sup>409</sup> Para Alonso (2002, p. 134), “o ensaio lançava uma espécie de plataforma geracional, autoproclamando a si e ao seu grupo como vanguarda intelectual destinada a operar uma renovação intelectual no Brasil: a ‘Escola de Recife’”. A autora aponta ainda que há dificuldade de identificar quem foram seus membros efetivos, uma vez que além de Tobias Barreto e Sílvio Romero os nomes de Clóvis Beviláqua, Capistrano de Abreu, Araripe Jr., Franklin Távora, Arthur Orlando, Souza Bandeira, Higino Cunha, Martins Jr., Aníbal Falcão, dentre outros, são comumente mencionados. Contudo, “vários do rol tiveram pendengas terríveis com Romero. Outros se arvoraram discípulos do ‘mestre Tobias Barreto’ não andaram a sua volta durante os anos de 1880”. Neste último caso, o nome mais fragrantado fora o de Clóvis Beviláqua que, “escrevendo já na velhice uma história oficial da Faculdade de Direito de Recife se autofiliou a Tobias Barreto. Na verdade, os dois foram propriamente colegas docentes: Barreto se tornou professor em 1882 e Beviláqua em 1884”. Destaca ainda, sobre a sobrevalorização de Tobias Barreto e Sílvio Romero, o caráter essencialmente bairrista do agrupamento denunciado por muitos contemporâneos. Sobre isso, “Carlos de Laet replicou que o nome mais adequado seria ‘escola teuto-sergipana’, ironizando a predileção de Romero pelos autores de língua alemã e ressaltando, pela negativa, o caráter essencial bairrista do agrupamento”. Outro aspecto que permite a contestação, é a ideia atrelada ao epíteto e que permite pensá-la como um grupo coeso de membros com orientação intelectual própria.

<sup>410</sup> Ângela Alonso (2002, p. 139) afirma ainda que “Barreto foi uma figura de impacto local: não chegou nem mesmo a conhecer a capital do Império”. Hipótese endossada por Beviláqua (1977, p. 127) ao afirmar que a verve de Barreto ficou limitada aos “pequenos jornais de Escada, teve pouca repercussão no país”.

Janeiro juntamente com Neto Campello, biógrafo do Barão de Lucena, já citado, e “um velho e contemporâneo da Faculdade.”<sup>411</sup> O que não implica dizer, por outro lado, que Epitácio Pessoa não estivesse de algum modo conectado a sua capacidade intelectual e ação política com as ideias e valores veiculadas pela geração de 1880. Esse é o segundo ponto que merece reflexão.

### 3.3.1.2 O movimento da nova geração 1870-1880.

O que Lewin denominou, de acordo com Clóvis Beviláqua, de “Geração dos Oitenta”, foi uma referência ao movimento da *nova geração*, assim autodenominado em função da juventude de seus membros, que se formou em fins do Império no Brasil e que os intérpretes denominaram de movimento intelectual da geração de 1870. À primeira vista, a unidade geracional permite-nos falar da geração de 1870/1880. Ao analisar o fenômeno, Ângela Alonso propõe que além da unidade geracional, um dos elementos unificadores do movimento foi a “experiência social compartilhada por seus membros”, afirmando que o “sentido principal do movimento intelectual da geração 1870[/80] foi a intervenção política”. Segundo o argumento da autora, foram os “grupos politicamente marginalizados pela ordem imperial [que] recorreram ao repertório estrangeiro e à própria tradição nacional em busca de recursos para expressar seu descontentamento”. As suas opções teóricas, desse modo, “auxiliaram na composição de uma crítica ao *status quo* imperial”.<sup>412</sup>

Ao adotar a perspectiva da ação política dos grupos que compuseram a geração intelectual surgida em 1870, a autora parte da ideia de que os movimentos intelectuais são uma modalidade de movimento social, isto é, “são uma das formas modernas de ação coletiva, que surgem com o enfraquecimento das formas tradicionais de expressar demandas, seja por sua ineficácia, seja pelo aumento da participação política”. Surgem, portanto, em momentos de incerteza, criando ambientes em que os “pequenos grupos insatisfeitos com as regras de distribuição de bens e recursos e de representação, antes silenciosos ou inaudíveis, possam vocalizar suas demandas *mesmo fora* das instituições políticas estabelecidas”.<sup>413</sup> Essa leitura lhe permitiu identificar a amplitude e a diversidade do movimento intelectual no Brasil da

---

<sup>411</sup> Gabaglia Pessoa (1951, p. 896) afirma que no Rio de Janeiro, enquanto se afastava da atividade política, era “procurado em geral apenas por um pequeno número de fiéis” entre eles, “velhos amigos e colegas como Pedro dos Santos, Netto Campello, Pires e Albuquerque, Edmundo Lins, Clovis Beviláqua.” Netto Campello foi o primeiro dos velhos amigos a telegrafar a D. Mary Pessoa ainda no início da noite de 13 de fevereiro de 1942. *Idem*, (p. 904).

<sup>412</sup> Conferir Alonso (2000, p. 41).

<sup>413</sup> *Ibidem*.

década de 1870, que se viu diante do impasse de não ver o seu programa de reformas atendidos. Esse programa visava, entre outras coisas, reformular a *estrutura de oportunidades políticas*.<sup>414</sup>

É desse modo que a crítica política do movimento foi direcionada ao núcleo de poder constituído pelos saquaremas – conservadores – infensos a quaisquer mudanças. De acordo com a visão da autora, as faculdades imperiais mostraram-se como ambientes ambíguos, não chegando necessariamente a formar o que chamou de grupos contestadores e reformistas da ordem imperial. Esses locais podem ser melhor compreendidos como um *locus* onde as atividades políticas eram usuais, através dos clubes, sociedades e da criação de pequenos jornais. Nas palavras de Alonso, “as faculdades não produziam os grupos contestadores porque, de resto, não eram autônomas. [...]”. Contudo, “a política e o ensino superior eram duas facetas da carreira pública no império. Esta característica fazia com que os assuntos do debate político repercutissem imediatamente dentro das atividades políticas.” De modo que, “as faculdades eram, pois, um espaço político. As de direito sobretudo: socializavam membros dos estamentos senhoriais para compor a elite política (Pang e Seckinger, 1972; Carvalho, 1980)”. Assim, “é natural que tenham sido afetadas pela mobilização política crescente dos anos de 1870 e 1880 e que fossem um bom palco para movimentação das dissidências liberais.”<sup>415</sup>

Nas faculdades de direito, sobretudo, formaram-se vários núcleos estudantis, criados, entre outros motivos, mediante a situação de perspectiva de ascensão individual por meio da carreira pública no contexto da radicalização liberal. Esse foi o caso dos núcleos de São Paulo e Recife, onde formaram-se “várias associações acompanhando a radicalização liberal na virada dos anos de 1860. A contaminação era natural em instituições que formavam políticos e nas quais a maioria dos professores ocupava os cargos do ensino enquanto aguardava vaga no parlamento”.<sup>416</sup> Verificada a amplitude do movimento intelectual da geração de 1870, o núcleo de contestação em Recife foi um dos resultantes da mudança macroeconômica que deslocou o eixo da agroindústria do norte para o sul do país. Apresentou uma diversidade em seus membros “e não nascia de grupos econômicos novos, mas da organização de setores socialmente enraizados na sociedade urbana pernambucana, que dava largos passos rumo a decadência”.

---

<sup>414</sup> Na visão de Alonso (*Idem*, p. 42), “a estrutura de oportunidades políticas que propicia a configuração do movimento intelectual da geração 1870 é composta por dois processos fundamentais: a cisão da elite política imperial e uma modernização conservadora incompleta. Parte da elite política monárquica começou, no início dos anos 1870, “uma reforma controlada, modernizante para a economia e a sociedade sem alterar o âmago das instituições políticas - o gabinete Rio Branco (1871-75) sintetiza esta iniciativa. O impasse quanto ao rumo das reformas gerou uma crise política sem precedentes: os partidos se desestabilizaram, com a formação de dissidências em cascata, desembocando mesmo na criação de um partido anti-regime. A crise política enfraqueceu os pilares e instituições que sustentavam o Segundo Reinado, desfigurando a lógica política imperial e criando um clima de incerteza.

<sup>415</sup> Alonso (2002, p. 120).

<sup>416</sup> *Idem*, p. 133.

Em graus variados, “os membros do grupo se empenharam em carreiras profissionais fugindo da política partidária, mas se viram obstados na obtenção de empregos e, buscando apoio nos partidos, descobriram sua marginalização política”.<sup>417</sup> De modo geral,

[...] todos os membros desse grupo passaram por contrariedades na construção de suas carreiras na política e/ou no ensino. A reforma do ensino ampliara a concorrência local por empregos públicos: o ‘número de bacharéis formado anualmente na Faculdade de Direito do Recife quase que triplicou de 1850 a 1889 [enquanto] o crescimento da burocracia estatal [provincial], o maior empregador desta categoria social, tendia a estagnar’ (Hoffnagel, 1990, p. 169). Some-se aí a conjuntura local dos anos de 1870: a crise econômica assolava os engenhos de açúcar, acelerando o longo esgotamento de uma atividade que era o alicerce da economia regional (Melo, 1984). A decadência da açucarcocracia associada ao ostracismo político nacional dos liberais numa província sob sua dominância fizeram membros dos velhos estamentos senhoriais migrarem para a cidade e buscar abrigo no Estado. É de se supor que esse processo tenha feito estreitarem-se mais ainda os empregos públicos bem remunerados e prestigiosos, aumentando os óbices à carreira dos mais jovens, que ainda tinham que se firmar política e profissionalmente.<sup>418</sup>

O diploma por si só não garantia acesso a carreira pública, marcada pela competição e pelo entrave trazido pelo jogo político imperial que regrava o acesso às oportunidades. Esse foi um dos aspectos que uniu o grupo que, em Recife, buscou meios de expressar a crítica ante o *status quo* da sociedade imperial. Desse modo, se Epiácio Pessoa pode ser pensado como fruto da geração de 1880, ele não o foi por via da Escola do Recife, posto que esta não existiu fora da tradição inventada por Clovis Beviláquia. Para tanto, cabe problematizar, como podemos associá-lo ao movimento da nova geração? A chave está, de um lado, na busca por *situações de status*, isto é, por uma oportunidade diante da vida que lhe ocasionasse ascensão social; de outro, a insatisfação sentida diante do jogo político imperial que condicionava uma via de mão dupla, podendo ser usado contrário e favoravelmente à ascensão social através do ingresso na carreira pública. A meu ver, esse parece ter sido o caso de Epiácio Pessoa em 1886, logo após concluir o curso de Direito na Faculdade do Recife, quando ingressou na carreira pública como promotor da Cidade do Cabo, no interior de Pernambuco.

### 3.4 A FABRICAÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA DE EPITÁCIO PESSÔA: UM Opositor DO PODER MONÁRQUICO?

<sup>417</sup> Seguindo a leitura de Hoffnagel (1970, p. 176 Apud ALONSO, p. 136) analisa a composição ocupacional do movimento de contestação na Província entre 1880 e 1888, para demonstrar que seus membros “não pertenciam às influentes famílias que dominavam a vida econômica e política da província”; 44,8% eram ainda estudantes de direito e 10,2%, já advogados”. De outro lado, “o movimento atraía setores sociais urbanos desvinculados da agroindústria: professores (6,1%), guarda livros (2%), empregados do comércio (2%), farmacêuticos (2%), empregados públicos (2%), caixeiros (2%) e artesãos (4%)”.

<sup>418</sup> Alonso (2012, p. 137).

A relação de Epitácio Pessôa com o *movimento da nova geração* pode ser melhor compreendida quando se analisa a postura que ele assumiu diante de um episódio ocorrido pouco tempo depois de ser investido no cargo de promotor público na Cidade do Cabo em 10 de fevereiro de 1897. É provável que o cargo tenha sido arranjado por intermédio do tio, o Barão de Lucena, atendendo a norma geral do *Antigo Regime* que regravava o acesso de “recursos de poder e de prestígio que singularizava cada indivíduo, conforme um complexo sistema de distinções sociais”.<sup>419</sup> O parentesco com o Barão de Lucena, isto é, com um membro de proa da elite política imperial, deixava Epitácio dotado de uma importante credencial para o ingresso na carreira pública, fato silenciado na narrativa de Gabaglia Pessôa.<sup>420</sup> Fora da relação com a parentela, cabe avaliar que do ponto de vista da expectativa pessoal, em meados da década de 1880, Epitácio Pessôa era outro jovem recém-formado em Direito que vislumbrava a ascensão social por meio do ingresso em uma carreira pública.

Essa ascensão começou a ser experimentada com o ingresso na promotoria da pequena cidade pernambucana, uma vez que Epitácio Pessôa passou a ganhar 90\$000 (noventa mil réis), restando cerca de 86\$000 (oitenta e seis mil réis) quando se descontava os impostos sobre o recebimento. A essas cifras acrescia-se “os emolumentos de curador e procurador, cargos que exercia concomitantemente com a promotoria. No total, uma cifra de 120\$000 [cento e vinte mil réis] mensais mais ou menos”. Dessa quantia sobrevivia no Cabo, mandando parte do recebimento, cerca de 30\$000 (trinta mil de réis), para as duas irmãs. Com esses vencimentos, alugou uma casa no valor de 14\$000 (quatorze mil réis) e contratou uma cozinheira no mesmo valor, restando cerca de 62\$000 (sessenta e dois mil réis) para as demais despesas. Dada a estabilidade sentida, é certo que “pensava com certa admiração na ‘fortuna’ dos que ganhavam 300\$000 [trezentos mil réis] mensais! Parecia-lhe que tão cedo não chegaria lá...”<sup>421</sup>

Quando comparado às dificuldades do início de carreira como “assistente judiciário”, relatadas entre os amigos, a sua investida na promotoria do Cabo representava uma

---

<sup>419</sup> Quando analisa a posição social dos ativistas do núcleo de Recife, Alonso (2002, p. 136/7) alerta para o fato de que o ingresso na carreira pública dependia do grau de aproximação que os jovens bacharéis estabeleciam com os líderes partidários Liberais e Conservadores no Recife entre as décadas de 1870 e 1880. Para ilustrar o argumento, os casos de Silvio Romero e Joaquim Nabuco figuram como bons exemplos. Ambos pertenciam à camada senhorial decadente, cresceram na Casa-Grande dos avós, mas lograram oportunidades de empregos públicos diferentes dada o grau de ligação que estabeleciam com líderes partidários. O Avô de Romero tinha ligações com o Partido Liberal em Pernambuco, fato que teria lhe furtado maiores oportunidades de ingresso na carreira pública na década de 1870. Já Nabuco gozava da “filiação a um ‘estadista do império’, isto é, um membro de proa da elite política”, o que lhe provia de possibilidades de posição e carreira o que faltava à Romero.

<sup>420</sup> Na perspectiva de Linda Lewin (1993, p. 187), os “laços sanguíneos com o barão de Lucena e os laços de afinidade da irmã de sua mãe com Venâncio Neiva deram a Epitácio o que se chama de um ‘trampolim’ para ingressar na política.” Ainda de acordo com a autora, a aproximação com o Barão de Lucena, além de lhe ofertar uma credencial familiar, deu a Epitácio uma afiliação junto ao Partido Conservador. *Idem* (p. 195).

<sup>421</sup> Gabaglia Pessôa, (1951, p. 45)



oportunidade de ascensão. Segundo Adhemar Vidal, por exemplo, Epitácio Pessoa repetia com frequência as visitas a Umbuzeiro durante suas férias da faculdade, citando as vezes em que saía a cavalo até Pilar em busca de oportunidades, “advogando como assistente judiciário.” Em sua narrativa, “eram viagens penosas para defender presos miseráveis que a Prefeitura pagava 5\$000 [cinco mil réis] por cada sessão de júri.” Ainda segundo o autor, “João José Maroja [irmão de Odilon Maroja] chegou a mostrar-me três ou quatro recibos assinados por Epitácio Pessoa e que devem existir ainda no arquivo municipal daquela pacífica cidade [Pilar] do interior paraibano.” Viagens que se estenderam pela região, a exemplo de São João do Cariri, onde foi defender o seu primeiro “constituente remunerado, contratando o serviço por 40\$000 [quarenta mil réis].”<sup>422</sup>

#### 3.4.1 Novas ameaças a honra e ao prestígio do nome: a demissão da Promotoria do Cabo.

Apesar de lhe oferecer expectativa e certa estabilidade econômica, Epitácio não passou muito tempo na promotoria da cidade pernambucana. Sua saída se deu por volta de junho de 1889, após se envolver em uma discussão com o juiz de direito da Comarca, o Dr. Teixeira de Sá, um homem conhecido e prestigiado na região, ligado, por muitos anos, ao Partido Conservador. Aparentemente, os motivos da contenda derivaram de divergências entre o juiz e o promotor quanto ao arrolamento de provas dentro de um processo que julgava um acusado de homicídio praticado em um engenho da região. Tratou-se de um caso polêmico, no qual uma “vítima fôra encontrada carbonizada no canavial”.<sup>423</sup> Ao que tudo indica, as iniciativas processuais do promotor chocaram-se com os interesses e a influência do juiz, sendo esse um fator determinante para que Teixeira de Sá solicitasse a exoneração de Epitácio que recebeu a notícia em uma viagem à capital pernambucana. Sobre isso, relatou:

---

<sup>422</sup> De acordo com Adhemar Vidal (1942, p. 14-16), essa primeira feita ocorreu em São João do Cariri quando “pôs o homem na rua [...] voltou para Umbuzeiro sem o dinheiro no bolso. E um dia, inesperadamente apareceu-lhe o libertado das grades da cadeia trazendo um animal pelo cabresto: ‘não tenho recurso para realizar o contrato e por isso venho entregar este burro com lembranças’. O presidente Epitácio ria-se muito quando contava essa história, pois que tivera trabalhadeira enorme para fazer com que o seu constituente fosse embora, levasse o animal consigo, montado e não a pé, como, por fim, queria a viva força.” Ainda segundo o autor, enveredando por detalhes aparentemente avultados desse tempo em que Epitácio advogou como “assistente judiciário, teve que atravessar o rio Paraíba muito cheio e de correntezas vertiginosas e, como de ordinário, se fazia invariavelmente acompanhado do negro Leonardo que o adorava.” [...] Segundo o autor, “fatos desta espécie me habituei a ouvir nas palestras em que ele pontificava, com uma distinção sem as afetações do arrivista – fatos que andam, muitos deles, não obstante, perdidos no meu esquecimento. Eram passagens tão interessantes que lhe pedi por várias vezes para escrever as suas memórias.”

<sup>423</sup> *Idem*, (p. 46).

Poucos dias depois da ascensão do partido liberal, indo ao Recife, tive ocasião de encontrar-me com um meu amigo particular que declarou-me ter alguma coisa de meu interesse a comunicar-me. Interrogado por mim a respeito, disse-me que um distinto liberal desta província instruíra-o de que o juiz de direito desta Comarca, Dr. Francisco Teixeira de Sá, alegando achar-se de todo incompatível comigo, exigia instantemente a minha exoneração, e isto desde que a situação conservadora se achava em crise; que esta exoneração tornava-se inevitável, à vista da avultada dívida de gratidão do partido liberal ao Sr. Dr. Sá pelos relevantes serviços por êle prestados nesta Comarca à causa dêsse partido.<sup>424</sup>

Não seria correto afirmar que Epitácio Pessôa tenha recebido a notícia com admiração, haja vista a relação de dependência do Partido Liberal em Pernambuco com o governo central durante a década de 1880, permitindo constatar que não era surpresa que um pedido feito por um membro de proa da base conservadora fosse atendido de imediato.<sup>425</sup> Porém, também não é correto afirmar que com a sua demissão, Epitácio Pessôa tenha saído “frustrado e derrotado pela política local de Cabo” com asseverou Lewin.<sup>426</sup> De certo, o último gabinete liberal que assumiu o governo em Pernambuco deixou Epitácio em uma situação delicada. De um lado, ele já não se encontrava mais sob a proteção do tio, outrora conservador convicto, que na época do episódio transitava na Corte em meio aos entusiastas da República, causando estranhamento entre muitos membros do Partido Liberal – que historicamente lhe faziam oposição;<sup>427</sup> diferentemente da posição de Teixeira de Sá, outrora conservador que havia migrado para o lado liberal – aparentemente sem maiores resistências – após a ascensão deste partido em Pernambuco. De outro, Epitácio Pessôa não demonstrou ter influência suficiente no meio liberal

---

<sup>424</sup> Teixeira de Sá foi um juiz imperial que fez carreira política filiado ao partido Conservador. Contudo, nos meses anteriores à instalação da República, diante da crise que se instaura na monarquia, Teixeira de Sá filia-se ao Partido Liberal que ascende à situação dominante na capital pernambucana, levando consigo o prestígio e influência local o que lhe investia de “avultada dívida de gratidão” por parte dos membros do partido em Pernambuco. Para Epitácio, sua demissão também foi substanciada por esta influência advinda das fileiras conservadoras que se aliavam aos liberais. Conferir *Primeiros Tempos* (PESSOA, 1965a, p. 33).

<sup>425</sup> Hoffnagel (2005, p. 15), ao avaliar a maneira como o Partido Liberal de Pernambuco enfrentou a questão abolicionista durante a última década do império, aponta para a dependência dos membros do partido com o poder central, “cujos favores, principalmente na forma de empregos públicos, tornaram-se progressivamente mais importantes, como uma forma de assistência econômica à elite da província”. Esse estado de dependência agravou-se ainda mais entre as décadas 1870 e 1880, em decorrência do enfraquecimento do Partido em razão da disputa política que envolveu duas importantes famílias de Pernambuco e que ficou conhecida como “guerra entre Leões e Democratas”. Esse comprometimento fez com que o Partido Liberal em Pernambuco organizasse uma estratégia de unidade partidária sem que necessariamente desagradasse as demandas legislativas do governo central, o que ficou claro em sua avaliação sobre a postura do Partido na questão da escravidão.

<sup>426</sup> Na menção ao caso feita por Linda Lewin (1992, p. 192), afirmou que Epitácio saiu “frustrado e derrotado” da política local, servindo como uma espécie de “lição” ao jovem promotor, informando que na base de influência política dos líderes locais (os coronéis) que chegavam ao governador, “não podia ser derrotada por uma ação empreendida nos tribunais locais e levada a efeito por um indivíduo atuando sozinho, por mais corajosamente que o fizesse”.

<sup>427</sup> Ver sobre a posição política do Barão de Lucena entre 1886 e 1889, Guerra (1958, p. 205-257).

que pudesse lhe assegurar no cargo, apesar de afirmar ter boas relações com os “distintos liberais, não só da capital, mas desta Comarca” que compunha a situação dominante.<sup>428</sup>

A junção desses fatores levou o promotor a perceber que os vínculos que o ligavam ao universo de oportunidades criado pela Corte eram indiretos e frágeis. Foi nesse momento que Epiácio Pessôa constatou a sua exclusão do jogo político monárquico e traçou a sua estratégia de protesto. Convém lembrar que, antes da demissão, Epiácio foi admoestado pelo Presidente da Província que lhe orientou a agir com mais moderação, uma vez que o caso do seu desentendimento com o juiz começava a ganhar projeção na imprensa pernambucana. Na interpretação dada pela família, a admoestação surtiu um efeito contrário. Para Gabaglia Pessôa, referindo ao pedido do presidente da Província, “sempre seria difícil Epiácio responder com moderação ao contraditório”<sup>429</sup>. De volta à capital pernambucana após deixar o cargo da promotoria, ressentido e sentindo-se desprestigiado, Epiácio Pessôa recorreu ao *Diário de Pernambuco* para expressar publicamente o seu descontentamento.

#### 3.4.2 A intriga como mote: a estratégia de reafirmação do prestígio no caso com Teixeira de Sá.

Na edição do *Diário* de 29 de junho de 1889 Epiácio Pessôa assinou uma nota intitulada: “A demissão do Promotor do Cabo”, em que dizia “trazer ao conhecimento do público e especialmente dos meus amigos as razões determinantes da minha demissão da promotoria”. Na matéria, o ex-promotor não poupou palavras, denunciando o que qualificou de “motivos vis e pequeninos” que haviam sido usados para interferir na sua demissão. Epiácio denunciava publicamente o juiz Teixeira de Sá por ter exigido a sua demissão e prometia, nos artigos subsequentes, arrancar de “um rosto ignóbil a máscara com que tem sabido ocultar da sociedade as suas torpezas”.<sup>430</sup> A nota era um pequeno manifesto que prenunciava o campo e o conteúdo da luta que Epiácio Pessôa passou a travar na imprensa do Recife em defesa da honra e do prestígio do seu nome, advertindo o que chamou de “reais causas da demissão do promotor do Cabo”. A ação política de Epiácio Pessôa nas páginas do *Diário* estendeu-se entre fins de junho e o mês de julho daquele ano, tempo suficiente para demonstrar a sua insatisfação.

A dois de julho, por exemplo, o jornal publicou o primeiro artigo trazendo o conteúdo do que foi renunciado por Epiácio dias antes. No texto, partindo da rejeição ao pedido de exoneração feito por Teixeira de Sá, Epiácio Pessôa expõe a sua visão do que havia motivado

---

<sup>428</sup> Ver *Diário de Pernambuco*, Jornal, Recife, 29 de junho de 1889.

<sup>429</sup> Gabaglia Pessôa (1951, p. 46)

<sup>430</sup> *Diário de Pernambuco*, Jornal, Recife, 29 de junho de 1889, p. 3.

o seu desligamento, sustentando que a contenda envolvendo os dois, resultou de sua não adesão às relações clientelistas que o juiz estabelecia na região, sugerindo que essas relações eram frequentemente usadas para proteger os amigos do juiz na medida em que, por outro lado, perseguiria “torpemente” os inimigos.<sup>431</sup> Irônico, Epitácio questionava a atitude e o caráter do magistrado que procurava nele “um galopim” e não “um auxiliar para a defesa dos interesses da justiça, mas um cúmplice para a satisfação de seus próprios interesses, de suas próprias paixões”. Advertia que a incompatibilidade sustentada por Teixeira de Sá para justificar o seu pedido de exoneração, derivou-se da sua insistência em lhe “apontar o caminho da honra e do dever, por não se prestar a uma transação vergonhosa e indigna”. De acordo com a visão de Epitácio, esse aspecto não lhe permitia “corar diante da sociedade”, e a sua demissão não derivava da falta do cumprimento de suas funções públicas. Em suas palavras:

A minha demissão não foi, pois, determinada por nenhuma falta de exação no cumprimento de meus deveres: aí estão os meus atos como promotor público, e desafio a quem quer que seja a que apresente um só fato, um só, que mostre ter eu sido um empregado desidioso ou prevaricador, um funcionário que não colocasse acima de tóda e qualquer consideração a observância da lei e a dignidade do meu cargo.<sup>432</sup>

Nesse ponto, o gesto de Epitácio Pessoa ao levar o caso aos jornais pode ser interpretado sob dois ângulos. De um lado, indica a relação entre um mal-estar pessoal, sentido diante da quebra do prestígio que, por sua vez, mobilizou a sua ação política. Do ponto de vista da mobilização política, esse foi o mesmo gesto de muitos contemporâneos que expressaram o descontentamento com a estrutura de poder monárquica e apontaram como alvo de suas críticas o *status quo* imperial. O ex-promotor apoiou-se, portanto, no embate social que opunha a ascensão pelo mérito aos privilégios da credencial familiar e agremiação política como forma

---

<sup>431</sup> Em artigo publicado no *Diário de Pernambuco* em 02 de julho de 1889, Epitácio expõe que a divergência entre ele e o juiz ganharam forma logo nos primeiros meses que assumiu a promotoria. Em suas palavras: “em dias de julho de 1887, veio a minha casa um indivíduo residente no têrmo de Ipojuca queixar-se de que um seu irmão, Fuão Barbosa, achava de ser barbaramente espancado por uma autoridade policial daquele Têrmo”. Diante da denúncia, continua, “feitas certas diligências, iniciei o processo perante o Sr. Teixeira de Sá e este, mostrando-se indignado com o procedimento da autoridade, revelou desde logo na punição do criminoso um interesse que ainda não o vira ter em processo algum...” A princípio, “confesso que sentia-me satisfeito ao ver todo este interesse na punição de um grave crime; mas a maior surpresa me aguardava. Achava-me no Recife alguns dias depois, quando sou chamado com urgência por um telegrama do Sr. Teixeira de Sá. Voltei incontinente à Comarca e encontrei-o em um estado de superexcitação nervosa extraordinária. Interroguei-o e então teve S.S<sup>a</sup> o desplante de dizer-me que pessoa fidedigna o tinha informado de que Barbosa já havia sido acusado de conivência no assassinato de um seu tio de nome Francisco Caçador”, pedindo para que incluísse o seu nome nos autos do processo que investigava o assassinato do tio. Pelos caprichos do Juiz, o tal Barbosa passaria a ser acusado, devendo Epitácio deixar de defende-lo. O pedido foi rejeitado pelo promotor, quando tomou conhecimento que nada tinha nos cartórios de Ipojuca que confirmasse o caso. Segundo Epitácio, esse foi um primeiro caso de divergência entre os dois, posto que, mesmo sem indícios concretos que pudessem autuar o tal Barbosa, o juiz insistiu na acusação.

<sup>432</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, Jornal 2 de julho de 1889.

de ascensão por via da carreira pública. Com isso, ele qualificava a sua ação e prestigiava avultosamente a sua personalidade enquanto desqualificava a do seu oponente. Havemos de lembrar que a interdição de oportunidades de carreira pelo sistema de “apadrinhamento” que se sobrepunha “às questões de mérito”, foi um dos temas abordados pelo grupo contestador do *status quo* imperial no Recife.<sup>433</sup> Em outras Províncias, a exemplo da Bahia, o movimento republicano também apoiou-se ideologicamente em uma forte crítica relacionada às questões de ascensão social baseada no mérito em detrimento da proteção e do favoritismo na ocupação dos cargos públicos e privados. Essa crítica foi um importante componente que unia o grupo de republicanos na província, característica essencial para a formação da sua classe média naquele período.<sup>434</sup>

#### 3.4.2.1 *Um jogo retórico: o campo das aparências.*

Desse modo, Epitácio Pessoa entendeu que, pela imprensa, o seu campo de atuação contra as ações de Teixeira de Sá seria mais amplo e poderia produzir efeitos.<sup>435</sup> Como apontou Alonso (2002), a tribuna parlamentar não era o único espaço de debate político na sociedade brasileira das últimas décadas do Império. Havia outros espaços, tais como a rua, os cafés, os teatros e as associações, mas, o principal era a imprensa. Embora esse último expediente fosse dirigido aos letrados, que constituíam uma parcela reduzida da população, é mister imaginar que a imprensa conseguia atingir um público bem mais amplo do que o delimitado pelos círculos partidários. Para esse público, especialmente para os que não encontravam espaço para ascender socialmente, a retórica de Epitácio denunciando os vícios do sistema monárquico era apropriada e reproduzida sem maiores reservas.<sup>436</sup>

---

<sup>433</sup> Para Alonso (2002, p. 138), havia entre os membros do grupo contestador do núcleo de Recife uma insatisfação sentida diante do fato de terem suas carreiras obstadas “pela prevalência do sistema de apadrinhamento sobre os critérios de mérito no preenchimento dos cargos públicos”. Numa esfera de oportunidades maior, passaram a denunciar, desde os anos de faculdade, “a patronagem e as fraudes nos concursos”. Um dos elementos que unia o grupo, apesar das diferenças quanto a sua extração social, fora as “contrariedades na construção de suas carreiras na política e/ou no ensino”.

<sup>434</sup> Araújo, (1992, p. 4) defende a hipótese de que o movimento republicano na Bahia constituiu-se a partir de um contingente social que, “no decorrer de lutas concretas, como a abolicionista e depois a republicana, construiu uma identidade político-ideológica que o individualizou no meio social e o introduziu como ator principal, em um processo de formação de uma classe média na cidade do Salvador.” Esse processo, conforme apontou “não se configura como estranho ao que estava correndo no plano nacional, sobretudo a partir de um certo crescimento urbano e do relativo desenvolvimento de um mercado de trabalho, condições sociais estas que se verificaram na segunda metade do século XIX”.

<sup>435</sup> O *Diário de Pernambuco* foi criado em 7 de novembro de 1825. De inspiração liberal foi uma importante folha de oposição ao império entre as décadas de 1850 e 1870. Sobre a imprensa liberal em Recife ver Rosas (sd.)

<sup>436</sup> Essa estratégia foi usada por outros políticos brasileiros fruto da geração de 1870-80, a exemplo, de Rui Barbosa. Sarmento (2009, p. 28), analisa as estratégias de atuação política do jurista e político baiano na década de 1880 e nota como a apropriação das páginas de jornais foi um elemento chave para a sua projeção política.

Porém, é preciso apontar que ao denunciar os vícios e desqualificar a imagem de Teixeira de Sá, Epiácio recorria a um complexo jogo de aparências. Exemplo disso pode ser extraído da resposta às críticas de um artigo publicado por Teixeira de Sá no *Jornal do Recife*, onde Epiácio Pessoa lembra que o juiz falava como um “conservador vestido a liberal”, um “trânsfuga desprezível que, guinado a elevadas posições por um partido, acha-se hoje a sôldo do outro.”<sup>437</sup> Consciente do prestígio do juiz junto aos estadistas do império, o ex-promotor se dizia convencido de que a sua demissão não se dera por interferência dos distintos liberais com os quais mantinha amistosas relações, mas da influência que o juiz tinha com os ex-conservadores prestigiados dentro da “situação dominante”.<sup>438</sup> Com isso, apesar de alijado do jogo político imperial, Epiácio objetivava conservar, por mais que se mostrassem frágeis, as relações que estabelecia com os membros do partido Liberal em Pernambuco. Além disso, não se pode perder de vista que o sistema que criticou nas páginas do *Diário* era o mesmo que também havia lhe aberto as portas à ascensão social tempos atrás.

#### 3.4.2.2 Os dividendos políticos: a reabilitação do nome em defesa da honra e do prestígio.

A recorrência a esse jogo de aparências aponta uma segunda possibilidade interpretativa do acontecimento, posto que, na passagem de uma demanda pessoal para o campo mais amplo da ação política, Epiácio Pessoa usava os recursos disponíveis para fabricação de uma imagem de *si mesmo* que pudesse ganhar aceitação em meio à imaginação coletiva. Se, de um lado, ao decidir levar o caso aos jornais, ele entendia os efeitos e o significado do conteúdo do seu “manifesto” no interior de uma sociedade em processo de mudanças políticas, de modo a desfazer a sua relativa marginalização política; de outro, ao enaltecer a sua própria personalidade e sua honradez como um funcionário dedicado e comprometido com a coisa pública, Epiácio incorporava um conjunto de imagens que se referenciavam nos anseios e as representações coletivas dos grupos sociais que lançavam a sua crítica ao *status quo* saquarema. Dito de outro modo, o episódio que veio à tona nos jornais pernambucanos, criou uma oportunidade de aparição pública – *chance de status* – usada para entabular uma representação de si em que se opunha aos vícios e personalidade do seu opositor.

---

Para autora, pelas páginas dos jornais “sua palavra começou a ganhar, assim, um valor diferente. Ele já não era apenas mais um político tentando fazer carreira na Corte. Era Rui Barbosa, o mestre do verbo, manejando com destreza as armas cortantes da retórica e da erudição”. Foi através “do jornalismo, portanto, que Rui conseguiu converter a marginalização relativa a que estava submetido em um trampolim para alcançar novos horizontes na política: arriscava, assim, seus primeiros volteios de ‘águia’ em vôo solo”.

<sup>437</sup> Vide artigo no *Diário de Pernambuco*, Jornal, Recife, 5 de julho de 1889.

<sup>438</sup> Ver *Diário de Pernambuco*, Jornal, Recife, 29 de junho de 1889.

Ao defender a liberdade e o bom funcionamento das instâncias públicas, por exemplo, Epiácio Pessôa se apropriava e expunha aos leitores uma das mais preciosas virtudes republicanas, isto é, como cidadão, revestia-se de preocupações com a moralidade dos bens e serviços públicos.<sup>439</sup> Foi incorporando esses símbolos, por meio de palavras e gestos, que Epiácio Pessôa ensaiou os primeiros sobrevoos altaneiros de condor nessa época; mostrando-se publicamente como um personagem ávido a ser reconhecido por suas qualidades progressistas, pelas ideias e posturas republicanas.<sup>440</sup> Essa interpretação também abre caminho para compreender como Epiácio se mostrou um personagem atento à incorporação de determinados símbolos e imagens presentes em certos acontecimentos, causando admiração na mente e opinião pública da época. Muitos desses acontecimentos foram incorporados, anos depois, à sua biografia oficial valorando-se o que pareceu positivo, ao tempo em que, ocultava qualquer menção a possíveis posturas e práticas que o desprestigiasses.

### 3.5 O CAMINHO DA CORTE.

Visto por esse ângulo de análise, o polêmico caso da promotoria do Cabo também abriu caminho para a criação de uma nova jornada na *epopeia* de Epiácio Pessôa, não menos controversa e fecunda de imagens feéricas. Ocorreu que, após a sua demissão da promotoria, Epiácio demorou cerca de três meses em Recife antes viajar para a Corte, com o objetivo de tentar (re)fazer a sua carreira jurídica. Ao que sugere Gabaglia Pessôa, essa viagem foi motivada por um encontro fortuito em um café “quando ali entra um viajante, vindo da Europa. Era um certo conselheiro Oliveira Borges, advogado e homem de influência em Minas. Fizera escala no Recife, tivera ocasião de ler num jornal daquela manhã a argumentação de Epiácio contra Teixeira de Sá”. A autora afirma que “impressionara-o tanto que a viera comentando entusiasticamente com o amigo até o café”. A certa altura da conversa perguntou-lhe:

---

<sup>439</sup> Carvalho (1990, p. 29), no item “Cidadania e Estadania”, aponta uma das inspirações dos republicanos no Brasil advinha da ideia de liberdade que exigia, para tal, a incorporação da virtude republicana pelos cidadãos, “isto é, a posse da preocupação com o bem público”.

<sup>440</sup> Farge (2011, p. 85-89), afirma que há uma relação passível de investigação histórica entre *as palavras, os gestos e da atividade simbólica*. Segundo a autora, estes elementos figuram como essenciais à análise da formação de uma ou várias opiniões sobre um fato, um acontecimento, um lugar e/ou mesmo um personagem. Eles figuram como uma espécie de “linguagem da opinião” e indicam que a “percepção de um mesmo fato é variável ao infinito: manifestas e imediatas, latentes ou caladas, cristalizam-se na hora ou, ao contrário, tardam a se transmutar em opiniões visíveis e perceptíveis”. Para a autora, “as falas, as palavras ditas não são as únicas que fabricam uma ou várias opiniões. Uma comunidade social se exprime também por gestos, ritos e práticas observáveis; são eles que declinam o sentido das aspirações ou dos descontentamentos. Os gestos e os usos sociais, tanto os espaços quanto os ajuntamentos, não são evidentemente operações intelectuais como os escritos e as palavras, mas esboçam atitudes que se carregam de significações”.

- ‘Você conhece o autor dêsse trabalho?’  
 - Conheço, respondeu-lhe o amigo. Olhe, está sentado justamente ali’. E apontou para Epitácio sentado na pequena distância.  
 O viajante, expansivo, apresentou-se a Epitácio. Conversaram. O rapaz contou a vontade de vir para o Sul, de pleitear uma promotoria em Minas ou S. Paulo. O conselheiro prometeu amparar-lhe a pretensão na sua província natal.<sup>441</sup>

Baseado, em grande medida, na promessa do conselheiro, “Epitácio parte em novembro de 89 para ao Rio”, desembarcando na Baía da Guanabara no dia 12 daquele mês. O episódio, entretanto, foi ainda narrado de maneira feérica pela autora. Segundo Gabaglia Pessôa, “move-o aquele espírito curioso e aventureiro que, de geração em geração, traz os filhos do Norte para o desconhecido das plagas sulistas”. Antes do desembarque no Rio de Janeiro, teria ocorrido um fato que, segundo a narrativa dominante da sua vida, elevaria ainda a sua grandiosidade. Durante a viagem, afirmou, “na véspera de chegar ao Rio [de Janeiro], o vapor sofre violento temporal. Reina terror a bordo; os passageiros apinham-se no salão de portas e escotilhas fechadas. Apenas Epitácio e outro viajante saem ao tombadilho, varrido pelas ondas, e daí assistem ao espetáculo grandioso”. Com isso, Gabaglia Pessôa continuava a valorar os traços do viajante corajoso cuja representação aponta para uma espécie de prova de fogo, aludindo “a expectativa com que se aproxima pela primeira vez a capital do país”.<sup>442</sup>

### 3.5.1 A preparação do *novo roteiro*: a Corte como palco da trama.

Na Corte, estava à sua espera o irmão mais velho, o então Alferes, logo depois Tenente, José Pessôa, com quem passou a morar em São Cristovão. A sua chegada se deu dias antes da instauração da República, cujos processos finais, acredita-se que pôde acompanhar de perto na companhia do irmão. Contam que na noite de 14 novembro, por exemplo, estando há dois dias no Rio de Janeiro e na véspera do famoso 15 de novembro, Epitácio teria visitado a casa de Deodoro da Fonseca na companhia de José Pessôa, cujo trânsito entre os líderes militares apoiadores de Deodoro era recorrente. Desse modo, é provável que tenha “assistido à efervescência das horas que precederam imediatamente a queda da Monarquia”.<sup>443</sup> De certo, destacou em sua memória a lembrança da imagem de “Deodoro, arfando de dispneia”, enquanto “reclinava num sofá ou numa poltrona, cercado de amigos – correligionários e ajudantes-de-ordens mais entusiastas do que inquietos”.

---

<sup>441</sup> Gabaglia Pessôa (1951, p. 47).

<sup>442</sup> *Idem*, p. 47.

<sup>443</sup> Gabaglia (1951, p. 48).



Convém reiterar que os intérpretes do episódio da Proclamação da República têm destacado que naquele fatídico dia 14 de novembro foi intenso o movimento na casa de Deodoro. Foi nesse dia, por exemplo, que circularam as notícias inventadas “pelo Major Sólon sobre a prisão de Deodoro e Benjamin”, que concorreram com os “boatos de que a tropa de São Cristovão seria atacada pela Guarda Nacional, pela Guarda Negra e pela polícia”. Essa movimentação foi decisiva para o desencadeamento do movimento, dado o sentido corporativista que crescia no interior do grupo militar que estava ligado ao Marechal Deodoro. Basta lembrar que “a cada notícia dessas, trazida pelos jovens oficiais, Deodoro explodia: ‘Não permitirei isso! Assentarei a artilharia, levarei os sete ministros a praça pública e me entregarei depois ao povo para julgar-me!’”<sup>444</sup>.

### 3.5.2 A imagem de um deodorista sobre o 15 de novembro.

Como um bom deodorista que viria a se tornar, Eptácio Pessoa registrou em suas memórias a imagem de Deodoro visto como um “opresso, desfigurado, mas interiormente tenso, pronto a sacudir no momento necessário a prostração, guardando aceso n’alma a chama de bravura que tornaria a sua figura de herói momentâneo, meteórico, tão cara a mocidade republicana”.<sup>445</sup> Segundo esse registro, “na madrugada seguinte [a visita de Eptácio], galvanizando o corpo aniquilado, Deodoro montava a cavalo e à frente das forças rebeladas da 1ª região, cercava o quartel-general e prendia o chefe do gabinete, Visconde de Ouro Preto”. No mesmo dia, Pedro II, “que descera de Petrópolis para a Quinta da Boa Vista, aí assinara o seu ato de abdicação”, partindo, na madrugada do dia 15 para o 16, rumo à Europa a bordo do *Alagoas* levando consigo toda a família imperial.<sup>446</sup>

Essa representação apoiava-se na versão dos fatos contada pelos deodoristas, para quem “a proclamação foi ato estritamente militar, corporativo, executado sob a liderança insubstituível de Deodoro”, o herói momentâneo. Nessa versão, aparece com nitidez a referência ao conhecido óleo de H. Bernadelli, analisado por Carvalho, na qual Deodoro aparece dominando o quartel “a imagem equestre do marechal, que ocupa todo primeiro plano”. Uma clássica exaltação do herói militar, “elevado sobre os comuns mortais montando fogoso animal”.<sup>447</sup> Partilhando dessa visão, é possível que Eptácio Pessoa comungasse com muitos

---

<sup>444</sup> Carvalho (1990, p. 39).

<sup>445</sup> *Ibidem*.

<sup>446</sup> Gabaglia Pessoa (1951, p. 49).

<sup>447</sup> Conferir Carvalho, (1990, p. 38-40), no item *Deodoro: a República Militar*.

dos seus contemporâneos, inclusive como muitos redatores de jornais e intelectuais da sua Província natal, que entabulavam o argumento de que “a ideia republicana não era novidade no Brasil”, e que teria surgido vinculada à ideia da independência “na conjuração mineira de 1791 e na revolução pernambucana de 1817”; de que tenha inspirado em “1824, o sonho da Confederação do Equador e, em 1835, a guerra civil de uma década no Rio Grande do Sul, a famosa Guerra dos Farrapos”, ainda em 1848, “a Revolução Republicana em França, revivendo a mística da Revolução Francesa, repercutindo aqui [no Brasil] com todo o poder sugestivo das ideologias de além mar, veio a dar-lhe nova inspiração”.<sup>448</sup>

A essa impressão, poder-se-ia acrescentar, como fez Gabaglia Pessôa, que “o que lhe preparou sobretudo o advento foi aquilo a que Nabuco chamou de ‘o arrastamento americano’, isto é, o exemplo das nações vizinhas. Éramos o único país de regime monárquico, num vasto continente de repúblicas”.<sup>449</sup> De forma geral, esses também foram os argumentos apresentados pelos propagandistas do regime republicano apoiados na ideia já enunciada no Manifesto Republicano de 1870, e que considerava “a Monarquia uma anomalia na América, onde só existem repúblicas”. Sob a égide do Poder Moderador, essa crítica apontava que “as liberdades foram cerceadas com grande prejuízo para a nação”, direcionando o foco para as “deficiências de D. Pedro como estadista.” Esses propagandistas “criticam a centralização excessiva do governo monárquico, a vitalidade do Senado, a fraude eleitoral que possibilita ao governo vencer sempre as eleições”.<sup>450</sup>

Nessa visão, a república era vista como a solução ideal para os problemas do país, e a sua proclamação “foi a concretização de uma aspiração popular levada a efeito por um grupo de homens idealistas e corajosos que conseguiram integrar o país nas tendências do século”.<sup>451</sup> Por outro lado, entre os próprios contemporâneos do 15 de novembro, não demorou para que começasse a ganhar forma às críticas contra a república. Em torno dela, arregimentou a opinião dos monarquistas e dos desiludidos da República que “idealizavam o passado e com olhos pessimistas observavam o presente que lhes afigurava uma época de desmandos e confusão”. Para eles, “as classes militares, impregnadas de orgulho vão e minadas pela indisciplina, haviam sido instrumentos de grupos civis desejosos do poder, desenganados da Monarquia ou ressentidos”.<sup>452</sup>

---

<sup>448</sup> Gabaglia Pessôa (1951, p. 49).

<sup>449</sup> *Ibidem*.

<sup>450</sup> Ver leitura de Costa (1999, p. 387) sobre *A República vista pelos Republicanos*.

<sup>451</sup> *Ibidem*.

<sup>452</sup> *Idem*, p. 394-395, sobre a *Versão dos monarquistas*. Segundo a autora, há ainda um *Testemunho menos comprometido*, que pode ser extraído de outras interpretações feitas por personagens menos comprometidos com os eventos que depuseram Pedro II e instauraram a República. Esse é o caso de Max Leclerc, viajante francês que

### 3.5.3 O jogo político republicano.

Os estudos historiográficos especializados no tema têm apontado que, passados os eventos do 15 de novembro, apesar do esforço da propaganda republicana para legitimar o novo *status quo*, “o meio político, não obstante, permaneceu basicamente conservador, ferozmente católico romano e incondicionalmente hierárquico e familiar em seus relacionamentos interpessoais”. Também “não modificou sua dependência em relação à fraude eleitoral, à intimidação violenta e à guerra privada entre as famílias como os expedientes principais para alcançar e manter a hegemonia política.”<sup>453</sup> Era a prova de que a República não conseguiu eliminar muitos dos vícios políticos advindos do império, entre eles, as relações paternalistas e clientelistas. A trajetória de Epiácio Pessôa nessa época ilustra como essas relações foram usadas com vistas a atender interesses pessoais os mais diversos.

Basta lembrar que, ao chegar à presidência da República, assumindo o governo provisório, Deodoro da Fonseca levou consigo muitos dos amigos e correligionários com os quais Epiácio havia estado na noite de 14 de novembro, a exemplo do seu irmão José Pessôa e de três paraibanos de influência junto ao presidente, o General Almeida Barreto e os irmãos José e Tude Neiva, os três últimos conterrâneos da cidade de Souza, no Sertão da Paraíba. Dos três, Mena Barreto, como era conhecido o General Almeida Barreto, era o personagem de maior influência. Logo após o 15 de novembro, ele ficou conhecido no ciclo do Governo Provisório como um dos mais vocais defensores da versão que apontou Deodoro como o líder inquestionável da proclamação da República.<sup>454</sup>

Foi através de Almeida Barreto, a quem o Tenente José Pessôa havia servido como ajudante de ordens, que este último se tornou ajudante de ordens do presidente. Além da influência do General Barreto – então comandante de armas do Rio de Janeiro – o Tenente Pessôa dispunha da influência do tio, o Barão de Lucena, que era compadre de Deodoro e, tempos depois, tornou-se um de seus ministros. Com os parentes e amigos ocupando altos cargos na administração da República, já nos primeiros dias do governo provisório, Epiácio

---

percorria o Brasil a época e deixou seu relato em um livro, *Cartas do Brasil*. Suas impressões falam da não intenção de Deodoro em instaurar a República, mas de derrubar o ministério de Ouro Preto. Além disso, relatou a inércia “do edifício imperial, mal construído, edificado para outros tempos e outros destinos, já não bastava às necessidades dos novos tempos”. Limitou-se, portanto, a relatar as razões conhecidas para explicar o movimento que depõe o imperador do Brasil.

<sup>453</sup> Lewin, (1993, p. 206).

<sup>454</sup> Foi o então Capitão Almeida Barreto “que sofreu uma síncope de tanto gritar vivas à República no Campo de Santana, e que acordou o visconde de Ouro Preto na prisão dizendo-lhe que ia ser fuzilado”. Mena Barreto, como ficou conhecido no ciclo de Deodoro, se reuniu, juntamente com Sebastião Bandeira e outros deodoristas, “logo após o 15 de novembro para estabelecer o que consideravam a verdade sobre os fatos e combater o esforço dos que tentavam, segundo eles, deturpar a história em proveito próprio”. (CARVALHO, 1990, p. 38).

“passou a freqüentar o Itamarati”, então palácio do governo, onde era “visto com grande simpatia”. No círculo de amizades do qual fazia parte Hermes da Fonseca, sobrinho de Deodoro. Foi pela influência de parentes e de amigos que fizera no círculo republicano na casa de Deodoro que Eptácio Pessôa recebeu a sua primeira nomeação política no novo regime. Essa se deu por ocasião da organização dos governos dos recém-criados Estados da Federação.

A escolha do novo governante da Paraíba tardou a acontecer, posto que concorreram os nomes de Venâncio – irmão de Tude e José Neiva – ligado ao Partido Conservador, e o professor Albino Meira, tido como um propagandista republicano ligado à Faculdade de Direito de Recife e indicado por Aristides Lobo ao cargo. Na escolha, contudo, prevaleceu a opinião dos militares, os irmãos Neiva, José Pessôa e, principalmente, de Almeida Barreto, tendo também interferido o Barão de Lucena. Chancelando a indicação, Deodoro nomeou Venâncio Neiva para o governo da Paraíba. Para integrar o novo governo, auxiliando Venâncio, foram ainda nomeados Eptácio Pessôa, para o cargo de Secretário Geral do Estado, e João Coelho Gonçalves Lisboa, para chefe de Polícia<sup>455</sup>. Eptácio assumiu, portanto, um dos cargos mais importantes na configuração do poder político da Paraíba da Primeira República.

Para Linda Lewin, a nomeação de Eptácio é um exemplo claro da força exercida pela “parentela” na composição do poder político na Paraíba do período. Estava formada a primeira oligarquia da Paraíba republicana, a que recebeu o nome de Neiva-Lucena.<sup>456</sup> Além de servir como exemplo para analisar a força da parentela para a ascensão política de determinadas lideranças, a trama política que levou Eptácio Pessôa ao cargo de Secretário Geral na Paraíba republicana revela um aspecto importante dos estudos que tem voltado suas atenções para entender a ambivalência e o comportamento do personagem político que assume uma posição pública. É preciso lembrar que o Eptácio Pessôa que fora alçado ao cargo de secretário de Venâncio Neiva era o mesmo que denunciou, meses antes, as relações paternalistas e o clientelismo como práticas ignóbeis de Teixeira de Sá na Comarca do Cabo.

Esse comportamento ambíguo pode ser compreendido pela da noção de *persona*, entendida como uma condição social daquele que representa publicamente uma ação política. A *persona* é uma característica do *homem duplo*, ambivalência que remete a uma relação afirmativa “entre as exigências *societais* e as aspirações individuais” e tende a sublinhar que “a vida social destina o sujeito a uma forma separada dele mesmo, a uma máscara”. Nesse desdobramento, “o engodo é a regra desta decomposição de si mesmo que acaba em uma

---

<sup>455</sup> Sobre a nomeação de Venâncio Neiva ao governo da Paraíba ver Mello (1982, p. 11) e Rodrigues (1989, p. 19/20).

<sup>456</sup> Conferir Lewin (1993, p. 208/9).

máscara seja de resistência ou de submissão, de impassibilidade ou de emoção”.<sup>457</sup> A aparência da personalidade pública remete ainda à leitura acerca de como se criam os mitos e mitologias políticas.

Convém reiterar que o mito político aparece fundamentalmente polimorfo e que se apresenta “suscetível a oferecer múltiplas ressonâncias e não menos numerosas significações” que nem sempre são complementares, mas também opostas. Em torno dessas significações há uma linha tênue que separa a veneração da execração, imagens que podem ser extraídas dos mesmos fatos, alimentadas da mesma trama. Tais significações podem dar forma a uma espécie de *duplo legendário* que o imaginário se esforça para tornar secreto, oculta e não deixa vir à tona. Nisso resulta o cuidado daqueles que controlam os fios que modelam o *imaginário político*. O contrário pode fazer surgir o herói indesejado, como nos lembra Girardet, o Ogro da Córsega, ao invés de Napoleão, o Grande.<sup>458</sup> Essa chave de leitura adverte ainda para o fato de que a criação de certa imagem pública exige um trabalho de manipulação do imaginário e “nenhum empreendimento manipulador pode esperar atingir seus objetivos ali onde não existe, nos setores da opinião que ele se esforça para conquistar, uma certa situação de disponibilidade, um certo estágio prévio de receptividade”, o que implica dizer que a mensagem a ser transmitida, para que tenha alguma possibilidade de eficácia, precisa corresponder a certos códigos previamente inscritos no imaginário social.<sup>459</sup>

Entender se existia na Paraíba de fins do Império uma certa situação de disponibilidade, um certo estágio prévio de receptividade, isto é, se existia algum sinal de disponibilidade mental afetiva sobre a ideia de república no interior da Província – ou em sua ausência, como essa disponibilidade foi criada –, torna-se necessário para o propósito de melhor compreender o comportamento político de Epitácio Pessoa no retorno à sua terra natal, local onde assumiu o cargo de Secretário Geral do Estado e onde foi eleito Deputado Federal para a primeira constituinte republicana. Cabe notar que o retorno à Paraíba representou uma chance real para Epitácio dar passos sólidos na carreira política. A criação de certa imagem pública pela apropriação dos valores do republicanismo, muitos dos quais circulavam em meio ao debate político da imprensa paraibana, foi um dos aspectos indispensáveis para a ascensão política de Epitácio Pessoa em sua terra natal, fazendo com que muitos contemporâneos o distinguissem dos demais políticos da época.

---

<sup>457</sup> Haroche e Courtine (1986, p. 8).

<sup>458</sup> Girardet (1987, p. 16). A questão colocada por Girardet foi apropriada por Stoiani (2005, p. 23), de modo a colaborar na elaboração de um estudo que mostrou a construção simbólica do poder de Napoleão Bonaparte.

<sup>459</sup> *Idem*.

Para um deles, escrevendo sobre *a política do seu tempo*, Epitácio era “enaltecido pelos paraibanos em razão de suas superiores qualidades intelectuais”. Um personagem que se distinguia dos demais políticos da sua época, “até pelo aspecto físico: apesar da pequena estatura, vestia-se com apuro e aparecia sempre muito bem em seus numerosos retratos”. Essas aparições, causavam na “Paraíba, terra pobre e esquecida, onde tudo era difícil” uma admiração que avultava “a estrela do conterrâneo ilustre, ou seja, essa quase predestinação que o levara, desde moço, às maiores posições da República”.<sup>460</sup>

### 3.6 O LUGAR DA PROVÍNCIA ENTRE O IMPÉRIO E A REPÚBLICA: UMA PARAÍBA REPUBLICANA?

O debate que envolve a participação da Paraíba no movimento republicano tem dividido opiniões no meio historiográfico. De um lado, alguns historiadores paraibanos defendem que havia na província da Paraíba uma “acentuada apatia ao movimento republicano”, posto que, “diferentemente do que acontecia nas áreas mais dinâmicas do País, a formação social paraibana, no final do século XIX, ainda não agudizara as suas contradições numa dimensão que induzissem a rupturas estruturais com o regime vigente”.<sup>461</sup> O que implica dizer que, tal como afirmou Gurjão, a “queda do Império e implantação do regime republicano na Paraíba não foram precedidos de movimentos organizados, nem, tampouco, da criação de um partido republicano, a exemplo do ocorrido no Sudeste do país”.<sup>462</sup>

Por outro lado, há trabalhos que têm se esforçado em demonstrar que a participação da província no movimento republicano se deu por intermédio dos paraibanos que atuaram em outras províncias como verdadeiros propagandistas, a exemplo de Aristides Lobo, Manoel Acauã, Coêlho Lisboa e Albino Meira.<sup>463</sup> Por fim, há quem defenda que, apesar de a Paraíba não ter sido um foco ativo da propaganda republicana, o republicanismo foi uma característica da identidade paraibana. Nesse último aspecto, convém mencionar a análise de Margarida Dias, para quem desde a passagem da Monarquia para a República havia uma necessidade de formular uma história da Paraíba, exigência que só ganhou forma a partir de 1905 com a criação do IHGP. Entre os historiadores do instituto desse período, apresentou-se como uma das marcas identitárias da Paraíba.<sup>464</sup>

---

<sup>460</sup> Albuquerque (1988, p. 3).

<sup>461</sup> Rodrigues (1989, p. 13).

<sup>462</sup> Gurjão (1999, p. 53).

<sup>463</sup> Ver Nóbrega (1950, p. 43).

<sup>464</sup> Na visão da autora (DIAS, 1996, p. 36), a fundação do IHGP estava relacionada a dois fatores. Primeiro a necessidade de reorganização dos Estados da Federação, assim constituídos após a Proclamação da República, em

Alargando o campo de análise, para além da interpretação feita nos seis números iniciais da Revista do IHGP, publicados entre 1909 e 1928, fontes por excelência usadas pela autora, é possível perceber que o republicanismo enquanto característica da paraibanidade foi transmutado para as obras clássicas de história da Paraíba naquele contexto. Para ilustrar o argumento, cabe citar ao menos três dessas obras, sendo elas as mais citadas pela historiografia paraibana. A primeira foi escrita por Manuel Tavares Cavalcanti, um dos sócios fundadores do IHGP, que publicou a sua *Epítome de História da Parahiba* em 1914; a segunda obra é tida como um clássico da historiografia paraibana, intitulada *Apanhados Histórico da Paraíba*, escrita por Celso Mariz e publicada pela primeira vez em 1922; por fim, a obra de Apolônio Nóbrega, primeira dedicada exclusivamente à *História republicana na Paraíba*, publicada na década de 1950 com prefácio assinado por Manuel Tavares Cavalcanti, datado de 1948.<sup>465</sup> De maneira geral, os três autores reproduzem o argumento usado pelos propagandistas republicanos, para quem a ideia de república não era uma novidade no Brasil e justificam, com essa ideia, a premissa de que a Paraíba não foi jamais indiferente aos ideais políticos que chegaram no Brasil ao longo do século XIX.

Embora não seja a pretensão do presente trabalho aprofundar no debate sobre o grau de circulação e recepção das ideias republicanas na Paraíba, compete lembrar que estudos recentes têm demonstrado que “a difusão de uma cultura democrática e científica no final do Império

---

que a criação das histórias locais era justificada na medida em que serviam para explicitar as diferenças regionais, para, “através delas, justificar seus poderes ou reclamar a falta deles, mas garantindo a ideia de unidade nacional”. Segundo, aos esforços de um grupo de intelectuais em promover uma ruptura que expressava “a passagem de uma Paraíba sem história, para uma Paraíba com história e escrita pelos paraibanos”, uma vez que reclamavam o fato de haver, até então, apenas uma “crônica sobre a Paraíba, muito ligada a Pernambuco e ao Brasil”. Imbuídos da missão de escrever uma história da Paraíba, os fundadores do IHGP lançaram as bases do que chamaram de *paraibanidade*, que remete à identidade paraibana, tal como foi definida pelos intelectuais do Instituto a partir de uma “personalidade específica, circunscrita pelo espaço tido como paraibano e formado por algumas características e valores”, entre os quais, incluíam o republicanismo. Para eles, a Paraíba tinha “um solo fadado para a República” e o evento da proclamação foi um ato consumado da história heroica da Paraíba.

<sup>465</sup> Para Cavalcanti (1913, p. 103), “a Parahyba não foi jamais um foco activo de propaganda republicana”, mas “ella jamais foi reflectária à ideia republicana. Acolheu-a sempre com simpathya e quando aqui chegou o echo da revolução de 15 de novembro de 1889 que derrubara o regimen monarchico e proclamara a república, elle foi aceito sem opposição”. Já Celso Mariz (1980, p. 175), no capítulo dedicado a República, registrou que à época da visita do Conde d’Eu à província, ocorrida em 20 de junho de 1889, fazendo propaganda monárquica e que Silva Jardim pouco depois desfazia, não se verificava “em nosso território, em nossos elementos locais um foco de propaganda da ideia, como S. Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco”. Apesar disso, conclui o autor, “à margem das nossas antigas tradições, não éramos já dentro da base nova que se abria, um neófito qualquer do grande pensamento”. Coube destaque a participação da Paraíba no “sopro [que] nos abalara em 1824 e não que ele desaparecera ainda em 1832 quando se estabeleceu a ‘Sociedade Federal’ de Henrique Ferreira Rabelo e se imprimiu ‘O Republico’ de Antônio Borges da Fonseca”. Apolônio Nóbrega (1950, p. 16-17), por sua vez, afirma que apesar da propaganda republicana não ganhar forma efetiva pela Paraíba, haviam os “precedentes Liberais e revolucionários de 1817 por diante”. Para esse autor, os precedentes da Revolução Pernambucana de 1817, da Confederação do Equador 1824 e da Revolução Praieira de 1848, associava a Paraíba ao sonho republicano gestado ao longo de lutas heroicas diante as quais a Província do Norte havia participado. Sobre a atuação de Borges como opositor ao regime monárquico por utilizar o jornal para fazer críticas a Dom Pedro I e ao Regime Monárquico, ver Santos (1994; Opcit. SANTOS, 2016, p. 116).

criou uma disponibilidade mental e afetiva à ideia de república no Brasil”. A expansão do campo semântico do vocábulo República e os seus significados deveu-se, em grande medida, a “ação da propaganda – em lato senso – que estabeleceu uma relação dicotômica entre república e monarquia, montando com os dois termos um par antônimo assimétrico, recurso de grande força persuasiva.” O Império e a República passaram a ser tratados em pares antitéticos, “expediente retórico compôs não só a oratória da propaganda estrito senso, como freqüentou panfletos e opúsculos, se fez a espinha dorsal de obras teóricas, esteve estampado em artigos de jornais e ganhou, por vezes, a literatura”.<sup>466</sup>

Ângela Alonso aponta que entre as décadas de 1870 e 1880, “a produção técnica [que] disseminara jornais, veículos de notícia não controlados pela elite imperial”, foi um elemento chave às estratégias de divulgação das manifestações reformadoras dos intelectuais do período na medida em que se verificava um aumento do público leitor espalhados pelas cidades Brasil afora. Formava-se, portanto, “uma audiência receptiva” movida por uma linguagem em que aparecia às críticas às instituições e aos valores saquaremas. Pela imprensa, a *audiência receptiva* era formada entre muitos leitores dos jornais que traduziam as novas ideias, expondo conceitos, exteriorizando novos hábitos e costumes. Como espaços de enunciação de críticas, reivindicação e circulação de ideias, eram em sua grande maioria jornais de pequeno e médio porte, muitos deles “republicanos ou quase”, alguns se intitulando independentes, de baixo custo, sendo financiados por seus proprietários/redatores e, muitas vezes de vida curta. Muitos circulavam diariamente, de venda avulsa, a um preço acessível para boa parte de população.<sup>467</sup> Esse me parece ter sido o caso da Paraíba, ou seja, por lá as ideias republicanas circularam em maior ou menor grau nas páginas de alguns periódicos.

---

<sup>466</sup> Conferir leitura de Mello (2004, p. 15).

<sup>467</sup> Para Ângela Alonso (*idem*, p. 277), na década final do império surgiu uma imprensa *independente*, tida como um “canal de manifestação de insatisfação coletiva contra seus fundamentos [do status quo imperial]”. Para autora, isso se deu devido à “modernização dos processos de impressão dos anos de 1870 [que] barateara o custo dos jornais”, permitindo uma “diversificação gráfica e o crescimento das publicações. Assim, alargou-se o espectro de grupos com recursos técnicos e financeiros para montar jornais e tipografias”. Este foi o caso de muitos membros do Partido Liberal, quando do ostracismo político do partido imposto pela dominação conservadora, foram levados a criar “outros canais não parlamentares de expressão coletiva”. Foi o momento da radicação liberal entre 1870 e 1872, que também gerou o surgimento de “três grandes periódicos nacionais de combate à dominação conservadora, o *Diário do Povo* (1868), *A Reforma* (1869), *A Opinião Liberal* (1866)”. A partir desse momento, através da proliferação dos jornais, sejam eles *pequenos* e ou *grandes* “tanto os novos liberais quanto os liberais republicanos manearam recursos estamentais para expressar sua crítica ao *status quo*”. Este é o exemplo dos novos liberais da Bahia “que ganharam acesso aos jornais dos liberais radicais, como o tradicional *Diário da Bahia*, na Praça desde 1856, e dominado pelo Grupo de Manuel Dantas, que deu a direção a seu afilhado Rui Barbosa em 1877”.



### 3.7 A IMPRENSA PROVINCIAL E A TRADUÇÃO DA NOVIDADE REPUBLICANA: A GAZETA DO SERTÃO.

Na Paraíba, a historiografia tem destacado que o jornal *Gazeta do Sertão* – periódico que surgiu na cidade de Campina Grande em 1888 –, através dos seus redatores, Irineo Joffily e do engenheiro Francisco Retumba, traduziu grande parte das ideias novas que chegavam no Brasil. Para Melo, a *Gazeta* surgiu “comprometido com reformas e problemas sociais na Paraíba. Circulando em conexão com o progresso da cidade, que já contava com quatro mil habitantes, animada feira de gado e intensa comercialização do algodão”.<sup>468</sup> Analisando o seu formato, a *Gazeta do Sertão* apresentava características interessantes, posto que circulava semanalmente a um custo de \$160 (cento e sessenta reis) o exemplar avulso, além de ofertar “assignaturas na Comarca” no valor de 6\$000 (seis mil reis) ao ano e 3\$500 (três mil e quinhentos reis) por semestre. Fora da Comarca, os valores chegavam a 7\$000 (sete mil reis) a assinatura por ano e 4\$000 (quatro mil reis) por semestre. Valores que poderiam ser ajustados, conforme noticiava a propaganda do jornal.<sup>469</sup> Ao que tudo indica, o jornal não detinha de nenhuma quantia que garantisse a sua existência fora os recursos injetados do próprio bolso dos redatores e a venda avulsa ou em assinaturas de seus exemplares; diferente de outras folhas, “a exemplo do *Jornal da Paraíba*, do Barão de Abiahy [conservador], que em 1889 recebia do tesouro a quantia mensal de 350\$000 [trezentos e cinquenta mil réis] para publicação do expediente do governo.”<sup>470</sup>

Esses dados não indicam que o jornal se tornou independente a ponto de fazer uma crítica mais ampla ao regime monárquico, posto que, como veremos, o seu proprietário pareceu acomodar a sua folha de acordo com as conveniências e situações políticas da época em que viveu. Aliás, muitos jornais em circulação pela Província no período apresentavam linhas editoriais comprometidas com determinados grupos partidários, em especial com os grupos arregimentados em torno dos partidos Conservador e Liberal.<sup>471</sup> Nos termos de Gurjão, Joffily

---

<sup>468</sup> Conferir Mello (2014, p. 129)

<sup>469</sup> Cf. *Gazeta do Sertão*, Jornal, Campina Grande, 14 de setembro de 1888.

<sup>470</sup> De acordo com José Joffily (1982, p. 118-119), “teve a *Gazeta do Sertão* vida um pouco mais longa (2 anos e 8 meses) sustentada com as rendas dos dois ricos proprietários.” Ver ainda no mesmo autor, a descrição do saldo investido por Joffily e Retumba para tocar o empreendimento. Cabe registrar que o engenheiro Francisco Soares da Silva Retumba faleceu aos 34 anos de idade em Recife no dia 3 de dezembro de 1890. Idem (p. 123).

<sup>471</sup> Reconhecendo o grau de comprometimento de muitos jornais em circulação pela Paraíba do período junto a política partidária, Aranha (2004, p. 53), faz-nos notar que alguns desses jornais estampavam em suas páginas de rosto o partido ou segmento social que representavam, ou ainda, o nome do próprio diretor e/ou proprietário. Os exemplos ilustram o argumento: “O liberal Parahybano – órgão do Partido Liberal (1879); A Parahyba – Órgão Liberal (1880); O comércio – Órgão Especial do Comércio e Agricultura (1883); Jornal da Parahyba – Órgão do Partido Conservador (1889); O Comércio – Órgão das Classes Conservadoras (1900-1907); *Gazeta do Sertão* –

e Retumba “alinhavam-se às fileiras do republicanismo mais consequente, criticando a sociedade escravista e defendendo a solidariedade aos oprimidos, a necessidade de reformas sociais e o federalismo”.<sup>472</sup> O primeiro é ainda tratado pela historiografia paraibana como dotado de “aguda compreensão da problemática brasileira. Suas crônicas com o pseudônimo Índio Cariri, focalizavam o escravismo e a abolição não de forma sentimental, mas social”.<sup>473</sup> Do ponto de vista da atividade política, o proprietário da *Gazeta* era ligado ao Partido Liberal que exerceu forte influência política no sertão da Província.<sup>474</sup>

De maneira geral, é possível apontar ao menos três pontos centrais do debate que a *Gazeta* produzia pelos seus editoriais entre 1888 e a primeira metade de 1889. Primeiro, a avaliação e apresentação da situação política, econômica e social da Paraíba; segundo a crítica à centralização monárquica, associada à ineficiência do parlamentarismo e de maneira especial, à inexpressiva participação da bancada paraibana no parlamento; terceiro, a defesa do federalismo.<sup>475</sup> Grande parte dessa crítica se originou nas atividades de Irineu Joffily como

---

Orgão democrata/Diretor Irineu Joffily (1889-1891); O Correio de Campina – Orgão Comercial Político e Noticioso/Diretor Proprietário: Cel. Cristiano Lauritzen (1915).”

<sup>472</sup> Gurjão (1999, p. 53).

<sup>473</sup> Mello, (2014, p. 129). Em grande medida, a imagem que sobre ele recai enquanto um intelectual atento aos problemas do Brasil e, em especial, da Parahyba, se deu por ter encampado verdadeira jornada à cavalo pelo interior da Paraíba colhendo notas e conhecendo de perto seu povo. Do conteúdo colhido nas viagens, e que cujas *notas* eram divulgadas no próprio jornal *Gazeta do Sertão* – na coluna Artes e Letras: Notas de Viagem – lhe rendeu material para escrever sua “Notas sobre a Parahyba” publicada em 1892.

<sup>474</sup> Mariz (1987, p. 157). De acordo com Cavalcanti (1948, p. 16) “a maioria dos homens influentes e destacados do Partido Liberal viviam no sertão, constituída de Paula Primo, Manuel Dantas, Elias Ramos, Ireneu Jofíli, tendo na Capital, como principal adepto, o dr. Gama e Melo”. Para Lewin, durante o Império, a orientação partidária na Paraíba “refletia uma ênfase geoeconômica, relacionada com as diferenças entre o litoral e os sertões, que continuavam a existir, mas com menor significação, na época da República”. De acordo com essa divisão, “os conservadores eram mais fortes na zona açucareira litorânea, ao passo que o apoio mais aos liberais assentava-se nas zonas sertanejas e no Brejo”. A relação do Partido Conservador com os agricultores da cana-de-açúcar na Paraíba “também fizera deles o partido da infraestrutura, uma distinção que tinha uma certa importância no início da República. Os mais ricos senhores de engenho tinham sido os primeiros a patrocinar a construção da ferrovia e a clamar – sem sucesso – pelo desenvolvimento de Cabelo como porto”. Ainda de acordo com Mariz (1987, p. 169) após a reforma de Saraiva (Gabinete 28 de março), a divisão distrital da Província era a seguinte: 1º distrito: Capital (sede), Alhandra, Pedras de Fogo, Pilar, Mamanguape; 2º: Campina (sede), Ingá, Alagoa Grande, Guarabira; 3º: Areia (sede), Alagoa Nova, Bananeiras, Araruna, Cuité; 4º: Pombal (sede), Santa Luzia, Patos, Monteiro, S. João do Cariri e Cabaceiras; 5º: Sousa (sede), Cajazeiras, Piancó, Misericórdia, Teixeira.

<sup>475</sup> A defesa do federalismo apoiava-se no argumento de que “a excessiva centralização que caracterizava a administração imperial desgostava uma parcela da opinião pública que considerava tal sistema um entrave ao desenvolvimento do país e à solução dos problemas mais urgentes”. Diante disso, “a ideia federativa adquiriria assim maior prestígio”. Esse princípio fora um dos aspectos defendidos diretamente pelo Manifesto Republicano de 1870. (Viotti, 1999, p. 470). Para título de ilustração, selecionei um conjunto de matérias que discorrem sobre os temas aludidos, as quais listo: *Gazeta do Sertão*, Jornal, Campina Grande, 19 de outubro de 1888; *Gazeta do Sertão*, Jornal, Campina Grande, 28 de setembro de 1888 e 25 de janeiro de 1889. Ainda sobre o que chamavam de “criminoso indiferentismo dos poderes públicos pela sorte das Províncias do Norte”, ver matéria intitulada “A Secca Imminente” *Gazeta do Sertão*, Jornal, Campina Grande, 21 de setembro de 1888; ver ainda *Gazeta do Sertão*, Jornal, Campina Grande, 16 de novembro de 1888; *Gazeta do Sertão*, Jornal, Campina Grande, 16 de novembro de 1888. Há ainda um conjunto de matérias que falam de supostas reuniões republicanas ocorrendo em algumas cidades paraibanas. Ver, *Gazeta do Sertão*, Jornal, Campina Grande, 18 de janeiro de 1889. *Gazeta do Sertão*, Jornal, Campina Grande, 4 de fevereiro de 1889. Sobre as adesões em Alagoa Nova. *Gazeta do Sertão*, Jornal, Campina Grande, 15 de janeiro de 1889. Sobre as adesões em Patos, Sertão da Província.

escritor que percorreu a província em busca de colher dados para a sua “Notas da Paraíba”; bem como o próprio engenheiro Retumba que, segundo José Américo de Almeida, viajou pelo interior da província nos momentos finais da Monarquia para elaborar um relatório em que expôs “as causas imediatas do atraso deplorável, mais do que isto, do estado de inércia em que permanece, desde há muito a Província”, surgindo daí a interpretação de que, entre as causas dos problemas da Paraíba, estava a excessiva centralização da Monarquia que dominava por mais de meio século.<sup>476</sup>

Em 1860, para se ter uma ideia do quadro geral da Província da Paraíba, “a população atingira 300.000 habitantes. Cinquenta por cento desses eram elementos livres. No entanto, as epidemias, nos anos anteriores, mataram cerca de 30.000 pessoas causando um impacto demográfico”.<sup>477</sup> Além disso, as questões internas, advindas dos problemas gerados pelas secas de “1877 e 1889-90 encontraram a província sem condições de reduzir seus efeitos catastróficos para a população pobre, aprofundando sua miséria”<sup>478</sup>. Essa situação fora agravada ao longo das décadas de 1870 e 1880, quando o quadro econômico-financeiro da Paraíba apresentou contradições preocupantes “cuja compreensão só é perceptível vista pela ótica de sua subordinação ao capital nos planos regional, nacional e internacional”. Para Gurjão, “a queda da demanda do algodão após o fim da guerra de Secessão e a crise da economia açucareira acarretavam a redução de suas rendas, situação está agravada pela absorção de seu comércio pelo porto de Recife”.<sup>479</sup>

É diante desse quadro que os redatores da *Gazeta do Sertão* chamavam atenção para “o estado precário em que se acha esta Província” e denunciavam que era “*Efeito da Centralização*”. Segundo eles, “o regimen centralizador que nos atrophia e mata. O governo central não se importa com a miséria das províncias, principalmente se ellas estão tão distantes, que seus gritos não possam chegar aos d’aquelles que se deleitam nas delicias da corte”.<sup>480</sup> Matérias como essa eram emblemáticas e remetem a uma crítica dos redatores ao *status quo* monárquico, aos valores e instituições que relegavam à Paraíba uma nula participação junto à estrutura de poder montada na Corte. Em tom crítico, o redator sugere imaginar a monarquia como um verdadeiro “clube” – a corte com suas delícias, suas festas, sua pompa, seus melhoramentos civilizatórios – como um privilégio acessado por poucos, sendo necessário de

---

<sup>476</sup> Almeida (1980, p. 223)

<sup>477</sup> Silveira (1999, p. 49).

<sup>478</sup> Gurjão (1994, p. 25).

<sup>479</sup> *Ibidem*.

<sup>480</sup> *Gazeta do Sertão*, Jornal, Campina Grande, 16 de novembro de 1888.

uma carta de ingresso para entrar, característica da crítica que apontava para o fechamento do regime político.<sup>481</sup>

Esse tipo de matéria também sinalizava uma crítica direcionada à ineficiência do parlamento brasileiro seria outro agravante da situação do Norte, de acordo com os redatores. Nessa visão o estado de isolamento da Paraíba era consentido por “aquelles a quem confiaste o mandato de defender vossos direitos no parlamento. Que importa que soffra a Parahyba! Não é Ella mais que um átomo no rol das províncias!”<sup>482</sup> A presença da crítica à representação paraibana junto ao governo central foi fundamental para criação da imagem de Epitácio Pessoa como um parlamentar do novo tempo, com suposta autonomia política, diferente dos representantes paraibanos alvo das críticas que julgavam submetidos às vontades de S. Majestade, o imperador.

### 3.7.1 Um propagandista em defesa da causa republicana.

A defesa dos ideais de república foi reforçada quando seu editorial recebeu importantes contribuições do atuante propagandista e professor da Faculdade de Direito de Recife, Albino Meira.<sup>483</sup> O professor era visto como um propagandista histórico ligado ao grupo de reformadores que se criava em torno da Faculdade de Direito da cidade pernambucana. Para Melo, com a chegada de Albino Meira, Joffily e Retumba continuaram a ofertar o “*conteúdo programático* ao jornal”. Segundo ele, enquanto Joffily “discutia os principais problemas da Paraíba – estrada de ferro de penetração, subordinação a Pernambuco, açudagem, rendimento da agricultura e dissipação das rendas públicas”, Retumba “retomava o espírito de relatórios voltados para os recursos econômicos da província e em particular, suas possibilidades em minérios”. Já “Albino Meira publicou artigos em que, denunciando o centralismo imperial se bateu pela federação, como instituição básica da República”.<sup>484</sup>

Concordo com Rodrigues quando afirma que “a maior contribuição de a *Gazeta da Parahyba* ao movimento [de divulgação de ideias republicanas na Paraíba] foi, pela extensão e

---

<sup>481</sup> Carvalho (2011) capta na crítica contra a estrutura de poder imperial uma predisposição dos intelectuais em compará-la a um clube. Rosa Maria Godoy Silveira (1978) fez um importante estudo sobre o republicanismo e o federalismo no Brasil demonstrando como ocorreu, ao longo dos primeiros anos da República, uma luta para que os postulados da descentralização fossem implementados na medida em que ocorreu uma gradativa e, por vezes, incisivo intervencionismo do governo federal nos Estados através da nomeação e deposição de governadores, bem como a decretação do Estado de Sítio.

<sup>482</sup> *Gazeta do Sertão*, Jornal, Campina Grande, 19 de outubro de 1888. Sobre a instalação das estradas de ferro na Paraíba, ver Aranha (2006).

<sup>483</sup> Ver sessão: Confidencias. Do Dr. Albino Meira. Nos editoriais da *Gazeta do Sertão* de março de 1889.

<sup>484</sup> Melo (2011, p. 129).

pela ênfase de seu conteúdo, a publicação da série de conferências proferidas por Albino Meira na Capital da Província.”<sup>485</sup> A chegada de Albino Meira como um divulgador da causa republicana revela um aspecto importante da ação dos grupos reformadores que se organizaram na Faculdade de Direito do vizinho Estado do Norte, qual seja, a organização de viagens de propaganda nas quais eram organizadas conferências, palestras e comícios em defesa da causa. Antes de aproximar-se de Joffily e Retumba, Albino Meira havia tentado, sem sucesso, realizar um conjunto de conferências no Teatro Santa Rosa, na Capital da Paraíba, em meados de 1889. Pode-se supor que foi o malogro da empreitada o que levou o então professor a buscar outra forma de difundir o conteúdo das suas conferências, adotando a estratégia de criar uma *audiência receptiva* na Paraíba, sua terra natal.<sup>486</sup>

Pela imprensa, os artigos de Albino Meira foram veiculados sob o título de *confidenciaes* (cartas) e eram endereçadas a Irineu Joffily. Nessas cartas havia uma espécie de diálogo fictício entre ele e Joffily, no qual, o primeiro punha-se a traduzir para o segundo os princípios e ideias do que havia de urgente na luta política que ocorria no país. Um forte jogo retórico envolvia o expediente das cartas, levando os leitores a esperar o que seria confidenciado nos próximos artigos. Criava-se, portanto, um ambiente afeito à teatralização. As cartas foram publicadas na Sessão Republicana e, no dizer dos redatores da *Gazeta do Sertão*, tratava-se de “um trabalho de propaganda, cujos intuitos e motivos são expostos com toda precisão em uma sua carta particular.”<sup>487</sup> Do conteúdo das cartas de Albino Meira, um aspecto chama atenção e meus propósitos, isto é, a sua leitura sobre a patronagem política enquanto um vício da monarquia e a promessa de que um universo de oportunidades seria aberto na República.

Esse aspecto aparece, por exemplo, no seu rebate às críticas de “que a república há de trazer os mesmos resultados, que temos obtido com a monarquia, porque os homens que tem de governar n’aquella são os mesmos que estão governando com esta”, e afirma “o Brazil possui

---

<sup>485</sup>Cf. Rodrigues (1989, p. 16/17),

<sup>486</sup>Albuquerque, (1982, p. 9)

<sup>487</sup>Na carta de abertura das sessões (Confidenciais I) Albino Meira publicou uma longa carta que traduz as suas intenções. “O Brazil atravessa um dos períodos mais diffíceis e angustiosos, em que um povo pode se achar [...] é absolutamente impossível resistirmos às dificuldades gravíssimas que de todos os lados nos assaltão sendo dirigidos pelo velho imperador inteiramente inutilizado pela enfermidade [...] É preciso, pois, que a nação tome conta dos seus destinos e colloque na suprema direção dos seus negócios homens hábeis, honestos e capazes, que felizmente ela possui. Convencidos disto, os homens do Sul do Império têm compreendido que só por meio da República podemos nos preparar para a lucta extrema em que nós vamos achar empenhados. [...] No pé em que se acham as cousas, a queda da monarquia é inevitável, e n’um futuro muito próximo, amanhã. É preciso, pois, que os homens de bem da nossa chara Parahyba vão reflectindo seriamente sobre essas cousas, afim de que acontecimentos gravíssimos não os surpreendam desapercibidos. Com esse fim eu resolvi publicar na sua interessante *Gazeta* uma série de artigos, despertando a atenção dos nossos patricios.” Cf. *Gazeta do Sertão*, Jornal, Campina Grande, 01 de março de 1889.

um grande número de homens habilitados, que nunca estiverão na direção da sociedade”.<sup>488</sup> A exemplo do que exclamou Epitácio Pessôa no caso em que se envolveu na Comarca do Cabo, Albino Meira difundia em suas *confidenciais* que uma das características que compunham a feição do Brasil daquele contexto era a “indisciplina em todos os ramos da publica administração, pela certeza de que o patronato supre tudo que falta em merecimento, capacidade e zelo, e encobre tudo que *sobra* em vícios, inépcia, desídia e improbidade”.<sup>489</sup> Direcionadas aos conterrâneos na Paraíba, as cartas traduzem o seu esforço por angariar apoio a causa republicana.

Porém, talvez Albino Meira tenha se inquietado ao ver que, aos poucos, o veículo que escolhera para divulgá-las – *A Gazeta do Sertão* – foi declinando quanto a difusão de notícias alusivas a crítica à monarquia e ao avanço do movimento republicano. Ocorreu que ainda em 1889, Joffily direcionou o editorial da *Gazeta* para a defesa da sua campanha à deputado pela Assembléia Geral, pelo Partido Liberal (PL). Além disso, alijado do poder e da representação política que se formou na Paraíba após o 15 de novembro, ele voltou o seu editorial em direção a uma forte crítica à República, sobretudo à seus representantes na Paraíba, isto é, ao governo de Venâncio Neiva. As razões desse movimento, já exploradas por Joffily (1982) são analisadas no quarto capítulo da presente tese para demonstrar a maneira como os jornais, estando a serviço dos interesses de seus proprietários, poderiam mudar o programa quanto a situação política mostra-se favorável. No caso do jornal de Joffily, tão logo passou os eventos de 15 de novembro, suas páginas voltaram a tecer elogios ao Barão de Abiaí, símbolo maior do império na Paraíba.

### 3.7.2 O desprestígio monárquico: a *Verdade* sobre a improdutividade da Monarquia na Paraíba.

Por outro lado, acredito que a postura adotada pelo jornal *Verdade* da cidade de Areia pode ilustrar melhor como as ideias republicanas circulavam pela Paraíba criando um ambiente propenso à encenação de determinados personagens políticos. Convém lembrar que Areia ficou conhecida como uma terra de “sombras grandes e gloriosas” uma referência aos seus filhos que em 1824 participaram “dos protestos e lutas mais veementes do liberalismo nacional”. Na década de 1840, Areia foi uma cidade de forte concentração de membros históricos do Partido Liberal, entre eles, o “rábula Luiz Vicente Borges, o Dr. Maximiano Machado, o historiador, e o coronel Joaquim José dos Santos Leal. Os três figuraram na Assembleia Provincial, nas

<sup>488</sup> *Gazeta do Sertão*, Jornal, Campina Grande, 15 de março de 1889.

<sup>489</sup> *Gazeta do Sertão*, Jornal, Campina Grande, 05 de abril de 1889,

legislaturas em que o seu partido dominou, entre 1840 e 1849”.<sup>490</sup> Quanto ao jornal *Verdade*, de propriedade de Manuel da Silva – irmão do chefe político Conservador Joaquim da Silva – foi fundado em 1888 e teve publicação até 1892. O jornal apresentava formato *in quarto* se assemelhando a um livro, era *prensado* em tipografia regular e surgiu sendo vendido a um preço médio de \$500 réis a sua assinatura mensal, sendo de tiragem semanal.<sup>491</sup> Publicava matérias em defesa da abolição e em seguida dedicou parte do editorial à república, ficando conhecido como um jornal que se empenhou em doutrinar pela república na Paraíba.<sup>492</sup>

Do ponto de vista editorial, a postura do jornal foi mais enfática em defesa da República do que a *Gazeta do Sertão*. Para os seus redatores, a mudança do regime político no País era urgente e a República era a forma de governo capaz de resolver os seus problemas. Segundo eles, “clama pela República o commercio aniquillado e sobrecarregado de impostos injustos e pesadíssimos; clama pela República a lavoura atravessando uma crise medonha, sem auxílios de parte alguma; clama pela República a instrução decahida e amesquinhada pelos programmas serviços e officiaes”; por fim, “clamam pela República, ricos e pobres, sábios e ignorantes, todos e tudo reconhecem que este estado de cousas não pode de modo algum continuar, que precisamos de uma vida nova em um meio inteiramente diverso d’aquelle em que temos vivido.”<sup>493</sup> Nas páginas do jornal a República “vira palavra de ordem” e nisso percebo um esforço dos redatores em fazer com que os leitores, certamente a elite, fossem tocados pelo sentimento de inadequação temporal, posto que a ideia de república ia surgindo em termos de pares antitéticos do que era a experiencia monárquica.<sup>494</sup>

---

<sup>490</sup> Em 1849, segundo narrou Celso Mariz (1985, p. 54-55), a cidade foi palco de episódios sangrentos que envolveu um grupo de liberais pró-Praieira e as tropas oficiais que situaram a cidade para prender Nunes Machado e sua tropa que, perdendo no Combate no Recife, desdobraram abatidos para o interior, entrando em Areia. Na cidade, Nunes Machado encontrou os liberais que “estavam articulados ao movimento e não pouparam hospedar solidariedade aos amigos”. Entre os líderes do movimento em Areia estava Maximiano Lopes Machado, tido pelos interpretes do movimento, como uma “figura saliente da revolta na província da Paraíba”. Ver Quintas (1950, p. 158).

<sup>491</sup> Esse era o preço médio da assinatura do jornal *Verdade* em 1888 quando publicava-se uma vez por semana. Isso significa que o exemplar saía a um preço médio de \$125 réis. Em 1889, a assinatura custava \$400 (quatrocentos réis) mensal e o trimestre era vendido por \$1000 réis.

<sup>492</sup> Para Celso Mariz (1985, p. 59), no começo da República três jornais davam em Areia “a nota intelectual. Areia tivera um jornaleco em 1877, *O Areiense*, tirado com tortura numa máquina que era uma espécie dos antigos copiadores comerciais. Em 87, um Juiz Municipal daqui, bacharel Alfredo Moreira Gomes, engendrou um prelo de pau e desta precariedade técnica ainda assim ressurgiu, em alguns números, *O Areiense*”. Apenas em 1888, surgiu a *Verdade* rodado em tipografia regular. Um jornal “minúsculo no formato e imensa na significação moral”. A *Verdade*, apesar de “abolicionista, republicana, independente, pândia para o Liberal entre os partidos da Monarquia”. Em 1892, surgiu o jornal *O Democrata*, de propriedade de Firmino da Costa, “de tamanho maior, um jornal bonito e bem feito”.

<sup>493</sup> *Verdade*, Areia, 4 de abril de 1889.

<sup>494</sup> Essa postura crítica foi acentuada quando o jornal mudou a sua denominação de “Orgão Noticioso e Abolicionista” – usada durante o seu primeiro ano de circulação (1888) – para “Orgão Progressista e Noticioso”, a indicar uma mudança no seu editorial que passava a entrar em sintonia com uma das ideias que compunham o ideal de República no Brasil, a saber, a ideia de progresso. Mello (2014, p. 131-133). Na perspectiva do autor, a

### 3.7.3 A imagem da monarquia bragançina.

Em 5 de janeiro de 1889, para fins de ilustração, a matéria intitulada “A República no Brasil”, seguiu do subtítulo “os monarchas do brasil tem feito mal ao país”, ocupou o número “V” no conjunto de textos da mesma natureza crítica. Nessa matéria, os redatores recorrem aos exemplos da história do Brasil, desde 1500, para mostrarem o que a herança monárquica trouxe para o País. Para citar os membros da família dos Bragança que estiveram na cena política do século XIX, os redatores não poupam nos adjetivos que os desqualificavam. Segundo a visão do jornal, Pedro I, por exemplo, era um “trahidor”, posto que havia traído o pai D. João VI quando “ajudou na independência do Brazil, depois de ter prometido não fazê-la”. Já D. João VI aparece como um mal administrador “que arruinou o nosso tesouro, e mandou matar os patriotas que em 1817 quizeram de novo nossa independência”. Tratando dos “movimentos de independência”, no qual cita a revolução em Pernambuco de 1817, em uma referência à participação da Paraíba no movimento, o redator não esquece de lembrar que “Maria I” “mandou enforcar Tiradentes por querer a independência do nosso paiz” no movimento conhecido como inconfidência Mineira.<sup>495</sup>

Na sessão de 9 de janeiro, em continuação a matéria do dia 5, os redatores fazem notar que diferente do que muitos contemporâneos descreviam, a sua apresentação pública era um mero engodo, uma invenção promovida pelos intelectuais da Corte. Para os redatores da matéria intitulada Pedro II,

O imperador que o Brasil tem hoje não é o que muitas pessoas pensam... O imperador nunca foi um sábio, como disseram alguns; o facto de um ou outro estrangeiro ter dito isso, nada prova: era a delicadeza para com um hospede importante. Depois, nós sabemos como as mais das vezes esses elogios são feitos. Elle não deu prova nenhuma de saber muito: nas conversas ele só é que falava, não se lhe podia fazer perguntas: - dizia o que queria e ninguém o contradizia. O imperador não escreveu nenhum livro, não fez nenhum discurso importante, nem nenhuma invenção. Não reformou nada no Brazil, não metteu-se em empresas, não batalhou em guerras.<sup>496</sup>

---

propaganda republicana veiculada em jornais como *O Liberal e o Publicador*, além da *Gazeta do Sertão* em Campina Grande e *O Despertador* na Capital, ganhava forma no mesmo período em que crescia as campanhas abolicionista na imprensa da Província e que teve papel determinante o jornal *Verdade* de Areia. Segundo o autor, o caso mais expressivo da campanha abolicionista veio de Areia, onde “sob a liderança do latinista Manuel da Silva, o inspirador da Emancipadora Areiense, párcos, proprietários mais esclarecidos e imprensa perfizeram frente única, mediante o qual o abolicionismo consumou-se a três de maio, dez dias antes da Lei Áurea”. Além do caso de Areia, grupos pró abolição se formaram em outras cidades da Província, a exemplo de Mamanguape onde se destacou a luta de Castro Pinto, intelectual formado em Direito na mesma turma em que também se formou Epiácio Pessoa no Recife.

<sup>495</sup> *Verdade*, Jornal, Areia, 05 de janeiro de 1889.

<sup>496</sup> *Verdade*, Jornal, Areia, 09 de janeiro de 1889.



Desmistificando a autoridade maior da monarquia, os redatores denunciavam que a imagem do imperador era sustentada essencialmente por uma representação feita sob encomenda.<sup>497</sup> Empenharam-se, portanto, em desconstruir a imagem do “príncipe perfeito”, identificada como um projeto de fabricação intelectual que cultivava, pelo bem da preservação do prestígio, as representações do “‘mecenas’, do ‘rei filósofo’, do ‘amante das letras’”. Imagens amplamente difundidas pelo IHGB de quem o imperador era patrono.<sup>498</sup> Essa crítica à imagem do monarca assumia um caráter simbólico, na medida em que o “imperador caduco”<sup>499</sup> cuja herdeira sucessora do trono “ninguém a quer”<sup>500</sup>, contrapunha-se ao espírito inovador dos verdadeiros homens de ideias, afeitos a uma cultura cientificista. Há, nesse ponto, uma tradução da “chamada questão dinástica”, na medida em que “a ausência de um herdeiro homem levaria ao trono a princesa Isabel”, impopular e “casada com o conde D’Eu, que conseguira angariar antipatias generalizadas”.<sup>501</sup> Em síntese, no conjunto de matérias sobre o regime monárquico, há um esforço por questionar a visão do Brasil sob direção imperial.<sup>502</sup> É desse modo que os símbolos da monarquia passaram a ser atacados juntamente com os *lugares de memória* que edificavam os feitos da família Bragança.<sup>503</sup>

### 3.7.4 Os ventos mudavam vertiginosamente? *o prenúncio do sol de 1889.*

Lilian Moritz Schwarcz, afirma que em 1889 “ao mesmo tempo em que o império vai a França homenagear a Revolução, a campanha republicana ganha força no Brasil tomando como pretexto as mesmas comemorações do centenário da República Francesa.”<sup>504</sup> Esse aspecto da propaganda republicana foi incorporado no editorial do *Verdade* naquele ano, ao afirmar que

<sup>497</sup> Interessante análise sobre a construção mítica do imperador Pedro II foi feita por Schwarcz (1998, p. 446), onde destaca a sua leitura sobre o avanço do movimento republicano na década de 1880 e a crítica da época que afirmava “no Brasil, era como se a monarquia estivesse garantida exclusivamente graças à imagem ainda forte do imperador”. Ver, capítulo intitulado “A república não pode mais esperar a morte do velho imperador.” -

<sup>498</sup> É conhecido o discurso proferido por Manuel Araújo Porto-Alegre no IHGB em 1855 em que aparecem tais signos: “príncipe que estuda e abre conferências, discute o passado e prepara o futuro, compra livros aos sábios”. Sobre a construção da imagem pública do imperador pelos intelectuais do IHGB, ver Guimarães (2009, p. 74)

<sup>499</sup> Ver ainda a edição da *Verdade*, Jornal, Areia, 12 de janeiro de 1889.

<sup>500</sup> Conferir a imagem descrita pelo jornal sobre a imperatriz “D. Izabel” em 19 de janeiro, e seu esposo, o Conde D’Eu. *Verdade*, Jornal, Areia, 23 de janeiro de 1889.

<sup>501</sup> Neves (2016, p. 29) analisa, “do ponto de vista político”, a “explosiva combinação da perda de apoio político da monarquia por parte de setores influentes”. A perda de apoio trouxe à tona a questão dinástica em que a princesa Izabel e seu esposo eram rejeitados do ponto de vista sucessório.

<sup>502</sup> No Brasil, a fundação do IHGB em 1838 mediante a missão de se criar uma história do Brasil, lançaram as bases da composição da identidade nacional que, naquele momento, foi pensada a partir da identificação do cariz do povo Português. Sobre isso ver a análise de Monteiro (2016, p. 23-40).

<sup>503</sup> Essa postura também fora adotada pela *Gazeta do Sertão* quando questionou o simbolismo contido nas festividades da independência daquele ano de 1888. Ver *Gazeta do Sertão*, Jornal, Campina Grande, 7 de setembro de 1889, matéria em que apontam a monotonia do calendário imperial.

<sup>504</sup> Schwarcz (1998, p. 446).

“a sociedade brasileira caminha vertiginosamente para a república...” Para os redatores “já se vê, pois que não há meio de impedir a sua marcha acelerada e fatal. Todos os pretextos são acolhidos com entusiasmo, revelando todos eles que há um descontentamento profundo, que há uma descrença invencível pela monarquia lavra do coração do povo brasileiro”.<sup>505</sup> Pode-se extrair da matéria como a noção de tempo é significada em torno da crítica política, permitindo aos redatores identificarem a presença de um tempo que se pretende revolucionário, estando ele em estado de ebulição frente ao desejo de mudança.

Tanto é assim que, em seu editorial de 8 de julho de 1889, o jornal promove uma leitura do passado, evocando as glórias e o simbolismo presente naquele ano de 1889, no centenário da Revolução Francesa, para justificar um momento propício à revolução social.<sup>506</sup> Relembra,

(...) Concidadãos. (...) Surge hoje o sol de OITENTA E NOVE, e que seja tão fecundo, tão refulgente e tão animador para a pátria brasileira, como foi há cem annos preciosos para a pátria franceza, á luz do qual assentou-se o marco miliário civilização moderna e da LIBERDADE UNIVERSAL!<sup>507</sup>

A metáfora era um apelo ao simbolismo do contexto que poderia levar o Brasil rumo ao progresso. Essa era certamente uma imagem sedutora para muitos paraibanos, posto que apontava indiretamente para a identificação de preceitos caros ao vocabulário republicano, tais como a ideia de cidadania, cidadãos, prosperidade moral e material, ordem e *progresso* que iluminavam as pretensões de mudanças futuras inspiradas no sol da revolução social de 1789.<sup>508</sup> Para os redatores, isso devia ser cultivado sob o arado cientificista, sob o pretexto de desmascarar às ações da família de Bragança e da estrutura de poder partidária que sustenta. Esse chamamento advinha do movimento que, desde fevereiro de 1889, vinha acompanhando o crescimento do partido republicano nas províncias espalhadas Brasil afora.<sup>509</sup> Nessa visão, crescia o argumento de que “a monarquia como ideia geral é uma cousa fossil e incompatível com as novas jazidas que o progresso e a civilização acumularam na história”.<sup>510</sup>

Sinal de que, ao promover um balanço do passado monárquico que se opõe, no presente, o jornal abria espaço à expectativa de futuro trazida pela república. Salvaguardando as devidas proporções, é possível indicar que o jornal *Verdade* também se valeu dos *códigos visuais da*

---

<sup>505</sup> *Verdade*, Jornal, Areia, 11 de maio de 1889.

<sup>506</sup> Ver matéria na Sessão de “O Brasil Republicano”, sob o subtítulo de “Os brasileiros tem querido muitas vezes a República”. Nela, os redatores remetem aos movimentos da Inconfidência Mineira, da Revolução Pernambucana e a Conjuração Baiana como movimentos que se apoiaram em ideias republicanas. *Verdade*, Jornal, Areia, 28 de janeiro de 1889.

<sup>507</sup> *Verdade*, Jornal, Areia, 8 de junho de 1889.

<sup>508</sup> Ver ainda matéria intitulada “89” na *Verdade*, Jornal, Areia, 27 de fevereiro de 1889.

<sup>509</sup> *Verdade*, Jornal, Areia, 16 de fevereiro de 1889.

<sup>510</sup> *Verdade*, Jornal, Areia, 11 de julho de 1889.

*época* amplamente veiculado pela imprensa das principais capitais do país, e que apontava a difusão do argumento de que alcançar o progresso exigia o embarque no trem da evolução rumo à estação civilização. Em termos de imagem, tratava-se de um lugar predeterminado e de paisagem definida, identificada com a ideia de progresso técnico e científico. Era como se dissessem aos seus leitores que *a pequenina Paraíba*, acanhada e desfigurada, que marchava a passos lentos, privada de entrar nos trilhos da modernização e da modernidade, deveria embarcar como as demais províncias no trem do progresso, cujo maquinista, resolveriam os ideólogos *do novo* regime, assumia forma feminina: A república.<sup>511</sup> Tal imagem, quando apropriada pelos contemporâneos, era passível de ser convertida no sentimento de que a República poderia resolver muitos dos males e problemas da Província.

### 3.7.5 A notícia do 15 de novembro: da regeneração dos costumes ao *adesismo* de última hora.

Apesar do exposto, se diz que a notícia da instauração da República na Paraíba foi recebida com espanto haja vista “ninguém esperar por ela”.<sup>512</sup> De fato, quando se analisa o evento do 15 de novembro, já notara Euclides da Cunha, a instauração da república pode ser tomada como um evento *de improviso*. Mais ainda, a própria república seria *um improviso*, “resultante imediata de um golpe militar.” Porém, é possível afirmar, mediante a “perspectiva do tempo cronológico que antecede o 15 de novembro propriamente dito”, que a República brasileira encontrava referências mais remotas. Neste caso, é provável que a sua instauração, inesperada para alguns, não o fosse para outros.<sup>513</sup> Esse sentimento ambíguo parece que esteve presente na Paraíba ainda naquela sexta-feira, 15 de novembro.

---

<sup>511</sup> Ainda no início de 1889 a imagem da república mulher circulava pela Paraíba estampada em frontispícios do jornal *Verdade*. Sobre isso, a edição comemorativa de 8 de maio de 1888 é ilustrativa. Nela, a imagem clássica da república, aquela reproduzida pelos ideológicos e intelectuais da república recorreriam para ilustrar a simbologia do novo regime. Tratava-se da imagem da república feminina em representação semelhante às que foram feitas por Ângelo Agostini na revista ilustrada de junho de 1888 e posteriormente apropriada por Pereira Neto na mesma revista em sua edição de novembro de 1889, como analisou Carvalho (1990, p. 79). O desenho foi assinado por um tal paraibano B. Andrade e ilustra a capa da edição em que os areenses comemoravam o primeiro aniversário da *Areia Livre*, em uma referência a libertação dos escravos que na cidade paraibana foi assinada 5 dias antes da promulgação da lei Aurea.

<sup>512</sup> A expressão é usada por Osvaldo Trigueiro (1982, p.9) para se referir a forma como a notícia telegráfica de instalação da República no Brasil fora recebido na Paraíba.

<sup>513</sup> Neves (2016, p. 33) capta esse sentimento dúbio que pareceu invadir a percepção de muitos brasileiros durante o acontecimento de proclamação da república. Para a autora, “talvez apenas o povo das ruas da Capital, que a tudo assistia bestializado, no dizer de Aristides Lobo, assim como o povo pobre do interior, das vilas e capitais provinciais, intuisse que toda aquela agitação nada mudaria em suas vidas.” É mesmo provável que “muitos se benzeriam, mais de um bateria com uma mão na boca, e, recorrendo à sabedoria dos refrãos e provérbios repetidos de geração em geração, diriam que essa tal de República não mudaria nada para quem *não tem nem eira nem beira* e anda pela vida *sem ofício nem benefício*. *Em tempo de Murici... cada qual cuide de si!* Em todo caso, diz a autora, “a submissão de séculos levaria alguns a pensar que *quem à boa árvore se chega, boa sombra o cobre*,

Com certa velocidade, sabe-se que as 19 horas de 15 de novembro de 1889 começou a circular pela capital paraibana a notícia de que o Exército e a Armada acabavam de proclamar a República no Rio de Janeiro. O jornalista Eugênio Toscano de Brito foi um dos contemporâneos a relatar como recebera a notícia, informando “que ao receber o primeiro ‘boato’ do gesto de Deodoro, tomou como uma pilhéria de seu informante, que era o Dr. Lima Filho”. Dado a insistência do informante, o jornalista e redator da *Gazeta da Paraíba* resolveu ir pessoalmente saber “da novidade daquela tarde histórica”. Foi quando deixou a redação da *Gazeta* e pelas Ruas da cidade “a notícia confirmava-se, mas sem despertar sequer entusiasmo ou curiosidade! Algum conhecido que eu encontrava e comunicava o fato, respondia-me: Homem, dizem isto!”. Pela Capital, “era tudo tão calmo!”.<sup>514</sup>

No dia 16 a oficialidade do ato foi noticiada pelo jornal *Gazeta da Parahyba*. A impressão do jornal, após anunciar a instauração do novo regime e ascensão do Governo Provisório, era de que “o povo parecia receber a notícia, senão com indiferença, ao menos, friamente”.<sup>515</sup> Para outros, contudo, já na manhã do dia 16 de novembro, relembra certo contemporâneo “[...] eu fazia a minha prova escipta de francez no Lyceu Paraibano. Achava-me nas aperturas de uma complicada tradução de ‘Alceste’, a bela tragédia de Rancine, quando irrompeu pela sala a dentro, esbaforido e cansado, um dos contínuos do estabelecimento a bradar: [...] – Fizeram a república no Rio de Janeiro!”. Muitos irrequietos: “– Não é possível! – Tanto é que o 27 está tocando a reunir. Com efeito vinham da cidade baixa na claridade radiosa do dia, os sons vibrantes das cornetas do batalhão 27. O contínuo não mentira. [...]

Em toda sala fez-se a maior confusão. Os lentes procuraram os chapéus e partiram para rua. [...] Ficamos sós, eu e os meus companheiros, sem professores e sem exames. As cornetas continuavam a vibrar. Fomos olhar pelas janellas do fundo. Lá, em baixo, na vasta praça, soldados corriam para o quartel e officiaes gesticulavam nas sacadas. Grupos de populares se aglomeravam. [...] Sahimos do Lyceu e fomos para a frente do quartel. A República fora effectivamente proclamada. A regeneração dos costumes nacionaes, a moralidade administrativa e política, a felicidade da pátria, enfim, iam ser confiadas aos quarteis. O povo estava ali como em frente de um templo. O commandante do batalhão ordenou o primeiro ato republicano: um soldado subio por uma escada, de martelo em punho, e destruiu no alto da fachada, o escudo e a corôa do Império. O passado esboroava-se a marteladas.

– Viva a República!

– Viva!<sup>516</sup>

Pelo relato, a montagem do Governo Provisório parecia querer fazer-se *às pressas* destituindo os antigos símbolos e insígnias monárquicas. De certo, essa pressa estava associada

---

para continuar buscando o favor e a proteção dos poderosos de sempre, muitos deles convertidos em ardorosos republicanos depois daquele sexta-feira quente de novembro”.

<sup>514</sup> Nóbrega (1950, p. 43).

<sup>515</sup> *Idem*, p. 45.

<sup>516</sup> *A Notícia*, jornal, Parahyba do Norte, 05 de janeiro de 1916.

às movimentações dos grupos políticos para demonstrar à nova ordem dos quartéis que a Paraíba havia entendido o chamado e, para tal, haviam homens determinados a fazer valer a imagem da república no meio do povo. Sinal de que, logo após a notícia do 15 de novembro, os grupos políticos ávidos por poder começaram suas movimentações na esperança de obterem compensações e lugar dentro do governo que se formava; a capital paraibana, prestava-se, então, para “um espetáculo burlesco, faltando apenas um fundo musical.” Ali, em poucas horas, enquanto se negociavam os nomes que comporiam a junta governativa, “os mais renitentes conservadores repetiam juramentos de fidelidade às ‘ideias republicanos’” e os demais grupos rondavam as repartições em busca de espaço.<sup>517</sup> Mas, nada havia mudado? Se havia, era quase imperceptível.

Porém, certa mudança de comportamento quanto ao passado imperial pode ser mensurada sutilmente no registro de um fato ocorrido na manhã do dia 17 de novembro na capital paraibana, representado em uma crônica jornalista tempos depois. Ocorreu que, naquele dia um certo comendador Domingos Feitosa saiu de sua casa rumo a uma repartição dependente do governo central da qual era chefe. Tratava-se de um “liberal do velho systema”. Dizia-se “um fiel súbdito de sua Magestade, respeitador das leis do Império e da Santa Madre Igreja Catholica Romana”. Às vésperas da instauração da república, cerca de “dez dias antes inaugurara no seu gabinete o retrato a óleo de sua Alteza, a Princesa Izabel”. No dia 16 de novembro, “o commendador Feitosa não viera a cidade. Soffria de enxaqueca, o excelente homem ficara em Tambaú, onde fôra tomar uns banhos de mar e passar as manhans e as tardes à beira praia, vendo a partida e o regresso dos pescadores, ou contemplando no fundo longínquo de algum vapor que passava ao longe”, isso “em frente ao Cabo Branco, rumo da Europa ou rumo ao norte. A Tambaú não chegara a notícia do grande sucesso.”<sup>518</sup>

Na manhã seguinte, mesmo dia em que o telégrafo deu a notícia da partida do Alagôas, levando para o exílio a família imperial, o “commendador metteu-se na sua carriola e partiu para a cidade, ao trote de um cavalo baio. Desce a porta da repartição, onde penetrou com a solemnidade de todos os dias”. Contanto, notou “que os seus subordinados estavam numa atitude anormal. Quase que lhe faltaram ao respeito. Das outras vezes, quando entrava, todos se levantavam e muito submissamente lhe retribuíam o cumprimento geral que lhes dirigia. Naquele dia assim não succedera”. Um dos funcionários, “o Espinola, um escripturario um tanto arrebatado e de idéas revolucionárias, saudará-o de um modo estranho”:

---

<sup>517</sup> Joffily (1982, p. 102).

<sup>518</sup> *A Notícia*, jornal, Parahyba do Norte, 05 de janeiro de 1916.

- Bom dia, cidadão!
- Cidadão? Que quer dizer isto?
- Vá com as suas idéas para a rua. O senhor ou me trata por senhor commendador, ou senhor inspetor. Do contrário...
- Houve uma gargalhada geral.
- Mas não sabe ainda senhor, senhor inspetor que a República foi proclamada no Rio? Perguntou um chefe de secção.
- A República?
- A República, sim, senhor.
- O Gama Rosa, já não está no Palácio e embarcará amanhã. Hontem mesmo foi proclamada a junta e quem governa agora é o coronel Caldas, commandante do 27. [...]
- Mas será possível?
- Não duvide mais. O povo todo já lhe aderiu e nós também aderimos. Olhe, os retratos do Imperador e da Princeza já levaram o diabo.
- Como?
- Rasgamos.
- Mas será possível?
- E o cidadão precisa aderir para continuar na inspetoria, disse o Espinola.
- Sim, todos já adheriram, observou o chefe de Secção.
- Commendador reflectiu um minuto e murmurou.
- *Ego, quoque.*
- Como?
- *Ego quoque!* Repetiu o homem.
- Diga em Português, bradaram.
- E o comendador, erguendo o busto, fitou os seus subordinados e disse bem alto:
- Senhores: eu também *adhero*.<sup>519</sup>

Nesse mesmo dia o Comandante Caldas assumia provisoriamente a junta governista na Paraíba. Cidadania e adesismo político, uma combinação aparentemente estranha às ideias de república pregados por seus entusiastas mais fervorosos. Como em outras províncias, o adesismo foi um aspecto característico dos primeiros governos da Paraíba republicana. Aqui, como lá, certamente valeria o adágio, “quem em boa árvore se achega, boa sombra o cobre” para caracterizar a postura de muitos adesistas de última hora, atentos a ocupar um lugar dentro da estrutura de poder que se apresentava de modo ainda incerto. Por outro lado, o princípio de cidadania aparece associado à ideia da valorização da coisa pública em oposição às intimidades governamentais criadas pela monarquia decaída, sinal de uma cultura política que parece brotar dos próprios fatos, na medida em que vão neles se enraizando.<sup>520</sup> Afinal, o Feitosa que outrora

---

<sup>519</sup> *Ibidem.*

<sup>520</sup> Importantes trabalhos têm se dedicado a estudar a crítica dos republicanos à tradição monárquica apoiados na categoria da “cultura política”. Um bom exemplo disso é o trabalho de Flores (2016, p. 49) o qual pretendeu analisar “não somente o processo histórico que se desenrolou na difícil conjuntura política entre 1889 e 1895, mas também a crítica dos republicanos às tradições monárquicas e forma como foi se sedimentando uma invenção de uma tradição republicana”. Para ele, essa “cultura política” pautada nos valores e princípios republicanos vai brotando dos próprios fatos, das falas, palavras, gestos, dos comportamentos e dos símbolos e alegorias que foram criados para defender o regime logo nas primeiras horas após sua instauração. Essa cultura política pode igualmente ser visualizada a partir da identificação do combate entre os restauradores da antiga ordem e os defensores da coisa pública, assim caracterizados os elementos que formavam o novo governo republicano.

adentrava o recinto da repartição portando o *status* de súdito fiel, passava a ser, para o espirituoso Espinola arrebatado, um cidadão como outros.

Essa combinação, por contraste, criou um ambiente propenso às encenações dos grupos políticos que passaram a disputar o poder na Paraíba após o 15 de novembro. Desse modo, se pode afirmar que quando Epitácio Pessoa retornou à Paraíba encontrou certo ambiente propício a incorporação de determinadas imagens, sobretudo aquelas que rejeitavam a monarquia e apontavam para um suposto novo tempo iniciado com a República. Foi em meio a esse cenário e, diante de uma constelação de imagens, que a primeira oligarquia paraibana subiu ao poder político, isto é, frente a um forte jogo de cena em que valia, de um lado, a expectativa de consolidação da República e, por conseguinte, o reconhecimento dos personagens que a ela aderiu pelas circunstâncias dos fatos. Há, aqui, com base na leitura do contexto, a disposição de um bom número de *situações de status* em que o filho de Umbuzeiro – Epitácio Pessoa – apareceu como um candidato para representar a Paraíba nos novos tempos republicanos.

### 3.8 O RETORNO DE EPITÁCIO À PARAÍBA: A AFIRMAÇÃO DA TRADIÇÃO FAMILIAR À ÉPOCA DOS NOVOS TEMPOS REPUBLICANOS.

Epitácio Pessoa desembarcou na Paraíba em 30 de dezembro de 1889, para auxiliar Venâncio Neiva na condição de secretário geral do governo.<sup>521</sup> Do ponto de vista da crônica jornalística veiculada na época, entre os eventos da proclamação da República e a nomeação de Venâncio, a Paraíba viveu um momento de incertezas frente aos rumos políticos que tomava.<sup>522</sup> Na visão dos redatores do jornal *Verdade*, durante esse período o Estado atravessou “uma ruidosa situação em que o despenhou um bando de torpes aproveitadores”. Para eles, “o que se tem passado na capital, depois da proclamação da República, tem sido uma verdadeira continuação do decahido regime das immoralidades”, sendo preciso “medidas muito enérgicas para se collocar a Parahyba no verdadeiro regimen democrático”.<sup>523</sup>

<sup>521</sup> Gabaglia Pessoa (1953, p. 54).

<sup>522</sup> As querelas políticas que circularam na Paraíba nesse período também envolveram as incertezas quanto a nomeação de Venâncio que disputava o cargo com Albino Meira, preterido de Aristides Lobo. Sobre isso, ver sátira veiculada pela *Gazeta da Parahyba* em 27 de novembro de 1889, na coluna “Pela Rama”, em que os redatores glosaram que “as intenções das nomeações de governadores para o Estado da Parahyba estão dando acessos febris a muitos republicanos...” Na visão do glosador “Eu já me lembrei, para conter divergências, de propor-me a governador, - perante os dois partidos extintos...” Por fim, expõe que “O Albino já participou a sua próxima chegada. O Neiva também deve estar aportando a esta cidade. Ambos nomeados, a qual dos dois pertence o governo? Ao primeiro que chegar? Mas, neste caso, o primeiro dos primeiros, é o Sr. Tenente coronel Caldas”. Cf. *Gazeta da Parahyba*, Jornal, Paraíba, 27 de novembro de 1889. Ver ainda matérias de 25 e 26 de novembro.

<sup>523</sup> Conferir Jornal *Verdade*, Areia, 7 de dezembro de 1889. A crítica do jornal contra “A nova situação” começou a circular logo após a formação da primeira junta governista do Estado. Em matéria intitulada “Não se iludam”, circulada na Paraíba em 23 de novembro, os redatores do jornal alertavam que a República não precisava dos

De acordo com o jornal, em fins de novembro de 1889, a esperança do povo paraibano era depositada nos cidadãos que haviam sido nomeados para compor o governo de *legítima origem democrática*, sendo eles, o governador Venâncio Neiva, o seu chefe de polícia João Coelho Lisboa e o secretário geral Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa.<sup>524</sup> Dos três nomeados, importante destacar que Coelho Lisboa e Venâncio Neiva foram os primeiros a chegar à Paraíba nos primeiros dias de dezembro. Segundo o jornal *A Verdade*, João Coelho Lisboa foi recebido com festa na capital do Estado, onde tomou posse na chefatura de polícia.<sup>525</sup> Já Venâncio Neiva chegou à capital em 6 de dezembro, recebido por uma comissão de entusiastas e correligionários chefiados pelo então governador interino, Major João Claudino de Oliveira Cruz.

### 3.8.1 Sinais de uma crise oligárquica: a ilegitimidade do grupo venancista.

Tempos depois, tendo assumido Venâncio e os seus auxiliares, o entusiasmo dos redatores cedeu lugar a desconfianças e, reticentes, passaram a afirmar que “na attitude de observadores”, era preciso aguardar o desenrolar dos fatos “em face dos actos do actual governador [Venâncio Neiva]”, para “ajuizarmos de seu critério administrativo no melindroso período de reconstrução em que entrou a nação brasileira.” Para eles, o cidadão escolhido para “gerir os nossos negócios públicos”, encontraria “sérias dificuldades em sua missão, levantadas sobretudo por parahybanos degenerados” que “supondo-se ainda as forças vivas que eram no

---

homens que viviam “nas bancas do jogo da monarquia em busca dos meios mais fáceis de viver a custa do suor do povo”. Para eles, aqueles homens “certamente não serão conservados nas posições que poderão conquistar actualmente por embuste e abjurações hypócritas”. Afirmavam se os *mandões* do Estado tinham “consciência de que podem valer no seio do grande partido Republicano Brasileiro do Sul [...] não se iludam; se a nossa província não tem, como é sabido, republicanos de prestígio em número suficiente para ocupar as posições ou cargos de confiança, não serão elles por certo confiados aos réprobos monarchistas”. A convicção dos redatores era de que os filhos do estado que se empenharam nas lutas políticas contra a monarquia durante a década de 1870/80 fora do estado haviam de retornar e/ou indicar os legítimos representantes da nova ordem para ocupar os cargos políticos da República. Esse era o caso de João Coelho Lisboa. *Verdade*, Jornal, Areia, 23 de novembro de 1889.

<sup>524</sup> Ver no Jornal *Verdade* “Mensagem ao cidadão governador deste Estado”. *Verdade*, Jornal, Areia 7 de dezembro de 1889. O jornal *Gazeta da Parahyba* noticiou em 22 de novembro o chamou de “grata notícia” a nomeação efetiva do Dr. Venâncio Neiva para governar o Estado, noticiada no dia 20 pelas páginas do *Jornal da Parahyba*. Cf. *Gazeta da Parahyba*, Jornal, Paraíba, 22 de novembro de 1889.

<sup>525</sup> João Coelho Lisboa era natural de Areia, cidade de onde havia saído em 1884 para seguir carreira como advogado no Rio de Janeiro. Entre 1888 e 1889, Coelho Lisboa destacou-se como um propagandista da causa republicana atuando no Rio de Janeiro, Espírito Santo e no Rio Grande do Sul. Nessa época passou a estabelecer relações estreitas com Aristides Lobo, responsável por sua indicação para chefatura de polícia na Paraíba. O jornal *Verdade* acompanhou com entusiasmo a indicação de Coelho Lisboa ao cargo de chefe de polícia, cujas notícias começaram a circular já em fins de novembro de 1889. Cf. *Verdade*, Jornal, Areia, 30 de novembro de 1889. Ver ainda matéria intitulada “Mensagem ao benemérito cidadão Dr. João Coelho G. Lisboa”, em *Verdade*, Jornal, Areia, 5 de dezembro de 1889. Sobre os dados biográficos de Coelho Lisboa, como “um sonhador da liberdade”, ver Castro e Silva (1969). Coelho Lisboa permaneceu pouco tempo no cargo de chefe de polícia, incompatibilizando-se com o governador, foi logo substituído por José Antônio Maria da Cunha Lima, passando a atuar na oposição ao governo. Cf. Rodrigues (1989, p. 21).



passado regímen, não perderão ensejo de procurar fazer valer sua influência, actualmente inválida, a explotar a pureza de intenção de quem nutre o sincero desejo de ser útil a pátria”.<sup>526</sup>

A matéria referia-se particularmente ao episódio da chegada de Venâncio à Paraíba e criticava a comissão de correligionários que se formou na *gare* Conde d’Eu à sua espera, preocupados com a subscrição e nomeação de parentes para a composição do novo governo.<sup>527</sup> De maneira mais ampla, o jornal apontava para a acomodação das lideranças políticas no governo, denunciando o que dias depois tornar-se-ia um fato, qual seja, a tentativa de Venâncio em formar um governo de coalisão, “procurando harmonizar os grupos contrários, nascidos das divergências remanescentes do regime anterior”.<sup>528</sup> Nesse quesito, certamente Venâncio comungava das impressões de um velho conhecido, o Barão de Lucena – tio de Epitácio Pessoa – e seu cunhado, para quem “a exclusão dos adhesistas sinceros [dos governos estaduais e federal] seria um grande erro político”; posto “que a república tem tudo á ganhar e nada a perder com o congraçamento da família brasileira, e que é dever do governo arraigar no espirito público a convicção que a república é mãe e não madrasta; que ella só vê em torno de si filhos e não enteados, e que em sua meza há lugar para todos!”.<sup>529</sup>

A prática, por outro lado, desagradou a muitos correligionários e entusiastas do governo na Paraíba, notoriamente aqueles que, supostamente envolvidos pelos “sentimentos novos que acabam de despertar na pátria brasileira”, viam em sua composição a expectativa de extirpar antigos vícios e práticas políticas.<sup>530</sup> Expectativa que parecia velar o fato de que o próprio Venâncio Neiva vinha da antiga ordem, isto é, recrutado em meio a ala dominante do Partido Conservador na Paraíba.<sup>531</sup> Na visão de José Leal, a tentativa de formar um governo de coalisão levou o Estado a encarar “a mais desbragada politicagem campeando em todos os setores da administração e da vida pública paraibana”, gerando uma crise de legitimidade que compeliu o governador a concentrar esforços para justificar a mudança de regime e consequentemente

---

<sup>526</sup> Cf. *Verdade*, Jornal, Areia, 10 de dezembro de 1889.

<sup>527</sup> Dias antes da chegada de Venâncio a capital do Estado, o Jornal *Gazeta da Parahyba* ironizou o entusiasmo com que o *Jornal da Parahyba* havia noticiado a nomeação do novo governador em 20 de novembro de 1889. Para os redatores da *Gazeta*, “em vista da declaração feita anteontem pelo órgão do extinto partido conservador de fidelidade as ideias monarchicas, não se compreende essa explosão de alegria, a não ser pelo simples facto de haver sido nomeado o juiz de direito de Catolé [Venâncio Neiva], chefe dos conservadores, no antigo regime, em sua comarca”. Segundo noticiaram, “os esforços do governo provisório hão de tender certamente para harmonia dos extintos partidos monarchicos, fazendo desaparecer d’entre nós qualquer ideia, qualquer laço que nos prendam ao passado”. Cf. *Gazeta da Parahyba*, Jornal, Paraíba, 22 de novembro de 1889.

<sup>528</sup> Conferir Rodrigues (1989, p. 22).

<sup>529</sup> Conferir carta do Barão de Lucena ao Presidente do Estado de Minas Gerais José Cesario de Faria Alvim – Cesario Alvim –, datada de 27 de junho de 1891, disponível em IHGB, AEP – Correspondentes.

<sup>530</sup> Cf. *Gazeta da Parahyba*, Jornal, Paraíba, 22 de novembro de 1889.

<sup>531</sup> Conta Lewin (1993, p. 208) que Venâncio Neiva era um ‘Conservador Silvinista’ – um membro da corrente daquele partido, leal ao barão de Abiaí”, embora, o seu mentor político fosse o irmão do barão, Anísio Salatiel Carneiro da Cunha.

consolidar o seu governo diante dos paraibanos, se não em sua totalidade, ao menos entre os setores da opinião pública.

### 3.8.2 Os grupos que disputavam o poder na Paraíba no alvorecer da República.

No centro da crise estavam os grupos que disputavam posição e poder no governo. Entre eles, havia aqueles ligados a Venâncio Neiva, autodeclarados republicanos após os eventos de 15 de novembro.<sup>532</sup> Além destes, havia um grupo ligado aos chamados republicanos históricos que apresentou disposição para requerer publicamente a regeneração dos costumes políticos. Para esse grupo, que tinha como mentor intelectual Aristides Lobo – então Ministro do Interior do Governo Provisório – os cargos políticos e a composição do regime haviam de ser formados pelos *legítimos republicanos*, vistos como verdadeiros defensores da moralidade da coisa pública.<sup>533</sup> Seus entusiastas afirmavam que o prestigiado conterrâneo – Aristides Lobo – estava

---

<sup>532</sup> Para Leal (1965, p. 209), na Paraíba após a proclamação da República, “elementos de tendências republicanas que vinham adotando atitudes neutras, ou mesmo participando ativamente das lutas partidárias, receberam o acontecimento [da proclamação] friamente, é verdade, mas com a disposição dele tirarem proveito para a regeneração dos costumes políticos”. Fato que corrobora com o testemunho de que desde a indicação de Venâncio, os elementos de tendências republicanas recebiam com desprezo os boatos de que o novo governador faria “política conservadora”, conforme supunham “os ex-correligionários de S. Exc”. A opinião desse grupo veiculada pela imprensa era de que o governador não havia de fazer política conservadora, “nem tão pouco terá de fazê-la liberal”, devendo concentrar esforços para cumprir o que lhe foi confiado, isto é, “promover os interesses da República, tanto no meio das ideias e das instituições, como da vida prática”. Cf. *Gazeta da Parahyba*, Jornal, Paraíba, 22 de novembro de 1889. A *Gazeta* também estampou em suas páginas matérias que dão conta da politicagem e intrigas promovidas pelo “monarchismo na Paraíba”, notoriamente pelo *Jornal da Parahyba*. Na visão dos redatores, essa politicagem “revela tão somente as antigas rivalidades e aspirações dos partidos decahidos, cujos chefes por ligações pessoais e inconfessáveis, julgavam que os nomeados [para assumir o governo da República no Estado] lhes trariam a elevação dos seus correligionários em prejuízo de seus naturais adversários”. Cf. *Gazeta da Parahyba*, Jornal, Paraíba, 24 de novembro de 1889. Ver ainda edição de 26 de novembro, em que o jornal expôs três visões sobre como deveria ser composto o novo governo. Cf. *Gazeta da Parahyba*, Jornal, Paraíba 26 de novembro de 1889.

<sup>533</sup> Dífidente do que afirmou Moreira Brandão (1938) Aristides Lobo nasceu em 12 de fevereiro de 1838 em Mamanguape na Paraíba, conforme comprova Aurélio de Lyra Tavares (1987). Era filho de Manoel Lobo de Miranda Henriques Lobo, e D. Luíza Torres da Silveira Lobo. Segundo afirma Moreira Brandão (1938) Aristides estudou as primeiras letras na Paraíba e formou-se em Direito na Faculdade de Recife em 1859 aos 21 anos de idade. Fez carreira, desde cedo, longo da sua Província natal; foi promotor no Rio de Janeiro, juiz em uma comarca de Minas Gerais, “Estado donde procedia o seu avô materno e onde tinha importante família.” Foi deputado geral entre 1864 e 1868 representando Alagoa, Província que passou a estabelecer fortes laços e onde o seu pai havia ocupado o cargo de presidente do Estado entre 1831 e 1832. Aristides Lobo foi um dos signatários do Manifesto Republicano publicado em 1870, atuando como redator do jornal A República – que em sua primeira edição havia estampado o Manifesto republicano – nas décadas seguintes. Essa atuação junto a membros dissidentes do Partido Liberal – a exemplo de Quintino Bocaiúva, Francisco Glicério, Rui Barbosa, Botelho de Magalhães e do major Frederico Sólton Sampaio Ribeiro – fez com que Aristides fosse mencionado historicamente como um dos articuladores dos preparativos que antecederam a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, pelo marechal Deodoro da Fonseca. Faleceu na cidade fluminense de Cachoeiras de Macacu em 29 de março de 1896, conforme demonstrou Tavares (1987, p. 160) ao transcrever o seu atestado de óbito arrolado naquela cidade. No dizer de Moreira Brandão (1938, p. 93) – um dos seus biógrafos – Aristides “se finou penosamente, com a consciência transtornada, em virtude das apreensões que lhe causavam o destino incerto da República e excessivas preocupações eminentemente torturantes.” Ver ainda, sobre os dados biográficos de Aristides Lobo,

comprometido com a política “acima dos grãos de parentesco, acima dos laços de família” o que justificava o seu interesse em avaliar no seu estado natal “as qualidades morais e políticas que deveriam ornamentar aquelle que aspirasse um posto na República”.<sup>534</sup> É possível relativizar o peso político desse grupo, dada a estéril participação do seu líder junto ao Governo Provisório – Aristides Lobo deixou o ministério do Interior em 10 de fevereiro de 1890 após desentender-se com Deodoro da Fonseca, sendo substituído por Cesário Alvim –, porém não podemos esquecer que um dos seus membros – Coelho Lisboa – tornou-se um dos primeiros adversários contundentes da oligarquia venancista, sendo considerado um dos inimigos diretos de Epitácio Pessoa.

De outro lado, havia os indivíduos ligados ao antigo Partido Liberal e que reuniam importantes famílias da região do Brejo e do Sertão.<sup>535</sup> Por fim, estavam os partidários oriundos do antigo Partido Conservador, que tinham como principal expoente o Barão do Abiaí, cujas “íntimas relações particulares e partidárias”<sup>536</sup> com o novo presidente eram bem conhecidas,

---

<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LOBO,%20Aristides.pdf>. Acesso em março de 2017.

<sup>534</sup> Pouco estudado pela historiografia paraibana, esse grupo contou com elementos ligados à campanha abolicionista em Areia, a exemplo de “Manuel da Silva”, no dizer de Coelho Lisboa “uma glória republicana da minha terra natal [cidade de Areia], que tinha sido o libertador do município na propaganda Republicana [...], Rodolpho Pires [...] um meu velho companheiro de campanha abolicionista e republicana; [...] Cyro de Gouvêa, também republicano antigo”. Nomes que, acertados com Aristides Lobo, comporiam o governo republicano da Paraíba. Cf. LISBOA, Coelho (1909, p. 83). Consta que os interesses de Aristides Lobo nesse interim ficou registrado em telegrama enviado à Coelho Lisboa em 9 de janeiro de 1890. No telegrama, o propagandista histórico informou sobre a situação política da “nossa pobre província [da Parahyba], que andou em público leilão” e que “deve, mais do que todas, encontrar-se em uma situação difícil”. Instruindo Coelho Lisboa a preparar uma carta com possíveis nomes a compor os demais cargos do governo, Aristides Lobo expunha que estranhava o “symptoma da immuidade do Anízio [Anízio Salatiel Carneiro da Cunha] no facto de jamais me ter procurado. Confia em alguma coisa para assim fazer. Por outro lado, os elementos liberais serão melhores? Preciso, meu caro amigo [Coelho Lisboa] estudar a carta de *nomes* e creio que devo recebe-la de tua mão. Vê lá como te atas, a tua responsabilidade é grande”. Cf. Telegrama de Aristides Lobo à Coelho Lisboa, In. LISBOA, João Coelho (1909, p. 15). É ainda de Aristides Lobo para Coelho Lisboa, telegrama datado de 4 de janeiro de 1890, em que o ministro pede informações sobre o advogado José Bento Alves Viana que vivia em Campina Grande e era casado com uma prima sua, “filha do velho revolucionário Borges da Fonseca. Essa senhora é minha prima como sabes, e a mim se dirige pedindo-me que auxilie o marido. Que cidadão é esse? Que se pode fazer em favor d'elle? Responda-me”. Cf. Telegrama de Aristides Lobo à Coelho Lisboa, In. LISBOA, João Coelho (1909, p. 16). Índícios de como a composição do governo republicano na Paraíba foi objeto de disputas, vários acordos, manobras e ajustes feitos no interior do Estado e no Rio de Janeiro e que foram além do famoso caso que envolveu a disputa da nomeação de Venâncio e Albino Meira. A propósito deste último, a predileção de Aristides Lobo pelo seu nome fez com que chegasse a Presidência do Estado de Pernambuco em 1890. Albino Meira governou por um curto período de tempo, sendo substituído por Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti ainda em 1890. O seu governo foi marcado por polêmicas, motivadas pela tentativa de reformas na administração pública. Tais reformas renderam-lhe o epíteto de governador “bota abaixo”. Cf. Sobre isso *A Lanceta*, jornal, Recife, 28 de maio de 1890.

<sup>535</sup> No caso do Partido Liberal, “em Areia, surgiu uma rebelião armada por ter ele [Venâncio Neiva] substituído a elite do Partido Liberal do Império pelos seus oponentes do antigo Partido Conservador”. Para Lewin (1992, p. 211) “se o Imperador D. Pedro II tivesse permanecido no poder, o governo local e o governo da Província da Paraíba teriam ficado sob o controle do Partido Liberal, já que aquele partido vencera as eleições apenas algumas semanas antes da queda da monarquia. Famílias como os Dantas, de Teixeira, frustraram-se pela perda de prestígio político local, circunstância devida diretamente à ascensão do Marechal Deodoro ao executivo nacional”.

<sup>536</sup> Cf. Nóbrega (1950, p. 47). Antes da aproximação com Venâncio, o Barão havia participado da primeira junta governista que se instaurou na Paraíba após a proclamação da República. Cf. Albuquerque Mello, (1982, p. 10).

embora não tivessem ganhado ainda maior projeção pela opinião pública.<sup>537</sup> Abiaí, além do apoio político, disponibilizou o *Jornal da Parahyba*, de sua propriedade, para apoiar a situação, publicando o expediente do governo.<sup>538</sup> A aproximação com Abiaí agravou ainda mais a crise, desagradando “os próceres republicanos de então”, que acentuaram “um certo clamor contra os adesistas”. Para muitos, “o barão não ocultava os seus sentimentos de monarquista”,<sup>539</sup> conservava as hostes do império, visto como “o velho e ilustre chefe do partido, uma figura tradicional e nobilíssima de fidalgo pela raça e pelo coração”.<sup>540</sup>

### 3.8.3 O jogo de representações: *faça sentir no meio do povo a confiança no novo regime e em seus representantes.*

Nos primeiros meses da República na Paraíba estranhou-se a autoridade do governador. Para muitos, Venâncio Neiva era visto como um “simples juiz de direito da roça, de mentalidade estreita”.<sup>541</sup> E não demorou para que circulasse pela imprensa a crítica de que o Estado estava em “pleno domínio do partido conservador monarchico (sem monarquia)”.<sup>542</sup> Em contraste a esse argumento, o contexto sinalizava para a necessária legitimação da nova forma de governo

---

Sobre as homenagens ao *velho Monarcha* proferidas pelo barão e pelo *Jornal da Parahyba*, órgão monárquico no Estado, meses antes da proclamação, ver *Gazeta da Parahyba*, Jornal, Paraíba, 24 de novembro de 1889.

<sup>537</sup> Conta a história que meses antes da proclamação da República, Abiaí havia jurado lealdade à coroa quando o Conde d’Eu passou pela Parahyba em campanha pela continuação da monarquia em um possível terceiro reinado. Cabe lembrar que após a proclamação, o movimento de adesão à república pelos ex-monarquistas foi duramente criticado por personagens como Joaquim Nabuco que logo após os eventos do 15 de novembro começou a divulgar pela imprensa suas razões para continuar monarquista. É famosa a sua carta aberta ao *Jornal do Comércio*, publicada em setembro de 1890, em que crítica a república em favor da monarquia. Para ele, “a República, moralmente falando, só perdia terreno desde 15 de novembro”, isto porque ela “não tinha princípios”. Uma opinião que incomodava os fundadores da República e respingava nos *adesistas*, soando como uma verdadeira propaganda em defesa da restauração, ou seja, em defesa do retorno da monarquia derrubada. Sobre a crítica de Nabuco à República ver Flores (2016, p. 49). Ver ainda a leitura de Alonso (2008, p. 3) em *O memorialista interessado* – a construção da imagem do império na Primeira República. Segundo a autora, após ter sido deserdado da vida social cortesã e expulso do jogo político pelos eventos de 1889, Nabuco recolheu-se em Paquetá como um *Casmurro* – personagem criado por seu amigo Machado de Assis para representar “seu destino na sociedade monárquica e aristocrática em que se formara e a republicana que surgia” –, um ex-súdito que passou a escrever sobre o seu destino pessoal, defendendo, com o poder da pena, o legado positivo do regime decaído. Para a autora, “Nabuco transitava da luta política entre reformistas e refratários, de que tomara parte tão vigorosa nos anos 1880, para a luta simbólica entre monarquistas e republicanos, que estruturou o debate político brasileiro dos anos de 1890”.

<sup>538</sup> Sobre as relações de amizade e rompimento entre o governador Venâncio Neiva e o barão de Abiaí, ver Nóbrega (1950, p. 47). Sobre o uso do *Jornal da Parahyba* no governo de Venâncio, conferir ainda, Rodrigues (1989, p. 22).

<sup>539</sup> Cf. Nóbrega (1950, p. 47).

<sup>540</sup> Conferir matéria de Ulysses Costa intitulada: Ego, Quoque! Circulado no *Jornal A Notícia*, Jornal, Parahyba do Norte, 05 de janeiro de 1916 (p. 2).

<sup>541</sup> A frase que caracterizou Venâncio como um “simples juiz de direito da roça, de mentalidade estreita”, foi de Gama e Mello reproduzida por Coelho Lisboa em discurso proferido em 7 de maio de 1908 na tribuna do senado.

<sup>542</sup> Ver *Gazeta do Sertão*, Jornal, Campina Grande, 13 de junho de 1890, p. 3.

pelo povo.<sup>543</sup> O ex-senador Pedro da Cunha Pedrosa faz um importante relato sobre a forma como o governo empenhou-se nessa tarefa. À época Juiz de direito da Comarca de Pilar – nas proximidades de Itabaiana –, Pedrosa esteve com Venâncio Neiva logo após este assumir o governo; desse encontro, rememorou que apesar de ser um cidadão “de quem ainda não tinha ouvido falar no nome”, Venâncio Neiva tratou-lhe de maneira “franca e delicada”, já “parecendo que éramos velhos amigos”. Entre outros assuntos, conta Pedrosa que Venâncio apressou-se em recomendar que o então juiz fosse “incutindo no espírito do povo o sentimento republicano, para que se operasse com maior facilidade a confiança no regime que, com tão bons auspícios, se inaugurava no Brasil. Assim o prometi”.<sup>544</sup>

#### 3.8.4 A deslegitimação do símbolo maior da monarquia na Paraíba.

Além de Pedrosa, Epiácio Pessoa foi uma figura importante na tentativa de resolver a crise de legitimidade que enfrentava Venâncio Neiva nos primeiros meses de governo. Para tanto, o jovem secretário geral atuou em duas frentes. Primeiro, Epiácio trabalhou no sentido de retirar do governo a influência de Abiaí. Segundo, empenhou-se em criar uma imagem do governo e do próprio Venâncio Neiva como legítimos representantes dos valores e princípios republicanos. No primeiro caso, Epiácio sabia como o jogo político poderia tornar-se favorável a personagens como o Barão. Havia aprendido, no caso em que se envolveu com o juiz Teixeira de Sá, a importância que recaía sobre o prestígio pessoal e político daqueles personagens que, ligados à monarquia, aderiam de última hora à situação dominante. Para tanto, comungava da ideia de que não bastava apenas afastá-lo do governo, era preciso destituir o seu prestígio.

As pretensões de Epiácio Pessoa ficaram registradas em um diálogo entre ele e o jurista e escritor paraibano Ascendino da Cunha. Contou o escritor “que, certa tarde, em Paris, recordando com o saudoso senador Epiácio Pessoa fatos do passado paraibano, ventilaram o caso do rompimento de Abiaí com o governador Venâncio Neiva”. Naquela tarde, “então, o antigo chefe da Nação [Epiácio Pessoa], que foi secretário geral do Estado na gestão do preclaro paraibano, disse-lhe sem reservas, que contribuíra vivamente para o dito

<sup>543</sup> Carvalho (1990) analisou como a república no Brasil precisou ser legitimada mediante uma batalha de símbolos em torno da imagem do novo governo.

<sup>544</sup> Conta ainda o autor que no retorno ao termo de Pilar, passou a organizar “festas cívicas”, com o intuito de “prestigiar a ação do Governo republicano” no meio do povo. Eram “festas cívicas, que acabavam com as danças no salão da Câmara Municipal; e eu me encarregava de mandar para a imprensa da Capital o noticiário do que de mais importante se passava ali”. Essa era, sem dúvida, uma forma de demonstrar ao novo Governo na Capital que o *dedicado* juiz havia de fazer bem o que lhe foi recomendado: incutir no espírito do povo os valores e sentimentos do novo governo republicano. Conferir Pedrosa (1963, p. 53-60).

estremecimento”. Na conversa, “justificando o modo como agira naquela época, o dr. Epitácio Pessoa dizia que era preciso *desprestigiar o Barão* para a necessária consolidação do regime. Abiaí era chefe de indiscutível valor e grande prestígio pessoal e os seus braços evocavam os tempos da monarquia de Pedro II”.<sup>545</sup> (Grifos meu).

O testemunho de Ascendino da Cunha põe em relevo uma fase da vida e da atuação política de Epitácio Pessoa na Paraíba que foi pouco estudada, tendo sido eclipsada pela análise que aponta a força exercida pela parentela como um vetor quase exclusivo para a sua projeção política. Além de atuar nos bastidores, o testemunho dá sinais da importância que se pode atribuir ao papel assumido pelo político paraibano como articulista no interior dos órgãos de imprensa do Estado. Essa atividade era marcada pela produção artigos que expunham as ações e atos administrativos do governo, bem como para criar um conjunto de imagens da sociedade monárquica e da republicana, contrastando os dois regimes. Além disso, a atuação como articulista foi significativa para que fosse criando *chances de prestígio* na sociedade em tela, bem como entabulando uma representação de si. Ali, trajando as roupas do progresso e envolvido por ideias republicanas, pode-se afirmar que, durante a sua breve estada no cargo de secretário geral, essa foi uma faceta importante da sua ação política, tendo colaborado para o seu reconhecimento pessoal e político na Paraíba de fins de 1889 e início de 1890.<sup>546</sup>

Para melhor entender o argumento, é preciso partir do fato de que, pelas páginas dos jornais do Estado, Epitácio fez uma autêntica revisão crítica do passado para tentar, retoricamente, justificar a mudança de regime, fazendo (re)conhecer as novas lideranças políticas entre os paraibanos. Desse modo, o esforço em desprestigiar o Barão contemplou um exercício mais amplo, que visou deslegitimar os símbolos e as práticas que remetiam à antiga ordem. Do ponto de vista das estratégias de legitimação, Epitácio Pessoa parecia entender que em nenhuma sociedade política o poder se estabelece de maneira abstrata, sem que haja um mínimo de disponibilidade, de respeito e confiança. Ou seja, parecia compreender que “é no interior das consciências, e não sem desorientação, não sem ansiedade, que as regras até então observadas da normalidade cívica encontram-se brutalmente postas em causa” e que as suspeitas, a intriga, a dúvida ou desprezo podem forçar a substituição de antigos hábitos

---

<sup>545</sup> Ver Nóbrega (1950, p. 50).

<sup>546</sup> O livro *Primeiros Tempos*, Volume II das **Obras Completas de Epitácio Pessoa**, reúne um conjunto de artigos de jornais produzidos por Epitácio Pessoa na Paraíba e no Rio de Janeiro, em periódicos que circularam de 1890 à 1896. Os artigos foram organizados no original juntamente com os demais documentos da obra por Antônio Pessoa Filho, e compõem a segunda parte do livro, intitulada Na Política da Paraíba (1ª fase: 1890-1909) e marca a face do “jornalista ocasional, todo profano, indiferente ao ideal religioso” do secretário geral, conforme destacou Antônio Gontijo de Carvalho em prefácio à edição de 1965. Cf. PESSOA, Epitácio (1965a, p. 9).

adquiridos, criando um ambiente de “identificação e de submissão à ordem institucional estabelecida”.<sup>547</sup>

3.8.5 O rompimento com a tradição monárquica: os primeiros sobrevoos em busca de (re)conhecimento no solo paraibano.

O primeiro movimento de Venâncio Neiva nesse sentido se deu através da decisão de romper com o *Jornal da Paraíba*, o que representava, no meio da opinião pública, um sinal de distanciamento com o seu proprietário, o Barão do Abiaí. A decisão foi anunciada em uma carta redigida no “Gabinete do Governador do Estado da Paraíba” e datada de 26 de fevereiro de 1890, em que o próprio Venâncio Neiva expôs as suas razões para romper com o *Jornal* e, simbolicamente, com o seu proprietário. Na missiva, assim expressou o governador do estado:

Tendo me parecido inconveniente à República a marcha que levava o “Jornal da Paraíba” e a as **manifestações ostensivas de monarquistas de coração por parte de seus redatores**, resolvi reincidir o contrato para a publicação do expediente. Meu ato nada tem de pessoal. Entendi e entendo que assim procedendo, cumpri rigoroso dever.<sup>548</sup> [*Grifos meu*]

Para suprir a falta de um periódico que divulgasse o expediente administrativo, Venâncio recorreu ao jornal *Gazeta da Parahyba* e passou a contar com Epiácio Pessoa na condição de principal articulista em defesa dos interesses do Estado. Por um curto período de tempo, a *Gazeta* passou a funcionar como um importante instrumento de defesa contra as críticas do *Jornal da Paraíba* que tão logo recebeu a notícia do rompimento passou a atacar o governo. Na *Gazeta*, Epiácio Pessoa passou a defender Venâncio Neiva e a república na Paraíba a partir de um expediente retórico a princípio bem conhecido do público, ao menos daqueles que leram o seu *manifesto* contra o Juiz Teixeira de Sá no *Diário de Pernambuco*. Nas páginas da *Gazeta*, porém, o conteúdo da crítica mostrou-se bem mais elaborado no sentido de opor monarquia e república em termos de pares antitéticos, denunciando os males da primeira,

---

<sup>547</sup> Girardet (1987, p. 90).

<sup>548</sup> Conferir carta de Venâncio endereçada a Anísio Salatiel – irmão do Barão do Abiaí – em 26 de fevereiro de 1890 em Nóbrega (1950, p. 49). Ainda segundo Apolônio Nóbrega, durante a sua vida, Abiaí “dedicou soma considerável de energias ao jornalismo diário de sua terra tendo dirigido e fundado ‘A Imprensa’ e o ‘Jornal da Paraíba’, nos quais sua pena sempre esteve ao serviço dos vitais interesses da terra comum”. (*Idem*, p. 58). Porém, tempos depois se descobriu que os artigos que circularam no *Jornal da Parahyba* assinados por um “MONARQUISTA DE CORAÇÃO”, e que foram objeto de debates para forçar o rompimento entre Abiaí e Venâncio, haviam sido da autoria de Anísio. Fato que, segundo o mesmo autor, impedira que Venâncio levasse a frente as pretensões de incluir o nome de Anísio Salatiel, “seu compadre e amigo íntimo, apesar de irmão do barão”, como senador na chapa para o Congresso Constituinte. (*Idem*, p. 51).

enquanto defendia os princípios e valores da segunda. Sob a pena de Epitácio, os artigos alinharam o editorial da *Gazeta* “na luta simbólica entre monarquistas e republicanos, que estruturaria o debate público brasileiro dos anos 1890”.<sup>549</sup>

Em abril de 1890, por exemplo, sob o título “Visões do ‘Jornal’”, Epitácio Pessoa publicou uma matéria acusando o *Jornal da Paraíba* de ter “ultimamente enveredado pelo caminho de mesquinhas alusões pessoais: assoberbado por incomensurável despeito ao ver iludidos os seus planos de dominação, ao reconhecer que o Dr. Venâncio Neiva resiste às pequeninas conveniências da política exclusivamente conservadora”, proclamada pelo Sr. de Abiaí. No centro das críticas feitas pelo *Jornal da Paraíba* estavam as acusações de que Venâncio havia “exageradamente elevado as despesas públicas com o aumento das cadeiras [de ensino] e a concessão indevida de aposentadorias”, denunciando “falta de economia determinada por inexperiência ou incapacidade<sup>550</sup>” do governante que se apresentava como republicano. Para rebatê-las, o secretário geral provocou os leitores pelas páginas da *Gazeta*:

Admire agora o público.  
Na administração que corre foram criadas: duas cadeiras [de ensino] nesta Capital (uma do sexo masculino e outra no Externato) e reestabelecidas (não o ensino) as de Tambaú e Cabedelo: total quatro.  
Foi suspenso os ensinos nas de São João do Rio do Peixe, São José das Pombas, Lagoas, São Tomé, Mataracas e suprimida as de música e religião: total sete.<sup>551</sup>

Com isso, o articulista pretendia mostrar ao leitor que “o ilustre Governador do Estado não fez supressões de cadeiras na *justa proporção* das novas criadas, como se dava por satisfeito o JORNAL [da Paraíba], mas na razão dupla”. Não se dando por satisfeito em esclarecer o que chamava de *legítima ação do governo*, Epitácio tentou mostrar os impactos das medidas sobre o orçamento do Estado. Para ele, diferente de trazer aumento, os números apontavam:

Com escolas suprimidas despendia o Govêrno..... 4:636\$000  
Com as criadas despende atualmente..... 4:468\$000  
Economia..... 168\$000  
Desta sorte a administração, provendo mais convenientemente às necessidades do ensino, realizou ainda assim uma economia anual de 168\$000.<sup>552</sup>

A ação de Venâncio Neiva era então tratada como uma medida de “incontestável alcance econômico” nas finanças do Estado. Além dela, a fundição das “diretorias da Instrução Pública, do Externato Normal e do Liceu Paraibano em uma só” foi tida como outra ação admirável de

<sup>549</sup> Ver Alonso (2008, p. 2).

<sup>550</sup> *Gazeta da Paraíba*, Jornal, Parahyba, abril de 1890. In. EPITÁCIO, Pessoa (1965a, p. 57).

<sup>551</sup> *Idem*, (p. 58).

<sup>552</sup> *Ibidem*.



contenção de despesas, na medida em que, formalizada mediante decreto nº 6 de 23 de dezembro de 1890, trouxe uma “diminuição de despesas na importância 1:200\$000 anuais”. De forma paralela, suprimiu-se ainda nos dois estabelecimentos “os lugares de secretário e um lugar de bedel, economizando assim 2:500\$000”. Em conjunto, a apresentação dos dados traduz o esforço de demonstrar que as medidas aliviavam o orçamento do Estado, sem “prejuízos ao ensino”.<sup>553</sup>

O argumento apontava que os cortes orçamentários na instrução pública atingiam principalmente as “ajudas de custo e gratificações tão largamente exploradas outrora em benefício de cabos eleitorais e alcoviteiros políticos”. Nesse ponto, atingiam diretamente a *antiga ordem* e seus representantes da Paraíba, acusados de usar o Estado para resolução de interesses particulares e angariar apoio político. O simbolismo das medidas residia na oposição às antigas práticas de governo, fazendo com que fossem vistas como oriundas das *ações enérgicas* de uma administração *interessada em moralizar a prática política* e, por conseguinte, voltada à defesa dos interesses públicos.<sup>554</sup> Tal esforço, permitiu imprimir a imagem de que o “Governo da Parahyba se tem distinguido por uma rigorosa economia em todos os ramos do serviço público”.<sup>555</sup> Para o articulista, as medidas da administração de Venâncio Neiva, sentida nas várias áreas, havia lhe concedido “lugar proeminente no coração do povo paraibano”.<sup>556</sup>

Para reforçar o argumento, o articulista não deixou de notar que os ataques do *Jornal da Paraíba* provinham da percepção dos seus redatores de que “o Estado não é mais uma feitoria

---

<sup>553</sup> *Ibidem*.

<sup>554</sup> Cabe nota a polêmica gerada pela imprensa quando Venâncio Neiva suspendeu contrato de concessão e isenção de impostos por 20 anos concedidos a firma *Cahn Frères e Cia*. (Fábrica de Tecidos) pela última administração monárquica em 1889. A referida fábrica explorava a indústria de fiação de tecidos na Capital paraibana e o seu contrato foi suspenso sob a alegação de que violava a lei em vários artigos, denunciado como fruto de um “verdadeiro acúmulo de favores que se procurou mascarar com o título de encargos, juntando assim o esquecimento do interesse público ao escárnio lançado à face do povo”. Epitácio explorou o caso sob o ponto de vista jurídico em vários artigos publicados na *Gazeta da Parahyba* em abril de 1890, além de argumentar que a suspensão do contrato feito por Venâncio era um sinal claro do esforço do governador em moralizar a administração pública. Ver artigos da *Gazeta da Paraíba* de 19, 20, 23 e 25 de abril de 1890. In. EPITÁCIO, Pessoa (1965a, os originais figuram nas páginas: 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66 e 67).

<sup>555</sup> Epitácio Pessoa retornou ao tema *moralização da coisa pública*, apresentando-a como uma marca do governo do Dr. Venâncio Neiva, em artigo publicado pelo *Jornal do Comércio* em 10 de julho de 1891 para rebater as críticas de Irineu Joffily publicadas no *Jornal do Brasil*. Sobre a imagem da desmoralização dos governos monárquicos na Paraíba, ver ainda artigo de 28 de junho de 1891, publicado pelo *Jornal do Comércio*. PESSOA, Epitácio (1965a, p. 106).

<sup>556</sup> Conferir imagem criada sobre a atuação de Venâncio Neiva no combate a seca do Estado em artigo publicado em 10 de julho de 1891 no *Jornal do Comércio*. PESSOA, Epitácio (1965a, p. 113). *As raízes da indústria da seca*, focalizando o caso da Paraíba, foi estudada por Ferreira (1993). Segundo a autora, privilegiando a instância política como foco de análise, as relações de dependência características do jogo político oligárquico e do sistema coronelista interferiam na permanência das secas como calamidade pública durante o período estudado, a saber, entre 1877 e 1922, fronteiras cronológicas que demarcam respectivamente o nascimento da indústria da seca – a partir da calamidade de 1877 – e o fim da primeira etapa da grande intervenção do Governo federal – governo de Epitácio Pessoa.

do chefe de sua redação [Barão do Abiaí], que em todas as suas administrações distinguiu-se pela inépcia pedante e pelo patronato político” e, portanto, “não busca meios, não escolhe armas para atassalhar, para deprimir aquele [Governador] que não o quis acompanhar na sua política imoral de temporização dos gatunos”. Nesse embate, retoricamente em contraste com a orientação política do *Jornal da Paraíba*, os redatores da *Gazeta da Paraíba*, incluindo o próprio Epitácio, põem-se do lado da *novidade republicana*, “levados apenas pelo amor da verdade e da justiça”.<sup>557</sup> Essa era uma forma teatralizada de justificar a mudança de regime, recusando as imagens e as práticas paternalistas do regime anterior.

### 3.8.6 Em defesa do regime republicano: O *Estado do Parahyba* e a moralização da coisa pública.

Um novo impulso à propaganda republicana na Paraíba foi dado em julho de 1890, quando o governo criou o jornal *Estado do Paraíba*, sob a orientação direta de Epitácio Pessoa que passou a ser o principal redator e polemista político naquele ano.<sup>558</sup> A partir de então, o *Estado* difundia a plataforma propositiva do governo, que incluía a valorização da coisa pública, com artigos que remetiam à adesão, à tolerância e, sobretudo, à confiança que deveria ser depositada nas forças políticas que governavam a Paraíba no início do regime republicano. Nas páginas do jornal, Venâncio Neiva começou a ser representado como um governante dotado de “conduta liberal, inteligente e justa” e que sob o seu espírito não pairava “a menor prevenção, no seu ânimo o mais leve ressaibo das antigas políticas.” Para tanto, os rapazes – jovens moços – que compunham a administração estadual passavam a ser vistos como oriundos de uma

---

<sup>557</sup> Na visão de Epitácio Pessoa, em artigo publicado em abril de 1890, os redatores da *Gazeta* falavam em torno do “interesse público”, contra os que desejavam “arredar pérfidos tropeços a uma administração que se procura deprimir sob a capa esburacada de falso patriotismo e nunca provada lealdade”. Vestindo *a capa esburacada da tradição política conservadora* estavam os que “não discutem, respondem aos argumentos com a graçola boçal, às observações as mais judiciosas com o assobio bandalho”; eram “os paquidermes do *JORNAL*” [da Paraíba] que “só nos poderiam responder atirando-nos a lama que suinamente se revolvem”. Conferir *Jornal Gazeta da Paraíba*, Jornal, Parahyba, s/d, abril de 1890. In. EPITÁCIO, Pessoa, (1965a, p. 58).

<sup>558</sup> Em sua primeira edição, o jornal *Estado do Paraíba* assim intitulou-se, isto é, com a forma masculina. “Epitácio oralmente antepunha ao nome do Estado o artigo feminino, mas escrevendo muitas vezes usou o masculino”. Ver Nota explicativa in. PESSOA, Epitácio. *Primeiros Tempos*, (1965a, p. 68). O jornal surgiu como um “Órgão Republicano” epíteto, estampado em sua primeira página, seguido da orientação redatora: “Periódico Político, Social e Noticioso”, além do lema “*An indestructible union of indestructible States*”, cuja tradução, aproxima *Uma indestrutível união de Estados Indestrutíveis*. Segundo Mariz (1994, p. 181), a folha “reunia boas cabeças da nova geração”, eram eles Argemiro de Souza, João Pequeno, Cavalcante Melo, Castro Pinto, Anésio Serrano, Eliseu César e Epitácio Pessoa.

geração de intelectuais de admirável talento combativo, defensores do governo da República, isto é, “o governo da justiça e das reparações”.<sup>559</sup>

Em tese, o jornal tornava-se um instrumento eficaz no trabalho de promover a campanha para a interiorização dos valores republicanos no Estado, posto que o seu objetivo era criar uma opinião pública disposta a reconhecer os valores, as instituições e as representantes da nova ordem política. Prova disso é que em 1891 o *Estado* passou a divulgar não apenas o expediente administrativo, mas expandiu o seu editorial para tratar de vários domínios da vida coletiva, quer fosse dos costumes, da organização familiar, da moral, dos valores e sistema educacional, bem como das práticas políticas e econômicas.<sup>560</sup> Dito de outro modo, a disputa pela imprensa revela como a arena política da Paraíba do período também foi marcada por uma forte *dramaturgia política*, presente nas páginas dos jornais e encenada em ocasiões específicas, a exemplo das aparições públicas e comemorações em defesa das instituições republicanas.<sup>561</sup> Nesse drama, os grupos oligárquicos se empenhavam em distribuir papéis entre os personagens que entravam em cena para ganhar e/ou manter uma posição no jogo político que se desenhava. Entre esses personagens, como veremos no próximo capítulo, estava Epitácio Pessoa.

---

<sup>559</sup> Ver, PESSOA, Epitácio (1965a, p. 74). De acordo com a visão de Apolônio Nóbrega (1950, p. 53), como governador, Venâncio Neiva “cercou-se de elementos intelectuais”, vistos como “os rapazes da geração de João Pereira de Castro Pinto, João Batista Alves Pequeno, Argemiro de Souza, Eliseu César, todos ilustres pelo talento e pela combatividade”, sendo “o seu principal auxiliar, o secretário geral de Estado dr. Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa”. Já na visão de Coelho Lisboa, externando as estratégias usadas por Venâncio Neiva para promoção da sua oligarquia, o jornal *Estado do Parahyba* era o “único que o elogiava de um modo até ridículo, como tem continuado. Allí, é o governador, diariamente, a propósito do mais simples acto, como uma visita, um passeio ou um outro análogo, tratado continuamente por ilustre, ilustrado, benemérito, glorioso e nem sei que mais disparates.” In. LISBOA, Coelho (1909, p. 90).

<sup>560</sup> Em 1891 o jornal *Estado do Parahyba* criou a coluna *Educação Cívica* publicada em sua primeira página. Alguns números da coluna apoiaram-se na tradução das lições (total de 36) do livro *De l' Education: Précis de Morale Pratique* (Da Educação: moralidade prática precisa) de Ludovic Carrau publicado em 1888 em Paris. O livro é uma espécie de tratado sobre a educação e as condições da moral moderna. Para o autor, a educação moral era tida como “*la condition essentielle de la ' prospérité et de la force des nations*”. (CARRAU, Ludovic. 1888, p. 396). A coluna surge com o objetivo de instruir cada um sobre a conduta que convém observar na sociedade democrática, movida pelos princípios republicanos, seja dos homens de governo, seja da gente comum. Sobre a Educação Cívica, ver Jornal *Estado do Parahyba*, edições de abril de 1891.

<sup>561</sup> Segundo Lewin (1993, p. 207), “na primeira década da República Velha, quando a consolidação nacional era ainda bastante frágil e eram praticamente inexistentes os recursos materiais na Paraíba ou os provenientes do governo federal, a principal questão na política do estado dizia respeito a quem iria governar”. É possível afirmar que essa questão abriu precedentes para que, além do jogo da política e sua relação com a parentela, da disputa no interior das famílias dominantes, os grupos oligárquicos elaboravam diversas estratégias de afirmação do poder, entre elas estavam os esforços de criar uma opinião pública ávida a reconhecer os legítimos representantes do governo através dos órgãos de imprensa.



SENADORES  
E DEPUTADOS

CAPÍTULO IV

# TEMPOS DE AFIRMAÇÃO DO PODER POLÍTICO

1889-1894

*Governador do Estado, Dr. Venancio Neiva.*  
*Senadores, T.º Col. João Soares Neiva, General José d'Almeida Barreto, Dr. Formoso Gomes da Silveira. Deputados, Dr. Sá Andrade, Dr. Cartaxo, T.º João Retumba, Dr. Pedro Americo, Dr. Epitacio Pessoa.*

## CAPÍTULO IV

*Aspiro a honra de ser deputado por êste Estado ao futuro Congresso Nacional. Não tenho títulos de família nem de vida política que me recomendem (se na época atual isto pode ser uma recomendação) perante os eleitores dêste Estado; mas por isto mesmo não tenho laços que tolham o livre exercício de minha atividade em prol dos interesses da minha Pátria nem compromisso que arremessam o meu esforço na defesa das ideias ou reformas que julgue mais consoantes à constituição liberal e definitiva da República. Se ao corpo eleitoral do Estado da Paraíba não posso desde já oferecer garantias do cabal desempenho de seu honroso mandato, caso me seja conferido, posso contudo dar-lhe a certeza de que meu ânimo jamais se entibiará no empenho de tornar-me digno dele.*

Epitácio Pessôa

*[...] O mundo inteiro é uma cena; e suas peças principais são o comentário das formas em que as práticas coletivas se revelam, as dos participantes e as dos confinantes dos poderes e das ações. Um jogo encenado afim de mostrar os jogos da sociedade, que os faz e desfaz. [...]*

Georges Balandier

### 4.1 O ATOR ENTRA EM DISPUTA PELO PAPEL NA CENA: *O JÓQUEI* EPITÁCIO PESSÔA.

O embate travado na imprensa paraibana começou a dar notoriedade a ação política de Epitácio Pessôa. Ele já não era mais um jovem bacharel desconhecido pela maior parte dos conterrâneos, recentemente exonerado da promotoria do Cabo em Pernambuco, mas transformava-se em um polemista político de nome reconhecido, defensor do governo, valores e instituições do novo regime. O jovem secretário ensaiava, portanto, os primeiros sobrevoos em busca do (re)conhecimento no solo paraibano. Além da atuação nos jornais, as aparições públicas funcionaram como um importante vetor, amplamente usado por Epitácio Pessôa, no esforço de fazer-se reconhecer como um legítimo defensor do ideal e das instituições republicanas. Tais aparições se apresentavam como autênticas *chances de prestígio* usadas pelo secretário geral para mostrar ao público as *suas qualidades políticas*.<sup>562</sup>

---

<sup>562</sup> Haroche (1998, p. 98) aponta que a comunicação política envolve um esforço dos governantes em criar uma imagem e uma apresentação de si, justificando “a importância atribuída aos emblemas, aos signos exteriores”. O governante investe, portanto, em um jogo de aparências onde “as palavras mudam, adquirem conteúdos diferentes, mas remetem a uma constante fundamental do poder político: monárquico ou republicano, o poder deve comunicar”. A comunicação política figura como uma chave para se entender o sentido das aparições públicas dos governantes, posto que objetivam “conferir significados à autoridade, ao poder, ao prestígio, à hierarquia com o auxílio de meios não-violentos”, sendo eles, os cerimoniais, rituais ordenados, protocolos e/ou, no caso aludido, passeatas públicas. Trata-se de um instrumento que pode ser pensado como estrategicamente reivindicado com o objetivo de fazer “mostrar-se para impor, impor-se”, ou ainda para “seduzir, envolver, fascinar, fixar pelo olhar, pela expressão, pelas disposições psicológicas inscritas no rosto e expressas pelo corpo”.

Uma dessas aparições ocorreu no dia 1 de julho de 1890, logo após circular pelo Estado as notícias vindas do Sul, informando da aprovação do primeiro projeto da constituinte republicana. Naquele dia, a mando do governador, as repartições públicas foram fechadas e as ruas da Capital entraram em festa, animadas pela música do *corpo da polícia*. À tarde, uma passeata circulou pelas principais ruas da cidade, passando pelo palácio do governo, onde “levantaram vivas ao estylo do governador do Estado e outros cidadãos, o que reproduziu-se na rua do general Osório, em frente a typografia do *Liberal Parahybano*”. No comando da batuta do 27º batalhão, o “coronel Bento da Gama”, era seguido por soldados do Corpo de Polícia, além do “honrado Sr. Dr. Chefe de polícia [Dr. Cunha Lima], o Sr. inspector da tesouraria da fazenda e alguns cavaleiros”. À noite, “iluminaram-se os edifícios”, para que os atos daquele dia memorável ecoassem como sombras percorrendo as principais ruas iluminadas da capital.<sup>563</sup>

Descrita desse modo, a manifestação também foi noticiada nas páginas do *Estado do Parahyba* em sua primeira edição. Na folha do Estado, os redatores informaram que a passeata seguiu até o quartel, “onde terminou a festa do dia por um certâmen oratório em que tomaram parte os mesmos oradores, salientando-se o Dr. Epitácio por um arrebatado discurso e o Dr. Cunha Lima [nomeado chefe de polícia] pelo seu valor cívico revelado a par de indizível modéstia”.<sup>564</sup> Assim exposta, a notícia colocou em destaque a ação dos dois principais representantes do governo naquela ocasião, avultando sobretudo a presença de Epitácio Pessôa, este último notado em sua qualidade de *orador arrebatado*. Um traço fundamental da atividade política do contexto, posto que não se reconhecia o personagem político apenas pelas ações, mas pela arte de exprimir-se em público.<sup>565</sup> No dia seguinte à sua publicação, porém, a notícia foi alvo de severas críticas feitas pelos redatores da *Gazeta da Paraíba*, que naquele momento passara a assumir uma postura de distanciamento do governo.<sup>566</sup>

Na matéria aludida, a *Gazeta* ironizou a existência do que chamou de *certâmen oratório*, afirmando, dentre outras coisas, que “não sabíamos dessa corrida oratória em que foram *jóqueis vencedores* os Drs. Epitácio e Cunha Lima”. Na perspectiva dos redatores da *Gazeta*, a notícia era falaciosa e objetivava criar uma imagem dos representantes do Estado que

<sup>563</sup> Conferir *Gazeta da Parahyba*, Jornal, Parahyba do Norte, 2 de julho de 1890.

<sup>564</sup> Ver *Estado do Parahyba*, Jornal, Parahyba, 8 de julho de 1890. In. PESSOA, Epitácio, (1965a, p. 68).

<sup>565</sup> Estudos têm destacado que, entre os séculos XVI e XVIII, a civilidade também criou o “homem expressivo”, isto é, o homem que se expressa bem e adequadamente através de gestos, do rosto e expressões, bem como através do verbo, da oratória. Esse argumento leva-nos a compreender que a civilidade é aprendida, adquirida, tal como salientou Courtine e Haroche (2016, p. 24), “ela propõe um aprendizado das boas maneiras e dos comportamentos corporais indissolúveis da linguagem: *saber viver* é inconcebível sem um *saber falar* que repousa sobre dois talentos essenciais, *eloquentia e sapientia*, o domínio da linguagem e o controle de si.”

<sup>566</sup> As razões da *Gazeta da Parahyba* ter assumido uma posição crítica contra o governo de Venâncio Neiva certamente atendeu ao fato do governo também ter rompido contrato com aquela folha quando criou o *Estado da Parahyba*.

não condizia com a realidade. Ou seja, para eles, a matéria era uma peça retórica fabricada pelos redatores do *Estado* para promover a imagem “pública dos distintos e prestigiados oradores.” A crítica atingia diretamente Epitácio Pessôa, não apenas pelo fato de ser o principal redator daquela folha, mas também pelo fato de que, dias antes, ao noticiar a mesma comemoração, a *Gazeta* chegou a mencionar a presença do “honrado Dr. chefe de polícia”, enquanto que o nome do secretário geral foi categoricamente silenciado. Esse gesto foi interpretado como uma tentativa de desprestigiar o então secretário geral do Estado.

A negativa dos redatores da *Gazeta* causou certa inquietação em Epitácio Pessôa, que apesar de afirmar que não se sentia ressentido com a tentativa de desprestígio, foi pessoalmente ter com os redatores da *Gazeta* na noite do dia 7 de julho, no que chamou de *amistosa palestra*. Na ocasião, Epitácio afirmou que foi chamado ao assunto do certâmen oratório, onde “discutimos a propriedade ou impropriedade da imagem [de arrebatado orador]. [...]” e “separamo-nos como bons amigos que somos”. Na manhã do dia seguinte, a *Gazeta* suspendeu a sua publicação e responsabilizou o então secretário geral de não respeitar a liberdade de imprensa e ter *censurado* o comentário que punha em xeque a sua capacidade oratória e imagem pública. Tal acusação levou Epitácio Pessôa a prontamente rebatê-las nas páginas do *Estado*, explicando aos leitores as razões e a sua versão sobre o que havia ocorrido naquela noite de 7 de julho.<sup>567</sup>

Para além do envolvimento ou não do secretário geral no empastelamento da *Gazeta*, o gesto de Epitácio em discutir a propriedade ou impropriedade da imagem veiculada pelos jornais revela uma questão mais complexa do comportamento político da época e que pode ser interpretada sob dois ângulos que se complementam. De forma mais ampla, o gesto indica uma silenciosa luta por prestígio e posição em um contexto que começava a se desenhar uma nova hierarquia política no interior da sociedade paraibana. Esse é um bom exemplo para sugerir que a política oligárquica na Paraíba não era um jogo de cartas marcadas e que a parentela, por si só, talvez não fosse o vetor determinante, capaz de assegurar a projeção política dos atores

---

<sup>567</sup> Mostrando-se surpreendido, a denúncia levou Epitácio a elaborar imediatamente uma nota que circulou no *Estado* ainda naquele 08 de julho, esclarecendo ao público a contenda que envolvia o seu nome. Na nota, retirando de si e do governo do Estado qualquer responsabilidade no ato, Epitácio não esqueceu de lembrar ao público que era um defensor da liberdade de imprensa, para ele “a mais respeitável de tôdas as liberdades”. *Ibidem*. Além do jornal *Gazeta da Parahyba*, os jornais *da Parahyba*, *Conservador*, *Gazeta do Sertão* e a *Voz do Povo* acusaram o governo de “perseguição à imprensa” entre 1890 e 1891. Em julho de 1891, por exemplo, Epitácio Pessoa sob o pseudônimo de um *verdadeiro paraibano*, assinou uma série de artigos publicados no *Jornal do Comércio*, no Rio de Janeiro, para rebater as críticas de um certo *articulista* (Irineu Joffily) feitas pelas páginas do *Jornal do Brasil*. Nesses artigos, o item *perseguição à imprensa* foi um tema duramente combatido por Epitácio Pessoa. Conferir *Jornal do Comércio*, Jornal, Rio de Janeiro (artigos de 2 a 24 de julho de 1891). In. PESSOA, Epitácio, (1965a, p. 106-134).

envolvidos na trama.<sup>568</sup> Ou seja, o gesto apresenta sinais de que o jogo político era marcado por contingências, abrindo espaço para inserção de estratégias capazes de assegurar ou não o lugar e a preferência por determinados personagens que se apresentavam na cena política estadual.<sup>569</sup>

Foi nesse sentido que Epitácio Pessôa se preocupou com o ajustamento da sua imagem entre as duas folhas – *Gazeta da Parahyba* e *Estado da Parahyba* –, veículos responsáveis pela formação da opinião pública, por extensão, importantes na comunicação política do Estado. Nesse caso, a postura assumida por Epitácio Pessôa revela como o político paraibano estava vigilante à promoção e negociação de sua imagem pública, disposto a ajustar a representação de si que circulava no Estado. Nesses *Primeiros Tempos*, as palavras e os gestos de Epitácio Pessôa revelam sinais sólidos de como, por vezes, ele mesmo procurou sair em público para confundir os seus detratores, ajustando a sua memória, criando uma representação de si em meio a opinião pública. Em ambos os casos, a defesa da imagem pública em meio a um complexo jogo de aparências era uma forma de controlar o imaginário social e político na Paraíba, através de um importante mecanismo para promoção do poder, isto é, a imprensa.<sup>570</sup>

---

<sup>568</sup> Em 1908, o então senador Coelho Lisboa usou a tribuna do Senado para denunciar as oligarquias do seu Estado, especialmente o *alvarismo* e o *venancismo*. Sobre a *oligarquia dos Neivas*, além dos arranjos políticos para composição da parentela, Coelho Lisboa destacou, entre os métodos usados por Venâncio para promoção do seu grupo político, o empastelamento dos jornais. Segundo o senador, “a imprensa no meu Estado [da Paraíba] foi perseguida pelo ridículo *satrapa* Venâncio Neiva. Travou-se a luta. Jornal por jornal [referia-se ao *Liberal Parahybano*, *O Conservador*, o *Jornal da Parahyba* e o *Gazeta do Sertão*]; foram todos ameaçados, empastelados diversos! Foi da oligarquia dos Neivas que partiram os empastelamentos de tipographias, como meio de manter essa primeira oligarchia republicana. [...]”. In. LISBOA, Coelho (1909, p. 84-85).

<sup>569</sup> A historiografia que trata a Primeira República no Brasil tem avançado na ideia de que, apesar de todo controle exercido pelos grupos oligárquicos e do sistema coronelista nos Estados, esse período não se caracterizou por uma harmonia constante, ocorrendo disputas e momentos de tensão que exigia a reelaboração de práticas e estratégias para manutenção do poder. Em uma visão mais ampla, Viscardi (2012, p. 25) mostrou que a dinâmica de funcionamento da estrutura de poder da Primeira República não era tão estável como se acreditou durante muito tempo. Analisando o que poder-se-ia chamar de “condomínio mineiro-paulista”, referindo-se ao arranjo oligárquico conhecido como política do “café com leite”, tratada como sinônimo de estabilidade do regime, a autora mostra que dentro da lógica federalista, a alternância presidencial exigia dos grupos oligárquicos maquinações políticas de diversas ordens para atrair aliados e afastar competidores. De modo que, era a instabilidade, marcada pela incerteza da sucessão presidencial – posto que mexia com toda a estrutura de poder das unidades federadas – que assegurava certa condição de relativo equilíbrio do jogo oligárquico. Nesse caso, a hipótese da autora é comprovada, primeiramente, a partir da análise do caso de Minas Gerais. Para autora, Minas “viveu internamente, durante todo período em foco, árduas disputas intractáveis que interferiram na luta por sua projeção nacional. Assim, a sua importância política no período não derivou do apaziguamento interno de suas divergências, mas, sobretudo, de seu poder econômico, condicionado por ser o segundo maior exportador nacional de café, aliado ao fator de possuir o maior contingente eleitoral”. A ideia de que haviam lutas internas no interior das unidades federativas, implica imaginar o grau de disputa e as estratégias dos grupos oligárquicos para se manter no poder, sugerindo que a aparente hegemonia dos chefes políticos que comandavam os estados era, antes, entrecortada por tensões de toda ordem.

<sup>570</sup> Outro exemplo das aparições de Epitácio Pessôa e sua repercussão pelos jornais ocorreu no caso das festividades que comemoraram, em junho de 1890, a criação do município de Umbuzeiro. Cf. *Gazeta do Sertão*, jornal, Campina Grande, 27 de junho de 1890.



#### 4.2 A PEÇA ELEITORAL DE 1890: A (RE)APRESENTAÇÃO DOS DEFENSORES DA ORDEM REPUBLICANA NA PARAÍBA.

As eleições para a escolha dos representantes do Estado da Paraíba para o primeiro Congresso Nacional Constituinte da República ocorreram no dia 15 de setembro de 1890. O projeto de legitimação do governo de Venâncio Neiva fez daquele pleito um ambiente propenso à espetacularização, um momento adequado para se cultivar a república, os conceitos que lhe davam sustentação – a exemplo da democracia e da cidadania – além dos seus representantes no Estado. Exemplo disso é que dias antes do pleito, o *Estado* convocou, sob a pena de Epitácio Pessoa, os eleitores da Paraíba para perceberem a importância daquele evento, chamando a atenção para a importância da participação no escrutínio, destacando “a gravíssima responsabilidade [do Governo Provisório] de dar ao país uma organização [Constituição] política sólida, liberal e verdadeiramente republicana”. Para isso, afirmava que “êle conta com o patriotismo nunca desmentido de todos os brasileiros; o povo paraibano, estamos certos, não desiludirá essa honrosa confiança, não deixará de colaborar, com a nobreza e desprendimento que lhes são próprios, na obra gigantesca de reconstrução da Pátria”.<sup>571</sup>

Aos eleitores paraibanos convinha alertar sobre a responsabilidade que lhes recaía. E, para não contrariarem “o exercício daquele direito, o cumprimento daquele dever, convém que os inspirem no seu patriotismo para comprometer os seus votos com candidatos infesos ou indiferentes à República, baldos de patriotismo e atufados de ambição pessoal”, candidatos que “longe de auxiliar irão dificultar o afanoso labor dos grandes homens que felizmente nos governam”. Como cidadãos, investiu o redator de maneira doutrinária, o futuro do país e, por extensão, da província estaria nas mãos do eleitor, na sua *capacidade* de escolher os *legítimos representantes* da república, *dotados de patriotismo, de espírito público*, condições indelévels para a construção do *novo Brasil*.<sup>572</sup>

<sup>571</sup> Ver *Estado do Paraíba*, Jornal, Paraíba, 12 de julho de 1890. In. PESSOA, Epitácio. (1965a, p. 72).

<sup>572</sup> Ainda em julho de 1890, o editorial do *Estado do Paraíba* se empenhou em rebater as críticas do *Diário da Manhã* ao enunciado da matéria do dia 12 daquele mês. Ocorre que naquele artigo endereçado *ao eleitorado parahubano*, o redator do *Estado* aconselhou “não comprometamos os nossos sufrágios com pessoas sobre cuja dedicação à causa republicana não possamos contar; aguardemos a indicação que tem de ser feita pelos amigos do governo. – Acautelamo-nos, nós eleitorado paraibano, contra os especuladores de votos”. A contestação do *Diário* veio da seguinte forma: “A lei eleitoral concedeu a todos os que tenham requisitos legais o direito de se apresentarem candidatos [...] Portanto, a doutrina do ESTADO [do Paraíba] está em contradição à má vontade da lei”. A crítica incomodou os redatores do *Estado do Paraíba*, posto ser uma afronta a imagem do governo e de seus representantes como dignos de respeito às leis e as instituições criadas pela república. A resposta se deu de pronto, subscrita pelo próprio Epitácio Pessoa: “perdoe-nos o ilustre colega, isto é uma conclusão ilógica. Não queremos tolher a ninguém o direito de se apresentar candidato, apenas pomos de sobreaviso o eleitorado paraibano contra os que não devem merecer os seus sufrágios”. Adverte, “pode-se apresentar candidatos todos quantos queiram; mas ninguém nos pode negar o direito de aconselhar ao povo que só confira o seu mandato aos merecedores desta confiança. Por outro lado, o eleitor é livre; mas temos a faculdade de lembrar-lhe que o seu

Circulando em julho de 1890, o artigo sustentava que era preciso confiar na chapa governista que naquele momento já era montada nos bastidores por Venâncio Neiva, João Neiva e Almeida Barreto, “os chefes reconhecidos da Parahyba”.<sup>573</sup> Por outro lado, pelas ruas da capital os rumores da composição da chapa governista geravam desconforto entre os adversários, acarretando uma enxurrada de boatos, críticas e acusações, principalmente em torno da forma como Venâncio Neiva queria “impor as candidaturas de seus irmãos”. Pelas páginas do *Estado*, Epitácio se encarregou de combater os boatos, afirmando que “nada ainda assentado existe sobre a chapa do Estado; mas quando se cogita das candidaturas do General Tude Neiva e do Coronel João Neiva ao Congresso Nacional, parece-nos que nenhuma outra, mais do que estas, merece os sufrágios do povo paraibano”.<sup>574</sup> Para ratificar o argumento, questionou os (e)leitores: “se os homens que fizeram a República não merecem ser deputados ao Congresso da República, quem merece?”. Seriam “aquêles que renegaram as suas crenças republicanas fascinadas pelos engodos da monarquia? Se os que arriscaram a cabeça para a implantação da República não têm jus a um assento no Congresso da República, quem o tem? [...] Responda o bom-senso do Povo Paraibano”.<sup>575</sup>

No início de agosto, as duas chapas que disputaram o pleito estavam devidamente montadas. De um lado, os ex-liberais não contemplados na administração de Venâncio organizaram-se em torno do seu antigo adversário conservador – o Barão do Abiaí – para compor a chapa oposicionista. Eram nomes de “considerável peso político-eleitoral como Irineo Ceciliano Joffily (eleito deputado Geral no último – e frustrado – pleito imperial), Felizardo Ferreira Leite (cuja família, há duas gerações, chefiava o Partido Liberal) e Aprígio Carlos Pessoa de Melo (de grande prestígio na área da cana-de-açúcar)”. A chapa recebeu ainda os nomes de “Anísio Salatiel Carneiro da Cunha (irmão do Barão de Abiaí)”, candidato ao Senado e famoso por ter passado dez legislaturas no Parlamento Imperial pelo Partido Conservador da Paraíba, dentre outros nomes de proa do partido, a exemplo de Manuel Tertuliano Meira Henriques (candidato ao Senado).<sup>576</sup>

---

patriotismo não permite que êle, por um voto irrefletido, vá criar embaraços à consolidação da Pátria”. Para finalizar, de maneira irônica lembrava que “*O DIÁRIO DA MANHÃ*, está aliás de acordo conosco. São dêle estas palavras: ‘Os eleitores somente devem delegar os seus poderes em pessoas de reconhecido mérito por sua ilustração, por seu patriotismo, por seu caráter’. E, pois, diga conosco: Acautelemo-nos, nós eleitorado paraibano, contra os especuladores de voto”. Conferir em PESSOA, Epitácio, (1965a, p. 73).

<sup>573</sup> Ver Anais do Senado. Discurso pronunciado pelo Senador Epitácio Pessoa em 17 de novembro de 1925.

<sup>574</sup> Ver PESSOA, Epitácio, (1965a, p. 74)

<sup>575</sup> A matéria rebatia a opinião da “Situação Política”, título de artigo veiculada no Jornal *Gazeta do Sertão* em 11 de julho de 1890, e que criticava as ações políticas de Venâncio em várias áreas da administração do Estado. (*Ibidem*).

<sup>576</sup> Manuel Tertuliano Meira Henriques era membro da segunda maior família que compunha o Partido Conservador na Paraíba. Além destes nomes compuseram a chapa “Apolônio Zenaide Peregrino de Albuquerque,

Já do lado governista, a chapa foi composta por “Almeida Barreto, João Neiva e Firmino Gomes da Silveira, candidatos a Senadores; e por Pedro Américo de Figueiredo, Epitácio Pessôa, Joaquim do Couto Cartaxo, João Batista de Sá Andrade e Joaquim da Silva Retumba, candidatos a deputados federais”. A primeira vista, além da forte presença da parentela e do arranjo oligárquico, a escolha e composição da chapa governista guardava certo simbolismo frente ao projeto de legitimação do governo, posto que os candidatos de Venâncio Neiva “não incluíam ex-detentores de cargos [políticos] no Império, nem representantes da base política do barão, do litoral açucareiro”.<sup>577</sup> Embora, por outro lado, a indicação do próprio irmão à senatória fez com que publicamente o nome de Venâncio Neiva estivesse associado à montagem da primeira oligarquia do Estado, fazendo com que o seu governo fosse denunciado como um “nefasto regimen” de continuidades.<sup>578</sup>

#### 4.2.1 Abriram-se os *humbræes da carreira política*: Epitácio Pessôa, deputado estadual.

A inserção do nome do “jovem e talentoso secretário geral” na chapa governista revela um episódio importante ao exercício de ajustamento da memória, realizado anos depois, da sua atuação parlamentar, pelo qual se sustentava o argumento de que Epitácio Pessôa havia sido alçado aos postos da política não por interferência da parentela, mas pelos seus méritos pessoais.<sup>579</sup> Segundo o próprio Epitácio, a chapa do governo foi montada nos bastidores e teve

---

João Cavalcanti Pessoa Lacerda e Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque (Ministro da Justiça e Agricultura durante o Império)”, candidatas às vagas da Câmara. Cf. Rodrigues (1989, p. 24).

<sup>577</sup> Para Lewin (1993, p. 209/10), as escolhas de Venâncio “para as cinco cadeiras de deputado federal pela Paraíba resultaram suas fortes conexões políticas com as zonas sertanejas da Paraíba e com os militares”. Entre os cinco candidatos, João da Silva Retumba foi o representante escolhido por seu irmão, João Soares Neiva. Além deste, compuseram a chapa “um advogado dissidente de Cajazeiras, Antônio Joaquim do Couto Cartaxo, que possuía uma descaroçadora de algodão no seu município natal no alto sertão; João Batista de Sá Andrade, um jovem médico republicano da família dominante de Souza, cujo pai fora um ilustre deputado provincial; o famoso pintor de Areia, Pedro Américo de (Figueiredo) Almeida [indicado por Almeida Barreto], parente longínquo de Venâncio (uma indicação em parte honorífica e em parte um símbolo de reconhecimento nativista aos antigos liberais de Areia)”; por fim, “Epitácio Pessoa, o jovem e talentoso secretário de governo de Venâncio, sobrinho da mulher de seu irmão”. Já para as vagas à senatória, Venâncio escolheu o próprio irmão, João José Soares Neiva, nomeado “para um mandato de seis anos” e o general Almeida Barreto, que passou a ocupar “a posição principal de chefe da delegação federal paraibana, que conferia o mandato de nove anos”. Por fim, para um mandato de três anos, a terceira vaga foi dada a “Silvino Gomes da Silveira, membro de uma família de prestígio da zona do Sertão do Cariri que fora contemporâneo de Venâncio como juiz imperial nos sertões da Paraíba”.

<sup>578</sup> Coelho Lisboa, em sessão no senado a 7 de maio de 1908, defende a sua posição em ter deixado o governo de Venâncio Neiva em 1890, por ser contra “a primeira oligarquia que se formou no Brasil: *a oligarquia dos Neiva na Parahyba do Norte*”. O argumento era solidário à postura de Aristides Lobo, contrária desde o primeiro momento a nomeação de Venâncio Neiva ao governo da Paraíba. Segundo Coelho Lisboa, Aristides chegou a lhe confidenciar por telegrama enviado meses depois da proclamação, afirmando que não tinha “confiança alguma no terreno de alluvião que se formou em torno da república”, referindo-se aos rumos e desfechos políticos que o regime tomava. Anais do Senado. Discurso pronunciado pelo Senador Coelho Lisboa em 7 de maio de 1908.

<sup>579</sup> Lewin (1993, p. 210), deixa subentendido, diante de seus propósitos, que a indicação de Epitácio Pessoa para compor a chapa como deputado foi mediada pela influência da sua parentela no Rio de Janeiro, que incluía o

o seu nome mantido em silêncio até certa noite, quando “o governador chamou-me ao palácio e me pediu que escrevesse para o órgão do partido [*Estado da Parahyba*] o artigo de apresentação dos candidatos, fazendo de cada um delles uma breve mais e incisiva apresentação. E deu-me a lista. Lançando os olhos sobre esta vi meu nome”.<sup>580</sup>

Aparentemente após ter ponderado a indicação do seu nome, Epitácio afirmou que o “governador conservou-se em silêncio por alguns instantes em seguida respondeu: ‘muito bem; mas como o assumpto é urgente, escreva desde já a parte do artigo relacionado aos outros candidatos e traga-me [...]’”. Atendendo ao pedido do Venâncio Neiva, o secretário retirou-se do palácio e telegrafou a João Neiva e Almeida Barreto para acertar os detalhes da imediata publicação do artigo. O artigo foi preparado e entregue para publicação, que ocorreu em 11 de agosto de 1890, incluindo o nome de Epitácio Pessoa. Assim descrita, poder-se-ia imaginar que a indicação do nome de Epitácio na chapa governista se deu como uma espécie de recompensa pelos serviços prestados ao Estado, como uma forma de ratificar a representação de que no pouco tempo auxiliando o governo, ele passou a ser visto como “um colaborador efficientíssimo e, mais do que isto, amigo sincero” de Venâncio Neiva, que, em troca, lhe abriu os “humbræes da carreira política”.<sup>581</sup> Fora do jogo retórico, o relato acerca da escolha dos candidatos do governo revela, de um lado, o envolvimento direto de Epitácio Pessoa no esforço de criar um imaginário político na Paraíba republicana através dos jornais; do outro, indica como o filho de Umbuzeiro acabou criando uma *imagem de si*, afeita a incorporação de certas imagens e símbolos características da cultura política republicana em formação naquele contexto.

#### 4.2.2 A apresentação *oficial* dos atores: A peça entra em cartaz.

---

barão de Lucena e o próprio irmão José Pessoa. Por outro lado, ao falar do “talentoso secretário geral”, a autora brasilianista reproduz certa imagem criada por Gabaglia Pessoa (1950, p. 55), qual seja, a de que a nomeação de Epitácio Pessoa também tenha se dado pela posição que conseguiu ocupar junto a Venâncio como “seu colaborador efficientíssimo e, mais do que isto, amigo sincero”.

<sup>580</sup> De acordo com o relato, Epitácio argumentou ao governador que “na Parahyba não havia partido republicano histórico; que no seu governo apenas começava, tateando entre os dous partidos monarchicos, se não hostis, pelo menos desconfiados retrahidos, e assim, mais razoável seria que a chapa fosse buscar, entre os homens mais dignos desses partidos e mais symphaticos à nova ordem de cousas, os elementos indispensáveis à aceitação e consolidação do regimen que se acabava de proclamar”. Apesar disso, consta que na manhã que o artigo veio a público, Epitácio Pessoa curioso por ver a indicação do nome que lhe substituiria o seu, ao ler o jornal confirmou que a lista não havia sido modificada e que “ao meu artigo outra pena juntara um tópico de referências ao meu nome”. Anais do Senado. Discurso pronunciado pelo Senador Epitácio Pessoa em 17 de novembro de 1925.

<sup>581</sup> Gabaglia (1951, p. 54). No discurso de 17 de novembro de 1925, legislando ao lado de Venâncio Neiva, Epitácio negou a influência do barão de Lucena na indicação do seu nome, indagando que se havia alguém que naquela ocasião lhe abriu “os humbræes da carreira política” foi “o nosso venerado colega, o sr. Senador Venâncio Neiva”.

No artigo solicitado por Venâncio Neiva, com o título de *Manifesto: os candidatos da Paraíba ao Congresso Nacional*, Epiácio Pessôa foi cuidadoso ao tecer a apresentação dos postulantes aos cargos de deputação federal e da senatória. No todo, primeiramente afirmou que eram eles “conterrâneos capazes de soerguerem o nosso Estado perante a representação do País, como os de paraibanos aptos, pelo seu patriotismo e encendrada dedicação à causa pública e peculiarmente aos interesses deste Estado”<sup>582</sup>, *legítimos amigos do governo, incapazes de embarçar a consolidação da república*. Aos olhos do redator, os candidatos compunham uma *nova geração* de parlamentares, eficientes e compromissados com a defesa dos interesses do Estado. A imagem criada tentava opor a geração parlamentar de 1890 com a que representou a Paraíba durante o período monárquico e que foi duramente criticada e alvo de denúncias na imprensa do Estado na década de 1880, caracterizada pela inoperância e submissão aos desígnios da política de S.M, o Imperador.

Referindo-se, aos dois militares candidatos ao senado, isto é, ao General Almeida Barreto e ao Tenente-Coronel João Soares Neiva – irmão de Venâncio Neiva –, Epiácio não deixou de lembrar que “os dois primeiros representam o bravo e glorioso exército que, esmagando nos dedos titânicos êste acúmulo de baixezas e vilipêndios que se chamou o govêrno monárquico, assentou em nossa história o marco miliário de uma era de grandeza e prosperidade”, designando “o nosso lugar no convício das nações libérrimas, atirando para longe o trono que nodoava a terra americana”. Sem esquecer do “Dr. Firmino Gomes da Silveira, o homem que tem feito um apostolado da sua missão de juiz, cuja toga inconsútil tem sido uma lição e um exemplo na carreira de magistrado”, e “representa a sua nobre classe até agora tão desprestigiada e a cuja inteireza, entretanto, estão confiados os mais sacrossantos direitos individuais”.<sup>583</sup> Soa irônico saber que as linhas acima foram escritas por Epiácio Pessôa que, tempos depois, tomaria os militares como seus inimigos declarados, travando contra eles verdadeira batalha política.

Quanto aos candidatos à deputação, escreveu o seguinte comentário: “O Dr. Pedro Américo de Figueiredo, um filho de que a Paraíba se deve orgulhar, porque é uma glória americana admirada na culta Europa”, representava “uma classe esquecida e desprezada, a dos

<sup>582</sup> Ver *Estado do Paraíba*, Jornal, Paraíba, 11 agosto de 1890. In. PESSOA, Epiácio, (1965a, p. 76).

<sup>583</sup> Cf. PESSOA, Epiácio (1965a, p. 75-77). Pedro Américo de Figueiredo, “o eminente pintor/brasileiro” chegou a circular mensagem pelas páginas da *Gazeta do Sertão* apresentando suas intenções em representar a Paraíba no Congresso Constituinte. Para ele, em carta enviada de Florença para o amigo Joffily e apresentando-se como “candidato a uma cadeira no glorioso areópago no qual tomará uma forma definitiva a confederação dos diversos estados brasileiros”, era preciso sair em defesa do “progresso moral e intelectual da Parahyba, manifestado pela imprensa”, fato que “deve pesar no animo dos futuros legisladores, de quem depende a liberdade de nossa Patria”. Cf. *Gazeta do Sertão*, Jornal, Campina Grande, 3 de janeiro de 1890.

artistas, que todavia há sido uma que maiormente tem concorrido para a glorificação dos povos civilizados”; o Dr. Antônio Joaquim do Couto Cartaxo, dispunha de “uma bela reputação feita neste Estado pela sua inteligência esclarecida, pelo seu caráter cristalino, pelo seu nunca destemido amor a esta terra”, já o “1º Tenente João da Silva Retumba, ainda um outro paraibano distinto, representa a nossa gloriosa Armada”, isto é, “a companheira inseparável do nosso Exército nas campanhas homéricas que temos pelejado em defesa da dignidade nacional”; e o Dr. João Batista de Sá Andrade era, “o moço de ideias republicanas”, cujos méritos não podiam negar-lhe de “ter um assento no primeiro Congresso da República, desta República a quem êle já havia dedicado tôda a sua atividade e valor moral”.<sup>584</sup>

#### 4.2.3 A mensagem do jovem candidato.

De modo geral, a apresentação dos sete candidatos apoiou-se em três virtudes cívicas: *o patriotismo, o caráter e o talento*. Esses eram valores representados como privilégios por excelência do domínio da República, justificando a exclusão na chapa de antigos representantes da *velha ordem*, que, segundo a mensagem circulada, mesmo alguns deles fazendo parte do governo, se mostravam incompatíveis para compor a representação política da Paraíba nos novos tempos.<sup>585</sup> Por fim, redigida pelo Dr. Firmino Gomes da Silveira, a apresentação de Epitácio não fugiu a essa marca. De acordo com o manifesto, “o nome do Dr. Epitácio da Silva Pessoa fecha com chave de ouro a lista dos candidatos à representação paraibana. Talento superior, espírito grandemente cultivado, caráter adamantino, orador distinto, o simpático môço paraibano representa a classe dos funcionários públicos, a que pertence e que abrilhanta”. Assim, “a inclusão do seu nome na chapa dos que devem representar o Estado da Paraíba no Congresso Nacional, dêsse nome laureado desde os bancos acadêmicos, onde era o nosso orgulho, é o reconhecimento público de seu inextinguível merecimento ao mesmo tempo uma homenagem àquela nobre classe de Servidores da Pátria”.<sup>586</sup>

O próprio Epitácio reafirmou essas características dias depois em um manifesto político e pessoal que, intitulado “Ao Eleitorado Paraibano”, foi lançado na Paraíba em 27 de agosto. Nele, o candidato afirmava:

---

<sup>584</sup> *Ibidem*.

<sup>585</sup> *Ibidem*.

<sup>586</sup> No manifesto que circulou no Jornal *Estado da Paraíba* em 11 de agosto de 1890, a apresentação de Epitácio Pessoa foi redigida pelo Dr. Silvino Gomes da Silveira, conforme nota manuscrita do autor, à margem do recorte de Jornal que nos serviu de original.

Aspiro a honra de ser deputado por êste Estado ao futuro Congresso Nacional. Não tenho títulos de família nem de vida política que me recomendem (se na época atual isto pode ser uma recomendação) perante os eleitores dêste Estado; mas por isto mesmo não tenho laços que tolham o livre exercício de minha atividade em prol dos interesses da minha Pátria nem compromisso que arremessam o meu esforço na defesa das ideias ou reformas que julgue mais consoantes à constituição liberal e definitiva da República. Se ao corpo eleitoral do Estado da Paraíba não posso desde já oferecer garantias do cabal desempenho de seu honroso mandato, caso me seja conferido, posso contudo dar-lhe a certeza de que meu ânimo jamais se entibiará no empenho de tornar-me digno dele.

Escuso-me de detalhar aqui um programa, de expor uma série de reformas sobre as quais faça incidir de preferência a minha atenção: julgo precipitada uma especialização que circunstâncias ulteriores podem modificar, ampliando e restringindo, com detrimento, nesse último caso, da sinceridade que sempre procuro pautar as minhas palavras e os meus atos.

O meu programa resume-se em duas palavras: Lutar, na medida de minhas forças, pelo engrandecimento de meu país e especialmente dêste Estado.

É animado dêste desejo sincero de ser útil à minha Pátria que solicito os sufrágios dos dos meus concidadãos.<sup>587</sup>

A primeira vista, a mensagem do manifesto investe no item *elegibilidade*, conceito que surgiu com a própria ideia de República, ligado aos preceitos da cidadania, e que passava a ser tomada como “o boletim do povo, regulando e resolvendo a conduta governamental”.<sup>588</sup> Desse modo, a mensagem assumia um caráter dramático, notando-se o seu esforço de negar a influência da parentela e de apontar para os méritos da qualificação intelectual como um quesito que o tornava digno de representar a Paraíba na Câmara Federal.<sup>589</sup> Com isso, o candidato opunha-se ao espírito apático dos parlamentares do *Antigo Regime*, mostrando-se como um tipo de *congressista ideal*, destituído de vícios e interesses particulares. O apelo dramático pretendeu reforçar no eleitorado certa *expectativa de mudanças futuras*, investindo no *tempo da espera* a partir de uma reserva de imagens dispostas no imaginário social e político paraibano e que apontavam para um fim a ser alcançado, qual seja, o momento em que a Paraíba seria efetivamente representada em seus interesses junto ao governo central.<sup>590</sup>

<sup>587</sup> Cf. PESSOA, Epitácio, (1965, p. 84).

<sup>588</sup> Cf. Flores (2016, p. 50).

<sup>589</sup> Apesar do esforço em negar a parentela como responsável por sua entrada na política, os críticos de Epitácio sempre lhe faziam questão de ventilar tal vínculo. Esse foi o caso do senador pernambucano Francisco de Assis Rosa e Silva, vice-presidente da República (1898-1902) no governo Campos Sales, que tornou-se amigo pessoal de Epitácio – foi seu padrinho de casamento – até 1890, ano em que romperam as relações. Rosa e Silva acusava-o diretamente de ter entrado na política por favores. Epitácio rebateu as acusações em veemente discurso no discurso de 24 de outubro de 1925. Sobre isso, ver, Gabaglia Pessoa, Tomo II (1951, p. 728).

<sup>590</sup> Segundo Girardet (1987, p. 72), o processo de heroificação inscrito no imaginário a partir da imagem do salvador, apresenta-se organizado em uma dimensão cronológica variável que pode vir à tona “em vários períodos sucessivos, sensivelmente diferentes uns dos outros por sua tonalidade afetiva”. Para este autor, há o *tempo da espera e do apelo*, aquele em que se forma e se difunde a imagem do salvador desejado”. Há, sucessivamente o *tempo da presença*, “do salvador enfim surgido, aquele, sem dúvida, em que o curso da história está prestes a se realizar, mas aquele também em que a parte de manipulação voluntária recai com maior peso no processo de elaboração mítica”. Por fim, há o *tempo da lembrança*, “aquele em que a figura do salvador, lançada de novo no passado, vai modificar-se ao capricho dos jogos ambíguos da memória, de seus mecanismos seletivos, de seus rechaços e de suas ampliações”.

Nessa representação, Epiácio Pessôa começava a vestir os trajes republicanos, se apresentando publicamente como estando em sintonia com as ideais políticas disponíveis em seu tempo e com isso associava a sua imagem à esperança de que dias melhores para o Estado estavam por vir. Essa ideia era reforçada na medida em que Epiácio foi expondo a sua visão de que a República trouxe esperança aos paraibanos, tendo sido aceita “como a tábua salvadora para um povo já descrente com a política imperial”, compreensão apoiada na imagem de que a mudança de regime representaria a possibilidade de refundação da vida nacional, isto é, da realização da vida no interior dos Estados federados.<sup>591</sup> O simbolismo da mensagem estava, portanto, no convite lançado ao eleitorado paraibano para sonhar com *o engrandecimento do Estado a partir dos desígnios da república e da sua energia e ação parlamentar*.

#### 4.2.4 A disputa pela imprensa: o jogo retórico dos atores.

A campanha foi acirrada, mediada pelos órgãos de imprensa até o dia do pleito. De acordo com Celso Mariz, “a separação entre Venâncio e Abiaí era radical, e violentíssima as discussões do ‘Jornal da Paraíba’ com o ‘Estado da Paraíba’”.<sup>592</sup> A princípio, o equilíbrio de forças tendeu a mostrar-se desfavorável para o lado situacionista, que teve que travar a sua luta combatendo dois jornais, o *Jornal da Paraíba* e o *Gazeta do Sertão*, especialmente quando Joffily resolveu deixar a sua gazeta a serviço da chapa oposicionista. Com posições declaradas publicamente, os jornais funcionaram como autênticos *libelos acusatórios*, usando de difamação e intrigas, expedientes a que recorreram sem reservas e com frequência até o dia do pleito.<sup>593</sup> Além de juntarem os dois jornais, Abiaí e Joffily chegaram a fundar “o Partido Católico que teve vida curta, com o propósito de vencer as eleições de setembro de 1890”.<sup>594</sup>

<sup>591</sup> De acordo com a visão de Epiácio Pessôa (1965a, p. 106), exposta em artigo publicado no *Jornal do Comércio* em 28 de junho de 1891 para justificar a crença depositada pelos paraibanos na República, a política imperial “naquela província [Parahyba] levava a sua corrupção ao excesso, degradando-se até na cessão imoral de distritos eleitorais a indivíduos estranhos e desconhecidos”, transações vistas como *ignóbeis*.

<sup>592</sup> Cf. Mariz (1994, p. 180).

<sup>593</sup> O expediente *libelista* foi denunciado por Epiácio Pessôa em artigo publicado no *Jornal Estado da Paraíba* e intitulado “A oposição”. Nele, o redator recorre ao exemplo de como funcionavam as eleições durante a monarquia. Segundo ele, “era vêzo antigo, elemento vital de tôdas as oposições políticas no tempo da monarquia, acoimar o Governo de violento ou fraudulento dos pleitos eleitorais. Se a oposição sentia-se fraca, procurava justificar esta fraqueza perante a opinião pública a preço mesmo da difamação indigna, da mentira impudente e acusava o Governo de intervenção no processo eleitoral”. A república, na visão do redator, veio para pôr fim a essas práticas que tornavam os pleitos desequilibrados entre aqueles que detinha sobretudo, o poder da imprensa parcial. No jogo retórico criado pelo redator, pasmava ver que à oposição, arregimentados em torno da propaganda veiculada pelos Jornais *Gazeta do Sertão* e *Jornal da Paraíba*, recorriam a antigas práticas e acusavam seus editoriais de “enveredarem pela mesma trilha das oposições infundadas, das inverdades flagrantes, das insinuações capciosas, sacrificando em holocausto aos seus interesses políticos o respeito que o homem de bem deve à verdade e à sua dignidade pessoal”. Conferir PESSOA, Epiácio, (1965a, p. 78).

<sup>594</sup> Cf. Lewin (1993, p. 209).



A manobra de Abiaí de criar o partido indica não apenas a predisposição do velho barão de reafirmar suas posições de monarquista com a retomada do tema que envolvia a separação entre Estado e Igreja, mas a adoção de uma estratégia para tentar combater a chapa governista em meio a um eleitorado eminentemente católico. Evidência disso é que naquele contexto circularam na Paraíba boatos de que o bispado estava recomendando que o *clero paraibano* votasse em uma *Chapa Católica*, composta tanto pelos amigos do governo quanto por partidários de Abiaí.<sup>595</sup> Os boatos tinham o claro objetivo de contrariar o eleitorado, posto que os jornais já haviam lançado os manifestos contendo os nomes dos candidatos dos dois grupos políticos que disputavam aquela eleição. A reação do governo foi imediata, tentando desqualificar os boatos.

O *Estado* bancou desacreditar a existência de uma chapa “recomendada pelo governador do Bispado”, sobretudo por não acreditar que “o ilustre governador do bispado de Pernambuco [...] deixasse de lado a sua missão espiritual para envolver-se em lutas políticas contra o governo da República [...]”, se assim o fizesse era para defender os interesses eclesiásticos em “contraposição aos interesses do Estado”, leia-se, do cidadão.<sup>596</sup> Em outra frente, as páginas do *Estado* denunciaram a associação da suposta chapa católica ao *sentimento de restauração monárquica*, posto que o *Jornal da Parahyba*, principal órgão divulgador da chapa, revelava-se monarquista. Na visão do articulista, o *Jornal monarquista* procurava “lançar entre os incautos a semente da reação contra a República para bem servir as suas convicções monárquicas”.<sup>597</sup>

---

<sup>595</sup> No artigo, o redator afirmou que “consta-nos que pelo centro deste Estado corre uma chapa impressa que se intitulou católica e se diz recomendada pelo governador do bispado. Esta chapa compõe-se dos seguintes nomes: Para Senadores – General Almeida Barreto, Coronel João Neiva e Dr. Irineu Joffily; para deputados – drs. Pedro Américo, João Tavares Couto Cartaxo, Aprígio Carlos e Anísio [Anísio Salatiel Carneiro da Cunha]”.

<sup>596</sup> *Ibidem*. O artigo aponta ainda que caso fosse verdade a recomendação da Chapa Católica, isso “parecia completamente claro: se o Estado atentou contra os direitos da Igreja Católica [referindo-se a separação da Igreja do Estado] e esta precisa de advogados que no Congresso Nacional defendam as suas liberdades conculcadas”.

<sup>597</sup> Outro exemplo do *expediente libeslita* dos artigos pode ser extraído da matéria “A posição do ‘Jornal’”, veiculado pelo *Estado da Paraíba* dias antes do pleito, em que o redator julgou ter *descoberto a orientação política* do editorial do *Jornal da Parahyba*: “É monarquista o JORNAL!” De fato, depois de haver apresentado aos olhos do público a confederação argentina como o protótipo das repúblicas americanas e depois de haver historiado a sua última e sanguinolenta revolução, exclama aceso em sebastianista ardor: ‘Eis o fruto amargo de uma República tão solidamente construída e que era o tipo, o farol que iluminava as vistas agudas de Quintino Bocaiúva’. Para o redator da matéria, por “êste modo procura o *JORNAL* lançar entre os incautos a semente da reação contra a República para bem servir suas convicções monarquistas”. Ver, PESSOA, Epitácio, (1965a, p. 85). Cabe registrar que os boatos em torno da conspiração dos monarquistas para retomada do governo foi um expediente constante nos debates políticos pós proclamação. Sobre isso, o Barão de Lucena trocou correspondência com Epitácio em março de 1900, como alguém que conhecia “a fundo essa gente [monarquistas] e sei do que ella é capaz”. Segundo o mesmo barão, confiante na veracidade dos boatos, “os monarquistas conspiram desde Deodoro.” Cf. Do Barão de Lucena à Epitácio Pessôa, Rio, 14 de março de 1900, disponível em IHGB, AEP – correspondentes.

No conjunto de artigos, Epiácio Pessôa não esqueceu de lembrar o jogo de aparências com que os seus adversários posavam ocasionalmente para atender a determinados interesses, figurando, em sua palavras, como *camaleões políticos*.<sup>598</sup> O argumento serviu para desprestigiar um dos nomes pleiteáveis da chapa católica, qual seja, o “Dr. Irineu [Joffily], ora republicano, ora monarquista, ora nem uma coisa nem outra, ora ateu ora católico, conforme a direção em que sopra o vento de seus interesses pessoais”. Para tanto, o articulista lembrou aos (e)leitores que o Dr. Irineu, candidato à vaga para senador na suposta “Chapa Católica”, há muito “movia renhida campanha de difamação contra um de seus membros mais conspícuos [Abiaí] e pregava nas colunas de sua *Gazeta* as doutrinas mais subversivas da religião de Cristo”. Era, para o redator, um *adesista* de última hora, capitaneado à causa opositora por sentir-se fora do jogo político situacionista, onde *estivera sempre na sombra*.<sup>599</sup>

A denúncia em torno da pele camaleônica dos personagens políticos da Paraíba republicana fazia parte da dramaturgia política criada por Epiácio Pessôa pelas páginas do *Estado*, velando possíveis visões contrárias que se diziam “Por Ahi” no mesmo período. Ocorre que, para certo articulista da *Gazeta da Parahyba*, essa era uma prática recorrente dos políticos paraibanos da época, isto é, se “por ahi” afirmar que “a Parahyba já não é província, mas Estado; os parahybanos são todos republicanos hoje, transformação que expõem com a mesma felicidade com que amanhã serão monarchistas se qualquer um dos netos do Sr. D. Pedro de Alcântara restaurar o governo de direito divino e da unanime aclamação dos povos”. Segundo a crítica, tais personagens davam *vivas a quem vence, seguindo as orientações de seus princípios pessoais*.<sup>600</sup> A personalidade camaleônica, de que fala Epiácio Pessôa, era uma característica da política das aparências, do teatro em que se envolviam os personagens ávidos por lugar e poder na Paraíba republicana.

Apesar do esforço da oposição, o resultado das urnas foi completamente favorável a Venâncio Neiva, que enviou uma representação unânime ao Congresso Constituinte

<sup>598</sup> A imagem é atribuída por Epiácio Pessôa a Irineu Joffily em artigo publicado no *Jornal do Comércio* em 28 de junho de 1981. Para ele, Irineu que naquele contexto havia ingressado como articulista crítico do governo de Venâncio publicando artigos no *Jornal do Brasil*, era um “camaleão político que dantes [antes das eleições de 15 de setembro] fazia do seu ateísmo e cobria de apodos e calúnias o Barão do Abiaí, pôr-se a serviço deste e do partido católico para dar combate à chapa republicana”. Ver, PESSOA, Epiácio, (1965a, p. 107).

<sup>599</sup> Conferir PESSOA, Epiácio, (1965a, p. 78). A indisposição com Irineu Joffily estendeu-se ao longo de 1891 quando os dois passaram a trocar acusações pelas páginas do *Jornal do Comércio* – onde Epiácio assinava como um verdadeiro paraibano – e Joffily pelo *Jornal do Brasil*. No caso do primeiro, o centro dos artigos era a defesa do governo atacado por Joffily que se aliara à crítica de Coelho Lisboa. Cf. Joffily (1982, p. 149-163).

<sup>600</sup> “Por Ai...” era uma coluna que circulou no jornal *Gazeta da Parahyba* em 1889 em que o redator satirizava os principais fatos e acontecimentos ocorridos na Paraíba e no Brasil. Na edição de 24 de novembro de 1889, por exemplo, a sátira girou em torno das supostas transformações políticas na Paraíba trazidas pela República, destacando-se a movimentação *adesista* dos paraibanos em defesa do novo regime recém instaurado.

Nacional.<sup>601</sup> Para a Câmara dos Deputados, “o opositorista mais votado, Apolônio Zenaide, obteve 2.730 votos contra 9.975 alcançados por Epitácio Pessoa, o governista de maior sucesso eleitoral.”<sup>602</sup> Para Lewin, o sucesso eleitoral da chapa governista se deu “pela rede política superior de Venâncio [que refletia a estratégia de conciliação com os chefes políticos do interior] e pelo dramático apelo por votos que em fez às vésperas da eleição”.<sup>603</sup> No caso de Epitácio Pessoa, não restam dúvidas de que a sua vitória também se deu pela atuação nos jornais, envolvendo uma forte disposição de ajustar e negociar uma (re)apresentação de si junto à situação política dominante, expediente que continuou a ganhar espessura ao longo da primeira metade da década de 1890.

É importante destacar, na esteira de uma série de estudos que vêm revisitando a história das eleições no Brasil da Primeira República, que a leitura sobre o grau de competição entre os grupos políticos da Paraíba durante eleição de 1890 e, como veremos, na eleição de 1915 parecem extrapolar a recorrência às famosas práticas características do processo eleitoral no período, tais como “a fraude eleitoral de toda ordem – a cabala [negociações secretas, intrigas], o cacetismo, a degola, dentre outras distorções –” caracterizando o processo eleitoral.<sup>604</sup> A recorrência a criação de epítetos, a produção de *notícias libelistas*, a preparação dos manifestos e inscrições das aparentes qualidades públicas dos candidatos, a produção de panfletos, frontispícios, bem como as aparições públicas em ocasiões diversas parecem revelar aspectos de um grau de competitividade tão importante quanto a existência do “cabresto, curral e peia”,

---

<sup>601</sup> Para aquele pleito, o sistema eleitoral adotado era o de lista simples, isto é, a chapa que “obtivesse cinquenta e um por cento dos votos elegia toda a representação”. Sobre isso ver Albuquerque Mello (1982, p. 12).

<sup>602</sup> Mariz, (1980, p. 296).

<sup>603</sup> Entre os atos dramáticos de Venâncio, destaca-se o rompimento definitivo com o barão em um jantar de gala promovido na capital para comemorar o lançamento da chapa governista. No jantar, conta Lewin (1993, p. 211), que Venâncio teve uma hostil troca de palavras com o barão, fato que levou Abiaí a retirar-se do salão. Venâncio, por sua vez, “aproveitou a ocasião para comunicar aos convidados que não teria mais nada a ver com o muito ofendido barão”, fato que levou muitos indecisos a escolherem um dos lados na disputa que se avizinhava. Sobre o mesmo episódio, ver Mariz (1980, p. 292-293). Ainda sobre o sucesso de Venâncio Neiva nas eleições de 1891, ver Apolônio Nóbrega (1950, p. 48). Cabe mencionar que após o pleito de 1890, a vitória de Venâncio forçou a retirada de Abiaí do cenário político paraibano. O velho barão embarcou “para o Rio de Janeiro inviabilizando qualquer possibilidade de um ressurgimento monárquico”. A sua morte “em 1892, removeu o mais forte defensor do anti-republicanismo na Paraíba”. (LEWIN, 1993, p. 209). Abiaí morreu a bordo do vapor “Olinda” em 1892, próximo ao Cabo de Santo Agostinho em Pernambuco, fazendo um trajeto que o trazia de volta à Paraíba após a deposição de Venâncio no governo de Floriano Peixoto. A chegada de Álvaro Machado ao governo por indicação de Venâncio foi comemorada por Abiaí, que certamente via no novo governador a chance de reaproximar-se da política da Paraíba. Sobre a morte do Barão, conferir Nobrega (1950, p. 49).

<sup>604</sup> “Cabresto, curral e peia: a história do voto na Parahyba até 1930” é o título da obra de Renato César Carneiro (2009, p.17-18) que analisou os “fatos políticos e de dados eleitorais sobre o regime representativo na Parahyba, desde a sua fundação, em 1895, até a primeira república, também conhecida como república velha”. Segundo o autor, nessa última temporalidade o processo eleitoral do Estado foi “marcado pelo surgimento das primeiras oligarquias – os Neiva, os Lucena, os Machado, os Pessoa –, mas completamente atreladas ao fenômeno do coronelismo, alimentadas pela política dos governadores” onde imperou a recorrência a fraude eleitoral. Sinais significativos desses mecanismos aparecem nos estudos sobre a relação entre política e parentela na Paraíba, já citados.

sobretudo por envolver aspectos do imaginário, do campo das representações, dos comportamentos e encenações políticas.

Sobre isso, cabe lembrar que a mobilização dos atores políticos, como verificado no caso de Eptácio Pessoa, demonstra já naquele momento uma preocupação com o princípio da elegibilidade. Em tese, esse comportamento estava associado ao sistema político adotado na Primeira República, baseado no federalismo que “permitia a rotação dos partidos no poder. Daí a possibilidade de se manter um certo grau de competição política de alto a baixo no sistema.”<sup>605</sup>

#### 4.3 A IMAGEM DOS HERÓIS: OS CONVIVAS DA FESTA REPUBLICANA.

Apesar do triunfo eleitoral, não estava finda a tarefa do Governo paraibano para consolidar o *novo regime*. Do lado da oposição, as páginas do *Jornal da Paraíba* continuavam fazendo uma forte propaganda anti-governista. Para a situação vitoriosa, a *raivosa oposição*, “acostumada a fazer as eleições por todos os meios detestáveis que sugere a mentira, a fraude, a corrupção e a violência”, não se continha em “ver uma eleição por si só bastante para dignificar uma administração inteira”, e que acabava “de rechaçar os inimigos da república”.<sup>606</sup> Não foram poucas as vezes em que o *Estado do Paraíba* volveu o seu editorial para defender os eleitos de 1890, valorizando as suas qualidades cívicas como legítimos republicanos.<sup>607</sup> Para reforçar o argumento, cabe mencionar que o jornal *Estado do Parahyba* criou, em 1891, a seção *Educação Cívica* em que expunha as qualidades e características de uma sociedade pautada na moral e nos bons costumes, afirmando que os exemplos deviam partir dos *poderosos*. Projetando uma hierarquia dos gestos que promoviam a moral e os bons costumes, “o exemplo dos poderosos tem uma força considerável”, um exemplo a ser seguido por todos, uma vez que “a sua vida, exposta a todos os olhares entende-se que seja mais irrepreensível ainda que as dos simples homens”.<sup>608</sup>

---

<sup>605</sup> Ver estudo de Carvalho (2001 p. 55) sobre “a invenção da participação eleitoral no Brasil, 1821-1930” e sua reflexão sobre a participação eleitoral no Brasil, bem como referência ao grau de disputas eleitorais existentes no período da Primeira República. Partindo do conceito de “cultura política”, o estudo de Vera Lúcia Borgéa Borges (2011) é um bom trabalho que explora o processo eleitoral de 1910 disputado entre Rui Barbosa e Hermes da Fonseca através da imprensa.

<sup>606</sup> Ver Matéria de 27 de setembro intitulada “Os desvarios do ‘Jornal’”, em que o *Estado do Paraíba* rebate as críticas do *Jornal da Paraíba* que questionavam o resultado das eleições. Cf. PESSOA, Eptácio. (1965a, p. 90).

<sup>607</sup> Conferir matéria intitulada “Impudência”, veiculada pelo *Estado do Paraíba s/d*. Para o redator da matéria, o expediente do *Jornal da Parahyba* havia chegado a um “período psicológico da prostituição moral” com matérias assinadas por seu redator chefe, Paulo de Lacerda e chanceladas pelo Barão de Abiaí. Cf. PESSOA, Eptácio, (1965, p. 91/92).

<sup>608</sup> Conferir *Estado do Parahyba*, Jornal, Parahyba, 4 de abril de 1891.

Para os redatores da secção, “o homem de Estado” não “governará só para o hoje (*au jour le jour*), contentando-se em resolver bem ou mal as dificuldades do momento e, em manter-se no poder, como o partido que representa, pelo maior tempo possível”. No exercício do poder “sua vista se esforçará por abranger o vasto horizonte porvir, por adivinhar, para prevenir os perigos ainda distantes; saberá, do mesmo modo, semear os germens de prosperidade e de grandeza cujos fructos serão produzidos senão mais tarde”.<sup>609</sup> De acordo com a matéria, o “Homem de Estado” evocava as benesses de um poder contínuo, na convocação de um futuro imaginado em que as sementes plantadas no presente se transformariam em vantagens para o povo, leia-se, para os paraibanos. Para eles, as luzes da cena vislumbrada no futuro iluminavam a crença nas forças das ações dos homens do presente, dotados de condições morais e cívicas para guiar o Estado rumo à estação progresso. Indícios de como se tentava dar forma a um imaginário político e social na Paraíba do período, investindo na formação de cidadãos aptos a se reconhecerem no exemplo trazido pelos governantes, aparentemente envolvidos pelos ideais da República.

Os esforços do *Estado da Paraíba* nesse contexto foram no sentido de montar uma *mitologia política*, identificando os heróis paraibanos da República. Além da folha oficial do governo, outro exemplo desse expediente pode ser extraído de um opúsculo comemorativo que circulou na Paraíba em maio de 1891 no jornal *O Pelicano*.<sup>610</sup> Em conjunto, a edição foi dedicada aos eleitos da Paraíba em setembro de 1890, com especial destaque ao senador eleito José de Almeida Barreto.<sup>611</sup> Além dos artigos que perfizeram o conteúdo jornalístico daquela

---

<sup>609</sup> Ver *Estado do Parahyba*, Jornal, Parahyba, 8 de abril de 1891. Para os redatores da edição de 10 de abril, *A educação Cívica* desempenhava um papel chave “no estado actual das crenças e dos costumes, sob um regimen que dá direito ao número, instruir é bom, moralizar é melhor; si um é útil, o outro é necessário”. Nesse aspecto residia o simbolismo da secção dedicada à *Educação Cívica*, pois, competia ao estado “formar homens, no sentido mais bello do termo, preparar a pátria verdadeiros cidadãos, eis que o derradeiro fim da sciência política, é o da educação”. *Estado da Parahyba*, Jornal, Parahyba, 10 de abril de 1891.

<sup>610</sup> O Jornal *O Pelicano* surgiu na Paraíba por volta de 1885. Era de propriedade de Jayme e Seixas & Cia. proprietário da loja *O Pelicano*. A loja *O Pelicano*, situada na Rua Conde d’Eu, nº 30, era conhecida pela diversidade de produtos que vendia, muitos deles, importados do estrangeiro. O jornal era noticioso, mas apresentava-se como um verdadeiro instrumento de propaganda para divulgar as *novidades* que Jayme dispunha em sua loja. Jayme era amigo pessoal de Epiácio Pessoa, muito provavelmente um dos frequentadores da loja *O Pelicano*. Para Epiácio, Jayme era um homem de visão comercial ampla que, na Paraíba, havia se empenhado em estudar e compreender a “genitrix da civilização humana – o comércio.” Dada a aproximação com Epiácio, Jayme e a loja *O Pelicano* tiveram um espaço na sessão de anúncios do jornal *Estado do Parahyba* entre os anos de 1891 e 1892. Cf. PESSOA, Epiácio, (1965, p. 94). Sobre o comércio da Rua conde d’Eu (atual Maciel Pinheiro), ver Aguiar (1999, p. 265). Ver ainda Aguiar (Idem, p. 273) sobre os artigos vendidos na loja o Pelicano extraídos de *O Publicador*, Jornal, Paraíba, 4 de junho de 1894.

<sup>611</sup> A edição comemorativa do Jornal *O Pelicano* circulou logo após o memorável retorno de Almeida Barreto a sua pequenina Paraíba em abril de 1891, “dotado dos louros adquiridos com os eventos da Proclamação da República.” Meses depois, de volta ao Rio de Janeiro, Barreto se encarregou de organizar, juntamente com o seu “amigo e admirador”, Júlio Cezar Leal a “Biographia do General de Armas José de Almeida Barreto”, obra publicada em julho de 1891 na Capital Federal. Segundo Manuel Cavalcanti Pereira de Melo, autor do prefácio daquela edição de 1891, a obra justificava-se pelo fato de ter sido Barreto o grande responsável por colocar “o

edição, o frontispício que ilustrou a capa do jornal (imagem abaixo), assinado por G. Andrade, é um bom exemplo do expediente lírico em curso. Veja-se a imagem:



**Litogravura 02** – Primeira página do Jornal *O Pelicano* de 20 de maio de 1891.

Nas palavras do artista, o cenário montado no frontispício reproduz um palco, uma forma de tributo ao busto respeitável do general “que terá no coração de cada parahybano um

---

Parahyba, pequeno e esquecido Estado do Norte”, no “lugar na história pátria por ter sido o berço do legendário Almeida Barreto”. Diante disso, “embora todo mundo já saiba quem é o general José de Almeida Barreto, o Parahyba precisa dizer que é um seu filho, que levanto-o do abatimento e fê-lo conhecido e que d’ele espera tudo quanto lhe possa merecer”. Cf. Leal (1891, p. 10). Para composição da biografia em tela, além do testemunho do próprio General Barreto que narrou partes de sua história ao biógrafo e amigo, o autor usou de várias matérias de jornais, incluindo o *Estado do Parahyba* e o *Pelicano* que cobriram de maneira entusiasmada o retorno de Barreto a seu Estado natal. Sobre o retorno de Almeida Barreto ao Estado da Parahyba, conferir edição especial de o *Estado do Parahyba*, jornal, Parahyba, 3 de abril de 1891.

altar”.<sup>612</sup> Uma representação criada para fazer reconhecer a posição de Barreto, um personagem que apesar de ter nascido na província da Parahyba em 1830 – cidade de Souza, no sertão – “poucas pessoas sabiam que o bravo general Almeida Barreto fosse filho desta terra [...] onde primeiramente vio a luz do dia”.<sup>613</sup> Para tanto, como um objeto de culto, Almeida Barreto foi representado ao lado de várias alegorias clássicas que permeavam o imaginário republicano no Brasil de fins do século XIX. A primeira dessas alegorias é a própria representação da república como uma mulher.<sup>614</sup> Trata-se de uma recriação da república apropriada no estilo clássico, bem parecida com aquela criada por Ângelo Agostini na *Revista Ilustrada* de 9 de junho de 1888 e reproduzida por Pereira Neto em várias edições da mesma revista ao longo de 1889. Era a Atena guerreira, vestida à moda romana, em pé, descalça, portando o *barrete frígio* na cabeça e no peito a medusa como medalhão. Lendo o frontispício sob a ótica da simbologia republicana, a alegoria feminina aparece segurando uma bandeira multicolor, provavelmente em verde, amarelo azul e branco, cujo tecido envolve grande parte do braço direito.

A bandeira, em face de construção pelos ideólogos da república no Rio de Janeiro, apresenta um círculo com estrelas e estampa no centro a divisa *Ordem e Progresso*. Enquanto isso, a mão esquerda abre o reposteiro, descortinando a imagem do herói paraibano que aparece arvorado em uniforme “do bravo e glorioso” exército brasileiro.<sup>615</sup> A espada do General, posta à frente como um grande *talismã*,<sup>616</sup> foi envolvida de louros e flores, representando os esforços de uma vida de lutas, sendo as últimas travadas contra os *dedos tirânicos da monarquia*.<sup>617</sup> A vitória contra a tirania, indicava a quem, naquele momento, competia o controle do curso da

<sup>612</sup> Ver considerações de G. Andrade. *O Pelicano*, Jornal, Parahyba, 20 de maio de 1891. p. 3.

<sup>613</sup> Conferir edição de 13 de junho de 1890 do jornal *Gazeta do Sertão*, sobre a “Situação Política” [na Parahyba], e as críticas ao governo de Venâncio Neiva, denunciando o que chamaram de *triumvirato militar* no comando político da Paraíba, referindo-se a Almeida Barreto e aos irmãos João José e Tude José Soares Neiva – irmãos do então governador. Conferir *Gazeta do Sertão*, Jornal, Campina Grande, 13 de junho de 1890. Sobre a personificação da imagem heroica de Almeida Barreto na Paraíba ver, GOMES, Jordan Q. (2017, p. 337-361).

<sup>614</sup> Sobre a apropriação da imagem da república mulher no Brasil, ver Carvalho (1990, p. 78/9).

<sup>615</sup> Ainda no início de 1889 a imagem da república feminina circulava pela Paraíba estampada em frontispícios do jornal *Verdade*. Sobre isso, a edição comemorativa de 8 de maio de 1888 é ilustrativa. Assinado por G. Andrade, o desenho foi usado para ilustrar a capa da edição em que os areienses comemoravam o primeiro aniversário da *Areia Livre*, em uma referência à libertação dos escravos que na cidade paraibana foi assinada 10 dias antes da promulgação da lei Aurea, isto é, em 3 de maio de 1888. Cf. *Verdade*, jornal, Areia, 8 de maio de 1888. Sobre a libertação dos escravos na Paraíba, conferir Leal (1954, p. 313).

<sup>616</sup> Costa (1999, p. 403) capta a imagem de como entre os republicanos, e mesmo entre os críticos do regime, quando se tratava de defender os interesses privados e os privilégios das classes dominantes, muitos recorriam as portas dos quartéis onde os militares eram vistos como verdadeiros “salvadores do momento que transformam a espada em talismã”.

<sup>617</sup> Na matéria – interior do jornal, nas páginas 2 e 3 – Almeida Barreto foi representado como um “preclaro cidadão, em cuja frente gloriosa se divisa a tríplice aureola do valor, patriotismo e virtudes cívicas. Almeida Barreto é com justa razão o ídolo deste povo que elle estremece. Ele é para o povo mais que um ídolo. Elle é a sua esperança: é o anjo exterminador dos férreos laços com que cincoenta annos de maos governos, haviam detido o progresso de sua pátria”. Era, para os redatores de *O Pelicano* “um dos maiores vultos dos tempos atuais”.

história. Acima do palco, em uma plataforma ornada, *O Pelicano* de asas abertas saúda o grande general e os seus filhos. Essa última alegoria traduz um esforço dramático do artista em representar a Paraíba adulta e as novas gerações a serem educadas sob o signo dos valores e símbolos da República.

#### 4.3.1 O ajustamento da imagem de Epitácio Pessoa em meio aos *heróis da Paraíba na República*.

Assim representada na primeira página do jornal, a imagem de Almeida Barreto reaparece na última folha (imagem abaixo) daquela edição, figurando como uma espécie de *primus inter pares* dos homens *coroados* pela alegoria da República na Paraíba, em uma imagem que trazia ao reconhecimento do público os bustos dos demais representantes eleitos em 1890, além do governador Venâncio Neiva.



Litogravura 03 – Última página do Jornal *O Pelicano* de 20 de maio de 1891.



Com algum esforço imaginativo, é possível compreender que os redatores tiveram a intenção de criar a ilusão de que *por traz do palco* (representado na primeira página), apareciam os demais *heróis* da Paraíba, assim encimados na eleição de 1890.<sup>618</sup> Lendo aquele jornal, tem-se a impressão de que a mensagem era de que *os bons homens de governo* assumiam uma face visível, tendo sido desconhecidos por fazerem carreira fora do Estado, voltando à *pátria* para representá-la frente à República. Foi nesse cenário que apareceu pela primeira vez a imagem de Epitácio Pessoa estampada em seu Estado natal (último do canto inferior direito), *acomodado entre os pares*, oficialmente ajustado no centro do poder na Paraíba republicana, mediante uma das virtudes que se esperava ter de um legítimo homem de governo, qual seja, “a mais completa integridade”.<sup>619</sup> Ela consistia, “para os governantes, em ser inacessível ao favor e a intriga, em regular-se, quanto à escolha e promoção dos funcionários, unicamente pelos méritos e serviços prestados”.<sup>620</sup>

Na representação entabulada nas páginas de *O Pelicano*, Epitácio Pessoa parecia guardar os traços da juventude, conservado sobre si a imagem da *novidade – de esperança –* que dividia espaço entre os homens experientes que “cobriam-se de cicatrizes e envelheceram nas refregas da peleja, enrugaram-se ao calor das lutas.”<sup>621</sup> Era, sem dúvida, um *lugar*

<sup>618</sup> Na legenda da imagem consta os bustos dos representantes no senado, sendo eles, o Tenente Coronel João Soares de Neiva, o General José de Almeida Barreto (no centro, parte superior) e o Dr. Firmino Gomes da Silveira; e os deputados: Dr. Sá Andrade, Dr. Cartaxo, João Retumba, Dr. Pedro Américo e o Dr. Epitácio Pessoa. Além de Venâncio Neiva.

<sup>619</sup> O mesmo Jornal, *O Pelicano*, lançou uma edição comemorativa em homenagem ao 15 de novembro de 1889. Naquela edição a imagem de Deodoro foi representada em bela ilustração na primeira página. O autor da ilustração, A. V. Cruz, representou o busto de Deodoro envolto por folhas de ramos, numa deferência a honra ao mérito, enquanto o chefe do governo provisório posa com uniforme do exército coberto de medalhas e insígnias em seu peito esquerdo. Abaixo, na parte inferior, mastros de bandeiras realçam o busto do “generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca” – nome estampado numa faixa que envolve uma espada e o *barrete frígio*. No interior do jornal, página 2, Deodoro é narrado como “o primeiro, o benemérito generalíssimo, é o *primus inter pares* dos *heroes* de 15 de novembro”. A expressão latina, cuja tradução diz ser ele “*o primeiro entre os iguais*” aponta para imagem hierárquica dos heróis do 15 de novembro. Na hierarquia reproduzida pelo jornal, apareceram o “Manoel Deodoro da Fonseca, do Dr. Venâncio Neiva e dos nossos representantes no Congresso Nacional, [ilustrados] como uma prova de respeito e gratidão aos cidadãos tão ilustres, e de quem a pátria muito tem à esperar”. Ver *O Pelicano*, Jornal, Parahyba, 15 de novembro de 1891.

<sup>620</sup> O *drama lírico* que envolveu as páginas do *Estado* no reconhecimento da imagem do *legítimo governante*, apontava que na *integridade perfeita*, ele devia pôr-se “de sobre aviso contra uma disposição, que se manifesta algumas vezes nos poderosos, a de manter systematicamente afastados aqueles que lhes são mais caros, e tratá-los, para evitar até as aparências de favoritismo, mais injustamente que aos estranhos”. O legítimo governante devia ir além dos interesses particulares de “qualquer que seja a tentação de ser útil aos parentes, aos amigos, de fazer a carreira de um irmão ou de um filho, um ministro verdadeiramente integro saberá resistir”. Conferir “Educação Cívica” no *Estado do Parahyba*, Jornal, Parahyba, 9 de abril de 1891.

<sup>621</sup> A imagem foi criada por Castro Pinto na descrição biográfica que fez de Almeida Barreto no jornal *O Pelicano*. De acordo com a visão do intelectual paraibano, a vida heroica de Barreto condensava-se em três grandes momentos, quais seja, primeiro quando ingressou no exército por força das imposições sofridas pela participação na Revolta Praieira; segundo quando lutou pelo Brasil na Guerra do Paraguai; e por fim, no momento em que voltou para o Brasil, coberto “de cicatrizes, envelhecera nas refregas da peleja, enrugara-se ao calor dos tiroteios”, apresentando-se como um oficial de respeito, um membro de proa do exército que participou dos eventos de 15 de novembro. *O Pelicano*, Jornal, Parahyba, 20 de maio de 1891. p. 3. O mesmo Castro Pinto, no famoso almoço

*memorável*, enquadrado para ser reconhecido pelos amigos e correligionários na região, capaz de chamar atenção dos conterrâneos de Umbuzeiro, destacando-se o lugar assumido com brilhantismo pelo seu filho ilustre.<sup>622</sup> Esse ajustamento representou uma *chance de prestígio*, cujo significado certamente fez com que Antônio Pessôa guardasse cuidadosamente no seu arquivo pessoal a referida edição de *O Pelicano* datada de maio de 1891. Era uma evidência da base referencial sob a qual a tradição familiar Pessôa tenderia a se apoiar tempos depois.<sup>623</sup>

#### 4.3.2 A personificação dos atores: o festim dos heróis.

No todo, o esforço do jornal consistiu em criar uma espécie de *ilusão lírica* em torno da presença dos paraibanos na *feira republicana*, uma referência à suposta força da representação do Estado na divisão federativa, no momento decisivo da distribuição das cartas do jogo político da república recém-instaurado. Essa ideia era reforçada quando se ventilava pelos jornais a impressão de que a partir daquela edição comemorativa, a Paraíba parecia estar inteira em festa.<sup>624</sup> Dos vários cantos do Estado, organizaram-se homenagens para prestigiar os seus filhos, aqueles que *havia participado dos eventos de 15 de novembro*. Ao menos foi essa a impressão transmitida por Francisco Barrôzo, um dos colaboradores do jornal naquela edição.<sup>625</sup> Em soneto intitulado “O Festim dos Heroes”, Barrôzo referiu-se à glamorosa festa realizada na capital do

---

ofertado por Venâncio Neiva e seus auxiliares a Almeida Barreto em seu retorno a Paraíba em abril de 1890, brindou à Epiácio Pessôa “como a mais possante mentalidade parahybana, esperança e orgulho da Patria”. Cf. Leal (1891, p. 65). Sobre a efervescência lírica contida na narrativa de Castro Pinto em homenagem a Almeida Barreto, ver Gomes (2017, p. 349-350).

<sup>622</sup> Em abril de 1891, o magistrado Antônio Serrano escreve, em nome dos umbuzeirenses, uma homenagem ao General Almeida Barreto reconhecendo suas qualidades de herói nacional cujo berço natal era a Paraíba. As homenagens, aqui lidas como extensiva ao seu conterrâneo mais ilustre entre os heróis da Paraíba na República, a saber, Epiácio Pessoa, foi publicada na edição comemorativa de *O Pelicano*. Ver, *O Pelicano*, Jornal, Parahyba, 20 de maio de 1891.

<sup>623</sup> A edição usada no presente capítulo foi retirada de Microfilme dos Jornais e Periódicos paraibanos do séc. XIX e XX, disponível no Arquivo da Fundação Joaquim Nabuco. Contudo, o mesmo jornal consta na seção de Jornais raros do Arquivo do IHGP, edição avulsa, e que pertenceu ao Fundo Privado de Antônio da Silva Pessoa, também microfilmado: Cod. 034: AI. P1. – MF: r. I/40.

<sup>624</sup> A ideia de que em todos os cantos do estado se comemorava a transformação da “dynastia monarchica em governo republicano” foi ventilada pela imprensa do Estado logo após a proclamação. O jornal *Gazeta da Parahyba*, por exemplo, fazendo uma espécie de balanço sobre “A semana finda” – coluna em que os redatores faziam um resumo comentado dos últimos acontecimentos da semana – informou dos inúmeros telegramas “congratulatórios, as provas de adesão, as cartas de rigojizo, que de todos os pontos, durante a semana finda, convergiram para esta cidade [Parahyba], manifestando as principais individualidades do interior e cidadãos de outros estados o seu entusiasmo pela transformação da dynastia monarchica em governo republicano”. Para os redatores, “oxalá que as esperanças de um futuro melhor e mais lisonjeiro, nascidas e alimentadas com o despontar do novo estado de cousas, sejam em revê uma realidade, que desvende para a pátria mais brilhantes e animados horizontes”. Cf. *Gazeta da Parahyba*, Jornal, Parahyba, 26 de novembro de 1889.

<sup>625</sup> O soneto de Barroso fazia referência às festividades oferecidas por Venancio Neiva e seus auxiliares a Almeida Barreto em abril de 1891 quando, o grande general, retornou ao seu estado natal. Cf. Leal (1891, p. 60). Cf. ainda sobre a chegada de Almeida Barreto a Paraíba, *Estado do Parahyba*, Jornal, Parahyba, 3 de abril de 1891.

Estado, cidade de Parahyba, e aos *heróis*, que se reuniram para comemorar a realização de seus feitos memoráveis.

Para tanto, imaginou que vindos de várias partes, diz Barrôso, “SORRIDENTES, [os] festões de primorosa gala atavam oriental salão. Chegam de par em par, abraçam-se, comentam-se os feitos...” A festa inicia-se, segue seu curso... Até que, entre os *convivas*, “nota-se a falta de um...” No salão, um “Longo silêncio...” Quando “descerra-se o reposteiro...” O silêncio irrompe-se... todos voltam-se para o palco. “O prazer assoma em todos os lábios, erguem-se ligeiros e vão reverentes recebe-lo ao umbral”. O herói esperado surge de forma para tomar lugar na festa: “É o General Almeida Barreto; nova vida, novo calor e novo brilho acerceam-se da meza, levantam-se as espumantes, taças e brindam o heroe – *parahybano!* Começou com ardor o festim”.<sup>626</sup> O soneto remetia à maneira como Almeida Barreto havia sido recebido na Paraíba em abril de 1890, como um herói da república. Foi uma representação que buscou envolver os leitores do jornal, na tentativa de identificar os demais convivas que haviam lotado o glamoroso salão oriental.<sup>627</sup>

Esse expediente foi ainda reforçado a partir da elaboração de *acrósticos anagramas*, recurso em que os nomes das novas lideranças políticas eram irmanados a partir de Venâncio Neiva, seguido dos auxiliares que “Trabalham pela Patria”, sendo eles, João NeiVa; Almeida BarrÊto; FirmiNo; Pedro Américo; Sá de ANdrade; EpitáCio; J. da SIIva Retumba e A. J. CoutO Cartaxo. Essa era uma ilusão que remetia à suposta harmonia existente entre os “novos” atores empenhados em afirmar a causa republicana na Paraíba.<sup>628</sup> Diante dos leitores, apresentava-se um dos aspectos mais notáveis da dramatização política, a personificação dos atores. No dizer de Shwartzberg o poder deve assumir a fisionomia de quem o exerce, “de abstrata, a arte política se faz figurativa.” Com esse movimento, “o poder, então, se humaniza, se anima e adquire vida. Personaliza-se [...]” A personalização do poder diz respeito “a

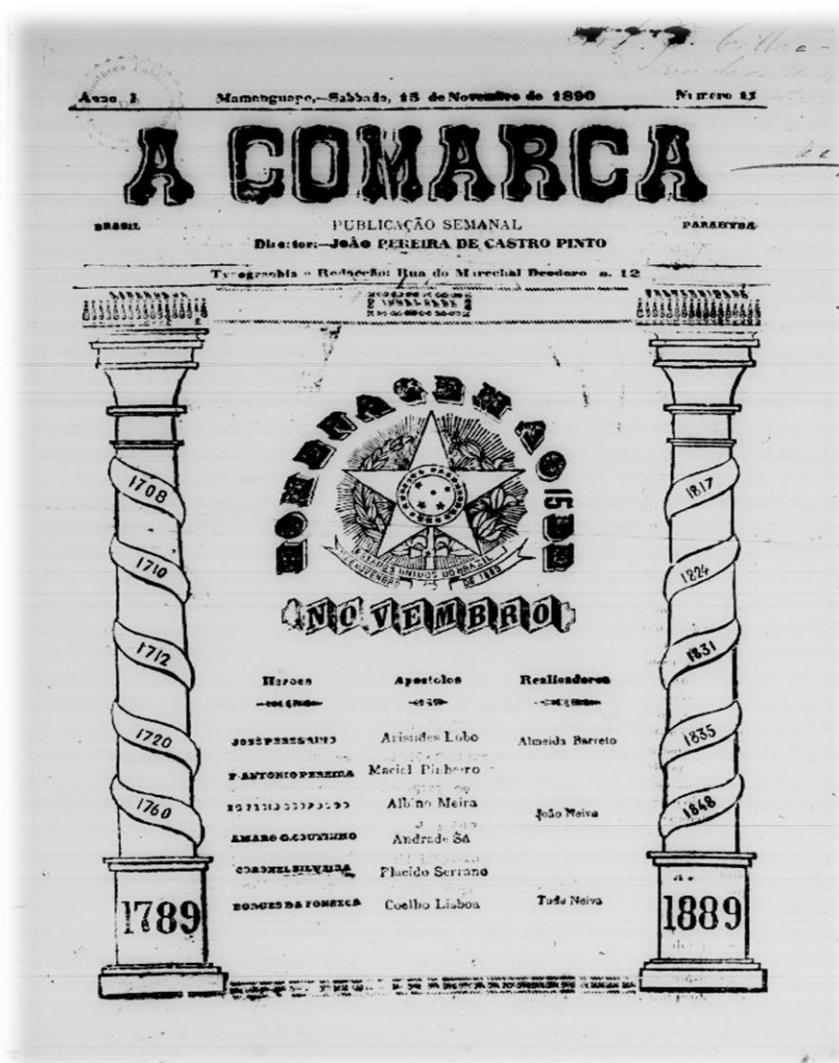
<sup>626</sup> *O Festim dos Heroes* de Francisco Barrôso, foi escrito em 1891 na cidade de Mamanguape e publicado em edição comemorativa de *O Pelicano*, datada de 20 de maio de 1891.

<sup>627</sup> Em edição de 13 de junho de 1890, o *Jornal Gazeta do Sertão* publicou uma matéria intitulada Situação Política [na Parahyba], em que expõe a sua visão sobre o panorama político do Estado. Na matéria, tecendo severas críticas ao governo de Venâncio Neiva e a presença do que chamou de *triumvirato militar* no comando político da Paraíba. Referiam-se, de maneira direta, a Almeida Barreto e aos irmãos João José e Tude José Soares Neiva – irmãos do então governador Venâncio Neiva – militares paraibanos que haviam sido responsáveis pela indicação dos nomes políticos que compuseram o primeiro governo republicano legalmente constituído na Paraíba. Conferir *Gazeta do Sertão*, Jornal, Campina Grande, 13 de junho de 1890. Movido pelo entusiasmo de folhear as páginas de *O Pelicano*, é ainda provável que o mesmo leitor tenha sido tomado por certa curiosidade, haja vista que, naquele tempo, talvez o nome de Almeida Barreto não lhe fosse tão familiar, como assegurou certo polemista político, “poucas pessoas sabiam que o bravo general Almeida Barreto fosse filho desta terra; e por isso mesmo, que ele não tinha relações nesta parte do Brasil, onde primeiramente viu a luz do dia”.

<sup>628</sup> No mesmo jornal comemorativo, aparece o “Acrostico Anagrama” dedicado ao 15 de novembro. A Frase: PATRIA E LIBERDADE, VIVA QUINZE DE NOVEMBRO, é usada para dar forma ao poema escrito por Aprígio Menezes. Conferir em *O Pelicano*, Jornal, Parahyba, 15 de novembro de 1890.

psicologia coletiva”, onde o personagem assume uma face e o poder é “representado por um detentor localizável e visível para todos.”<sup>629</sup>

Nesse trabalho de personificação dos heróis paraibanos da república, atuaram ativamente outros intelectuais e jornais do Estado. O jornal *A Comarca*, por exemplo, em edição comemorativa do 15 de novembro, expressou bem o suposto lugar que a Paraíba ocupava na história da República no Brasil, mediante a ação dos seus filhos. A leitura da primeira página daquela edição (imagem abaixo) é ilustrativa do trabalho de personificação dos heróis paraibanos pela elite política e intelectual do Estado, bem como indica o esforço para se inventar a tradição de uma Paraíba imersa em ideias e valores republicanos.<sup>630</sup>



Litogravura 04 – Primeira página do Jornal *A Comarca* de 15 de novembro de 1890.

<sup>629</sup> Cf. Schwartzberg (1978, p. 2).

<sup>630</sup> Todo o conteúdo do jornal (Páginas 2, 3 e 4), distribuídos em sete artigos alusivos ao acontecimento do 15 de novembro e às suas *raízes históricas*, são assinados por intelectuais paraibanos conhecidos na Capital, dentre eles, Francisco Barrôzo e João Pereira Castro Pinto, incansáveis na luta por personificar o herói paraibano, José de Almeida Barreto.

Notável no centro do frontispício, o brasão da república aparece entre duas colunas ao estilo greco-romano que foram envolvidas por entalhes onde se esculpiu um conjunto de datas. Trata-se da cronologia das revoltas e movimentos sociais e políticos que ocorreram no Brasil colônia e que culminaram com a Inconfidência Mineira de 1789 – coluna esquerda, – e, no canto direito, a cronologia dos eventos que antecederam a instauração da república em 1889, isto é, durante o império. No pilar de sustentação, o destaque foi dado aos anos de 1817 (Revolução Pernambucana), 1824 (Confederação do Equador), 1831 (abdicação de Pedro I) 1835 (Revolução Farroupilha) e por fim, 1848 (Revolta Praieira). Em alguns desses eventos, sugere o jornal, a Paraíba teria tido participação direta, notoriamente junto com Pernambuco. No caso da proclamação da República, para ilustrar essa ideia o autor da imagem criou, em meio às colunas, abaixo do brasão, as inscrições: **Heroes:** José Peregrino, Amaro G. Coutinho, Borges da Fonseca... **Apóstolos:** Aristides Lobo, Maciel Pinheiro, Albino Meira, Andrade Sá, Plácido Serrano e Coelho Lisboa; **Realizadores:** Almeida Barreto, João Neiva e Tude Neiva. Numa clara alusão aos paraibanos que haviam colaborado, *como heróis, apóstolos (propagandistas) e realizadores*, a dar forma ao 15 de novembro de 1889.<sup>631</sup>

Tal representação reforçava a crença de que “nunca este Estado [da Parahyba] reuniu tão poderosos elementos para a sua prosperidade”, um verdadeiro *sonho* traduzido na expectativa de que a Parahyba seria “dotada com os melhoramentos reclamados com tanta urgência”. Neste quesito, além de Almeida Barreto, dos irmãos Neiva e demais nomes citados pelo jornal *A Comarca*, concorria de maneira direta o nome de Aristides Lobo, “outro distinctíssimo parahybano” que “havia conquistado a pasta do interior no governo provisório”. Este último, de acordo com os redatores da *Gazeta do Sertão*, “assumindo o exercício do seu cargo, o cidadão Aristides Lobo manifestou com a maior franqueza a diversos companheiros os bons desejos que nutria de tirar esta terra do abatimento em que tinha caído no regime monarchico”. Na visão dos mesmos redatores, Aristides Lobo, “como ministro e como filho dedicaria especial atenção a Parahyba”.<sup>632</sup>

Um esforço notável, propenso a fazer aderir sem maiores dificuldades no imaginário social e político dos paraibanos, caso não concorresse de maneira contrária à vigilante atuação dos opositores ao governo. Esse era o caso do jornal *Gazeta do Sertão*, que não esquecia de lembrar aos seus leitores que apesar de a Paraíba apresentar *tão poderosos elementos* – referindo-se à presença de paraibanos que gozavam de prestígio junto a Deodoro da Fonseca –

<sup>631</sup> Ver *A Comarca*, Jornal, Mamanguape, 15 de novembro de 1889. Sobre o levante de armas na Paraíba em 1835 ver Leal (1986, p. 146/7).

<sup>632</sup> Cf. *Gazeta do Sertão*, jornal, Campina Grande, 13 de junho de 1890.

essa “bella perspectiva esvaiu-se como fumo” diante do *triumvirato militar e seu delegado que governava a Paraíba*, de modo que a expectativa de ver o estado alçar nova posição junto ao governo federal não passava de “um sonho”.<sup>633</sup> De todo caso, a expectativa havia sido lançada no Estado da Paraíba e foi de posse dessa perspectiva que Epiácio Pessoa chegou à Câmara Federal para representá-la em 1890.

#### 4.4 O PARLAMENTO COMO PALCO: EPITÁCIO PESSÔA ENTRE A REPRESENTAÇÃO DO PARLAMENTAR *DEFENSOR* AO ORADOR COMBATIVO.

Eleito e com espaço garantido na galeria dos heróis republicanos da Paraíba, Epiácio Pessoa voltou ao Rio de Janeiro para assumir lugar na Câmara dos Deputados. Como representante do Estado, o primeiro grande tema tratado por Epiácio na constituinte foi a proporcionalidade dos Estados, uma das matérias centrais do debate entre os legisladores. De acordo com o projeto apresentado aos constituintes, a organização do poder Legislativo seria bicameral, isto é, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Esse foi um item que não encontrou tanta resistência entre os congressistas, diferente da interpretação dada ao artigo 27, § 1 do mesmo projeto. Nesse item, a lei “estabelecia que o número de deputados por Estado seria fixado em proporção que não excederia de um por setenta mil habitantes”, assegurando que diferente do Senado, a Câmara não comportaria representação igualitária para todos os Estados.<sup>634</sup>

Na interpretação do artigo dada por muitos federalistas, os Estados com maior densidade populacional elegeriam as maiores bancadas, enquanto aqueles de menor, a exemplo da Paraíba, teriam bancadas diminutas. Movido pela questão federativa e criticando a visão *unionista* da organização dos Estados, Epiácio Pessoa manifestou-se contrário a proposta em discurso na tribuna em 29 de dezembro de 1890, quando pela primeira vez falou aos legisladores.<sup>635</sup> Naquele discurso, afirmou que vinha “cumprir aquilo que se lhe afigura um dever”, isto é, “intentar uma reivindicação em favor do que se poderia chamar a igualdade política dos Estados”. Continuando,

---

<sup>633</sup> *Ibidem*.

<sup>634</sup> As sessões preliminares da Constituinte iniciaram-se em 4 de novembro, com a Câmara e o Senado trabalhando separadamente para escolha de seus respectivos presidentes, reconhecimento dos diplomas, escolha e composição das mesas diretoras. Na constituinte, Epiácio Pessoa usou a tribuna pela primeira vez em 29 de dezembro. Conferir Gabaglia Pessoa (1950, p. 55). Sobre a leitura e interpretação do 27, § 1 do projeto de Constituição, ver PESSOA, Epiácio (1955, p. 2).

<sup>635</sup> Sobre os debates entre federalistas e unionistas na constituinte, ver Carvalho (2011, p. 23-26).

O Sr. Epiácio Pessoa – Senhores, se os Estados no govêrno federal são os mesmos *vis-à-vis* da União, se todos êles têm uma economia à parte, têm autonomia e independência tanto quanto possível, se todos êles, como Estados que são, têm os mesmos direitos e devem gozar das mesmas prerrogativas, não posso conceber como se conceda a quatro ou seis Estados apenas, [...], tenham o direito exclusivo de decidirem naquilo que diz igualmente respeito aos interêsses de quinze ou dezessete outros Estados. (*Apartes, apoiados e não-apoiados*). [...] <sup>636</sup>

Para o político paraibano, a igualdade da representação legislativa na câmara era uma questão de justiça, em nome da qual fazia a defesa da Paraíba e dos Estados pequenos, ou seja, contra a *injusta desigualdade estabelecida entre a representação dos Estados do Norte e a dos do Sul*.<sup>637</sup> Segundo Epiácio Pessôa, os princípios do federalismo incluíam “a agremiação dos Estados, agremiação em que cada Estado representa um corpo político, tem todos os poderes indispensáveis em um organismo político”. Apesar da solidez do argumento, apoiado na visão federalista da organização dos Estados, o discurso tendeu a assumir tons dramáticos. Na visão do deputado paraibano, se os Estados da federação tinham os mesmos elementos constitutivos, tais como, autonomia e soberania, “o Estado da Paraíba, que tenho a honra de representar neste Congresso, é tão Estado, se assim me posso exprimir, como o Estado mais populoso de Minas Gerais ou o Estado menos populoso de Mato Grosso”.<sup>638</sup>

Munido desses argumentos, Epiácio chegou a propor que, se o senado, composto por três membros para cada estado, “representaria igualmente os estados desiguais”, o número de deputados também deveria ser “igual para todos os estados”.<sup>639</sup> Apesar da contundente defesa, a posição do deputado paraibano foi vencida pela grande maioria dos constituintes que também rejeitaram uma emenda que Epiácio Pessôa havia apresentado em segunda discussão em nome da bancada paraibana, e que estabelecia um mínimo de representantes por Estado – mínimo de 4 e máximo de 25 deputados –, mantendo-se a proposta inicial aprovada na terceira discussão. A participação de Epiácio Pessôa no debate que envolveu o tema da representação dos Estados deve ser lida para além da mera discussão do conteúdo constitucional, devendo verificar-se a sua atuação política, a demarcação de uma postura ideológica e a imagem pública que o tribuno

<sup>636</sup> Ver PESSOA, Epiácio (1955, p. 2).

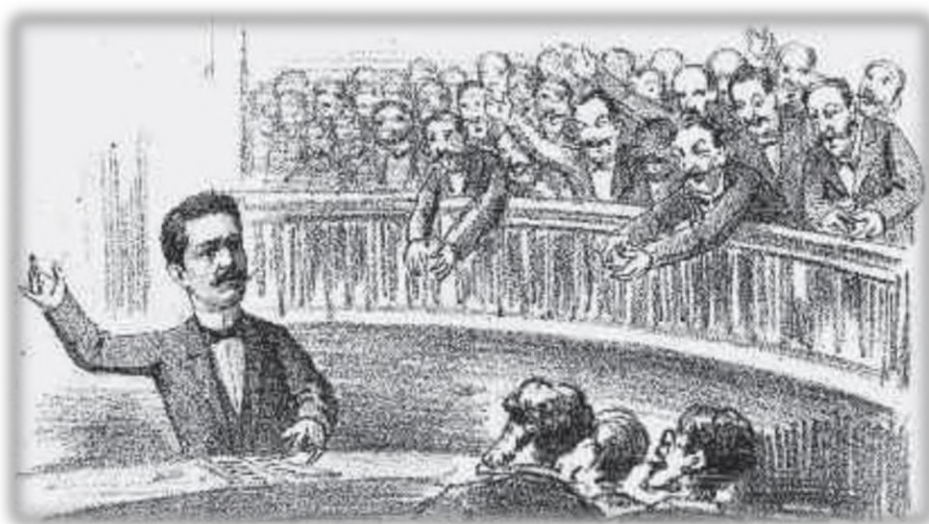
<sup>637</sup> Courtine (2015, p 10), tenta recuperar a historicidade daquilo que os gregos clássicos chamavam de *Parrhésia*, lida como uma condição da prática de falar em público. Trata-se, de um lado, da condição que revela “a coragem de dizer a verdade por parte daquele que fala e que assume o risco de dizer toda verdade de seu pensamento, a despeito dos perigos que corre ao fazê-lo”. Por outro lado, revela “a coragem de receber como verdadeira a verdade que lhe foi endereçada e que é por ele ouvida”.

<sup>638</sup> *Ibidem*.

<sup>639</sup> Cf. Carvalho (2011, p. 25).

paraibano começava a criar entre os constituintes; uma imagem propensa a ganhar projeção em meio a opinião pública dos estados, especialmente da Paraíba.<sup>640</sup>

Neste último quesito, o general Almeida Barreto destacou a sua coragem de *bulir com um formigueiro*, valorando a capacidade argumentativa e à retórica combativa do *representante dos interesses do Norte*.<sup>641</sup> Essa foi uma representação que começou a estratificar-se em meio a sua atuação parlamentar. Epitácio Pessoa estava, portanto, em um novo espaço – a Câmara Federal – diante de novas *situações de status*, como registrou uma importante revista da época,



**Litogravura 05:** O jovem Epitácio Pessoa discursa na Câmara. Revista Ilustrada. 1892.

Tais imagens eram reafirmadas pelo próprio Epitácio Pessoa a partir do seu comportamento na tribuna.<sup>642</sup> Exemplo disso pode ser extraído do discurso de 29 de dezembro, quando o tribuno paraibano finalizou “fazendo um apelo aos representantes dos Estados pequenos, para que todos nos unamos a fim de tornar efetiva essa reivindicação de nossos direitos (*apoiados*) e fazendo um apêlo à benevolência dos Estados grandes [...]” para que “façam uma concessão aos pequenos”. No apelo dramático, Epitácio afirmou que a aprovação do projeto da forma que chegou às mãos dos constituintes, fortaleceria as desigualdades entre os Estados e “todos desejamos que assim não seja, mas esta é a verdade; e a única virtude de

<sup>640</sup> Há, no arquivo de Epitácio Pessoa evidências consistentes da maneira como, partindo do debate travado na tribuna, a imagem de Epitácio como um moço, cujo talento oratório comparava-se à Ruy Barbosa. Conferir sobre isso, recortes de Jornais de EP. Jornal *O Combate*; Jornal *A Cidade do Rio*. Sem datas. Livro 2, folhas. 24/25.

<sup>641</sup> Em uma das passagens do discurso de 29 de dezembro, Epitácio atacou diretamente a bancada mineira, questionando “qual a razão por que o Estado de Minas Gerais [de maior bancada] há de ter maior influência nos negócios federais do que o da Parahyba, ou êste do que o de Mato Grosso?”. A fala gerou numerosos rumores e apartes, dentre eles o de Almeida Barreto que exclamou referindo-se ao argumento do deputado paraibano, “Foi V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> bulir com um formigueiro. (*Risos*.)”.

<sup>642</sup> A edição de número 661 da Revista ilustrada de 1892, trouxe a imagem do ilustre orador Epitácio Pessoa. Já a edição 647 daquele ano trouxe em primeira capa uma litogravura do “ilustre deputado pela Parahyba do Norte e notável orador [Epitácio Pessoa]”. Cf. Recortes de Jornais de Epitácio Pessoa. IHGB, Livro 2, folhas 2 a 7.



tal desigualdade será enfraquecer os laços de fraternidade que devem ligar estreitamente todos os Estados da grande União Brasileira”.<sup>643</sup>

Importante apontar que, nessa mesma época, durante um curto período de tempo, Epitácio Pessoa dividiu a atividade parlamentar com o de catedrático da Faculdade de Direito do Recife. Apesar de curtas, as estadas do parlamentar no Norte, tratadas como motivo de festa na Paraíba, foram auspiciosas à promoção de sua imagem pública. Para citar um exemplo, cabe mencionar a viagem ocorrida em fevereiro de 1891, quando o jornal *Estado do Parahyba* noticiou a chegada de Epitácio na capital paraibana a bordo do vapor “Maranhão”, vindo do Recife. Segundo os redatores, esperavam-no na cidade de Parahyba, mais precisamente na gare da Conde d’Eu, inúmeros amigos, que de lá seguiram em cortejo até a casa “do cidadão João Vicente de Queiroz, cunhado do tribuno parahybano que alli se acha hospedado”. Aos olhos dos redatores, tratava-se de uma ilustre visita, à do prestigiado Epitácio “de cuja faculdade jurídica [no Recife] é um dos mais talentosos lentes”, um legítimo “filho d’este Estado [da Parahyba], que tão dignamente representa no Congresso Federal”.<sup>644</sup>

O jornal *Estado do Parahyba* também funcionou como um importante instrumento de divulgação da atividade parlamentar de Epitácio Pessoa e, conseqüentemente, uma ferramenta à promoção da imagem pública do político paraibano. Basta lembrar que, ao longo do período entre 1891 e 1893, Epitácio tomou como prática enviar à Paraíba cópias dos seus mais aclamados discursos, fazendo-os publicar pela imprensa oficial e em panfletos avulsos. Nas matérias veiculadas pelo *Estado*, por exemplo, os redatores assinalavam “junto aos nossos leitores” a importância “para qualquer peça oratória do Dr. Epitácio”, cujo “nome aureolado por uma inteligência robusta ilustra e illumina qualquer matéria que trate”, ainda mais, quando ocupava-se de “cousas atuantes ao nosso desenvolvimento material, por conseguinte ao progresso de nosso estado”.<sup>645</sup> A recorrência aos jornais indica, de um lado, a sua preocupação em manter coesa a honra e o prestígio já conquistados, ao passo que também significava a possibilidade de aumentá-lo, valorando o nome associado a experiência vivenciada no Rio de Janeiro.

Esse é um dos aspectos centrais da presente tese, isto é, perceber como o prestígio familiar foi sendo construído em meio a uma série de práticas e representações que envolviam a criação de *situações status*. Nesse caso, a circulação das matérias e a predisposição em

---

<sup>643</sup> *Idem*, p. 11.

<sup>644</sup> Ver *Estado do Parahyba*, Jornal, Parahyba, 12 de fevereiro de 1892.

<sup>645</sup> Conferir *Estado do Parahyba*, Jornal, 03 de setembro de 1891. Há evidências de matérias com o mesmo conteúdo, qual seja, a reprodução dos seus principais discursos circulando no Estado do Rio Grande do Norte e em Sergipe. Ver, sobre isso, recortes de Jornais de Epitácio Pessoa, Livro 2, folhas 34/35.

reafirmar os traços peculiares da imagem pública do político paraibano, inauguram a entrada da ação política de Eptácio Pessoa em um novo tempo de *efervescência lírica*, qual seja, *o tempo da presença*, isto é, a inscrição do seu nome – e por extensão – da família Pessoa em uma série de atos que remetiam à atividade política em defesa dos interesses do Estado da Paraíba. Naquele momento, o trabalho de manipulação do imaginário inclinou-se para mostrar que muitos dos sonhos dos paraibanos estavam prestes a se realizar, que o curso da história começava a alinhar-se para tornar realidade *o sonho do desenvolvimento material do Estado*.

#### 4.5 A TRIBUNA ASSUME AS CORES DO NORTE: O MOTE DO PROGRESSO E A REDENÇÃO DA PARAÍBA.

A circulação das notícias em torno da luta travada na tribuna em defesa dos interesses do Norte, em especial da Paraíba, tendia a reafirmar, promovendo uma espécie de prestação de contas, o compromisso ajustado nas páginas do *Estado* entre Eptácio Pessoa e o povo paraibano durante o pleito de 1890. Neste caso, o mote do *desenvolvimento e do progresso para a Paraíba* foi amplamente divulgado como uma ação legítima do parlamentar Eptácio Pessoa. Na tribuna, o mote do desenvolvimento também tendeu a apoiar-se nos princípios do federalismo, dando forma a um segundo tema de destaque da ação parlamentar de Eptácio Pessoa em 1891. Esse tema apareceu pela primeira vez em discurso de 20 de agosto, sob o título “A Paraíba e alguns de seus problemas”, para justificar a apresentação de um projeto de lei que abria disposição de “200:000\$000 em estudos e construção de um ramal de linha telegráfica que ligue as cidades de Mamanguape e Cajazeiras, no Estado da Paraíba”.<sup>646</sup>

Na justificativa apresentada por Eptácio Pessoa, a Paraíba era “um dos poucos Estados que não têm a sua Capital ligada por linhas telegráficas às localidades do interior; e isto é devido ao pouco cuidado, ao desprezo mesmo com que os governos passados tratavam aquela circunscrição, cuja representação tinha o grave defeito de não ser bastante numerosa para decidir a vida dos gabinetes”. O ramal proposto deveria sair da cidade de Mamanguape, situada a poucos quilômetros da capital – que na visão do orador possuía “um porto de mar, bastante próspero e de grande movimento comercial” – em direção a “cidade de Cajazeiras, que fica quase no extremo oeste do Estado [Sertão]” que “é também um ponto florescente e de grande futuro. A distância que medeia entre os dois pontos é de 400 quilômetros”. Isso seria para ele “um grande melhoramento para o estado da Paraíba”, principalmente nas comunicações que

---

<sup>646</sup> Nos Anais da Câmara, o discurso aparece sob o título: “Negócios da Paraíba: linhas telegráficas, socorros contra as secas”. EPITÁCIO, Pessoa, (1955, p. 49).

“alli são mais difíceis e demoradas por isso que se acham a cargo exclusivo do correio, cujo serviço é feito por estafetas de uma expedição a outra”.<sup>647</sup>

Três aspectos chaves da justificativa de Epitácio Pessoa chamam a atenção deste estudo. O primeiro aponta a forma como o deputado paraibano insistia em se incluir em uma geração de legítimos parlamentares, leia-se, representantes dos interesses do Estado junto à nova situação política. A recorrência a esse discurso não é um gesto anódino e revela traços de um comportamento teatralizado, demonstrando o significado que a estratégia retórica de *recusar um conjunto de antigas práticas e valores políticos* assumia para um personagem preocupado com o trabalho de personificação de sua imagem pública. Se se tomar o caminho que reconhece que a *linguagem se apresenta como um discurso*, Epitácio Pessoa se esforçava em explicar as razões da situação que se encontrava a Paraíba e ao fazê-lo, dava elementos para que os seus (e)leitores/ouvintes concordassem com a mensagem de que estavam diante de dois sistemas de valores políticos opostos. Nesse sentido, o discurso insistia em atualizar constantemente um código, isto é, uma mensagem que temporalmente pretendia testemunhar e fazer com que os seus receptores testemunhassem que estavam vivendo um novo tempo.<sup>648</sup>

O segundo aspecto nodal do discurso diz respeito à maneira como Epitácio Pessoa mostrava-se conhecedor da matéria defendida. Ao mencionar o ponto de partida da referida linha telegráfica, por exemplo, o deputado paraibano demonstrava que conhecia a realidade regional, apontando a cidade de Mamanguape como uma das maiores da Paraíba, em população e comércio, “posição decorrente de sua função portuária, como escoadouro natural da produção do Agreste e do Brejo”.<sup>649</sup> De maneira complementar, o terceiro e último aspecto permite estabelecer uma relação entre os dois primeiros. Ao requerer a implantação de melhoramentos dessa natureza, Epitácio Pessoa fazia uma interpretação de muitos códigos visuais da sua época,

---

<sup>647</sup> Ainda para justificar os números, Epitácio diz que “êste crédito de 200:000\$000, que à primeira vista, pode parecer insuficiente para a construção da obra, entretanto não é. [...] É verdade que parte dêste dinheiro será absorvida pelos estudos preliminares, mas em compensação, já há algum tempo, conseguimos do Governo grande parte do material necessário, como isoladores e fios telegráficos; e os proprietários do interior do Estado, desejosos deste grande melhoramento, estão prontos a fornecer os postes indispensáveis para a construção da linha. Isso virá a diminuir em grande parte as despesas”. (Idem, p. 50). O problema da lentidão das comunicações serviu de mote não apenas para que os políticos paraibanos do império e da república reivindicassem a instalação da linha telegráfica e suas referidas extensões, mas também para justificar o prolongamento da linha férrea. Sobre isso ver Aranha (2006, p. 74/75).

<sup>648</sup> Ver Ricoeur (2009, p. 12) em sua leitura sobre a unidade da linguagem humana em vista dos diversos usos a que ela é sujeita. Segundo o autor, o discurso é o evento da linguagem, um *acto humano* e “possui uma existência temporal, uma existência na duração e na sucessão”.

<sup>649</sup> A partir da segunda metade do século XIX com a implementação e aumento da produção algodoeira da Paraíba, algumas cidades se destacaram, especialmente nas zonas de plantio que envolviam as regiões do Sertão, do Cariri, do Brejo e do Agreste. Nesse contexto, a cidade de Mamanguape apresentava-se como a “segunda maior cidade da paraíba e população e comércio”, crescimento impulsionado pela posição portuária que assumia no Estado. (GURJÃO, 1994, p. 22).

certamente mensurando o efeito simbólico que a sua defesa poderia trazer para si, especialmente no sentido de reforçar a imagem pública do político dotado de ideias e práticas adiantadas. Entre esses códigos visuais, havia aquele que tratava o telégrafo como “um ícone moderno ansiosamente desejado por todas as comunidades, operando manter a informação de forma rápida, instantânea, o telegrafo leva ao encurtamento das distâncias, contribuindo, nas comunidades que dele dispõe, para redefinir as noções de espaço-tempo”.<sup>650</sup>

Tal percepção corroborava com a perspectiva dramática adotada por ele de que era preciso levar a Paraíba a outro patamar, de província esquecida pelo passado imperial a um Estado de igual força política aos demais e capaz de seguir no trilho da modernização rumo ao progresso, o que exigia esforços para dotá-la de equipamentos e maquinismos próprios do mundo civilizado. Prova disso é que o mote da *redenção* ganhou novo impulso diante da apresentação de um projeto de lei que solicitava o prolongamento da estrada de ferro da Paraíba, considerada “atualmente o principal *desideratum* do povo paraibano, como única medida salvadora, como única medida capaz de trazer ao Estado reais benefícios”. A *aspiração*, como foi descrita, previa a extensão da referida linha férrea de Alagoa Grande até a cidade de Campina Grande, tida “como um dos pontos mais florescentes do Estado. Rica, populosa, comerciante, com uma grande feira de gado, é o ponto onde convergem quase todas as estradas do sertão, é o ponto obrigado de passagem para todos os produtos da zona sertaneja do Estado”.<sup>651</sup>

Nesse quesito, a referência do discurso de Epitácio Pessoa não era nova e remetia a recurso retórico já conhecido entre os parlamentares do Norte, de maneira mais ampla, e da Paraíba, de maneira particular, durante o império. Entre aqueles parlamentares, havia uma predisposição em justificar a reivindicação dos melhoramentos materiais para suas respectivas províncias, a exemplo da construção das linhas telegráficas e/ou extensão dos ramais ferroviários, recorrendo-se a uma visão apologética dos seus supostos potenciais econômicos.<sup>652</sup> Esse jogo retórico foi uma prática recorrente entre os parlamentares do Império

---

<sup>650</sup> Aranha (2006, p. 91). Cabe lembrar que o primeiro ramal telegráfico havia sido instalado na cidade de Parahyba em 1876, três anos após os “providenciais fios metálicos” terem feito um longo trajeto submarino interligando o Rio de Janeiro – onde foi instalado em 1852 – a Bahia e a capital pernambucana que receberam o equipamento em 1873.

<sup>651</sup> Cf. PESSOA, Epitácio, (1955, p. 97).

<sup>652</sup> Sobre isso ver hipótese de trabalho levantada por Aranha (2004, p. 53) que após mostrar as estratégias em torno da articulação das composições oligárquicas na região e suas representações políticas junto a Assembleia Provincial e a Câmara dos Deputados, defende que “as concessões e os recursos para construção de ferrovias, na Paraíba e região, tanto no império quanto na República, passavam por este esquema político”, o que levou a defender a ideia de que “as estradas de ferro, na parte Norte do Brasil a que hoje chamamos de Nordeste, foram marcadas por interesses privados de toda ordem, interesses que ficaram a mercê do então jogo político praticado pelas elites provinciais ou estaduais no contexto do Estado Brasileiro”. Cabe nota, neste caso, as estratégias

e, embora tenha se tornado menos recorrentes na República, foi retomado por Epitácio, referindo-se primeiramente aos traços econômicos da cidade de Campina Grande, para em seguida mencionar os efeitos do prolongamento da *Cond d'Eu* sobre a economia do Estado. Para tanto, lembrou que, Campina Grande achava-se,

[...] a quase igual distância das cidades de Recife e da Paraíba, resulta daí que todos aqueles produtos se escoam para a capital de Pernambuco, primeiro, porque os produtos vão aí encontrar um mercado mais rico, mais vasto, de mais larga concorrência que, mantendo frequentes relações diretas com o estrangeiro, visa o lucro de uma só revenda e por isso paga a mercadoria a um preço mais elevado; depois, porque o comércio da Paraíba, não tendo transações diretas com os mercados europeus e sendo forçado a vender os gêneros de exportação na praça do Recife, abate desde logo no preço da compra o prejuízo relativo que vai ter por vendê-los em um pórtio nacional a preço naturalmente inferior àquele que lhe pagariam em um mercado estrangeiro.

Desta sorte, o comercio paraibano vê-se desfalcado dessa soma incalculável de produtos que vão abastecer o mercado de Pernambuco; e por outro lado, o Estado deixa de perceber os impostos devidos pela exportação dessas mercadorias, pois, limitando-se em toda a sua extensão norte com o Estado de Pernambuco e comunicando-se com êste por um cem número de estradas, impossível lhe é exercer uma fiscalização completa e eficaz para a arrecadação total dos tributos.<sup>653</sup>

O argumento era convincente e apontava para um problema antigo, qual seja, a questão da submissão econômica da Paraíba a Pernambuco. Mas, se o expediente retórico não era novo, o simbolismo da mensagem residia na forma como foi usada na Paraíba, incluída em uma *espécie de boletim informativo da ação política*, publicado pelo *Estado* enaltecendo a imagem do seu remetente. Com esse formato, as notícias em torno dos *Melhoramentos para a Paraíba* reforçavam a crença depositada na enérgica ação da bancada paraibana daquela legislatura, em especial a ação política de Epitácio Pessoa. Na visão dos redatores do *Estado* e do próprio Epitácio, a sua presença na tribuna reforçava a preocupação em “colocar o Estado da Paraíba em pé de igualdade para com os outros Estados”, sendo o item prolongamento da estrada de ferro um “objeto constante de tôdas as minhas preocupações e esforços”.<sup>654</sup>

Nova também não eram as cores do Norte que apareciam atreladas a tais projetos. No já citado discurso de 20 de agosto de 1891, Epitácio reproduz uma imagem do *Norte sofrido*, a partir das notícias que havia recebido da Paraíba e que “pintava com cores negras o estado de

---

articuladas pelas bancadas das pequenas províncias quando se tratava de barganhar a concessão e obtenção de recursos para implantação de estrada de ferro em suas regiões. A recorrência a verdadeiras “peças retóricas” figurou como recursos importantíssimos, capazes de arregimentar apoio em torno desse ou daquele projeto que visava obtenção de concessão para implantação das referidas estradas.

<sup>653</sup> Cf. PESSOA, Epitácio (1955, p. 97).

<sup>654</sup> “Melhoramentos para o Estado” foi o título da matéria de 2 de setembro. *Estado do Parahyba*, Jornal, Parahyba, 2 de setembro de 1891. O discurso de Epitácio Pessoa na defesa dos *Melhoramentos do Estado circulou nas páginas do jornal em 3 de setembro de 1891*. Conferir *Estado Parahyba*, Jornal, Parahyba, 3 de setembro de 1891.

desolação e desespero de grande número de nossos compatriotas, que são forçados a abandonar os seus lares para solicitar a caridade particular ou o favor e auxílio dos poderes públicos”.<sup>655</sup> Este foi seu primeiro pronunciamento oficial que Epitácio Pessoa julgou fazer em favor da “justiça das reclamações do Norte do País”,<sup>656</sup> um expediente retórico responsável pela *produção imaginária de um Norte sofrido*<sup>657</sup>. Tal expediente criava um cenário e, como tal, fazia com que os parlamentares também encenassem em uma espécie de *drama lírico* que compunha retoricamente a vida dos conterrâneos do Norte.

A dramatização que cinzelava as cores do Norte, em especial as da Paraíba, mitigadas pelas *medidas salvadoras* a serem trazidas pelos melhoramentos materiais pleiteados, foi percebida e criticada pelo *Jornal do Brasil* em edição de 2 de julho de 1891. Segundo noticiou o jornal, o governador Venâncio Neiva, “referindo-se ao estado de penúria e de miséria em que se acham por efeito da seca que se tem assolado a região”, lembrou, em ofício enviado à União, da “conveniência de ser prolongada até a cidade de Cajazeiras a estrada de ferro Conde d’Eu como única providência eficaz para atenuar aqueles males”. Na visão do redator daquela matéria, se era legítima “a utilidade do prolongamento reclamado pelo governador da Parahyba”, restava indagar “se a linha reclamada poderá contar com elementos de tráfego suficientes a compensar até certos pontos os sacrifícios que terá de impor a União”. Uma vez que, para eles, “lamentavelmente, os resultados financeiros da estrada de ferro Conde d’Eu não são para aconselhar nova aventura econômica do mesmo gênero”.<sup>658</sup>

---

<sup>655</sup> PESSOA, Epitácio (1955, p. 51).

<sup>656</sup> Segundo o orador, as “cartas que tenho recebido da Paraíba pintam com cores negras o estado de desolação e de desespero de grande número de nossos compatriotas, que são forçados a abandonar os seus lares para solicitar a caridade particular ou o favor e auxílio dos poderes públicos”. Idem (p. 51).

<sup>657</sup> Para Aranha (2006, p. 120), o recurso retórico usado pelos parlamentares do Norte no período da República “repetiam estratégias já dadas, algumas do final dos anos de 1870 e começo dos anos de 1880”. Dentre elas, a depender do item solicitado, o autor destaca ao menos três que se repetiam: “a primeira consistia em falar em nome de um conjunto das províncias ou Estados mais atingidos pela seca para só depois falar em nome da província que diziam representar, num apelo claro a solidariedade; a segunda residia na tentativa de provar que o índice de ‘miséria’ que atingia uma determinada província ou Estado era mais acentuado do que nos demais, sendo merecedor(a) do favor que propiciasse o combate aos ‘efeitos’ da seca, na forma das estradas de ferro ou outro ‘melhoramento’; a terceira dizia respeito à justificativa de que o ‘socorro’ às populações das áreas flageladas não se traduziam em ‘esmolas’ e sim em investimentos reprodutivos, a exemplo das estradas de ferro”.

<sup>658</sup> De acordo com os redatores, “a forte garantia de juros, assegurada ao capital representado por esta linha, tem constituído para os cofres nacionais encargo duro e prolongado. O desenvolvimento da mesma linha faria senão agravar semelhante encargo e as circunstâncias financeiras da União são taes que permitão sobrecarregar os onnus que por muitos anos hão de pezar sobre os nossos orçamentos”. Cf. *Jornal do Brasil*, Jornal, Rio de Janeiro, 2 de julho de 1891. O tema da seca na Paraíba e a proposta de prolongamento da estrada de ferro Conde d’Eu havia surgido nas páginas do *Jornal do Brasil* na edição de 30 de junho de 1891, reproduzindo a imagem da *desoladora situação* “de muitas povoações do interior, ante a secca que lavra com intensidade em quase todo o estado” noticiada pelo jornal *Estado do Parahyba*. Ver, *Jornal do Brasil*, Jornal, Rio de Janeiro, 30 de junho de 1891.

Apesar das críticas da imprensa nacional, o tribuno paraibano retornou ao tema em discurso em 19 de setembro daquele mesmo ano, para solicitar o apoio do governo em atender os apelos dos paraibanos.<sup>659</sup> Na sessão 21 de outubro de 1891, tornou-se notória a defesa que fez em nome dos “direitos do meu Estado, injustamente postergado” no orçamento federal votado naquele ano. Aproveitando o espaço da tribuna e os ecos que o discurso poderia encontrar na Paraíba, Epitácio afirmou que, embora “nada consiga da justiça desta Câmara, [objetivava] deixar ao menos registrado um protesto contra o abandono sistemático a que tem sido votada a terra paraibana, agora mesmo esquecida nesse orçamento [da pasta da agricultura] em que, entretanto, tão largos favores se prodigalizam a outros Estados mais prósperos”, mais “ricos de elementos de vitalidade e de progresso”.<sup>660</sup>

A peça oratória é significativa, de um lado, para se perceber a representação que o político paraibano tentava imprimir sobre a imagem da Paraíba na República, bem como para reforçar a ideia de que a ajuda aos Estados do Norte não era uma esmola. Para o orador,

Nós temos um solo fertilíssimo, apropriado a tôdas as culturas, habitado por um povo inteligente e laborioso; mas não temos linhas telegráficas que facilitem as nossas comunicações, não temos vias férreas que facilitem o movimento dos nosso produtos, não temos engenhos centrais que animem uma das nossas principais culturas, não temos um porto que nos proporcionem a navegação direta com o estrangeiro e que por êste modo incremente a nossa exportação, única receita com que nos acautelam contra a funesta calamidade que periodicamente nos devasta.  
[...] Isto é devido à centralização esmagadora que nos oprimiu, a desídia administração central que só se lembrava daquela parcela da comunhão brasileira quando a fome e a miséria começavam a ceifar dezenas de vidas, e isto mesmo para atirar-lhe com as migalhas que sobravam de seus esbanjamentos criminosos. (*Apoiados*)<sup>661</sup>

Naquele discurso, Epitácio Pessoa realçou que os problemas da Paraíba eram antigos, os mesmos que a imprensa estadual vislumbrava como prestes a serem solucionados com o advento da república. A propósito, no mesmo discurso de outubro, o mote da salvação da Parahyba pelas mãos da república foi lembrado por um deputado que exclamou enquanto Epitácio usava a tribuna: “– com a república isto melhorará”. Irônico, o deputado paraibano respondeu o aparte afirmando “Oxalá que eu não tenha em breve de fazer igual acusação aos poderes da República!”. A fala foi emblemática e o gesto na tribuna colocava em dúvida a crença de que a república seria capaz de resolver os problemas da Paraíba. Embora, se esse fosse um problema advindo das falhas do sistema político republicano, o tom irônico do orador

<sup>659</sup> Ver Discurso parlamentar intitulado “A Sêca no Nordeste”. PESSOA, Epitácio (1955, p. 69).

<sup>660</sup> Ver discurso intitulado “Problemas administrativos da Parahyba no Regimen da Federação”, in PESSOA, Epitácio (1955, p. 93). Nos Anais do Senado, o discurso aparece sob o título de “Orçamento da Agricultura. Interesses da Paraíba” (*Ibidem*).

<sup>661</sup> *Ibidem*.

demonstrava que não era sintoma de imobilidade, sinal de inércia da ação parlamentar. Estaria Epitácio dando sinais de descontentamento com os rumos da república? Ou a descrença atendia a certa dramatização característica do jogo parlamentar? Seria essa outra *chance de prestígio*?

O certo é que naquela mesma sessão, Epitácio Pessoa lamentou a rejeição do seu pedido de liberação de crédito para o prolongamento da Estrada de Ferro *Conde d'Eu*. Para ele, uma “maior injustiça” posto que era de tão grande importância para a Paraíba, mas que o jogo parlamentar havia “por simples inadvertência (*apoiados*), e não por uma parcialidade que seria digna de maior censura, recusou ao meu Estado que em idênticas condições concedeu a muitos outros”. De acordo com o argumento de Epitácio, o parlamento ajuizava sobre assuntos idênticos com soluções diferentes, promovendo uma “justiça de dois pesos e duas medidas” que penalizava a *Parahyba do Norte*, cujo prolongamento, insistiu, representava a “única medida capaz de nos libertar ou pelo menos suavizar a tutela que sobre nós exerce a praça de Pernambuco, única capaz de nos proporcionar os meios de que carecemos para nos constituirmos como Estado”.<sup>662</sup>

4.5.1 *Um deodorista em defesa da memória do grande Soldado: o (re)ajustamento da ação parlamentar em tempos de crise institucional.*

Desse modo, no primeiro ano da ação parlamentar de Epitácio Pessoa, ajustou-se a imagem do adepto da democracia e do federalista convicto, defensor dos direitos do Norte, além do combatente orador. Um dos momentos críticos da sua atuação parlamentar ocorreu com a chegada de Floriano Peixoto à presidência em novembro de 1891. A historiografia especializada no período narrou que, desde a sua eleição, Deodoro manteve renhida disputa com o legislativo. “O antagonismo entre os dois Poderes vinha dos tempos da ditadura e

---

<sup>662</sup> No mesmo discurso, Epitácio expõe que “os melhoramentos que meu Estado reclama como indispensáveis para a sua organização definitiva, avulta antes de qualquer outro o prolongamento de sua única estrada de ferro, prolongamento de que, pode-se dizer sem exagero, depende a vida do Estado, prolongamento que constitui o único meio de arrancarmos-nos às dificuldades quase insuperáveis em que nos colocou a discriminação de rendas feita pela constituição”. Epitácio reclamava que a “questão não é da ligação da estrada de ferro da Paraíba com a do Estado de Pernambuco: o que nós pedimos é o prolongamento de nossa estrada para o centro; é a nossa questão vital”. Para tanto, afirma ainda que havia recomendado estudos por uma turma de engenheiros nomeados pelo governo cujos resultados lhe serviu para analisar as concessões feitas a outros estados cujos projetos apresentam semelhanças com o criado para a Paraíba. É assim que reclama: “no Estado do Rio Grande do Sul foi estudado o prolongamento da estrada de ferro de Pôrto Alegre a Uruguaiana; no de Ceará foi estudado o prolongamento da estrada de ferro de Baturité; na Bahia o prolongamento da Estrada de Ferro Central; em Pernambuco e no Rio de Janeiro o prolongamento das respectivas estradas; na Paraíba o prolongamento da Estrada Conde d'Eu. A câmara concedeu crédito para o prolongamento das estradas do Rio Grande do Sul, do Ceará, da Bahia, de Pernambuco e da Estrada Central do Brasil, e recusou o crédito comparativamente mesquinho para o prolongamento da estrada da Paraíba! Foi uma inadvertência, mas uma inadvertência que envolve uma grave injustiça que convém ser reparada”. O prolongamento tinha mais de cinquenta quilômetros de extensão. PESSOA, Epitácio, (1952, p. 96).



agravou-se com a derrota de Prudente [de Moraes]”. Seguiu-se a partir daí uma série de “casos” que incluíam empastelamento de jornais, renúncia coletiva de ministros, crise entre os auxiliares e a adoção de medidas impopulares que “agitara contra o presidente a opinião dos congressistas”.<sup>663</sup>

Para agravar a crise, Deodoro convidara o Barão de Lucena – antigo amigo pessoal do presidente – para assumir a pasta da Fazenda. Com a nomeação, o governo viu-se em meio a uma enxurrada de críticas que de algum modo, atingiam diretamente Epiácio Pessoa na Câmara dos Deputados, sobretudo pela sua ligação com o Barão de Lucena. Em resposta aos ataques, e demonstrando a disposição de reafirmar a sua postura de *deodorista convicto*, o tribuno paraibano passou a defender os atos de Deodoro, visto como chefe de “um governo de homens cuja honorabilidade está muito superior a qualquer suspeita, e que não podem ser impunemente atacados”.<sup>664</sup> Em 3 de novembro de 1891, Deodoro da Fonseca dissolveu o Congresso Constituinte rejeitando a constituição recém aprovada. O ato pôs fim a fase do *deodorismo constitucional*, que durou de fevereiro a novembro daquele ano, e fez com que o país entrasse em intensa agitação política. Cerca de vinte dias após o ato, Deodoro foi deposto por um levante militar organizado pela Marinha de Guerra e que trouxe ao governo Floriano Peixoto, então vice-presidente da República.

A ascensão de Floriano à presidência trouxe a reboque a destituição dos governos dos Estados.<sup>665</sup> Naquele contexto, o descontentamento e a desconfiança de Epiácio com a república passou a ser declarada e publicamente justificada diante, da descrença com os rumos do *novo regime*. Com a ascensão de Floriano, a defesa dos atos de Deodoro da Fonseca transformou-se em um expediente frequente no discurso do deputado paraibano, de modo a promover um ajuste da memória oficial do *pai da república*, um tema que passou a defender pela tribuna, nos jornais e em eventos específicos de homenagens ao *velho e patriótico general*. Da tribuna da Câmara, tão logo Floriano Peixoto assumiu o governo, Epiácio passou a atacar a manobra dos deputados florianistas de tentar justificar os atos de Floriano comparando-os ao arrepio das medidas de Deodoro praticadas nos últimos dias de governo.

---

<sup>663</sup> Ver Gabaglia Pessoa (1950, p. 60). Segundo Flores (2016, p. 56), a crise derradeira do governo de Deodoro se “daria quando o presidente chama para o ministério um antigo fiel servidor da monarquia, o barão de Lucena, fato que foi repudiado pelos republicanos históricos. Ver ainda no mesmo autor a leitura sobre a fase do deodorismo constitucional.

<sup>664</sup> Conferir discurso de 1º de agosto de 1891, intitulado “Defesa do Barão de Lucena (I)” nos Anais da Casa “Concessões de Estradas de Ferro: defesa do Barão de Lucena”. In. PESSOA, Epiácio (1955, p. 31). A defesa do barão de Lucena voltou a ser o tema do discurso de 11 de agosto, sob o título de “Defesa do Barão de Lucena (II)”, nos anais “Para explicações: defesa do Barão de Lucena”. In. PESSOA, Epiácio (1955, p. 39).

<sup>665</sup> Ver item, “O Princípio da Espada” e a legalidade de Floriano, In. Flores (2016, p. 52).

Na perspectiva do orador, “vós [deputados], como partes que fôstes no grande pleito político de que foi teatro a Nação, não tendes a necessária imparcialidade e isenção de espírito para julgar o velho e heroico soldado; a História, inflexível, mas calma, é que há de fazê-lo com serenidade e inteireza”. Ainda em 1892, em dois momentos diferentes, Epiácio Pessoa fez a defesa da memória de Deodoro da Fonseca. O primeiro deles ocorreu no funeral do ex-presidente em 23 de agosto. Naquela ocasião, Epiácio Pessoa proferiu um *elogio fúnebre*, destacando que o Exército e os seus amigos *soluçam desolados* “a morte do grande soldado, daquele cuja vida foi um exemplo de lealdade e de abnegação; cujo nome foi uma bandeira de honra e de combate; cuja reputação é para ele um legado de Patriotismo e de bravura”. Em sua visão, “a República geme convulsa à beira dessa sepultura onde dorme o grande cidadão, aquêle a quem o povo brasileiro deve a vitória de sua emancipação política”. Essa foi, sem dúvida uma aparição importante, fazendo-nos imaginar Epiácio Pessoa, entre figuras importantes da política nacional, fazendo uma exaltação do herói militar, cuja memória deveria ser preservada de modo que a república mostrasse “ao mundo que há um sentimento que perpetua a vida dos heróis – [esse sentimento] é a gratidão de um povo”.<sup>666</sup> Era representação bem diferente das imagens cômicas e patéticas que eram criadas sobre o *Pisistrato das Alagoas* e o *Cronwell de Bronze*.<sup>667</sup>

O segundo momento, talvez o mais emblemático aos intuitos de Epiácio Pessoa, ocorreu na Câmara dos Deputados, dois dias após a morte de Deodoro. Da tribuna da Câmara, o deputado paraibano apresentou um projeto de lei que objetivava prestar “honras e homenagens à memória do Marechal”, um “homem que eu me acostumara a admirar como a encarnação mais completa da lealdade e da bravura, como o símbolo mais radioso da abnegação e do patriotismo”. O projeto, composto de cinco artigos, propunha a feitura “de solenes funerais no trigésimo dia do seu passamento; em todas as capitais da república”; declarava “luto nacional o dia 23 de agosto, data do falecimento do fundador da República”; além de determinar que seria “erigida no campo da República, nesta Capital, uma estátua daquele eminente cidadão, representando-o no momento em que proclamou a República”; por fim, no cemitério de São

---

<sup>666</sup> Ver “Discurso no Túmulo de Deodoro” In. PESSOA, Epiácio. (1955, p. 149/50). Epiácio estava atento ao efeito que o ajustamento de memória produziria com o tempo. Retornou à tribuna em 15 de novembro de 1892 em discurso pronunciado “na sessão funébre da Câmara dos Deputados em homenagem à memória do Marechal Deodoro”, num momento impar de aparição pública no meio dos pares, a saber, numa “majestosa solenidade” em que diz ter o dever de “em público”, dar o “testemunho de sua admiração e de seu respeito à memória do grande morto”. Ver, PESSOA, Epiácio. (1955, p. 154. Na íntegra, p. 154; 155; 156).

<sup>667</sup> A primeira imagem foi criada por Eduardo Prado em meados de fevereiro de 1890 em artigo intitulado “Os Heróis de 15 de novembro”, publicado na *Revista de Portugal* por Eça de Queiroz, para satirizar Deodoro e o espartanismo perigoso com que a proclamação da república era pintada. A segunda, foi satirizada por Antônio Sales, cearense que escreveu um soneto sobre a criação do monumento a Deodoro. Sobre a tradição da República da espada entre o cômico e o privado, ver Flores (2016, p. 59).

Francisco Xavier seria levantado “um monumento em que se guardarão as suas cinzas, se a isto anuir a sua família”.<sup>668</sup>

Com esse projeto, Epitácio Pessôa selava o compromisso em edificar um lugar à memória de Deodoro na história nacional, em um momento propício, isto é, quando os ataques dos adeptos do florianismo, tanto no Congresso quanto na Imprensa, tenderam a deslegitimar a posição de herói construída sobre o fundador da República.<sup>669</sup> O enquadramento da memória do proclamador da república também era um culto à Nação e à ideia de República, vista dramaticamente como um “ponto luminoso nos sonhos que adumbravam a alma popular” que recebeu “logo depois o influxo da propaganda nas Escolas, e em breve ateava incêndio na revolta em tôdas as consciências, como um protesto vivo contra êsse outro escravismo [a centralização monárquica] que amordaçava a nação”.<sup>670</sup>

De acordo com o argumento usado, tais aspirações democráticas haviam encontrado um momento glorioso quando “se lavrou a sentença de morte da monarquia, ditada pelo espírito patriótico de Benjamin Constant e executada pela mão valorosa do Marechal Deodoro”. Para o tribuno paraibano, “Benjamin Constant e Deodoro da Fonseca estão no mesmo plano, credores ambos da admiração dos seus contemporâneos, credores ambos do reconhecimento do País”. Ainda na perspectiva adotada por Epitácio Pessôa, as *ideias que deram forma à sonhada e desejada República* haviam sido solidificadas na fase do *deodorismo constitucional*, momento do qual o deputado paraibano havia participado e a que ajudou a construir. Uma forma sutil de lembrar e reforçar a ideia de que ao *grande herói e seus discípulos* – que incluíam os seus

---

<sup>668</sup> Conferir projeto de Lei e a justificativa verbal no discurso de 25 de agosto de 1892. In. PESSOA, Epitácio (1955, p. 225).

<sup>669</sup> As intervenções de Epitácio nesse momento tornaram-se simbólicas uma vez que o acerto de contas com a memória de Deodoro era tema da vez no Congresso e na imprensa. Ocorreu que desde a morte de Deodoro, em 23 de agosto, os parlamentares levaram o debate para Câmara discutindo se ele “tinha sido fundador da República, a imprensa também divergia, e a batalha simbólica pela fundação do Regime acirraria ainda mais os ânimos, já alterados por espaços políticos e repartições pública”. Sobre isso ver Flores (2016, p. 64)

<sup>670</sup> O empenho de Epitácio nesse interim encontrou resistência entre os parlamentares, fazendo com que retornasse ao tema na tribuna por várias vezes entre 1892 e 1893, reclamando primeiramente o parecer das comissões de legislação e orçamento. Conferir discursos de 28 e 29 de setembro de 1892 (PESSOA, Epitácio, 1955, p. 275-283). Em discurso datado de 13 de julho de 1893, Epitácio retornou ao tema acusando a censura das referidas comissões ao seu projeto apresentado em 1892. Naquela sessão, o deputado paraibano afirmou que vinha a tribuna requerer que a Câmara “salde quanto antes uma dívida [com a memória de Deodoro] em que está empenhada a gratidão nacional”. Epitácio questiona o fato de que, diferente de Benjamin Constant, que o “Congresso brasileiro já tem dado as mais significativas provas da gratidão nacional”, referindo a proposta apresentada por Teixeira Mendes em 1892, havia mandado “erguer-lhe uma estátua, mandou construir-lhe um mausoléu, adquiriu para Nação a casa em que faleceu, concedeu a sua digníssima viúva o usufruto desta casa e mais uma pensão que a pusesse a salvo da necessidade”. Enquanto “em favor do Marechal Deodoro, o que tem feito? Nada.” Cf. PESSOA, Epitácio (1955, p. 357-358). Sobre a edificação do monumento a Benjamin Constant, executado por Décio Villares e inaugurado em 1925” na Praça da República, como fruto da proposta de Teixeira Mendes em 1892, ver Carvalho (1990, p. 45).

defensores na Paraíba – “devemos a mais fulgente página da nossa história política, a vitória de 15 de novembro”.<sup>671</sup>

#### 4.5.2 Na oposição ao Marechal de Ferro: *a peça da (i)legalidade do governo.*

De acordo com certa leitura recorrente na Paraíba, “o movimento militar que derrubou Deodoro tinha como objetivo declarado a preservação da pureza constitucional e a reintegração do Congresso em suas prerrogativas. Mas esses altos propósitos ficaram circunscritos ao âmbito do governo federal”. Pelos Estados, a primeira medida de Floriano foi a deposição dos governadores que não haviam prestado solidariedade ao golpe de Estado. “De norte a Sul, grupos oposicionistas, apoiados pelas forças armadas, afastaram violentamente do poder quase todos os Governadores, somente conseguindo-se se salvar os do Pará e Santa Catarina, que haviam protestado contra a deposição do Congresso”.<sup>672</sup> Na Paraíba, Venâncio Neiva deixou o cargo após vários dias insistindo em continuar escorando-se em possíveis arranjos e acordos políticos entabulados no Rio de Janeiro.

Sobre a sua deposição, narrou-se que “obedecendo a recomendações oriundas do novo Governo da República, a guarnição do Exército passou a apoiar a facção oposicionista, que, naturalmente queria mudar a situação do Estado”. Venâncio, contudo, “ainda conseguiu resistir à pressão florianista por trinta e poucos dias. Mas a Capital foi sendo progressivamente dominada pelas arruaças, que contavam com a vista grossa do batalhão federal. A autoridade do Governador foi-se esvanecendo, pouco a pouco”. Neiva foi, por fim, deposto em 27 de dezembro, após dois anos e vinte dias à frente do governo.<sup>673</sup> Da tribuna, os atos que derrubaram Deodoro da Fonseca e posteriormente Venâncio Neiva foram duramente criticados por Epiácio Pessoa.<sup>674</sup> A sua artilharia contra o governo foi lançada pela primeira vez no dia 8 de janeiro de

---

<sup>671</sup> Cf. PESSOA, Epiácio (1955, p. 358).

<sup>672</sup> Albuquerque Melo, (1982, p. 14).

<sup>673</sup> Venâncio governou no período de seis de dezembro de 1889 a vinte e sete de dezembro de 1891. (*Idem*, p. 15). Segundo Albuquerque Melo, a crise política na Paraíba nesse período “agravou-se a tal ponto que ele concordou em renunciar, nos termos da proposta trazida à Paraíba por um emissário do Presidente da República. Não concordava este com a presidência do Governador que apoiara Deodoro, mas admitia que o governo passasse a ser exercido por seu sucessor constitucional. Aparentemente para salvar a situação estabelecida, Venâncio resolveu deixar o governo, que transmitiu ao primeiro Vice-Governador, Manoel Fonseca Xavier de Andrade, o que realmente o fez a 27 de dezembro”. No dia 31 de dezembro, contudo, a força federal na Paraíba recebeu ordens expressas para depor, “em caráter definitivo, o Vice-Governador em exercício”.

<sup>674</sup> A crítica de Epiácio em torno dos descaminhos constitucionais da república começou dias antes, quando mostrou-se contrário a medida de Deodoro que dissolveu o Congresso. Sobre o comportamento de Epiácio frente a medida de Deodoro que dissolveu o Congresso, ver Gabaglia (1952, p. 69). Ainda sobre a crise do *deodorismo* e o estado de sítio em 1891, ver Carone (1969, p. 17-24).

1892 em famoso discurso que denunciou a postura *anticonstitucional, antidemocrata e tirânica* do Marechal de Ferro.<sup>675</sup>

De acordo com Gabaglia Pessôa, “de ora em diante, Epitácio deixará o campo da especulação jurídica que até então o solicitara e revelará a outra face de sua personalidade: a do lutador”. Na visão da autora, “o clamor da sua revolta patriótica, em surtos da eloquência mais autêntica, encherá durante dois anos o recinto da Câmara, como uma ressaca atroadora, reboará nos quatro cantos da cidade, ferindo os ouvidos atentos de Floriano”. Para Lewin, nesse tempo, “demonstrando uma coragem que beirava a temeridade, [Epitácio] tomou posição na linha de frente dos ataques verbais a Floriano na Tribuna do Congresso, opondo-se ao vice-presidente, a quem qualificava de ditador e acusava de já ter começado a ignorar a nova Constituição de 1891”.<sup>676</sup>

De fato, no discurso do dia 8 de janeiro, intitulado “desorganização dos estados”, Epitácio colocou-se na linha de frente da luta contra a “derrubada” dos governadores estaduais, tida como uma medida que feria a autonomia dos Estados, peça chave do federalismo, e contraditavam “o espírito de todos aqueles que ainda há pouco auguravam à República uma época próxima de estabilidade, de paz e de progresso”. Para tanto, comungava com a ideia de que “por toda parte [havia] a desordem, a confusão, o morticínio, o terror”; e que diante disso “o Sr. General Floriano Peixoto vai-se forrando ao *sacratíssimo empenho*, de que falou seu manifesto, de manter *sobretudo a inviolabilidade da lei*” (grifos do autor). Irônico, Epitácio Pessôa denunciava o *disfarce* de Floriano, cujos defensores diziam agir na legalidade, enviando “emissários para todos os estados, sob o pretexto de colher informações exatas e imparciais que ali se desenrolam”. A chegada dos emissários coincidia com a “deposição dos governadores”, uma violência em nome da legalidade, “em nome da constituição”.<sup>677</sup>

Este havia sido o caso da Paraíba, cujas ações do governo julgavam ser “pela manutenção da legalidade”. Epitácio referia-se ao envio de tropas federais à Paraíba para garantia da ordem, assegurando os termos do acordo firmado entre Mena Barreto, João Soares Neiva e o próprio Floriano no dia vinte e três de novembro, quando “já começava a derrubada

---

<sup>675</sup> Diz Gabaglia Pessôa (1951, p. 74) sobre Epitácio e Floriano “quando eram colegas na Constituinte e quase vizinhos em S. Cristóvão, muitas vezes, dirigindo-se para o Congresso, entravam juntos na Quinta da Boa Vista pela porta do Pedregulho, conversando atravessavam o parque, e iam tomar do outro lado o bonde para o largo do Rocio”. Apesar disso, as relações entre ambos se tornam estranhas quando da chegada de Floriano ao governo. Fragmentos dos discursos de Epitácio Pessoa denunciando as medidas de Floriano encontram-se em Gabaglia, (1950, p. 75-112), no item intitulado: “Na oposição a Floriano”.

<sup>676</sup> Lewin (1993, p. 223).

<sup>677</sup> “Desorganização dos Estados” é o título do Discurso de 8 de janeiro de 1892. PESSOA, Epitácio. (1955, p. 107). Os textos integrais dos discursos de Epitácio na Oposição a Floriano aparecem, *ibidem* (p. 54. 71-92, 99-106).

nos estados”. No referido acordo, o Marechal havia assegurado aos senadores paraibanos que tropas federais estavam no Estado ao serviço do governo na Paraíba e que seriam solícitas em apoio a Venâncio Neiva, caso os grupos oposicionistas intentassem retirá-lo do cargo, o que desenhou de maneira contrária com o Estado assistindo a deposição do governador da Paraíba.<sup>678</sup> Para Epitácio Pessôa, estava “na consciência pública que a deposição dos governadores tem sido promovida pelo governo federal”, assim como estaria “na consciência pública que o governo tem arvorado, não a bandeira que tem como lema o aniquilamento da autonomia estadual, ou se quiserem, a bandeira da legalidade, mas de uma legalidade que para viver precisa cevar-se de anarquia e de sangue”.<sup>679</sup>

#### 4.5.2.1 *A intrusa vem a rua: a “troupe de esbodegados” e a matrona desfigurada chegam na Paraíba.*

O discurso da *desorganização dos Estados* encontrou ecos na Paraíba, tendo sido publicado nas páginas do *Estado* no dia 23 de janeiro.<sup>680</sup> Esse foi um expediente recorrente da oposição na Paraíba durante toda a ditadura florianista, isto é, enquanto Epitácio combatia o Marechal de Ferro da tribuna, o *Estado do Parahyba* centrava artilharia pela imprensa contra o governo federal e seus representantes no Estado. Prova disso é que em janeiro de 1892 foi criada a sessão *Analizando*, que fazia um balanço crítico do *actual estado de cousas*, essencialmente políticas que ocorriam no Brasil. Os artigos eram assinados por vários intelectuais paraibanos que enfileiravam a oposição a Floriano no Estado. Entre eles, estava João Pereira de Castro Pinto. Além dela, o jornal criou a sessão *Glosas*, assinada por um certo Aristophanes. As *Glosas* figuraram como uma espécie de secção política em que se satirizava vários dos acontecimentos ocorridos na Paraíba e no Brasil daqueles idos de 1890. Ambas as sessões apareciam na primeira página do jornal, quase sempre uma seguida da outra.<sup>681</sup>

---

<sup>678</sup> Ver cópias de telegramas de Venâncio à Almeida Barreto enviado à 27 de novembro de 1892, em que o Governo da Paraíba dá notícias de “um grupo de capangas, capitaneado por Edmundo Rêgo Barros, Dr. Antônio Baltar, invadiu a cidade, aclamando junta composta Coronel Savaget [comandante do 27º Batalhão da Capital], Drs. Eugênio Brito e Joaquim Fernandes”. Venâncio reluta em reconhecer a junta e diz “não reconheço nem resigno. Savaget negou-me apoio, até neutralidade. Salvo intervenção força federal, tenho elementos restabelecer ordem. Capangas apontaram revolver contra mim por não querer receber ofício junta, tendo nome desta recebido ordem prisão que desdenhei. Estou meu pôsto cercado de amigos”. Ver ainda telegrama veiculado pela imprensa no Rio e apresentado por Epitácio em discurso “Desorganização dos Estados”. PESSOA, Epitácio. (1955, p. 113). Ver ainda telegrama publicado pelo Jornal *O Paiz* de 31 de novembro de 1892. Idem (p. 116).

<sup>679</sup> Idem (p. 119).

<sup>680</sup> Conferir *Estado do Parahyba*, Jornal, Parahyba, 23 de janeiro de 1892. p. 2.

<sup>681</sup> As sessões apareceram pela primeira vez na edição de 15 de janeiro de 1892. Conferir *Estado do Parahyba*, Jornal, Parahyba, 15 de janeiro de 1892.

No início de março, um dos temas satirizados por Aristophanes foi *a derrubada dos governadores*. Naquela glosa, o autor imaginou a chegada nos Estados, “por ordem do governo” de “um grupo alegórico”, uma “troupe de esbodegados” amotoados na “garoupa” de uma matrona que avultava o centro do grupo. Ela, a matrona, estremecia, inquieta, repetindo a mesma pergunta por onde passava: “- Você me conhece? Você me conhece?” Para o glosador, “eis a pergunta insípida, desenxabida, sedição, feita em tom nasalado, flauteado, esganiçado, reoufenho, de taboca rachada, em todas nuances chromaticas da gomma sonora”. Uma pergunta sediciosa naquele tempo em que “parece que há uma geral desconfiança” no rumos que tomava o Estado republicano no Brasil. Tempos de “revira-voltas e de soluções inesperadas, em que os homens não têm certeza da cor do disfarce que envergam, procurando enganar-se uns dos outros pela modulação falseada da voz, pela máscara mal apertada, deixando entrever a linha muito conhecida das feições, e pelas roupagens espaventosas”.<sup>682</sup>

A matrona que “ninguém a conhecia, e nem compreendia a allegoria que representava”, era a república mulher que “quando era moça foi muito conhecida” pelas suas virtudes, mas que no tempo da tirania vestia o disfarce da (i)legalidade, tornando-se irreconhecível. Para Aristophanes, tal como já havia denunciado Epitácio Pessoa, nesse tempo a esperança outrora decantada mudava de feição e os trajes da república eram costurados retalhos de tecidos velhos. Essa era uma forma teatralizada de rejeitar o que chamava de os *traidores da República* cuja ilusão, em contraste ao *festim* que marcou a chegada de Venâncio e seus auxiliares ao governo do Estado, pretendia mostrar que na Paraíba ninguém reconhecia o governo do disfarce e que rejeitava o ilegítimo governo de Floriano e a trupe de auxiliares que chegavam aos Estados.<sup>683</sup> A recusa, neste caso, não era apenas aos atos de Floriano, mas à presença do Major Álvaro Lopes Machado, novo governador da Paraíba, que havia desembarcado no Estado em 18 de fevereiro.

Satiricamente, Álvaro seria um dos desconhecidos personagens encarapitados que se amontoava na corcunda da matrona, zombando da sua feição, arrastando-a pelas ruas da Cidade de Parahyba. Na visão dos redatores daquela folha, o desembarque de Álvaro na Paraíba foi a

<sup>682</sup> Conferir *Estado do Parahyba*, Jornal, Parahyba, 1 de março de 1892.

<sup>683</sup> Coelho Lisboa detalhou a viagem de Alvaro Machado sob sua companhia a bordo do *Brazil* para assumir o governo do Estado em fevereiro de 1892. Conta João Coelho, como era chamado intimamente por Álvaro Machado, que durante a viagem começou a haver desentendimentos entre ele e o novo governador, situação agravada quando do desembarque no Estado. Segundo Coelho Lisboa, foi a pedido de Floriano Peixoto que o areense retornava à Paraíba sob a companhia de Álvaro, incumbido de apresentá-lo “aos homens políticos da Parahyba, [uma vez que] elle [Álvaro Machado] não conhece ninguém lá”. Segundo Coelho, a orientação de Floriano era: “façam juntos a política”. Contrariando as orientações de Floriano e atendendo a interesses pessoais, Álvaro se alinhou a Eugênio Toscano, que logo “procurou apoderar-se do braço de S. Ex., para que S. Ex. entrasse na cidade pelo seu braço. E. Ex., porém, nesse momento me chamava para sí, como que preferindo entrar na cidade, guiado pelo meu braço”. Cf. LISBOA, Coelho (1909, p. 38).

“mais baixa comédia que a politiquice brasileira tem representado em toda a nossa história”.<sup>684</sup> Sobre isso, as perguntas poderiam ser igualmente alegóricas, não menos sediciosas, feitas para repercutir no meio dos (e)leitores: Você conhece os representantes encarapitados que arrastam a contragosto a matrona irreconhecível? Devemos obedecer ao governo que não conhecemos?<sup>685</sup> Mais um exemplo de como os grupos oligárquicos da Paraíba encenavam pela busca e controle do poder político usando, para tal, de recursos os mais diversos, inclusive, mantendo em guarda o que Balandier chamou de “quebradores de aparência”, isto é, os jogadores que embaralham as cartas para desvendar o que aparentemente está oculto, ridicularizando os opositores.<sup>686</sup>

Vista sob a ótica da construção simbólica do poder, a alegoria captou muitos aspectos do imaginário político da época, notoriamente aqueles que criticavam os rumos que a *República da Espada* seguia. A matrona irreconhecível também era a *república do inesperado*, cuja imagem, no Rio de Janeiro, já havia sido captada pela lente sensível de outro *glosador*, Machado de Assis. Basta lembrar que no romance *Esaú e Jacó*, Machado de Assis “faria

---

<sup>684</sup> Em 18 de fevereiro o *Estado* publicou matéria intitulada “O Major Álvaro Lopes Machado”, os redatores tentavam deslegitimar o ato de nomeação do novo governador, supondo que nada existia de oficial nesse sentido, e caracterizando-o como um “acto solemne de mais um estúpido e ridículo atentado contra a autonomia da Parahyba”. Na mesma edição os redatores apontaram que o ato de aclamação de Álvaro havido sido preparado por Coelho Lisboa fazendo circular pelas ruas da Capital no dia anterior um convite para que os paraibanos estivessem presentes na recepção ao governador. Imagem comicamente satirizada pela “Cantiga Popular” que circulou no mesmo jornal naquela quinta feira, 18 de fevereiro de 1892. Na *modinha*, afirmavam “chega hoje, o vapor traz / Quem vem ser governador, / Da várzea do Parahyba / Venha o povo aclamador / Pela cidade espalhou-se / Convite mesmo de arromba! / Sim senhor... haja foguete! / Fogo de vista! Haja bomba! / Quem for capaz de curvar-se / Redobre logo o pescoço; / A quem se rende garantem, / Garantem qualquer um osso. / Os carros da Conde d’Eu / Vão cheio de passageiros / Buscar o governo novo... / Parabéns aos fogueteiros! / Soltemos por nossa vez / Um grito de animação; / Aplaudimos de bom grado / A comédia – a aclamação!”. Cf. *Estado do Parahyba*, Jornal, Parahyba 18 de fevereiro de 1892. Os boatos de que Álvaro nunca recebeu a sua nomeação oficial de Floriano Peixoto foi reafirmada por Coelho Lisboa no Senado da República em discurso de 12 de maio de 1908, no mesmo ano em que, legislando ao lado do próprio Álvaro Machado, o então senador embrenhou-se em renhida disputa na tribuna com o chefe oligarca da Paraíba. Naquela sessão de 12 de maio, por exemplo, João Coelho interpelou Álvaro, afirmando “S. Ex. não me quer mostrar si tem ou não um telegrama do marechal [Floriano] nomeando-o governador do Estado. Sou obrigado a acreditar, então, no que se diz em toda a Parahyba: ‘que S. Ex. nunca recebeu esse telegrama’”. Segundo Coelho Lisboa, “na ocasião da posse, quando todos esperávamos que o termo fosse lavrado, com a nomeação exibida por S. Ex., foi preciso encenar-se uma aclamação, que não se fizera na praça, uma aclamação no salão da Intendencia Municipal, e os meus distintos amigos coronéis Rufino Olavo e Genuino de Albuquerque foram encarregados de acclamar S. Ex. governador da Parahyba”. Fato que levou “os jornais da opposição a decantarem em prosa e verso a posse de S. Ex. e a decantando, perguntavam: ‘acclamado ou nomeado? Nomeado ou acclamado?!’ Nenhuma resposta dava o jornal do governo”. Cf. LISBOA, Coelho (1909, p. 43).

<sup>685</sup> Dentro do jogo de representações criado na Paraíba durante a primeira República, os opositores de Álvaro Machado investiram pesado na ideia de que o seu ingresso na política do Estado deu-se a “mercê de circunstancia anormais, por acontecimentos imprevistos, sem que tivesse a S. Exa. jamais qualquer influência nos negócios públicos de sua terra, de que afastara-se na infância e para cuja prosperidade nunca dera mostra de seus bons desejos”. *A República*, Jornal, Parahyba 7 de agosto de 1907. Opcit. Rodrigues (1989, p. 118).

<sup>686</sup> Balandier (1980, p. 39) aponta que em todas as sociedades há o jogo da ordem e da desordem. Para promoverlo, há personagens que assume a função de “quebradores de aparência” que atuam no sentido de zombar dos opositores, submetendo-os ao ridículo.



coincidir a morte de Flora com esses acontecimentos republicanos, a moça a quem os dois gêmeos, Pedro e Paulo, devotavam paixões tão profundas”. Acometida por uma doença que lhe abateu em febres por dias e noites, “a musa definhava na mesma medida em que ascendia o florianismo; ‘não bastam esperanças, a realidade é sempre urgente’, pensava Flora no leito de morte”. A bela moça morreu em meio aos “boatos e manifestações ao marechal Deodoro e tantos contra o marechal Floriano”, e o seu enterro se deu “no dia da suspensão das liberdades individuais e republicanas”.<sup>687</sup> A república mostrava-se como um rótulo novo impresso sob a superfície sinuoso de uma velha garrafa.<sup>688</sup>

#### 4.5.3 A defesa de Almeida Barreto: o articulista e o deputado Eptácio Pessôa.

O mês de abril de 1892 foi um dos mais agitados da política nacional e estadual. No dia 6 daquele mês, “13 generais, nove oficiais superiores do Exército e quatro da Armada, enviaram carta, datada de 31 de março, na qual pediam eleições presidenciais”. Eles questionavam a “substituição dos administradores dos estados, da morte de inúmeros soldados e do ‘estado de desorganização geral do país’”. No mesmo dia, o governo emitiu um ato demitindo os signatários dos cargos comissionados, “reformados nas carreiras, passando para a reserva, isto é, militares reformados e, portanto, sem tropa para comandar”. Seis dias depois, Floriano decretou estado de sítio, suspendendo as atividades do Congresso.<sup>689</sup> Entre os militares signatários, estava o então senador José de Almeida Barreto, que logo tornou-se um preso político, acusado de conspiração por decreto presidencial.<sup>690</sup>

A nível estadual, desde o início de janeiro, o jornal *Estado do Paraíba* travava uma intensa batalha com o jornal *O Parahybano*, periódico fundado naquele mesmo mês e

<sup>687</sup> Conferir Flores (2016, p. 62).

<sup>688</sup> José Rodrigues de Carvalho publicou em 18 de fevereiro de 1892 o soneto intitulado “Deposição”, referindo-se aos atos que depôs Venâncio Neiva na Paraíba e as impressões dos cidadãos que confiavam nos trajes modernos da república. Afirmou: “Não sei a quem recorra... a minha musa / Munida de cacete e bacamarte / Há dias que me nega ‘engenho e arte’, / E em cousas de combate parafusa. / Bisonha, carrancuda e mais confusa, / Cuidando de exercício em toda a parte, / Metteu-se n’um bonet, e, quasi Marte, / Me olha toda vez que veste a blusa. / Espero novidade... e talvez breve / A tyta venha dar-me algum desgosto, / Segundo o que a apparencia me descreve. / Já fogem corypheos cá de meu posto / E a bruta cada vez mais se atreve... / Suponho que de vate’estou deposto”. Cf. *Estado do Parahyba*, Jornal, Parahyba, 18 de fevereiro de 1892.

<sup>689</sup> Cf. Flores (2016, p. 61).

<sup>690</sup> Em março de 1892, diz Lewin (1993, p. 223), “o nome de Almeida Barreto foi o primeiro de uma lista de treze generais, comandantes e almirantes, do Exército e da Marinha, a assinarem um manifesto público insistindo para que Floriano convocasse, ‘quanto antes’, uma eleição presidencial, ‘como determina a Constituição Federal e a lei eleitoral, feita, porém, livremente, sem pressão da força armada’”. Depois do ato, “os signatários foram privados de comissionamentos e afastados para reserva por Floriano. No espaço de um ano, Almeida Barreto e os outros doze oficiais, bem como um contingente de civis opositores ao governo de Floriano, inclusive o grande abolicionista José do Patrocínio, encontravam-se presos e embarcados num navio com destino a Amazônia. Passaram no exílio, em Manaus, o restante da Ditadura de Floriano”.

comandado por Eugênio Toscano de Brito.<sup>691</sup> A princípio, *O Parahybano* mostrou-se um apoiador da junta governativa comandada por Cláudio Amaral Savaget, e com o apoio do Barão do Abiaí, o que denotaria para os redatores do *Estado*, uma clara adesão da folha ao florianismo e, indiretamente, aos princípios do regime monárquico.<sup>692</sup> De maneira correlata, *O Parahybano* surgiu fazendo uma forte oposição a Venâncio Neiva, já deposto, cujo governo era visto por ele como “uma enfermidade”, uma “desacreditada oligarquia”<sup>693</sup>, assim como os redatores do *Estado*, e os apoiadores do governo eram tratados como “pseudo republicanos”.<sup>694</sup>

Como resultado, a Paraíba viu circular, nos primeiros meses de 1892, uma série de libelos acusatórios e difamatórios envolvendo os dois grupos políticos. Um dos momentos ápicos da disputa ocorreu quando Epitácio Pessoa passou a assinar, nas páginas do *Estado*, um conjunto de artigos em defesa de Almeida Barreto que, na perspectiva de *O Parahybano*, seria uma espécie de anti-herói, *um traidor* que havia alcançado prestígio político atraindo a monarquia. Isto é, para os redatores de *O Parahybano*, nos eventos de 15 de novembro, o General Barreto “praticou menos um ato de heroica abnegação e de acendrado patriotismo do que uma capitulação desleal e covarde”.<sup>695</sup> De acordo com os redatores, o último grande feito *ignominioso* de Barreto foram os *atos de Santa Cruz*, sobre os quais já começavam a circular boatos pela Paraíba acusando o envolvimento do General.<sup>696</sup>

---

<sup>691</sup> *O Parahybano* foi criado pelo médico, político e jornalista Eugênio Toscano de Brito em 1892, mostrando-se entusiasta de Álvaro Machado e dispondo o seu jornal a manifestar “elogios ao florianismo e ao seu preposto na Paraíba”. Contudo, a relação entre os dois foi contrariada quando Eugênio Toscano teve o seu nome retirado da chapa em que disputaria as eleições de 1892 como primeiro vice-presidente ao lado de Álvaro Machado – Presidente – e João Tavares de Melo – Segundo Vice-Presidente. Nesse momento, Eugênio Toscano passou usar o seu jornal contra Álvaro, Abdon Milanez – tio de Álvaro e responsável maior por sua nomeação ao governo da Paraíba – e Floriano Peixoto. O jornal não ultrapassou o seu primeiro ano de publicação, sendo atacado juridicamente pela situação alvarista, além de sofrer uma tentativa de empastelamento. Sobre a “nascitura” da oligarquia alvarista na Paraíba e o *estremecimento* entre os líderes políticos, ver Rodrigues (1989, p. 46).

<sup>692</sup> Em 12 de janeiro de 1892, *O Parahybano* publicou uma série de telegramas de felicitações e apoio à junta governativa, entre eles estava o do Barão do Abiaí, datado de 8 de janeiro e enviado da capital da República. Cf. *O Parahybano*, Jornal, Parahyba, 12 de janeiro de 1892. A adesão de Abiaí à junta governativa foi ironizada pelos redatores do *Estado* no dia seguinte. Para eles, “bem estava nos parecendo que faltava alguma cousa à junta, que ella andava como que as apalpadelas. Mas agora está salva a pátria e também a junta”, com as felicitações de Abiaí. Cf. *Estado do Parahyba*, jornal, Parahyba, 13 de janeiro de 1892. Dias antes, isto é, em 10 de janeiro os redatores do *Estado* publicaram matéria com o título “Será Republicano?” em que questionavam o programa do *Parahybano* que, na ótica daqueles redatores, mais parecia ser monarquista. Ver, *Estado do Parahyba*, Jornal, Parahyba, 10 de janeiro de 1892.

<sup>693</sup> Conferir *O Parahybano*, Jornal, Parahyba, 12 de janeiro de 1892. O periódico satirizou poeticamente o que chamou de debandada da “NEIVEIDA”, referindo-se à derrubada de Venâncio e seus correligionários por Floriano Peixoto. Ver poema intitulado *NEIVEIDA* in. *O Parahybano*, Jornal, Parahyba, 2 de fevereiro de 1892. Conferir ainda poema de título *NEIVEIDA*, satirizando a chegada dos emissários no estado da Paraíba e a reação de Venâncio na edição de 4 de fevereiro de 1892. In. *O Parahybano*, jornal, Parahyba, 4 de fevereiro de 1892.

<sup>694</sup> Conferir matéria de *O Parahybano*, Jornal, Parahyba, 9 de fevereiro de 1892,

<sup>695</sup> Conferir *O Parahybano*, jornal, Parahyba, 1 de fevereiro de 1892.

<sup>696</sup> Já no início de abril começou a circular pela Paraíba boatos do movimento dos generais contrários ao governo de Floriano Peixoto. Em tom jocoso, já em 9 de fevereiro, o jornal *O Parahybano* publicou uma sátira intitulada “É casca-dura!”, questionando: “Responda seu Barreto, é exacto o que dizem as filhas da Candinha, com relação a Santa Cruz!? Ou são segredos da natura?! Se assim é! Que digam os sábios da escriptura: entretanto para a

Por outro lado, os artigos assinados por Epitácio vieram à tona em fevereiro, no mesmo contexto em que Álvaro Machado chegou à Paraíba, e tenderam a opor a imagem de um *ínclito* General Barreto à conduta *cínica* de Floriano Peixoto, aspecto que julgava ser latente desde os tempos *gloriosos* da instauração da República. Na política estadual, os artigos de Epitácio Pessoa opunham a legitimidade do governo de Venâncio Neiva à ilegalidade de Álvaro Machado. De maneira mais ampla, Epitácio falava pela oposição na Paraíba, que, naquele contexto, já se alinhava em torno do Partido Autonomista, criado em 1892 por Venâncio Neiva.<sup>697</sup> No dizer de Rodrigues, “os autonomistas paraibanos se batiam, pois, em duas frentes: a antiflorianista [a nível de governo central] e, a nível estadual, a antialvarista”.<sup>698</sup>

Na defesa do “cidadão [Almeida Barreto] que se tenha tornado notável pelos *seus feitos de armas e por serviços relevantes à Pátria*”, a crítica à Floriano tornou-se ainda mais contundente. Em um dos artigos, em distinção ao ilustre paraibano, tinha-se

[...] Floriano, o homem que cinicamente tem faltado à sua palavra empenhada perante a Nação em solene manifesto; o homem que, chamado para a restabelecer a Constituição, a tem conspurcado do modo mais indigno; o homem que vem rasgando a baioneta as cartas constitucionais de todos os Estados; o homem que tem desviado os dinheiros da Nação para as algibeiras dos guarda-costas políticos; o homem que tem assassinado covardemente todos aqueles que têm resistido aos assaltos de sua desenfreada ambição; o homem cuja permanência no poder, depois de 23 de fevereiro, é um roubo a soberania popular; o homem que a 15 de novembro de 89 e a 23 de novembro de 91 conquistou lugar proeminente na galeria negra dos traidores políticos e, de então para cá, sedento de morte e de sangue, tem atraído sobre si as maldições de órfãos e de viúvas, a execração de todos aqueles que ainda não deseperaram do futuro da república; [...]<sup>699</sup>

---

ignominia do facto basta o aparato do ato.” Cf. *O Parahybano*, Jornal, Parahyba, 9 de fevereiro de 1892. As primeiras respostas diretas a esses *boatos caluniosos*, assim descrito pelos redatores do *Estado*, foram publicados na edição de 6 de fevereiro de 1892. Naquela mesma edição circulou uma nota assinada pelo próprio Almeida Barreto, esclarecendo ao público a natureza de uma matéria circulada no jornal *O Paiz* e que envolvia o seu nome na lista de suspeitos de conspirarem contra Floriano.

<sup>697</sup> Criado por Venâncio em 1892, o Partido Autonomista da Paraíba reuniu nomes que compuseram a oposição à Floriano a nível federal e a Álvaro Machado na instância estadual. Eram eles “Epitácio Pessoa, Almeida Barreto, João Neiva, Cunha Pedrosa, João Tavares, Flávio Maroja, Trindade Henriques, José Gomes de Sá, Antônio Hortêncio, Anésio Serrano, Cristiano Lauritzen, Felix Daltro, Alfredo Espinola e outros”. Cf. Nóbrega (1950, p. 58)

<sup>698</sup> Na primeira frente, diz a autora, “a atuação partidária alcançou grande destaque através da combatividade e do brilhantismo memoráveis do deputado Epitácio da Silva Pessoa, na Câmara Federal, - o que iria concorrer, decisivamente, para a sua assunção posterior do Ministério do Interior e Justiça do governo Campos Sales”. Cf. Rodrigues (1989, p. 40). Ver ainda, na mesma autora, a criação dos Partidos Republicano da Paraíba (PRP), por Alvaro Machado em 1892, e do partido Autonomista pela oposição vinculada à Venâncio Neiva no mesmo ano. A criação do Partido Autonomista da Paraíba fez os líderes políticos vinculados a Venâncio ingressarem no movimento antiflorianista como ocorrera em várias partes do País. Apesar disso, no plano estadual, afirma a autora, “asfixiados pela oligarquia dominante [alvarista], os autonomistas conheceram uma trajetória modesta”. (*Ibidem*) Sobre o convite de Campos Sales à Epitácio Pessoa para assumir o ministério ver Gabaglia, (1951, p. 146).

<sup>699</sup> Ver *Estado do Estado*, Jornal, números de fevereiro de 1892. In. PESSOA, Epitácio. (1965a, p. 135-148).

Como articulista, neste ponto, Epitácio Pessoa é quem embaralha as cartas do jogo político, engajado em uma espécie de duelo de palavras cuja aposta é deslegitimar o oponente. Isto é, a nível estadual, os artigos de Epitácio apontavam para um jogo de representações em torno da identificação dos *legítimos fundadores do regime republicano*, que incluía o laureado General Barreto e, poder-se-ia acrescentar, um conjunto de outros nomes de políticos paraibanos que, em sua província, haviam trabalhado e ainda trabalhavam incessantemente para sua consolidação. Desse modo, os artigos tentavam produzir uma espécie acerto com memória uma vez que acreditava ser necessário que a oposição e, leia-se, também a opinião pública, conhecesse a “verdade que irrompe clara, luminosa e indiscutível da história imparcial e criteriosa da revolução de 15 de novembro e que há de levar a posteridade o nome do laureado General Barreto como o de um propugnador da mais brilhante conquista de nossa vida política”.<sup>700</sup>

Demonstrando uma forte capacidade de criar narrativas teatralizados, propensas a (re)apresentar dramas líricos, Epitácio publicou ainda em fevereiro uma peça acusatória, a qual chamou de “Libelo acusatório” que dizia ser extraído da “opinião pública, por um de seus principais órgãos, A IMPRENSA, contra o Sr. Marechal Floriano”. Na referida peça, o político e articulista paraibano criou um cenário em que Floriano foi tratado como “Réu”, cujas práticas incidiam contra vários artigos da constituição e do código penal, em um total de 38, que foram resumidamente listados ao final do *libelo*. Uma verdadeira peça retórica, em que cujo jogo discursivo foi seguido de uma imaginária sentença pública, que “dela verá o PARAHYBANO: 1º - a República não *nasceu da traição*, mas *venceu apesar da traição* do Sr. Floriano Peixoto” [...]. (Grifos do autor).<sup>701</sup> Floriano, nos termos da contundente acusação, era sentenciado pela opinião pública, pela violação dos princípios constitucionais legitimamente criados pelos constituintes.

Os artigos em defesa do General Barreto e, por extensão, dos legítimos representantes da república, atestam como Epitácio Pessoa julgava importante o jogo retórico que tendia à personificação da imagem pública das lideranças políticas. Em um horizonte de análise mais amplo, a recorrência a esse jogo retórico indica ainda como tais personagens davam importância à *opinião pública* no quesito qualificação e promoção da personalidade política, seja individual ou grupal. Essa ideia reforça o argumento de que os grupos oligárquicos na Paraíba

---

<sup>700</sup> Um dos temas recorrentes nos artigos era a defesa de Barreto como um dos heróis do 15 de novembro, matéria contestada pelos redatores do Jornal *O Parahybano*. Epitácio renderia longos argumentos, seguido da exposição de documentos (telegramas e cartas) que atestavam a *bravura* do conterrâneo Almeida Barreto junto ao *movimento revolucionário do 15 de novembro*. Ver EPITÁCIO, Pessoa (Idem, p. 147).

<sup>701</sup> Ver matéria intitulada “Fora da Lei”, (*Idem*, p. 138).

apresentavam uma predisposição para criar situações de prestígio e reconhecimento opondo a imagem de suas lideranças à desqualificação pública dos adversários políticos da vez.

#### 4.6 AS ELEIÇÕES DE 1894: *O ABRAÇO CORDEAL DO POVO PARAIBANO AO MAIOR TRIBUNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.*

De volta ao Congresso em março de 1892, o embate entre Epitácio e Floriano não se findou. O político paraibano ocupou a tribuna várias vezes para contestar e criticar as medidas *inconstitucionais* do Marechal ao longo do ano de 1893. Em 16 de setembro de 1893, Epitácio fez o último discurso na Câmara Federal como deputado pela Paraíba, conforme registrou à reunião de seus discursos parlamentares de 1890 à 1893.<sup>702</sup> Aparentemente já acreditava que aquela era “provavelmente a última vez que tenho de dirigir a palavra à Assembleia dos representantes do meu país” o que lhe exigia “dizer algumas verdades, que, com certeza, não soarão bem a ouvidos habituados aos epinícios venais dos saltimbancos políticos”. Em tom desafiador, dizia falar a verdade “cuja enunciação se me impõe como um dever de lealdade e civismo<sup>703</sup>”. Esse dever revelou-se justificável já nas primeiras linhas do discurso:

[...] a descrença cada vez mais profunda dos homens e das coisas do meu país, as desilusões que vou encontrando na vida política, que, na minha ingenuidade de m<sup>o</sup>ço, fantasiara, *não a luta pela vida de interesses menos dignos, mas o empenho ardente, sincero e patriótico pela realização das mais adiantadas aspirações de liberdade e de progresso*; o sobressalto, a tristeza, a mágoa imensurável com que vejo cada vez mais comprometida a causa da República, desacreditada, prostituída por homens que parecem presos da vertigem da destruição e do extermínio, que parecem rejubilar-se com ostentar a sua indiferença ou o seu desprezo pelos mais justos reclamos da opinião pública; a descrença, o desânimo, e, digamo-lo de uma vez, a vergonha de fazer desfilar aos olhos dos adversários da República o cortejo sinistro dos males com que se tem infelicitado a minha Pátria; tudo isso me tem conservado arredo desta tribuna, onde o Governo persiste em ver, não a voz da constituição e do patriotismo, mas a grita descompassada da ambição ou interesse inconfessável<sup>704</sup>. [Grifos meu]

A mensagem era clara e o alvo, dizia, “a mais pungente ironia, que o mais doloroso escárnio esputado as faces da Nação alcunhou de *governo da legalidade*” (grifos do autor). Falando diretamente contra as medidas do florianismo, o discurso era um protesto declarado do *legislador combativo, do legítimo defensor da causa republicana* “contra a ditadura triunfante”.<sup>705</sup> Nesse mesmo discurso, o tribuno paraibano proferiu as últimas palavras em torno

<sup>702</sup> O discurso apareceu sob o título de “O Governo da Legalidade” e foi publicado no *Jornal do Brasil*, em edição especial, de 21 de setembro de 1893. Cf. PESSOA, Epitácio. (1955, p. 401).

<sup>703</sup> *Idem* (p. 402).

<sup>704</sup> *Idem* (p. 401).

<sup>705</sup> *Idem* (p. 405).

do *ajustamento da memória parlamentar*, pretendendo reforçar a imagem e a postura íncrita do político movido pelas ideias de *liberdade e progresso*. Importante destacar que tal imagem fez ecos pela imprensa carioca ainda naquele mês de setembro de 1893, mais precisamente nas páginas da edição especial do *Jornal do Brasil*. Segundo Gabaglia Pessoa, aquele discurso “causou maior sensação” a ponto de o *Jornal do Brasil* esgotar duas edições sucessivas.<sup>706</sup> Atuando no sentido de controlar o jogo de representações que se estratificavam sobre si, Epitácio também fez com que esse discurso circulasse na íntegra pelo jornal *Estado do Parahyba* e em partes recortadas através de panfletos avulsos que percorreram a Paraíba em dezembro daquele ano.<sup>707</sup>

Ainda em setembro, Epitácio partiu para o Norte a bordo do vapor “Tamar”, de passagem pela Bahia, Recife e por fim chegou na Paraíba.<sup>708</sup> Apesar da expectativa do desembarque ainda no mês de setembro, o trem que trouxe Epitácio à capital paraibana partiu de Pilar apenas no dia 3 de outubro, acoplado na gare Conde D’Eu na tarde do mesmo dia. Contudo, a notícia em torno da expectativa da chegada de Epitácio Pessoa à Paraíba é, sem dúvida, o prenúncio da forma como o político paraibano foi representado em fins de 1893 e ao longo de 1894, de maneira particular pelos membros do Partido Autonomista. Para os idealizadores da matéria circulada nas páginas do Estado, aclamado por uma comissão daquele Partido, Epitácio foi recebido como um “ilustre orador brasileiro, o orgulho e a glória de seus patrícios”, *um eminente representante* que “vinha das lides parlamentares, coberto dos louros que um invejável talento e um carácter a toda prova lhe souberam conquistar”.<sup>709</sup> Na visão dos redatores, aparentemente falando em nome do partido e dos conterrâneos do pequeno Estado do Norte,

[...] O parahybano que hoje regressa ao seu Estado Natal, não é simplesmente o estímulo mais nobre do seu partido, é a mais consoladora esperança d’esta terra. [...] O dr. Epitácio Pessoa, sem deixar de ser um autonomista intransigente em seus compromissos políticos, é um cidadão que pela notória lhaneza dos seus modos, pelos obséquios copiosamente espalhados, pelas sympathias que a sua amável personalidade desperta por toda a parte, além do brilhantismo de sua muscula inteligência e do prestígio do seu caráter de bronze, tem sabido ser o ídolo do povo do Rio de Janeiro e no Parahyba especialmente.<sup>710</sup>

<sup>706</sup> Cf. Gabaglia (1951, p. 118).

<sup>707</sup> Trechos desses discursos foram publicados avulso, a exemplo da carta circular em defesa da reeleição como Deputado Federal pela Paraíba, que circulou no estado 5 de dezembro de 1893. Cf. PESSOA, Epitácio (1965a, p.212).

<sup>708</sup> Conferir o *Estado do Parahyba*, Jornal, Parahyba, 24 de setembro de 1893. Nota que relata o embarque do Dr. Epitácio Pessoa, “nosso amigo e digno representante” no “Tamar”, devendo “chegar no dia 26 ao Recife, onde virá imediatamente para esta capital”.

<sup>709</sup> Cf. *Estado do Parahyba*, Jornal, Parahyba, 3 de outubro de 1893.

<sup>710</sup> *Ibidem*.

Sem dúvida uma descrição exaltada em que Epitácio Pessôa assumia a face de um ídolo, um herói garboso de retórica afinada, capaz de condensar as esperanças do povo paraibano diante do pleito vindouro. Tratava-se de uma peça retórica cuidadosamente ajustada que objetivava preparar os (e)leitores para reconhecer em Epitácio o legítimo representante do Partido Autonomista para disputar as eleições de outubro daquele ano. Acreditavam que, apresentando tais qualidades, “a terra que tão justamente se orgulha de lhe ter sido berço, [não] deixará de corresponder ao que o dever cívico lhe impõe”, isto é, depositar as esperanças no *patrício coroado pela república*. Esse era, na visão dos redatores, o maior reconhecimento que os paraibanos poderiam dar ao “glorioso patrício”, era o “abraço cordeal” que haviam de dar ao “maior tribuno da Câmara dos Deputados”.<sup>711</sup> Visto pelo ângulo do jogo de representações que se estratificava diante dos lugares assumidos por Epitácio Pessôa, há de se entender o significado do entusiasmo com que os mesmos redatores noticiaram a recepção que lhe foi dada naquela tarde de três de outubro “na estação Central da Conde d’Eu”, agraciado por “inúmeras pessoas das mais gradas d’esta Capital”.<sup>712</sup>

Epitácio pleiteou o reingresso ao Congresso em 1894, naquela que foi uma das mais polêmicas eleições da Paraíba após a Proclamação da República. Aos olhos de muitos contemporâneos, visão reproduzida pela historiografia paraibana, as eleições de 1894 foram amplamente marcadas pela “manipulação dos resultados através da falsificação das atas”, dentre outros meios tidos como estratégias para garantir o êxito nas urnas da situação política vigente. No dizer de Rodrigues, as eleições para o Congresso Nacional haviam sido marcadas para o dia 30 de outubro de 1893, porém, foram “adiadas, em face da situação conturbada por que passava o país, e um novo pleito foi marcado para o 1º de março do ano seguinte”. Para a autora, as eleições de 1894 representaram, a nível estadual, o advento do domínio da oligarquia alvarista.<sup>713</sup>

---

<sup>711</sup> *Ibidem*.

<sup>712</sup> Consta na matéria que Epitácio foi levado até a casa de seu cunhado, Cândido Clementino Cavalcanti. Cf. *Estado do Parahyba*, Jornal, Parahyba, 4 de outubro de 1893. Têm se afirmado que durante o exílio na Paraíba, Epitácio recebeu apoio dos amigos venencistas, dentre eles Cristiano Lauritzen que lhe ofertou abrigo em uma de suas fazendas. O gringo, como era chamado – era de origem dinamarquesa –, era chefe político de Campina Grande e amigo pessoal de Antônio Pessoa com quem estabelecia relações comerciais. Sobre o “exílio político” político de Epitácio no Norte do País ver Lewin (1992, p. 224).

<sup>713</sup> A primeira derrota eleitoral do grupo venencista em torno do Partido Autonomista se deu nas eleições para conselhos municipais em abril de 1893. Aquela eleição foi marcada por mudanças nos dispositivos constitucionais do estado que ajudou Álvaro Machado a conquistar “todos os governos municipais, ficando seus opositores completamente alijados do poder a este nível”. (Cf. RODRIGUES, 1989, p. 55). A manobra de comandar todos os conselheiros municipais nesta eleição tinha um fim, denunciado por Epitácio Pessoa em artigo publicado no *Jornal do Comércio* em maio de 1894. Ocorre que esse poder dava a Álvaro Machado o domínio sobre as “mesas eleitorais” que organizariam as eleições federais nos municípios, uma vez “que estas mesas são eleitas por uma assembleia constituída pelos membros do governo municipal e igual número imediatos de votos”. A estratégia foi

Naquele pleito, Álvaro Machado recorreu a todos os recursos que dispunha para que seus candidatos lograssem êxito na disputa. O primeiro deles, “desrespeitando mais uma vez a norma constitucional”, foi apresentar uma chapa pelo Partido Republicano contendo cinco candidatos a deputado federal e um senador. Do outro lado, diferente da chapa do governo, “os autonomistas cumprindo o preceito da Carta Magna, o qual determinava a apresentação de ‘lista fraccionada dos candidatos em cada distrito eleitoral’, apresentaram, além do postulante ao senado, os nomes de apenas três candidatos à Câmara Federal”.<sup>714</sup> Os nomes do Partido Autonomista eram todos postulantes à reeleição, ligados a Venâncio Neiva.

O rito de apresentação da chapa autonomista seguiu de forma parecida ao pleito de 1890. Pelas páginas do *Estado do Paraíba* fizeram circular um manifesto que justificava a apresentação dos candidatos. O manifesto traçou o perfil dos candidatos em torno da (re)conhecida atuação parlamentar, lembrada como uma “cruzada santa da liberdade, em que o mesmo partido se tem empenhado com todas as suas forças, a nossa representação no Congresso Federal tem sido a guarda avançada”, um “estímulo de todos os dias à perseverança do civismo paraibano”.<sup>715</sup> Entre os *guardas de postura alta* estava Epitácio Pessoa, em que cujo nome se depositava as esperanças de êxito da chapa, posto que era representado como o “candidato de todos os paraibanos sinceros e gratos”. Publicamente, os autonomistas chegaram a ventilar que tendo Epitácio como postulante à deputação não cabia “à hipótese de uma derrota completa, de modo que a oposição sofra eclipse total no Congresso da União”.<sup>716</sup>

Por outro lado, Epitácio demonstrava compreender a sua influência junto à política paraibana, dada a sua atuação no Congresso. Prova disso é que, mesmo encontrando dificuldades em fazer circular a propaganda do partido pelo estado, o político paraibano lançou

---

assim denunciada: “desde que o govêrno da Paraíba contasse nessa assembleia com todos os conselheiros municipais e mais alguns imediatos em votos, poderia, por uma distribuição calculada, eleger as mesas unânimes de que carecia para, na eleição federal, levar a efeito as bandalheiras com que desde então premeditava garrotear a representação do partido autonomista na Câmara dos deputados”. Álvaro montava a máquina eleitoral que seria decisiva no resultado das eleições em 1894. Ver, PESSÔA, Epitácio (1965a, p. 218).

<sup>714</sup> Eram eles, respectivamente: “João Coelho Gonçalves Lisboa, Antônio da Trindade Antunes Meira Henriques, Chateaubriand Bandeira de Melo, Antônio Marques da Silva Mariz e José Antônio Maria da Cunha Lima” candidatos a deputado; e Abdon Felinto Milanez, candidato a Senador. A chapa governista, se constituindo de forma integral, segundo denúncia dos opositores do alvarismo, “se constituiu um fato único no País”. (Idem, p. 56). Os autonomistas, apesar do controle de Álvaro, mostravam-se confiantes no resultado favorável no pleito, afirmando que haviam “redutos inexpugnáveis”, a exemplo de “Itabaiana, Bananeiras, Pedra Lavrada, Umbuzeiro e Cajazeiras ‘núcleos importantíssimos de colégios eleitorais’ onde contavam com ‘a maioria dos eleitores’”. Além das duas chapas, “registrou-se uma candidatura isolada: a de Diogo Velho, que se lançou publicando um manifesto contra Álvaro Machado”. (Idem, p. 57).

<sup>715</sup> Ver *Estado do Parahyba*, Jornal, Parhyba, 15 de outubro de 1893, p. 2. A chapa foi composta por: Firmino Gomes da Silveira (Candidato a Senador); Antônio Joaquim do Couto Cartaxo, Epitácio da Silva Pessoa e João da Silva Retumba (Candidatos a Deputado).

<sup>716</sup> Ver o *Estado do Parahyba*, Jornal, Parahyba, 22 de outubro de 1893, p. 2.



em dezembro de 1893 uma carta circular na defesa de sua reeleição para a Câmara Federal.<sup>717</sup> A carta é uma legítima peça retórica, ao estilo da apresentada no pleito de 1890, em que tecia uma espécie de auto representação de si convidando o *eleitorado paraibano* a depositar confiança sufragando seu nome. Com uma diferença, no manifesto de 1893 Epitácio dirigiu-se ao povo paraibano com a sensação de ter cumprido com a promessa de representar os interesses da Paraíba no Congresso. Já não era mais um jovem reivindicando um lugar na política, demonstrava ser um digno representante dos interesses da Paraíba, cujas ações, amplamente divulgadas pela imprensa, garantiria o reingresso.

Na perspectiva adotada por Epitácio Pessoa, “a consciência de haver cumprido o meu dever de deputado com a máxima dedicação à causa pública, quer no tocante aos interesses legítimos de minha terra natal, quer na parte referente à administração geral do país”, autorizava “a solicitar do povo paraibano a renovação do mandato que me conferiu a três anos e acaba de expirar”.<sup>718</sup> Para tanto, julgava necessário fazer uma espécie de balanço de sua atuação parlamentar, recordando primeiramente que em 1890, “quando apenas ensaiava os primeiros passos da vida política, eleito pelo voto acorde e espontâneo da grande maioria dos meus conterrâneos”, foi conduzido ao Congresso para realizar “o trabalho de organização democrática que novo regímen exigia como uma condição vital de estabilidade e progresso”. Segundo ele, a confiança dos paraibanos expressa naquele pleito fez “empenhar-se desembaraçadamente pela vitória de quantas idéias podiam, a meu ver, saldar o compromisso que contraíra para com meus eleitores”.<sup>719</sup>

Esses serviços, foram assim resumidos:

A discriminação constitucional das rendas do país, de modo a facilitar a organização dos pequenos Estados; o apoio franco e intransigente a todos os princípios cardeais duma verdadeira organização republicana; a grande naturalização livre e espontânea e não imposta pela ação autoritária do poder público; o respeito aos bens das ordens religiosas; a máxima descentralização dos serviços administrativos e a maior amplitude aos direitos individuais; o desenvolvimento da viação férrea do Estado, prolongando-a para o interior e para os Estados vizinhos; o melhoramento do Porto da Capital e os estudos preliminares para a desobstrução da de Mamanguape; a colonização; a construção duma alfandega; a aquisição dum auxílio pecuniário que assegurasse o equilíbrio das nossas finanças; a perfuração de poços artesianos; a estabilidade do funcionalismo público, etc., etc.; foram outras tantas conquistas em

<sup>717</sup> Epitácio declarou, em artigo publicado no *Jornal do Comércio* no Rio de Janeiro em março de 1894, que o resultado do pleito também foi influenciado “pelas dificuldades sem conta que ali me criava o estado de sítio com a interdição da imprensa e até das tipografias, impedimento do telégrafo, a violabilidade da correspondência postal, a restrição à liberdade de locomoção, etc.” Cf. PESSOA, Epitácio (1965a, p. 215).

<sup>718</sup> Ver “Manifesto - Carta circular apresentando-se candidato a reeleição como Deputado Federal pela Paraíba”. In. PESSOA, Epitácio. (1965a, p. 212).

<sup>719</sup> *Ibidem*.

que desvaneço-me de haver prestado aos meus companheiros de representação a mais sincera e esforçada colaboração.<sup>720</sup>

Ancorado no *tempo da lembrança*, o manifesto recorreu ao passado, indicando que o seu idealizador parecia estar consciente dos jogos flutuantes da memória, de seu caráter seletivo, impondo a necessidade trabalhar seus rechaços e suas amplificações. Para tanto, se auto representou como *um verdadeiro colaborador da república, defensor da causa e das ideias republicanas, legítimo defensor do desenvolvimento dos Estados do Norte, especialmente da Paraíba*. Desse modo, o político paraibano apoiava-se na imagem do *realizador* que pede o testemunho dos paraibanos para julgá-lo merecedor do reingresso, cuja conduta também poderia ser ratificada pelo *boletim informativo* da imprensa do *Estado*. Além da imprensa oficial, lembrava que “alguns dos meus discursos correm impressos em avulsos” para que os (e)leitores tivessem “elementos bastantes para julgar da minha conduta e sufragar ou repelir a minha reeleição”. Tal expediente apontava “a convicção de que a sentença [sufrágio] não me será contrária”.<sup>721</sup> Prova de que o filho mais novo de José Pessoa apresentava um desígnio organizado de fabricação, uma construção intencional da imagem de si com a qual deveria ser lembrado pelo (e)leitor paraibano.

A sentença, contudo, não foi a esperada. Não só Eptácio, mas toda a chapa autonomista foi derrotada naquela eleição. O insucesso nas urnas não pode ser medido pelo esforço e ação individual de Eptácio Pessoa, nem, na perspectiva adotada na presente tese, de sua força dramática. Como já se estudou, a derrota do grupo venancista naquele pleito se deu a uma série de fatores de ordem interna e externa à situação política estadual e nacional.<sup>722</sup> Mesmo vencido, de volta à Capital da República, Eptácio ocupou espaço na imprensa carioca, especialmente no *Jornal do Comércio*, aparentemente para contestar o resultado das eleições.<sup>723</sup> Pretendia tornar-se de conhecimento público o modo como “se excedeu ali [na Paraíba] a tudo quanto de

---

<sup>720</sup> *Ibidem*.

<sup>721</sup> O mesmo Manifesto reproduz trechos recortados do seu último discurso na Câmara, datado de 16 de setembro de 1893 e circulado pelo *Jornal do Brasil* à 21 daquele mesmo mês.

<sup>722</sup> Dentre outros fatores de ordem interna, “a contingência de a Paraíba se encontrar, por força do momento político nacional, sob o estado de sítio, decretado a 1º de fevereiro de 1894, concorreu, significativamente, para a desvolutura do alvarismo na campanha para o Congresso Federal”. A medida que decretou o estado de sítio na Paraíba é vista pela historiografia como uma tentativa de Floriano Peixoto para silenciar o ímpeto oposicionista de Eptácio Pessoa. Sobre isso, ver Rodrigues (1989, p. 58).

<sup>723</sup> O retorno de Eptácio ao Rio de Janeiro se deu logo após o pleito quando, “considerando-se eleito, não obstante a decisão da junta apuradora que lhe negou o diploma, Eptácio resolveu voltar ao Rio, a fim de pleitear o reconhecimento. Chegando, porém, ao Recife, adoeceu de uma grave icterícia – primeiro sintoma de uma enfermidade hepática que viria a sofrer”. Essa mesma justificativa fora usada no primeiro artigo que circulou no *Jornal do Comércio* em seis de maio de 1894. De fato, “um mês depois chegou, enfim, no Rio, mas no próprio dia em que a Câmara o depurava [acolhia o resultado das eleições na Paraíba]. A comissão de poderes recusara o prazo de 48 horas que por telegrama lhe pedira”. Ver Gabaglia (1951, p. 120).

indecoroso se há praticado neste país em matéria eleitoral”. Para ele, “naquele pleito, os dominadores da Paraíba enxovalharam a lei, desprestigiaram o Govêrno, desonraram a República”.<sup>724</sup>

Foram onze artigos dedicados quase que exclusivamente para denunciar a fraude e apresentar argumentos para tornar nula, ao menos do ponto de vista da opinião pública, os resultados da eleição. Nesse aspecto, os artigos veiculados pelo *Jornal* também assumiram um caráter explicativo, expediente usado para *justificar* a derrota de Epitácio Pessoa na Paraíba, isto é, para salvaguardar a honra e o prestígio do seu nome e da tradição política que criara. Para confirmar essa hipótese, no primeiro artigo veiculado em 6 de março, o político paraibano expõe ao público leitor uma espécie de plano velado, cinzelado na ideia de que “qualquer que fosse o resultado desse pleito, digo, estava no propósito de levar somente até o dia da eleição a minha atividade e o meu esforço em prol dos interesses que a minha candidatura representava para o partido autonomista”. Ideia que reforçava o argumento de que a sua candidatura foi aceita “mais para atender às instâncias dos meus amigos e correligionários políticos do que para tentar a realização de uma aspiração pessoal”.<sup>725</sup>

O artigo, que também foi reproduzido nas páginas do *Estado*, certamente causou algum tipo de estranhamento ao leitor que por ventura tenha lido nas páginas do mesmo jornal o Manifesto de 1893, que apresentava as razões diante as quais o eleitorado deveria conceder a reeleição do *maior tribuno da Câmara dos deputados*. Naquela carta, Epitácio Pessoa afirmou “se fôr eleito, continuarei a lutar pelos interesses do meu Estado e pela verdade e engrandecimento da República”.<sup>726</sup> Para justificar o insucesso do pleito, Epitácio deu notoriedade as “dificuldades sem conta que ali me criava o estado de sítio [promovido por Álvaro Machado] com a interdição da imprensa e até das tipografias, o impedimento do telégrafo, a violabilidade da correspondência postal, a restrição à liberdade de locomoção, etc.” Para Epitácio Pessoa, tal situação lhe exigia “arrostar o ódio rancoroso de um adversário [Álvaro Machado] que erigia a minha derrota *em questão de honra para o seu governo*”.<sup>727</sup> (Grifos do autor). Foi apenas em 16 de maio de 1894 que esse esforço em reafirmar pelas

<sup>724</sup> *Jornal do Comércio*, Jornal, Rio de Janeiro, 6 de maio de 1894. In. PESSOA, Epiácio. (1965a, p. 218). Ver ainda matérias no *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 de maio de 1894. In. PESSOA, Epiácio. (1965a, p. 219 a 242), sobre os resultados das eleições nos municípios paraibanos.

<sup>725</sup> Ver, PESSOA, Epitácio (1965b, p. 215). Os artigos circularam em maio de 1894, quando retornou à Capital da República Diz, textualmente, que recorria à imprensa para informar “o país do que foi a eleição de 1 de março no Estado da Paraíba”. Expõe, para tanto, as dificuldades “sem conta que ali me criava o estado de sítio”, o desafio imposto numa eleição em que a oposição, chefiada por Álvaro Machado, que erigia a sua derrota “*em questão de honra para o seu governo*” (grifos do autor)

<sup>726</sup> *Idem*, (p. 213).

<sup>727</sup> *Idem*, (p. 215).

páginas da imprensa carioca os lugares que havia assumido ao longo da carreira política ganhou um capítulo final. Preocupado com a força das representações que recaíam sobre si, em um momento que a disputa pela imprensa assumia uma dimensão mais pessoal, marcada por *doestos e insultos*, Epitácio afirmou de que dali em diante, não voltaria “à imprensa, abandonando os meus contraditores ao juízo dos homens de critério”.<sup>728</sup>

#### 4.7 FECHAM-SE AS CORTINAS EM 1896: FIM DOS ATOS PÚBLICOS DE AFIRMAÇÃO?

Após assinar esse último artigo, Epitácio Pessoa se recolheu no Rio de Janeiro, ficando longe das lutas políticas na tribuna e na imprensa por cerca de um ano.<sup>729</sup> Voltou a aparecer na cena pública apenas em 1896, quando o Partido Autonomista da Paraíba lançou o seu nome para encabeçar uma chapa para presidente do Estado. A apresentação do nome de Epitácio como presidente do estado da Paraíba deve ser entendida como estratégica no contexto em que as *liberdades civis* voltavam à tona após o fim da ditadura florianista. A imagem e a postura de Epitácio como um defensor dos princípios republicanos ainda faziam ecos na Paraíba, tidas como favoráveis à convencer o eleitorado paraibano sobre a importância de devolver ao estado sua autonomia, como princípio caro do sistema federativo.<sup>730</sup>

O último manifesto de apresentação de candidatos que levava o nome de Epitácio e publicado na Paraíba naquele ano de 1896, pode ser interpretado como um ato de defesa da *cultura política* republicana a qual Epitácio e, por extensão, a chapa venancista se colocava como representativa. Foi Apolônio Nóbrega que ofertou a reprodução do “Manifesto” dos

---

<sup>728</sup> Ver matéria em que contesta as acusações da *representação da Paraíba* no Congresso. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 16 de maio de 1894. In. PESSOA, Epitácio. (1965a, p. 218). A referência à Alvaro Machado e sua predisposição em derrotar o adversário Epitácio Pessoa, fora feito, segundo Epitácio, pelo próprio Álvaro em visita ao Congresso em 1893, confidenciando suas intenções à amigos pelos salões da casa. O fato foi denunciado por Epitácio em seu último discurso pronunciado na Câmara em 16 de setembro de 1893. Cf. PESSOA, Epitácio (1955, p. 402).

<sup>729</sup> Epitácio casou-se em 1894 “com a filha de um político mineiro [o comendador Carlos Justiniano das Chagas]”, que se chamava Francisca, *Chiquita* na intimidade. O casamento “levo-o logo à Europa, para uma viagem de um ano com a esposa” e seus pais. Ela viria a falecer de parto em Paris cerca de um ano após o casamento, dez meses após chegarem à Europa. Como o pai, José Pessoa, Epitácio ficou viúvo de primeiras núpcias. Cf. Lewin (1992, p. 225). Sobre o primeiro casamento de Epitácio e a primeira viagem à Europa ver Gabaglia (1951, p. 121).

<sup>730</sup> A atitude de manter-se incluso entre os defensores da “verdade da federação, a pureza das instituições republicanas, mais do que isso, o nosso pundonor de povo livre”, foi afirmada em artigo publicado pelo *Jornal A Ordem*, em 19 de janeiro de 1896, referindo-se a postura do grupo venancista em manter-se fiel a constitucionalidade republicana. No artigo, Epitácio denunciava as manobras de Álvaro Machado em tentar deslegitimar a dignidade dos adversários questionando sua posição junto ao governo federal. Uma crítica que precisava ser rechaçada naquele contexto em que o grupo venancista começava a postular um retorno ao comando do estado, frente as medidas de Prudente de Moraes que, segundo apontava, “vai pouco a pouco e patrioticamente realizando as ideias pelas quais pelejamos no período anterior ao seu governo, já restituindo-se as garantias da Constituição, já aparelhando elementos que tornem uma realidade nos Estados o governo das maiorias”. Ver, PESSOA, Epitácio, (1965a, p. 244).

adversários de Gama e Melo – escolhido por Álvaro para chefiar o estado –, alinhados em torno do Partido Autonomista e “publicado pelo órgão da oposição ‘A ORDEM’, a 8 de abril de 1896, jornal que dirigiu violenta campanha contra a situação dominante”. Diz o manifesto:

O partido a que pertencemos, resolveu intervir no pleito eleitoral que se tem de ferir a 22 do futuro mês (maio). A eleição de governador ou presidente do estado sempre no sistema federativo de máxima importância, atenta a latitude de esfera de ação. O grupo que neste Estado, atualmente, auferes as vantagens do poder, em outros pleitos eleitorais, nunca recuou ante a fraude e violência. O que se passou na última eleição para deputados estaduais [...], falam bem alto para demonstrar o que a tirania tem de por em prática para burlar os sufrágios dos eleitores. Nestas circunstancias, tendo de lutar, contra o despotismo desbragado, exercido em nome de um regime que eles desonram, - chamando-o de regime republicano, justificada estaria a nossa abstenção, porém, nas circunstancias atuais, em que o regime republicano vai entrar em competência com a propaganda monarquista, a abstenção ou o indiferentismo de nossa parte, tratando-se da eleição do primeiro magistrado do Estado da federação, poderia dar lugar a suspeitas ou conjeturas de falta de lealdade ao sistema republicano, que dentro de nossos recursos estamos resolutos a mantê-los, considerando-nos auxiliares dessa propaganda por um indiferentismo calculado que tanto contribui para morte das instituições. Assim, pois não querendo que sobre nos recaia qualquer responsabilidade, mas sim sobre quem de direito for, convencidos dos meios torpes e violentos, que vão ser postos em prática pelo governo estadual, devemos ir às urnas, porque não obstante a nossa pugente maioria, se nos venceram a fraude e a violência, teremos o direito de dizer que os atuais dominadores é que são os propagandistas da monarquia, eliminando o voto do regime democrático.

Tendo assim resolvido pleitear as eleições, deliberamos apresentar aos sufrágios dos nossos correligionários e de todos os bons paraibanos, os nomes abaixo transcritos:

PARA PRESIDENTE DO ESTADO

DR. EPITÁCIO DA SILVA PESSOA, empregado federal residente no Recife.

PARA 1º VICE PRESIDENTE:

JOÃO TAVARES DE MELO CAVALCANTE, advogado residente em Alagôa Nova.

PARA 2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ALVES DE LIMA FILHO, médico, residente nesta capital.<sup>731</sup>

Apesar da ruidosa campanha em defesa do retorno da autonomia do Estado, em 18 de abril, Epitácio Pessoa publicou um artigo no jornal *A Ordem* expondo a visão dos autonomistas sobre a *verdade do processo eleitoral nos regimes democráticos*, diferente do que vinha ocorrendo na Paraíba nos últimos quatro anos, e aconselha os seus correligionários a se absterem no próximo pleito.<sup>732</sup> A manobra condiz com a análise de Rodrigues sobre o

<sup>731</sup> Nóbrega (1950, p. 78/79).

<sup>732</sup> Conferir matéria “Ao Povo Paraibano”, veiculada pelo jornal *A Ordem*, Parahyba, 18 de abril de 1896. In. PESSOA, Epitácio (1965b, p. 247). Em janeiro de 1897, referindo-se aos vícios eleitorais e remetendo ao poderio de Álvaro Machado, Epitácio escreveu para Antônio Pessoa informando que “pelos telegramas da Parahyba vi que, como era de esperar, estão eleitos todos os candidatos do governo. O mesmo acontece em todos os Estados!”.

fortalecimento do alvarismo que tornou “anti-morta a chapa autonomista, retirada da concorrência” anulando “as probabilidades de sucesso dos seus opositores antes da realização do pleito”.<sup>733</sup> Por outro lado, a mensagem havia sido dada e a imagem política de Epiácio Pessoa reafirmada naquela que foi sua última (re)apresentação pública pelas páginas dos jornais pleiteando um cargo político em sua terra natal na década de 1890.<sup>734</sup>

Não resta dúvidas que a postura de Epiácio pela imprensa na Paraíba, preocupado em ajustar uma determinada representação de si no cenário político estadual e nacional, foi determinante para criação dos adágios populares como aqueles que tendeu associá-lo à imagem do *Condor* – a ave que voava alto e tinha visão lançada ao horizonte – quando *triumfalmente* retornou à política da Paraíba na década de 1910. Nesses *Primeiros Tempos* – isto é, entre 1889 e 1896 –, portanto, Epiácio Pessoa experimentou dar os primeiros voos em direção a construção do epíteto que lhe consagrou, tempos depois, como um autêntico chefe oligarca da política paraibana na Primeira República. Um personagem que exercia sobre muitos conterrâneos certa admiração, certo encantamento e fascínio quando a ele era acrescido à marca dos ideais republicanos. Fazendo assinalar-se “por gestos e atitudes, de rara beleza, rasgos de coragem e arroubos patrióticos, e, mais ainda, pela execução de obras e serviços, resoluções e projetos, teses defendidas e memórias escritas nos vários cargos e posições ocupados com brilhantismo durante a sua agitada existência”.<sup>735</sup> Mas as cortinas não se fecharam em 1896, pois se Epiácio afastou-se da cena política direta, o seu irmão continuou atuando diretamente para que a família continuasse ocupando espaço no jogo político da Paraíba na Primeira República. Juntos,

---

Em sua visão, “não há dúvidas que tudo isto é uma bandalheira, uma miséria, uma vergonha”. Cf. De Epiácio para Antônio Pessoa, Petrópolis, Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1897.

<sup>733</sup> Cf. Rodrigues (1989, p. 70).

<sup>734</sup> Ainda em 1898, Epiácio se uniu a Campos Sales como Ministro da Justiça, Educação e Cultura, ficando no cargo até 1902. Excetuando-se essa indicação à presidência do Estado em 1896, esse foi um período de relativo afastamento de Epiácio das cousas políticas na Paraíba, embora continuasse atuando como principal articulador do Partido Autonomista no seu estado natal. Ocorre que, ao longo da década de 1890 e início da década de 1900, “seja por cartas ou contatos pessoais no Rio de Janeiro, Epiácio manteve contato com autonomistas importantes, assim como com o senador Almeida Barreto e com seu tio por afinidade (por casamento), João José Neiva”. Ainda nas palavras de Lewin (1993, p. 226), continuou “perseguindo pacientemente uma estratégia de construir silenciosamente suas bases de apoio na Paraíba, especialmente nos sertões, nem ele nem Venâncio poderiam mudar o equilíbrio da balança contra a oligarquia no poder, até que mudasse a situação ao nível da política federal.”

<sup>735</sup> Ver imagem de Epiácio no Jornal *A Imprensa*, João Pessoa, 3 de março de 1948, em que Hortêncio Ribeiro fala do aniversário de “Morte de Epiácio Pessoa.” In. RIBEIRO, Hortêncio de Souza (1979, p. 27). As modinhas, as canções, versos e poemas que destacavam a oposição imaginária entre bacurais e condores – epítetos usados na eleição de 1915 – ficaram registradas em vários jornais da Paraíba, a exemplo, do jornal *Correio de Campina* que, nesta época, esteve sob o comando de Cristiano Lauritzen, chefe político de Campina Grande, epítacista confesso e amigo pessoal de Antônio Pessoa. Além dos jornais, Hortêncio Ribeiro relembra uma das canções difundidas no meio do povo: “Levanto os olhos para o ar, – Que diabo disso é aquilo? São três “condores” a voar: Massa, Agripino e Camilo” [numa referência aos três epítacista apresentados na chapa eleitoral, Antônio Massa, Agripino Castelo Branco e Camillo de Holanda]”. (*Idem*, p. 28).

Antônio e Eptácio Pessôa criaram as bases do epitacismo que ganhou forma a partir da década de 1910.



CAPÍTULO V  
TEMPOS DE  
CONSOLIDAÇÃO  
1908-1916



## CAPÍTULO V

Deves saber como são feitas as eleições no Norte [...]. Eu distribui seissentas e tantas chapas com o teu nome, esperando dar-te pelo menos 300 votos. Esperava as tuas providências no sentido de ser um fiscalizador nas secções, onde que aqui, não encontrei um só eleitor, dos melhores ou mais competentes[...].

Antônio da Silva Pessôa.

[...] o elemento primeiro desse tipo de liderança é o ‘coronel’, que comanda discricionariamente um lote considerável de *votos de cabresto*. A força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento da sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras.

Victor Nunes Leal.

### 5.1 O DEPUTADO ESTADUAL: ANTÔNIO DA SILVA PESSÔA (1908-1910).

Em 1908, a Presidência do Estado da Paraíba foi assumida por João Lopes Machado, irmão de Álvaro Machado.<sup>736</sup> No dizer de Celso Mariz, “na Assembleia Estadual, a legislatura daquele ano a 1912, os antigos venancistas, submetidos ao novo vínculo [junto ao alvarismo] contavam-se por muitos”.<sup>737</sup> Entre eles, estava o coronel Antônio da Silva Pessôa eleito deputado estadual para 5ª Legislatura (1908-1912). À primeira vista, a chegada do coronel Pessôa à Assembleia Legislativa do Estado representou um segundo momento importante da sua ascensão política na década de 1900. Porém, entre 1908 e 1910, os registros de Atas daquela casa legislativa informam que a sua participação nas sessões não foi regular. Ali, o coronel Antônio Pessôa não chegou a apresentar nenhum projeto ou propostas, nem se destacou em discursos na tribuna.<sup>738</sup>

O momento mais importante da sua participação na Assembleia talvez tenha ocorrido em setembro de 1909, quando se candidatou para compor a Comissão Permanente de Instrução e Saúde Pública. Internamente, essa comissão deveria discutir e deliberar sobre matérias de interesse do governo e/ou da oposição em áreas específica, no caso particular, a instrução

---

<sup>736</sup> Sobre a eleição de João Lopes Machado, conferir Rodrigues (1989, p. 124); Ver ainda sobre isso o testemunho de Pedro da Cunha Pedrosa (1963, p. 88-93) eleito primeiro Vice-Presidente de João Machado. Conferir também Nóbrega (1950, p. 111-112) sobre o quadriênio 1908-1912.

<sup>737</sup> Cf. Mariz (1994, p. 194).

<sup>738</sup> Em algumas sessões de 1909, Antônio Pessôa justificou a sua ausência, fazendo constar em Ata “causa participada”. Em outras, telegrafou à Capital informando “por motivo de moléstia, deixo de comparecer as sessões”. Nos registros de Atas pesquisados, porém, há uma lacuna, isto é, não há registro de sessões realizadas entre janeiro e agosto de 1910. Nas atas de setembro 1910 a outubro de 1911, contudo, consta que Antônio Pessôa deixou de “comparecer com causa participada”. Esse último período corresponde ao contexto em que o coronel Antônio Pessôa exerceu suas funções como conferente da Alfândega na cidade do Rio de Janeiro.

pública e saúde.<sup>739</sup> Durante o processo de escolha, Antônio Pessôa obteve 17 votos, empatado com Cyrillo de Sá, enquanto Otacílio de Albuquerque obteve 16 e Feliz Daltró 1 voto.<sup>740</sup> Tempos depois de assumir a comissão, isto é, em julho de 1910, o coronel Antônio Pessôa embarcou para o Rio de Janeiro, transferido de Pernambuco para assumir o cargo de conferente da Alfandega na capital da República. Essa transferência, de acordo com a visão da família, justificou a sua ausência nas sessões da Assembleia. Segundo esse enredo, Antônio Pessôa “não pode ser ali [na Assembleia] dos mais assíduos e eficientes, pois, em princípios de 1910 fôra transferido para Alfandega do Rio de Janeiro [...]”, onde tomou posse em 16 de julho.<sup>741</sup>

### 5.1.1 O mandonismo local: a atividade política fora da Assembleia.

Fora da narrativa criada pelos familiares, a atividade política do coronel Antônio Pessôa nesse período pode ser melhor entendida quando analisada mais pela atuação local – sobretudo

---

<sup>739</sup> A montagem das comissões parecia ser um momento importante do jogo político que envolvia o poder legislativo e o executivo estadual. Exemplo disse é que, escrevendo ao então deputado João Lyra – correligionário e entusiasta dos Pessôa – em 1913, Epitácio avalia com atenção as suas recomendações para montagem/indicação dos nomes que comporiam a mesa da Assembleia e as comissões. Segundo Epitácio “escrevi já há uns 15 dias ao Venâncio [Neiva] para que êle se entendesse com Valfredo [Leal] sôbre a mesa da Assembleia e a organização das comissões, tudo de conformidade com a sua [João Lyra] carta de 21 de abril. Não revelei de quem tinha partido a sugestão, mas achei boa [referindo-se aos nomes sugeridos pelo então deputado para composição da mesa e das comissões].” E conclui “escrevo também ao Pedrosa [Pedro da Cunha] para que êle, juntamente com os amigos mais influentes, auxilie a ação do Venâncio.” De Epitácio Pessôa ao coronel João Lira. In. EPITÁCIO, Pessôa, (1962, p. 59).

<sup>740</sup> Eleita a comissão – composta por Cyrilo de Sá, Otacílio de Albuquerque e Antônio Pessôa –, seus membros tomaram posse em 14 de setembro daquele ano. Diferente da maioria das sessões de 1908 e as primeiras sessões de 1909, em que a falta de quórum impediu que fossem realizadas, a sessão de 3 de setembro de 1909 foi bastante agitada. Essa movimentação dos deputados na sessão explica-se, em parte, pela votação que, no dia anterior, escolheu os membros da presidência da casa legislativa, sendo eleito os deputados Felizardo Leite – presidente reeleito –, e Ignácio Evaristo – vice-presidente. Na sessão de 3 de setembro, além da Comissão de Instrução e Saúde Pública, foram votadas as comissões de Constituição e Poderes; Fazenda e Orçamento; Força Pública; Justiça e Legislação; Conselhos e Negócios Municipais; Instrução e Saúde Pública; Comércio e Indústria e, por fim, Estatísticas e Divisões Judiciárias. Conferir, respectivamente, Ata da 10ª Sessão da 5ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, em 14 de setembro de 1909; Ata da 3ª reunião da 5ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, em 3 de setembro de 1909; Ata da 2ª reunião da 5ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, em 2 de setembro de 1909.

<sup>741</sup> De acordo com a leitura de um conjunto de documentos disponíveis em seu arquivo pessoal, o Coronel Antônio da Silva Pessôa foi nomeado conferente da Alfandega do Rio de Janeiro em 28 de abril de 1910, tomando posse em 16 de julho daquele ano. O caso da transferência de Antônio Pessôa repercutiu no jornal *Correio da Manhã* no editorial de 27 de abril de 1910, como uma crítica as ações personalistas de Nilo Peçanha. Cf. Conferir a nomeação de Conferente da Alfandega do Rio de Janeiro de Antônio da Silva Pessôa, expedida em 28 de abril de 1910 e assinada por Nilo Peçanha. Conferir ainda pedido de licença e transferência de residência feito pelo Coronel Antônio da Silva Pessôa ao Comando Superior da Guarda Nacional do Município do Recife em 5 de junho de 1910; ver ainda Guia de Mudança expedida pelo Coronel Eduardo Martins de Barros – Comandante Superior Interino da Guarda Nacional do Município de Recife – concedendo mudança de endereço ao Coronel Antônio da Silva Pessôa que fixou residência na Capital da União. Documentos disponíveis em IHGP, localização DP: A5G4P1. Sem numeração. Nóbrega (1950, p. 133-134) cita, brevemente, a promoção de Antônio Pessôa “ao posto de Conferente do Rio de Janeiro.” Cf. *Correio da Manhã*, jornal, Rio de Janeiro, 27 de abril de 1910. Todos os exemplares do *Correio da Manhã* citados no presente trabalho estão disponíveis na hemeroteca digital, em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/correio-manha/089842>. Acesso em 20 de maio de 2018

para garantir o seu poder e influência em Umbuzeiro e região – do que pelo seu desempenho nas sessões da Assembleia. Importante lembrar que a manutenção de relações comerciais e familiares em Pernambuco e a localização geográfica de Umbuzeiro – encravada na fronteira entre os Estados da Paraíba e o “vizinho do Norte” – foram determinantes para que Antônio Pessoa desenvolvesse características do “coronel interestadual”.<sup>742</sup> Do ponto de vista da atividade política, por exemplo, a relação que estabeleceu nessa época com o deputado pernambucano Balthazar de Albuquerque Martins Pereira ilustra o argumento.<sup>743</sup>

A amizade entre o coronel Antônio Pessoa e Balthazar Pereira era antiga, fortalecida quando o primeiro tomou o amigo e a sua consorte – D. Bianor de Albuquerque Martins Pereira – como padrinhos do seu filho Adalberto Pessoa, nascido em outubro de 1904.<sup>744</sup> Antes disso, já em 1899, o amigo “Balthazar” era referenciado com frequência nas correspondências trocadas entre Antônio e Epitácio Pessoa, onde o primeiro intercedeu em seu nome para assumir um lugar na esfera pública em Pernambuco e no Rio de Janeiro.<sup>745</sup> Em 1908, essa amizade

---

<sup>742</sup> Discutindo a questão da dispersão territorial do fenômeno do coronelismo no Brasil, especialmente assinalando a clivagem Norte-Sul, Eull-Soo-Pang (1979) estabeleceu uma classificação geral, distinguindo dois tipos de coronelismo. No Sul, segundo o autor, prevaleceu as relações verticais entre os partidos dominantes e os coronéis; já no Norte, houve uma frequente rebeldia entre os coronéis, os governos e os partidos dominantes. Além disso, os coronéis do Norte expandiram as bases de seu poder formando alianças sociais, políticas e econômicas que ultrapassavam a fronteira do respectivo Estado federado: eram os coronéis interestaduais, cuja característica distintiva era possuir interesses políticos e econômicos disseminados em mais de uma unidade da federação.

<sup>743</sup> Balthazar de Albuquerque Martins Pereira nasceu em Recife no dia 6 de janeiro de 1862, filho de Gulhermino de Albuquerque Martins Pereira e de Teodolina Jacome. Estudou na Faculdade de Direito do Recife, abandonando o curso para ingressar na carreira militar. Entre 1887 e 1912, atuou como auxiliar, jornalista e redator de diversos periódicos e revistas nos Estados de Pernambuco e Rio de Janeiro, a exemplo dos jornais *A Província*, *O Norte*, *A Ordem* e o *Jornal Pequeno*, além das revistas *A Alvorada*, a *Revista Pernambucana* e a *Revista da Semana*. Essa última publicada na Capital Federal. Como literário, fundou em Recife o Grêmio Literário Balthazar Pereira, reunindo importantes intelectuais pernambucanos. Foi eleito deputado por Pernambuco em 1912 e reeleito em 1915, teve o mandato renovado em 1918 permanecendo na Câmara dos Deputados até 1920. Nesse período foi líder da bancada pernambucana na Câmara e membro do Conselho de Finanças. Participou, em 1916, de um Congresso organizado na Paraíba para discutir o fim do imposto de barreira entre os dois Estados. O envolvimento do então deputado federal por Pernambuco para promover a reaproximação comercial do seu Estado com a Paraíba, aparecem em matérias publicadas *A Notícia*, jornal, Parahyba, edições de 13 e 18 de fevereiro de 1916. Cf. dados <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/PEREIRA,%20Baltasar%20de%20Albuquerque%20Martins.pdf>. Acesso em 10 de abril de 2018.

<sup>744</sup> Segundo Antônio Pessoa em seu Caderno/Diário de Antônio Pessoa, Adalberto Pessoa foi o “décimo filho (oitavo dos vivos)”, nascido em 1904 e batizado em 1906, tendo como padrinhos “coronel Balthazar de Albuquerque Martins Pereira e sua mulher D. Bianor de Albuquerque Martins Pereira”. Cf. ANTÔNIO, Pessoa, (s/d, p. 189).

<sup>745</sup> Sobre a acomodação de Balthazar na esfera pública, conferir cartas de Epitácio a Antônio Pessoa datadas de 28 de abril e 4 de setembro de 1899; e carta datada de 18 de novembro de 1902. Disponíveis em Arquivo de Antônio Pessoa, IHGP, localização AP:CP A5G4P2, sem numeração. Em 1910, referindo-se as supostas “invasões de Silvino no território pernambucano”, o *Diário de Pernambuco* informa que “o coronel Antônio Pessoa é íntimo do Sr. Balthazar Pereira”, este último, ao que sugere a matéria, foi responsável por credenciar o coronel Pessoa junto ao então governador Sigismundo Gonçalves na luta contra o banditismo. Cf. *Diário de Pernambuco*, Jornal, Recife, 6 de junho de 1910. Recorte de jornal disponível no Arquivo de Antônio Pessoa, IHGP, localização AP:RJ A5G4P1, sem numeração. Um exemplo dessa relação pode ser extraído de carta datada de 20 de agosto de 1908. Na carta, Balthazar solicita à Antônio “três contos de reis a três meses para pagar uma letra no valor de quatro contos que havia tomado emprestado na praça para custear despesas de sua viagem ao Rio [de Janeiro].”

ganhou um novo capítulo quando o coronel Pessôa também se empenhou no apoio à candidatura de Balthazar Pereira ao cargo de deputado Federal pelo Estado de Pernambuco – na Paraíba, em 1908, o apoio do coronel Pessôa foi dispensado a Simeão Leal, conforme destacado no segundo capítulo da presente tese. Tal empenho ficou registrado em uma carta enviada ao então candidato Balthazar em fevereiro de 1909. Vale a transcrição literal do documento:

Umbuzeiro, 1 de fevereiro de 1909.

Meu caro Balthazar.

Deves ter ficado surprehendido com a pequena votação que obtivestes em Bom Jardim; mas, foste o maior culpado.

Deves saber como são feitas as eleições no norte, principalmente em um lugar onde tem por chefe um indivíduo do quilate de Joaquim Gonçalves.

Eu distribui seissentas e tantas chapas com o teu nome, esperando dar-te pelo menos 300 votos. Esperava as tuas providências no sentido de ser um fiscalizador nas secções, onde que aqui, não encontrei um só eleitor, dos melhores ou mais competentes, que quisesse aceitar essa incumbência e isto com medo do Joaquim Gonçalves.

Todos os proprietários que me auxiliavam com os seus moradores ou foreiros não tiveram coragem de votar contra o Joaquim Gonçalves, de medo que me dessem os seus eleitores, mas elles, iam votar no governo. – Na véspera da eleição, a noite, fui avisado de que, com a retirada à última hora do Alferes Nicolás, delegado de Bom Jardim, o Joaquim Gonçalves, lançára mão dos praças que foram espalhados pelo município, ameaçando todos os eleitores que se haviam comprometido commigo.

Em vista disto, segui, no dia da eleição, para Bom Jardim, onde cheguei ao meio dia. Procuramos o Joaquim Gonçalves e expunhi-lhe o procedimento desleal que havia tido para commigo. Nessa ocasião diversos eleitores me procuravam e disseram-me que as suas chapas haviam sido arrebatadas na ocasião de votarem, sendo-lhes impostas sob ameaça, outras do governo. O Joaquim Gonçalves, nessa occasião, pareceu envergonhado sahio commigo percorrendo as secções e recomendando a livre manifestação do voto. [Grifos do autor]. Eu porém, não podendo confiar mais em semelhante canalha e sendo todo perdido, exhibi-lhe a minha nomeação de fiscal, bem como a do Dr. Loureiro, que me acompanhava, e ameacei-o de protestar a eleição, ao menos em duas secção. Isto produzio algum effeito, pois elle chamando-me em conferência reservada, deu-me a sua palavra de honra (ah bandido!) de que apuraria todos os votos que com o teu nome fossem encontrados nas urnas. Aceito, por mim, esse compromisso, sahi a reunir os poucos eleitores, quazi todos meus foreiros, e que não tinham se submetido as ameaças e fil-os votar, dando o resultado que já deves conhecer.

Acabando de votar os meus eleitores regressei ao Umbuzeiro, onde eu precisava chegar logo, deixando o próprio Joaquim Gonçalves, incumbido de te passar telegrama com o resultado da eleição e enviar-me o boletim.

Hontem à tarde recebi do Gonçalves cartas que junto te remecto e que pode te servir de alguma cousa. Delle se vê que obtiveste apenas 121 votos. Se a eleição tivesse sido fiscalizada a tua votação seria de quase 300 votos e isto porque á última hora o Dr. Mocta resolveu apresentar-se em favor do governo, fazendo arredar alguns amigos d'elle que estavam comprometidos commigo. De mais haveria ainda a vantagem de impedir o bico de penna, [grifos do autor] que se deu em alta escala. Posso te garantir que nas 5 secções da cidade não compareceram mais de 400 eleitores, entretanto a chapa do governo figura com 400 e tantos, agora 500 e tantos todos ao Simão Barbosa. Seria curioso se fosse possível se fazer um confronto das assignaturas do livro de qualificação com as assignaturas do de presença.

Afinal meu caro compadre, fomos roubados e eu não pude evitar o roubo. Trabalhei muito e nada fiz. Se o governo não entregasse a força pública a Joaquim Gonçalves para levar a força os eleitores ás urnas, creio que elle não conseguiria reunir 200 eleitores. Somente agora pude avaliar o desprestígio do Gonçalves.

- Estou ansioso pelo resultado.<sup>746</sup>

Traduzindo aspectos da configuração do poder político local, o documento acima é fecundo em indícios acerca do prestígio e influência do coronel Antônio Pessôa na região, sendo ainda importante para perceber sinais do funcionamento do sistema político/eleitoral da época. Principiando pela chegada em Bom Jardim, é mister imaginar que o coronel Pessôa tenha seguido de Umbuzeiro montado a cavalo, juntamente com alguns homens de sua confiança, a exemplo do Dr. Loureiro. A cidade, movimentada em dias como esse, recebia moderadores de várias partes da região. Joaquim Inojosa que na década de 1920 testemunhou a realização de uma dessas eleições federais no povoado de Salgado, nas proximidades de Itabiana, chegou a admirar “a lealdade do povo: montados em seus cavalos, ou de pé, ei-los que chegam, de longes distâncias, descavalgam, falam com os presentes, satisfazem a chamada, almoçam e voltam” para suas localidades.<sup>747</sup> Pelo cenário descrito, o dia da eleição criava um ambiente propício a encenações, uma importante *chance de prestígio* para aparição de determinados personagens ávidos por (re)afirmar ou reivindicar os seus respectivos lugares de lideranças dotadas de poder.

Nesse caso, outro aspecto a chamar atenção diz respeito ao possível número de dependentes diretos que o coronel Pessôa possuía em suas propriedades, bem como a presença dos fazendeiros/proprietários que se agruparam sob o seu comando – *auxiliando-o*. Esse último fator, isto é, o agrupamento dos fazendeiros – distribuídos nos distritos ao entorno de Umbuzeiro e Bom Jardim – explica-se por diversas razões. Primeiro, como sinalizado em capítulo anterior – capítulo II –, o coronel Antônio Pessôa demonstrou certa habilidade em formar uma rede articulada de amigos e potenciais correligionários, muitos deles ligados por relações comerciais no trato com a terra e/ou com o gado. Tais relações não se apresentavam de maneira horizontalizadas, uma vez que fazia parte dessa rede um bom número de pequenos e médios proprietários, como sinalizado na apresentação que fiz do complexo da fazenda Barra.

Além desses, havia os fazendeiros de maior posse, cuja situação econômica elevada sugere imaginar que detinham um número maior de dependentes. Esse é o exemplo de Odilon Maroja de Itabaiana, João José Maroja de Pilar, Horácio Lins, em Ingá, Christiano Lauritzen em Campina Grande e os Heráclito, em Bom Jardim e Limoeiro, todos amigos de Antônio

---

<sup>746</sup> Cf. Carta de Antônio Pessôa à Balthazar Pereira, Umbuzeiro, 1 de fevereiro de 1909. Disponível no Arquivo de Antônio Pessôa, IHGP.

<sup>747</sup> No testemunho de Joaquim Inojosa (1959, p. 146/7) chama atenção a maneira como as cidades se movimentavam em dias de eleição, criando um ambiente proenso para certas encenações políticas.

Pessoa.<sup>748</sup> Em todos os casos, como sugere a carta, os laços de solidariedade e as relações de dependência eram fundamentais para garantir a sua expectativa quanto ao maço de *votos de cabresto* ofertados a Balthazar Pereira.

Além disso, a expectativa de garantir cerca de 300 votos – das mais de seiscentas chapas distribuídas – ao então candidato pernambucano estava associada ao fato de que, desde fins do século XIX, os Lucena – na pessoa de Henrique Pereira de Lucena, seu tio – exerciam forte influência política na cidade de Bom Jardim.<sup>749</sup> Como notou ironicamente certo articulista do *Pequeno Jornal* em setembro de 1890, ali os Lucena exerciam grande influência, a ponto de um deles, o Sr. Rogoberto Barbosa, declarar “não ter necessidade de ir a Bom Jardim [em épocas de eleições], sendo melhor fazer eleição n’uma rede, defronte do primo Lucena... [na Capital pernambucana]”.<sup>750</sup> Traduzindo a crítica do jornal de acordo com as características do sistema político da época, esse comportamento revela que o controle político do município dar-se-ia, entre outros fatores, pela manipulação eleitoral. Esse aspecto permite avaliar algumas das características do sistema político/eleitoral que o coronel Antônio Pessoa detalhou para o amigo e compadre Balthazar Pereira em 1909.

### 5.1.2 A farsa do sistema eleitoral.

De maneira geral, os mais variados meios empregados pelos líderes locais para garantir o sucesso no pleito eleitoral, permitiu que parte da historiografia especializada no tema

---

<sup>748</sup> Segundo Victor Nunes Leal (2012, p. 72-73), a hegemonia social do coronel como dono de terras que lhe garante a reunião de um maço de *votos de cabresto*, deve ser entendida não apenas em relação aos dependentes diretos de sua propriedade, mas também pelo agrupamento de vários fazendeiros que se reuniam em torno de um deles, geralmente aquele que ascendia a condição de chefe municipal. Segundo ele, esse agrupamento explica-se por diversas razões: “por motivos de ordem pessoal (maior vocação, capacidade ou habilidade); pela tradição (permanência da chefia na mesma família); pela situação econômica (propriedades mais ricas, com maior número de eleitores, ou maior disponibilidade para gastos eleitorais).”

<sup>749</sup> De acordo com o jornal *A Província* – órgão do Partido Liberal de Pernambuco – desde que assumiu a presidência do Estado de Pernambuco (1872-1875) Henrique Pereira de Lucena – futuro Barão de Lucena – passou a exercer de maneira intensa a influência sobre a Comarca de Bom Jardim. Tecendo fortes críticas ao seu governo, de acordo com o jornal, “na necessidade, creada por futuras ambições, de formar partido naquelle termo [Bom Jardim], donde é natural, o Sr. Lucena, resolveu erigir em influência política no lugar de seu nascimento, comunicando-lhe todo o seu prestígio official, a sua parentela”. Essa parentela, de acordo com o mesmo jornal, em Bom Jardim era exercida por “Rogoberto Barbosa da Silva e Taurino Laureano de Rezende Rangel (ambos primos do Sr. H. de Lucena)”. Cf. *A Província*, Jornal, Recife, 23 de setembro de 1873. Sobre o primeiro governo de Henrique P. Lucena em Pernambuco, conferir Guerra (1958, p. 87-109).

<sup>750</sup> “A farsa Eleitoral” é o título da matéria publicada pelo *Pequeno Jornal* em 13 de setembro de 1890, para referir-se criticamente a eleição para escolha dos representantes do Câmara e Senado Federal realizada no Estado de Pernambuco naquele mesmo mês. Ver coluna “Diz-se a boca cheia.” Cf. *Pequeno Jornal*, Recife, Jornal, 13 de setembro de 1890. Cabe lembrar que em 1890, o então Barão de Lucena assumiu pela segunda vez o governo de Pernambuco sobre forte crítica dos opositores. Sobre isso, conferir Guerra (*idem*, p. 241).

afirmasse que as eleições no Brasil da Primeira República “constituíam verdadeiras farsas”.<sup>751</sup> Tal como Antônio Pessôa, o testemunho de Joaquim Inojosa – já citado – apresenta traços significados de como funcionavam as eleições da primeira República, como afirmou o chefe político de Umbuzeiro, especialmente no Norte. De acordo com o testemunho de Inojosa, entre os moradores que saíam de suas casas para votar no dia eleição, muitos davam “sempre notícias companheiros que vinham [votar], ou que, por superiores motivos, deixam de comparecer. Dêstes, muito naturalmente, assina-se por eles...”.<sup>752</sup>

No caso do pleito detalhado por Antônio Pessôa, a distribuição das mais de 600 chapas no dia anterior do pleito, a visita pessoal no dia da eleição, a nomeação de fiscais e o necessário controle da força policial, constavam como métodos utilizados para combater, em seu favor – eis um traço irônico da farsa –, a fraude eleitoral, traduzida pela recorrência ao *bico de pena*. Sobre isso, a tensão que antecedia o pleito, extensivo até o dia da sua realização, é outro aspecto que chama atenção na carta. Como se notam, nos bastidores, usando da força pública, da violência e da intimidação, os coronéis envolviam-se em uma intensa disputa, *palmo a palmo* pela garantia do voto, elemento essencial para o sucesso do sistema e manutenção/aumento do seu prestígio.<sup>753</sup>

### 5.1.3 O dia da votação.

Na luta pela vitória eleitoral, o uso da violência física era o método utilizado com frequência, intensificada no dia que antecede e durante a votação. Era fato comum, por exemplo, uma vez feito o registro dos eleitores, as facções rivais cercarem o município com capangas, geralmente bem armados, com o objetivo de intimidar os eleitores. Nesse caso, a intimidação não ocorreria apenas pelo uso da força efetiva, através da violência física. A visita

---

<sup>751</sup> Eul Soo-Pang (s/d. p. 34) elabora um “quadro” sobre o funcionamento das eleições municipais realizadas na Primeira República. Em sua leitura, apesar de variar em cada estado, o sistema eleitoral mantinha-se coeso em todo Brasil ao menos os três estágios que compunham sua organização, quais sejam, o registro, a execução e a apuração. Tais etapas eram compostas por uma comissão que era responsável por sua execução. Para o autor, o que caracterizava as eleições, do ponto de vista das facções políticas, era a violência e a fraude.

<sup>752</sup> Na visão de Inojosa (1959, p. 146/7) os eleitores de Salgado, isto é, de Itabaina – lugar em que se processou a sua experiência, “não querem saber em quem votam, salvante exceções que pedem, para levar, algumas chapas.”

<sup>753</sup> Além da violência, o empenho dos coronéis para o sucesso eleitoral era feito mediante um custo efetivo. Como nos lembra Leal (2012, p. 57) “os fazendeiros e chefes locais custeiam as despesas de alistamento e da eleição. Sem dinheiro e sem interesse direto, o roceiro não faria o menor sacrifício nesse sentido. Documentos, transporte, alojamento, refeição, dias de trabalho perdidos e até roupa, calçado, chapéu para o dia da eleição, tudo é pago pelos mentores políticos empenhados na sua qualificação e comparecimento.” Em síntese, tudo poderia ser pago pelos chefes políticos empenhados na qualificação e comparecimento do seu eleitorado às urnas. Já Eul-Soo Pang (s/d p.36) sinaliza que “eleitores pagos e eleitores-fantasmas também ‘participavam’ das eleições. A compra de voto era decididamente um subproduto do sistema capitalista, e daí derivou-se que o dinheiro tornou-se o principal instrumento para a permuta de bens e serviços.” [...]

dos coronéis, tal como fez Antônio Pessôa a Bom Jardim no dia do pleito, traduz um comportamento significativo de autoafirmação do poder, posto que revela sinais de que a política local também seguia apoiada em um forte jogo de cena, cujo sentido último residia na intimidação dos dependentes e na reafirmação da posição de mando. O simbolismo do gesto estava associado, portanto, à personificação do poder carismático do coronel, face importante na estratégia de contrariar a ação dos opositores.

Para reforçar o argumento, é ainda importante observar, na visão do coronel Pessôa, a aparente lealdade de seus dependentes, ao denunciarem que as suas chapas haviam sido arrebatadas na ocasião de votarem. As queixas traduzem outro aspecto interessante do sistema político em questão, posto que certamente provinham da violência, intimidação e coerção que sofriam, mas também estavam atreladas às relações de dependência, via de regra, baseadas no compromisso, isto é, balizadas pela troca de favores.<sup>754</sup> Desse modo, a violência física, a persuasão, o prestígio, o jogo de cena e o carisma eram fatores indispensáveis ao sucesso do pleito eleitoral. Reunidos, tais fatores certamente contribuíram para a posição assumida pelo chefe político de Bom Jardim, o coronel Joaquim Gonçalves, em relação aos designios de Antônio Pessôa. Ao final, é importante observar que o mesmo Joaquim Gonçalves, aparentemente empenhado em satisfazer “o seu pedido [de Antônio Pessôa]” mandou “passar o seu telegrama [referindo-se aos pedidos de garantia do apoio a Balthazar Pereira].” E finaliza, “falta o boletim de Surubim [cidade próxima a Umbuzeiro] onde o Tenente Coronel Balthazar teve 15 votos.”<sup>755</sup>

5.1.4 O insucesso do pleito: o jogo retórico de Antônio Pessôa em defesa da honra e do prestígio do nome.

---

<sup>754</sup> Segundo Victor Nunes Leal (2012, p. 45-46), como resultado de uma política compromissos entre o poder público e privado, o coronelismo empresta a influência do coronel importantes instituições sociais. “Exerce, por exemplo, uma ampla jurisdição sobre seus dependentes, compondo rixas e desavenças e proferindo, às vezes, verdadeiros arbitramentos, que os interessados respeitam. Também se enfeixam em suas mãos, com ou sem caráter oficial, extensas funções policiais, de que frequentemente se desincumbem com a sua pura ascendência social, mas que eventualmente pode tornar efetivas com o auxílio de empregados, agregados ou capangas”. Esse estado de dependências, apesar de apresentar variações entre 1945 e 1947 – onde “no seio do próprio eleitorado rural verificam-se traições dos empregados aos fazendeiros” –, torna “perfeitamente compreensível que eleitor da roça obedeça à orientação de quem tudo lhe paga, e com insistência para praticar um ato que lhe é completamente indiferente”. (*Idem*, p. 57).

<sup>755</sup> Aparentemente, o coronel Joaquim Gonçalves – o mesmo que comandou a polícia local e com isso ameaçou contrariar os interesses políticos do coronel Pessôa na cidade pernambucana – esforçou-se por garantir a recomendação de voto feita por Antônio Pessôa aos seus eleitores. Ver, sobre isso, bilhete do coronel Joaquim Gonçalves enviado ao coronel Antônio Pessôa em 31 de janeiro de 1909. Arquivo de Antônio Pessôa, IHGP.



Apesar disso, é preciso lembrar que dentro do sistema coronelista, “a força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras.”<sup>756</sup> Como salientou Gurjão, nos municípios, sedes do poder local, a autoridade do “coronel” se afirmava na liderança efetiva por ele exercida como chefe político.” Essa liderança, por sua vez, provinha da sua capacidade de “angariar um bom contingente de eleitores, de ‘arrebanhar’ votos e manter o eleitorado de ‘cabresto’ ou ‘curral eleitoral’, o coronel garantia seu poder.” Essa capacidade também fundamentada pela sua atuação permanente nos domínios locais, sendo ela abrangente em “múltiplas funções: jurídicas, policiais, financeiras e assistencialista, exercidas pretensamente como favores. Correspondem, na realidade, à penhora do voto, à submissão do eleitor, à sua fidelidade incondicional ao candidato do ‘coronel’.” Para autora, “o prestígio deste último evolui na razão direta de sua capacidade de fazer favores (dar empregos, ceder terras, dar proteção policial, facilitar assistência médica-hospitalar) e aplicar atos de violência sempre que julgar necessário.” Assim o coronel garantia maioria eleitoral e posição privilegiada na hierarquia política como chefe municipal, estadual ou federal. Para garantir a manutenção do prestígio, era fundamental manter coeso o seu eleitorado.<sup>757</sup>

Desse modo, a despeito da expectativa e da movimentação de Antônio Pessôa antes e no dia do pleito, bem como das garantias ofertadas por Joaquim Gonçalves, o fato de não conseguir obter o número esperado de votos – cerca de 300 – para Balthazar Pereira – que obteve apenas 121 votos em Bom Jardim e região – exigiu que o chefe político de Umbuzeiro elaborasse uma resposta rápida, preocupado em manter intactos a sua imagem e prestígio político. O conteúdo da carta revela o esforço teatralizado do coronel Antônio Pessôa de tentar justificar, ao seu modo, as causas do insucesso eleitoral. Para isso, o missivista listou um conjunto de situações e comportamentos que aparentemente contribuíram para o resultado inesperado. Entre eles, o coronel Pessôa apontou a incapacidade de Balthazar Pereira para gerenciar, junto à situação política estadual – à época comandada por Rosa e Silva – e local, a fiscalização das sessões e, sobretudo, o controle da força policial em Bom Jardim.<sup>758</sup> Essa era mais uma forma de lidar com o prestígio ou, no caso particular, com as ameaças lançadas sobre ele.

---

<sup>756</sup> Cf. Leal, (2012, p. 45).

<sup>757</sup> Cf. Gurjão (1999, p. 55).

<sup>758</sup> De acordo com Victor Nunes Leal (2012, p. 64-66), na montagem do sistema coronelista, a nomeação das autoridades locais era um fator determinante para verter possíveis ações que pudessem embaraçar e/ou contrariar os seus interesses em favor da oposição. De todos os apoios ofertados pelos representantes nos estados, via de regra, “nada se compara a esse trunfo decisivo: por a polícia do Estado sob as ordens do chefe situacionista local.”

## 5.2 A ESTADA NO RIO DE JANEIRO E O RETORNO À PARAÍBA: O ENREDO DAS “SALVAÇÕES MILITARES”.



**Fotografia 16.** Antônio Pessôa 1910. Cortesia do senhor Renato dos Santos Pessoa.

Em julho de 1910, o coronel Antônio Pessôa – imagem ao lado – desembarcou na cidade do Rio de Janeiro para assumir o cargo de conferente da Alfândega. Nessa imagem, apesar de aparentemente fragilizado de sua saúde, chama atenção os traços de civilidade que o coronel Pessôa parecia levar e cultivar como marcas de sua personalidade pública. Nesse caso, com o acréscimo da cartola – um item de moda – o colarinho branco alto, a camisa branca – provavelmente linho ou algodão –, a gravata, o colete e o terno eram traços marcantes de suas aparições públicas. Além disso, o relógio de bolso e a sua corrente à mostra era uma marca que trazia consigo desde os primeiros registros fotográficos datados da década de 1890.<sup>759</sup>

<sup>759</sup> A fotografia em tela foi clicada no Rio de Janeiro em julho de 1910 – muito provavelmente em um estúdio fotográfico –, logo a pós a sua chegada de Antônio Pessôa na Capital Federal. Cotejando-se as suas fotografias nessa época – que apontam mudanças significativas em sua fisionomia –, com os registros de Atas da Assembleia – que justificavam a sua ausência pelo agravamento do estado de saúde – e as receitas e consultas médicas feitas no Rio de Janeiro, torna-se convincente a hipótese de que essa viagem também foi motivado para tratar da saúde. Aliás, tudo leva a crer que ao longo da primeira metade da década de 1910, o estado de saúde do coronel Antônio Pessôa foi sendo gradativamente agravado. Em visita feita à Paraíba em setembro de 1914, o jornal *A União* noticiou “felizmente accentuaram-se as melhoras do nosso querido hóspede, cel. Antônio Pessôa, 1º Vice-Presidente do Estado. Tem assistido a s. exc. como médico e amigo o sr. dr. Octacílio de Albuquerque [que havia legislado ao seu lado em 1908-1910], deputado estadual e um dos ilustres redactores políticos deste jornal. Vencendo com o império da sua vontade e com o estímulo therapeútico as impertinências da recahida [...] precisando urgentemente de refazer a sua preciosa saúde [...] partirá hoje, no horário da manhã, para o Recife e d’alli para Umbuzeiro o sr. cel. Antônio Pessôa. S. ex. pretende visitar-nos uma outra vez com mais demora logo que o seu restabelecimento permita [...]” Na referida visita, afirmou Antônio Pessôa “tendo vindo a minha terra, em ligeira visita aos meus amigos e correligionários, valho-me deste meio para dirigir a todos os meus agradecimentos, fazer as minhas despedidas e oferecer meus serviços em Umbuzeiro, para onde sigo amanhã, pedindo desculpas de o não fazer pessoalmente como era o meu desejo e dever, por não dispor de tempo, que, além de pouco, foi roubado por alteração de saúde”. Cf. *A União*, Jornal, Parahyba, setembro de 1914. Disponível no IHGP. Localização: AP: RJ. A5G4P1. Sobre isso, cabe ainda conferir os registros de receitas médicas e consultas feitas por Antônio Pessôa no Rio de Janeiro entre 1914 e 1915 com o médico-geral Dr. Herculano Sylvio de Miranda. Cf. Receitas médicas. Disponíveis no IHGP. Localização: AP: DP. A5G4P1. Sem numeração.

No caso da transferência para o Rio de Janeiro, diferente do que ocorreu entre novembro 1894 e junho de 1895, quando fora transferido para a Alfândega de São Paulo, aparentemente essa remoção ocorreu sem maiores contestações e/ou pedidos de adiamento, parecendo estar de acordo com as pretensões do então funcionário público. Nesse caso, é provável que a sua transferência em 1910 também tenha estado atrelada à expectativa de fixar residência na Capital da República. Para isso, dois fatores podem ter concorrido favoravelmente. O primeiro deles, estava relacionado à necessidade de tratar melhor de sua saúde, aparentemente debilitada desde a segunda metade da década de 1900. O segundo fator, relacionado ao primeiro, certamente estava atrelado à expectativa de reencontrar os dois irmãos, Epiácio e José Pessoa – cujas carreiras haviam sido consolidadas na Capital da República –, estabelecendo com eles uma relação de maior aproximação.

Nesse último caso, os familiares destacaram que, durante a sua permanência no Rio de Janeiro, o coronel Antônio Pessoa costumava visitar Epiácio com frequência em sua casa à Rua Voluntários da Pátria, quase sempre à noite, após o jantar.<sup>760</sup> Ainda de acordo com o enredo criado pela família, foi justamente em uma dessas visitas que Epiácio Pessoa falou dos planos políticos que levariam Antônio Pessoa de volta à Paraíba ainda em 1912, como candidato a vice-presidente do Estado. Para isso, concorreu o movimento das “Salvações Militares” que agitou o campo da política durante o governo de Hermes da Fonseca (1911-1914).<sup>761</sup>

### 5.2.1 As salvações na Paraíba.

Na Paraíba, o movimento salvacionista eclodiu durante as disputas eleitorais que marcaram a sucessão de João Machado em 1912. Naquele pleito, a indicação do nome do então senador Walfredo Leal, preferido de Álvaro Machado, gerou uma insatisfação interna no próprio partido situacionista, bem como no meio da oposição. No caso da oposição, sob a liderança de Francisco Alves de Lima Filho, o grupo usou as páginas do *Estado da Parahyba* para tecer forte campanha contra o que chamaram de “sátira pungente, se não um engodo a uma

<sup>760</sup> Cf. Pessoa Filho, *Diário da Borborema*, Jornal, Campina Grande, 17 de março de 1963.

<sup>761</sup> As “Salvações”, entendidas como “movimentos políticos que marcaram o governo de Hermes da Fonseca (1910-1914), culminando com a derrubada das oligarquias situacionistas e na ascensão de grupos oposicionistas”, ganha um lugar de destaque na historiografia especializada no jogo político da Primeira República. No caso mais emblemático, o de Pernambuco, o general Dantas Barreto, ministro da Guerra de Hermes da Fonseca, candidatou-se – com o apoio do Catete – as eleições de 1911 em oposição a Rosa e Silva, chefe oligarca que comandava a política pernambucana desde 1896. Diferente da Paraíba, onde, apesar da insistência dos militares, Hermes da Fonseca decretou apoio aos grupos dominantes, sobretudo ofertando condições para acomodação, junto ao Partido Republicano Conservador da Paraíba, dos venancistas-epitacistas com os alvaristas-walfredista. Cf. sobre isso, Pereira (2011, p. 18-19).

ambição desordenada”, a indicação de Walfredo Leal para substituir João Machado. Para eles – referindo-se ao jogo político que trouxe João Machado à presidência do Estado em 1908 –, com a indicação de Walfredo Leal “faz-se nada mais, nada menos, do que a política das trocas e das compensações entre as partes, negociando os direitos do povo: é a República posta a leilão, entregue a voragem dos especuladores escarnecendo a maioria oprimida.”<sup>762</sup>

Pelas páginas do *Estado*, o grupo de Lima Filho reconhecia a importância do movimento em Pernambuco que derrubou a oligarquia de Rosa e Silva, conclamando o povo paraibano “[...] em nome da ordem, da justiça e da própria conservação, varrer a bala os óbices da sua tranquilidade”<sup>763</sup>, isto é, a derrubar a oligarquia alvarista. Para tanto, o grupo afirmava que recebia o apoio de Hermes da Fonseca, supostamente solícito à extinção do domínio alvarista no Estado. Esse apelo propagandista, associado a fatores de ordem pessoal, fez com que o grupo de Lima Filho recebesse o apoio de elementos descontentes com o alvarismo no interior do Estado, especialmente das famílias Dantas de Teixeira e os Santa Cruz de Monteiro, chefiadas respectivamente por Franklin Dantas e Augusto Santa Cruz.<sup>764</sup>

O avanço do movimento salvacionista coincidiu com o enfraquecimento do grupo político chefiado por Álvaro Machado, fragmentado internamente por dissidências, bem como desgastado externamente pelo avanço da oposição em momentos específicos de fins década de 1890 e início de 1900.<sup>765</sup> Em meio a essa conjuntura política, sentindo-se ameaçada, a liderança alvarista solicitou primeiramente o apoio de Hermes da Fonseca para indicação de um nome que pudesse pacificar o Estado. Amplamente citada pela historiografia paraibana, “a celebre carta” – nos termos de Pedro da Cunha Pedrosa – enviada ao Catete em 10 de novembro de 1911, alertava o Marechal Hermes da Fonseca para o clima de insegurança que irrompia na Paraíba. Segundo João Machado – porta voz de Álvaro –, essa insegurança era motivada pelo

---

<sup>762</sup> Cf. *Estado do Parahyba*, Jornal, Parahyba, 28 de novembro de 1912; *Apud*. Rodrigues (1989, p. 137).

<sup>763</sup> Cf. *Estado da Parahyba*, Jornal, Parahyba, 9 de janeiro de 1912.

<sup>764</sup> O próprio Lima Filho chegou a ser indicado para disputar a Presidência do Estado contra Walfredo Leal. Sobre o caso das Salvações na Paraíba, conferir Pereira, (2011, p. 61-71); Conferir Lewin (1993, p. 260-264) sobre as insatisfações de Franklin Dantas e Augusto Santa Cruz.

<sup>765</sup> Internamente, afirmou Rodrigues (1989, p. 136-137), “por força das acomodações, que fora obrigado a admitir para preservar o seu domínio, a oligarquia [alvarista] atraiu um considerável número de ex-venancistas, liberados dos seus antigos compromissos políticos, a partir do licenciamento do Partido Autonomista em 1901. Além das insatisfações e rupturas provocadas pelo remanejamento de prerrogativas, aquela incorporação fez emergir, no seio da oligarquia, um subgrupo de novos elementos que passaram a disputar a liderança com os antigos.” Segundo a autora, “essa divisão intestina se evidenciaria no ensejo da sucessão de João Machado, cujo mandato se encerrava em outubro de 1912.”

surgimento de “polítiques ambiciosos” que, “a exemplo do que se passa em Pernambuco, já se vão levantando e açulando a anarquia.”<sup>766</sup>

### 5.2.2 A premência do acordo de 1911 e a ascensão do *epitacismo* em 1912.

Diante do estado de saúde de Álvaro Machado e do avanço da oposição de Lima Filho, alguns membros da oligarquia paraibana sinalizavam a necessidade de recorrer a Eptácio Pessôa, então Ministro do Supremo Tribunal Federal e amigo de Hermes da Fonseca, vislumbrando ser ele a pessoa capaz de dar um desfecho favorável à questão. Entre esses líderes, estava Pedro da Cunha Pedrosa, amigo da família Pessôa e ex-venancista cooptado ao alvarismo no governo de José Peregrino (1900-1904).<sup>767</sup> As primeiras cartas de Cunha Pedrosa nesse interim foram enviadas a Eptácio Pessôa durante a sua viagem à Europa, motivada para cuidar de complicações de saúde, cujos primeiros sintomas apareceram no verão de 1911.<sup>768</sup> Em uma das cartas, o missivista declarou estar trabalhando com Venâncio Neiva “junto ao Walfredo [Leal] no sentido de que as cousas sejam encaminhadas para um acordo honroso, a fim de evitar a conflagração do Estado”. De acordo com Cunha Pedrosa, esse acordo apoiava-se “na necessidade de ser a política [da Paraíba] encaminhada por si [Eptácio Pessôa] de combinação com Walfredo e com os elementos situacionistas, incontestavelmente os mais puros do Estado.”<sup>769</sup>

Ventilado nos termos de Cunha Pedrosa, o argumento da necessidade do acordo entre Walfredo Leal e Eptácio também era privadamente compartilhado com o coronel Antônio Pessôa no Rio de Janeiro. Em resposta a uma dessas cartas, o coronel Pessôa afirmou em 26 de outubro de 1911:

---

<sup>766</sup> Segundo Pedro da Cunha Pedrosa (1963, p. 99-103), a minuta da referida carta de 10 de novembro de 1911 foi escrita por ele a pedido de João Machado e demais próceres do PRC no Estado. Conferir sobre a “longa carta enviada ao Presidente da República” por João Machado, Rodrigues (1989, p. 146).

<sup>767</sup> Pedro da Cunha Pedrosa não foi o único interessado na formalização da aliança com Eptácio Pessôa. A exemplo dele, Antônio Massa encaminhou carta à Eptácio Pessôa apontando os seus termos para que se firmasse um acordo sobre a presença de Hermes da Fonseca com o objetivo de evitar a desordem da Paraíba. Cf. Carta de Antônio Massa à Eptácio Pessôa em 7 de novembro de 1911. Disponível em Arquivo de Eptácio Pessôa, IHGB, Livro 10.

<sup>768</sup> De acordo com Gabaglia Pessôa (1951, p. 198), nesse período “Eptácio foi acometido de grave crise hepática. No mês de março, fizera uma cura de águas em Caxambu e ai tivera a primeira cólica de fígado, ainda suportável.” Procurando curar-se no Brasil, entre abril e maio, o estado de saúde de Eptácio foi agravando-se alterando entre fortes dores no fígado seguida de constante febre. Apresentando rápida melhora, viajou em julho com a mulher para Europa, desembarcando na França, a fim de consultar-se com especialistas. Após visitar vários consultórios em Paris, seguiu para Lucerna na Suíça em consulta com um jovem cirurgião, o Dr. Brum. De volta a Paris, “opera-se a 4 de setembro”. Em “27 de outubro, ainda uma vez pelo Amazon, voltavam os dois [Eptácio e D. Mary Pessôa] ao Rio de Janeiro”.

<sup>769</sup> Conferir carta de Pedro da Cunha Pedrosa à Eptácio Pessôa. Arquivo de Eptácio Pessôa, livro 10. Apud. Rodrigues (1989, p. 149).

Causou-me ótima impressão a leitura de sua carta de 15 do corrente, principalmente por ver que o modo do Sr. encarar a situação política da nossa terra, com critério, justiça e patriotismo (ao contrário do que para aqui mandam dizer), é o mesmo já manifestado em cartas anteriores, isto é, que tudo dever ser resolvido de acôrdo com o Epitácio e Valfredo. Louvo o alvitre tomado pelo Sr. e o Venâncio de escreverem ao Walfredo, concitando-o a um acôrdo com Epitácio. Oxalá os senhores consigam alguma coisa, poupando à nossa Paraíba a situação deplorabilíssima que estamos vendo em Pernambuco.<sup>770</sup>

Em fins de 1911, contudo, o caso da Paraíba agitou-se de maneira substancial. Nesse período, sob os boatos de que eram apoiados pelo General Dantas Barreto em Pernambuco, o aparecimento de nomes ligados ao oficialato do Exército exigiu uma rápida resposta da oligarquia alvarista. Entre os candidatos ligados ao Exército, surgiu o nome do Coronel Abílio de Noronha, cuja candidatura, apesar de agradar alguns, não vingou.<sup>771</sup> Diferente do Coronel José Joaquim Rêgo Barros, paraibano de Mamanguape, que “dispunha de certa militância político-partidária [e] fora integrante da segunda Assembleia Constituinte de julho de 1892”, embora, “no início do seu mandato, rompera com o alvarismo, ao acompanhar o dissidente Eugênio Toscano de Brito, sete meses após a chegada de Álvaro Machado à Paraíba”.<sup>772</sup> Gozando de prestígio por ter rompido com Álvaro Machado tempos atrás, a oposição acolheu o nome de Rêgo Barros, que compôs nova chapa com Francisco Alves Lima Filho e Ignacio Guedes da S. Sobral, os dois últimos na condição de postulantes às vice-presidências. Rêgo Barros foi recebido com festa na capital. Já em fins de 1911, a sua campanha seguiu forte no interior tendo o apoio dos Dantas e Santa Cruz no sertão do Estado.

Esse avanço motivou Epitácio Pessoa a buscar, junto a Hermes da Fonseca, uma solução para o caso da Paraíba. Para isso, um fator certamente apressou a sua atitude. Como analisou Rodrigues, a provável vitória de Rêgo Barros na Paraíba poderia alterar diretamente os seus planos de um dia retornar à política do Estado. “Isto decorria da grande probabilidade de um inimigo comum, Coelho Lisboa, vir a assumir uma posição de mando com a ascensão do novo grupo. Coelho Lisboa se constituía um desafeto rancoroso de Epitácio Pessoa”, chegando a

<sup>770</sup> Cf. Carta de Antônio Pessoa à Pedro da Cunha Pedrosa publicada em suas memórias (1963, p. 104-105).

<sup>771</sup> O Jornal *Correio da Manhã* publicou as notícias chegadas da Paraíba no Rio de Janeiro informando sobre a candidatura do coronel Abílio de Noronha. Na matéria, os redatores ironizavam a imagem do “Salvador Abílio”, “esse farrancho, alega ter estado com Floriano em Canudos, tão sugestivamente descripto pelas reticências de Euclides da Cunha, o Sr. Abilio quer salvar a Parahyba. [...]” Além de questionarem a naturalidade do coronel, impedido pela constituição estadual, de candidatar-se pelo Estado da Parahyba. Cf. *Correio da Manhã*, Jornal, Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1912.

<sup>772</sup> Rêgo Barros residia, então, em Manaus exercendo a função de Inspetor Permanente da Primeira Região Militar do Estado do Amazonas e Território do Acre. Quando recebeu o convite para ser candidato à Presidência do Estado, deslocou-se com certa pressa até a Paraíba. Segundo os testemunhos de época, foi recebido “entusiasmamente, não só na Capital do Estado, como também em algumas cidades interioranas”. Cf. Rodrigues (1989, p. 143-145).

declará-lo como um “inimigo pessoal, o meu único inimigo.” Diante disso, a conversa entre Epitácio e Hermes da Fonseca versou sobre dois temas centrais, quais sejam, frustrar a campanha de Rêgo Barros e, conseqüentemente, decidir sobre a questão da sucessão presidencial na Paraíba. A primeira solicitação foi atendida de pronto. No dia seguinte ao encontro com o Presidente da República, o Quartel General da Quinta Região Militar, com sede em Recife, recebeu uma mensagem do Catete ordenando que Rêgo Barros retornasse para o Rio de Janeiro, o que foi feito no dia seguinte, aparentemente pondo fim às expectativas da oposição em chegar ao poder por meio do apoio do Exército e, conseqüentemente, gozando do apoio do Governo Federal.<sup>773</sup>

### 5.2.3 A indicação do nome de Antônio Pessôa à Presidência do Estado da Paraíba.

De acordo com o enredo criado pela família, ainda naquele encontro, estando indefinida a sucessão presidencial, teria indagado o Presidente Hermes da Fonseca:

- ‘Por onde anda o Coronel Antônio Pessôa? Ainda está lá pelo sertão às voltas com os cangaceiros?’
- Informou-lhe EPITÁCIO, que desde o ano anterior estava no Rio [de Janeiro] aquele seu irmão, servindo na Alfândega da Capital; mas continuava interessado pelas suas coisas da Parahyba.<sup>774</sup>

Na interpretação dada ao diálogo, o Marechal Hermes da Fonseca sabia que Epitácio tinha aquele irmão na Paraíba, “embora Antônio Pessôa nunca [lhe] houvesse sido apresentado”. Ouvira falar dele pela primeira em 1907, da boca do próprio Epitácio, quando este recorreu ao então Ministro da Guerra – Hermes da Fonseca – para enviar tropas federais à Paraíba para combater Antônio Silvino e o seu bando. Na ocasião, Epitácio Pessôa havia externado a sua preocupação em torno da luta que Antônio Pessôa travava no Norte contra

<sup>773</sup> A campanha de Rêgo Barros foi interrompida abruptamente após um incidente ocorrido em São João do Cariri, em que os seus correligionários entraram em conflito com a polícia “após o delegado local ser esmurrado pelo tenente do Exército Alfredo Dantas Correia de Góes, parente do Coronel opositor Franklin Dantas, chefe político de Teixeira.” Após o episódio, João Machado escreveu a Epitácio Pessôa dando conta “dos insistentes boatos sobre plano perturbações nesta capital [da Paraíba], estou vigilante”, motivando o então Ministro do Supremo Tribunal ir ter pessoalmente com o Presidente da República. Cf. *Idem*, (p. 151); e Lewin (1993, p. 264).

<sup>774</sup> Cf. *Diário da Borborema*, Jornal, Campina Grande, 17 de março de 1963. Em 1911, o general Dantas Barreto usou o exemplo da nomeação de Antônio Pessôa como pretexto para justificar, junto a Hermes da Fonseca, que a sua candidatura à Presidência do Estado de Pernambuco deveria receber o apoio do Governo Federal. Segundo o jornal *Correio da Manhã*, o general Dantas Barreto “queixou-se da parcialidade de alguns membros [do P.R.C de Pernambuco], que só nomeavam rosistas [partidários de Rosa e Silva] para os cargos que tinham de preencher, citando o caso da nomeação do inspector da Alfândega do Recife que, prometida a ele para o sr. Antônio Pessôa, empregado da fazenda muito competente, irmão do dr. Epitácio Pessôa, recaíra noutro empregado”. Cf. *Correio da Manhã*, Jornal, Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1911.

aquele “grupo de desordeiros”. Após ouvir os argumentos de Epitácio Pessôa, teria completado o Presidente da República:

Pois vamos ficar por hoje aqui neste ponto. O sr. converse com o seu irmão; ele pode trocar impressões com os seus amigos políticos; e o Sr. voltará aqui logo que possa, para conversarmos em definitivo sobre isto. Ele será o meu candidato. E, eu vou desde já tomar as primeiras providências no sentido de por as coisas em ordem lá pela Paraíba.<sup>775</sup>

De acordo com essa versão, naquela mesma noite em que testemunhou a preparação do telegrama que ordenou o retorno de Rêgo Barros ao Rio de Janeiro, Epitácio encontrou com Antônio Pessôa em sua residência, a quem explanou o caso da candidatura à Presidência do Estado. Durante o diálogo, aparentemente amparado na famosa dívida contraída com o irmão, Antônio Pessôa assinalou: “você sabe [Epitácio], pelo que eu lhe devo, pelo bem que lhe quero e, sobretudo, pela confiança que tenho em sua ‘cabeça’ que eu procuro contrariar-o em nada; e num assunto deste muito menos: o que você quiser que eu faça, eu o farei”.<sup>776</sup> Visto pelo ângulo da *invenção da tradição familiar Pessôa*, o relato pode inclinar-se a querer justificar a participação de Antônio Pessôa na trama política que, como noticiada na época, salvou a Paraíba da “desordem e intranquilidade” de 1911.<sup>777</sup>

Sobre isso, o aparente afastamento de Epitácio Pessôa da atividade político-partidária em 1902, abriu precedentes para que os familiares, especialmente Antônio Pessôa Filho,

---

<sup>775</sup> *Ibidem*.

<sup>776</sup> No relato criado pela família sobre o envolvimento de Epitácio Pessôa nos eventos de 1911 e 1912, destacou-se que a Parahyba foi salva da intranquilidade das “Salvações Militares” graças a intervenção “do maior de seus filhos de todos os tempos”, Epitácio Pessôa. Ideia ratificada por Gabaglia Pessôa (1951, p. 217), ao afirmar que em “1912, a Paraíba, apavorada com a perspectiva da ‘salvação militar’, apelou para as suas relações de amizade com o Marechal Hermes [...]” obtendo “que o governo Federal desautorizasse as pretensões do Coronel Rêgo Barros à governança daquele Estado”. Para tanto, no enredo criado por Pessôa Filho “é preciso também, em respeito à verdade da História, que se saiba que foi de Antônio Pessôa” que Epitácio recebeu os primeiros pedidos de intervir junto à Hermes da Fonseca “prestando com isso mais um magnífico serviço à sua terra”. Cf. *Diário da Borborema*, Jornal, Campina Grande, 17 de março de 1963; ver ainda sobre isso, nota explicativa feita por Pessôa Filho (1962, p. 9) na obra “Na Política da Parahyba” (2ª fase – 1912-1935).

<sup>777</sup> A imagem de Epitácio Pessôa, avultada como um herói que havia livrado a Paraíba das agitações trazidas pelas “Salvações Militares” foi afirmada por ele mesmo. Em carta enviada a João Machado em 3 de fevereiro de 1912, Epitácio afirmou “V. há de reconhecer, meu amigo, pelo que se passou em outros Estados, que essa candidatura [referindo-se a candidatura de Rêgo Barros] com o apoio que daqui se punha à minha disposição, havia de trazer as mais fundas perturbações à vida da nossa Paraíba. O acôrdo, portanto, foi um grande serviço prestado à Paraíba por Monsenhor Valfredo retirando a sua candidatura, e por mim impedindo uma candidatura inconveniente e conseguindo afastar de meu irmão, para combinarmos ambos um terceiro nome respeitado e bem querido de todos.” Cf. De Epitácio à João Machado, Petrópolis, 3 de fevereiro de 1912. In. PESSÔA, Epitácio (1962, p. 3). Importante destacar, já nesse ponto, que a imagem heroica de Epitácio não fora consenso entre os contemporâneos. Se, de um lado, ela foi em partes exaltada por alguns alvaristas e, sobretudo, entre os antigos venancistas – mesmo aqueles convertidos ao alvarismo a exemplo de Pedro da Cunha Pedrosa –, de outro, entre os opositores foi amplamente satirizada. Para os redatores do *Estado da Parahyba*, ironicamente “o Dr. Epitácio para os novos cristãos é a vida, a esperança, o Deus e as garantias de futuro, sob os quais aqueles que vieram como humildes vassalos pretendem conquistar as honras dos senhores.” *Estado da Parahyba*, Jornal, Parahyba, 24 de fevereiro de 1912.



entabulasse o argumento de que “um período de dez anos – de 1902 a 1912 – [...] separa as duas fases em que EPITÁCIO PESSOA interveio nas coisas da política e administração da Paraíba.” Nesse período, “o seu irmão Antônio da Silva Pessôa, – ‘o seu maior amigo na vida’ –, que, antigo chefe político no Estado, aqui no Rio de Janeiro se encontrava [...]” interveio “junto a Epitácio [...] no sentido de convencê-lo de que deveria procurar o Presidente [Hermes da Fonseca] sem demora.”<sup>778</sup> Argumento já aventado por Carlos D. Fernandes em 1919, ao afirmar que o coronel Antônio Pessôa “via, porém com desgosto o rumo nefasto que iam levando os destinos de sua terra natal”, moveu-se para “lhe requerer [referindo-se à Epitácio Pessôa], em nome do seu partido e dos altos interesses políticos da Parahyba, a sua cooperação” para garantir a “ordem e tranquilidade do Estado.” Diante dessa narrativa, não só Epitácio, mas também Antônio Pessôa havia colaborado para livrar o Estado da desordem trazida pelas Salvações.<sup>779</sup>

Por outro lado, fora da visão dos familiares e seus entusiastas, o suposto diálogo com o presidente da República aponta como, seja indicado por Hermes da Fonseca ou estrategicamente aventado por Epitácio, o nome do coronel Antônio Pessôa foi sendo apresentado como o caminho oportuno para o retorno da família Pessôa à cena político-partidária da Paraíba em fins de 1911. Coelho Lisboa, opositor de Epitácio Pessôa, por exemplo, não demorou a externar publicamente que a atuação do então Ministro do Supremo junto ao Presidente da República era motivada “pela conquista [prometida por Hermes da Fonseca] deste infeliz Estado da União [referindo-se à Parahyba], cuja oligarchia lhe deveria ser consignada pelo mesmo marechal na eleição próxima futura de 1º vice-presidente do estado que garantia a seu irmão o coronel Antônio Pessôa.”<sup>780</sup> A crítica de Coelho Lisboa, portanto, era direcionada à trama política que, nessa época, trazia à tona o nome de Antônio Pessôa como o representante

<sup>778</sup> Cf. *Diário da Borborema*, Jornal, Campina Grande, 17 de março de 1963; ver ainda sobre isso, nota explicativa feita por Pessôa Filho (1962, p. 9) na obra *Na Política da Parahyba (2ª fase – 1912-1935)*.

<sup>779</sup> Carlos D. Fernandes (1919, p. 40-41), como amigo pessoal dos Silva Pessôa de Umbuzeiro, coloca-se como testemunha da ação de Antônio Pessôa na luta para salvar a Paraíba da candidatura de Rego Barros.

<sup>780</sup> Segundo Coelho Lisboa, “este [referindo-se à Antônio Pessôa] pensa o simples juiz [Epitácio Pessôa], tomará em breve tempo conta da presidência [do Estado], abandonada com certeza logo em princípios do futuro período pelo presidente Castro Pinto, geitosa e, violentamente hostilizado pela imprensa, de acordo com o plano pelo politiquero ministro architettato.” Cf. matéria intitulada “O Sr. Coelho Lisboa denuncia o presidente da República”, publicada no jornal *Correio da Manhã*, Jornal, Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1912. Coelho Lisboa, usou, por várias vezes, a tribuna do senado para denunciar as manobras políticas que ratificavam o avanço das oligarquias no Estado. Na sessão de 18 de maio de 1908, por exemplo, o então senador fez um longo discurso apontando as origens da oligarquia de Álvaro Machado, encravada nas ações de Abdon Felinto Milanês “velho monarquista sincero” e “‘tio, padrinho e protector’ de S. Ex. [Senador Álvaro Machado].” Julgo interessante analisar, na crítica de Coelho Lisboa, as manobras que Álvaro Machado executou ao longo do seu comando na política paraibana para transformar João Machado – seu irmão – em chefe político no Estado. Cf. Discurso do Senador Coelho Lisboa na sessão de 18 de maio de 1908. In. LISBOA, Coelho (1909, p. 47-56).

da família Pessôa no Estado, isto é, de acordo com as intenções de Epitácio em retornar à política da Paraíba.<sup>781</sup>

#### 5.2.4 O impasse do acordo de 1911.

Porém, de acordo com Celso Mariz, a indicação de Antônio Pessôa à Presidência do Estado causou descontentamento na situação política da Paraíba, uma vez “esse nome, zoando assim em tempos de guerra sem vir pela tropa de Álvaro, arrepiou suas hostes.”<sup>782</sup> Celso Mariz referia-se ao impasse verificado entre as lideranças alvaristas e Epitácio Pessôa quanto a escolha do nome para sucessão presidencial de João Machado. Sobre isso, em carta enviada ao Presidente da República em novembro de 1911, Epitácio falou da insistência de Walfredo em defender a sua própria candidatura e pediu o apoio de Hermes da Fonseca para desenganá-lo da empreitada. Para tanto, reiterou que havia declarado “*ao Padre [Walfredo Leal] que não abria mão da candidatura de Antônio Pessôa,*” contra a qual, aliás, “disse-me ele nada ter que articular, e pediu-me uns dias para dar-me uma resposta definitiva, pretextando ter que consultar os amigos do Estado,” mas “presumo que o que ele quer é ver se obtém a aquiescência do Marechal e do Diretório à sua candidatura.”<sup>783</sup> (grifos meu).

A princípio, escrevendo a Cunha Pedrosa dias depois, Epitácio expôs as razões de não abrir mão da candidatura de Antônio Pessôa

Petrópolis, 21 de dezembro de 1911.

Meu caro Dr. Pedrosa. Apresso-me em responder à sua prezada carta de 12 dêste mês, que acabo de receber e ler com grande satisfação. A sua qualidade de redator-chefe de “*A União*”, órgão que levantou a candidatura de Walfredo; o seu telegrama de pronta adesão a essa candidatura, que surgia como uma manifestação de hostilidade à defendida por mim, e impressões outras que daí eu recebia, fizeram-se acreditar que o Sr. desistia das ideias de conciliação que esposava a mim e ao Antônio [Pessôa]. [...] Como lhe escrevi da Europa, nunca acreditei que Mons. Walfredo levantasse a candidatura do Sr. [Pedro da Cunha Pedrosa] à Presidência do Estado. Mas achei a ideia excelente, tanto que logo escrevi ao Antônio dizendo-lhe, em reserva, que se a candidatura dêle [Antônio Pessôa] provocasse, como era de temer, fortes hostilidades,

<sup>781</sup> Aos olhos de Apolônio Nóbrega (1950, p. 118), nessa época Antônio Pessôa surgia como “um nome de prestígio para as altas rodas do país, como natural nome de combate ao de Walfredo”. Ideia reforçada por Celso Mariz ao registrar que “em fins de 1911 pairava no ar, para suceder áquele presidente [João Machado], o nome do Cel. Antônio Pessôa, funcionário da Fazenda, irmão do Dr. Epitácio, homem de envergadura moral, bem relacionado no interior, onde não o esquecera a velha clã venancista”. Cf. Mariz (1994, p. 197).

<sup>782</sup> *Ibidem*.

<sup>783</sup> Em suas palavras, “O Padre Walfredo esteve comigo. Insiste a sua candidatura, dizendo-me que espera afinal obter o apoio do Presidente da República e do diretório do PRC. Fiz-lhe ver quão difícil seria conseguir esse apoio, dada a opinião contrária as oligarquias tantas vezes já manifestada por um e por outro. No caso da Paraíba haveria mesmo nota chocante, qual a de pretender ali ser eleito pelo próprio governador a quem ele mesmo elegeu. [...]” Cf. De Epitácio Pessôa à Hermes da Fonseca, Rio de Janeiro, 30 novembro de 1911. Arquivo de Epitácio Pessôa, Livro 10. *Apud*. Rodrigues (1989, p. 150).

eu apresentaria o Sr. como um nome de conciliação. À vista das cartas suas e do Venâncio, esperava que o Valfredo me procurasse logo após a minha chegada [da Europa] para conversarmos sobre a política do Estado, uma vez que êle já sabia que o Hermes lembraria o nome do Antônio [Pessôa] e devia por isto prever que eu me não desinteressaria da futura eleição presidencial. Tal, porém, não aconteceu e, poucos dias depois, vi com surprêsa a notícia de que êle se fazia candidato, o que eu não podia deixar de considerar como um ato de hostilidade dirigido pessoalmente contra mim. Dispus-me então para a luta, aconselhado e animado pelo próprio Hermes que me prometia reiteradamente o mais decidido apoio a punha desde logo à minha disposição os atos de que necessitasse. [...] <sup>784</sup>

O argumento usado na carta servia para justificar a maneira incisiva com que Epitácio Pessôa defendeu, por muito tempo, a candidatura do irmão. É importante lembrar que a defesa do nome de Antônio Pessôa também soava como uma esperança aos dedicados “antigos amigos [venancistas]” que, na Paraíba, nos termos do missivista, aderiam a essa causa, ofertando, além do apoio político, “recursos pecuniários.” <sup>785</sup> Nesse ponto, Epitácio Pessôa parecia permanecer fiel ao argumento expresso e defendido entre correligionários mais íntimos, bem como compartilhado com Antônio Pessôa em dezembro de 1901, de que o acordo político era o único meio de algum dia subir a oposição na Parahyba. Acrescia-se, para tanto, que em fins de 1911, o acordo aludido não trazia de volta apenas os antigos venancistas, mas colocava diretamente a família Pessôa no plano da representação política do Estado junto ao governo federal.

### 5.2.5 A eliminação do impasse? A chapa da conciliação.

Após idas e vindas, o impasse foi enfim resolvido no Rio de Janeiro em fins de dezembro de 1911, sob a determinação de Hermes da Fonseca. <sup>786</sup> Pelo acordo, deveriam ser retiradas as candidaturas de Walfredo Leal e Antônio Pessôa, havendo a indicação de João Pereira de Castro Pinto, senador recém-eleito, ““um amigo comum”, que foi aceito por todos” para suceder João Machado.” Em tese, o acordo firmado tinha o objetivo de unir Álvaro Machado, Walfredo Leal e Epitácio Pessôa em torno do Partido Republicano Conservador da Paraíba. <sup>787</sup> Epitácio Pessôa, porém, condicionou o seu posicionamento ao acatamento de certos princípios que traduziam,

<sup>784</sup> Ainda segundo Epitácio Pessôa, a candidatura de Castro Pinto – seu amigo pessoal desde a Faculdade de Direito do Recife – foi apresentada pelos amigos do Norte, diante da qual “não me podia ser infeso e cujo lugar eu poderia ocupar no Senado, voltando assim, de acôrdo com os desejos gerais, à atividade política.” Conferir carta de Epitácio Pessôa à Pedro da Cunha Pedrosa em 21 de dezembro de 1911. In. PESSÔA, Epitácio (1962, p. 1-2).

<sup>785</sup> *Idem*, p. 2.

<sup>786</sup> Cf. Sobre a conferência realizada no Rio de Janeiro, carta de Epitácio à Pedro da Cunha Pedrosa, Petrópolis, 21 de dezembro de 1911. In. PESSÔA, Epitácio (1962, p. 2).

<sup>787</sup> A incorporação do Partido Republicano da Paraíba ao Partido Republicano Conservador se deu por intermédio do então Senador Álvaro Machado em 1910. Álvaro Machado havia sido, no Rio de Janeiro, um dos entusiastas da proposta de Pinheiro Machado em criar o Partido Republicano Conservador (PRC) naquele mesmo ano. Sobre isso, conferir Rodrigues (1989, p; 132-134).

em última instância, o seu reingresso na militância político-partidária na Paraíba. Prova disso é que na conversa com Walfredo Leal “ficou estabelecido que a chefia política da Paraíba fosse exercida por um triunvirato composto por eles dois [Epitácio Pessôa e Walfredo Leal] mais Álvaro Machado” que se encontrava em precário estado de saúde.<sup>788</sup>

Além disso, acertou-se a indicação de Antônio Pessôa como candidato a primeiro vice-presidente na chapa encabeçada por Castro Pinto, bem como a indicação, feita por Epitácio Pessôa, de dois deputados federais e dois senadores, sendo um dos quais ele próprio. Restou a Walfredo, a indicação do segundo vice-presidente, três deputados federais e um senador.<sup>789</sup> A princípio, nos termos de Epitácio, a retirada do nome de Antônio Pessôa como pleiteante do cargo de presidente do Estado obedeceu ao fato de temer “que a minha insistência em favor de Antônio pudesse parecer uma questão de família e ocultar o pensamento de implantar na Paraíba uma oligarquia a pretexto de derrubar outra.”<sup>790</sup>

#### 5.2.5.1 “A piada de Primeiro de abril”: a defesa do nome de Antônio Pessôa e a repercussão na Parahyba.

A apesar do seu esforço em dissolver os boatos de formação de uma nova oligarquia no Estado, o gesto de Epitácio em defender até o último momento a candidatura do irmão foi duplamente criticado por seus opositores já nos primeiros meses de 1912. Pelas páginas do órgão oficial do Estado, por exemplo, o comportamento foi ironizado no editorial de 11 de fevereiro de 1912 em matéria intitulada “A piada de Primeiro de Abril”. A matéria satirizava a notícia que, em fins de dezembro de 1911, circulou no Jornal *O Norte* informando sobre a decisão no Rio de Janeiro que assentava sobre a candidatura de Antônio Pessôa.<sup>791</sup> A ironia do

<sup>788</sup> Segundo a autora (*idem*, p. 152), o acordo que retirou as candidaturas de Walfredo Leal e Antônio Pessôa para indicação de Castro Pinto foi feito na presença de Hermes da Fonseca. Na visão de Albuquerque Mello (1982, p. 34), “é certo que, elegendo Castro Pinto, o alvarismo não entregava o governo a um inimigo potencial. Castro Pinto era bem mais um intelectual brilhante do que um político convencional. Historicamente era um venancista: fora deputado à Constituinte estadual em 1891 era muito chegado a Epitácio Pessôa, seu colega de turma na Faculdade do Recife. Mas, desde 1904, colaborava com a oligarquia Machado, que o elegeu para a câmara e em seguida para o Senado”. A ideia de que Epitácio Pessôa retornava à cena político-partidária através do acordo de 1911 aparece em matéria publicada pelo *Correio da Manhã*, Jornal, Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1911.

<sup>789</sup> Conferir, sobre os impasses do acordo e os termos da conciliação, Pedrosa (1963, p. 108-111).

<sup>790</sup> Cf. De Epitácio à Pedro da Cunha Pedrosa, Petrópolis, 21 de dezembro de 1911. In. PESSÔA, Epitácio (1962, p. 2). A ideia de que a candidatura de Antônio Pessôa foi entabulada por Hermes da Fonseca e não diretamente por Epitácio Pessôa reaparece em carta enviada por este último à João Machado em 3 de fevereiro de 1912, pouco tempo depois da morte de Álvaro Machado. Cf. De Epitácio à João Machado, Petrópolis, 21 de dezembro de 1911. In. *Idem*, p. 3-4.

<sup>791</sup> A notícia de que a candidatura de Antônio Pessôa estava assentada no Rio de Janeiro circulou o Jornal *O Norte* sob o título “boa nova” informando “syntheticamente despacho telegráfico para a imprensa local, que o sr. dr. Epitácio Pessôa se pretende despir da toga de juiz” pela “patriótica colaboração política, bem precisa para a rigorosa afirmação do progresso estaduano, apressando à nossa ascensão à outras alturas que não sejam as de simples

autor da matéria causou mal-estar entre os irmãos Pessôa e a redação do jornal, posto que não só desacreditava o nome do coronel Antônio Pessôa, mas questionava o prestígio de Epitácio em não garantir, como desejava, a candidatura do irmão à presidência do Estado.

Tentando inverter o infortúnio trazido pela publicação da matéria, Pedro da Cunha Pedrosa, então chefe redator de *A União*, lançou dias depois o que chamou de “Declaração necessária”. No documento, alegando não estar à frente da direção do jornal quando da produção e publicação da notícia aludida, “queria tornar público que não fui e nem podia ser solidário com o modo de expressar-se do autor da alludida local, ofensivo da susceptibilidade de um amigo e correligionário da estatura moral do Coronel Antônio Pessôa”. E completa,

Todo mundo sabia que, naquele momento [referindo-se a dezembro de 1911], era uma realidade a mesma candidatura, tanto assim que os próceres do nosso partido, no Rio, tratavam de entabolar um accordo, em virtude do qual seria possível o afastamento das candidaturas de Pessôa [Antônio Pessôa] e Walfredo [Leal], para firmar-se uma terceira que conquistasse a acquiescencia de todos os elementos da nossa agremiação partidária, como efetivamente acaba de dar-se, com a escolha do nosso preclaro amigo e correligionário, Senador Castro Pinto.<sup>792</sup>

Pedro da Cunha Pedrosa referia-se ao ponto chave do acordo – a retirada dos nomes de Antônio Pessôa e Walfredo Leal –, resolvido após a disposição das lideranças em aceitar a composição de uma suposta chapa conciliadora. Apesar do esforço do redator-chefe de *A União*, a partir da polêmica trazida pela publicação “da piada de primeiro de abril”, é possível perceber que o acordo de 1911 tentou firmar uma *conciliação impossível* entre os grupos políticos paraibanos que pareceu estar assentado sob constante estado de tensão, passível de ser desfeito a qualquer momento.<sup>793</sup>

### 5.3 A CAMPANHA DE 1912 E A VITÓRIA DE CASTRO PINTO: EPITÁCIO PESSÔA ENTRE O *TÍTERE* DE HERMES DA FONSECA E O *SALVADOR DA PARAHYBA*.

Nos primeiros meses de 1912, a Paraíba entrou no ritmo de campanha para o pleito que seria realizado em junho. De um lado, como fruto do acordo chancelado na presença de Hermes da Fonseca, Castro Pinto – o candidato da conciliação – encabeçou a chapa tendo como

---

expressão chorographicas, onde ainda estamos, apesar do esforçado trabalho de conterrâneos de elevação, entre os quaes avulta a empenhada figura do dr. Alvaro Machado”. Conferir *A União*, Jornal, Parahyba, 11 de fevereiro de 1912; e *O Norte*, Jornal, Parahyba, s/d. 1911. Disponíveis no Arquivo de Antônio Pessôa, IHGP, localização AP: RJ A5G4P1, sem numeração.

<sup>792</sup> Conferir *A União*, Jornal, Parahyba, 15 de fevereiro de 1912.

<sup>793</sup> O termo foi usado por Rodrigues (1989, p. 155) para referir-se à “suposta serenidade desfrutada pela oligarquia dominante” em fins de 1911 “seria em breve estremecida” após a morte de Álvaro Machado em janeiro de 1912.

Primeiro Vice-Presidente Antônio da Silva Pessôa e Pedro Bandeira Cavalcanti ocupando o cargo de Segundo Vice-Presidente. Na oposição, apesar de frustrado e tendo que retornar ao Rio de Janeiro – de lá enviado a Manaus – Rêgo Barros manteve a sua candidatura.<sup>794</sup> Para tanto, o representante da oposição moveu forte campanha contra Epitácio Pessôa na imprensa do Rio de Janeiro, a quem chegou a chamar de “abutre” e acusá-lo de ser um “um inimigo dos militares.” Essa foi uma eleição fortemente marcada pela proliferação de libelos, cujas matérias aludidas ilustram o tom da campanha acusatório e difamatória desenvolvida por ambos os lados.<sup>795</sup>

Além da crítica direta de Rêgo Barros pela imprensa carioca, as frequentes idas de Epitácio Pessôa ao Palácio do Catete – desde fins de 1911 e intensificadas no primeiro semestre de 1912 diante das ações de Augusto Santa Cruz e Franklin Dantas no Sertão do Estado –, eram fortemente ironizadas. De acordo com a crítica, tais encontros eram seguidos de “uma boa refeição e regadas dos melhores vinhos” e “não era segredo para ninguém os motivos dessas repetidas conferências que se estão realizando novamente entre o hábil e adocicado relator de *habeas-corpos* [Epitácio Pessôa] e aquele [Hermes da Fonseca] que em momento de aperto lhe prometeu a direção política da terra do sr. Álvaro Machado.” Nas páginas do *Correio*, Epitácio

<sup>794</sup> Já em abril, a expectativa de que Rêgo Barros manteria a sua candidatura foi confirmada pelo jornal *Correio da Manhã*, mesmo considerando que o dr. “Epitácio Pessôa continuava visitando o palácio do Catete, muito provavelmente empenhado em desestabilizar a candidatura militar.” Cf. *Correio da Manhã*, Jornal, Rio de Janeiro 06 de abril de 1912.

<sup>795</sup> Conferir sobre isso recorte de matéria do *Correio da Manhã*, Jornal, Rio de Janeiro, sd. 1912. Disponível em IHGB, Arquivo Epitácio Pessôa, Livro 10, folhas 263/1 – 263/2. Importante notar, durante esse pleito, a recorrência aos libelos acusatórios e difamatórios em que apareciam, além dos epítetos consagrados, um bom número de notícias caluniosas. Um exemplo disso aparece em matéria circulada pelo jornal *Correio da Manhã*, intitulada: “Política da Parahyba”. Contextualizando os eventos da tensão vivida no interior do Estado durante os levantes de Augusto Santa Cruz e Franklin Dantas, o redator informa que, no momento em que Rêgo Barros partiu de Manaus “formigaram na Parahyba os boatos mais alarmantes para que os habitantes do centro do Estado não viessem á Capital recebê-lo. Ora, elle [Rêgo Barros] vinha preso por ordem do governo, e escoltado, pelo que não desembarcaria na Parahyba; [...] ora havia tomado um vapor estrangeiro em Belém, por ordem do Marechal [Hermes da Fonseca], e seguido directamente para a Capital Federal. Afinal, o analfabeto padre Walfredo mandou telegraphar para o interior, dizendo que, infelizmente, o coronel [Rêgo Barros] havia fallecido de um desastre ao tomar o vapor em Manáos!... De tudo isso se lançou mão na Parahyba para que não tivesse brilho a recepção do coronel Rêgo Barros, sendo o desejo da firma: Epitácio, Walfredo [...]” Cf. *Correio da Manhã*, Jornal, Rio de Janeiro, 7 de abril de 1912. Conferir ainda sobre o empenho dos políticos paraibanos em deslegitimar a candidatura de Rêgo Barros, *Correio da Manhã*, Jornal, Rio de Janeiro, 20 de abril de 1912. Um boletim, de conteúdo acusatório, narrando a partida de Rêgo Barros de Manaus circulou pela Parahyba em março de 1912. O boletim foi supostamente escrito no Maranhão, onde Rêgo Barros havia parado em sua viagem à Capital da República e de lá partido em direção à Parahyba. Em contrapartida, circulou no mesmo período pelo Estado, um folheto endereçado “Aos Eleitores Livres”, repudiando a candidatura de Pedro da Cunha Pedrosa à vaga de Senador, aberta por ocasião da morte de Álvaro Machado. Em defesa de Rêgo Barros e dos candidatos do Partido Democrata – criado por Francisco Alves de Lima Filho para disputar as eleições de 1912 –, o panfleto afirmava que “a imposição desta candidatura foi um escarneo cuspidado a face do povo parahybano. O povo não pode consentir que saia vencedor do pleito de 22 de março o forjador de intrigas, o fraudador de eleições, o grande trapaceiro, o sinistro que tem sido o braço direito da olygarchia que oprime a Parahyba”. Cf. Arquivo de Epitácio Pessôa, IHGB Liv. 10, fls. 258/1 a 259/1.

Pessoa era então pintado como um *títere* do Presidente Hermes da Fonseca, imagem a qual tentou desvincular-se usando a tribuna do senado e as páginas dos jornais.<sup>796</sup>

Ainda na Capital da República, as críticas de Rêgo Barros eram rebatidas pelas páginas do *Jornal do Comércio*. Ali, o articulista criou vários epítetos para desqualificar o coronel Rêgo Barros e seus apoiadores na Parahyba. Para o coronel Antônio Lira de Alagoa do Monteiro, por exemplo, o redator entabulou a imagem do “mero portador de recados”; um representante de “Santa Cruz, Antônio Silvino, Pé Rapado, Negro Vicente e outros – eis o desfrutável *parvenu* [novo rico] cheio de apreensões pela paz da Paraíba e pela fortuna das classes conservadoras...”<sup>797</sup> Já o coronel Rêgo Barros, alvo maior das críticas, foi representado como “um caricato inimigo das oligarquias”; o coronel “*Obra-Raiva* [que dizia-se] superior a Homero! É de fazer rir as pedras!...”<sup>798</sup> De maneira simultânea, no sentido oposto, a ação de Epiácio Pessoa para conter os avanços do movimento de Augusto Santa Cruz e Franklin Dantas

<sup>796</sup> Cf. De acordo com o jornal “conta-se, porém, que o prestimoso Ministro, tão desinteressadamente dedicado ao governo, esteve a ponto de ver pelos ares o pacto de honra que elle havia celebrado com o Marechal por não querer o coronel Rêgo Barros desistir do seu antigo propósito de regenerar e salvar o Estado da Parahyba.” *Correio da Manhã*, Jornal, Rio de Janeiro, 5 de abril de 1912. Segundo Gabaglia Pessoa (1951, p. 205-206), a sátira do *Correio da Manhã* esteve associada a ação do Ministro Epiácio Pessoa na relatoria dos famosos *habeas-corpos* denegados em favor das autoridades baianas durante a intervenção federal naquele Estado. Na visão da autora, essa foi a principal razão para os seus opositores entabular pela imprensa a imagem do *títere* do Presidente Hermes da Fonseca. Ainda sobre as críticas direcionadas à Epiácio Pessoa na imprensa carioca em 1912, conferir exemplares de 18 de fevereiro; 10, 11, 12 e 18 de março; 23, 24, 25, 27 e 28 de abril; 3, 5, 14, 20 e 28 de maio; 2, 16 e 22 junho, do *Correio da Manhã*, Jornal, Rio de Janeiro, 1912.

<sup>797</sup> Na edição “a pedidos” de 5 de maio de 1912, o *Jornal do Comércio* ironizou o artigo que circulou na imprensa carioca assinado pelo coronel Antônio Lira, comerciante de Alagoa do Monteiro e apoiador de Augusto Santa Cruz naquela cidade. O artigo era uma suposta carta enviada pelo coronel Antônio Lira a Hermes da Fonseca, na qual intitulava-se “representante do comércio e das classes conservadoras da Parahyba.” Na visão dos redatores, o coronel parecia estar “escrevendo para os seus esfolados fregueses de Alagoa do Monteiro...” e que “o suposto representante do Comercio e das classes conservadoras do Estado”, era na verdade “o representante dos interesses de Antônio Silvino, João de Banda e Pilão Deitado, Maribondo e outros”; cangaceiros que aterrorizavam o sertão do Estado sob o comando de Santa Cruz. Para eles, Antônio Lira deveria voltar a “vender a sua carne do Ceará e o seu feijão bichado” [...] “volte às suas latas de gás e caixotes de sabão [...]” Cf. Edições do *Jornal do Comércio*, In. PESSÔA, Epiácio (1962, p. 10).

<sup>798</sup> A matéria do *Jornal do Comércio*, circulada em 23 de maio de 1912, satiriza a entrevista que Rêgo Barros, o “candidato militar”, havia dado ao *Correio da Manhã* e reproduzida no *Jornal de Pernambuco*, publicada no dia 21 daquele mês. Segundo o redator da matéria, ali, o “caricato inimigo de oligarquias, desfrutável e pedante, de uma ignorância de fazer dó, de uma pretensiosidade que chega ao delírio, num aranzel que gaguejou a Paraíba, em março último, se considerou superior a Homero, porque se sete cidades da Grécia disputavam a honra de ter servido de berço ao poeta da *Iliada*, êle era disputado para governar por vários Estados do Brasil, cada um dos quais maior do que tóda a Grécia!”. Cf. *Jornal do Comércio*, Jornal, Rio de Janeiro, 23 de maio de 1912. In. PESSÔA, Epiácio (1962, p. 10). Os epítetos *Purga-Raiva*, *Ca...ta-Raiva*, *Sopra-Raiva*, *Cospe-Raiva*, *Cheira-Raiva*, *Expele-Raiva*, *Troa-Raiva*, *Suja-raiva*, *Troveja-Raiva*, *Supura-Raiva*, *Venta-Raiva*, *Tresando-Raiva*, aparecem nas edições de 22, 29, 30, 31 e 6 de junho de 1912 no *Jornal do Comércio* e referem-se à Rêgo Barros, primeiramente satirizando o seu retorno ao Rio de Janeiro por ordem do Marechal Hermes e publicada no *Correio* como um gesto espontâneo. Para o redator das matérias circuladas no *Jornal do Comércio*, essa “afirmativa, é pois, mera pabulagem. Êle [Rêgo Barros] veio ‘tangido’ pela ordem do Ministro, a quem engazopara, e por isto mesmo veio tóda a viagem possesso e vomitando cobras e lagartixas contra os seus superiores e os mais notáveis homens da Parahyba.” Os epítetos satirizavam, portanto, o comportamento agressivo de Rêgo Barros e questionava a sua imagem de *Salvador da Parahyba*. Rêgo Barros, por sua vez, chegou a declarar, no *Correio da Manhã* que os autores de tais epíteto e artigos do *Comércio* eram feitos por Epiácio Pessoa e Castro Pinto. Cf. edições do *Jornal do Comércio*, In. PESSÔA, Epiácio (1962, p. 10-22).

no Sertão do Estado era avultada nas páginas dos jornais situacionistas. O próprio Epitácio Pessôa parece não ter se esforçado para reajustar a imagem heroica que recaia sobre si diante dos acontecimentos de 1911/12, corrigindo supostos excessos. Reapresentando-se ao eleitorado paraibano tempos depois, por exemplo, não hesitou em afirmar que “a recente história da República, dá bem ideia das desgraças a que poupei a Parahyba”.<sup>799</sup>

Enquanto isso, o rito de apresentação dos candidatos seguiu o exemplo de pleitos anteriores, acrescentando-se o fato de que, no Rio de Janeiro, tudo concorria para que fosse realizado na mais tranquila ordem. Um dia antes da votação, por exemplo, jornal *A União*, conclamou o eleitorado paraibano a comparecer “às urnas”, apresentando as qualidades dos seus candidatos. Segundo a matéria:

Realizar-se-á amanhã a eleição para Presidente e vice-presidentes do Estado. O partido republicano conservador, que representamos na imprensa, indicou os nomes dos ilustres conterrâneos dr. João Pereira de Castro Pinto, coronel Antônio da Silva Pessôa e dr. Pedro Bandeira Cavalcanti para comporem a chapa que deverá ser sufragada pelos nossos correligionários. O grupo oposicionista, não tendo em seu seio um candidato capaz de inspirar confiança ao eleitorado, submeteu-se a aceitação de um nome alheio inteiramente à política parahybana, com o intuito de fazer crer aos incautos, pela circunstância de ser o de um militar, que tinha ao seu lado a intervenção do governo federal. [...] A’s urnas, correligionários! Vamos afirmar, altivos e fortes pela consciência do nosso patriotismo e pela solidariedade de todos os patrícios dignos, que a população civilizada e honesta da Parahyba não teme os trabuqueiros nem receia que elles ousem tentar aqui o que mandaram fazer nos pacatos sertões do nosso Estado.<sup>800</sup>

Apesar das acusações e das ações de seus apoiadores no sertão do Estado, a candidatura de Rêgo Barros não logrou êxito no pleito, obtendo apenas 435 votos enquanto Castro Pinto alcançou 15.338.<sup>801</sup> Para o sucesso eleitoral, julgo importante notar o empenho dos chefes

---

<sup>799</sup> No manifesto endereçado ao eleitorado paraibano em janeiro de 1915, Epitácio defendeu-se das acusações dos adversários de que ele não tinha serviços prestados à Paraíba. Segundo ele, nas duas fases da sua vida política, como deputado federal e, recentemente, atuando no Rio de Janeiro, haviam benefícios que atestavam os serviços prestados ao Estado. Cf. PESSÔA, Epitácio (1962, p. 139). A ação de Epitácio Pessôa junto à Hermes da Fonseca para combater a insurreição de Franklin Dantas e Augusto Santa Cruz também é interpretada como um dos fatores determinantes para a sua guinada política em 1912. Nos termos de Lewin (1993, p. 269), por exemplo, “graças a ação rápida de Epitácio, nunca chegou a ocorrer o levante das tropas federais na Paraíba projetado para coordenar o apoio militar a Rêgo Barros na capital com a rebelião sertaneja”. A meu ver, tal interpretação têm colaborado para reafirmação da imagem lendária de Epitácio Pessôa que, nessa época, aparece como um grande herói responsável por salvar a Paraíba. Essa associação, tal como aparece em grande medida no enredo criado pela família Pessôa (Gabaglia Pessôa, 1951; Pessôa Filho, 1962), também corroborou para dar forma a invenção da *tradição familiar Pessôa*. Sobre a insurreição dos Dantas e Santa Cruz no interior do Estado que ameaçaram a realização das eleições de 22 de junho, ver, Lewin (*ibidem*). Ver ainda sobre a ação de Epitácio Pessôa contra as ações dos cangaceiros de Augusto Santa Cruz e Franklin Dantas no Sertão do Estado, *Jornal do Comércio*, Jornal, Rio de Janeiro, 29 de maio de 1912. In. PESSÔA, Epitácio (1962, p. 14).

<sup>800</sup> Cf. *A União*, Jornal, Parahyba, 21 de junho de 1912.

<sup>801</sup> Cf. Rodrigues (1989, p. 152). A ideia de que a situação política da Parahyba detinha a maior parte do eleitorado do Estado fora publicamente usada para deslegitimar os boatos de que o governo federal apoiava a chapa de Rêgo Barros. Fazendo um balanço do avanço das eleições de 1912, o *Jornal do Comércio* publicou matéria na sessão “A Pedidos” criticando o coronel Antônio Lira, afirmando “depois que se levantaram as candidaturas do Senador



políticos locais no concurso pró-chapa situacionista. O exemplo do coronel Eufrásio de Arruda Câmara, escrevendo ao coronel Horácio Lins, ilustra a maneira como os líderes locais arregimentaram os correligionários meses antes para o pleito de 22 de junho. Vale a transcrição da missiva.

Itabayanna, 28 de maio de 1912.

Amigo Horácio Lins.

Comprimeto affectuosamente.

Faz o obsequio de avisar ahi os meus amigos que devem todos comparecerem no pleito de 22 de junho próximo fucturo; bem como identificados todos trabalhem na liga pró Castro Pinto.

Assim como avisal-os também que estou muito de encontro com a candidatura do Cel. Rêgo Barros.

Certo de que o amigo me ajudará, nesta campanha,

Subscrevo, com estima

Eufrásio Câmara.<sup>802</sup>

Mais objetiva e menos explicativa do ponto de vista da atuação pessoal – diferente da perspectiva adotada pelo coronel Antônio Pessôa na missiva enviada a Balthazar Pereira em 1909 –, a carta de Eufrásio Câmara também traduz nos bastidores o funcionamento do sistema coronelista na Paraíba em épocas de eleição. Cabe reforçar, para tanto, que o chefe político em questão era um venancista de longa data e que, na década de 1910, apesar das frustrações, compartilhou com o coronel Antônio Pessôa a expectativa de ver o seu grupo político subir ao governo do Estado.<sup>803</sup> Em tese, essa expectativa fora confirmada pela vitória da chapa

---

Castro Pinto e do Coronel Rêgo Barros à Presidência da Paraíba, já se fizeram três eleições no Estado. A primeira, de deputados estaduais, a 31 de dezembro: os correligionários de V., isto é, os candidatos do Coronel [Rêgo Barros], tiveram de 1.500 a 1.600 votos; os do Governo, *de dez a doze mil* [todos os grifos da matéria são do original]. A segunda, a eleição federal, a 30 de janeiro: os primeiros levaram às urnas de *mil e oitocentos a dois mil eleitores*; os outros, *de dez a doze mil e quinhentos*. [...] A terceira eleição foi a 22 de março, para preencher a vaga do senador Álvaro Machado [...]. Ao final da matéria, o redator questiona: “agora diga-se o representante dos interesses conservadores de Antônio Silvino, João de Banda e Pilão Deitado: quem é que pode ter empenho em oprimir os adversários com a força federal, o Governo do Estado que conta com *cinco sextas* partes do eleitorado, como acaba de demonstrá-lo em tais eleições escoimadas de vícios, no sentir dos próprios oposicionistas, ou o Coronel Rêgo Barros que não chega a ter a outra sexta parte dos eleitores da Parahyba?”. Cf. *Jornal do Comércio*, Jornal, Rio de Janeiro s/d. In. PESSÔA, Epitácio (1962, p. 9).

<sup>802</sup> Conferir, de Eufrásio Câmara à Horácio Lins, Itabaiana, 28 de maio de 1912. Disponível no arquivo de Antônio Pessôa, IHGP.

<sup>803</sup> Apesar do seu empenho na campanha contra Rêgo Barros, e da defesa do venancismo/epitacismo desde a década de 1890, Eufrásio Câmara viu as suas expectativas frustradas após 1912 quando a sua região – Alagoa Nova e Alagoa Grande – passou ao comando da família Tavares de Areia e do Dr. Cunha Lima. Tendo seus interesses contrariados, Eufrásio Câmara escreveu ao coronel Antônio Pessôa em janeiro de 1915 afirmando [...] “o sr. conhece que há 20 e tantos anos soffro por ser adepto fervoroso da política do Dr. Venâncio, da qual é o Dr. Epitácio continuador, motivo pelo qual hoje tenho inimigos políticos. Tive minha propriedade saqueada, causaram-me prejuízo superior a 30 contos e nunca furtei à prestar o meu concurso em qualquer emergência por mais difficil que fosse, sacrificando até mesmo meus interesses pecuniários, sem nunca ter tido a menor recompensa e agora, que esperava ser melhor aquinhado é justamente quando mais tenho soffrido; haja vista o prestígio que se tem dado aos Tavares, Neiva [Antônio Batista Neiva de Figueiredo, sobrinho de Venâncio Neiva] e Cunha Lima, agora, com surpresa minha bem completado com a inclusão do seu nome [referia-se a inserção do nome de Manuel Tavares Cavalcanti] na chapa para deputados, combatendo ao nosso lado, me pondo assim em situação difficil e

situacionista, amplamente comemorada por parte da imprensa paraibana. Os redatores do jornal *A União*, por exemplo, descreveram-na como o momento que marcaria a fase da “Parahyba confraternizada, como uma só família, num côro unísono de aplausos”. Destacando que “a Parahyba não poderia ter melhor presidente no atual momento histórico em que trabalham o espírito público uma ânsia de progresso e uma necessidade de fitar mais vastos horizontes”.<sup>804</sup>

Para isso, afirmaram os redatores, “ao lado do exmo. dr. Castro Pinto, vemos os nomes de dous correligionários dos mais distintos, respectivamente 1º e 2º vice-presidentes do Estado”. O primeiro deles,

[...] era o coronel Antônio da Silva Pessôa, em quem todo o nosso partido vê um amigo decidido, depositário de antiga e absoluta confiança, grangeada por sua honrosa disciplina muitas vezes comprovada. O coronel Antônio Pessôa, que hoje se acha de posse do alto posto que o partido lhe conferiu, é o cidadão prestante e circunspecto, coberto de serviços políticos que o destacam em elevado plano.<sup>805</sup>

O entusiasmo expresso na matéria revela como, nas páginas do jornal oficial do Estado, havia um esforço por criar um cenário que apontava para a aparente harmonia das lideranças políticas, unidas para o progresso da Paraíba. Nos bastidores, contudo, os impasses da *conciliação impossível* aumentaram entre janeiro e agosto de 1912. Com a morte de Álvaro Machado em janeiro de 1912, as lideranças que haviam firmado acordo em fins de 1911 entraram em confronto, motivados pela discussão em torno do nome que deveria substituí-lo na chefia política do Estado. De um lado, Walfredo Leal mostrava-se como herdeiro natural do chefe falecido – Álvaro Machado –, liderança que deveria ser chancelada pela ocupação oficial do cargo de chefe do Partido Republicano Conservador. Além de Walfredo, o nome de João Machado – irmão de Álvaro Machado – era ventilado como outro elemento de vulto na sucessão

---

mesquinha, sacrificando os nossos amigos”. [...]. Em carta de conteúdo parecido, Eufrásio Câmara recorreu a Antônio Pessôa para expor a sua insatisfação dias depois do pleito, isto é, em 15 julho de 1912. Na referida carta – longa – o coronel Eufrásio pede que Antônio Pessôa intervenha junto ao “Ministério da Aviação afim de deferir uma petição que dirigi ao engenheiro Chefe da 2ª Sessão da Inspeção de Obras Contra as Secas [IOCS] tenha solução rápida e satisfatória.” Segundo o coronel Eufrásio Câmara, “o teor da petição é requerendo plantas e orçamento para a construção de 4 açudes em nossas propriedades [...]” Para tanto, lembrou ao coronel Pessôa do seu empenho no último pleito, a despeito da atuação de outros correligionários, especialmente de Manuel Tavares e Cunha Lima. Cf. respectivamente, de Eufrásio Câmara à Antônio Pessôa, Alagoa Grande, 12 de janeiro de 1915; e de Eufrásio Câmara à Antônio Pessôa, Campina Grande, 15 de julho de 1912. Arquivo de Antônio Pessôa, IHGP.

<sup>804</sup> Cf. *A União*, Jornal, Parahyba, 23 de outubro de 1912.

<sup>805</sup> De acordo com a matéria, o segundo vice-presidente “o dr. Pedro Bandeira Cavalcante, é um correligionário que se impõe pela solidariedade de todo o instante, por sua interrompida actividade política e inexcedível operosidade. Contando com elementos dos mais sérios prestígios, o ilustre político vae honrar o alto cargo de que hoje se acha investido.” A matéria aludida foi publicada em 23 de outubro de 1912, isto é, um dia após as festividades de posse dos recém-eleitos presidente e vice-presidentes na Capital paraibana. Cf. *A União*, Jornal, Parahyba, 23 de outubro de 1912. Disponível no Arquivo de Antônio Pessôa, IHGP, localização, AP: RJ A5G4P1, sem numeração.

da chefia política. Epitácio Pessôa, por sua vez, diante do prestígio junto ao Presidente da República, sentia-se em condições de reivindicar o lugar deixado por Álvaro Machado, embora estivesse legalmente impedido de assumi-lo em função da sua condição de Ministro do Supremo Tribunal Federal.<sup>806</sup>

Em agosto de 1912, em meio a fortes críticas dos opositores que repudiavam a sua liderança na chefia do Estado, o processo da aposentadoria de Epitácio Pessôa foi concluído, liberando-o para exercer a atividade político-partidária na Paraíba.<sup>807</sup> Esse fato foi seguido de uma primeira tentativa de acordo com Padre Walfredo Leal para o preenchimento da vacância deixada por Álvaro Machado na liderança do partido. Os impasses da conversa seguiram até fins de 1912. Nesse período, após muitas idas e vindas quanto aos termos do arranjo e contando com o apoio de Hermes da Fonseca, Epitácio Pessôa assumiu a chefia do Partido Republicano Conservador da Paraíba - PRCP.<sup>808</sup> A partir desse momento, o epitacismo inclinou-se de vez ao comando da política paraibana na Primeira República, dando início ao período que Pedro da Cunha Pedrosa chamou de “Ordem de Epitácio Pessôa.”<sup>809</sup>

#### 5.4 OS ANOS INICIAIS DA “ORDEM DOS PESSÔA” NA PARAÍBA: AS REPRESENTAÇÕES PÚBLICAS DE EPITÁCIO E ANTÔNIO PESSÔA (1912-1913).

---

<sup>806</sup> Na visão de Celso Mariz (1994, p. 196), com os acontecimentos de 1911 e 1912, especialmente após a morte de Álvaro Machado em 30 de janeiro, Epitácio passou a ser reconhecido como “chefe pelo direito do prestígio e da ação dos últimos acontecimentos”.

<sup>807</sup> Em maio de 1912, o candidato “Obra-Raiva” – como Rêgo Barros fora apelidado pelos defensores de Epitácio Pessôa – ironizou nas páginas do *Correio da Manhã* que o “sr. Dr. Epitácio Pessôa, contando com 12 anos de serviço está se preparando para aposentar-se com 25 anos.” De acordo com crítica de Rêgo Barros, a manobra objetivava apossar-se da política do Estado, realçando a ânsia de poder de Epitácio Pessôa. Cf. Recorte de Jornal s/id. disponível in. IHGP, localização AP: RJ. A5G4P1. Sem numeração. O primeiro discurso de Epitácio Pessôa como Senador da República, proferido na sessão de 30 de dezembro de 1912, foi uma autêntica peça retórica em defesa do seu nome. Intitulado “acumulações”, o discurso moveu-se contra as declarações que o “eminente senador pelo Estado da Bahia, Sr. Rui Barbosa, concedera a uma fôlha da *Manhã [Correio da Manhã]* a propósito do projeto das acumulações remuneradas, e na qual se lê à minha pessoa.” As declarações de Ruy, segundo os termos de Epitácio Pessôa, questionavam a sua aposentadoria, obtida “graças a sua privança troca de favores com o chefe do Estado [Hermes da Fonseca]”, sendo, portanto, “inconstitucional”, haja vista que o político paraibano supostamente acumulava o subsídio do senado com a pensão de magistrado aposentado. Para combater as declarações do senador baiano, entre outros aspectos, Epitácio Pessôa remeteu ao caso da Intervenção Federal da Bahia em 1911 e dos famosos *habeas-corpos* impetrados por Ruy Barbosa em favor das autoridades baianas. Em dois deles – dos três denegados pelo Supremo – Epitácio fora relator e atribuía a sua atuação as razões da crítica de Ruy Barbosa. Além disso, esforçou-se por explicar, do ponto de vista legal, que não havia inconstitucionalidade em sua aposentadoria e nos subsídios que recebia. Cf. Sobre isso, discurso de Epitácio Pessôa no senado, in. EPITÁCIO, Pessôa (1955, p. 1-14); e Gabaglia Pessôa (1951, p. 205-211)

<sup>808</sup> Cf. Sobre o famoso acordo de 1912, as leituras de Mariz (*ibidem*); Nóbrega (1950, p. Rodrigues (1989, p. 155-163); Ver ainda Lewin (1993, ???); e Albuquerque (1982, p. 34).

<sup>809</sup> De Cunha Pedrosa a Epitácio (capital), 13 de outubro de 1912, AEP /10/2018. Apud, Lewin (1993, p. 270).

Em outubro de 1912, Antônio Pessôa desembarcou no porto do Recife a bordo do transatlântico “Araguaya” para assumir o cargo de primeiro vice-presidente do Estado da Paraíba. Pelas páginas de alguns jornais da época, esse retorno foi amplamente festejado, teatralmente comemorado dentro da programação oficial que deu posse a chapa do executivo recém-eleita. Um deles, noticiou que no Recife,

[...] estão preparadas diversas provas de sympathias à S. exc. [Antônio Pessôa na condição de 1º vice-presidente do Estado da Parahyba]. Os seus amigos e admiradores da alfandega irão em lanchas d’aquela repartição levar-lhe seus cumprimentos de boas vindas, a bordo, e associar-se-ão às manifestações projectadas.

– O coronel Antônio Pessôa desembarcará na Avenida Martins de Barros onde o aguardam numerosos amigos e familiares.

– Logo após aos primeiros cumprimentos S. exc. será convidado pelos seus amigos para um passeio em automóvel pelas principaes ruas de nossa cidade.<sup>810</sup>

A festividade descrita – e muito provavelmente o conteúdo da própria matéria que noticiou os eventos – foi organizada por seus familiares em Pernambuco, os Pessôa de Queiroz, especialmente pelos seus sobrinhos coronel José Pessôa de Queiroz e Epitácio Pessôa de Queiroz, além do seu primogênito, José da Silva Pessôa, que viajara de Umbuzeiro para receber o pai na capital pernambucana.<sup>811</sup> A matéria, no entanto, prenunciava as festividades oficiais que haviam sido projetadas para receber o coronel Antônio Pessôa, dentro das comemorações de posse do novo governo na Paraíba realizada em 23 de outubro de 1912. De acordo com essa programação, um trem especial foi fretado composto “de um só wagon de luxo de passageiros” para partir da estação do Brum no Recife na manhã do dia 22 levando “somente a exma. família do coronel Antônio Pessôa, seus amigos e a comissão dos festejos vindos da Parahyba para recebel-o.”<sup>812</sup>

Matérias como as transcritas acima, apontam que além dos acordos e estratégias que objetivavam o fortalecimento da sua parentela e do poderio político a partir de 1912, a família Pessôa empenhou-se no ajustamento da imagem pública dos seus dois líderes no Estado, a saber, Epitácio e Antônio Pessôa. Como fizera nos primeiros anos do governo de Venâncio Neiva entre fins de 1889 e 1890, Epitácio – aparentemente o maior entusiasta nesse fim – sabia

<sup>810</sup> “A bordo do ‘Araguaya’ seguiu, para ahi, o coronel Antônio Pessôa, vice-presidente do Estado da Parahyba, transportando-se, dahi para aquele Estado. Foi concorrido o seu embarque que se realizou no caes de *Pharoux*.” Cf. *Jornal do Recife*, Jornal, Recife, 18 de outubro de 1912.

<sup>811</sup> Os dois primeiros eram filhos do seu devotado cunhado João Vicente de Queiroz e de sua irmã Mirandolina, personagens emblemáticos na infância do coronel Antônio Pessôa. Cf. Recorte de Jornal, *s/id*. Disponível em IHGP, Localização AP:RJ. A5G4P1. Sem numeração. Pelo tipo da matéria, é provável que seja um fragmento do *Jornal do Recife*.

<sup>812</sup> Cf. Jornal *s/d*. Disponível no Arquivo de Antônio Pessôa, IHGP, localização, AP: RJ A5G4P1, sem localização. As notícias da chegada de Antônio Pessôa a Paraíba em 22 de outubro de 1912 foram publicadas pelo *Jornal do Recife* em matéria do dia seguinte. Cf. *Jornal do Recife*, Jornal, Recife, 23 de outubro de 1912.

da importância que recaia sobre o controle dos órgãos de imprensa para promoção de sua imagem pública – e por tabela, da própria família – como liderança em ascensão na Paraíba.<sup>813</sup> Para isso, contou com o apoio da redação de alguns jornais do Norte, muitos deles controlados diretamente pela família. Na Paraíba, por exemplo, o órgão oficial do Estado – jornal *A União* – colaborou de maneira substancial para o reconhecimento de Antônio Pessôa como “um dos parahybanos mais em foco na capital do paiz pelo seu prestígio individual e assinalada tradição familiar”.<sup>814</sup>

Nesse interim, empenhou-se Carlos Dias Fernandes – intelectual e amigo pessoal da família – que, após uma temporada morando no Recife onde foi redator-chefe do *Jornal do Recife* e um dos entusiastas da eleição de Dantas Barreto, despediu-se da capital pernambucana para assumir a redação do *Jornal A União* de 1913 a 1926. Carlos D. Fernandes fora indicado pelos irmãos Pessôa para substituir Pedro da Cunha Pedrosa, transformando-se em um entusiasta importante, propagandista do epitacismo. Como veremos, sob a sua pena, o prestígio e o poderio político da família Pessôa foi avultada, enaltecendo a imagem de Epitácio como líder da Paraíba no cenário nacional, e de Antônio Pessôa como o representante da família no Estado.<sup>815</sup>

Além do *Jornal A União*, *O Norte* também se empenhou no ajustamento da imagem de Epitácio como “um orgulho desta terra”, um “filho eminente, jurisconsulto e orador notável”; um “nome que significa um patrimônio moral e intelectual, cuja obra está atestada em lustros

---

<sup>813</sup> Importante, sobre isso, as referências sobre à criação do *Jornal A Paraíba*, criado entre 1912 e 1913, sob a orientação dos entusiastas de Epitácio Pessôa – recém eleito chefe do PRCP –, sob o pretexto “de fazer sentir no Estado a necessidade de um jornal que fosse exclusiva e caracteristicamente o órgão do nosso Partido [PRCP] – partido numeroso e forte, com programa definido e responsabilidade de govêrno, e, entretanto, sem um órgão na imprensa do Estado [...]” A folha “será dirigida por amigos nossos dos mais competentes e bem orientados, e terá por fim fazer a propaganda das ideias do partido, promover a inteira efetividade do acôrdo que celebramos em 1911, apoiar e prestigiar o governo [de Castro Pinto – governo da conciliação] sagrado pela confiança desse acôrdo, defender os direitos dos correligionários, em uma palavra, propugnar pelos interesses do Partido e pelas altas convivências no Estado entregue á sua direcção.” Apesar do entusiasmo, provavelmente a folha “*A Paraíba*” teve vida curta, restando o manifesto de sua criação endereçada “Aos nossos correligionários”, disponível In. IHGB, Arquivo de Epitácio Pessôa, Liv. 11, p. 321. Ver ainda, cópia do manifesto disponível em PESSÔA, Epitácio (1962, p. 40).

<sup>814</sup> Cf. *A União*, *Jornal*, Parahyba, 20 de março de 1914. Recebendo notícias telegráficas do Recife, o jornal *Correio da Manhã* publicou matéria informando sobre a viagem no trem especial feita à Parahyba pelo coronel Antônio Pessôa em 22 de outubro de 1912. Cf. *Correio da Manhã*, *Jornal*, Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1912.

<sup>815</sup> Carlos D. Fernandes conheceu Antônio Pessôa por intermédio de Epitácio Pessôa na época em que este último era Ministro da Justiça e Negócios do Interior do Governo de Campos Sales. Quando Carlos D. Fernandes voltou ao Recife por volta de 1901-1902, após a sua estada no Rio de Janeiro, Antônio Pessôa recebeu-o na capital Pernambucana. Era, portanto, um amigo de longa data da família Pessôa. A propósito dessa relação, é provável que Carlos D. Fernandes tenha sido um dos amigos que, em Recife, tenha recebido o coronel Antônio Pessôa em 1912 e, com ele e sua família, tenha embarcado para a Parahyba para prestigiar a cerimônia de posse do novo governo do Estado. Sobre a relação de amizade de Carlos D. Fernandes e Antônio Pessôa conferir *A União*, *Jornal*, Parahyba, 15 de abril de 1914. Conferir Mariz (1976, p. 53) sobre a fase de Carlos D. Fernandes no Recife e a redação d’ *A União* entre 1913 e 1926.

brilhantes de actividade no parlamento, na administração, na magistratura e na política.” No caso de Antônio Pessôa, a sua imagem aparecia com frequência, ora vinculado ao prestígio de Epitácio Pessôa, ora destacando-se as suas qualidades pessoais, ambas ajustadas para identificá-lo, na Paraíba, como um *homem superior*.<sup>816</sup> Nesse esforço sistematizado pelas páginas dos jornais, criou-se um enredo propenso para fazer reconhecer as suas qualidades “públicas [de Antônio Pessôa] como de um homem de tradição”, ideia que já aparece latente na descrição que fizeram do seu desembarque no porto do Recife em outubro de 1912. Naquela ocasião, o coronel Antônio Pessôa foi descrito como “um dos próceres mais denodados da política parahybana”;<sup>817</sup> um “dos parahybanos mais em foco na capital do país pelo seu prestígio individual e assinalada tradição de família.”<sup>818</sup>

Já nos primeiros anos da influência dos irmãos Pessôa no Estado, a recorrência aos jornais também foi um expediente importante no combate as acusações de que Antônio e Epitácio Pessôa formavam uma nova oligarquia na Paraíba. Como sinalizado privadamente a Pedro da Cunha Pedrosa, os seus opositores, por exemplo, não demoraram em explorar a suspeita de que a escolha de Castro Pinto foi “feita deliberadamente para, através de uma renúncia, colocar o coronel Antônio Pessôa no cargo de governador. Privadamente, Epitácio esforçava-se para negar essa motivação.”<sup>819</sup> Porém, no Rio de Janeiro, na medida em que a parentela de Epitácio Pessôa ia assumindo lugares estratégicos na política estadual, a postura e prática política dos irmãos Pessôa eram questionadas. A pergunta era enfática, e para os apoiadores da família um tanto quanto insidiosa: estariam Antônio Pessôa e Epitácio Pessôa formando uma oligarquia no Estado?<sup>820</sup>

---

<sup>816</sup> Cf. *O Norte* foi fundamental na campanha de 1915, responsável por divulgar a propaganda pró-epitacista. Cf. respectivamente, *O Norte*, Jornal, Parahyba, 23 de maio de 1913; e matéria assinada por Augusto Belmont, circulada no Jornal *O Norte*, Jornal, Parahyba, 25 de julho de 1916. Todas disponíveis no arquivo de Antônio Pessôa, IHGP, localização AP: RJ A5G4P1, sem numeração. Em Campina Grande, o Jornal *Correio de Campina*, de propriedade de Christiano Lauritzen, foi um importante difusor da *tradição familiar* Pessôa entre 1913 e 1916.

<sup>817</sup> Cf. Jornal s/d. Tal como Epitácio Pessôa, o coronel Antônio Pessôa também tinha o hábito de guardar recortes de jornais contendo matérias que abordaram momentos importantes e críticos de sua trajetória pessoal e política. Esses jornais, com datas limites em fins de 1890 e 1916 fizeram parte do Arquivo pessoal de Antônio Pessôa doado por seu filho ao IHGP em 1958. Muitos dos jornais usados na presente pesquisa e, de maneira especial no presente capítulo, foram extraídos desse arquivo, disponível no IHGP, sob o título, Recorte de Jornais, AP: RJ. A5G4P1. Sem numeração.

<sup>818</sup> Cf. *A União*, Jornal, Parahyba 20 de março de 1914.

<sup>819</sup> Cf. Lewin, (1993, p. 264).

<sup>820</sup> Logo após Antônio Pessôa ter assumido a presidência do Estado em 1915, voltaram à tona na imprensa da Parahyba e do Rio de Janeiro – de onde Epitácio comandava a política estadual – os boatos de que os Pessôa estavam formando uma nova oligarquia no Estado. Em 6 de fevereiro de 1916, por exemplo, o Jornal *A Noite* publicou, na sessão *A Política dos Estados*, uma matéria intitulada “A sucessão governamental e a administração da Parahyba, segundo o sr. Maximiano de Figueredo”. A matéria descrevia uma conversa tida com o então “leader” da bancada parahybana na Câmara dos Deputados” e, entre os assuntos tratados, questionou o redator: “também verdade que as duas últimas nomeações, feitas para cargos importantes no Estado [referindo-se as nomeações de Floripes Pessôa na direção do tesouro do Estado e de Solon de Lucena para Director do Lyceu

Pela imprensa, eles negavam. Além dos correligionários, o próprio Epitácio Pessôa recorreu aos jornais para reforçar a sua visão do cenário político paraibano sob o comando da família Pessôa. Em 1913, por exemplo, ele fez circular pela Paraíba um “panfleto em 32 páginas” transcrevendo a entrevista concedida ao jornalista Sinfrônio Magalhães, correspondente de *A União* na Europa. Versando sobre temas diversos, a primeira parte da entrevista tratou sobre as intenções do Senador Epitácio Pessôa que aludiam na imprensa o fato de que “V. Ex.<sup>a</sup> deseja ver o Dr. Castro Pinto renunciar ao govêrno da Paraíba, cedendo o lugar ao irmão de V.Ex.<sup>a</sup>, Coronel Antônio Pessôa.” Na *interview* concedida, Epitácio esforçou-se para afastar de si o epíteto de chefe oligarca propagado pela imprensa, por ele tido como uma afronta à imagem do político de valores republicanos, representação construída desde fins de 1890, quando o então secretário geral e posterior deputado estadual começou a aparecer publicamente no cenário político paraibano.<sup>821</sup>

Escrevendo à Castro Pinto dias depois de conceder a entrevista, o então senador afirmou “o meu fim, cedendo àquele pedido [de Sinfrônio], foi defender-me do plano que me estão atribuindo ao de arrear V. do Govêrno para implantar na Paraíba, por intermédio de meu irmão, uma política pessoal com exclusão de Valfredo e seus amigos.”<sup>822</sup> Porém, como notou o redator da *Gazeta de Notícias*, em entrevistas como aquela concedida a Sinfrônio Magalhães, em que Epitácio Pessôa era questionado sobre a composição de uma nova oligarquia no Estado, “intelligentíssimo, sagaz, o chefe político da Parahyba ia cada vez mais, com extraordinária habilidade, evitando os golpes, medindo as palavras, procurando o terreno das divagações, o terreno hábil das frases genéricas”. Ou seja, aos olhos do redator, teatralmente Epitácio Pessôa esforçava-se por simular o fato que o seu Estado natal – como os demais – continuava

---

Paraibano], recaíram em membros da família Pessôa, tendo-se, assim, a impressão de que o coronel Antônio Pessôa, presidente em exercício, esta formando uma oligarquia no Estado?”. A referida matéria também foi publicada em *A Notícia*, jornal, Parahyba, 8 de fevereiro de 1916.

<sup>821</sup> Segundo Sinfrônio Magalhães, aquele questionamento reproduzia o conteúdo das notícias publicadas nos jornais do Rio de Janeiro sobre as pretensões do então senador em transformar o coronel Antônio Pessôa em Presidente do Estado da Paraíba. Explicando as razões do convite feito à Castro Pinto para assumir a cadeira no senado na vaga de Pedro da Cunha Pedrosa, Epitácio negou de maneira veemente “o que publicaram alguns jornais” do Brasil. Cf. “Uma entrevista em Paris com o senador Epitácio Pessôa” – transcrição da folha de rosto de um folheto impresso em 32 páginas –, publicado pelo Jornal *A União*, Jornal, Parahyba, 23 de dezembro de 1913; e cópia da entrevista com o senador Epitácio Pessôa, disponíveis em PESSÔA, Epitácio (1962, p. 79-98).

<sup>822</sup> Na carta, enviada de Paris em 10 de dezembro 1913, Epitácio informa à Castro Pinto sobre a entrevista concedida à Sinfrônio Magalhães. Em seus termos, “na véspera de partir para ai, o Sinfrônio Magalhães pediu-se que, para um ‘interview’, lhe respondesse a algumas perguntas sôbre a política da Paraíba, e principalmente sôbre a carta que eu havia escrito a V. a respeito da vaga do Pedrosa, e em torno da qual tantas intrigas se estão fazendo”. Cf. de Epitácio à Castro Pinto, Paris, 10 de dezembro de 1913. In. PESSÔA, Epitácio (1962, p. 70). O convite feito por Epitácio Pessôa para Castro Pinto assumir uma vaga no senado foi supostamente motivado pelo rompimento político com João Machado, em um polêmico episódio ocorrido no café do Rio de Janeiro no dia em que o então senador – Epitácio Pessôa – embarcou para Europa. Ver sobre isso, Lewin (19913, p. 272).

intimamente dependente da *política dos governadores* e que o comando político da Parahyba, aos poucos passava às mãos da família Pessôa.<sup>823</sup>

#### 5.4.1 Os bastidores da *conciliação impossível*: os perigos do absentéismo.

A correspondência trocada entre os irmãos Pessôa e Castro Pinto entre 1913 e 1915 aponta para o ambiente de tensão que existia entre as lideranças locais que disputavam o poder político na Paraíba. Em abril de 1913, por exemplo, Castro Pinto escreveu ao seu primeiro vice-presidente falando a respeito do acordo que no ano anterior havia alinhado os grupos políticos no Estado. Segundo ele, apesar do esforço e das declarações de que era preciso conservar “uma política de paz e congraçamento na Parahyba”, reinava “muita má fé no seio dos políticos profissionais” que alimentavam as “baixas intrigas”, algumas delas indispondo o chefe do executivo e a família Pessôa. Já em abril de 1914, Castro Pinto reconhece que, enquanto Epitácio Pessôa não desembarcasse na Paraíba, juntamente com o seu vice-Presidente “ao seio dos amigos e correligionários, afim de pessoal e diretamente” organizar “a direção do Partido [Republicano Conservador da Parahyba]” continuará a “bisbilhotice e a malevolência” espalhada “na política parahybana”.<sup>824</sup>

Na perspectiva de Venâncio Neiva, parte dessa tensão era causada “pela inobservância do acordo”. Segundo ele, eram comuns as queixas de seus correligionários “contra o acolhimento carinhoso” dado pelo governo “aos que nos combateram em todos os terrenos, chegando a dizerem-se, em alguns lugares, eles, os vencidos, estão em posição de vencedores.”<sup>825</sup> Em tese, essa também era visão de Christiano Lauritzen. Em 1915, o chefe político escreveu ao coronel Pessôa externando a sua insatisfação de ter a nomeação de seus

<sup>823</sup> Na entrevista concedida ao *Gazeta de Notícias* – “no seu salão de honra. [Enquanto] na ante-sala agrupavam-se inúmeros amigos – vultos habituaes no morro da Graça” – o tema central voltou-se para a seguinte pergunta: “voltará a política dos governadores?” – referência à política desenvolvida por Campos Sales. Quando questionado sobre a sua liderança do P.R.C da Parahyba, notou o redator “o senador Epitácio Pessôa sorriu, cofiou o bigode, num gesto espalmado e habitual, e replicou: – Mas não é possível um partido ficar sem chefe, até que ele apareça. O chefe há de ser eleito pelos seus pares.” Quanto a “política chamada dos governadores [afirmou Epitácio Pessôa], mesmo no tempo de Campos Salles, foi um artifício. Não havia tal política. Havia a política presidencial que era o próprio Campos Salles que fazia. Os Estados brasileiros, continuam cada vez mais dependentes da União – do ponto de vista político.” Conferir entrevista concedida por Epitácio Pessôa ao jornal *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro e publicada no *Correio de Campina*, Jornal, Campina Grande, 3 de outubro de 1915. A mesma matéria foi publicada pelo *Jornal A Notícia*, jornal, Parahyba, 28 de setembro de 1915.

<sup>824</sup> De Castro Pinto à Antônio Pessôa, Parahyba, 25 de abril de 1913; e de Castro Pinto à Antônio Pessôa, Parahyba, 27 de abril de 1914. Disponíveis no Arquivo de Antônio Pessôa, IHGP.

<sup>825</sup> Venâncio referia-se a maneira com em algumas cidades, os alvaristas/walfredistas continuavam no comando das chefias municipais, a exemplo de Alagoa Nova. Apesar disso, diz Venâncio Neiva, havia um esforço entre as lideranças do seu grupo “no sentido de manter-se o accôrdo em boa hora firmado entre o Epitácio e o Walfredo”. De Venâncio Neiva ao amigo Dr. Castro Pinto em 5 de setembro de 1913. Cf. cópia disponível no arquivo de Antônio Pessôa. IHGP.



candidatos a assumir cargos na Inspetoria de Rendas de Campina Grande contrariada pelo governo. Nos termos do chefe político de Campina Grande, “antes de apresentar a minha carta ao Dr. Castro Pinto, este fizera a nomeação de um outro, sem sciencia do Inspetor, que me escreveu muito sentido de não ter podido evitar a nomeação de um bacuráo [bacurau foi o epíteto legado aos alvaristas durante as eleições de 1915].”<sup>826</sup>

O próprio coronel Antônio Pessôa, escrevendo à Castro Pinto em junho de 1913, expressou dramaticamente o seu ponto de vista acerca da situação política da Paraíba Pós-1912. Em defesa dos epitacistas, afirmou, “acha V. que os ‘epitacistas’ são os mais costumazes. Não quero justificar esse procedimento por mim tantas vezes condenado; mas sejamos justos: os ‘epitacistas’, principalmente no interior do Estado, sofreu há 22 anos as violências dos detentores do poder.” Com a “sua ascensão ao governo [referindo-se à Castro Pinto] do Estado mediante o acordo, eles, muito justamente, encheram-se de esperanças, com o direito a uma parcela de domínio, ou pelo menos, livres das perseguições de outras épocas que V. mesmo reconhece persistem hoje.” Segundo o coronel Pessôa, os epitacistas “não souberam esperar, perderam a paciência e gritam contra os seus opressores, apelando para a sua justiça, contrariando-o, desgostando-o, aborrecendo-o.”<sup>827</sup> Em sua visão, os gestos de Castro Pinto em não atender as demandas dos amigos – epitacistas – eram “contrários ao prestígio do Epitácio”, quer “perante o governo federal”, quer “perante o [próprio] governo do Estado.”<sup>828</sup>

A tensão de bastidores acabava por alertar os irmãos Pessôa sobre os perigos do absenteísmo. Sobre isso, é importante apontar que, apesar de ter sido recebido com festas na Paraíba, Antônio Pessôa permaneceu poucos dias em seu Estado natal, retornando para o Rio de Janeiro em 31 de novembro de 1912.<sup>829</sup> Com a ausência de Epitácio – estando na Europa – e Antônio Pessôa – no Rio de Janeiro –, *a ordem dos Pessôa* parecia constantemente ameaçada, exigindo que agissem rapidamente para diminuir os riscos do absenteísmo. Para tanto, Antônio Pessôa demonstrou empenho na criação e manutenção de uma rede articulada de

---

<sup>826</sup> Segundo Cristiano Lauritzen, algo parecido havia ocorrido com o coronel José Lins, liderança política de Itabaiana. Na mesma carta, Cristiano Lauritzen informa que havia enviado missiva ao Presidente Castro Pinto insistindo na nomeação, mas conclui “duvido que elle desmanche o que fez, justamente por ser bacuráo o nomeado por elle.” Cf. De Cristiano Lauritzen a Antônio Pessôa, Itabaiana, 29 de julho de 1915.

<sup>827</sup> De Antônio Pessôa à Castro Pinto, Rio de Janeiro, junho de 1913. Disponível no Arquivo de Epitácio Pessôa, IHGB, Liv. 11, folhas 44/50.

<sup>828</sup> Cf. De Antônio Pessôa a João Lyra, Rio de Janeiro, 17 de março de 1914. Disponível no Arquivo de Epitácio Pessôa, livro 11, folhas 146-1 a 146-5. A carta foi trocada com o então deputado João Lyra enquanto Epitácio se encontrava na Europa, e trata da suposta política de não acomodação dos epitacistas dentro do governo de Castro Pinto.

<sup>829</sup> Em 1 de novembro de 1912, os redatores do *Jornal do Recife* noticiaram a partida de Antônio para a Capital da República a bordo do “paquete inglês *Aragon*”. A sua chegada no Rio de Janeiro deu-se no dia 5 de novembro. Ver sobre isso, respectivamente, edições do *Jornal do Recife*, jornal, Recife, 1 de novembro de 1912; *Jornal do Recife*, jornal, Recife, 6 de novembro de 1912.

correligionários, amigos e parentes atentos ao desenrolar da trama política na Paraíba. Além de Christiano Lauritzen, o então vice-presidente correspondia-se frequentemente com outros amigos e correligionários da Paraíba, solicitando deles informações sobre o andamento da política no Estado. De um deles, que também era seu parente em Alagoa Grande, Antônio Pessôa recebeu as seguintes notícias em março de 1914:

Alagoa Grande, 9 de março de 1914.

Meu caro Coronel Antônio Pessôa.

Só agora julguei conveniente responder a sua presada carta de 18 de outubro do anno passado. [...] As cousas por aqui não vão boas. Os Walfredistas estão cavando e minando a toda força. Aqui chegou o Simeão [Leal] em missão especial e nada tem podido transpirar. Por ahi vem outros e juntamente ao Padre [Walfredo Leal], que não poupa meios de se firmar e é terrível. O Castro Pinto parece não saber o que quer fazer. Os walfredistas estão se arregimentando todos os dias. Se o Epitácio tem absoluta confiança no Castro Pinto e este corresponder, está tudo bem, e se não, tratemos de nos arregimentar, não devemos perder tempo e nem facilitar. Estão perguntando a todos os chefes do interior, V. é de Walfredo ou de Epitácio? E estabelecendo as surdinas a propaganda em favor do nome de Walfredo, como que procurando maioria pelos directores dos municípios. Empregam esses e outros meios, como que, dispondo um terreno para cousas futuras. [...] elles aqui não perdem tempo. O Dr. Epitácio saberá melhor o que está fazendo, mas, penso eu, elle devia estar no Estado a frente desses negócios, também trabalhando e observando estes movimentos. [...].<sup>830</sup>

A postura vigilante dos correligionários era solicitada não apenas por Antônio Pessôa, mas também pelo próprio Epitácio. A correspondência trocada entre este último e o então deputado paraibano Cel. João Lira ilustra o argumento. Recebendo notícias da Europa sobre as “vicissitudes” da política do Estado em maio de 1913, Epitácio Pessôa pediu ao então deputado que “continue a escrever-me frequente e longamente. Daqui irei transmitindo ao Venâncio (na impossibilidade de fazê-lo a todos) as impressões que daí receber em cartas dos amigos.”<sup>831</sup> Exemplos de como o tema do absentismo, além de fomentar muitos boatos e intrigas políticas, era tratado com frequência entre Antônio, Epitácio Pessôa e seus correligionários, bem como encarado sob diversos ângulos.

#### 5.4.2 As visitas à Paraíba (1913-1914).

<sup>830</sup> De Francisco Sampaio – Vigário de Alagoa Grande – ao coronel Antônio Pessôa, Alagoa Grande, 09 de março de 1914. De outro – carta com remetente ilegível, de codinome P. Pessôa – o missivista diz reconhecer o estado melindroso da política estadual, “o qual lhe dei conhecimento e ao Epitácio”.

<sup>831</sup> As cartas com o deputado João Lira foram trocadas entre maio e julho de 1913. Algumas delas foram feitas enquanto Epitácio estava na Europa – passando por Londres e Paris – entre junho e julho daquele ano. Cf. sobre isso, cartas de Epitácio para o cel. João Lira. In. EPITÁCIO, Pessôa (1962, p. 59-62).

As duas viagens feitas por Antônio e Eptácio Pessôa à Paraíba entre 1913 e 1914, atenderam a necessidade de reafirmar, face a face, o poderio da família na Paraíba, certamente uma maneira de lidar com o absenteísmo. A primeira dessas viagens – significativa pelo simbolismo do evento e pela dimensão teatral que assumiu –, ocorreu no verão de 1913. Nela, sob a companhia do irmão vice-presidente, Eptácio assumiu oficialmente a chefia do Partido Republicano Conservador da Paraíba, reafirmando a presença do epitacismo no seu Estado natal. O reencontro com os paraibanos aparentemente deu-se sob grande festa, previamente preparada por seus entusiastas que, já na capital pernambucana, organizaram uma recepção amplamente noticiada nos jornais do Norte e na Capital da República.<sup>832</sup> De acordo com o *Jornal do Recife*, vindo a bordo do transatlântico inglês *Arlanza*, os correligionários esperavam com entusiasmo a chegada dos viajantes ilustres que, após o desembarque, seguiriam de automóveis pelas ruas do Recife até a casa de José Pessôa de Queiroz, seu parente, onde ficaram hospedados e ofertaram um banquete de seletos talheres. Dentro da programação oficial, Eptácio e Antônio Pessôa seguiram à capital do Estado da Parahyba em trem especial cedido pela *Great Western*.<sup>833</sup>

Na Paraíba, o caráter teatral do reencontro foi encenado em um banquete ofertado aos irmãos Pessôa no Teatro Santa Rosa, momento em que Eptácio Pessôa discursou para os amigos e correligionários, externando a sua visão do cenário político paraibano e os motivos que o traziam de volta ao Estado sob a companhia de Antônio Pessôa. Segundo ele, aquele retorno devia-se ao anseio de ver o Estado desfrutar de um “largo e fecundo período de tranquilidade e de paz”, trazida diante do acordo de 1911. Reafirmando a representação do herói que salvou à Paraíba “dos bordados do uniforme” e da força dos candidatos militares, Eptácio não perdeu a chance de reforçar a ideia de que os seus atos, “após doze anos de abstenção e retraimento”, estavam acima “de sua ambição pessoal”. Para tanto, afirmou dramaticamente que lhe movia “o bem-estar de sua terra a cuja direção política poderia aspirar como uma

---

<sup>832</sup> Recebendo notícias telegráficas da Paraíba, o jornal *Correio da Manhã* publicou matéria intitulada “O Sr. Eptácio em Viagem”. As festividades ofertadas aos viajantes – senador Eptácio Pessôa e o vice-Governador do Estado, coronel Antônio Pessôa –, estas constaram de “um jantar no palácio presidencial[...]” e “um grande banquete no Theatro Santa Rosa”. Cf. *Correio da Manhã*, Jornal, Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1913.

<sup>833</sup> Segundo o *Jornal do Recife*, além da comissão vinda da Paraíba – composta por Camillo de Hollanda, deputado federal, coronel Carlos Alverga, coronel José Bezerra, dr. Ascendino Cunha, coronel Murillo Lemos, coronel Bento Magalhães, dr. João Suassuna, dr. Alpheu Rosas, representante do dr. Castro Pinto e o coronel José Jeronymo de Barros Ribeiro, chefe político de Patos representante das lideranças políticas do Sertão, especialmente da cidade de Teixeira – fizeram parte da recepção o representante do general Dantas Barreto. Cf. *Jornal do Recife*, Jornal, Recife, 9 de fevereiro de 1913. O passeio de automóveis pelas ruas do Recife foi publicado pelo Jornal do Recife, Recife, 10 de fevereiro de 1913.

investidura espontânea dos seus compatriotas, mas nunca como um troféu conquistado a mão armada no meio da desordem e no fragor da luta.”<sup>834</sup>

Os argumentos usados nesse discurso assumem um lugar significativo na dramaturgia política criada por Epitácio Pessôa, posto que não só reafirmavam o heroísmo de suas ações, mas ratificavam a ideia de que, como devedora, desde 1911 “a situação da Paraíba estava em suas mãos”; ajudando a compor a memória da temporalidade em que a Paraíba esteve sob o domínio dos Pessôa. Para tanto, em suas palavras, o futuro de tranquilidade era vislumbrado como um lugar assegurado aos paraibanos, menos temível, com uma forma definível e aceitável.<sup>835</sup> Desse modo, no drama lírico criado por Epitácio Pessôa destacou-se mais a sua competência do que as relações de mando, mais os aparentes anseios coletivos do que os desígnios e ambições pessoais. Ao final do discurso, sob o tilintar das taças erguidas a pedidos do orador, a tradição familiar Pessôa, abria, a partir desse momento, mais um capítulo: a (re) afirmação do poder político da *nova Paraíba* confraternizada que surgia sob o domínio dos irmãos Pessôa.<sup>836</sup>

Em 1914, por sua vez, Antônio Pessôa retornou em visita à Paraíba, reiterando-se o esforço dos jornais em demonstrar a festa com que o então vice-presidente fora recebido no Estado. Porém, diferente do suposto reencontro apoteótico de 1913, o retorno do coronel Pessôa em 1914 foi marcado pela debilidade de seu estado de saúde, agravado durante a viagem. Apesar disso, o jornal *A União* destacou os traços da amistosa visita feita por Antônio Pessôa ao então Presidente Castro Pinto no Palácio do Governo. Segundo o jornal, naquele encontro, acompanhado de Pedro da Cunha Pedrosa, João Suassuna, seu filho José Pessôa e o sobrinho Epitácio Pessôa de Queiroz, “o coronel Pessôa declarou-se francamente solidário com o governo do seu preclaro amigo”, afastando qualquer impressão de que havia desarmonia entre as lideranças políticas; ratificando, portanto, a peça retórica proferida por Epitácio no Teatro Santa Rosa cerca de um ano antes, a visita de Antônio Pessôa foi noticiada como um gesto que

---

<sup>834</sup> Cf. Discurso pronunciado no banquete que lhe foi oferecido no Teatro Santa Rosa e reproduzido no jornal *A União* em 15 de fevereiro de 1913. In. PESSÔA, Epitácio (1962, p. 43). No enredo criado por Gabaglia Pessôa (1951, p. 217), nessa viagem à Paraíba, “que não visitara a longos anos”, Epitácio objetivava “agradecer, aos seus correligionários, aquela investidura [como chefe do PRCP]. Receberam-no como um triunfador.”

<sup>835</sup> A imagem de herói reafirmada por Epitácio Pessôa no discurso proferido no Teatro Santa Rosa remete a maneira como, na visão de Balandier (1980, p. 64), a empresa política se alimenta dos acontecimentos – reais ou imaginários, estrategicamente fabricados – para (re)afirmação do poder. Resulta daí o empenho dos personagens políticos em criar imagens, representações/telas em que suas ações, valorizadas e/ou supervalorizadas tendem a apoiar-se em técnicas tranquilizadoras em que o futuro aparece como um lugar seguro. O poder, nesse caso, “conserva a sua função de desativar as angústias e os medos”.

<sup>836</sup> Cf. PESSÔA, Epitácio (1962, p. 42). Em 9 de abril de 1913 Epitácio viajou para Europa em uma longa viagem para tratar de sua saúde. Retornou ao Brasil em maio de 1914. Durante esse período, foi constante a correspondência com Castro Pinto, Antônio Pessôa e várias lideranças políticas, amigos e correligionários da Paraíba.

objetivava selar o ambiente de união e concórdia existente entre as lideranças políticas da Paraíba.<sup>837</sup>

Assim descrita, o jornal continuava a silenciar a política de bastidores, especialmente a tensão que opunha, de maneira ainda mais nítida em 1914, epitacistas e walfredistas. Nesse contexto, por exemplo, crescia entre alguns correligionários do epitacismo a ideia de que “para a tranquilidade do partido [Republicano Conservador da Paraíba] precisávamos de um presidente que garantisse contra as suspeitas da política de bastidores e era absolutamente necessário ser o candidato tão identificado com elle Dr. Epitácio”. De acordo com essa visão, “nestas condições”, afirmou Christiano Lauritzen, “só tínhamos presentemente dois: o Cel. Antônio Pessôa ou Dr. Camilo de Hollanda, pois os novos que estão chegando não são bastantemente conhecidos. Se elle, Dr. Epitácio, tivesse dificuldade de entrar para o governo, arranjaríamos isto sem estardalhaço.”<sup>838</sup> Essa expectativa, aparentemente desmotivada pelos irmãos Pessôa nas páginas dos jornais, prenunciava o rompimento dos acordos políticos de 1911 e 1912. Fato ocorrido em 1915.<sup>839</sup>

## 5.5 O REENCONTRO DE 1915: OS PREPARATIVOS PARA A VOLTA DO *CONDOR*.

Em janeiro de 1915, o rompimento definitivo do acordo de 1912 trouxe Epitácio Pessôa de volta à Parahyba em visita que objetivava esclarecer pessoalmente os motivos da cisão, bem como lançar e recomendar a candidatura da sua chapa à representação da Paraíba na Câmara e no Senado.<sup>840</sup> Essa viagem mostrava-se necessária uma vez que, nos municípios, sobretudo nas

---

<sup>837</sup> Cf. *Jornal A União*, setembro de 1914. Recorte de Jornal disponível no IHGP, localização AP: RJ. A5G4P1. Sem numeração. O desembarque de Antônio Pessôa na capital pernambucana em 5 de setembro de 1914 foi noticiada pelo *Jornal do Recife*, Jornal, Recife, 6 de setembro de 1914.

<sup>838</sup> Cf. De Christiano Lauritzen à Antônio Pessôa, Campina Grande, 19 de julho de 1915. A ideia de que o nome de Antônio Pessôa estava em alta entre os antigos venancistas aparece em carta enviada por Castro Pinto ao Coronel Antônio Pessôa em 31 de agosto de 1913. Importante observar, na ideia defendida pelo chefe político de Campina Grande, a presença do nome de Camillo de Holanda como um dos nomes, além do coronel Antônio Pessôa, tido como capaz de condensar os interesses dos epitacistas. Camillo de Holanda nasceu na Paraíba em 1862, mesmo ano em que nasceu o coronel Antônio Pessôa. Formou-se em medicina pela Faculdade da Bahia e entrou para o corpo de saúde do Exército em 1889. Fez parte da representação paraibana ao parlamento nacional na legislatura de 1900 a 1902, e 1910 até 1916. Na década de 1910, Camillo de Holanda logrou ser um dos nomes escolhidos por Epitácio Pessôa para ocupar cargos políticos no Estado. Sobre os dados biográficos e governo de Camillo de Holanda, conferir Nóbrega (1950, p. 136-146). Sobre a relação de Epitácio Pessôa com Camillo de Holanda, ver Lewin (1993, p. 276);

<sup>839</sup> Sobre os motivos do rompimento entre Epitácio Pessôa e Walfredo Leal, ver Rodrigues (1992, p. 178-187).

<sup>840</sup> Nessa eleição, marcada para o dia 30 de janeiro daquele ano, Epitácio defendeu a candidatura de Pedro da Cunha Pedrosa ao senado e os nomes de Maximiano de Figueiredo, Camilo de Holanda, Otacílio de Albuquerque e João Antônio Maria da Cunha Lima para Câmara dos deputados. Walfredo Leal, por outro lado, defendeu os nomes de João Machado ao senado e Simeão Leal, Seráfico Nóbrega, Felizardo Leite e Rodrigues de Carvalho para deputados federais. Além da visita, Epitácio lançou um manifesto ao eleitorado paraibano, expondo suas razões para o rompimento político. Cf. PESSÔA, Epitácio (1962, p. 132-135); A “cisão no Partido Conservador”

idades do interior, como havia sinalizado Francisco Sampaio à Antônio Pessôa em 1914, o walfredismo havia se articulado obtendo apoio de importantes lideranças políticas. Para Rodrigues, “no plano municipal, a supremacia se inclinava em favor dos walfredistas;” posto que “ao reingressar na militância político-partidária, Epitácio Pessôa encontrou a estrutura das lideranças locais dominadas pelo walfredismo, então considerado o sucessor ‘natural’ da oligarquia alvarista.”<sup>841</sup> A aparente desvantagem eleitoral, certamente abriu precedentes para que aquela eleição fosse marcada por um forte jogo de cena, verificado já nos primeiros momentos, logo após o desembarque de Epitácio Pessôa em solo pernambucano.

Nessa época, Antônio já estava na Paraíba e viajou ao Recife para recepcionar o irmão senador. Epitácio, por sua vez, estava em pleno ritmo de campanha – que durou cerca de quinze dias – desembarcando no Estado diante de um palco previamente montado. Já no Recife, os familiares, amigos e correligionários prepararam uma grandiosa festa.<sup>842</sup> O caráter teatral do reencontro ganhou uma dimensão importante no impulso dado à campanha pró-epitacista. No dia seguinte ao desembarque, por exemplo, Epitácio e a sua comitiva partiram em um trem fretado em direção à Paraíba, passando pela capital e seguindo pelos municípios do interior em direção à Campina Grande. Nesse trajeto, o então senador tomou as estações como palco, em um comportamento teatralizado, para discursar aos correligionários e amigos, convocando-os a sufragar o voto em seus candidatos.<sup>843</sup>

### 5.5.1 Na capital da Paraíba: a imagem do *chefe/guia*.

---

da Parahyba foi noticiada pelas páginas do jornal *Correio de Campina* – jornal de propriedade de Christiano Lauritzen – em 1 de janeiro de 1915. Cf. *Correio de Campina*, Jornal, Campina Grande, 1 de janeiro de 1915.

<sup>841</sup> Para Rodrigues (1989, p. 185) “dentro em pouco, entretanto, [Epitácio] conquistou a simpatia de alguns chefes locais e, ao verificar o rompimento, conseguiu a adesão de dezesseis conselhos municipais. Não logrou, porém, superar o apoio dos walfredistas que contava com o apoio dos vinte e dois conselhos restantes.” Ver na mesma autora, citando Celso Mariz – *Apanhados Históricos* – e Apolônio Nóbrega – História republicana da Paraíba – nomes de algumas lideranças políticas que apoiaram, respectivamente, Walfredo Leal e Epitácio Pessôa durante a eleição de 1915.

<sup>842</sup> O *Jornal do Recife*, traduzindo as notícias circuladas pelo jornal *A União*, noticiou os preparativos da recepção e o empenho de Antônio Pessôa, primeiro vice-presidente do Estado, nesse interim, Cf. *Jornal do Recife*, Jornal, Recife, 18 de janeiro de 1915.

<sup>843</sup> Há, no arquivo de Epitácio Pessôa vários recortes de jornais que atestam as festividades da recepção e, por conseguinte, o caráter teatral das eleições de 1915. Ver, por exemplo, matéria do Jornal *O Norte*, de 17 de janeiro de 1915, informando sobre a visita de Epitácio Pessôa na Paraíba, na ocasião da aposição dos retratos dos respectivos Senador e Presidente do Estado. In. Arquivo de Epitácio Pessôa, IHGB, Livro II, folhas 274/1. Ver ainda, *A União* sobre a chegada de Epitácio á capital, destaque à disputa eleitoral, os comícios no interior, a exemplo de Itabaiana. *A União*, 16 de janeiro de 1915. In. Arquivo de Epitácio Pessôa, IHGB, Livro II, folhas 272/1 e 272/2. Ver ainda, *Correio de Campina*, de 13 de janeiro de 1915, matéria “O pleito”, sobre a comparação entre Epitácio Pessôa e Walfredo Leal. In. Arquivo de Epitácio Pessôa, IHGB, Livro II, folhas 268/1 e 268/5.

Na Capital da Paraíba, Epitácio – que frequentemente, no plano da atividade política, criava e lançava mão de epítetos para desqualificar os seus adversários – chamou os walfredistas de *bacuraus* – ave característica do Norte do país que tem hábitos noturnos e vôos rasteiros –, ratificando o apelido que se transformou em um dos trunfos da campanha.<sup>844</sup> Alí, dias depois, ele também convocou os jovens paraibanos a reconhecer em seu programa a representação das “causas da justiça e da democracia”, dos valores e princípios republicanos. Em discurso cheio de simbolismo, Epitácio Pessoa criou uma imagem de si cuja representação lhe colocava à frente de “um belo cruzador [PRCP], garboso e veloz, arvorando a capitania de sua frota atacada pelo almirante inimigo [Walfredo Leal] que, no mastro de um soberbo *dreadnought* hasteara a sua flâmula de guerra.” Diante da luta desigual, completa dramaticamente Epitácio Pessoa, “o meu navio não se rende, morre pelo seu Deus, pela sua Pátria e pelo seu Rei.”<sup>845</sup>

Com esse discurso, além de evocar para si o controle da nau, Epitácio avultava o seu dinamismo inovador, reafirmando a sua aparente vitalidade, poder-se-ia dizer, vendendo-se como a novidade política, antes de tudo um personagem ereto e focado no horizonte do futuro.<sup>846</sup> Com isso, reforçava-se a imagem do *condor* – ave que voava alto, de visão focada no

---

<sup>844</sup> No dizer de um dos entusiastas da campanha, Carlos D. Fernandes (1919, p. 42-43), desde 1914 a cisão entre os walfredistas e os epitacistas apoiava-se na criação dos epítetos consagrados. Nessa época, segundo o autor, os primeiros – walfredistas –, haviam “nascidos a esmo, das flutuações da política e do reflexo de sympathias e condescendências alheias às verazes conveniências do Estado nortista;” já os epitacistas eram “oriundos da propaganda republicana, arraigados de uns tantos princípios decorrentes de sinceras convicções, desde os prodomos e primeiros dias do regime que nos governa.”

<sup>845</sup> Na imagem criada por Epitácio Pessoa, “o almirante inimigo [Walfredo Leal], comovido diante do inútil heroísmo daqueles bravos [epitacistas] que, preste a se sepultarem na profundeza insondável dos mares, continuavam a bater-se calmos e serenos, destemidos e épicos, mandou içar um sinal que significava: Rendei-vos e eu vos pouparei a vida e vos concederei todas as honras da guerra.[...]” foi quando “viu-se então uma cena extraordinária: o barco foi pouco a pouco submergindo-se no tombadilho, há pouco inundado pelo sangue de tantos bravos e agora lavado pela água do oceano, o comandante, envolvido na bandeira nacional, a fisionomia transfigurada por uma irradiação quase sobrenatural de devotamento e sacrifício, ordenava os últimos disparos, e a música de bordo, impávida e serena, com os pés já imersos na água, executava o hino à Pátria distante [Parahyba], que nunca mais veria e há qual enviava naquele momento supremo, o supremo anseio do seu amor e da sua saudade.” A mensagem, nestes termos, era uma convocação teatralizada aos epitacistas – a juventude epitacista – a lutarem em defesa da causa que representava, confiantes que “nós havemos de vencer, eu vo-lo digo ainda uma vez, porque do nosso lado esta a razão e a justiça, esta a opinião do Estado, esta o interesse da Paraíba, está o princípio da seleção natural, estão todos os predicados morais e intelectuais que presidem ao triunfo nas batalhas da vida.” Cf. EPITÁCIO, Pessoa (1962, p. 136); conferir ainda, sobre a imagem do representante dos princípios e valores republicanos, manifesto direcionado aos eleitores da Capital. *Idem*, (p. 137).

<sup>846</sup> Importante observar, na peça retórica direcionada aos jovens da Parahyba, a maneira como Epitácio Pessoa julga vislumbrar, no horizonte, o futuro de vitórias. Sobre isso, Schwartzberg (1978, p. 105-106) aponta que, na montagem do personagem, a dramaturgia política pode “vender”, de um lado, “a idade como sinônimo de maturidade e sabedoria. É a imagem do pai para o qual nos voltamos em tempos de crise ou de guerra”. Por outro, em seu oposto, “costuma-se portanto assimilar a juventude à capacidade de imaginação, de inovação à frente de um país moderno.” Do ponto de vista da montagem do personagem político, é de se supor que a imagem da vitalidade de Epitácio Pessoa que, por conseguinte, imprimia um *boletim de saúde*, era algo necessário para demonstrar, aos seus correligionários, que as complicações na saúde – vividas em 1911 e 1913/14 – haviam ficado para trás; essa representação acabava por dispor, aos olhos do seu eleitorado, provas simuladas de sua robusta condição para percorrer o Estado; robustez igualmente importante para emplacar o epíteto de *condor*, disposto a voar alto, demonstrando, como destacara o redator de uma folha local, “o desejo de soerguer a Parahyba ao nível

horizonte – para representar Epitácio e os epitacistas – condores –; simultaneamente, a imagem do condor ia dando forma a outra representação política, qual seja, a do *chefe/guia*, de postura altaneira e visão horizontal, em contraposição aos supostos gestos e comportamentos dos bacuraus, alinhada à velha política.

### 5.5.2 Na cidade de Itabaiana: a imagem do *líder/amigo/pai*.

Já em Itabaiana, importante cidade do interior e reduto pró-epitacista, Epitácio encenou um dos episódios mais emblemáticos da teatral viagem ao interior do Estado durante a campanha de 1915. Ali, como em outras cidades, os correligionários preparam a festa de recepção, embandeirando as ruas da cidade e preparam o foguetório para anunciar a chegada dos visitantes. Como lembrou um memorialista local, estacionado o trem, “após a queima do foguetório, Dr. Odilon [Maroja], Pr. Felinto e Antônio Coutinho levaram Epitácio e a sua Comitiva, a pé, até o coreto da Praça Álvaro Machado”, de onde falaram os oradores itabaianenses, encerrando Epitácio o comício. Daí rumou à residência paroquial, que ficava ao lado, onde o vigário da freguesia “[...] o brindou com almoço, entremeado de discursos à moda do tempo”. Como sugere o memorialista, um forte jogo de cena marcou esse reencontro, tomando a estação de Itabaiana como um palco propenso para introjeção e/ou reafirmação de papéis.<sup>847</sup>

---

dos Estados, que se impõe pelo prestígio real dos seus grande filhos”. O mesmo redator, aliás, certamente entendeu o significado da mensagem publicitando para seus leitores que “n’uma campanha dignificadora, genuinamente republicana, viaja pelo seu Estado o eminente chefe do P.R.C parahybano, cuja palavra eletrizante vai arrastando as turbas e convertendo os incrédulos à verdade nophismável”. Segundo ele, “o senador Epitácio trabalha pela vitória do grande partido que chefia no Estado, ao pleito que se vai ferir no dia 30 do corrente[...]. fala convicto da vitória do P.R.C parahybano”. Cf. *Correio de Campina*, Jornal, Campina Grande, 27 de janeiro de 1915.

<sup>847</sup> Segundo Maia (2015, p. 102-103), naquela ocasião, “enquanto os epitacistas expandiam seu entusiasmo, chegava à estação outro trem especial, que vinha do Recife, trazendo Mon. Walfredo Leal, que vinha do Rio enfrentar Epitácio Pessoa na Paraíba.” Em Campina Grande, o jornal *Correio de Campina*, noticiou “a volta da águia”, destacando a festa com que os campinenses receberam Epitácio Pessoa em janeiro de 1915. Segundo os redatores, eram “decorridos, justamente 20 anos que Epitácio Pessoa pisou a terra campinense. Muitos se lembram ainda hoje dessa memorável viagem, na qual, pela primeira vez aos nossos ouvidos, chegaram os acentos peregrinos da voz eloquente do boca de ouro da Parahyba [Epitácio Pessoa]”. Na mesma edição, o editor lançou matéria intitulada *Echo de Combate* em que destacava “numa campanha dignificadora dos princípios genuinamente republicanos, viaja pelo seu Estado o eminente chefe do PRC parahybano, cuja palavra eletrizante vai arrastando as turbas e convertendo os incrédulos à verdade insofismável.” Cf. *Correio de Campina*, Jornal, Campina Grande, 27 de janeiro de 1915. A chegada de Walfredo Leal ao Recife, vindo do Rio de Janeiro, e a viagem que este fizera pela viagem em trem fretado também foi noticiada no Jornal *A Imprensa* em sua edição de 22 de janeiro de 1915. Ali, os redatores destacaram que “a recepção imponente que teve S. Exma. uma das maiores que temos visto nesta cidade, dá uma prova exuberante do seu valor junto aos nossos patrícios, correligionários, políticos ou só amigos particulares que foram a estação da ‘Great Western’ levar-lhe cumprimentos de boas vindas.” Cf. *A Imprensa*, Jornal, Parahyba, 22 de janeiro de 1915.



Importante destacar que entre os membros da comitiva que desembarcaram em Itabaiana estava o coronel Pessôa, acompanhado de Antônio Pessôa Filho.<sup>848</sup> Na visão de um cronista da época, a memorável campanha de 1915, marcada pelo acirramento das forças políticas, também foi emblemática para composição da representação dos Silva Pessôa de Umbuzeiro, especialmente da imagem que guardou do coronel Antônio Pessôa. Segundo ele, “tive um único ensejo de me avistar pessoalmente com o coronel Antônio Pessôa. Uma tarde de campanha, em 1915, na plataforma da *Great Western*, na estação de Itabaiana, quando nós, campinenses, estávamos vivamente empenhados na vitória eleitoral de Eptácio Pessôa”. Ali, ao ser apresentado, “o político de Umbuzeiro” indagou “pela minha impressão da batalha partidária, prestes a ser travada em Campina Grande entre as hostes poderosas de Cristiano Lauritzen e Salvino de Figueiredo.”<sup>849</sup>

Diante da resposta de “que o general Afonso Campos nos bateria em toda linha [...]”, completa o cronista, Antônio Pessôa “refletiu um instante, e, com a decisão de um chefe experimentado, me redarguiu ‘que era preciso não se perder a fé no triunfo final, pois as vezes a vitória as vezes dependia de um simples erro de manobra”. Em grande parte diferente da vitalidade jovial aspirada pela imagem pública de Eptácio Pessôa, no testemunho de Hortênsio Ribeiro, Antônio Pessôa incorpora a imagem da maturidade e da sabedoria do chefe experiente nas refregas políticas locais; detentor de um caráter “insubmisso diante das opressões e desmandos da força, partisse de onde partisse a violência.” Nessa representação, apropriada por seus entusiastas tempos depois, enquanto Eptácio associava-se à imagem do *chefe/guia*, a idade e aparente sabedoria de Antônio Pessôa aparece como sinônimo de experiência e força; essa representação deu forma a imagem do *líder/amigo/pai*, aspectos primordiais no ajustamento da memória da atuação política dos Silva Pessôa entre 1915 e 1916.<sup>850</sup>

<sup>848</sup> No caso de Antônio Pessôa Filho, que também era amigo pessoal do jornalista campinense, não resta dúvidas que a sua presença ao lado do próprio pai e do tio/padrinho era proposital; sobre isso, pode-se afirmar que Pessôa Filho acompanha a comitiva já em ritmo de campanha, não apenas em apoio aos candidatos epítacistas aos cargos federais, mas antecipando a sua própria campanha, inclinada, já naquele momento, a herdar parte do capital político da família de modo a ser usado tempos depois, isto é, durante as eleições para a representação estadual da assembleia. Conferir relato da presença de Antônio Pessôa Filho no jantar oferecido por Christiano Lauritzen a Eptácio Pessôa no *Correio de Campina*, Jornal, 20 de janeiro de 1915.

<sup>849</sup> Em 1915, Hortênsio Riobeiro era redator do jornal *Correio de Campina*, certamente enviado por Christiano Lauritzen à Itabaiana para acompanhar a chegada de Eptácio naquela cidade em direção à Campina Grande. Segundo Hortênsio Ribeiro, o seu “cunhado, José Trigueiro Castelo Branco, que se lhe converteu fiel até a morte, foi quem me apresentou ao coronel Antônio Pessôa.” Sobre o encontro com o coronel Antônio Pessôa durante as eleições de 1915 conferir RIBEIRO, Hortênsio, (1979, p. 228).

<sup>850</sup> Importante apontar que as lembranças de Hortênsio Ribeiro sobre o encontro com o coronel Antônio Pessôa foram ancoradas no período em que, certamente, este último apresentava sinais de debilidade na saúde. Talvez esse fator tenha influenciado para que afirmasse “não tenho lembrança de me haver defrontado com fisionomia humana mais dominadora. Tudo em Antônio Pessôa, parece que concorria para diferenciar do conjunto medíocre em que ele aparecia: desde a sua estatura varonil, até as maneiras precisas e ponderadas do seu falar. O penetrante refulgir dos seus olhos de homem de caráter, insubmisso diante das opressões e desmandos da força, partisse de

### 5.5.3 Em Campina Grande: os traços da teatralidade e a construção da memória das eleições de 1915.

Em Campina Grande, destino da comitiva, a chegada se deu ao final da tarde, por volta das 17 horas. O jornal *Correio de Campina* – que desde que fora lançado em 1910 já se inclinava na defesa dos venancistas e do epitacismo nascente – cobriu com entusiasmo a chegada da comitiva chefiada por Eptácio Pessôa. De acordo com o jornal, na “*gare da Great Western*, festivamente ornamentada, correligionários e admiradores” do chefe político espreitavam o apito do trem. “Ao ser anunciada a chegada do comboio pelo silvo estridente da locomotiva, um movimento de curiosidade se operou” em todos que, ansiosos, “esperavam a chegada do maior dos parahybanos vivos – o Senador Eptácio Pessôa”. Da *gare*, a comitiva seguiu até a Praça da Independência e, após os discursos, Eptácio seguiu ao palacete de Christiano Lauritzen, onde uma mesa “artisticamente disposta em forma de E” foi preparada.<sup>851</sup> Com esse editorial, a matéria aludida circulou pela Paraíba do período como uma espécie de *boletim político e propagandista*, traduzindo os *combates da política* e corroborando para criação da imagem memorável e lendária do reencontro dos Pessôa com os paraibanos durante a não menos memorável eleição de 1915.<sup>852</sup>

---

onde partisse a violência, a sua intrepidez fácil, o destemor das suas ações, a sua inamalgável lealdade e a fé que não sabemos se o abandonou, nos dias difíceis da sua útil mas dolorosa existência”. *Ibidem*. Raul Pompeia, “pensando na possível utilidade posterior dos meus escritos”, publicou, entre 1915 e 1916, o que caracterizou como “uma espécie de monografia” sobre o coronel Antônio Pessôa. Segundo ele, os traços mais marcantes da personalidade de Antônio Pessôa, a exemplo da força de suas decisões, haviam sido herdadas de seus antepassados. “Como político [Antônio Pessôa] molda os seus actos por uma esfera de altruísmo, sabendo se collocar muito além da politiquice brejeita e reagindo superiormente contra o empirismo feroz das adversidades desastradas”. Em sua visão, esse traço político traduzia em Antônio Pessôa “a sua fé de officio de republicano ortodoxo”, características “imprescindíveis ao administrador do Estado[...]”. Exemplo de como, entre 1915 e 1916, a idade de Antônio Pessôa foi explorada por seus entusiastas e propagandistas como sinônimo de maturidade e sabedoria, aspectos fundamentais para entabular o argumento que, para além da parentela, o irmão de Eptácio Pessôa era a pessoa certa para governar o Estado em uma época de crise. Cf. Recorte de Jornal s/id. Disponível no IHGP. Localização AP:RJ A5G4P1. Sem numeração.

<sup>851</sup> Consta no jornal que, naquela ocasião, “a aplazível vivenda do Cel. Christiano Lauritzen apresentava vistosa ornamentação interna”. De acordo com a matéria, Eptácio e parte da comitiva ficaram hospedados em uma residência nas proximidades da Praça da Independência, permanecendo ali por um dia e meio. Cf. *Correio de Campina*, Jornal, Campina Grande, 20 de janeiro de 1915.

<sup>852</sup> De acordo com a visão de Carlos D. Fernandes (1919, p. 43-44), decorrida a cisão em 1914, “a presença de Eptácio Pessôa não se fez esperar no teatro dos acontecimentos políticos, que marcam verdadeiramente a ressurreição cívica da Parahyba do Norte e prática mais pontual do regimen republicano por parte do seu govêrno. Não se trata de uma peleja eleitoral choca e ardilosa, com artimanhas de campanários, foguetes, discursseira e manobras fraudulentas, se não de um apostolado, pregado as claras ao povo, da imprensa e da tribuna, num grande fervor de moralidade eleitora e regeneração política. Tal foi aqui a campanha desenvolvida em janeiro de 1915 pelo chefe Eptácio Pessôa [...]” Essa ideia, foi incorporada na análise de Lewin (1993, p. 278), ao “afirmar que a partir da eleição federal de 1915, Eptácio ficou famoso por sua insistência em eleições ‘livres e honestas’”, reforçando, por assim dizer, os traços da tradição familiar que a partir de 1912 pintou Eptácio e Antônio Pessôa como representantes dos valores e princípios republicanos. Ainda segundo a autora, Lewin (*idem*, p. 277), três fatores foram fundamentais para o eptacismo a partir desse pleito e a crescente formação da máquina político-partidária comandada por Eptácio Pessôa. O primeiro, de ordem partidária, esteve atrelado ao fato de Eptácio ter reorganizado o PRCP, reduzido as facções opositoras a uma representação meramente simbólica. O segundo fator,

Para tanto, a memória da eleição de 1915 também foi ajustada pelo próprio Eptácio Pessôa, quando ofertou a sua visão da recepção que recebeu no Estado em janeiro daquele ano. Segundo ele, em entrevista concedida ao jornal carioca *O Imparcial*, “fui recebido na Paraíba com demonstrações extraordinárias de simpatias. [...]” que “não descontinuaram durante todo o tempo que lá estive. O corpo eleitoral, a mocidade de todas as classes, as famílias, senhoras e senhoritas mais distintas da minha Capital, cumularam-se de manifestações excepcionais de solidariedade.” [...] Os eleitores, continuou o então senador, “que há muitos anos não votavam, correram às urnas. Velhos de 78 anos andavam 12 léguas a pé, para sufragarem a minha chapa. As passeatas repetiam-se; nos cinematógrafos, nas ruas, em qualquer ponto onde eu aparecia, reboavam as aclamações.” Muitos deles, “moças, rapazes, eleitores, todos usavam o meu retrato a botoeira. [...] um grupo de talento espalhou-se pelo Estado a fazer ‘metings’ e conferências.”<sup>853</sup>

Ainda em 1915, entretanto, contrários a essa visão entabulada na imprensa carioca e reforçada na Paraíba, os seus opositores fizeram circular matérias e telegramas que acusavam Eptácio Pessôa como o maior responsável pela fraude eleitoral daquele pleito. Diziam, por exemplo, “que eu [Eptácio Pessôa] quando tive notícias de minha derrota em Cabedelo, fretei um trem e mandei para ali mais de cem eleitores que já haviam votado.” Outros telegramas enviados ao Rio de Janeiro, “dizem também que eu próprio votei em umas das sessões com o título de um eleitor ausente”.<sup>854</sup> Em outra frente, peremptoriamente Eptácio Pessôa foi tratado como o responsável pelo “habilíssimo e gracioso golpe que o ‘epitacismo’ acaba de dar no ‘walfredismo’ parahybano”; arquitetado “quando o senador Eptácio quis fixar o seu domínio na parahyba”, tratando de “atrahir para si o concurso do governador Castro Pinto” [...] que “não resiste a cantos de sereia, sobretudo quando entoado pela forma brilhante, irresistível com

---

reside na aplicação da Lei eleitoral Rosa e Silva na Parahyba, que permitiu à oposição a representação legal mínima de 20% das vagas no Legislativo – Congresso, Assembleia e Câmaras Municipais. No dizer da autora, fato que “permitiu-lhe decidir que rede de base familiar oposicionista ocuparia os cargos legalmente destinados à oposição e, mais importante, que rede seria excluída.” Por fim, o caráter personalístico de Eptácio Pessôa que remete a insistência do líder político em defender eleições “livres e honestas.” Fator que remete a existência do caráter teatral sob a qual a eleição de 1915 foi assentada.

<sup>853</sup> Conferir entrevista concedida por Eptácio Pessôa ao jornal *Imparcial* em 14 de fevereiro de 1915 – dois dias após desembarcar na Capital da República – “sôbre a sua recente excursão eleitoral aquele Estado [da Parahyba]”. Cf. *O Imparcial*, Jornal, Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1915. In. PESSÔA, Eptácio (1962, p. 151). Ver ainda recorte de jornal *O Imparcial* sobre as eleições da Parahyba em 1915, disponível no Arquivo de Eptácio Pessôa, IHGB, Livro II, Folhas 292/1. Conferir, sobre a recepção de Eptácio Pessôa no Estado em fevereiro de 1915, matéria do jornal *A Imprensa* – periódico católico ligado a arquidiocese da Paraíba –, destaque dado a festividade com que “foi recebido por seus patrícios e delirante aclamado por todos aqueles que obedecem a sua orientação política.” Cf. *A Imprensa*, Jornal, Parahyba, 19 de fevereiro de 1915.

<sup>854</sup> Conferir discurso proferido por ocasião dos festejos da vitória. In. PESSÔA, Eptácio (1962, p. 142).

que o sabe modelar o eminente senador parahybano [Epitácio Pessôa], não soube fugir a atracção: adheriu, aparentando uma geitosa ‘neutralidade’ armada e vigilante”.<sup>855</sup>

#### 5.5.4 Os epítetos: condores e bacuraus e a disputa do poder na Parahyba em 1915.

Nas memórias de Pedro da Cunha Pedrosa, além de caracterizar os correligionários dos respectivos grupos políticos, os epítetos – condores e bacuraus – surgiram alinhados às imagens das duas lideranças partidárias. De um lado, Epitácio Pessôa, “de inteligência altaneira, voando, como uma águia, sôbre os alcantis da mentalidade humana”; de outro, Walfredo Leal, “de mentalidade mais fraca, como bacurau, ave notívaga de vôo curto”. Os epítetos sagrados foram amplamente explorados pelas páginas dos jornais durante a campanha. Do lado epitacista, contribuíram para propaganda dos *condores*, os jornais *O Norte* e o *Correio de Campina*. Nas páginas do *Correio*, por exemplo, sagraram-se as modinhas e versos que desqualificavam os *bacuraus* e o seu chefe maior, Walfredo Leal. Em uma delas, intitulada “ELLES”, o redator tratou Walfredo Leal “como um doudo furioso [...] o frade magro, que tão mal escreve no *Diário* [do Estado] afamado [...] – E’s tu o bacurau supremo, és o vigário [...]”.<sup>856</sup>

Entre os walfredistas, o recém-criado *Diário do Estado* encarregou-se de fazer o contraponto da crítica. Durante o pleito e, nos dias seguintes, por exemplo, a folha de Walfredo Leal foi publicando, de preferência, os resultados das sessões que lhes eram favoráveis. Esse expediente assumiu uma forma teatral, alinhada a ideia, difundida antes do pleito, de que aquela eleição seria realizada sem a recorrência da “duplicata de atas, como era hábito velho naquele tempo.”<sup>857</sup> Segundo Pedro da Cunha Pedrosa, “no dia do pleito, à porta do prédio, onde se

<sup>855</sup> Ver matéria intitulada “A política de Parahyba”, publicada no jornal *D’ Tribuna* – do Rio de Janeiro, e reproduzida no *Diário do Estado* em 7 de novembro de 1915 – em que o redator promete revelar aos seus leitores os aspectos do *golpe* preparado pelo senador Epitácio Pessôa contra Walfredo Leal. *Diário do Estado*, jornal, Parahyba, 7 de novembro de 1915. Conferir ainda recorte de jornal s/d, sobre “Os mecanismos de Epitácio Pessôa” que incluía, na visão dos redatores – walfredistas –, “a fraude e a violência”. Disponível no Arquivo de Epitácio Pessôa, Livro II, Folhas 286/1 287/1.

<sup>856</sup> Cf. Jornal *Correio de Campina*, Jornal Campina Grande, 7 de fevereiro de 1915. Satirizando os adversários locais – Zé Leal – e a derrota de João Macahdo, o *Correio* publicou a “Modinha”, em 8 de agosto de 1915, em que glosaram: “Oh! Que alegria, que prazer / Vêr Zé Leal desempregado, / Sem ter gosto p’ra dizer: / – Viva doutro João Machado. / E’ tão cedo e tu já vaes! / Porque não demoras mais? / Vaes teus cachimbos vender / Ou então botar rogado, / Sozinho, triste a dizer / – Viva doutor João Machado. / E’ tão cedo, etc... / Se desejares morrer, / Te peço, que seja enforcado. / Na cova manda escrever / – Viva o doutor João Machado. [...]”. *Correio de Campina*, Jornal, Campina Grande, 8 de agosto de 1915.

<sup>857</sup> Cf. Pedrosa (1963, p. 156). A ideia de que o pleito de 1915 havia de ser realizado fora dos hábitos políticos recorrentes foi entabulada diante do telegrama enviado por Pinheiro Machado – liderança do PRC Nacional – dias antes do pleito à Castro Pinto, orientando que o Presidente do Estado mantivesse “completa neutralidade” durante o pleito eleitoral. A nível estadual, Castro Pinto ratificou a orientação, fazendo publicar no jornal *A União* o seu propósito de manter-se imparcial. Cf. Sobre isso Rodrigues (1989, p. 184). As explicações de Epitácio Pessôa sobre a divulgação dos resultados pelas páginas dos jornais, as razões do rompimento e o resultado das eleições, aparecem em entrevista concedida ao Jornal, *A Noite*, em 13 de fevereiro de 1915, logo após desembarcar no Rio

achava hospedado Epitácio [na Capital da Parahyba], foi colado um grande cartaz”, para ele era levado “o resultado das sessões eleitorais, a fim de que, à proporção que fôsse chegando dos fiscais, o público se inteirasse do movimento”. Os resultados eram anunciados por foguetões aos gritos “– condores tantos votos (sessão tal). Bacuraus – tantos.” Walfredo, por sua vez, repetiu a mesma estratégia fazendo “publicar à porta do jornal do seu partido o resultado que lhe vinha às mãos e quando este era favorável aos seus candidatos, o foguetão anunciava, mas quando desfavorável se guardava reserva.”<sup>858</sup>

5.5.5 A divulgação do resultado: “o primeiro passo para a determinação do domínio epitacista”.<sup>859</sup>

A divulgação dos resultados pela imprensa assumiu um capítulo importante no desfecho daquele pleito eleitoral. Do lado epitacista, percebendo a manobra dos adversários, *O Norte* passou a divulgar a apuração feita pelo jornal *A União* – que seguindo a orientação de Castro Pinto, declarava-se neutro. A estratégia objetivava demonstrar ao público a confiabilidade do resultado, favorável aos epitacistas, em detrimento da “farsa divulgada pelo *Diário*.” Nas páginas do *Diário*, para citar o exemplo do Senador, João Machado havia obtido 7.672 votos, sendo, portanto, declarado eleito, enquanto Pedro da Cunha Pedrosa 6.539 votos; já de acordo com o resultado divulgado pela *A União*, Pedrosa aparecia eleito com 10.835 votos, enquanto João Machado 8.679 votos.<sup>860</sup> Diante da tendência adversa do resultado para os walfredistas, estes deixaram estrategicamente de divulgar o andamento da apuração pelas páginas do *Diário do Estado*, prenunciando a estratégia a ser tomada nos dias seguintes, qual seja, contestar o resultado das eleições.<sup>861</sup>

Apurado os resultados, verificou-se a vitória dos epitacistas, respeitando-se a representação da minoria que elegeu um deputado, Simeão Leal que obteve 9.221 votos. Esse resultado, por sua vez, não foi aceito pelos walfredistas, contestado primeiramente pela

---

de Janeiro no retorno da Paraíba. *A Noite*, Jornal, Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1915. In. PESSÔA, Epitácio (1962, p. 144-148)

<sup>858</sup> Cf. Pedrosa (1963, p. 156).

<sup>859</sup> A frase é de Rodrigues (1989, p. 197), referindo-se que “o resultado das eleições de janeiro de 1915 significou o primeiro passo” para o domínio de Epitácio Pessôa na política estadual. Essa análise também aparece no estudo realizado por Lewin (1993, p. 274-275), ao afirmar que, após a vitória na eleição de 1915, “‘a bandeira’ estava levantada por todo o estado e em todos os níveis de governo, Epitácio voltou-se para a tarefa de reorganizar o seu partido.”

<sup>860</sup> Conferir matéria intitulada “Os walfredistas desmascarados”, publicada no jornal *O Norte*, Jornal, Parahyba, 27 de fevereiro de 1915. Disponível em IHGP, AP:RJ A5G4P1. Sem numeração.

<sup>861</sup> Sobre as estratégias dos walfredistas para contestar os resultados das eleições, conferir Pedrosa (1963, p. 157-168); e Rodrigues (1989, p. 186-193).

imprensa, antes do caso ser levado à Comissão de verificação da Câmara Federal.<sup>862</sup> No caso da contestação pela imprensa, o expediente do *Diário do Estado* passou a atacar a lisura do pleito e, por conseguinte, a postura de *A União* na divulgação dos resultados. Ao criticar *A União*, a artilharia dos redatores do *Diário* focou em Castro Pinto que se viu fortemente pressionado a reconhecer um resultado favorável aos walfredistas. Na visão dos redatores de *O Norte*, nesse quesito, o próprio João Machado, “o senador eleito do *Diário*, o grande vitorioso na campanha eleitoral de janeiro, perde um pouco a compostura senatorial e vae, em pessoa, pedir ao honesto sr. Presidente do Estado para dar publicidade a sua vitória”.<sup>863</sup> No dizer de Apolônio Nóbrega, pela imprensa, Castro Pinto era “rudimente atacado pelo ‘*Diário do Estado*’, culminando com a célebre catilinária ‘*Dom Biba*’”.<sup>864</sup>

5.5.6 “A sabedoria das multidões”: a representação da clarividência de Epitácio Pessoa no agradecimento ao eleitorado paraibano.<sup>865</sup>

---

<sup>862</sup> A comissão de verificação de poderes da Câmara Federal julgou improcedente as denúncias dos walfredistas sobre os vícios eleitorais durante o pleito de 1915. “Pelo parecer 53, de 29 de abril de 1915, opinou favoravelmente ao reconhecimento e a proclamação dos candidatos epitacistas mais Simeão Leal, representante da minoria.” Cf. Rodrigues (1989, p. 193). Sobre os mapas dos resultados da eleição de 1915 na Paraíba e o reconhecimento dos poderes, conferir PÉSSOA, Epitácio, (1963, p. 185-196).

<sup>863</sup> Cf. *O Norte*, Jornal, Parahyba, 27 de fevereiro de 1915. Disponível em IHGP, AP:RJ A5G4P1. Sem numeração.

<sup>864</sup> Cf. Nóbrega (1950, p. 127). O epíteto “*Dom Biba*”, ironizava a imagem “intelectual” que recaía sobre Castro Pinto, cuja postura, inclinada a reconhecer a vitória dos epitacistas, era fortemente criticada. Mesmo após a renúncia de Castro Pinto, o editorial do *Diário do Estado* não cessou as críticas ao ex-presidente. Em 5 de novembro de 1915, por exemplo, os redatores publicaram matéria intitulada “*Dom Bibas*”, em que afirmaram “fez anos, hontem, o sr. dr. João Pereira de Castro Pinto, presidente foragido da Parahyba e um dos políticos mais perniciosos à nossa terra, dos que se têm sentado à cadeira presidencial do Estado.” Para os redatores, “o natalício do impagável bohemio teria passado completamente despercebido, se a folha oficial [*A União*], por honra da firma, não estampasse um garrafal artigo de mentiras convencionais, emoldurando a fotografia do pobre homem. Flanando pelas ruas do Rio de Janeiro, em companhias de suas predilectas, é bem provável que *Dom Bibas*, no dia do seu aniversário, sinta saudades do governo e tenha tentação de voltar ao seio de seus ex-amigos; mas, com o pouquinho de juízo que ainda lhe resta, o bobo parahybano há de reflectir que aqui ninguém o deseja mais ver. Para castigo do mal que fez aos seus conterrâneos, basta que o sr. Castro Pinto viva eternamente a flandar pelas ruas e cervejarias cariocas, mendigando favores dos poderosos e enbrindo as misérias de seu avacalhamento”. Em outra matéria da mesma edição, os redatores ironizam o esforço da folha oficial – *A União* – em querer “ressuscitar aquelle egrégio sujeito de quem a Parahyba, para o sem bem estar, tinha perdido a memória”. Cf. *Diário do Estado*, Jornal, Parahyba, 5 de novembro de 1915. Em contrapartida, as felicitações pelo aniversário do “grande patricio”, estampado em um retrato do Dr. Castro Pinto, saudando “nelle a cultura literária e a liberdade democrática da Parahyba”, foi publicada pelo Jornal *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 4 de novembro de 1915. Ver ainda, sobre os “beijos de *Dom Bibas*”, em *Diário do Estado*, Jornal, Parahyba, 30 de novembro de 1915. Sobre o “*Pobre D. Bibas*”, *Diário do Estado*, Jornal, Parahyba, 1 de dezembro de 1915.

<sup>865</sup> Dentro do processo de fabricação do herói, lembra Schwartzberg (1978, p. 133-134), o ator político esforça-se por criar um personagem fora do comum, distante do expectador médios, portando-se “no palco, assim como fora dele como uma figura mítica, fascinante pela audácia de seu descomedimento.” O cultivo do mistério e a distância tem o objetivo de “deslumbrar, para melhor firmar o sobre o público.” O caso de Getúlio Vargas – salvaguardando as devidas proporções – é um exemplo interessante de como o aspecto *místico da clarividência* foi explorado para edificação do mito político. Embora não tenha sido esse o foco do seu trabalho, Ângela de Castro Gomes (2005, p. 218-221), demonstra como, dentro das estratégias de comunicação – fortemente controladas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, DIP – entre o povo e o presidente durante o Estado Novo, estava a criação do Programa Falando ao Trabalhado Brasileiro, ligado ao ministério do Trabalho sob a responsabilidade de Marcondes Filho. Ali, de forma ritualizada, criou-se uma miríade de imagens que, justapostas,

O próprio Epiácio Pessôa saiu em defesa de Castro Pinto, em discurso festejando a “estrondosa vitória” – antes mesmo de o resultado oficial ser divulgado. Agradecendo aos seus eleitores afirmou “[...] no mesmo dia que cheguei aqui [na Paraíba], 15 dias apenas antes da eleição, eu vos anunciava a nossa vitória. A minha profecia realizou-se [...]. O nosso triunfo [...] é a vitória da Paraíba, a vitória do verdadeiro sentimento democrático, a vitória do civismo e da liberdade.” Importante observar que nessa peça retórica, Epiácio Pessôa destacou-se como dotado de uma espécie de sensibilidade clarividente, uma “sabedoria das multidões” certamente evocada como uma tentativa de comunicação direta com o seu eleitorado. Avultado pelo próprio Epiácio, a clarividência do líder político reconectava, dentro da tradição inventada pela família, à imagem/memória de José Pessôa que, na fatídica viagem ao Recife para cuidar da saúde de sua esposa – Henriqueta –, havia renunciado a guinada política do seu filho caçula a patamares mais altos.

Evocada pelo próprio personagem político, portanto, a clarividência foi uma característica importante incorporada na montagem da representação do *chefe/guia* em 1915. Em outro discurso, datado de cinco de fevereiro – direcionado “aos amigos correligionários” – e publicado no jornal *O Norte* no dia seguinte, dias antes de retornar ao Rio de Janeiro, afirmou “derrotados nas urnas, apela os nossos adversários, como último recurso, para o poder verificador, como se os chefes da política nacional, [...] estivessem na Câmara e no Senado ao serviço dos interesses e das ambições dos vencidos, para fraudarem as manifestações legítimas do voto e traírem o regime.” Segundo ele, “este pleito passará desde hoje a figurar na história política da Paraíba como um dos mais belos florões e ao mesmo tempo como um dos mais brilhantes títulos de benemerência do Governo [de Castro Pinto] que ora preside os destinos do Estado.” Para finalizar, Epiácio reafirma teatralmente a sua clarividência – traduzida em sua suposta visão antecipatória dos fatos – “não tenham os meus amigos a menor apreensão a este respeito. Em maio vindouro a Paraíba contará entre os seus representantes os nossos cinco candidatos.”<sup>866</sup>

Não restam dúvidas, pelo exposto, que o caráter teatral da campanha de 1915 foi fundamental para dar forma ao capítulo da tradição familiar Pessôa inscrito por Epiácio, Antônio Pessôa e seus colaboradores a partir de 1911. Ao final da campanha de 1915, os irmãos

---

acabaram por configurar a imagem do Presidente Vargas; entre elas “havia uma que era destacada nas falas de Marcondes e que o distinguia, por excelência, como um estadista: a clarividência.” Nessas falas, “suas iniciativas políticas [sempre descritas com antecipatórias] tinham um verdadeiro caráter profético, o que poderia ser constatado desde o ponto da nova história que se estava construindo, ou seja, desde o momento revolucionário de 1930.”

<sup>866</sup> Conferir, discursos intitulados “aos amigos correligionários”, publicado no jornal *O Norte*, Jornal, Parahyba, 6 de fevereiro de 1915. In. PESSÔA, Epiácio (1962, p. 145-144).

Pessoa haviam sedimentado sob si um conjunto de imagens cuidadosamente ajustadas. O campo estava aberto para o acréscimo de elementos importantes à tradição familiar Pessoa. Nesse capítulo, foram incorporados ao enredo da tradição familiar os traços que pintaram Epiácio como o *líder/guia* e Antônio Pessoa como o *chefe/amigo/pai*; ambos destacados como legítimos representantes dos valores e princípios republicanos na Paraíba, imagem que reforçou, publicamente, o reconhecimento do predomínio político da família no Estado. Justapostas, essas imagens foram sendo aperfeiçoadas logo após o fim da campanha de 1915, momento em que os irmãos Pessoa e seus colaboradores, entre eles os “jovens moços” – como tratava Epiácio Pessoa –, esforçaram-se por ratificá-las mediante um intenso trabalho de enquadramento de memória.<sup>867</sup>

## 5.6 OS PESSÔA NA PRESIDÊNCIA DO ESTADO DA PARAÍBA (1915-1916): O GOVERNO DO CORONEL ANTÔNIO PESSÔA E O PROGRAMA DOS “JOVENS TURCOS”.

Sentindo-se pressionado de ambos os lados e ressentido com os ataques que sofrera na imprensa, após declarar a vitória dos epitacistas, Castro Pinto solicitou uma licença médica, renunciando ao governo em 24 de julho de 1915.<sup>868</sup> Em seu lugar, Antônio Pessoa assumiu, enfim – como desejavam muitos epitacistas –, o governo do Estado para fechar o quadriênio 1912-1916. De acordo com as memórias de Pedro da Cunha Pedrosa, antes mesmo do pronunciamento oficial de Castro Pinto, um grupo de jovens intelectuais saíram da Capital em

---

<sup>867</sup> Cabe nota, para fins de meu objetivo no presente trabalho, que pelas páginas do Jornal *A Notícia*, os redatores não economizaram na tinta que pintou a cidade de Umbuzeiro como reduto político e local de nascimento de Epiácio e Antônio Pessoa, “insignes republicanos que tanto honram esta terra onde nasceram”. Na coluna Pelos Municípios circulada em novembro de 1915, os artigos “echos de Umbuzeiro” faziam elogiosas referências à Antônio Pessoa, como o “homem de quem a Parahyba de há muito precisava para reguiar o desenvolvimento da político social”, e Epiácio Pessoa “regenerador da Parahyba do Norte”. Lendo as páginas do periódico aludido, a partir de 1915, começou a modelar-se os traços da cidade ancorada na memória dos Pessoa, erigindo monumentos e criando comemorações que se encarregaram de criar uma série de *lugares de memória*, propensos a reter a passagem do tempo em função de um projeto memorialístico. Nesse aspecto, são emblemáticas as festividades que, em 4 de novembro de 1915, foram preparadas para alocação dos retratos de Epiácio e Antônio Pessoa no paço municipal. Ainda sobre isso, cabe menção as festividades organizadas, em Umbuzeiro, por ocasião da passagem dos aniversários natalícios das duas “personalidades umbuzeirenses”, Antônio e Epiácio Pessoa, respectivamente 17 de março e 23 de maio. Cf. Sobre a “Inauguração dos retratos no paço municipal”, *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 4 de novembro de 1915. E coluna “Echos de Umbuzeiro”, *A Notícia*, jornal, 14 de novembro de 1915.

<sup>868</sup> Rodrigues (1992, p. 197), citando Horácio de Almeida – *História da Parahyba* – afirma que foi em 24 de junho de 1915 a data de afastamento do Presidente Castro Pinto, assumindo em seu lugar Antônio Pessoa. Diferente de Apolônio Nóbrega (1950, p. 129) que “a 24 de julho, com a retirada do presidente João Pereira de Castro Pinto, assumiu o governo da Parahyba, o 1º vice-presidente do Estado, Antônio da Silva Pessoa.” Lendo-se as fontes da época, incluindo as várias matérias de jornais, é possível afirmar que Antônio Pessoa tomou posse da Presidência do Estado da Parahyba em 24 de julho de 1915, como asseverou Apolônio Nóbrega.



direção à Umbuzeiro – onde o Coronel Antônio Pessôa aguardava a oficialidade do ato – com o fim de acompanhar o novo presidente ao Palácio das Trincheiras. Na visão do autor, esse era “um grupo de moços do partido, sôfregos e ambiciosos de mando [que] se reuniram em Bananeiras, em casa de Solon de Lucena, que ainda era parente dos Pessôa” a que “se batizaram com o nome de jovens turcos”. O gesto, ainda de acordo com as memórias do então senador, abiu “uma cisão na política epitacista”, uma vez que, “entrementes, começou a correr um leve rumor de que aquela comissão que tanto se adiantara para trazer o nôvo presidente, já levara o propósito de abrir cisão no Partido”.<sup>869</sup>

A cisão aludida deveu-se ao fato de que um grupo de jovens moços – autointitulado de “Jovens Turcos”, em 1915 – começou a surgir na Paraíba por volta de 1905 como uma nova geração de políticos apontados como potenciais sucessores da geração de 1880 – a quem atribuíram o epíteto de *Guelas* – formada por políticos tradicionais ligados à Venâncio Neiva e ao próprio Epitácio Pessoa –, vistos como possuidores de comportamentos políticos viciosos.<sup>870</sup> A despeito das disputas internas na oligarquia epitacista, julgo importante apontar que os *Jovens Turcos* apoiaram-se na liderança de Antônio Pessôa – apontado como o seu mentor mais velho –, certamente vislumbrando pôr em prática suas orientações políticas no Estado durante o governo iniciado em julho de 1915.<sup>871</sup>

---

<sup>869</sup> Cf. Pedrosa, (1963, p. 173).

<sup>870</sup> De acordo com Celso Mariz Cf. Mariz (1992, p. 197), esse grupo era tido como “a rapaziada que a última geração lançara na política republicana”. Em 1916 o grupo recebeu um epíteto, se autodenominaram de “Jovens Turcos”, quando se deu sua organização oficial a partir das reuniões ocorridas na casa de Solon de Lucena. Nos termos de Lewin (1993, p. 294), o epíteto era uma referência à Revolução Turca de Mustafá Kemal Atatuk de 1909, ou ainda “pode sido inspirado pelos ‘Jovens Turcos’, oficiais do Exército Brasileiro que editavam um periódico nacionalista, *A defesa Nacional*.” “Os Jovens Turcos” advieram, em sua grande maioria, das zonas sertanejas e do brejo, além do atual agreste paraibano.” Apesar do apoio dado à campanha de 1915, o cisma de que fala Pedro da Cunha Pedrosa, deveu-se a uma disputa geracional ocorrida no interior do PRCP. Os *guelas* epíteto usado pelos jovens moços para falar do comprometimento e vícios políticos da velha guarda, causou estranhamento em muitos antigos membros do PRCP, entre eles o próprio Pedro da Cunha Pedrosa. Ver, sobre o a crise interna no PRCP entre a velha guarda e os Jovens Turcos e as recomendações de Epitácio Pessôa, as memórias de Pedrosa (1963, p. 173-193); e Lewin (1993, p. 295). Ciente desse cisma, uma das primeiras medidas de Antônio Pessôa, noticiada pelo jornal *A Notícia* em sua edição de 27 de julho de 1915, foi organizar uma reunião – realizada no dia 26 – com as principais lideranças políticas do PRCP. Sobre isso, conferir *A Notícia*, jornal, Parahyba, 27 de julho de 1915. Ver ainda, testemunho de Pedrosa (1963, p. 176) sobre a reunião no Palácio “que tinha por fim assentar conosco as primeiras providências da administração, pois queria estar cercado dos amigos que pudessem melhor orientá-lo na boa ordem dos públicos negócios.”

<sup>871</sup> Por volta de 1917, certamente a convite de um parente seu – Demócrito de Almeida –, José Américo de Almeida juntou-se ao grupo “dos jovens moços”. Na análise de Lewin (1993, p. 294), uma das obras que consagrou o escritor paraibano, *A Paraíba e seus Problemas* – publicada em 1923 – ofertou muitas pistas sobre a orientação política dos Jovens Turcos. De fato, “elogiando os projetos do IFOCS e endossando as políticas que viessem a dirigir o crescimento econômico e os gastos federais para melhoria da infraestrutura de exportação, no sentido de promover a conexão do interior da Paraíba com os mercados litorâneos, o livro projetou uma visão abrangente dos benefícios do desenvolvimento para o conjunto do estado, visão que coincidia com as aspirações dos jovens turcos”. Porém, julgo importante destacar, para fins dos objetivos da presente tese, que antes mesmo da publicação da obra em tela, a orientação política dos jovens moços aparece claramente no editorial do jornal *A Notícia* entre 1915 e 1916, simultaneamente traduzida dentro do que chamaram de “plataforma de governo” de Antônio Pessôa. Para reforçar o argumento, cabe citar algumas matérias, a título de exemplo, onde aparecem

Foram esses mesmos jovens moços, no dizer de Epiácio Pessôa em entrevista ao jornal *O Imparcial* – já citado – que saíram as ruas em 1915 usando o seu retrato à botoeira, fazendo “meetings” e conferências pelo interior em defesa do epitacismo. Desde esse momento, mostraram-se como potenciais colaboradores da propaganda epitacista, a meu ver, importantes para consolidação da chefia política dos irmãos Pessôa no Estado e, por conseguinte, difusores substanciais da tradição familiar Pessôa entre 1915 e 1916.<sup>872</sup> No governo de Antônio Pessôa,

---

temas centrais como os trabalhados por José Américo de Almeida na obra citada. Já em 3 de julho de 1915, antes mesmo de Antônio Pessôa assumir a presidência do Estado, o editorial do jornal publicou matéria intitulada “Estradas e Rodagens”, onde apontam que “um dos problemas que nos amolha de intrínseca relevância na atualidade é inquestionavelmente o das estradas e rodagens, não apenas na Parahyba, como nas demais circunscrições federativas do nordeste brasileiro. Na Parahyba, principalmente, onde os *rails* se contam por dezenas de quilômetros, annullando-se, quase, diante da extensão territorial do Estado, o aludido problema deve merecer dos governos [notadamente Estadual e Federal] a mais desvelada e carinhosa atenção.” Essa atenção deveria ser dada no sentido de interligar economicamente as várias regiões no Estado, atenuando, com isso, os efeitos sociais do fenômeno das secas. Cf. *A Notícia*, Jornal Parahyba, 3 de julho de 1915. Em 20 de julho, os redatores iniciaram “uma série de artigos sob o título ‘O Estado e a viação’, dentro da qual pretendemos desenvolver várias theses de caráter econômico, no programa de abordar e insistir pelos mais relevantes problemas da Parahyba”. Cf. *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 20 de julho de 1915. Nesse quesito, é importante ainda observar as matérias que sinalizam os esforços locais, desenvolvidos em alguns municípios paraibanos para aumentar a produção agrícola, colaborando para o desenvolvimento das várias regiões do Estado. Conferir matéria “Grande lição de um pequeno exemplo”. *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 9 de julho de 1915. Sobre os produtos agrícolas desenvolvidos no interior e as ideias para o desenvolvimento econômico do Estado, ver notas “Pró-Parahyba”, série de artigos que versaram sobre temas diversos que envolviam o combate as secas e, sobretudo, o desenvolvimento econômico do Estado. Iniciados em 9 de julho, os artigos foram apresentados “como um trabalho de grande utilidade que fere os mais graves problemas da nossa vida econômica”, em *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 2 de julho de 1915; e *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 14 de julho de 1915. Ver ainda, “Pro-Parahyba”, sobre a experiência da produção agrícola e exportação do Trigo pelo governo norte-americano, em *A Notícia*, Parahyba, 14 de julho de 1915. E, sobre as experiências agrícolas do Município de Teixeira com o plantio do trigo, em *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 16 de julho de 1915; e “O plantio do Trigo”, em *A Notícia*, Parahyba, 22 de julho de 1915. Sobre transportes e viação, ver “Os nossos Portos”, artigo publicado em *A Notícia*, Jornal, 17 de julho de 1915. Dentro do governo de Antônio Pessôa, durante os primeiros meses, conferir matérias sobre o “fornecimento de obras públicas”, publicada em 25 de agosto de 1915; “O socorro ao flagelo das secas”, em 25 de setembro de 1915; os serviços federais no Governo de Antônio Pessôa para construção da Estrada de Rodagem Campina Grande a Patos, via Soledade e a reivindicação para interligar a cidade de Taperoá, lembrado “como o prospero e bello município do planalto dos Carirys.” *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 20 de outubro de 1915. Ver ainda, sobre “Os Federaes” na Parahyba durante o governo de Antônio Pessôa, artigo sobre “Campina Grande – A estrada de rodagem a Patos e o açude de Bodocongó”, em *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 19 de dezembro de 1915.

<sup>872</sup> Antes mesmo da posse de Antônio Pessôa, em 14 de julho, por exemplo, o editorial do jornal *A Notícia* movia-se elogiosamente em direção a imagem do coronel Pessôa e sua família – os Silva Pessôa de Umbuzeiro. Naquela matéria, numa clara tônica de como o coronel e a sua família foram representados nas páginas do jornal, os redatores afirmaram “sahirá hoje de Umbuzeiro, acompanhado de sua exma. família, o sr. coronel Antônio Pessôa, vice Presidente do Estado. S. exa. destina-se á esta capital, devendo aqui chegar amanhã pelo interestadual do sul. O sr. coronel Antônio Pessôa é a figura de grande relevo na política da Parahyba, estando no rol de principais que forma a linha dos destacados [na política epitacista]. Homem de qualidades, enérgico, inteligente, o sr. coronel Pessôa tem alcançado um grande prestígio e um proselytismo, que o fazem chefe de forte coeficiente eleitoral nas fileiras dominantes. Amigo muito correto e cavalheiro de alta linha, por este, aquelles e outros predicados, o sr. vice-presidente do Estado gosa nesta capital, como no interior, num largo círculo de relações. A chegada de s. exa. amanhã, após longos mezes de ausência, será pois um notável acontecimento social e político.” Cf. *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 14 de julho de 1915. Sem adentrar nos motivos da viagem, é provável que estes estivessem atreladas a trama política que dali há alguns dias – 24 de julho – traria a tona a renúncia de Castro Pinto. Trama que, montada nos bastidores, parecia ser sinalizada pelas páginas de *A Notícia*, aparentemente orientada para amortecer os impactos da crítica opositora. Ver sobre os acontecimentos no Governo de Castro Pinto, longo artigo assinado por Arthur Achilles e publicado no jornal *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 13 de julho de 1915. Ver ainda, sobre a saída de Castro Pinto do Governo do Estado, matéria intitulada “Uma grande Lição”, publicada em *A*

por exemplo, esse grupo ocupou lugares estratégicos. Solon de Lucena foi nomeado diretor do Liceu Parahybano;<sup>873</sup> João Suassuna, “uma das mais destacadas figuras da campanha de 1915”, juntamente com Celso Mariz colaboraram ativamente nas páginas dos jornais *A União*, *O Norte* e a *A Notícia* – ambos tornaram-se redatores deste último jornal, juntamente com Sólón de Lucena.<sup>874</sup> Já Antônio Pessôa Filho, seguindo os passos do tio em 1889, ocupou a Secretaria Geral do Governo, atuando no gabinete da presidência do Estado.<sup>875</sup>

Da administração de Antônio Pessôa, os “Jovens Turcos” – com exceção de Solon de Lucena que já havia sido eleito para o legislativo em 1912 – saíram para ocupar cargos políticos. Antônio Pessôa Filho foi eleito deputado Estadual nas eleições de 31 de dezembro de 1915; além de ter sido nomeado prefeito da capital em 1916; Celso Mariz foi eleito deputado estadual em 1924 a 1927. Solón de Lucena e João Suassuna ocuparam respectivamente a Presidência do Estado nos quadriênios 1920-1924 e 1924 e 1928, além de ocuparem cargos do legislativo Estadual e na Câmara federal. Todos eles tinham em comum a aproximação e/ou parentesco direto com Antônio Pessôa. Como notou um contemporâneo, Solon de Lucena, por exemplo, “trazia a credencial de ser parente e amigo de Antônio Pessôa”; e “João Suassuna, tornou-se a *menina* dos olhos de Antônio Pessôa e família.”<sup>876</sup>

---

Notícia, Jornal, Parahyba, 23 de julho de 1915. Sobre a viagem de Castro Pinto para o Rio de Janeiro, conferir *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 30 de julho de 1915.

<sup>873</sup> A nomeação de Solon de Lucena para a administração do Lyceu Parahybano foi comemorada e publicada no jornal *A Notícia*, jornal, Parahyba, 30 de janeiro de 1916. Tal nomeação foi tratada pelo *Diário do Estado*, como mais uma obra da derrubada dos funcionários por Antônio Pessôa. Cf. Sobre isso, *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 9 de fevereiro de 1916.

<sup>874</sup> Conferir, nos editoriais de junho e julho de 1915, especialmente, matérias sobre *A Notícia*, espaço dedicado a tradução de notas publicadas em outros jornais da região parabenizando o surgimento do novo jornal – *A Notícia* – “nas pessoas amigas do seu corpo redacional – Celso Mariz, João Suassuna e Solon de Lucena –. A título de exemplo, ver, notas do *O Diário de Pernambuco*, In. *A Notícia*, 3 de julho de 1915; e o *Correio de Campina*. In. *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 24 de julho de 1915.

<sup>875</sup> Sobre composição do governo de Antônio Pessôa, bem como os traços biográficos e a trajetória política de Solon de Lucena no quadriênio 1920-1914 e João Suassuna 1924-1928, conferir Nóbrega (1950, p. 131-169).

<sup>876</sup> Nas páginas de *A Notícia*, João Suassuna – que naquele período assumia cargo na Fazenda Federal – era apresentado como um “intelectual talentoso”, “de sinceras e radicais convicções republicanas”, que “derramando com o proclamado desinteresse, energia e fulgor, as prendas da sua mente equilibrada na colaboração interativa desse cotidiano e vertiginoso improvisado da imprensa”. *A Notícia*, jornal, Parahyba, 9 de julho de 1915. João Suassuna, aliás, em um discurso elogioso à Epitácio e Antônio Pessôa em recepção feito ao primeiro em visita à Paraíba em fevereiro de 1916, assinalou “as circunstâncias feliz da minha carreira política” como “cooperador na obra de verdadeira e consagradora benemerência que foi a salvação da Parahyba pelo coronel Antônio Pessôa, da emergência por ventura mais afflictiva em que já se debateu a sua existência política”. Cf. “fala de João Suassuna” na recepção à Epitácio Pessôa em *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 29 de fevereiro de 1916. Solon de Lucena, por sua vez, era tratado “com as distinções de chefe, pois todos nós honramos com a orientação desse critério que no espírito do nosso caro amigo [Solon] se formado às energias inatas e pelo influxo largo de culto civismo”. Cf. *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 24 de julho de 1915. Sobre essas imagens, cabe o contraponto do testemunho de Pedrosa, para quem Solon de Lucena era “o chefe da *troupe*”, o menos conhecido – a quem foi apresentado durante o governo de João Machado (1908-1912), “vivia muito retirado e não saía de Bananeiras, onde exercia o cargo de adjunto de professor público primário com os minguados vencimentos de cinquenta mil réis (50\$000) mensais. Ensinava também em um colégio particular.” Ali, “no cenário político de Bananeiras êle [Solon de Lucena] foi

### 5.6.1 O governo de Antônio Pessôa: entre os editoriais dos jornais *A União* e *A Notícia* e a crítica do *Diário do Estado*.

Como demonstra os dados de sua mensagem presidencial enviada à assembleia em setembro de 1915, Antônio Pessôa assumiu o governo da Paraíba em difícil condição financeira.<sup>877</sup> De acordo com Rodrigues, o Estado “sofria os efeitos de uma seca inclemente e da queda acentuada da exportação do seu principal produto, o algodão, em decorrência das dificuldades advindas com a Primeira Guerra Mundial.” O erário “público estava com os vencimentos atrasados em cinco meses.”<sup>878</sup> Esse quadro justificou, na visão de Apolônio Nóbrega, o primeiro gesto do presidente Antônio Pessôa de “nomear uma comissão de técnicos para balancear o tesouro do Estado e inspecionar a respectiva escritura”; um trabalho que mapeou o total da dívida Pública do Estado, seu saldo em caixa, e o déficit total. Depois de avaliado o estudo, verificou-se “as diferentes dívidas do Estado atingiam a um total de 1.379.404\$550 (moeda recorrente da época [contos de réis]), existindo em caixa, apenas, 6.828\$222.”<sup>879</sup>

Esse resultado orientou, segundo Antônio Pessôa, as diretrizes iniciais do governo. Em seus termos, “urgido pela profunda crise econômica financeira que no infelicita, fui compelido a estabelecer a mais rigorosa econômica no emprego dos dinheiros públicos”. De acordo com o que chamou de “dados oficiais”, as medidas, algumas delas polêmicas, trouxeram em pouco tempo, certa economia aos cofres públicos, permitindo que uma espessa camada narrativa fosse assentada sobre a memória de Antônio Pessôa na Presidência do Estado.<sup>880</sup> Para Celso Mariz, por exemplo, – que foi um dos seus colaboradores diretos na redação do jornal *A Notícia* –, em obra publicada em 1923, “Antônio Pessôa [durante o seu governo] combateu, demitiu,

---

sendo visto como capaz de ingressar na vida partidária, trazendo, como trazia, a credencial, que não era pequena, de ser parente e amigo de Antônio Pessôa.” Cf. Pedrosa, (1963, p. 181).

<sup>877</sup> Conferir a Mensagem Governamental enviada à Assembleia Legislativa do Estado em 1 de setembro de 1915, especialmente nos itens “Secretaria do Governo” (p. 6); “Obras públicas e abastecimento d’água na Capital” (p. 10); “Situação econômica” (p. 14-19); e “Situação Financeira” (p. 19-24); neste último item, o presidente reafirma os dados citados por Nóbrega (1951). Disponível em Arquivo de Antônio Pessôa, IHGP, localização AP: PPB, A5G4P1, sem numeração.

<sup>878</sup> Rodrigues (1989, p. 207).

<sup>879</sup> Os dados aparecem em Nóbrega (1950, p. 129). Na “Exposição” – publicada pela Imprensa oficial em 24 de junho de 1915 – entregue à Antônio Pessôa na ocasião da transferência do cargo de Presidente, Castro Pinto destacou a “situação anômala, sob o ponto de vista econômico, por que passamos actualmente[...]” Apontava, para tanto, “enquanto não providenciarmos definitivamente sobre nossa estabilidade financeira, os projectos de melhoramento systemático em tudo que dependa da acção governamental, não serão outra cousa senão uma simples literatura officiosa, acentuando ainda mais a sua individualidade pela manifesta inefficacia das promessas assim consignadas em decretos legislativos.” Cf. Exposição do Presidente João Pereira de Castro – Presidente do Estado – à Antônio da Silva Pessôa – 1º Vice-Presidente. Imprensa Oficial, Parahyba, 24 de junho de 1915, (p. 5). Disponível em Arquivo de Antônio Pessôa, IHGP, localização AP: PPB, A5G4P1. Sem numeração.

<sup>880</sup> Mensagem Governamental enviada à Assembleia Legislativa do Estado em 1 de setembro de 1915, (p. 2)

replicou, às vezes por desplique partidário, mas sobretudo pela consciência das suas responsabilidades, por brio próprio e por interesse geral”.<sup>881</sup>

Já de acordo com a visão de Apolônio Nóbrega, as ações de Antônio Pessôa permitiram que em pouco tempo fosse restabelecida a normalidade financeira do Estado, e o “honrado filho de Umbuzeiro” colocou “em dia o funcionalismo público que estava com cinco meses de atraso em seus vencimentos; pagou toda dívida flutuante, amortizou em mais de 50% de outros compromissos do Estado, reformou vários serviços e criou 30 novas escolas no interior.”<sup>882</sup> O enredo da narrativa entabulada pelos historiadores do IHGP traduzem a tônica positiva com que os jornais situacionistas da época narraram a chegada de Antônio Pessôa ao governo e as medidas que tomou para organizar o Estado. Em tais jornais, Antônio Pessôa aparece como uma espécie de “salvador”, o “homem de quem a Parahyba de há muito precisava para reguiar o desenvolvimento da política social”.<sup>883</sup>

Essa ideia era ajustada na medida em que Antônio Pessôa aparecia publicamente como um exímio administrador, compromissado e comprometido com o bem público, imagem amplamente difundida pela imprensa oficial da época. *A União*, por exemplo, sob a pena de Carlos D. Fernandes e a colaboração de Manuel Tavares Cavalcanti – este último, naquela época, intelectual intimamente ligado ao recém-fundado IHGP e Diretor Geral da Instrução Pública –, justificou que, “premido, houve s. exc.<sup>a</sup>, [Presidente do Estado] de reduzir as legítimas cifras orçamentárias, as despesas do funcionalismo, amputando os extranumerários, as gratificações arbitrárias e acumulações, de modo a não desorganizar nenhum dos ramos da

---

<sup>881</sup> Para Celso Mariz (1994, p. 199), no governo de Antônio da Silva Pessôa, “acima, pois, dos erros que a paixão política lhe fez acaso cometer, estará o conjunto de bons serviços, a série de atos grandes, de economia, de moralidade e de justiça [...]”. Publicada em 1922, a obra de Celso Mariz – *Apanhados Históricos* – estava intimamente ligada ao estilo de fazer história própria do Instituto Histórico e Geográfico da Parahyba criado em 1905. Ali, há uma valorização do republicanismo, traduzido na defesa de muitos valores e princípios republicanos, a exemplo do federalismo. No que tange a análise que o autor elabora sobre o epitacismo, como notou Melo (1994), a obra de Celso Mariz faz um louvor “as obras contra as secas da presidência de Eptácio Pessôa.” O que levaria a sua obra a aproximar-se do exercício produzido por José Américo de Almeida – *A Paraíba e seus Problemas* – publicada em 1923 que contou, aliás, com a ajuda do próprio Celso Mariz. Entre os historiadores do IHGP, a valorização da República e, por consequência, do grupo político – epitacismo – que ascendeu à cena política a partir de 1912, julgo importante perceber como os esforços do governo – no quadriênio 1912-1916 – para o ordenamento fiscal e crescimento econômico do Estado foi narrado na “Epitome de História da Parahyba” de Manuel Tavares Cavalcanti – lente e diretor do Lyceu Paraibano e da Escola Normal no Governo de Antônio Pessôa –, publicado em 1914. A obra aludida – primeira produzida com a colaboração dos intelectuais do IHGP e destinada para “uso nas escolas primárias” –, conforme o parecer que lhe concedeu circular nas escolas entre “os jovens alunos”, destacou – em seus capítulos XXXVIII e XXXIX – o empenho de Venâncio Neiva e seus auxiliares, incluindo Eptácio Pessôa “para remodelar os serviços públicos, de acordo com as normas do novo regime”. Sobre o governo de Castro Pinto e Antônio Pessôa, Cavalcanti afirmou “O Estado tem conseguido certo desenvolvimento industrial. Das suas culturas a que mais tem progredido é a do algodão, de modo que elle é hoje o maior produtor d’este gênero no paiz.” (1914, p. 105-110).

<sup>882</sup> Cf. Nóbrega, (9150, p. 130).

<sup>883</sup> Cf. *A Notícia*, jornal, Parahyba, 25 de julho de 1915.

administração pública.” Com uma linguagem bem parecida com a usada por Epiácio Pessoa no editorial do *Estado do Parahyba* em 1890 para defender as medidas governativas de Venâncio Neiva, a matéria destacava que “dessas primeiras medidas reclamadas pela gravidade da situação, resultou uma economia de 214.683\$200, no conjunto geral das despesas anuais”.<sup>884</sup>

Enquanto os apoiadores do governo tentavam justificar as ações de seu representante, a pena vigilante dos redatores do *Diário do Estado* movia o foco para o “algoz [Antônio Pessoa]” do funcionalismo público. Para eles, a exemplo “de um antigo e honrado funcionário público, com muitos anos de bons serviços prestados ao Estado”, as demissões recaíam sobre aqueles que não haviam votado “a 30 de janeiro nos candidatos epitacistas”. De maneira não menos dramática, para esses redatores, “não é possível que as aflições de tantas famílias, que veem os seus chefes atirados à penúria pelas perseguições asbitrárias de uma política sem entranhas, deixe de chegar ao throno do Senhor e de provocar as coletas do Eterno contra tanta maldade e tanta vingança aos vencidos”.<sup>885</sup>

Para imprensa wafredista, entre os redatores da *A União* havia um esforço para afirmar “que Antônio Pessoa veio salvar o Estado de um verdadeiro desbarato” e que, “para essa gente, o vice-presidente [em exercício] é mais liberal e tolerante de quantos políticos tem produzido a Parahyba”, desfocando, com isso, “o sistema de derrubadas”.<sup>886</sup> Referiam-se, por assim dizer, ao mecanismo político adotado por Antônio Pessoa – as derrubadas dos cargos públicos – que em pouco colaborou para eliminar a influência dos adversários junto ao governo. Reclamada pelos amigos ao longo de 1912 e 1915 – durante o governo de Castro Pinto – a medida acabou por abrir mais espaço para os epitacistas, contemplados no governo, seja por meio de cargos diretamente ligados ao Estado, seja através da chefia dos municípios.

Por outro lado, para os redatores do *Diário*, diferente da reorganização do Estado pintado pela *A União*, o aparente equilíbrio financeiro era algo natural, “com a entrada da safra, sem ser necessário que nenhum milagre do coronel que empunha actualmente as rédeas do governo e o alfanje de dominador”. Preocupados em desconstruir a imagem heroica com a qual a imprensa epitacista pintava Antônio Pessoa, para eles, diferente de representar a “Salvação

---

<sup>884</sup> Cf. *A União*, Jornal, Parahyba 11 de janeiro de 1916. Entre 1915 e 1916, o editorial d’ *A União* contou com a colaboração de Manuel Tavares Cavalcanti, sócio fundador do IHGP em 1905 e autor da famosa “Epitome de História da Parahyba” – já citada – publicada em 1914. Sobre as contribuições de Manuel Tavares Cavalcanti ao editorial de *A União* conferir edições comemorativas em homenagem aos 23 anos de fundação da folha oficial em *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 2 de fevereiro de 1916. Ver ainda, na mensagem governamental de Antônio Pessoa (1915, p. 6) menções ao relatório da instrução pública produzido por Manuel Tavares Cavalcanti. In. Arquivo de Antônio Pessoa, IHGP, localização AP: PPB A5G4P1, sem localização.

<sup>885</sup> Cf. Matéria intitulada “Ao meu algoz”. *Diário do Estado*, Jornal, Parahyba, 6 de novembro de 1915. Essa matéria, de título de efeito sugestivo, foi reproduzida em várias matérias do mesmo jornal em 1915.

<sup>886</sup> Cf. *Diário do Estado*, Jornal, Parahyba, 1 de dezembro de 1915. Ainda sobre as derrubadas, conferir, sob o título “Derrubada cruel”, em, *Diário Estado*, jornal, Parahyba 18 de novembro de 1915.

do Estado”, o ano de 1915 demarcou “a ascensão ao supremo poder regional do coronel Antônio Pessôa” que, em muitos aspectos, continuava com a “desastrosa” política financeira de “Dom Bibas – o extraordinário bobo parahybano.”<sup>887</sup>

#### 5.6.1.1 A Notícia: a empresa propagandista do governo de Antônio da Silva Pessôa.

A defesa das ações do governo ganhou substancial impulso através das páginas do jornal *A Notícia*, folha criada em 26 de junho de 1915, sob a influência dos “Jovens Turcos”, tendo Solon de Lucena como um dos idealizadores, juntamente com Celso Mariz e João Suassuna – esses dois últimos transformados em redatores da folha.<sup>888</sup> O órgão surgiu diretamente financiado pela família Pessôa, especialmente por Antônio Pessôa, estendendo a sua publicação até novembro de 1916, isto é, pouco tempo depois de encerrar-se o quadriênio 1912-1916. Ali, já nas primeiras edições após a posse de Antônio Pessôa, o jornal publicou sinteticamente uma espécie de *plataforma de governo*, nos termos dos próprios redatores, que seria incentivada “dia a dia, na arena jornalística”; tal plataforma traduzia-se em um conjunto de “teses” sobre os melhoramentos implementados no Estado, apoiadas em uma “rigorosa economia na aplicação das rendas públicas”, o investimento em obras e o desenvolvimento da indústria por meio do incentivo à produção agrícola, especialmente o algodão.<sup>889</sup>

---

<sup>887</sup> Na matéria, os redatores afirmam que, diferente das notícias veiculadas pela *A União* e *A Notícia*, o aumento na arrecadação do Estado em outubro de 1915, não se devia às ações do governo, era, antes “um periódico, realizado todos os anos pelo pagamento do imposto sobre indústria e profissão décima urbana que, sem se moverem, recebem na repartição [fiscal] os representantes do fisco”; pare eles, esse aumento da arrecadação também devia-se, diferente dos anos anteriores, ao aumento do algodão, vendido naquele ano “a 20\$, 22\$, 24\$ e no Recife já chegou até a 27\$.” Além disso, apesar de reconhecer o crescimento, citando o exemplo da recebedoria de Rendas de Itabaiana – “que no referido mês produziu mais do que em igual tempo do ano passado, 14:208\$000 [quatorze contos, duzentos e oito mil réis]” não havia justificativa para “continuar o funcionalismo com o mesmo atraso em seus vencimentos, como nos ominosos tempos de Dom Bibas [...]” Cf. *Diário do Estado*, 15 de novembro de 1915. Ver ainda, matéria intitulada “O Furor das Demissões”, publicada no *Diário do Estado*, Jornal, Parahyba, 20 de novembro de 1915.

<sup>888</sup> Com a criação do jornal *A Notícia*, a família Pessôa passava a contar com o apoio da imprensa oficial, com o jornal *A União*, destinada a transmitir o expediente administrativo – porém não desvinculou-se do conteúdo elogioso – e a redação de *A Notícia*, aparentemente mais inclinada a fazer a propaganda epítacista e, portanto, difusora de muitos traços do capítulo tradição familiar inventada no curso da década de 1910. Sobre isso é importante observar, na crítica opositora, que a relação editorial das duas filhas fora apelidada de “imprensa epítacista”, tratadas como “A imprensa oficial [*A União*] e a sua adherente [*A Notícia*]”. Cf. *Diário do Estado*, Jornal, Parahyba, 10 de dezembro de 1910.

<sup>889</sup> Conferir as promessas do Presidente Antônio Pessôa, publicadas sob o título “A Palavra do Governo”, em *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 27 de julho de 1915. O item ajuste das finanças do Estado ocupou as páginas de *A Notícia* em diversas edições. Em 22 de setembro de 1915, por exemplo, o jornal traduziu uma longa carta enviada por Arthur Achilles ao coronel Antônio Pessôa em que o primeiro detalha sua visão sobre o progredimento da Parahyba. Cf. *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 22 de setembro de 1915. Ver ainda a criação do “Comitê Pró-flagelados”, criado para distribuir as ajudas dos Estados, em *A Notícia*, jornal, Parahyba, 3 de dezembro de 1915.

Esse comportamento fez do jornal um importante instrumento de promoção e difusão não apenas das obras do governo, mas *da tradição familiar Pessôa*, de maneira especial, avultando a participação política dos Silva Pessôa de Umbuzeiro no controle político e administrativo do Estado. Em suas páginas, por exemplo, Antônio Pessôa era frequentemente citado de forma contundente, reafirmando seus valores, sua suposta energia como chefe político inclinado a comandar a Paraíba. Diante da volumosa produção de matérias, mesmo que em um curto espaço de tempo – pouco mais de um ano –, estou convicto que a contínua menção do nome de Antônio Pessôa – sugestivamente no dizer dos redatores, incentivado dia a dia de maneira direta ou indireta – foi suficiente para criar uma memória entre seus contemporâneos, independente de quão elogiosa fosse essa menção. Nesse ponto, é possível falar em um esforço coordenado para criar a imagem mítica de Antônio Pessôa na Paraíba, a partir de um intenso ajustamento de memória, em que o seu nome e a sua imagem foi incorporada ao governo, incluindo todas as suas realizações.<sup>890</sup>

Lendo as páginas do jornal *A Notícia*, por exemplo, é possível perceber o esforço dos redatores em traduzir o que poderíamos chamar de *pilares da administração* de Antônio Pessôa. As medidas contra o analfabetismo, com a criação de novas escolas; as reformas e construções de obras públicas e, por fim, o combate contra as secas no desenvolvimento agrícola do Estado foram noticiadas como medidas diretamente ligadas ao nome de Antônio Pessôa e, por conseguinte, da representação paraibana na câmara e no senado federal.<sup>891</sup> No último item, aliás, como apontado, o mais novo membro do grupo – “Jovens Turcos” que a eles juntou-se por volta de 1917 –, José Américo de Almeida, não economizou na tinta para assinalar os esforços dos irmãos Pessôa no combate às secas.

Quando narrou os efeitos da seca de 1915 sobre a Paraíba, por exemplo, afirmou que “logo que se acentuou o mal, os fazendeiros adotaram o aviso de conduzir as boiadas às feiras

---

<sup>890</sup> Esse esforço coordenado, apesar de curto, durou pouco mais de um ano – de junho de 1915 a novembro de 1916 – faz lembrar da leitura de Girardet, (1987, p. 64), para quem, dentro da dramaturgia política, o mito do “Salvador” por vezes surge destinado a um “futuro bastante curto, mas, por um momento, suficientemente poderoso, suficientemente coerente, suficientemente atrativo também para fixar a atenção, reter a reflexão.”

<sup>891</sup> Para citar alguns exemplos das obras e ações noticiadas como execuções diretas de Antônio Pessôa – além das obras federais citadas no exemplo das orientações políticas dos Jovens Turcos – por ordem, sobre o Analfabetismo conferir criação de 17 escolas primárias no interior, e criação de escolas noturnas por meio do decreto Estadual nº 765/1915, publicado em *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 29 de janeiro de 1915. Ver ainda, na mesma matéria, a referência à Antônio Pessôa, “o governador que sob o regime republicano maior número de escolas há creado”. Sobre a instalação do Grupo Escolar Thomás Mindello, na capital, ver *A União*, Jornal, Parahyba, 10 de setembro de 1916. Disponível em Arquivo de Antônio Pessôa, IHGP, localização AP: RJ A5G4P1, sem numeração. Sobre a adesão da Paraíba ao congresso do Algodão, conferir *A Notícia*, jornal, Parahyba, edições de 12, 15 e 18 de março de 1916; sobre as reformas do Palácio das Trincheiras feita pelo “architecto Paschoale Fiorillo” em *A Notícia*, 3 de maio de 1916. Ver nesse caso, a menção às constantes visitas feitas por Antônio Pessôa às obras acompanhado dos redatores da Imprensa oficial – jornal *A União* – e do jornal *A Notícia*.



de Campina Grande e Itabaiana e vende-las a qualquer preço”, destacando os prejuízos trazidos ao Estado. Em 1916, lembra José Américo, diante da insistência do chefe do Estado – Antônio Pessôa – em chamar atenção em sua mensagem de 1º de março para o grave problema, “os efeitos do cataclismo foram, dessa vez, aliviados por uma série de circunstâncias providencial”. Segundo ele, interveio, para tanto, “o prestígio nacional do Dr. Epitácio Pessôa, que voltara a militar na política do Estado, fora iniciada. À adoção dos poderes locais veio juntar-se a assistência federal. Foram iniciadas obras de açude e estradas”. Esse auxílio “evitou maior convergência da população para os brejos e o litoral atalhou outros prejuízos”.

No pioneiro trabalho de José Américo, portanto, essa foi a primeira menção da segunda fase da atuação política de Epitácio Pessôa, a quem tratava como “Homem do Norte”. Nesse período, Epitácio havia atuado juntamente com Antônio Pessôa para combater um dos maiores problemas da Paraíba, os efeitos da seca. Lendo a sua obra, de 1916 em diante, a impressão que se têm é que o Estado da Parahyba caminhava para uma nova fase das políticas contra as secas, isto é, transitava rumo a “Redenção” sob égide dos irmãos Pessôa.<sup>892</sup>

#### 5.6.2 A posse do novo governo: o expediente teatral dos redatores de *A Notícia*.

Exemplo desse esforço está na maneira como o jornal noticiou – estampado em sua primeira página – o evento da posse de Antônio Pessôa. Segundo os redatores, esse evento foi marcado por uma grande festa, iniciada com a viagem de transferência do novo presidente de Umbuzeiro à Capital do Estado.<sup>893</sup> A viagem aludida havia ocorrido entre o dia 21 e 22, quando

---

<sup>892</sup> Cf. Almeida (1980, p. 186-187). Os elogios que José Américo de Almeida faz as obras do IFOCS, especialmente nos capítulos intitulados, “O Homem do Norte” – capítulo V – e a “Redenção” – Capítulo VI – “os egrégios” colaboraram para ajustar uma memória positiva das ações de Epitácio e, no exemplo citado, também de Antônio Pessôa no combate as secas. No caso de Epitácio Pessôa, foco maior na análise do autor, desde as suas ações como deputado Federal – especialmente em seu combate sobre a desigualdade das representações estaduais no pacto federativo reafirmada pela constituição de 1891 –, havia colaborado com “o pensamento de salvação do nordeste”. Em sua visão, nessa fase, “O Homem do Norte”, increpava no parlamento “a injustiça do passado [monárquico] e lhes apontava outra orientação”, fazendo a Paraíba emergir “de sua obscuridade para uma compensadora evidência.” (*Idem*, 1980, p. 298-299). Na segunda fase – “A redenção” – cujo título é bastante sugestivo por coincidir com a presidência de Epitácio Pessôa (1919-1922), que trouxe, enfim, “os melhoramentos da Paraíba.” Essa impressão foi recebida com agrado por Epitácio Pessôa que, em carta encaminhada ao autor da obra em 7 de março de 1924, afirmou, “[...] – só há poucos dias pude encetar a leitura da – ‘A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS’. Não tenho avançado muito, porque outras preocupações me tomam o tempo. Pelo que já li, porém, pressinto ser obra que faz honra aos seus já consolidados créditos de escritor. Comoveu-me sobremodo o pensamento que a inspirou [a obra] ao Governo, assim como muito me desvaneceu a ideia deste de confiá-la à pena tão capaz. Com todo o apêço e simpatia, – at.º col.ª, adm. obr.º, (a) Epitácio Pessôa.” Cf. De Epitácio Pessôa à José Américo de Almeida, Petrópolis, 7 de março de 1924. Disponível no Arquivo de Epitácio Pessôa, IHGB, liv. 12, folha 242. Cópia disponível em PESSÔA, Epitácio, (1962, p. 350-351).

<sup>893</sup> Matéria de conteúdo similar também foi publicado no jornal *Correio de Campina* em edição de 25 de julho, sob o título Governo do Estado: A posse do coronel Antônio Pessôa – o seu discurso – outras notas”. Sobre a distribuição dos 20:000\$000 – vinte contos de réis – de que falar Almeida (1980, p. 187) enviados pelo Governo

Antônio Pessôa chegou à Capital da Parahyba acompanhado de sua família, entre eles, Margarida D'Assumpção Santiago Pessôa, Antônio Pessôa Filho, e de sua filha “madmosele Clarice Pessôa” e muito provavelmente de João Suassuna e de Solon de Lucena e demais parentes e amigos íntimos. Era uma tarde de sábado e, segundo os redatores, a recepção se deu na *gare* central, “por grande multidão que se estendia pela praça Alvaro Machado, onde uma companhia da Força Policial prestou continência”, seguido de “gyrandolas e música”. À noite, um jantar íntimo foi servido para o coronel e seus convidados na casa do coronel Heráclito Siqueira, onde ficou hospedado. A cerimônia de posse estava marcada para a segunda feira, dia 24.<sup>894</sup>

Naquele dia, as 13 horas, no edifício do Lyceu Paraibano deu-se a transferência de posse em que Castro Pinto “em breve e significativas palavras, passou o governo ao seu substituto, entregando-lhe minucioso relatório sobre todos os serviços do Estado em geral.” Na descrição do jornal, o cenário da posse aponta para a montagem de um palco em que, a frente do edifício, “formou-se luzida guarda de honra, sob o comando do coronel Costa Villar.” A frente da residência presidencial, onde o coronel Pessôa instalou-se com a família, “assitiram eles [Castro Pinto, Antônio Pessôa e demais presentes] ao desfilar garboso da polícia”, dando tonalidades oficiais ao evento. Ainda no Lyceu Parahybano, o discurso de posse de Antônio Pessôa, reproduzido nas páginas da *A Notícia*, *A União* e do *Correio de Campina* no dia seguinte, permite entender o simbolismo daquele evento para, como sinalizado, formatar o capítulo da tradição familiar escrito pelos irmãos Pessôa e seus auxiliares e colaboradores da imprensa a partir de 1911. Vale a transcrição de trechos do documento.

[...] Bons intuitos não me faltam; e ao contrário, sobra-me disposição moral para não desmerecer o brilho da obra ingente que vinham levantando o talento, a cultura, o civismo e a probidade intangível do grande estadista. Mas, um só momento, não me enche a fatuidade de alcançar o mesmo descortino e imprimir aos negócios públicos o mesmo impulso, impulso e destino assinalados pelo cunho de uma verdadeira superioridade.

Surpreendido pela deliberação do dr. Castro Pinto, de passar-me o governo, não me deixou a ordenação dos meus serviços particulares tempo de assentar idéias sobre minha acção administrativa de acordo com a praxe de se render ao povo essa deferência que, em ultima analyse, não deixa de representar a obrigação assumida pelos que exercem qualquer mandato de character eletivo. [...]

A diretriz, pois, do meu governo está traçada: não há razões superiores para se quebrar a continuidade administrativa, que, além do mais, reflete a harmonia de vistas e inteira

---

de São Paulo, e a ajuda do Governo de Minas Gerais, conferir *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 25 de setembro de 1915. A repercussão da famosa mensagem 1º de maio de 1916 – citada por José Américo de Almeida (1980, p. 187), em que Antônio Pessôa expôs os efeitos da seca e as medidas do Estado e Governo Federal – aparece no editorial de *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 4 de maio de 1916. Contexto em que Epitácio Pessôa visitou a Paraíba – e a redação d’ *A Notícia* – com o objetivo de acertar a indicação do nome para eleição do governo, marcada para 22 de julho daquele ano.

<sup>894</sup> Conferir *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 23 de julho de 1915.

solidariedade que sempre reinou entre os principais responsáveis pela administração do Estado. [...]

Assim, compreendo que, em face da afflictiva situação financeira e econômica do Estado, o maior cuidado de S. Ex., d'ora avante, seria o de remedia-la ou, pelo menos, minora-la com medidas de rigorosa economia, restringindo, quanto antes, e com máximo empenho, as despesas públicas ao seu mínimo.

Eis, em synthese, a minha suprema aspiração no pequeno lapso de tempo que hei de ocupar a cadeira da presidência. Para isso, é de ver, conto com a dedicação, inteligência e patriotismo dos meus dignos auxiliares, com a imprescindível cooperação do partido que sou filiado e, ainda e sempre, com as luzes e o entendimento desse grande cidadão que, neste posto, tanto há elevado o nome da Parahyba.

A orientação política do meu governo, era escusado dizel-o, recebe a firme e declaradamente do chefe do partido a que desvanecidamente me honro de pertencer e que se ufana de possuir em suas fileiras, como um dos mais eminentes vultos a figura gloriosa de João Pereira de Castro Pinto.

Inspirado na lição cívica desse brilhante espirito, assumo o governo com as disposições mais liberais: sem ódios, sem mesquinhas prevenções. No desempenho dos meus deveres, no tocante ao bem da coletividade, o meu governo aceitará a colaboração de todos os parahybanos de boa vontade; quando as garantias e direitos individuaes, - a lei acima de tudo. Dentro, porém, da esfera política estarei sempre com aquelles que por sua lealdade e elevação de vistas, são capazes de manter a coesão e a disciplina necessária ao soerguimento moral do partido, collocando-o acima do nível das paixões, das vindictas e dos interesses pessoases.

Enfim, sobre todos os pontos de vista, o meu lema é e será aquelles que, actualmente, constitue o supremo ideal do partido dominante no Estado:

- Tudo pela Parahyba!<sup>895</sup>

No longo discurso, recortado em trechos significativos aos propósitos da presente análise, Antônio Pessoa fez uma autorepresentação de si, destacando seus valores morais e políticos, cujos princípios sintetizaram na frase *“Tudo pela Parahyba”*. A frase, publicamente entonada, tendeu a ajustar a memória da diretriz geral de sua orientação política, qual seja o Estado não seria mais uma benfeitoria de determinadas lideranças políticas, reforçando a ideia, propalada pelos redatores de *A Notícia* de que era preciso moralizar a cousa pública.<sup>896</sup> O simbolismo da mensagem encontrava ecos na transcrição do telegrama de Epitácio enviado à Parahyba e publicado nas páginas de *A Notícia* em 27 de julho. Ali, destacou-se o “tom incisivo” – como uma forma de “impor ao amor e respeito do povo” – da “recomendação patriótica” do “chefe dominante ao seu irmão que vem de assumir o governo”; em seus termos

<sup>895</sup> Reafirmando a imagem do chefe/amigo/pai, os redatores afirmaram teatralmente, “S.exa. parece-nos um homem de acção e, praza aos céus, nos não enganemos nesse reclamar de vistas pela physionomia sisuda e expressiva do respeitável patricio.” *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 25 de julho de 1915.

<sup>896</sup> Na mesma tarde, o cel. Pessoa e seus auxiliares comunicaram a sua posse às principais autoridades da República. A recepção ao primeiro discurso do Cel. Pessoa, em termos de impressões captadas no meio da opinião pública, circulou pelas páginas d’ *A Notícia* ainda na terça feira, dia 27 de julho. Para os redatores, era “por demais promissora a nossa expectativa quanto aos intuitos ss. Exa. na direcção dos públicos negócios, diante do que nos disse, o cel. Pessoa, naquele documento que sobremodo o honra e dignifica”. Na matéria, os redatores passam a declarar apoio incontestado às ações do governo a quem não duvidam cumprir as promessas de exercer “a mais rigorosa economia na aplicação das rendas públicas”. *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 27 de julho de 1915.

“Congratulações posse. *Faça ao Estado o maior bem possível*, o que será mais bello título benemerencia, mais forte escudo contra as injustiças”. (Grifos meu).<sup>897</sup>

#### 5.6.2.1 Os ecos do discurso: A Paraíba sob o comando dos irmãos Pessôa.

Traduzida pelo coronel Pessôa sob o lema “Tudo pela Parahyba”, no jogo retórico criado pela imprensa as frases foram reunidas para reafirmar, simbolicamente, o predomínio da família na política paraibana; demarcando, para tanto, a aparente entrada do Estado em uma nova fase político/administrativa.<sup>898</sup> Seus entusiastas, por sua vez, não tardaram para trazer ao reconhecimento do público “os bons auspícios” da administração paraibana sob o comando dos “patrícios filhos de Umbuzeiro.” Em 29 de julho, por exemplo, *A Notícia* publicou, em sua primeira página, um longo artigo assinado por Arthur Aquilles sob o título: “Boas Impressões: ‘faça ao Estado o maior bem possível’”. Para o autor, as palavras do telegrama e tradução do discurso de posse expressavam:

[...] o amor fraternal que as dictou, num momento psicologico, em que as graves responsabilidades assumidas pelo sr. Vice-presidente do Estado abalaram o coração do seo irmão e chefe e o determinaram aquele solene conselho, tanto mais expressivo, quanto mais simples, claro e positivo, na respectiva conceituação.

‘Faça ao Estado o maior bem possível’...

É simples, claro e positivo o parecer; vale, na simlleza dos seos termos, por uma carinhosíssima solicitude, em prol de pessoa bem amada para que se não adeaute, desprevenida de boas advertências, na senda de um certo *martyrologio*; mas, além de tão belo intuído, correspondente ao desvelo de veraz amizade, tome a phase, do ponto de vista da personalidade política de quem a traçou, e ella avultará como um eloquente programma de governo, colimando, em meio da fallencia geral do regime vigente, um princípio político verdadeiramente patriótico. [...]

O sr. dr. Epitácio Pessôa, depois da victoria obtida numa tremenda lucha de interreses, puramente facciosa [...] A parece-nos, no entanto, calmo e sereno, empenhado na reconstrucção dos interesses que a lucha anarchizou e proclamando a suprema necessidade de se conduzir a Parahyba a um estádio de brilhante progresso.

‘Faça ao estado o maior bem possível’.

Quer dizer: - governe-o com justiça!

E o sr. coronel Antônio Pessôa, afirmando-se um cavalheiro de súbito critério e acentuado bom senso, ao assumir a administração, como advinhando, espiritualmente, os intuitos do seu eminente chefe, proclamara, em sua exposição escripta, a firme resolução de *tudo pela Parahyba collocando a lei* acima de todas as preocupações.

A minha impressão é a de confiança, mesmo de uma larga confiança nos efeitos benéficos de tão perfeita harmonia de vistas entre os dous maiores responsáveis pela nova situação, que os últimos acontecimentos depararam ao Estado; e as francas manifestações de ambos, irmanados pelo sangue e pelos sentimentos, geram no espírito público a convicção de que os mais elevados interesses da Parahyba vão se

<sup>897</sup> Conferir telegrama, Rio, Epitácio L. da Silva Pessôa. In. *A Notícia*, jornal, Parahyba, 27 de julho de 1915.

<sup>898</sup> Essa ideia foi afirmada pelo Jornal do Recife, Jornal, Recife, 13 de outubro de 1916. Na matéria, sob o título sugestivo de “Actualidades Parahybanas”, os redatores fazem uma apresentação das condições precárias com que Antônio Pessôa havia assumido o Estado, e destacam que ele “traçado o roteiro de sua conducta na áspera restauração financeira, que lhe era duramente impostas pelo império das circunstancias”.

rumar pelas brilhantes etapas da paz nos espíritos; do respeito absolutos aos direitos adquiridos; da aliança de todas as energias capazes de promover e realizar a felicidade do Estado; [...]

‘Faça ao Estado o maior bem possível’.

[...] ella afirma a necessidade de se levar a Parahyba a melhores destinos, mediante um governo de paz e confraternização.

Seja o sr. coronel Antonio Pessôa o anjo dessa paz e dessa confraternização e merecerá as bênçãos da posteridade.<sup>899</sup>

No elogioso artigo, politicamente Epitácio e Antônio Pessôa (re) assumem a face dos personagens martirológicos – São Epitácio e Santo Antônio – num apelo dramático para reconhecer em suas ações as marcas do combate e da justiça. Importante lembrar, no caso de Epitácio Pessôa, que essa imagem (re)aparece de maneira vigorosa na representação criada por Gabaglia Pessôa para referir-se à escolha, feita por José Pessôa, do nome de seu filho caçula, “nome de que ele não gostaria, mas que iria assumir, no decurso de uma carreira pública prestimosa, a ressonância de um nome de guerra.”<sup>900</sup> No caso de Antônio Pessôa, a partir de matérias como essa, destacava-se a imagem do “amigo, a dignidade inteiriça do homem público”.<sup>901</sup> Imagens logo satirizadas pela imprensa, diante das supostas perseguições emplacadas aos adversários do Governo.

#### 5.6.2.2 A pena dos walfredistas e a (des)construção da imagem caricata dos *estadistas*.

Segundo os redatores do *Diário do Estado*, por exemplo, a frase proferida pelo então presidente Antônio Pessôa, “ao receber das mãos tremulas do seu antecessor as rédeas (é o termo) do governo”, teve por objetivo “com espanto geral dos amigos”, prometer “garantias a gregos e a troianos”. Porém, ironizando a frase telegrafada pelo irmão – “faça ao Estado o maior bem possível”, era “impossível o que lhe pediam; sob os seus pés estava a legião ululante dos *amigos*, de dentes cerrados, ganindo vingança e pendido rações...”<sup>902</sup> Já a partir desse momento, sob a pena dos redatores do *Diário*, repetiu-se, por várias vezes que “os atributos de estadista [atribuídos à Antônio Pessôa], com que o enfeitam os jornalistas officiaes” era uma forma de

<sup>899</sup> A Notícia, Jornal, Parahyba, 29 de julho de 1915. Ver ainda, sobre a fase dos “largos avanços” que entrara a Parahyba sob o comando dos irmãos Pessôa, ver A Notícia, Jornal, Parahyba, 18 de setembro de 1915.

<sup>900</sup> C.f. Gabaglia Pessôa (1951, p. 23).

<sup>901</sup> Conferir matéria intitulada, o “Governo Actual”, publicada no Jornal A Notícia, Jornal, Parahyba, 28 de setembro de 1915.

<sup>902</sup> Desde então, completa o redator, “não tem ficado pedra sobre pedra; são cinco meses de derrubada doida, de destituição geral de funcionários públicos dos mais limpos, os mais garantidos, os mais antigos para abrir-se vaga necessária para o parente, para o compadre, para o aderente. Estão quase todos collocados.” Conferir sob o título “Situação afrontosa”, em *Diário do Estado*, Jornal, Parahyba, 21 de novembro de 1915. Ver ainda, sobre a crítica ao governo de Antônio Pessôa, *Diário do Estado*, Jornal, Parahyba, 27 de novembro de 1915; e matéria intitulada “Situação Afrontosa – o triste fim de um governo”, em *Diário do Estado*, Parahyba, 28 de novembro de 1915.

mitifica-lo “ante a opinião pública.”<sup>903</sup> Para esses redatores, acompanhando o expediente da imprensa oficial nos primeiros meses de governo, desde que assumiu a presidência do Estado, Antônio Pessôa, “funcionário da alfandega do Rio e possuidor de gados e terras no Umbuzeiro”, passou a receber os “qualificativos de *estadista, homem de altas capacidades e rara energia cívica, etc., etc.*” (Grifos no original). De “então para cá, o sr. Antônio Pessôa é coberto, todos os dias, dos mais rasgados encômios, excedendo em talento, ilustração, descortino administrativo ao pobre e esquecido Dom Bibas...”<sup>904</sup>

Já o “doutor Epitácio Pessôa”, ironicamente observou o redator, entre “fogos e fatos”, dia a dia “loas em todo tom são levantadas a glória do grande poderoso chefe da situação dominante [...]”; homem que, “segundo se espera, fará da Parahyba um segundo Estado de São Paulo, rico próspero e invejado. Estradas de ferro, redes telegráficas, vias carroçáveis, escolas profissionais, um mundo de progresso e civilização [...]”, vislumbram os contentadores “do senador Epitácio Pessôa, senhor e possuidor da terra heroica de Vidal de Negreiros, Maciel Pinheiro e Peregrino de Carvalho.” Afirmativas da imprensa epitacista que, segundo o redator, “ninguém pode pôr em dúvida”, pois “seria descrer da força dessa divindade brasileira tão em evidência no mundo inteiro”. Ajustamento necessário, para que “os nossos patrícios” modifiquem “o seu juízo a respeito do patriotismo do sr. senador Epitácio Pessôa, visto como sua exc. sempre viveu esquecido de seu berço natal, lá pelas altas regiões da aristocracia carioca, pela velha Europa e pelo Supremo Tribunal de Justiça, como milionário e homem de bom tratamento.”<sup>905</sup>

De acordo com a visão dos opositores, especialmente difundida pela imprensa walfredista – jornal *Diário do Estado* – aperfeiçoada ao longo da segunda metade da década de 1910, tais matérias encarregavam-se por ajustar a imagem altaneira do “Condor de Umbuzeiro”, avultando “o seu gorgueio de patativa do Norte” ante “o concerto de seus aliados.”<sup>906</sup> Nesse quesito, como notou os redatores do *Diário*, amparada por um intenso trabalho de ajustamento, os traços que caracterizavam *a tradição familiar Pessôa* em 1915 encontravam ecos não apenas no Estado, posto que também era, estrategicamente entabulada na imprensa regional e carioca através dos correspondentes telegráficos. Um dos jornais da Capital da República, *O Paiz*, escreveu em seu editorial de 7 de fevereiro de 1916 sob o título “Bons Auspícios”,

<sup>903</sup> Cf. *Diário do Estado*, Jornal, Parahyba, 19 de janeiro de 1916.

<sup>904</sup> Cf. *Diário do Estado*, Jornal, Parahyba, 21 de janeiro de 1916.

<sup>905</sup> Cf. *Diário do Estado*, Jornal, Parahyba, 2 de dezembro de 1915.

<sup>906</sup> Conferir crônica da coluna Abróllhus, sobre a participação de Epitácio Pessôa como delegado da Comissão brasileira na conferência de Versalhes, em *Diário do Estado*, Parahyba, 12 de dezembro de 1918.

De há muito que o Estado da Parahyba do Norte vem atraindo a atenção do todo o nosso paiz pela prátiva de boas normas republicanas nessa unidade da federação. Data da ascensão do Sr. Castro Pinto ao governo do Estado uma completa modificação nos processos políticos e administrativos da Parahyba, que passou a ser um Estado capaz de servir de paradigma aos demais competentes da Republica federativa em que vivemos, dando-lhe exemplo do que é a execução dos são princípios democráticos e das verdadeiras normas republicanas. [...] A semente lançada pelo senhor Castro Pinto na sua terra floresceu e frutificou, seguindo-lhe o seu sucessor no governo da Parahyba as suas pegadas e continuando a imprimir aos seus actos o característico de uma acção emminantemente democrática e genuinamente republicana. Pelos Jornaes da Parahyba vê-se o quanto o actual governador daquelle Estado se tem empenhado para prosseguir na obra de reorganização administrativa encetada pelo Sr. Castro Pinto. O coronel Antônio Pessôa, que é um espírito lúcido e ponderado, compreendeu, com justeza, a situação da sua terra natal e assentou em aplicar-lhe a therapeutica reclamada para tais casos. Na época em que vivemos, em uma crise financeira assoberbada, universalmente, povo e paizes, o regime da mais completa e da mais inteligente se impõe. E o coronel Antônio Pessôa, compenetrado das suas funções de administrador, que não só deve a tudo prover, mas deve ainda tudo prever, tem procurado cortar todas as despesas adiáveis do seu Estado, limitando-se a dotal-o apenas do aparelhamento absolutamente necessário a amparar a sua evolução, o seu desenvolvimento e o seu progresso. [...]<sup>907</sup>

Aparentemente ajustada pela tinta dos correspondentes ligados ao Presidente da Parahyba, a matéria é emblemática por estabelecer o corte temporal – 1912 – para demarcar o início da nova *era política administrativa do Estado* governado por Antônio Pessôa e, sugestivamente, pelo senador Eptácio Pessôa. A longa matéria que traduzia “Os bons auspícios” foi amplamente explorada pelas páginas de *A Notícia*, como um “ponderado trabalho de crítica administrativa”, destacando as ações do coronel Antônio Pessôa que, segundo o editorial de *O Paiz*, previa “assegurar a nossa terra [referindo-se ao Estado da Parahyba] um futuro dos mais animadores”. Esse ajustamento coordenado, certamente acompanhado de perto pelo próprio Antônio Pessôa e Pessôa Filho, é um sinal de como a propaganda epitacista pretendia ser mais eficiente que os seus opositores, alargando o campo de atuação em torno do (re) conhecimento da orientação política/administrativa que financiava o seu editorial.<sup>908</sup>

A propósito, considero importante perceber que apesar da forte crítica do *Diário do Estado*, no enredo criado em 1915, o apelo dramático da imprensa epitacista pretendeu ecoar pelo Estado – e, pelo exemplo citado, também fora dele – esforçando-se por fazer aderir no

<sup>907</sup> Cf. Recorte de Jornal de *O Paiz*, jornal, Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1916. Disponível no IHGP, Arquivo de Antônio Pessôa, localização AP:RJ – A5G4P1. Sem numeração.

<sup>908</sup> Conferir, sobre “Os Bons Auspícios” de *O Paiz*, *A Notícia*, jornal, Parahyba, 19 de fevereiro de 1916; a matéria publicada no jornal *O Paiz* em 7 de fevereiro, foi reproduzida na íntegra na edição de *A Notícia*, jornal, Parahyba, 20 de fevereiro de 1916. Importante observar, na análise do conteúdo produzido pelo jornal, as matérias que dão conta da visita de Antônio Pessôa Filho e, por vezes, do próprio coronel Antônio Pessôa – ou de ambos – a sua redação. Uma delas ocorreu na noite do dia 11 de fevereiro de 1916 – poucos dias antes da publicação da aludida “Bons Auspícios”. Cf. *A Notícia*, Jornal, Parahyba 12 de fevereiro de 1912. Ver ainda, visita Antônio Pessôa Filho, em *A Notícia*, jornal, Parahyba 26 de novembro de 1915; e de Carlos Pessôa a redação de *A Notícia*, jornal, Parahyba, 24 de dezembro de 1915.

imaginário político paraibano à crença de que Epitácio e Antônio Pessôa estavam irmanados no soerguimento político, econômico e social da Paraíba. Difundida pela imprensa oficial, portanto, a mensagem estava dada e a peça entrava em cartaz na medida em que os seus personagens apareciam com os papéis definidos em um roteiro prefixado. Durante a sua execução, porém, conforme veremos no próximo capítulo, o drama real da vida cotidiana tendeu a alterar o roteiro.





CAPÍTULO VI  
TEMPOS DE  
CRISE E  
(RE)AJUSTES DA  
MEMÓRIA

1916 - 1942

## CAPÍTULO VI

*De um lado, o esquecimento nos amedronta. Não estamos condenados a esquecer tudo? De outro, saudamos com uma pequena felicidade o retorno de um fragmento do passado arrancado, como se diz, ao esquecimento. As duas leituras prosseguem no decorrer de nossa vida [...].*

P. Ricoeur.

### 6.1 O BOLETIM DA SAÚDE DO PRESIDENTE ANTÔNIO PESSÔA.

Pouco tempo após assumir o governo da Paraíba, paralelo às matérias em que enalteciam as ações do governo, *A Notícia* começou a publicar pequenas notas – traduzidas em uma espécie de *boletim de saúde* – informando aos leitores do Estado que “s. exa. [Antônio Pessôa] passava incomodado em sua saúde”, por vezes, impedindo de realizar “no salão provisório, as audiências públicas no Lyceu, representando-o ali o exmo sr. dr. Secretário Geral [Antônio Pessôa Filho].”<sup>909</sup> Em grande medida, tais notas eram motivadas pelos constantes ataques do *Diário do Estado* que, na visão dos redatores da imprensa epitacista, havia recebido o governo de Antônio Pessôa debaixo “de uma crítica tremente”.<sup>910</sup> Em outubro, por exemplo, as constantes alterações na saúde foram objeto de boatos que exploravam a suposta renúncia do presidente do Estado. Esses boatos eram traduzidos como duros “comentários sobre a orientação política do eminente chefe senador Epitácio Pessôa”, uma vez que sinalizavam o enfraquecimento de sua liderança e do grupo político que representava.<sup>911</sup>

Para detê-los, a imprensa epitacista apressou-se em firmar não apenas que “o sr. coronel Antônio Pessôa jamais fez declarações de deixar o governo”, mas que “hontem, s. exc. bem disposto, deu em pessoa a primeira audiência pública da semana no salão provisório.”<sup>912</sup> Nesse

<sup>909</sup> Sobre isso, conferir *A Notícia*, Jornal, Parahyba, nas edições de 7, 14 e 19 de setembro de 1915. Ver ainda, notícias sobre o estado de saúde de Antônio Pessôa *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 12 de março de 1916.

<sup>910</sup> Cf. Sobre “a tática da oposição” e a forma “como o *Diário do Estado* recebeu o governo do coronel Antônio Pessôa”, conferir *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 24 de julho de 1915.

<sup>911</sup> Cf. *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 19 de outubro de 1915. Importante observar, nos supostos boatos publicados no *Diário*, que uma semana antes, a 12 de outubro, o dr. Pedro Bandeira – 2º Vice-Presidente do Estado indicado pelos alvaristas/walfreditas em 1911 –, apresentou o seu pedido de renúncia em ofício encaminhado a Assembleia e ao Presidente Antônio Pessôa. Essa renúncia, aparentemente motivada para assumir um cargo de juiz local, abria a vaga na sucessão presidencial, caso ocorresse mediante renúncia, certamente preenchida por um nome diretamente ligado ao epitacismo. Cf. *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 12 de outubro de 1915. *O Diário do Estado* publicou em 29 de dezembro matéria sobre “a negociata realizada a tantas da noute, na cidade de Guarabira pelos senhores Solon de Lucena e Cunha Lima” com Pedro Bandeira, sobre a ocupação de uma vaga de juiz. *Diário do Estado*, Jornal, Parahyba, 29 de dezembro de 1915.

<sup>912</sup> Apesar das afirmativas, os redatores reconheciam, “é verdade que s. exc., sentindo-se, conforme é sabido desta capital, há um mez, com a saúde bastante alterada, pensou em passar alguns dias inteiramente fora dos serviços

tipo de matéria, os boatos da debilidade do seu estado de saúde eram rapidamente silenciados em face da aparente disposição em tocar o expediente do governo. A negociação das imagens do *líder debilitado em sua saúde* e a do *administrador enérgico e operoso* ditou grande parte do conteúdo das matérias publicadas sobre Antônio Pessôa e o governo da Paraíba entre fins de 1915 e a primeira metade de 1916, período que correspondeu a fase final do quadriênio iniciado em 1912. Havia aqui, um esforço sistemático para não demonstrar as fraquezas físicas do maior líder epítacista no Estado.

#### 6.1.1 Do *boletim de saúde* ao *informativo administrativo*: a aparente energia de Antônio Pessôa no fechamento do quadriênio 1912-1916.

Em maio de 1916, Antônio Pessôa deixou a cidade de Parahyba do Norte – onde havia se instalado provisoriamente desde julho anterior – em direção à cidade de Itabaiana, com vistas a cuidar da saúde, ficando hospedado na casa de Manuel de Azevedo.<sup>913</sup> Para justificar a sua ausência da capital, os redatores d’*A Notícia* foram substituindo o *boletim de saúde* pelo *informativo administrativo*, isto é, um conjunto de matérias que sublinhavam a operosidade do presidente, aparentemente focado na administração estadual.<sup>914</sup> Esse expediente foi intensificado no início de julho quando Antônio Pessôa reinstalou-se na capital. Nesse período, os redatores compilaram uma série de notícias que demonstravam a suposta predisposição do então presidente em acompanhar, vistoriar, iniciar e concluir o andamento de serviços em obras públicas.<sup>915</sup>

É nesse sentido, por exemplo, que *A Notícia* destacou as reuniões realizadas no Palácio das Trincheiras para tratar do esgoto da capital, referenciado “como alto problema que é a maior aspiração da parte culta do nosso povo” – bem como alvo de severas críticas do *Diário do*

---

obrigatórios e contínuos da administração, em benefício do seu repouso e tratamento”. Cf. *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 19 de outubro de 1915.

<sup>913</sup> Conferir estada do coronel Pessôa em Itabaiana, *A Notícia*, Jornal, Parahyba, edições de 23 e 24 de maio de 1916.

<sup>914</sup> Nesse expediente, a aparente operosidade era traduzida como sinônimo de sua energia e vitalidade, destacando-se, por exemplo, que por vezes o presidente do Estado atendia os amigos e correligionários até altas horas da noite nas dependências do Palácio da Trincheiras. Sobre isso, ver *A Notícia*, Jornal, Parahyba, edições de 26 e 27 de maio de 1916; e edições de 3, 8, 13, 17, 21, 22 e 23 de junho de 1916. Nessas últimas edições, isto é, de 24 de maio a 23 de junho, o jornal publicou uma espécie de agenda semanal na qual informava sobre as vindas do coronel Antônio Pessôa à capital e o expediente do governo executado no Palácio das Trincheiras.

<sup>915</sup> Segundo *A Notícia* “a volta do eminente homem público [Antônio Pessôa] trouxe grande satisfação aos seus correligionários da Capital, que em grande número festejaram hontem, recebendo-o na *gare* ferroviária.” Na peça explorada pelo jornal, após demorar-se “cerca de dois meses na cidade do baixo Parahyba [Itabaiana]”, Antônio Pessôa havia voltado “ao centro das suas atividades de governo, em que tem feito realçar a sua benemerência publica numa excelente administração activa, honesta e corajosa”; embora, completam, “pena é que s. ex. volta pouco melhorado de saúde que o levara ao interior.” Cf. *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 4 de julho de 1916.

*Estado*. A iniciativa foi representada como um gesto significativo do sr. presidente disposto em “assignar o contracto do grande melhoramento, o que sobremodo honra a administração do benemérito administrador”. Para tanto, já na primeira delas, Antônio Pessôa apresentou o esboço do projeto assinado pelo engenheiro “Saturnino de Brito”, destacando-se que “o projecto do profissional brasileiro não é um simples plano de esgotos da Parahyba e sim um projecto de limpeza e embelezamento da nossa capital, para se executar aproveitando como eixo do tentamen geral o serviço dos esgotos, sob os melhores conselhos da engenharia topográfica e sanitária da actualidade.”<sup>916</sup>

Nessa comunicação estabelecida entre os redatores d’ *A Notícia* e seus leitores é interessante perceber a maneira como houve o ajustamento das memórias que envolviam as atividades de Antônio Pessôa na administração pública e os aspectos significativos de sua vida processadas no âmbito privado.<sup>917</sup> Nesse caso, é possível problematizar até que ponto Antônio Pessôa e seus auxiliares na imprensa controlaram as informações publicadas sobre a sua vida privada – explorada negativamente pela folha opositora – como uma espécie de defesa de si e como face integrante da constituição de sua imagem pública. Essa negociação pareceu encontrar um ponto ápice a partir de janeiro de 1916 na medida em que o presidente do Estado

---

<sup>916</sup> Sobre a vistoria e acompanhamento dos serviços na “usina de Abastecimento d’água” na capital, conferir *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 6 de julho de 1916. Ver ainda na mesma edição visita de Antônio Pessôa “ao edifício do sr. Paschoal Fiorillo, em construção à Rua do Rosário”, tencionando compra-lo para “estabelecer alli um grupo escolar”. Na visita aludida, Antônio Pessôa foi acompanhado do “seu assistente miliar, do diretor da instrução pública dr. [Manuel] Tavares Cavalcante, do oficial do gabinete dr. Pessôa Filho, e dos jornalistas Carlos D. Fernandes d’ *‘A União’* e Celso Mariz desta folha [*A Notícia*]”. Ver ainda, na mesma matéria, visita do Presidente a 1º delegacia de polícia da capital. Cf. *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 9 de julho de 1916; Da reunião convocada por Antônio Pessôa surgiu a comissão que, nos dias seguintes, passou a discutir a execução do projeto do esgoto da capital. O esboço desse projeto aparece em *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 12 de julho de 1916; ver ainda, sobre isso, *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 13 de julho de 1916. Ver na mesma edição, rebate as críticas do *Diário do Estado* sobre as pretensões de Antônio Pessôa na execução da obra do esgoto da capital. Ver, notícias de reuniões entre o engenheiro “[NAGIB] Khaled” do escritório Saturnino de Brito e o presidente Antônio Pessôa para execução da obra, em *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 16 de julho de 1916; e *A Notícia*, Jornal, Parahyba, edições de 18, 19 e 22 de julho de 1916. Cabe ainda menção as notícias de criação do “Grupo Escolar Dr. Thomaz Mindello”, por meio do decreto nº 778 assinado pelo presidente do Estado em 20 de julho de 1916. A medida foi descrita como um esforço do coronel Antônio Pessôa “dilatando os seus inestimáveis serviços à nossa instrução”. Na mesma edição, os redatores deram notícias da entrega das obras de reformas do Palácio do Governo feitas pelo engenheiro Paschoal Fiorillo. Tais reformas, iniciadas no governo de Castro Pinto, foram concluídas por Antônio Pessôa e listadas nesses últimos dias de governo como mais uma medida da enérgica administração estadual. Cf. *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 22 de julho de 1916. O grupo “Escolar Thomaz Mindello” foi instalado no dia 9 de setembro de 1916, durante as últimas medidas de Solon de Lucena que substituiu Antônio Pessôa. Ver, discurso de inauguração do presidente em exercício onde a obra foi descrita como uma das medidas de Antônio Pessôa pela instrução pública, em *A União*, Jornal, Parahyba, 10 de setembro de 1916. Recorte de jornal disponível no Arquivo de Antônio Pessôa, IHGP, localização AP:RJ A5G4P1. Sem numeração.

<sup>917</sup> No dizer de Schwartzberg é quase impossível para um político do mundo moderno deixar de mostrar a vida privada, uma vez que na atividade política “expõem-se tudo, exibem-se tudo: a idade, os boletins de saúde, os desempenhos esportivos, os certificados de boa conduta e de bons costumes, as relações conjugais, a vida familiar, os animais domésticos.” Ou seja, na sociedade moderna “a vida privada é exibida e devassada por completo.” Cf. Schwartzberg (s/d, p. 105).

passou a justificar suas ausências da capital para cuidar da saúde no interior. O exemplo abaixo ilustra o argumento.

#### 6.1.2 As viagens do presidente do Estado: Antônio Pessôa entre as representações do estadista operoso e o proprietário/fazendeiro criador de gados.

Antes da transferência para Itabaiana, as viagens de Antônio Pessôa ao interior, especialmente à Umbuzeiro, foram duramente criticadas pelos redatores do *Diário do Estado*. Já na primeira delas ocorrida em 16 de janeiro de 1916, os redatores daquela folha destacaram que as “ausências da sede da administração” eram exclusivamente motivadas “para rever o seu gado vacum, cavalar, muar e humano das suas fazendas do Umbuzeiro [referiam-se à Fazenda Barra e Prosperidade];” deixando transparecer que Antônio Pessôa, “senhor de Umbuzeiro”, estava “sobrepondo os seus interesses individuais aos negócios da colectividade [administração do Estado]”.<sup>918</sup> Para tanto, lembravam os redatores que “léguas e mais léguas quadradas de terra, própria e excelente para toda a agricultura, possui em Umbuzeiro o sr. Antônio Pessôa, podendo só ali localizar [abrigar] uma centena de famílias”; referindo-se ao fato que a Paraíba apresentava graves problemas coletivos, a exemplo do flagelo das secas, que exigiam ações diretas do governo do Estado.<sup>919</sup>

Atentos aos efeitos dessa crítica circulando no meio da opinião pública, os redatores de *A Notícia* tentaram inverter a tônica, transformando essa viagem em uma autêntica “festa cívica”. Um dia antes da partida, isto é, em 15 de janeiro de 1916, por exemplo, sob o título de “A Viagem do presidente a Umbuzeiro”, eles informaram que o presidente do Estado “seguirá amanhã em viagem até Umbuzeiro, terra de seu nascimento e antigo domicílio de sua ilustre família.” Segundo os redatores, “S. exa. vai espairar alguns dias o espírito, trabalhando no afan da administração satisfazendo ao mesmo tempo o desejo e o reclamo dos seus amigos daquele município”. Para acompanhá-lo foi formada uma comitiva composta “pelos seus filhos drs. Pessôa Filho, oficial de gabinete, Carlos Pessôa [recém chegado de São Paulo, formado em

<sup>918</sup> Certamente essa primeira viagem já havia sido motivada para que Antônio Pessôa pudesse acomodar-se dos “incômodos da saúde”, além de objetivar inteirar-se pessoalmente de seus negócios privados. Uma outra viagem, a mais emblemática como veremos, ocorreu em julho de 1916 quando Antônio Pessôa deixou o governo e voltou em definitivo para suas fazendas no interior. Conferir matéria intitulada “O Estadista Antônio Pessôa”, publicada no *Diário do Estado*, Jornal, Parahyba, 22 de janeiro de 1916.

<sup>919</sup> Cf. *Diário do Estado*, Jornal, Parahyba, 19 de janeiro de 1916. Dias antes, *A Notícia* publicou matéria informando as ações do governo do Estado para combater o flagelo das seccas, especialmente destacando a distribuição dos 14:150\$000 (quatorze contos e cento e cinquenta mil réis) enviados pelo governador do Rio Grande do Sul. Cf. *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 16 de janeiro de 1916.

Engenharia Agrônoma] e dos seus amigos dr. João Suassuna e Celso Mariz”.<sup>920</sup> A princípio, a presença desses integrantes deu aquela viagem um caráter espetacular, ao passo que também sinaliza a importância que os Pessôa davam ao trabalho da imprensa. Vale seguir os indícios ofertados pelas páginas de *A Notícia*.

No dia do embarque, os redatores detalharam o trajeto, a começar pela “tomada [...] do trem ordinário da manhã” na capital do Estado. De lá, “S.exa. saltará em Itabaiana, demorando algumas horas ahi, prosseguindo depois até Umbuzeiro.”<sup>921</sup> Estando a comitiva em Umbuzeiro, Celso Mariz, assumindo a condição de uma espécie de cronista oficial, passou a elaborar e publicar uma série de artigos sobre a “pitoresca viagem ao interior” com destino “à terra natal dos Pessôa”. Já no primeiro artigo, publicado em 18 de janeiro, o redator deu notas das recepções feitas em “Santa Rita, Espirito-Santo e Pilar”, antes de chegar em Itabaiana. Nessa cidade, a recepção foi feita ainda *gare da Great Western* pelo chefe do executivo municipal – coronel Odilon Maroja, antigo conhecido de Antônio Pessôa –, acompanhado de algumas lideranças locais, entre elas o “redactor-chefe d’ *O Jornal*, hebdomadário local. Da *gare*, a comitiva seguiu para a casa do dr. Odilon, onde fora preparado um almoço.”<sup>922</sup> Como sinalizado em capítulo anterior, esse encontro com Odilon Maroja certamente fora marcado por expedientes teatralizados, ratificando o caráter espetacular de momentos como esse em que personagens de prestígio na região se encontravam em meio a uma estrutura social dependente.

### 6.1.3 As crônicas jornalísticas da *pitoresca viagem à terra promissora*.

Na semana seguinte, já de volta à capital da Paraíba, os artigos de Celso Mariz continuaram a preencher a página inicial do jornal *A Notícia*, descrevendo o caráter festivo das recepções, a pitoresca paisagem que margeava o rio Paraíba até a Barra de Natuba. Ali, por exemplo, os redatores destacaram que “o coronel Pessôa tem uma das suas grandes propriedades territoriais [...]”, a “melhor propriedade, banhada pelos riachos perenes da Aguapaba e da Barra [...]”. Da Barra, os caravaneiros seguiram até a “‘villa’ de sua antiga morada”, onde fica “a tradicional fazenda da família Pessôa, hoje propriedade exclusiva do sr.

<sup>920</sup> Cf. *A Notícia*, Jornal, Parahyba 15 de janeiro de 1916. As notícias da chegada do engenheiro agrônomo Carlos da Silva Pessôa vindo de São Paulo e a sua viagem a Umbuzeiro, “onde vai dirigir as faendas que alli possui o seu digno pai, coronel Antônio Pessôa”, aparecem, respectivamente, no jornal *A Notícia*, Jornal, Parahyba, edições de 13 e 14 de janeiro de 1916.

<sup>921</sup> Cf. *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 16 de janeiro de 1915.

<sup>922</sup> Cf. *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 18 de janeiro de 1916. Odilon Maroja ofertou hospedagem aos caravaneiros em sua fazenda modelo na ida à Umbuzeiro e no retorno à Capital. Conferir sobre isso, *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 25 de janeiro de 1925.

presidente do Estado!<sup>923</sup> Além das fazendas, foram apresentados os aspectos matéris da cidade de Umbuzeiro; na visão do autor, “a pequena vila” cuja estrutura, aparentemente marcada por traços de ruralidade e arcaísmo arquitetônico, “só agora se nota ali um sopro de renovação que se pode atribuir, sem favor, ao impulso premeditado do sr. coronel Pessôa, dirigindo a iniciativa pública e animando a particular no levantamento de novos edifícios”.<sup>924</sup>

Afora possíveis excesso quanto a representação criada por Celso Mariz sobre os domínios do Coronel Antônio Pessôa, o cronista acertou na tonalidade com a qual pintou a cidade de Umbuzeiro, isto é, demarcando os traços de ruralidade da cidade. Na imagem abaixo, clicada por Carlos Dias Fernandes em viagem à terra dos Pessôa em 1919, é possível perceber esses traços. Vejamos.



**Fotografia 17.** “Vista panorâmica de Umbuzeiro, berço de Epiácio Pessôa”. Carlos D. Fernandes, 1919. Antônio Pessôa 1910.

Vista panoramicamente – numa perspectiva de quem se encontrava nas proximidades da Fazenda Prosperidade –, as casarias do pequeno aglomerado urbano amontavam-se nas proximidades da rua cental – sinalizada com o ponto 2 –, local em que se realizava a feira local. O ponto 1 demarca a presença do mais novo edifício urbano construído na época, o mercado central, cuja construção se deu no início de 1916, sendo prolongada até 1920.<sup>925</sup> No ponto 3, sinais de uma construção que se erguia ao alto sugerem imaginar a edificação do Grupo Escolar Antônio Pessôa. Sinais de que a cidade, apesar de ser o berço da tradicional família – cujo

<sup>923</sup> Nessa descrição, sublinharam que a Barra de Natuba “tem a poucos metros suas eternas cascatas onde os banhos dão a sensação pantheística e victoriosa da felicidade. Magnífico centro econonimo, oferecem ahi os domínios territoriais do sr. Coronel Antônio Pessôa, no aproveitamento das forças hydraúlicas.” Conferir “A viagem presidencial”, *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 25 de janeiro de 1916. Notícias sobre “o regresso de hontem” da viagem presidencial aparece em edição d’ *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 23 de janeiro de 1916; e “A viagem presidencial”, *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 26 de janeiro de 1916.

<sup>924</sup> *Ibidem*. A repercussão, entre os umbuzeirenses, da visita do coronel Antônio Pessôa em sua terra natal foi publicada no jornal *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 22 de fevereiro de 1916.

<sup>925</sup> Conferir sobre os traços gerais da cidade de Umuzeiro em Gomes (1995, p. 19-20).

representante maior alcança o mais alto cargo da República – parecia seguir em passos lentos, bem diferente da maneira com alguns periódicos irão representá-la na década de 1920.<sup>926</sup>

De saída, resta notar que através dos artigos de Celso Mariz – bem como diante da crítica opositora – o Estado passava a conhecer sistematicamente traços do cabedal familiar – patrimônio – dos Silva Pessôa, avultado o seu prestígio individual, além de destacar a cidade de Umbuzeiro como um reduto comandado pelo clã de Antônio Pessôa.<sup>927</sup> Por outro lado, o ajustamento da memória dessa viagem presidencial não passou despercebido pela folha walfredista que entabulou de maneira incisiva o argumento de que a imprensa oficial – *A União* – e a sua aderente – *A Notícia* – tentavam transformar o fazendeiro Antônio Pessôa, um homem simples do interior, em estadista. Para eles, como estadista – “tal como insistem seus apoiadores [...]” –, ao “invés de passar a vista em suas fazendas e latifúndios, naquele dominado município [Umbuzeiro]”, local de “temperatura brejeira [...], de ameno clima e longas planícies de verdura, o gado não definha nem morre a falta de forragens”, Antônio Pessôa deveria organizar uma excursão, “para o bem coletivo” à zona “mais flagelada da Parahyba [para além da Borborema], onde não existe um só pé de lavoira e morrem de fome e epizootias gados e miunças que faz pena e desolação”. E completam,

Sendo um grande agricultor e criador, com filhos amestrados nas sciencias praticas do campo [...] Antônio Pessôa iria, incontestavelmente prestar um optimo serviço à gente bronca dos sertões patricios, levando-lhes as suas luzes e as dos seus filhos para o desenvolvimento da agricultura, da pecuária e industrias anexas, fornecendo, ao mesmo tempo, inexgotável assumpto aos seus jornalistas louvaminheiros e aos correspondentes telegráficos da imprensa carioca nesta cidade [de Parahyba].<sup>928</sup>

Entre outros aspectos, a crítica focava nos dois redatores – Celso Mariz e João Suassuna – que “foram escolhidos a dedo” para fornecerem “ao público leitor interessantes chronicas dessa viagem a terra promissora[...].” Como “integrantes da corte”, destacaram, os “dois notórios intelectuais” passaram “uma semana, de tranquila estadia nas fazendas umbuzeirenses, à sombra refrescante dos verdes joazeiros, num convívio todo intelectual e poético – que só aos eleitos da Fortuna é dado fruir neste mundo”.<sup>929</sup> Essa crítica traduz o argumento de como o coronel Antônio Pessôa tentava controlar o dito sobre si no âmbito da exposição de sua vida privada; além de ratificar a hipótese de que desde o rompimento com os alvaristas/walfredistas esses mesmos intelectuais – podendo-se acrescentar os nomes de Carlos D. Fernandes e Manuel

<sup>926</sup> Sobre as representações criadas em torno da “cidade-Pessoa”, conferir leitura de Silva (2015, p. 93-95).

<sup>927</sup> É importante observar, na leitura do jornal *A Notícia*, as várias referências sobre a cidade de Umbuzeiro que foi sendo narrada como reduto de Antônio Pessôa e seus descendentes diretos.

<sup>928</sup> Conferir “O Estadista Antônio Pessôa II”, *Diário do Estado*, jornal Parahyba, 23 de janeiro de 1916.

<sup>929</sup> *Ibidem*.



Tavares Cavalcanti de *A União* –, comandavam a imprensa como “chronistas oficiais”, envolvidos no trabalho de avultar as imagens das novas lideranças políticas do Estado.

## 6.2 OS SINAIS DA CRISE INTRAOLIGÁRQUICA.

Fora da crítica walfredista e do esforço propagandista de seus entusiastas na imprensa, já se afirmou que a passagem de Antônio Pessôa pelo governo da Paraíba foi importante para a guinada política de Epitácio Pessôa. Na breve referência feita por Rodrigues, essa passagem “implicou considerável esforço na hegemonia do irmão. A importância do apoio de Antônio Pessôa viria a se revelar nas eleições de 31 de dezembro de 1915, para assembleia legislativa do Estado, com a vitória de todos os candidatos epitacistas”.<sup>930</sup> Não citada pela autora, à eleição de Antônio Pessôa Filho naquele pleito como o deputado mais votado – 13.233 votos – ilustra o argumento. Essa votação deveu-se, em grande medida, às articulações políticas que o coronel Pessôa conseguiu fazer nas principais cidades do Estado, muitas delas conquistadas mediante a distribuição de cargos e nomeações de prefeitos – em substituição aos antigos chefes –, medidas tomadas nos primeiros meses de governo.<sup>931</sup>

É preciso lembrar que Pessôa Filho foi primeiro dos famosos sobrinhos de Epitácio Pessôa a ocupar um cargo político no Estado da Parahyba, estando diretamente ligado à representação política dos Silva Pessôa de Umbuzeiro.<sup>932</sup> A atividade política de Antônio Pessôa também demonstra a maneira como os Silva Pessôa foram ocupando espaço dentro do epitacismo. O coronel Pessôa também foi peça chave na resolução dos problemas de chefias políticas em cidades do sertão, região que desde 1911 – com os eventos organizados por Franklin Dantas e Augusto Santa Cruz – mostrava-se resistente ao domínio epitacista.

<sup>930</sup> Segundo a autora “a desenvoltura de Epitácio Pessôa, neste pleito, seria facilitada pela cisão do PRC paraibano.” Cf. Rodrigues (1989, p. 198).

<sup>931</sup> Para citar algumas cidades em que Antônio Pessôa foi votado: Bananeiras, terra de Solon de Lucena – no Brejo paraibano – obteve 378 votos; Cruz Espírito Santo 371; Picuhy 396 votos; São José dos Espinharas – nas proximidades de Patos, sertão do Estado – 278 votos; os dados foram extraídos do “resultado das eleições de 31 de dezembro” publicados nas edições de *A Notícia*, edições de 5, 6 e 8 de janeiro; e 1 de fevereiro de 1916. Em Umbuzeiro, dos 153 nomes que aparecem na lista de presença da 3ª seção eleitoral do município, Antônio Pessôa Filho obteve 152 votos. Cf. Ata da 3ª sessão eleitoral do Município de Umbuzeiro, 31 de dezembro de 1915. Disponível no Arquivo Público estadual – Fundação Espaço Cultural – localização, Presidente João Pereira de Castro Pinto, caixa 011, vol. 647. Documento manuscrito, ano 1915-1917, sem numeração. Um quadro contendo a relação de eleitos nas eleições de 31 de janeiro de 1916 aparece em Rodrigues (1989, p. 199); bem como em Carneiro (2009, p. 135).

<sup>932</sup> Em abril de 1916, outro filho de Antônio Pessôa, Carlos da Silva Pessôa foi nomeado, por decreto presidencial, Prefeito de Umbuzeiro. Carlos Pessôa foi, portanto, o segundo sobrinho de Epitácio a ocupar cargos políticos na Paraíba durante a primeira metade da década de 1910. Sobre a nomeação de Carlos Pessôa, conferir *A Notícia*, Jornal, Parahyba, edições de 16 e 27 de abril de 1916. A partir dessa nomeação, cabe a leitura das reiteradas notícias, circuladas nas páginas deste jornal, em que Umbuzeiro aparece como um município que florescia sob a administração do jovem prefeito.

O próprio Augusto Santa Cruz, aparentemente em desvantagem na disputa pela chefia local, chegou a oferecer apoio a Epitácio por intermédio do coronel Antônio Pessôa. Sobre esse apoio – proposto durante o governo deste último – Epitácio Pessôa respondeu ao Dr. Santa Cruz em 29 de julho de 1916, “nenhuma incompatibilidade pessoal tenho com os meus adversários de Monteiro, cujo valor político reconheço e proclamo. Tanto basta que nenhuma hesitação possa sentir em acolher a colaboração que V. me oferece na política do Estado”, desde que “isto não acarrete o sacrifício dos correligionários que ali se conservam fieis ao Chefe do Partido [Epitácio Pessôa] pela Convenção de Fevereiro de 1913.” Esse acolhimento, contudo, dependeria de “um acôrdo em bases dignas para ambas as partes”, promovido pelo “meu irmão, o coronel Antônio Pessôa.”<sup>933</sup>

Ainda no sertão do Estado, entre os municípios de Princesa, Piancó e o distrito de Água Branca, após a guinada do epitacismo, disputavam o poder local o coronel José Pereira – deputado estadual e amigo pessoal de Antônio Pessôa – e o padre Aristides, isto é, o Padre Aristides Ferreira da Cruz, chefe político de Piancó. Para resolver essa contenda, Antônio Pessôa havia arbitrado, em março de 1916, que se promovesse ali “um plebiscito naquelle districto e quem maior número de adeptos apresentasse teria o seu desejo homologado pela Assembleia.” A manobra, que de algum modo parecia favorecer José Pereira – aparentemente mais engajado entre os eleitores da região – justificava-se diante dos serviços prestados pelo chefe político de Princesa “em janeiro [durante as eleições], nos municípios do Piancó, Conceição e Misericórdia; e que deste modo, foi o valor, o prestígio, o trabalho de José Pereira, quem decidiu da nossa sorte naquele pleito.”<sup>934</sup> Porém, apesar da influência política, já em fins de 1915, as disputas pela sucessão presidencial mostraram-se desfavoráveis as intenções políticas-pessoais de Antônio Pessôa.

---

<sup>933</sup> Cf. de Epitácio à Augusto Santa Cruz, Rio de Janeiro, 29 de julho de 1916. Arquivo de Epitácio Pessôa, IHGB. Liv. 12, folhas 19. Cópia disponível em PESSÔA, Epitácio (1962, p. 253).

<sup>934</sup> Conferir, sobre isso carta enviada por Antônio Pessôa Filho à Epitácio Pessôa em 4 de novembro de 1916. Na longa carta, sobre o caso de Água Branca e a proposta de Antônio Pessôa, informou “nesse sentido trabalhou José Pereira e quando tudo estava mais menos arranjado, eis que o Sr. [Epitácio Pessôa] lhe tellegrapha pedindo para não dar mais passo a respeito. E elle obedeceu. Esta resolução do Sr. foi motivo para o Aristides fazer alarde do seu prestígio e do conseqüente descredito em que ia cahindo sobre o José Pereira. O sr. que bem conhece o temperamento deste nosso valoroso e distincto amigo [José Pereira] bem pode avaliar como elle ficou com estas explorações de Aristides. Receia o José Pereira (e com os melhores fundamentos) que aquelles habitantes de Água Branca que se aproximaram d'elle, possam ser perseguidos pelo padre. Essa intenção deste já se manifestou com a demissão do sub-delegado daquele districto pelo motivo único de ter assignado a lista de José Pereira.” Cf. De Antônio Pessôa Filho à Epitácio Pessôa, Umbuzeiro, 4 de novembro de 1916. Disponível no Arquivo de Epitácio Pessôa, IHGB, Livro 12, folhas 1-30.

### 6.2.1 A visita de Eptácio Pessôa: as disputas pela sucessão presidencial e o reconhecimento da obra administrativa de Antônio Pessôa.

A visita do senador Eptácio Pessôa à Paraíba em fevereiro de 1916 teve “o objetivo de reconstruir o Partido Republicano da Paraíba, virtualmente extinto por ocasião da última cisão operada, entre os elementos que vinham militando juntos desde o acordo celebrado em dezembro de 1911.”<sup>935</sup> Além disso, para fins da presente pesquisa, essa visita foi emblemática para reforçar a imagem veiculada nos jornais acerca da energia, da força, operosidade e brilhantismo do governo de Antônio Pessôa. A fotografia abaixo – clicada na capital Pernambucana –, publicada pelo *Jornal do Recife* em 25 de fevereiro de 1916, ilustra a importância que os irmãos Pessôa atribuíam ao trabalho da imprensa epitacista para cobrir eventos dessa natureza, cujo simbolismo estava atrelado ao fato da visita representar o reencontro da liderança do partido e seus correligionários após a memorável eleição de 1915.



**Fotografia 18.** Comissão que foi receber o senador Eptácio Pessôa em fevereiro de 1916. Recorte do *Jornal do Recife*, Arquivo de Antônio Pessôa, IHGP.

Nessa imagem aparecem alguns membros da comitiva enviada à Pernambuco para recepcionar o senador/chefe do Partido – na ordem listada na matéria – “Oscar Soares diretor d’ *O Norte*; Celso Mariz, diretor d’ *A Notícia* [ambos em pé]; Antônio Massa, chefe de polícia [do governo da Paraíba], deputado Camillo d’ Hollanda [ao centro da imagem] e Carlos D. Fernandes, diretor d’ *A União* [ao canto esquerdo].” Além destes, para o mesmo fim

<sup>935</sup> Nessa reorganização, cujo pretexto legal foi a apresentação e assinatura de um documento contendo as cláusulas internas do Partido, Eptácio Pessôa acabou por distribuir as lideranças locais, ampliando a força política do epitacismo na Paraíba. Sobre isso, conferir Rodrigues (1989, p. 201-206).

compuseram a comitiva “Antônio Pessoa Filho, deputado Estadual e major Eurico Uchôa, funcionário da Fazenda da Parahyba.”<sup>936</sup> Recepcionado pelas três folhas diretamente envolvidas na propaganda epitacista – *O Norte, A Notícia* e *A União* – e pelos políticos que representavam os *Jovens Turcos* e a *Velha Guarda*, o senador Eptácio Pessoa desembarcou no Recife a bordo do *paquete Bahia*. De lá, seguiu em direção à Paraíba acompanhado da comitiva aludida.

Durante o reencontro na capital do Estado, já estando em jogo às disputas internas pela sucessão presidencial, Eptácio selou simbolicamente a passagem de Antônio Pessoa pelo governo do Estado em discurso proferido durante um almoço seleta de sessenta talheres – composto, em sua grande maioria, por lideranças do partido – no salão do juízo seccional.<sup>937</sup> Em suas palavras, principiando com um exercício comparativo,

[...] Digam o que disserem, o governo que surgiu do rompimento [referindo-se ao governo de Antônio Pessoa] está se impondo à confiança do Estado nos seus elementos mais justos e honestos. Na ordem política, elle tem assegurado o mais rigoroso respeito a lei e ao direito dos adversários. Chama-o de despótico a opposição, esquecida de que o despotismo é o occaso direito, quando o direito, a suprema disciplina dos instinctos e das paixões desordenas, no dizer de Picard [Edmond Picard, jurista Belga], tem sido assegurado na sua plenitude [...] Na ordem administrativa, ahi estão em seu abono a remodelação das repartições públicas e máxima moralidade em todos os serviços. Na ordem econômica, o amparo possível a nossa producção. – Na ordem financeira, um verdadeiro milagre – aparteu o sr. major Arthur Achilles que se achava a um lado. – Sim, [completa Eptácio] tem razão o meu illustre conterrâneo. Na ordem financeira, o governo realizou um verdadeiro milagre! Delle pôde dizer-se o que de Hamilton disse um dia Daniel Webstel: ‘feriu a rocha da fortuna do Estado e a renda ganphou em borbotões; tocou o cadáver do credito público e o morto reergue-se-lhe aos pés.’ [...] para conseguir a consideração desse desiderado [referindo-se a continuação da campanha realizada no último pleito] precisamos defender a conquista de 1915, defende-la, como dizia ainda pouco no Recife, não uns contra os outros, mas uns ao lado dos outros, jungidos todos na mesma solidariedade que nos levou irmanados ao glorioso triunfo de 30 de janeiro. [...] esse triunfo não foi a conquista de uns contra os outros, não foi a vitória de grupos, mas a victoria de todo o partido, desde os rudes *grogards* [veteranos] da velha guarda, affeitos a todos os combates, tostados pelo sol de todos os campos de batalha, até as levas ardentes e apaixonadas das novas gerações [em uma referência aos Jovens Turcos...].<sup>938</sup>

<sup>936</sup> Cf. *Jornal do Recife*, Jornal, Recife, 25 de fevereiro de 1916. Disponível no Arquivo de Antônio Pessoa, IHGP, localização AP:RJ A5G4P1. Sem numeração. A viagem de Carlos Dias Fernandes, redator d’ *A União* ao Recife para recepcionar o senador Eptácio Pessoa em visita a Paraíba foi publicada em *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 18 de fevereiro de 1916.

<sup>937</sup> Sobre os preparativos para recepção do senador Eptácio Pessoa, conferir *A Notícia*, jornal, Parahyba, 26 de fevereiro de 1916. Ver ainda, edição de 27 de fevereiro, sobre o detalhamento da cerimonia e a hospedagem de Eptácio Pessoa no Palácio das Trincheiras ofertada por Antônio Pessoa. Ver ainda, no mesmo jornal, a lista de convidados – entre eles muitas lideranças locais, a exemplo de Odilon Maroja de Itabaiana, João José Maroja de Pilar e Horácio Lins, chefe político de Ingá. Cf. *A Notícia*, jornal, Parahyba, 27 de fevereiro de 1916.

<sup>938</sup> Cf. síntese das festividades oferecidas à Eptácio Pessoa na capital da Paraíba em fevereiro de 1916, bem como o discurso proferido no almoço oferecido pelo Partido, em *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 29 de fevereiro de 1916. Um resumo do mesmo discurso foi publicado em PESSÔA, Eptácio (1962, p. 245-248). Conferir, sobre as impressões do “Poder Sugestivo de Eptácio Pessoa”, artigo de *A Notícia*, jornal, Parahyba, 7 de março de 1916. Ver ainda, na mesma edição, a repercussão das orientações políticas de Eptácio Pessoa para organização do Partido e as chefias dos municípios, proferidas no discurso do salão do juízo seccional.

O discurso, além de ser uma peça retórica em defesa da suposta nova fase político/administrativa iniciada em 1915, trazia uma mensagem incisiva para os grupos políticos que se formavam no interior do epitacismo; de um lado, os “Jovens Turcos” – que defendiam o nome de Solon de Lucena para substituição de Antônio Pessôa, tendo o aval deste último –; do outro, a velha guarda – os *grognerds* – nos termos do próprio senador –, que defendiam a candidatura de Camillo de Hollanda, inclinados a obterem o aval de Epiácio Pessôa.<sup>939</sup> Há poucos meses do encerramento do quadriênio iniciado em 1912, portanto, a sucessão presidencial tomou conta do debate político.<sup>940</sup>

### 6.2.2 O “castelo de cartas” de Epiácio Pessôa.<sup>941</sup>



**Caricatura 02.** Coronel Antônio Pessôa.  
*Diário do Estado*. 24 de dezembro de  
1915.

Já em fins de 1915, a suposta recusa do coronel Pessôa em aderir à candidatura de Camillo de Hollanda foi objeto de severas críticas da oposição. Em seu ápice, o então presidente da Paraíba teve a sua imagem duramente satirizada nas páginas do *Diário do Estado* – caricatura ao lado. Ali, além de explorarem o cisma no interior do partido situacionista, o gesto do presidente do Estado era tido como um ato de traição – a Epiácio e aos seus correligionários alinhados na formação do epitacismo –, motivo pelo qual o coronel Pessôa aparece vestido como um fazendeiro pendurado – no que sugere ser um pé de Umbuzeiro – com uma corda no pescoço – numa alusão ao episódio bíblico que narra o desfecho do gesto de Judas na traição ao cristo e aos seus discípulos.<sup>942</sup> Na imagem satirizada

<sup>939</sup> Sobre a disputa intra-oligarquica na substituição de Antônio Pessôa, conferir Rodrigues (1989, p. 206-207).

<sup>940</sup> A cisão interna do epitacismo foi noticiada na imprensa estadual e na capital da República. Sobre isso, conferir *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 9 de março de 1916.

<sup>941</sup> O termo foi usado pelo deputado estadual Apolônio Trindade – epitacista – em discurso na assembleia durante a sessão de 6 de outubro de 1916. Ata da 32ª sessão da 7 legislatura da Assembleia da Parahyba do Norte em 6 de outubro de 1916.

<sup>942</sup> Cf. Em 1916, na Sessão Mutucas – coluna de título sugestivo que surgiu trazendo uma série de poemas que versavam sobre temas diversos da política de bastidores – os redatores glosaram “São candidatos da forja / Para o Governo que vem (a rima é deles também)/ Camillo [de Holanda] Massa [Antônio Massa] e Maroja [Flávio/Odilon]. *Diário do Estado*, Jornal, Parahyba, 16 de janeiro de 1916. As mutucas, insetos semelhantes as moscas, são conhecidas no Nordeste pelo incomodo que trazem quando amontoam-se sobre as pessoas.

pelo *Diário*, enquanto a mão esquerda do coronel segurava a corda, a outra – anômala ao corpo – segurava um saco, cujos nós, aparentemente frágeis, parecem desfazer-se aos poucos, deixava-o escapar – uma referência ao tesouro, supostamente o Estado, isto é, ao prêmio obtido, que aos poucos saía do controle de suas mãos.<sup>943</sup>

Mesmo sendo rebatida pelo jornal *A Notícia*, para reforçar o tom da crítica, diante do avanço da predileção de Epitácio Pessôa por Camillo de Hollanda, os redatores afirmaram que era certo “o ostracismo partidário do cel, Antônio Pessôa, logo que se affirme oficialmente a candidatura à sucessão presidencial.”<sup>944</sup> Nos termos aludidos, publicamente a candidatura de Camillo de Hollanda era tida não apenas como objeto de cisma no interior do partido, mas um fator que desprestigiava a imagem de Antônio Pessôa como liderança política no Estado, aparentemente opondo os seus desígnios às determinações do chefe do partido, Epitácio Pessôa. Dois dias após as críticas do *Diário* circular pelo Estado, *A Notícia* trouxe em sua primeira página um longo artigo reproduzindo decisão enviada por telegrama do Rio de Janeiro. Ali confirmaram que estava “assentada pela suprema direcção do Partido dominante [personificado na figura de Epitácio Pessôa] a candidatura do sr. dr. Francisco Camillo de Hollanda.”<sup>945</sup>

De certo, essa notícia foi publicada sob forte pressão das lideranças epitacistas, uma vez que, apesar de afirmarem “ver com sympathica e nobre expectativa a solução do problema da sucessão presidencial da Parahyba pelo nome daquele ilustre patrício [Camillo de Hollanda]”, os mesmos redatores não se esqueceram de manifestar seus descontentamentos. Para eles,

*A Notícia* cedeu moderada, porém franca e sincera reflexo à corrente popular que guindou o nome de Solon de Lucena como uma justa e digna aspiração àquella investidura. Essa corrente, onde não era licito vêr nenhum ar de indisciplina, acordamento e ambição foi enérgica e vultuosíssima como expoente eleitoral e moral dentro do partido epitacista e do povo, não lhe havendo negado a sua sympathia ou solidariedade muitos dos nossos mais egrégios homens públicos, entre estes, o dr. Dr. Camillo de Hollanda. [...] O movimento que *A Notícia* por acaso centralizou e de cujos elementos mais seguros continuará a ser um pavilhão modesto e vibrante, não foi nunca um movimento vasio de ideias que se enrodilhasse com nomes próprios para finalidade de simples expansões materiais.<sup>946</sup>

---

<sup>943</sup> Em linguagem áspera, dias antes de Antônio Pessôa deixar o governo, o editorial de *A União* rebateu as críticas proferidas pelo *Diário do Estado* revelando os seus supostos idealizadores; chamados satiricamente de “Três Furúnculos”, respectivamente, Heráclito Cavalcante, Mathias e Leonardo Smith. Cf. *A União*, Jornal, Parahyba, 12 de julho de 1916. Disponível no Arquivo de Antônio Pessôa, IHGP, Localização AP: RJ A5G4P1. Sem numeração.

<sup>944</sup> Conferir o *Diário do Estado*, Jornal, Parahyba, 18 de maio de 1916. Ver o contraponto da crítica feita pelo jornal *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 19 de maio de 1916.

<sup>945</sup> *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 20 de maio de 1916. A recomendação dos candidatos feita por Epitácio Pessôa aparece em PESSÔA, Epitácio (1962, p. 248). Sobre os motivos que levaram Epitácio Pessôa à escolher Camillo de Holanda, conferir Rodrigues (1989, p. 211).

<sup>946</sup> *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 20 de maio de 1916.

Essa nota traduz em muitos aspectos o pensamento de Antônio Pessôa. Escrevendo ao próprio Camillo de Hollanda em 27 de outubro, por exemplo, o coronel Pessôa foi enfático ao afirmar que “os muitos valiosos amigos de Solon [de Lucena] desejavam vel-o Presidente do Estado e eu, embora nada valendo, era um deles; mas isso condicionalmente, isto é, sem prejuízo dos interesses do partido e da vontade de Epitácio.”<sup>947</sup> Expressa desse modo, fica notório que a indicação do candidato escolhido por Epitácio Pessôa, apesar de supostamente aceita, para não desprestigiar a sua decisão, também desagradava o coronel Antônio Pessôa. Portanto, os sinais da crise interna do epitacismo demonstram que a estabilidade e o predomínio de Epitácio Pessôa na Paraíba – ratificada pela historiografia especializada a partir da imagem da “Ordem de Epitácio” iniciada em 1915-1916 –, não foi facilmente assentado nesse período.<sup>948</sup>

Parece-me mais convincente imaginar que Epitácio Pessôa, na medida em que começava a distribuir as cartas do jogo político paraibano, também criava um “castelo de cartas” cuja base, ajustada em desacordo com algumas lideranças políticas de sua confiança, mostrava-se ainda mais frágil. Traduzindo a metáfora usada por um deputado epitacista durante esse período, na medida em que começava a erguer o seu castelo, Epitácio Pessôa não conseguia (re)unir os elementos discordantes que compunha, naturalmente, as cartas do baralho – reis,

---

<sup>947</sup> Ainda nos termos de Antônio Pessôa “quando, em março, estive ali [Epitácio Pessôa], conferenciando comigo sobre o assumpto, disse-me que, diante dos compromissos contrahidos com Castro Pinto, não podia escolher outro candidato senão no seio da representação federal; e assim, com aquella generosidade e grandeza d’alma que o caracterizam e com o amor fraternal que nos une, perguntou-me em qual dos representantes do Estado, na Camara e Senado, recahiria a minha preferencia. Ora, neste particular eu tinha somente um desejo, que, além de próprio, era também inspirado pelas constantes recomendações que V. me fazia, já em cartas que ainda possuo, já pessoalmente que empregasse todos os esforços junto a Epitácio para que o Governo do Estado não cahisse nas mãos de um guéla. Então, não vacilei e respondi a meu irmão: ‘o nome de Camillo impõe-se pela sua lealdade nunca destemida’.” Sobre isso conclui, “e V., meu caro Camilo, foi desde esse momento aceito candidato à Presidência do Estado. Entretanto convenha numa coisa: se eu não o considerasse um amigo muito sincero, leal e bom, certo V. não seria hoje presidente do Estado. Revele-me a immodéstia, mas essa é a verdade verdadeira. Quem assim lhe fala é um amigo que não tem meias palavras, que não usa de subterfugios nem precisa de política, porque não vive dela nem aspira coisa alguma. Cf. de Antônio Pessôa à Camillo de Hollanda, Natuba, 27 de outubro de 1916. Disponível no arquivo de Epitácio Pessôa, IHGB, livro 12, folhas 26/1 e 27/1. O argumento de que a escolha de Camillo de Hollanda fora conferenciada com Antônio Pessôa é confirmado em carta de Epitácio Pessôa à Camillo de Hollanda, Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1916. Cópia disponível em PESSÔA, Epitácio (1962, p. 269).

<sup>948</sup> Para Lewin (1993, p. 310), “em 1924, pela primeira vez que Epitácio assumira o controle direto da oligarquia na Paraíba, uma séria divisão se abriu nas fileiras de seus principais partidários. Seu endosso a João Suassuna, o sucessor escolhido a dedo pelo governador Solon de Lucena, deu início a uma controvérsia que foi ‘uma verdadeira bomba atômica no seio dos antigos ‘Guelas’’. A reação negativa à candidatura de Suassuna foi tão forte que três venancistas – os senadores Octacílio de Albuquerque e Venâncio Neiva, e o deputado federal Antônio Massa – romperam formalmente com o seu chefe partidário estadual após quase 35 anos de apoio leal.” De acordo com a leitura da autora, *a ordem de Epitácio Pessôa*, começou a ser alterada nesse momento e, conseqüentemente, a oligarquia epitacista caminhou em direção a crise. Porém, pelo exposto no presente tópico, os primeiros sinais de cisão interna aparecem desde fins de 1915, com as divergências quanto a indicação de Camilo de Hollanda e durante os primeiros meses do seu governo. Nesse período, Epitácio teve que enfrentar a resistência do então presidente do Estado, tendo dificuldades de fazer reconhecer o seu predomínio oligárquico.

rainhas, valetes, números, corações, paus, ouros, espadas e às; ou ainda, lideranças locais, deputados, senadores, o presidente do Estado e seus interesses – cada um com suas perspectivas de poder e funções a serem assumidas no jogo político paraibano.<sup>949</sup> Com isso, ele passava a dar sinais da fragilidade do seu empreendimento, transponível, cheio de arestas e espaços sem preenchimentos que poderiam facilmente ocasionar o seu desabamento. Por outro lado, demonstrando certa consciência dessa fragilidade, os Pessôa esforçaram-se por manter coesa, ao menos publicamente, a imagem de que erguiam uma construção sólida.

### 6.3 A DESPEDIDA DO GOVERNO: A ÚLTIMA VIAGEM PRESIDENCIAL.

Com a escolha de Epitácio Pessôa, o pleito para sucessão presidencial foi realizado em 22 de julho de 1916, resultando na vitória de Camillo de Hollanda. Três dias depois, isto é, antes de finalizar o seu quadriênio administrativo, sob a justificativa de debilidade no estado de saúde, Antônio Pessôa deixou a presidência da Paraíba transferindo o cargo para Solon de Lucena então presidente da assembleia legislativa.<sup>950</sup> Aos olhos dos redatores do *Diário do Estado*, esse gesto era mais um sinal de que coronel Pessôa “amargurava” em “silêncio as decepções da vida política.”<sup>951</sup> Visto por outro ângulo, Antônio Pessôa e seus entusiastas esforçaram-se por transformar a transferência do governo e a sua despedida da capital em dois

---

<sup>949</sup> Para o deputado Apolônio Trindade, naquele período, “o momento político, local, que se desenrola na Parahyba, tem tido manifestações claras e dado luzes a explorações por parte daquelles que vivem a pescar em águas turvas [referia-se aparentemente aos walfredistas, embora tenha esclarecido, diante do aparte do deputado Izidro Gomes, que “referia-se aos que no seio do partido dominante – Jovens Turcos – estavam causando o choque entre os interesses colidentes], parecendo haver elementos que procuram sementar discórdia no partido [Republicano Conservador da Parahyba] entre os descontentes que tem pretensões, contrariando assim, a actual situação dominadora do Estado [comandada por Epitácio Pessôa]. Castelo de cartas! Qual muralha que pretendem superar? Parecem querer desligar o futuro governo [Camillo de Hollanda] do actual [Solon de Lucena/Antônio Pessôa]”. Em síntese, Apolônio Trindade referia-se a tensão interna vivida no epitacismo entre os jovens turcos e a velha guarda. Importante destacar que naquela mesma sessão Antônio Pessôa Filho leu na tribuna o parecer de reconhecimento dos eleitos em julho, isto é, o presidente Camillo de Hollanda e os vice-presidentes. Ver ainda, na mesma sessão, discurso do deputado Izidro Gomes, autointitulado “membro do partido oposicionista”, em defesa dos walfredistas. Ata da 32ª sessão da 7 legislatura da Assembleia da Parahyba do Norte em 6 de outubro de 1916.

<sup>950</sup> Cf. *A União*, Jornal, Parahyba, 23 de julho de 1916. De acordo com matérias circuladas em *A Notícia* “move-se a essa deliberação [referindo-se a licença que o afastou do governo] por motivo de impertinente incomodo em sua saúde” e que a “circunstancia de lhe restarem poucos mezes de mandato, que s. exc. não volte ao governo em cujo desempenho de um anno se afirmou benemérito como administrador enérgico, inteligente, laborioso e honradíssimo.” Cf. *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 20 de julho de 1916. Uma cópia do despacho do Supremo Tribunal de Justiça, concedendo a licença para sair do estado foi publicada n’ *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 22 de julho de 1916. Segundo consta n’ *A União*, Antônio Pessôa “viajou [da Capital], acompanhado de sua exma. família, para a cidade de Itabayanna, onde demorará alguns dias, seguindo depois para Umbuzeiro e ainda para o Recife, a fim de ouvir sobre as alterações de saúde que o compeliram a interromper o seu mandato, aos srs. drs. Octavio de Freitas, Lins e Silva e Silva Ferreira, seus médicos auxiliares.” Cf. *A União*, 26 de julho de 1916. Recorte de jornal disponível no Arquivo de Antônio Pessôa, IHGP, localização AP:RJ A5G4P1, sem numeração.

<sup>951</sup> Sobre isso, ver matéria intitulada “cavaqueando com o ‘Diário’”, em *A Notícia*, jornal, Parahyba, 23 de outubro de 1916. Ver ainda, sobre a defesa da personalidade política de Antônio Pessôa – de mesmo título “Cavaqueando com o ‘Diário’”, edição de 31 de outubro de 1916.



eventos memoráveis, noticiadas como “um tributo do nosso Partido ao restaurador das finanças parahybanas [Antônio Pessôa], que veio continuar com tanto brilho e acerto a obra administrativa do sr. dr. Castro Pinto”.<sup>952</sup>



**Fotografia 19.** Despedida de Antônio Pessôa do Governo do Estado. *A União*, 23 de julho de 1916. Recorte de Jornal disponível no Arquivo de Antônio Pessôa IHGP.

Exemplo disso é que, com a imagem ao lado – certamente clicada nas dependências do Palácio das Trincheiras –, o jornal *A União* publicou uma longa matéria em sua edição de 23 de julho detalhando os preparativos da posse de Solon de Lucena e a despedida do coronel Antônio Pessôa. A matéria, nos termos do redator, também era um “convite da comissão executiva [composta por Antônio Massa, Ignácio Evaristo, Manuel Tavares Cavalcanti e Solon de Lucena] aos nossos amigos e correligionário não só para o embarque do sr. coronel Pessôa, como também para a cerimonia de transmissão do govêrno”, que, completam, “deve interessar a todos os parahybanos bem intencionados pelas conquistas e benefícios realizados neste alvissareiro quatriênio tão coroável de bons fructos para o nosso berço comum”.<sup>953</sup>

Para reforçar o convite, entre os últimos gestos de Antônio Pessôa à frente governo do Estado, constou a elaboração de um conjunto de cartas endereçadas aos amigos, auxiliares e correligionários mais próximos – distribuídos nos diversos órgãos, repartições, instituições e comercio da capital – comunicando o afastamento, suas razões e agradecendo ao apoio que obteve durante sua passagem pela presidência. Pelo simbolismo do evento, essa tentativa de

<sup>952</sup> Cf. *A União*, jornal, Parahyba, 23 de julho de 1916. Recorte de jornal disponível no Arquivo de Antônio Pessôa, IHGP, localização AP:RJ A5G4P1, sem numeração.

<sup>953</sup> Na aludida local, os redatores traduziram uma espécie de convite formal, endereçada “aos amigos e correligionários”, assim expresso: “devendo, por motivo de moléstia, deixar o govêrno do Estado, no próximo dia 24 do corrente, o sr. coronel Antônio Pessôa, vice-presidente em exercício, e cabendo-nos por disciplina e solidariedade com s. exc. o estricto dever de prestar-lhe, por ocasião do seu embarque, uma pública homenagem, que lhe signifique o nosso apreço e gratidão pelos bons e indeléveis serviços, prestados a nossa terra, vimos convidar-vos para comparecerdes no dia 25, às 14 horas, à *gare* da central, a sim de levarmos a s. exc. as nossas despedidas. Este procedimento de afectuosa cortesia com o ilustre estadista parahybano impõe-se-nos não somente pelos princípios de cohesão em que nos estreitamos, sob a chefia do sr. senador Epitácio Pessôa [...]”, mas também a Antônio Pessôa representado como restaurador das finanças do Estado. *Ibidem*.

estabelecer uma comunicação direta com os amigos e correligionários foi significativa, não apenas do ponto de vista político – posto que certamente tivesse o objetivo de lhe garantir apoio, mesmo estando fora do governo –, mas também do ponto de vista propagandístico. Neste último caso, alguns dos destinatários – a exemplo de Arthur Achilles, Manuel Tavares Cavalcante e da Associação Comercial da Parahyba, na pessoa do seu Presidente Izidro Gomes da Silva – retribuíram o gesto fazendo circular matérias locais contendo referências elogiosas ao coronel Pessôa e a sua passagem pelo governo. Tais documentos foram replicados na imprensa oficial como testemunhos propensos a chancelar, entre os paraibanos, as qualidades administrativas do presidente do Estado.<sup>954</sup>

No caso da Associação Comercial da Parahyba, por exemplo, os sócios, reunidos através do seu presidente, não apenas destacaram as medidas do governo para o desenvolvimento do comércio no Estado – enaltecendo a reestruturação das finanças públicas –, mas também fizeram constar em ata “votos pelo reestabelecimento da saúde” e informaram da decisão da diretoria de “assistir, incorporada, ao embarque de sua exa”, marcada para o dia 25 de julho. Já do superintendente da *Great Wester* – justificando o seu gesto diante da missiva enviada por Antônio Pessôa – o palácio das Trincheiras recebeu um telegrama informando da disposição de “um trem especial para a condução de s. exc. e de sua exma. família até à cidade de Itabayanna, a que se destinam.” Além do gesto do representante da concessionária inglesa, para constar na programação oficial, a “Empresa Tracção Luz e Fôrça” – que cuidava do transporte público da capital –, ofertou três bondes de sua frota para transportar o chefe do executivo estadual, a sua família, ajudantes diretos e amigos íntimos do Palácio das Trincheiras à Praça Álvaro Machado nas mediações da *gare* central. Ajustadas e previamente publicadas, essas medidas tenderam a dar ao evento de despedida do coronel Pessôa uma dimensão ainda mais festiva e, por conseguinte, espetacular.<sup>955</sup>

---

<sup>954</sup> Na carta enviada a Manuel Tavares Cavalcante, por exemplo, diretor da Instrução pública e colaborador do Jornal *A União*, Antônio Pessôa solicita que transmita aos “professores e alumnas desse estabelecimento [Escola Normal] que de modo nenhum esqueci a promessa feita de deixar a Escola Normal em prédio mais próprio e de melhores condições higienincas. Se, portanto, deixo o govêrno constrangido por alteração de saúde, não me escapou a recomendação que me permitti fazer com toda a cortesia ao meu substituto legal por ter no mais sincero empenho essa promessa.” Cf. *A União, Jornal, Parahyba*, 27 de julho de 1916. Recorte de jornal disponível no Arquivo de Antônio Pessôa, IHGP, localização AP:RJ A5G4P1. Sem numeração. A promessa foi efetivada por Solon de Lucena que transferiu a Escola Normal para o prédio da residência presidencial, situada nas proximidades do Palácio das Trincheiras. A medida foi objeto de contenda e desacordo entre Epitácio, Antônio Pessôa e Camillo de Holkanda; este último, requerendo o direito de instalar-se na antiga residência; os dois primeiros, defendendo o argumento de que era uma medida necessária “não só pela melhor instalação da Escola [Normal], como da economia daí resultante. [...]”. Conferir carta de Epitácio Pessôa à Camillo de Hollanda, Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1916. Cópia disponível em PESSÔA, Epitácio (1962, p. 268).

<sup>955</sup> Cf. *A União, Jornal, Parahyba*, 23 de julho de 1916. Recorte de jornal disponível no Arquivo de Antônio Pessôa, IHGP, localização AP:RJ A5G4P1, sem numeração. Ver ainda sobre a disposição dos automóveis da “Empresa Luz Fôrça” ofertadas ao transporte do presidente e sua família, *A Notícia, Jornal, Parahyba* 26 de julho de 1916.

### 6.3.1 O dia 24 de julho: a transferência do governo e as referências à autorepresentação de Antônio Pessôa.

No dia 24 de julho, como noticiara *A União* dias antes, “a cerimônia de transmissão do poder” ocorreu “no salão nobre do Lyceu Parahybano.” Ali, estava presente o então presidente em exercício “que se encontrava na companhia dos srs. dr. Pessôa Filho, seu official de gabinete, tenente Hermes Costa [...] Antônio Massa, chefe de polícia; Eduardo Pinto, inspector do Thesouro e mais auxiliares”, provavelmente entre um número seletivo de convidados. Dois discursos marcaram a cerimônia; o de Antônio Pessôa que leu “a exposição do que ocorreu durante o seu anno de governo” e o de Solon de Lucena que pretendeu selar a orientação de que continuaria a obra iniciada em 1912. No caso do documento preparado pelo presidente do Estado e seus auxiliares, cabe recortá-lo em trechos importantes a presente análise.

Exmo. snr. Dr. Solon Barbosa de Lucena, D. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado:

Impondo-me o estado precário de minha saúde a imperiosa necessidade de deixar o exercício da administração pública [...] jamais foi a minha intenção deixar antecipadamente o exercício, mas o meu organismo, já combalido por antigos soffrimentos, muito se tem ressentido com os esforços e os labores de que me sobrecarregaram as responsabilidades da administração de modo a impossibilitar-me de prosseguir em tão árduos trabalhos. [...] a exposição que meu digno antecessor [Castro Pinto] me dirigiu ao deixar o exercício do seu cargo denuncia com precisão e eloquência as circunstâncias de extrema gravidade em que se debatia a nossa terra, as dificuldades insuperáveis que se antolhavam ao depositário do govêrno em face da situação econômica e financeira para solver comprimissos que iam cada vez mais acumulando. [... Relembra/reproduz os dados da dívida ativa e o caixa existente no tesouro de acordo com a mensagem encaminhada por Castro Pinto em julho de 1915]. Para salvar o crédito publico e redimir a Parahyba de tão peníveis agruras, só um caminho se impunha ao administrador consciente dos seus deveres: o da redução inexorável de despesas publicas, aliviando os cofres de todos os encargos que se não impusessem em nome das supremas necessidades collectivas. Por este caminho houve logo de enveredar com firmeza e tenacidade. Se é certo que tiver de encontrar-me com as injustiças e os apodos dos que não quiseram comprehender a sinceridade das minhas intenções e a minha coragem cívica no cumprimento do dever, supplantando embora sentimentos de outra ordem, não é menos certo que a opinião sensata e imparcial não deixou de aplaudir os meus actos e a posteridade me fará justiça. O resultado corou os meus esforços e compensou as minhas energias dispendidas. Dentro de um anno de govêrno, consegui não pôr em dia os pagamentos do funcionalismo, como também reduzir a dívida passiva do Estado a 750:384\$824 [setecentos e cinquenta contos, trezentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e vinte quatro reis]. Operei nella uma redução de mais de 50% e, ao transmitir-vos o govêrno, deixei vencidas as grandes dificuldades que se me antolharam. Ides assumir a administração em condições assás lisonjeiras, comparativamente com as que tiver que enfrentar. Luctando com taes embaraços, não me era possível satisfazer plenamente toas as necessidades administrativas do Estado. [...] Convencido de que nenhuma se impunha com maior vigor que a de difundir e melhorar a instrucção [pública], consagrei a esta o melhor da minha atenção e das minhas energias.” [...] <sup>956</sup>

<sup>956</sup> O documento, após o preambulo citado, dividiu-se em 11 partes – coincidentes com as áreas da administração pública –, cada uma listando as ações e traçando orientações a serem seguidas na(o) “Instrucção Pública” – item

Reproduzido no jornal *A Notícia e A União*, é possível perceber a maneira como Antônio Pessôa pretendeu traçar uma compreensão de si, do governo que exerceu e da situação política do Estado sob a égide dos Pessôa. Nesse caso, o documento alude várias mensagens significativas ao entendimento dos esforços empreendidos para configuração da *tradição familiar Pessôa* naquele período. Dentre elas, chamo atenção para a referência ao lugar que o coronel Antônio Pessôa desejava ser lembrado pela História – preocupação também demonstrada por Epitácio Pessôa em 1922 –, isto é, como um governante que concentrou forças para salvar o Estado de grave situação financeira; e, como lembrou Pessôa Filho anos depois em carta enviada ao IHGP – 1958 –, Antônio Pessôa também foi o estadista parahybano que “com maior vigor” dedicou-se “a difundir e melhorar a instrução pública” do Estado.

No último caso, a mensagem ecoou pelas páginas dos jornais lembrando aos leitores que “no capítulo sobre a instrução pública, departamento que lhe mereceu especial cuidado, o coronel Antônio Pessôa enumerou os seus actos”, destacando as “cifras eloquentes.”<sup>957</sup> Consciente do esforço empreendido para promoção desse ajustamento de memória, Antônio Pessôa fez referências diretas a suposta nova fase político administrativa iniciada com o avanço do epitatacismo, reafirmando, ele mesmo, a importância da sua participação na aparente *ordem de Epitácio, lei-se, ordem dos Pessôa* cuja temporalidade havia tido um corte incisivo em 1915, isto é, após o início do *governo que surgiu do rompimento* – nas palavras de Epitácio Pessôa em discurso proferido meses antes. Aos olhos de Epitácio Pessôa, aliás, essa referência traduzia-

---

que abre a exposição, destacando a importância dada a ele pelo governo –; “Justiça”; “Hygiene”; “Polícia Cível”; “Obras Públicas”; “Abastecimento D’água”; “Biblioteca Pública”; “Estatística e Arquivo Público”; “Imprensa Oficial” – destaque dado ao trabalho d’ *A União* “dirigida por um dos mais brilhantes homens de letras do Paiz, o Dr. Carlos Dias Fernandes”; “Economia e Finanças”; “Thesouro do Estado”. Cf. “Exposição” – apresentada ao sr. dr. Solon Barbosa de Lucena, presidente da Assembleia Legislativa, pelo 1º Vice-presidente do Estado, coronel ANTÔNIO DA SILVA PESSÔA, ao passar o exercício do cargo, por entrar em gozo de licença que lhe concedeu o Superior Tribunal de Justiça, em 21 de julho de 1916. Imprensa Oficial, Parahyba, 1916.

<sup>957</sup> Conferir matéria intitulada “Governo do Estado” sobre a exposição de Antônio Pessôa à Solon de Lucena, em *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 25 de julho de 1916. A ideia de que Antônio Pessôa estava entregando o Estado em melhores condições materiais aos seus sucessores foi um expediente explorado não apenas pelos redatores da imprensa oficial mas por seus entusiastas e correspondentes na imprensa regional e na capital da República. Foi assim os editoriais do *Jornal do Recife* e do *Jornal Diário do Estado* – órgão do Governo do Ceará, onde colaborava “o nosso distinto conterrâneo dr. Alcibiades Silva” – traduziram matérias sobre a situação política da Parahyba entre junho e julho de 1916. Tal expediente, era ainda feito por Epitácio Pessôa, consciente da necessidade de publicar o que o governo de Antônio Pessôa, sob a sua influência direta, havia conseguido em um ano. Falando de uma carta que havia escrito e publicado no *Jornal do Comercio* – em que rebatia as críticas sobre as despesas do governo de Antônio Pessôa com a imprensa oficial – Epitácio Pessôa afirmou, para tanto, que havia aproveitado “a ocasião para divulgar o que conseguimos em um ano de governo.” Cf. respectivamente, *A Notícia*, Jornal 4 de julho de 1916; e carta de Epitácio Pessôa à Solon de Lucena, Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1916. Cópia disponível em PESSÔA, Epitácio (1962, p. 249).

se no argumento de que “a força da administração [de Antônio Pessôa] vem da moralidade dos seus actos.”<sup>958</sup>

Do ponto de vista político e administrativo, o documento – Exposição – era uma espécie de orientação direta do pensamento dos irmãos Pessôa direcionado para Solon de Lucena, certo que estava o chefe do Partido – Epitácio – que este “manterá intransigente a orientação administrativa do Antônio Pessôa”. Em tese, essa orientação deveria prevalecer publicamente entre os presidentes do Estado que assumissem após 1916, sendo aventada pelas páginas da imprensa oficial. Na prática, essa orientação silenciava a política de bastidores executada por Epitácio Pessôa no Rio de Janeiro, de onde ditava as regras do “seu programa” sobre a Paraíba, isto é, um intenso jogo político que se apoiava, entre outros aspectos, em “dar força aos chefes locais [epitacistas], responsáveis que são pela política dos municípios” para fortalecer o epitacismo. Acreditava o chefe oligarca que suas orientações, executadas sem maiores embaraços nos governos de Antônio Pessôa/Solon de Lucena, também seriam seguidas por Camillo de Hollanda, presidente recém-eleito.<sup>959</sup>

---

<sup>958</sup> Nas primeiras cartas encaminhadas a “Solon de Lucena, depois que este assumiu o Governo do Estado” – uma delas datada de julho de 1916 – Epitácio detalhou o seu programa que, em tese, deveria seguir “as orientações administrativas do Antônio Pessôa”. De um lado, essa orientação deveria atender aos desígnios de uma engenhosa política de bastidores que, em seus termos, consistia “em dar força aos chefes locais, responsáveis que são pela política dos municípios.” Como isso, Epitácio Pessôa objetivava equipar seus amigos e correligionários dispostos a apoiar o epitacismo nas eleições municipais, estadual e federal. Para tanto, a carta lista um conjunto de nomes e situações a serem resolvidas em Campina Grande, na capital, Ingá, Pombal e Piancó. Por outro lado, publicamente, essa orientação deveria perpassar pela aparente necessidade de moralização do Estado e pelas melhorias empreendidas em áreas estratégicas, como nas finanças e na instrução pública. Nesse caso, destacou Epitácio Pessôa “acho boas as idéias sugeridas pelo ANTÔNIO [Pessôa] na exposição com que lhe passou o governo, - de extinguir a guarda civil, aumentando correspondentemente a polícia, de anexar a Estatística ao Tesouro e o Arquivo [público] à biblioteca”; medidas que supostamente objetivavam a contenção de gastos e melhoramento da administração pública. Para isso, convinha dar atenção ao expediente da Imprensa oficial. Esta, no entender de Epitácio Pessôa, deveria continuar vigilante e combativa, atenta a defesa do governo. Em carta de 12 de agosto, por exemplo, o chefe oligarca foi taxativo: “estou de acôrdo com o editorial da *A União* sobre a imprensa [que distanciando-se da luta política mais intensa empreendida pelo jornal *A Notícia* contra o *Diário do Estado*, parecia voltar-se a publicação do expediente do governo], porquanto espero que os nossos adversários passarão a manter certa compostura. Mas se se descambarem de novo para o insulto, o doesto e a calúnia, forçoso será repeli-los com energia, embora guardando a gravidade que deve ter o órgão oficial do estado”. Na mesma cata, Epitácio falou de possíveis mudanças no corpo editorial da imprensa oficial, na diminuição de despesas com a publicação da propaganda do governo na imprensa regional e nacional e seus correspondentes na Europa – a exemplo de Sinfrônio Magalhães; sinaliza ainda as conversas tidas com Camillo de Holanda para montagem do novo governo, com a indicação de auxiliares que incluía, dentre outros, o próprio Solon de Lucena. Conferir, respectivamente, carta de Epitácio Pessôa à Solon de Lucena, Rio de Janeiro, julho de 1916; e de Epitácio à Solon de Lucena, Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1916. Cópias disponíveis em PESSÔA, Epitácio (1962, p. 248-252).

<sup>959</sup> Ciente das orientações de Epitácio e Antônio Pessôa, o discurso de Solon de Lucena, proferido na ocasião de sua posse, revela sinais das pretensões do chefe do epitacismo e seus representantes na Paraíba em comandar a política estadual. Ali, após tecer vários elogios a administração iniciada em julho de 1915, Solon de Lucena lembrou do “apoio do meu Partido, superiormente representado na egrégia individualidade de seu eminente chefe senador Epitácio Pessôa, a cuja inspiração política obedecerei exclusivamente e com a mesma sinceridade com que o notável parahybano se há empenhado moral e material de nosso Estado”. Sinal de que Solon de Lucena acenava publicamente para o entendimento da mensagem dos irmãos Pessôa, sobretudo a do chefe do Partido que consistia em fazer reconhecer que a partir de 1915 as cousas políticas da Paraíba não seriam mais resolvidas sem

### 6.3.2 O dia 25 de julho: o embarque na *gare* central da *Great Western*.

Como sinalizava o convite publicado dias antes, a partida de Antônio Pessôa da *gare* central com destino à Itabaiana estava marcada para as primeiras horas da tarde do dia 25 de julho. Pelo palco montado, os esforços do governo eram no sentido de fazer desse dia uma grande festa de despedida – um espetáculo – estratégia para demarcar o carisma de Antônio Pessôa junto aos paraibanos, especialmente na Capital. Seguindo os passos da programação, informou o matutino oficial que “o ilustre itinerante chegou à praça Alvaro Machado quasi às quatorze horas. S. exa. desceu do palacete das Trincheiras, em bond especial da Empresa Tracção, Luz e Força, na companhia de sua exma. família [...]”. Na Praça Álvaro Machado, número significativo de pessoas aguardava a comitiva; no dizer dos redatores “uma adensada multidão de todos os elementos cívicos da Parahyba do Norte”, a “significar, por uma grande festa pública, os agradecimentos da nossa terra ao ínclito e prestigioso estadista, que nos salvou da bancarrota, da corrupção dos costumes e do naufrágio político, pela simples actuação da sua honesta e inflexível vontade”.<sup>960</sup>

Em Itabaiana, “o trem em que viajava s. ex. chegou áquella prospera cidade às 16 horas, estando presente à estação muitos amigos e correligionários”, entre eles Odilon Maroja – encontro cercado de simbolismo, se pudermos levar em consideração a cena descrita por José Lins do Rêgo no romance *Doidinho*, já citado. Ali, segundo os redatores, em “casa especialmente preparada para hospedagem de s. exc. e de seus companheiros de viagem” um “jantar íntimo” fora organizado. Entre o tilintar de talheres e brindes, compilou-se uma série de discursos que envolveu a fala de Antônio Pessôa, do conego Amâncio Ramalho – pároco da capital e representante de D. Adauto de Meira Henriques, arcebispo da Paraíba –, seguido de Odilon Maroja e João Suassuna. No mesmo dia em que publicou a recepção em Itabaiana, A

---

o seu aval. Cf. discurso de Solon de Lucena publicado n' *A União*, Jornal, Parahyba, 25 de julho de 1916. Recorte de jornal disponível no arquivo de Antônio Pessôa, IHGP, localização AP:RJ A5G4P1. Sem numeração.

<sup>960</sup> De acordo com *A União* no trânsito do Palácio das Trincheiras à Praça Álvaro Machado, além da sua família – no destaque dado a sua esposa, Sinhá Pessôa e sua filha Clarice Pessôa – acompanhou o presidente o “o sr. dr. Solon de Lucena, chefe do Govêrno; dr. Pessôa Filho e Tenente Hermes Costa, official de gabinete e ajudante de ordens da Presidencia; dr. Carlos D. Fernandes, director desta folha; além d'outras pessoas gradas e amigos particulares. Noutros vehiculos da mesma companhia [referindo-se aos bonds da Empresa Tracção, Luz e Força], vieram ainda numerosos manifestantes, inclusive muitas senhoras e senhorias de nossa melhor sociedade, que assim testemunharam mais uma vez a mme. Sinhazinha Pessôa os seus mais verazes tributos de consideração e apreço”. O mesmo jornal traz uma extensa lista de pessoas – cerca de 400 nomes – presentes no evento. Além de nomes conhecidos da administração de Antônio Pessôa, destaque a referência de alguns representantes de famílias tradicionais da Parahyba, a exemplo dos Tavares Cavalcanti, Carneiro da Cunha – na pessoa do coronel Francisco Pedro Carneiro da Cunha – os Maia – Joaquim Maia – e lideranças religiosas – representantes do arcebispo da Paraíba – e políticas, a exemplo dos deputados Flávio Maroja e Neiva de Figueiredo. Cf. *A União*, Jornal, Parahyba, 26 de julho de 1916. Recorte de jornal disponível no Arquivo de Antônio Pessôa, IHGP, localização AP:RJ A5G4P1. Sem numeração.

*União* fez circular o telegrama enviado por Epitácio à Antônio Pessôa datado de 25 de julho. Ali, disse Epitácio:

Rio, 25-7-916 – Cel. Antônio Pessôa, presidente – Parahyba – Sinto estado precário de saúde vos forçasse deixar govêrno Parahyba que, estou certo, jamais esquecerá serviços inestimáveis lhe prestastes com serena coragem cívica, elevado espírito público, restaurando-lhe finanças em curto período de dificuldades asfixiantes, desenvolvendo-lhe instrução, implantando ramos administração normas intransigentes economia, moralidade, justiça, dando exemplo pessoal maior devotamento, abraçando sacrifício na propugnação interesses Estado como parahybano que sobrepõe a tudo bem sua terra. Aceitae mais vivos agradecimentos. Epitácio.<sup>961</sup>

Assim descrito – com a chancela de Epitácio Pessôa –, de um lado, não resta dúvidas que os esforços de Antônio Pessôa e seus entusiastas para transformar esse evento em um ato de coroamento administrativo surtiu certo efeito, propenso a demarcar dramaticamente o encerramento de sua atividade política no Estado. Por outro lado, sendo visivelmente supervalorizado pelas páginas dos jornais, esse coroamento criou uma memória significativa sobre a colaboração dos Silva Pessôa de Umbuzeiro – sob a liderança de Antônio Pessôa – no projeto político encabeçado pelo líder maior da família Pessôa e chefe oligarca, o então senador Epitácio Lindolfo da Silva Pessôa. Nesse projeto, a imprensa oficial realçou a imagem de Antônio Pessôa como a *do redentor das finanças do Estado, e incontestemente agente público preocupado com a instrução pública da Parahyba*. Como salientou certo entusiasta – Álvaro Pereira de Carvalho – em gesto dramatizado subindo “à plata-forma dum wagon” na gare da *Great Western* na Capital, aquelas homenagens eram um tributo “ao eminente salvador das finanças públicas, ao remodelador dos nossos costumes públicos”, coronel Antônio Pessôa.<sup>962</sup>

### 6.3.2.1 A memória do 25 de julho editada pela imprensa regional.

<sup>961</sup> Conferir *A União*, jornal, Parahyba, 27 de julho de 1916. Recorte de jornal disponível no Arquivo de Antônio Pessôa, IHGP, localização AP:RJ A5G4P1. Sem numeração.

<sup>962</sup> Cf. *A União*, jornal, Parahyba, 26 de julho de 1916. Recorte de jornal disponível no Arquivo de Antônio Pessôa, IHGP, localização AP:RJ A5G4P1. Sem numeração. Álvaro Pereira de Carvalho nasceu na cidade de Mamanguape (PB) no dia 19 de fevereiro de 1885, filho de Manuel Pereira de Carvalho e de Francisca Leopoldina de Carvalho. Estudou no Liceu Paraibano e aos 18 anos iniciou-se no jornalismo como secretário do *Jornal do Comércio*, dirigido por Artur Aquiles, amigo pessoal de Antônio e Epitácio Pessôa. Em 1916 Álvaro de Carvalho formou-se pela Faculdade de Direito do Recife. A partir de então, teve uma rápida e ascensão política dentro do epitacismo. Ocupou o cargo de secretário-geral do governo de Solon de Lucena (1920-1924) e colaborou no governo de João Suassuna (1924-1928). Em 1927 foi eleito deputado federal pela Paraíba para a legislatura 1927-1929. Contudo, renunciou ao mandato em 1928 quando foi eleito vice-presidente do estado na chapa encabeçada por João Pessoa. Assumiu interinamente o governo em algumas ocasiões durante a campanha eleitoral da Aliança Liberal, e quando João Pessoa foi assassinado em 26 de julho de 1930, substituiu-o legalmente. Conferir dados biográficos de Álvaro de Carvalho disponíveis em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CARVALHO,%20%C3%81lvaro%20Pereira%20de.pdf>. Acesso em 20 de agosto de 2018.

Neste último caso, publicando na primeira página do *Jornal Pequeno* – em matéria especial na sessão “Reportagem de Impressões” – sob o título de “Varão de Modestia”, o articulista José de Sá sintetizou indiretamente as intenções dos jornais paraibanos que traduziram em suas páginas o simbolismo e o projeto memorialístico que incidiu sobre a festa de 25 de julho. Segundo ele, lendo “nos jornaes parahybanos as homenagens populares que remataram a administração do sr. coronel Antônio Pessôa”, compreende-se “a singular história desse pequeno cyclo administrativo”; ou seja, da sua leitura dos jornais paraibanos que cobriram o evento, ratificava-se as impressões do período singular da história político-administrativa da Parahyba sob a presidência de Antônio Pessôa.<sup>963</sup> Tal impressão também ecoou pelas páginas do *Jornal do Recife* em sua edição de 12 de agosto de 1916. Nesse outro periódico pernambucano – estampando a mesma fotografia do então Presidente publicada no jornal *A União* em sua edição de 23 de julho, já citada –, os redatores trataram aquelas homenagens como “uma incontestável consagração popular”.<sup>964</sup>

Estratificada na imprensa local e regional, a memória construída sobre o *estadista Antônio Pessôa* dava fortes sinais de coesão na medida em que uma espessa camada narrativa ia sendo sobreposta à data do 25 de julho; nela, fazia-se circular as demonstrações públicas que ratificavam o argumento de que o seu curto período de governo foi um marco na história político-administrativo da Paraíba. Essa era uma imagem, leia-se, uma representação importante para solidificar o projeto político de Epitácio Pessôa iniciado em 1915. Tanto é que, como veremos, a (des)legitimação dessa imagem – em determinado momento considerada uma afronta à memória do ex-presidente –, sentida diante de alguns atos políticos e decisões administrativas de Camillo de Hollanda, foi um dos objetos do desacordo entre este e os irmãos Pessôa nos primeiros meses do quadriênio iniciado em fins de 1916.

### 6.3.3 A política de alijamentos de Camillo de Hollanda.

Apesar da expectativa, recolhido em Barra de Natuba desde o dia em que deixou a capital do Estado, Antônio Pessôa acompanhou por via telegráfica – enviados a Umbuzeiro –, jornais e cartas o desenrolar da política estadual, enquanto crescia a tensão entre ele e o novo

---

<sup>963</sup> Conferir, *Jornal Pequeno*, Jornal, Recife, 2 de agosto de 1916. Recorte de jornal disponível no Arquivo de Antônio Pessôa, IHGP, localização AP:RJ A5G4P1. Sem numeração.

<sup>964</sup> Cf. *Jornal do Recife*, Jornal, Recife 12 de agosto de 1916. Recorte de jornal disponível no Arquivo de Antônio Pessôa, IHGP, localização AP:RJ A5G4P1. Sem numeração.



presidente do Estado. Escrevendo a Epitácio no dia 19 de outubro, três dias antes da posse do novo Presidente, externou:

B. de Natuba, 19 de outubro de 1916.

Epitácio.

Recebi e respondi hontem o seu telegrama, mostrando-me a conveniência de ir a parahyba assistir a posse do Camillo [de Hollanda], para evitar explorações [boatos e notícias nos jornais opositores]. Infelizmente não posso satisfazer o seu e o meu grande desejo. Há quase dois meses que estou com os pés em mau estado [...]. Isso mesmo mandei dizer a Camilo em carta de anteontem, prometendo ir vê-lo logo que pudesse. A exploração que v. teme far-se-a com ou sem a minha presença ali. [...] Já V. deve ter lidos nos jornais da Parahyba (*no Diario*) a noticia de que Camillo escrevera ao desembargador Pinho [Candido Pinho] dizendo que aceitava Solon [de Lucena] para secretario [Geral do Governo] porque V. lhe impusera esse sacrifício; mas que o Solon seria pessoa apagada no governo d'elle, por não lhe merecer confiança. [grifo no original]. Até hoje não li nenhuma contestação da parte do Pinho ou do Camillo. Solon escreveu-me pedindo-me que o aconselhasse em situação tão angustiosa. Respondi-lhe não como político, mas como amigo, dizendo-lhe que se Pinho ou Camillo não desmentissem *O Diario* era o caso delle, Solon, por dignidade própria, não aceitar a nomeação de secretario. Mas tudo isso elle devia fazer ouvindo previamente a V. [...] Já V. vio o caso do grupo escolar Thomas Mindello. Logo que eu deixei o governo, Ignacio, Oscar e Evandro Fernandes intimaram o architecto a não colocar mais o dístico no edificio, pois o titulo seria outro. Foi preciso que Solon chamasse o architecto e lhe desse ordem para, immediatamente, colocar o dístico. Outra campanha foi contra a adaptação da antiga residência presidencial para a escola normal. [...] fala longamente das indicações e medidas tomadas em seu governo que foram alteradas por Camillo de Hollanda] Vencidos pela lealdade de Solon, agora consta-me não reintegrar, por assinte a minha pessoa e a Solon, Neophito, Luiz Franca, os cunhados de José Rodrigues e de Padre Mathias demitindo por mim e por Solon. Acha V. que a minha dignidade comporta semelhante desconsideração? – Consta que Camillo vai nomear Simões administrador da mesa de rendas de Guarabira. V. esta longe e não conhece os indivíduos. Simões nunca foi nosso amigo decidido. [...] Esse Camillo sahiu melhor que as encomendas. Deus queira que tudo marche em paz e o preserve de desgostos [...] <sup>965</sup>

No conteúdo da longa carta – recortada aos meus propósitos – chama atenção os anseios de Epitácio Pessôa no sentido de que os sinais de um possível rompimento dentro da oligarquia viessem a ganhar maiores proporções nas páginas dos jornais opositores. Além disso, as medidas de Camillo de Hollnada que deslegitimavam as ações tomadas por Antônio Pessôa durante o seu governo – apagando aspectos significativos do projeto memorialístico encampado

<sup>965</sup> De Antônio à Epitácio Pessôa. Barra de Natuba, 19 de outubro de 1916. Disponível no Arquivo de Epitácio Pessôa, IHGB, livro 12, folhas 8/1 a 8/8. O jornal *A Notícia*, edição de 21 de outubro, reproduziu a justificativa do coronel Antônio Pessôa, que “acometido de erupções nos pés, que o privam de calçar-se, sabemos não poderá assistir a posse do novo governo, o eminente conterrâneo sr. coronel Antônio Pessôa. Escusando-se com esse justo motivo, s. exc. dirigiu-se cordialmente ao exmo. sr. dr. Camillo de Holanda, futuro chefe do governo”. Cf. *A Notícia*, jornal, Parahyba, 21 de outubro de 1916. A posse de Camillo de Holanda ocorrida em 22 de outubro, foi publicada no jornal *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 22 de outubro de 1916.

pela imprensa oficial – aparecem como objetos da contenda. Porém, com maior intensidade, Antônio Pessôa queixava-se da política de alijamentos do seu sucessor. A princípio, essa política também foi direcionada contra os nomes indicados pelo próprio Epitácio Pessôa para composição do governo, sobretudo Solon de Lucena, Demócrito de Almeida e Antônio Pessôa Filho; indicados para assumirem, respectivamente, a secretaria Geral do Estado, a chefia de polícia e a prefeitura da Capital.

### 6.3.3.1 A cisão na oligarquia epitacista e sua exploração na folha opositora.

Pela imprensa repercutiu o fato dos três indicados receberem suas respectivas portarias por intermédio de um soldado de polícia, diferente dos demais auxiliares que receberam os atos de nomeação das mãos do próprio Camillo de Hollanda no evento da posse.<sup>966</sup> O gesto, além de deslegitimar os concorrentes aos cargos, desprestigiava diretamente o coronel Antônio Pessôa – por ter entre os indicados um de seus filhos e o nome de Solon de Lucena, seu preferido à sucessão presidencial – e, por conseguinte, o próprio Epitácio. Esse gesto também reacendia, publicamente, os sinais de que o partido estava rachado por dentro – temor maior do chefe oligarca. Este último, diante da leitura dos jornais que exploravam o caso e, certamente alertado pelos correligionários, telegrafou imediatamente à Camillo de Holanda, nos termos abaixo, logo após a posse,

Cópia 25/10/916 – PRESIDENTE DO ESTADO – PARAÍBA – Quando Você partiu daqui [Rio de Janeiro] assegurei fecharia ouvidos intrigas. Por isso fiquei quieto ao saber *UNIÃO* [A União] ontem acentuou Você entregara pessoalmente como prova de confiança portarias seus auxiliares exceto Solon [de Lucena], Demócrito [de Almeida], Antônio [Pessôa Filho], aos quais mandara por ordenança, conservando-se estes afastados também porque continuavam boatos sua repulsa sem nenhuma contestação órgão oficial. Não acreditei absolutamente nisto. Antes eleito. Você declarava sempre aceitaria auxiliares eu indicasse partiu dizendo-me aceitas assentadas indicações feitas. Não ter coragem recusa-las francamente aqui e procurar hoje aí meio insidioso tornar impossível aceitação cargos por parte amigos indicados, rompendo assim comigo primeiro ato de governo, seria processo indigno. Você. Estou portanto, convencido fato inverídico. Falo sinceramente. Mas como recebo agora telegrama Demócrito dizendo inauguração meu retrato Prefeitura perante Pinho

<sup>966</sup> O caso também repercutiu nas páginas do Jornal *A Notícia* que, aquela altura, já abria o seu editorial com fortes críticas aos “guelas” e aos atos do governo, sempre noticiados com entusiasmo e forte dose de ironia pelos redatores do *Diário do Estado*, quando estes questionavam a aparente unidade do grupo epitacista. Conferir sobre isso, respectivamente as edições 10 e 12 de outubro – sessão Notas Políticas – sobre a repercussão das divergências no interior do Partido pela Assembleia; sobre a imposição da nomeação de Solon de Lucena – matéria publicada no *Diário do Estado*; sobre a repercussão do discurso do deputado Genésio Gambarra na Assembleia legislativa do Estado sobre a imposição do nome de Solon de Lucena para o cargo de secretário aparecem, respectivamente, nas edições de 14 e 15 de outubro; sobre a contenda entre Camillo de Holanda e os redatores d’ *A Notícia*, conferir edição de 22 de outubro 1916 – dia da posse do novo presidente. Cf. *A Notícia*, jornal, Parahyba, 22 de outubro de 1916.

[Antônio Soares de Pinho – subprefeito da Capital], vejo há qualquer coisa. Por isso peço informar-me urgente. – Abraços, Epitácio.<sup>967</sup>

O silêncio de Camillo quanto aos pedidos de informações de Epitácio Pessôa, levou este último a telegrafar por duas vezes, respectivamente 27 e 28 de outubro, ao então deputado Otacílio de Albuquerque – liderança epitacista na Assembleia – solicitando que “intervenha a fim de evitar caprichos de qualquer parte [referindo-se as posições dos auxiliares, Solon e Pessôa Filho em não querer assumir os cargos, bem como da postura de Camillo de Holanda], somente prejudiciais partido Estado.”<sup>968</sup> No outro, afirmou “continuo sem resposta CAMILO [...] caso tais acontecimentos [a nomeação dos auxiliares] tenham criado incompatibilidade irreduzível entre Camilo [de Holanda], Solon [de Lucena] ficais autorizado a sugerir este ir Prefeitura, ficando PESSÔA [Antônio Pessôa Filho] secretário.”<sup>969</sup> Enquanto isso, na Barra de Natuba o coronel Pessôa também parecia desconhecer os últimos acontecimentos políticos ocorridos na capital. Escrevendo a Epitácio Pessôa no mesmo dia 27 de novembro, afirmou,

Barra de Natuba, 27/10/1916.

Epitácio

Depois da minha última carta [referindo-se a carta de 19 de outubro] quase morri. Nem sei, meu irmão, como não se perde a vida diante de tamanho sofrimento. Uma colica horrível, hepática, prostou-me de 20 a 24 do corrente, deixando-me em estado lastimoso de abatimento e fraqueza e, não fosse a necessidade que tenho de escrever-lhe esta carta não estaria agora fazendo tamanho sacrificio. Até hoje desconheço por completo o que deliberar a você do acto político, sobre os auxiliares do novo governo.

<sup>967</sup> No telegrama, disse Epitácio Pessôa “soube *UNIÃO* publicou CAMILO entregará pessoalmente portaria de nomeação auxiliares sua confiança, mas enviara soldado de polícia portaria SOLON, PESSOA, DEMÓCRITO, com o intuito acentuar sua repulsa colaboração tais amigos. Telegrafei CAMILO 25, ainda não tive resposta. [...] Não creio CAMILO, depois de haver cominado aqui sem relutância nomes de auxiliares, recorra agora tal expediente excluí-los, rompendo assim comigo primeiro dia de governo; também não acredito aquêles amigos [auxiliares] queiram por mal justificado amor próprio perturbar a paz Partido. Deve haver em tudo isto mal-entendido, para cuja explicação conto todo o seu esforço. Notícias demissões outros atos do Governo têm alarmado colônia, representação, próceres política, todos inquirindo significação tal reação, logo primeiros dias de governo”. Cf. Telegrama de Epitácio Pessôa à Camillo de Holanda em 25 de outubro de 1916. In. Arquivo de Epitácio Pessôa, IHGB, Livro 12 folha 25. Cópia disponível em PESSÔA, Epitácio (1962, p. 259). Constou no jornal *A União*, reproduzida no jornal *A Notícia* que a saída de Camilo de Holanda do Rio de Janeiro – a que refere-se Epitácio Pessôa – onde acertou com a liderança do Partido a montagem do novo governo, foi marcada por um *laudo banquete* - oferecido pelo último ao primeiro. Na matéria, além de descreverem o ambiente teatral diante do qual foi montado o banquete, os redatores reproduziram os discursos das duas lideranças – destacando – “pelos quais se vê a perfeita união de vistas entre ambos”. Camilo de Holanda partiu do Rio de Janeiro a bordo do *Bahia* entre os dias 12 e 13 de outubro de 1916. Conferir, respectivamente *A Notícia*, jornal, Parahyba 11 de outubro de 1916; sobre a viagem de Camillo de Holanda, *A Notícia*, jornal, Parahyba 14 de outubro de 1916. Ver, sobre a chegada de Camillo, edições de 17 e 18 de outubro de 1916. Sobre o ritual de alocação do retrato de Epitácio Pessôa no paço municipal em Parahyba, conferir *A Notícia*, jornal, Parahyba, 24 de outubro de 1916. Conferir na mesma edição, detalhes sobre a posse de Camillo de Holanda, o discurso de Solon de Lucena – Secretario Geral - sob a companhia de Antônio Pessôa Filho – prefeito da capital;

<sup>968</sup> De Epitácio Pessôa ao deputado Otacílio de Albuquerque em 27 de outubro de 1916. Disponível no Arquivo de Epitácio Pessôa, IHGB livro 12, folhas 22. Cópia disponível em PESSÔA, Epitácio, (1962, p. 258).

<sup>969</sup> De Epitácio Pessôa à Otacílio de Albuquerque. In. PESSÔA, Epitácio, (1962, p. 258).

Da Parahyba tive apenas telegrammas do Camillo [Holanda] e do Massa [Antônio Massa, primeiro vice-presidente] agradecendo-me as felicitações pela posse, e uma carta do primeiro, datada de 20, cheia de insinuações contra mim, contra V. e contra Solon, por causa da transferência da escola normal para a antiga residência presidencial. Remeto-lhe a copia da minha resposta [carta de 27 de novembro, já citada]. Como V. verá com a sua visão de homem culto e perspicaz o Camillo não apresenta um só argumento justificando da grande magua [grifo no original] que o opprime. Tudo méro protesto para impedir a entrada de Solon para Secretário Geral, conforme me dissera estava assentado por V. e também para justificar os actos de represália que premedita contra à minha administração e contra a minha pessoa, conforme declarações por elle feitas as pessoas em Recife. [... fala longamente dos atos do governo a revelia de suas indicações e a nomeações de amigos e parentes]. O que não há dúvida é que o meu rompimento com o Camillo seja inevitável. Eu não seria digno de ser seu irmão, *de usar o nome que uso, si me remetesse sem protestos ás humilhações que elle premedita contra mim e que já foram iniciados com uma sofreguidão que bem demonstra o proposito em que esta e bem revela a miserabilidade desse caráter. As primeiras investidas dar-lhe-ei freio com maior violência.* [...] (Grifos meu). À D. Mary e ás meninas a quem nos recomendamos.

Aceite um abraço do I. e amigo.

A. Pessôa<sup>970</sup>

Sensível quanto à compreensão do seu estado de saúde, essa última carta enviada por Antônio Pessôa a Eptácio sintetiza o clima de tensão entre o primeiro e o então presidente do Estado. De certo, os gestos e ações de Camillo de Hollanda contrariando o domínio dos irmãos Pessôa, também o colocou em rota de colisão com o chefe do partido nos primeiros meses de governo. Nesse período, Eptácio Pessôa reclamou reiteradas vezes que os atos do presidente, à revelia de sua prévia consulta, eram gestos vistos como uma afronta que desautorizavam a sua condição de chefe do partido, desprestigiando-o diretamente.<sup>971</sup> Além disso, embora Camillo

<sup>970</sup> De Antônio à Eptácio Pessôa, Barra de Natuba, 27 de outubro de 1916. Disponível no Arquivo de Eptácio Pessôa, IHGB, livro 12, folhas 7/1 a 7/8.

<sup>971</sup> Em telegrama de 30 de outubro de 1916, Eptácio Pessôa mostrou-se ressentido com o fato de que as nomeações do governo, além de não atenderem acordos prévios, eram feitas sem a sua consulta. Como exemplo, afirmou “tenho compromissos fiscal [referia-se a nomeação do chefe da mesa de rendas fiscal] Santa Rita; mas meu candidato será breve removido, sendo então atendida a sua indicação. A propósito, peço não nomear Mesa Rendas Guarabira e Campina sem me ouvir. Rogo também não desfazer atos seus antecessores [referindo-se aos governos de Castro Pinto e Antônio Pessôa] sem minha audiência, pois conheço razão de todos eles.” A preocupação com a nomeação com a recebedoria de rendas dos municípios foi uma prática implementada no governo de Castro Pinto e continuada no governo de Antônio Pessôa, sob o pretexto de que era preciso retirar das mãos dos chefes locais, muitos deles alvaristas, a responsabilidade de recolher as rendas municipais. Sobre isso, em longa carta datada de 27 de novembro de 1916, Eptácio escreveu “é norma antiga do Govêrno, norma salutaríssima não entregar a arrecadação das rendas à política das localidades. V. muitas vêzes aqui [no Rio de Janeiro, como deputado federal] abonou essa prática. Obedecendo a ela, Antônio Pessôa recusou reintegrar em Alagoa Grande, Francisco Luiz, fazendeiro abastado que, durante o tempo que ocupou aquele lugar cifrou a sua atividade em vir da fazenda cada fim de mês receber a sua porcentagem. Herectiano [chefe político e amigo de Francisco Luiz] recorreu para mim. Mantive o ato do Antônio [Pessôa], justificando-o em longa carta a Herectiano. Logo que tomou o poder V. revoga êsse ato em ódio ao seu antecessor reintegra Francisco Luiz, rompendo com aquela norma, e desmoralizando a minha autoridade, desarmando-me contra pretensões idênticas. Reclamo contra o seu ato e V. ainda o mantém?” O caso da Mesa de Rendas de Alagoa Grande também foi tratado em telegrama à Camillo de Holanda em 28 de outubro de 1916; O tema foi ainda tratado por Eptácio Pessôa em carta encaminhada à Francisco Montenegro

de Hollanda houvesse retornado aos seus chamados em um telegrama datado do dia 28 de outubro – aparentemente prometendo reparar supostos erros cometidos –, Epitácio Pessôa continuou cobrando uma resposta mais incisiva publicada nos jornais no sentido deslegitimar as supostas declarações do desembargador Candido Pinho – de que falava Antônio Pessôa –, desvalorizando os seus auxiliares – Solon de Lucena e Pessôa Filho – publicadas no *Diário do Estado*.

Em longa carta enviada à Camillo de Hollanda em 27 de novembro de 1916, por exemplo, Epitácio Pessôa expôs as razões do desentendimento, e retoma o problema da exploração da folha opositora:

[...] Era natural, dada a nossa intimidade e o interêsse que tenho e devo ter pelo Governo do meu Estado em todos os seus aspectos, responsável como sou por êle perante o país – interesse financeiro, econômico, político, administrativo, etc. – era natural que V. se estreitasse comigo sobre o que pretendia fazer, as medidas que ia adotar, o programa que pensava seguir, os atos que tencionava praticar, alguns dos quais já estava praticando. Era isto que V. fazia em outras circunstâncias, não para abdicar a sua autonomia que nunca desejei, mas por confiança no velho amigo, pela deferência ao chefe [do PRCP, Epitácio Pessôa] e pela própria conveniência de ouvir um parecer desinteressado. Doía-me a desconfiança mas calava-me, para não dar razão nem mesmo aparente àqueles que viviam talvez a segredar-lhe que eu queria reduzi-lo a um títere e V. devia altivamente revoltar-se contra tais propósitos. [...] retoma, longamente, citando-os um a um, os atos do governo feitos sem a sua prévia consulta, bem como os atos contrários aos tomados anteriormente por Antônio Pessôa e Solon de Lucena]. Do Rio [de Janeiro] os seus amigos faziam-se porta-voz dêsses novos sentimentos para os meus amigos e parentes daí [referindo-se a política de alijamentos]. O desembargador Cândido Pinho divulgava cartas recebidas neste sentido, o órgão da oposição [*Diário do Estado*] explorava o caso. Para que não demorasse um dia sequer a contestação do que vala antes por uma indignidade atirada contra o seu caráter do que por uma desconsideração aos meus amigos e a mim, telegrafei à Otacílio [de Albuquerque, telegramas já citados] (pois no dia da sua chegada podia não abrir o meu telegrama entre os inúmeros que ia receber), para obter de V. que desmentisse imediatamente a local do *Diário*. V. o fez [pelas páginas da *União*], é verdade, mas depois de relutar, depois de suprimir o comentário que acompanhava a contestação, depois de determinar pessoalmente que esta [referia-se a matéria], escrita em termos dúbios e pusilânimes, saísse na segunda página do jornal e em tipo quase imperceptível. Não é tudo. [...] remete direto e longamente as medidas que desprestigiavam Antônio Pessôa] Na véspera de assumir o Govêrno V. foi pessoalmente à *União* proibir que se desse à estampa do retrato do Antônio [Pessôa] e se fizesse qualquer referencia ao seu nome ao seu Govêrno e ao Solon [de Lucena]! Inconcebível isto! [...] continua falando dos atos de desprestígio à Antônio Pessôa, entre eles, as nomeações das Mesas de Rendas, e pede solução ao caso de Solon de Lucena e Antônio Pessôa Filho].<sup>972</sup>

---

versando sobre o intuito de desfazer o ato de Camilo de Hollanda que, nos termos do missivista, tinha por objetivo “defender as boas normas da administração e a disciplina do Partido.” Conferir, respectivamente, telegrama de Epitácio Pessôa à Camillo de Holanda datado de 30 de outubro de 1916, cópia disponível em PESSÔA, Epitácio (1962, p. 260); Carta de Epitácio Pessôa à Camillo de Holanda em 27 de novembro de 1916, cópia disponível em (*idem*, p. 266-272); telegrama de Epitácio à Camillo Holanda datado de 28 de novembro de 1916, cópia disponível em (*Idem*, p. 261).

<sup>972</sup> Sobre as declarações de Camillo de Hollanda na imprensa oficial, demonstrando a sua constante preocupação com a exposição da imprensa opositora, disse o então senador e chefe do Partido: “A *União*, é certo, já publicou manifestações a este respeito; mas os dias se passaram, e palavras e atos seus e dos íntimos vieram desfazer o efeito daquelas declarações, e a exploração recrudescer as sombras”. Sobre a contenda política que envolvia a

Entre outras coisas, Epitácio Pessôa remetia a maneira como os supostos entusiastas de Camillo de Hollanda exploraram a tensão intraoligárquica no *Diário do Estado* tecendo elogios às ações do presidente; posto que eram satiricamente vistas como uma forma de não aderir ao mandonismo do chefe, isto é, de tornar-se um *títere* de Epitácio Pessôa. Para este último, era questionável o fato de que esta folha atacasse “injurie, calunie diariamente o Partido e seu chefe e o órgão do Partido [A *União*] se conserve silencioso, porque... a dita fôlha [*Diário do Estado*] elogia o Presidente do Estado”; e questiona “que significa isto? Incompetência?! Pusilanimidade?! Inépcia?! Acordo entre os dois?! São as perguntas que recebo de vários pontos do Estado e de membros da colônia [referência aos paraibanos domiciliados no Rio de Janeiro] e da representação federal aqui.” Segundo a visão de Epitácio Pessôa, incomodava-o “o efeito moral [que os boatos causavam], a significação que isto pode ter no seio do partido, já trabalhado pelos intrigantes com os boatos de desarmonia entre nós.”<sup>973</sup>

---

nomeação de Solon de Lucena e Antônio Pessôa Filho, afirmou “se V. não quer aceitar os auxiliares tenho o direito de pedir-lhe que me dê os motivos, e se forem procedentes não terei dúvida de apresentar-lhe outros nomes. Finalmente se V. não os quer unicamente porque não são os parentes ou amigos pessoais que tem em vista então rogo-lhe que declare sem efeito, logo que esta receba, as nomeações deles e os substitua por quem lhe aprouver: eu não indicarei mais ninguém.” E conclui “V. já me falou duas vezes em deixar o Governo. Se o seu intuito é ser-me agradável, declaro-lhe que nenhum empenho faço em que V. abandone a presidência. [...] Se, porém, V. fala em renunciar o Governo por sua própria conveniência, neste caso, tenho a dizer-lhe que o seu lugar na Câmara está livre: obtive para o Castro Pinto a colocação que êle desejava e V., se passar o Governo poderá ser reeleito daqui a 3 meses, porque o prazo da incompatibilidade vai ser reduzido de metade pela nova lei eleitoral”. De Epitácio à Camillo de Holanda, Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1916. Cópia disponível em PESSÔA, Epitácio (1962, p. 266-272). A proposta de reassumir uma vaga na Câmara reaparece em telegrama enviado por Epitácio Pessôa à Camillo de Holanda em 6 de março de 1917. No mesmo telegrama, Epitácio mostra-se “ciente satisfeito editorial *UNIÃO* [aparentemente orientada a deslegitimar boatos do *Diário do Estado*, de acordo com a sua orientação]. Convém esta [referia-se *A União*] vá sempre desfazendo intrigas *Diário [do Estado]*...” Sobre a nomeação de Solon de Lucena, em cara de 30 de março – “sinalizada como absolutamente reservada” – Epitácio Pessôa fala de suas intenções para recoloca-lo na política – negando-lhe o “ostracismo” – caso Camillo de Holanda não o aceite como secretário. E expõe “para resolver sobre isto e porque a situação em que êle se encontra não se deve prolongar, sou forçado a dirigir agora a V. uma consulta, que era a minha intenção só lhe fazer mais tarde. De sua resposta dependerá a minha deliberação acerca de Solon [de Lucena]. Eis o caso. Foi sem o meu pensamento oferecer a vaga de Valfredo no senado ao Venâncio, como a mais venerada relíquia do Partido, no caso da recusa dele a V. [...] Falei há pouco ao Venâncio, uma e mais vês, e não tive meios de convencê-lo: ficou inabalável em sua recusa, filha de uma excessiva e irredutível modéstia. Dirijo-me a V. perguntando se aceita a candidatura.[...]” Com isso, Epitácio Pessôa sugeria que Solon de Lucena se demitisse para ocupar a vaga de Deputado Federal outrora oferecida ao próprio Camillo de Holanda, deixando o governo nas mãos de Antônio Massa até que se deliberasse em relação ao sucessor. Nesse caso, deliberando sobre o caso de Solon de Lucena, visto como digno de “uma colocação consequente com os seus méritos e serviços”, é provável que Epitácio Pessôa já vislumbrasse que o amigo de Bananeiras, então secretário do Governo, pudesse ser indicado como sucessor de Camilo de Holanda, eliminando de vez os impasses da insubmissão deste Presidente aos seus propósitos na Paraíba. Cf. De Epitácio Pessôa à Camillo de Holanda, Rio de Janeiro, 30 de março de 1917. Cópia disponível em PESSÔA, Epitácio (1962, p. 284).

<sup>973</sup> Continua Epitácio “insisto, pois, em chamar a sua atenção para o caso.” Na mesma carta, Epitácio fala das dificuldades do governo de Camillo de Holanda e a tentativa de contornar a crítica da oposição através dos jornais, locais, a exemplo da *Razão* e do *Correio da Manhã*. Sobre essa iniciativa, Epitácio afirmou “quanto à RAZÃO, V. ai mesmo, no CORREIO DA MANHÃ, tem visto a improficuidade dos seus esforços. Sou contrário a isto. Que se tenham tais condescendência para jornais como o IMPARCIAL, e o COMERCIO, que têm peso na opinião” [...] Cf. carta de Epitácio Pessôa à Camillo de Hollanda, datada de abril de 1917. Cópia disponível em PESSÔA, Epitácio (1962, p. 285-289). Diante da não movimentação de Camillo de Hollanda em responder incisivamente ao *Diário do Estado*, o próprio Epitácio Pessôa usou as páginas d’ *A União* para dar uma “Resposta aos impudentes”.

### 6.3.4 A nomeação do prefeito da Capital: os atos de desprestígio à honra e a moral de Antônio Pessôa Filho e os últimos momentos da atividade política do coronel Pessôa.

Além do caso de Solon de Lucena, Epitácio Pessôa incomodava-se com a demora da efetiva nomeação de Antônio Pessôa Filho para prefeito da capital. Tal nomeação, aliás, foi noticiado nas páginas d' *O Imparcial* como legítima, nos termos que reforçavam a existência de uma tradição política e familiar que recaía sobre os Silva Pessôa na Paraíba. Para tanto, além de sobrinho de Epitácio, Pessôa Filho foi ali representado como “um m<sup>o</sup>ço de estudos, inteligente, criterioso e benquisto, já era deputado estadual, como único representante da região onde a família Pessôa tem a sua tradicional influência política.”<sup>974</sup> Nesse ponto, a eleição de deputado em janeiro de 1915 e a sua nomeação à prefeitura da capital são sinais importantes de como Pessôa Filho vinha sendo preparado pelo tio e pelo próprio pai para se tornar um dos representantes da família na região, herdando o capital político e o prestígio da família. Porém, a resistência de Camillo de Hollanda em aceitá-lo como auxiliar – tensão que se estendeu até meados de 1917 –, tal como fizera com Solon de Lucena, “desconsiderados ostensivamente”, frustrou os planos de Epitácio, do coronel Antônio Pessôa e do próprio Pessôa Filho.

Este último, por sua vez, já nos primeiros meses do governo de Camillo de Hollanda, ressentido com os eventos ocorridos na Capital e certamente avisado da piora do estado de saúde do pai – consideravelmente abalada desde o dia 23, conforme Antônio Pessôa havia declarado à Epitácio –, partiu em direção à Umbuzeiro – Barra de Natuba – no dia 29 de outubro.<sup>975</sup> Embarcando no “trem da manhã”, Pessôa Filho seguiu viagem na companhia do

---

Conferir trechos de uma carta enviada por Epitácio Pessôa ao dr. Otacílio de Albuquerque publicadas em *A União*. In. PESSÔA, Epitácio (1962, p. 278). A colônia de paraibanos aparentemente constitui-se de uma espécie de clube organizado no Rio de Janeiro e composta por políticos e cidadãos da Paraíba que residiam na capital da República. Entre esses conterrâneos, pelo conteúdo das cartas de Epitácio Pessôa, haviam reuniões políticas e momentos de sociabilidades realizadas no Rio de Janeiro, algumas delas feitas sob companhia do eminente paraibano – senador, chefe do Partido e Presidente da República Epitácio Pessôa. Ver, sobre isso, discurso endereçado à “colônia paraibana domiciliada na Capital Federal” em 22 de novembro de 1922. Publicado n' *A União*, jornal, Parahyba, 22 de novembro de 1922. Cópia disponível em PESSÔA, Epitácio (1962, p. 342-343).

<sup>974</sup> A matéria foi encomendada para afastar os boatos de que Epitácio Pessôa havia empregado os parentes junto ao governo de Camilo de Holanda, formando uma nova oligarquia. Além de Antônio Pessôa, a matéria também fez referência à Joaquim Pessôa “também parente daquele senador; mas, funcionário dos mais competentes do Tesouro Nacional e amigo do Dr. Camilo de Holanda, foi por este levado para reorganizar o Tesouro da Paraíba, afastando o candidato que para o mesmo posto indicara o Senador Epitácio.” Ao final, conclui o redator “o Senador Epitácio Pessôa tem numerosíssimos parentes, é verdade; mas, a não serem estes dois, cuja aptidão e idoneidade todos proclamam, nenhum outro pesa nos cofres da Paraíba. Eis a sua oligarquia!” [Grifos na cópia] Cf. *O imparcial*, Jornal, Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1916. Cópia disponível em PESSÔA, Epitácio (1962, p. 257)

<sup>975</sup> Escrevendo ao tio – Epitácio Pessôa – em 4 de novembro de 1916, Antônio Pessôa Filho expôs que “o procedimento incorretíssimo do Sr. Camillo [Holanda] logo que chegou à Parahyba, fez-me tomar a resolução de não assumir o exercício da prefeitura. Ao sr. passou o Solon vários despachos nesse sentido, cujas respostas vieram mais uma vez dar uma prova da lisura e da bôa fé com que o sr. sempre age em todos os negócios. Assistindo

coronel José Pereira – chefe político de Princesa – e do deputado José Parente, nomes que faziam daquela visita um evento político. A comitiva chegou à Barra de Natuba na manhã do dia 30; e de acordo com jornal circulado na época, ali encontraram o coronel Antônio Pessôa em palestra, certamente atualizando-o dos eventos políticos da capital. Segundo consta o mesmo jornal, o clima de palestra conservou-se no curso da noite, até que os membros da comitiva se recolheram para o descanso.<sup>976</sup>

#### 6.4 O 31 DE OUTUBRO DE 1916: A MORTE DO CORONEL ANTÔNIO PESSÔA.

Havendo pernoitado na Fazenda Barra de Natuba, nas primeiras horas da manhã do dia 31 de outubro de 1916, o coronel José Pereira, seguido de Antônio Pessôa Filho, partiram para Umbuzeiro de onde telegrafaram à Capital da Paraíba informando do falecimento do coronel Antônio Pessôa naquela madrugada, vítima de “forte ataque [cardíaco] perdendo os sentidos.” Na capital, a notícia espalhou-se com certa rapidez. No dia seguinte, os redatores do jornal *A Notícia* publicaram longa matéria – estampando uma fotografia do “grande amigo” – noticiando a morte do coronel Antônio Pessôa, “vítima de uma síncope cardíaca”. Ali, sob a pena de Celso Mariz, o matutino expôs uma breve biografia do coronel Pessôa, destacando que “o morto de ontem era um dos varões mais dignos da Parahyba, sob qualquer aspecto moral que se encarasse a sua personalidade”; era “um dos mais poderosos chefes da situação política da Parahyba”.<sup>977</sup>

De certo, como veremos, além de significar uma perda para a família, a morte de Antônio Pessôa foi um evento que trouxe consequências diretas aos rumos do epitacismo na Paraíba durante a década seguinte. Naquele momento, sepultado em Umbuzeiro no cemitério que levou o seu nome – Santo Antônio – a notícia da morte de Antônio Pessôa ecoou pelas

---

aqueles actos de latente desconsideração feitas pelo Dr. Camillo contra meu pai; a proscrição do seu nome nas colunas da *A União*, o proposito deliberado de desmanchar os seus actos de maior saliência, sabendo de conceitos, dignos do Dr. Camillo, externados por estes contra o meu pai, compreendi, desde logo que não devia entrar no exercício do cargo de prefeito. Resolvi, assim, chegar até a Barra e conversar com o meu saudoso pai. Este louvou a minha atitude em face dos acontecimentos e a minha resolução de ouvir-o. [...]” De Antônio Pessôa Filho à Epitácio Pessôa, Umbuzeiro, 4 de novembro de 1916. Disponível no Arquivo de Epitácio Pessôa, IHGB, Livro 12, folhas 31/1 a 31/10;

<sup>976</sup> Sobre a viagem de Antônio Pessôa Filho à Umbuzeiro “em visita a sua digna família, devendo regressar dentro de uma semana” – assim noticiada –, ver *A Notícia*, jornal 29 de outubro de 1916. Sobre o embarque de Antônio Pessôa Filho na *garé da Great Western* na Capital sob companhia do coronel José Pereira “que também foi visitar o coronel Antônio Pessôa”, conferir *A Notícia*, jornal, Parahyba, 31 de outubro de 1916. Ver ainda a descrição da viagem, a chegada dos visitantes e as atividades realizadas na “estancia” da família Pessôa em Barra de Natuba, *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 5 de novembro de 1916.

<sup>977</sup> Segundo os redatores, “nesta capital [cidade de Parahyba], ao divulgar-se a fúnebre nova, fez-se grande movimento, enchendo repartição dos telégrafos de amigos que se iam solidarizar a pena da ilustre família Pessôa”. Cf. *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 1 de novembro de 1916.



páginas dos jornais nos dias seguintes, trazendo uma série de homenagens póstumas em sua memória.

#### 6.4.1 A repercussão da morte do “grande amigo” de Epitácio Pessoa.<sup>978</sup>

Em sua edição de 4 de novembro, *A Notícia* fez circular o telegrama de pesar de Epitácio Pessoa em resposta as condolências enviadas por Camillo de Hollanda. Demonstrando luto e pesar pelo falecimento do “seu grande amigo na vida”, disse o então senador:

Rio, 3-6-916. Profundamente acobalhado pelo crudelíssimo e inesperado golpe do falecimento de Antônio [Pessoa], abraço, agradecido, o querido amigo [Camillo de Hollanda] pelas homenagens que decretou em sua memória, e bem assim pelas repetidas condolências que me enviou. Na impossibilidade física e moral em que me acho, de responder individualmente a todos quanto da capital e do interior me manifestaram sua sympathia neste amargo transe, peço torne público por todos os jornaes meu sincero reconhecimento a cada um por esse movimento de solidariedade dos meus conterrâneos em tão dolorosa emergência. Guardarei a mais agradecida lembrança.<sup>979</sup>

Referia-se Epitácio ao luto de três dias, o hasteamento da bandeira a meio mastro e ao fechamento das repartições públicas, medidas oficiais tomadas por Camillo de Hollanda em homenagem ao falecido na Barra de Natuba.<sup>980</sup> Em primeiro de novembro, os deputados da assembleia – total de 25 presentes – fizeram uma série de homenagens ao ex-presidente falecido no dia anterior. Ali, os deputados Neiva de Figueiredo – epitacista – e o deputado Izidro Gomes – oposição – usaram a tribuna em discursos que remeteram à memória de sua ação política. Para o primeiro, por exemplo, “... a Parahyba fôra hoje surpreendida com a infausta dolorosa notícia de que desapartara à vida subjectiva um dos seus mais preclaros filhos, um daquelles a quem ella mais devia em inestimáveis serviços à causa pública.”<sup>981</sup> Ainda na assembleia, Solon

<sup>978</sup> Por várias vezes, na documentação pesquisada, Epitácio trata Antônio Pessoa como “o seu grande amigo na vida.”

<sup>979</sup> Na mesma matéria, o jornal publicou os telegramas e cartas recebidas de várias localidades do Estado prestando condolências e pesar à família Pessoa. Cf. *A Notícia*, Jornal, João Pessoa, 4 de novembro de 1916.

<sup>980</sup> As medidas de Camillo de Hollanda foram noticiadas no jornal *O Paiz* que informou, “causou grande pesar, na Parahyba, a notícia do falecimento do coronel Antônio Pessoa, na sua fazenda de Umbuzeiro. O coronel Pessoa administrou o Estado de julho do anno passado [1915] a agosto [Antônio Pessoa havia deixado o governo em julho, quando assumiu Solon de Lucena que permaneceu até agosto] deste anno, restabeleceu as finanças estadoaes e prestando outros serviços de grande valia. O presidente do Estado, em signal de pesar, mandou fechar as repartições públicas e hastear a bandeira em funeral”. Cf. *O Paiz*, Jornal, Rio de Janeiro, 2 de novembro de 1916.

<sup>981</sup> Na peça retórica criada por Neiva de Figueiredo, Antônio Pessoa fora representado oriundo de “uma estirpe que se elevava pelo trabalho e pelo merecimento, dotado de uma extraordinária energia e de uma força de vontade sem par o grande extinto era um varão talhado nos moldes de Plutharco. Desde tenra idade prestara à sua terra valiosos serviços sobressahindo a todas a sua laboriosa e profícua administração de um anno na qual debellara a crise financeira e realizara beneficios aos quaes a posteridade fará justiça. [...] Assim, quando Antônio Pessoa exprimiu sua divisa ‘Tudo Pela Parahyba’, Epitácio respondeu com o preceito ‘Fazer à Parahyba o maior bem

de Lucena discursou na sessão do dia 3 de novembro – de volta à Paraíba após estada em Umbuzeiro –, historiando a administração do coronel Pessôa como uma forma de “prestar-lhe uma última homenagem.”<sup>982</sup>

Discursos bem parecido com o de Pedro da Cunha Pedrosa, proferido na tribuna do senado. Nesse discurso, o então senador principiou com a exposição de uma breve biografia do coronel Pessôa destacando as suas atividades agrícolas no interior do Estado, finalizando com referências à ação política iniciada em Umbuzeiro por volta de 1904, passando pela administração da Paraíba iniciada “em julho do anno próximo passado”. No governo do Estado, segundo Pedrosa, S. ex. revelou-se “conhecedor dos deveres do seu alto cargo”, provocando “a sua administração, principalmente na parte financeira, não pequena somma de applausos da maior parte dos seus coestadanos.” Após ler trechos da exposição dos atos administrativos de Antônio Pessôa entregue a Solon de Lucena em julho de 1916, disse o senador, para “honrar a sua memória, o de restaurador das finanças e do credito do seu Estado, ahi esta, eloquente e insofismável, para attestar as gerações futuras a sua passagem pelo governo”; passagem “rápida, é certo, mas notável pelo muito que fez da terra que lhe serviu de berço.”<sup>983</sup>

No mesmo dia em que o senador paraibano – Pedro da Cunha Pedrosa – discursou na tribuna, o jornal *O Paiz* – que outrora havia publicado “Os belos Auspícios” referindo-se ao governo da Paraíba iniciado em julho de 1915 –, fez circular nota informando sobre o falecimento de Antônio Pessôa. De maneira sintética, o jornal carioca informou “os jornaes ‘*A União*’, ‘*O Norte*’, ‘*A Notícia*’ e o ‘*Diário do Estado*’, em longos artigos ocupam-se do fallecimento do coronel Antônio Pessôa, salientando as suas qualidades pessoais e os serviços prestados ao Estado durante a sua administração.”<sup>984</sup> Como destacou o jornal carioca, além da imprensa epitacista, o *Diário do Estado* – órgão da oposição walfredista e que fizera críticas ferrenhas ao governo de Antônio Pessôa e a sua personalidade – publicou “findou-se, hontem, em Umbuzeiro, o sr. coronel Antônio da Silva Pessôa, notável político parahybano que

---

possível’. Ao pranteado morto se podem applicar os versos do grande épico lusitano, pois elle, ‘por obras valorosas se foi da lei da morte libertando’. Ver ainda, na mesma matéria, discurso de Izidro Gomes. Cf. *A Notícia*, Jornal, Parahyba, 1 de novembro de 1916.

<sup>982</sup> Nessa mesma sessão, contou a leitura de “um telegrama do deputado Pessôa [Antônio Pessôa Filho], agradecendo em seu nome e no da família [Pessôa] os sentimentos da Assembleia”. Ver ainda, na mesma sessão, moção de pesar pelo “passamento do Cel. Antônio Pessôa” feita pelo deputado Apolinário Trindade Conferir Ata da 54ª sessão da 26ª reunião da 7ª legislatura da Assembleia da Parahyba do Norte, em 3 de novembro de 1916.

<sup>983</sup> Conferir discurso do senador Pedro da Cunha Pedrosa, sessão de 3 de novembro de 1916. In. Anais do Senado, Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1916, p. 109-111. Esse discurso repercutiu no Jornal *O Paiz*, jornal, Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1916.

<sup>984</sup> Ainda segundo a matéria, “na assembleia Legislativa os deputados Neiva de Figueredo e Izidro Gomes fizeram o necrológio do coronel Pessôa. Foi votada uma moção de pesar e suspensa a sessão. Daqui [do Rio de Janeiro] têm sido expedido inúmeros telegrammas de pêsames à família do coronel Pessôa e ao senador Eptácio Pessôa.” *O Paiz*, Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1916.

ocupou, ultimamente, por mais de um anno, a presidência do Estado, na qualidade de 1º vice presidente.”<sup>985</sup> Com essa tônica, os jornais foram instrumentos significativos à ratificação da imagem heroica Antônio Pessôa como um administrador que salvou à Parahyba do desastre financeiro, imagem explorada dentro do projeto de edificação de sua memória iniciado naquele período.<sup>986</sup>

#### 6.4.2 A visão dos Silva Pessôa: os discursos em referência ao legado político de Antônio Pessôa e os apelos à edificação de sua memória.

Diante dos discursos e homenagens entabuladas pelos parentes, amigos e correligionários – reproduzidos pelas páginas dos jornais – a morte de Antônio Pessôa foi se transformando em um evento político, propenso a ser ancorado em um forte apelo para edificação de sua memória. Nesse interim, Carlos Dias Fernandes e alguns membros *da guarda avançada de Antônio Pessôa* foram os primeiros a sinalizar a importância de preservar a memória do presidente morto. Para tanto, o redator chefe d’ *A União*, juntamente com Solon de Lucena, Manuel Tavares Cavalcante, Antônio Massa, Ignácio Evaristo, entre outros, organizaram as “exéquias solennes do coronel Antônio Pessôa.”<sup>987</sup> As comemorações tiveram ponto ápice em uma conferência realizada na Capital do Estado – salão do Lyceu Parahybano. Nesse evento, cujos

---

<sup>985</sup> Além das qualidades políticas, destacaram os redatores “a infausta notícia do seu transpasse, que começou a circular na cidade às primeiras horas do dia, causou surpresa e pesar[...] Sabia-se que o illustre homem público trazia, há longo tempo, o organismo combatido por um chronico estado mórbido que se agravava periodicamente. De mais, dizia-se que o saudoso patricio, recolhido ultimamente, ao remanso de sua fazenda e a paz dos seus honrados afazeres, vinha logrando melhorias na sua saúde, quase refeito das energias perdidas noutras lidas”. Cf. *Diário do estado*, jornal, João Pessoa, 2 de novembro de 1916. Ver ainda repercussão do editorial do *Diário do Estado* sobre as homenagens prestadas ao coronel Antônio Pessôa em *A Notícia*, Jornal, João Pessoa, 4 de novembro de 1916.

<sup>986</sup> Além dos jornais, logo a sua morte, reproduziu-se no meio político a imagem de que Antônio Pessôa havia se destacado pela obra de reconstrução financeira do Estado. Camillo de Holanda, na mensagem governamental enviada à Assembleia Legislativa em 1 de setembro de 1917, afirmou que “podemos dividir em três épocas o quadriênio de 1912 a 1916. A época do sr. dr. Castro Pinto assignala-se por um surto de novas ideais e práticas teóricas”, entre elas, a preparação do “eleitorado da nossa terra para a incruenta victoria de 30 de janeiro de 1915, em que sahiram plebiscitariamente sagrados pelo voto livre do povo alevantadas ideais políticas do sr. senador Epitácio Pessôa. A época do sr. cel. Antônio Pessôa caracteriza-se pela mais systematica reconstrução financeira, pois que os horrores da sêcca, acrescidos pela subtaneidade da guerra europeia, haviam creado para o paiz inteiro e, muito particularmente para o nosso Estado, uma situação de penúria, que se tornara de insolvência se não fosse o tino administrativo e a hercúlea vontade daquele benemérito estadista a quem deve a Parahyba do Norte a salvação e o controle das suas finanças”. Por fim, o governo de Solon de Lucena, tido como um continuador do governo de Antônio Pessôa. Conferir, Mensagem apresentada pelo Presidente Francisco Camillo de Hollanda à Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba, na abertura da 2ª sessão ordinária da 8ª legislatura, em 1º de setembro de 1917 (p; 4-5). Na mesma, aparecem explicações sobre a desincompatibilidade de Solon de Lucena, afastado do governo para assumir o cargo de deputado federal, substituído por Orris Soares.

<sup>987</sup> Conferir formação da comissão nomeada pelo Governo do Estado da Parahyba – composta pelos nomes citados acima – para promover as “exéquias solennes do coronel Antônio Pessôa”, jornal, *O Paiz*, jornal, Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1916.

ecos foram publicados n' *A União* – em exemplar especial enviado a Epitácio Pessôa e distribuído entre amigos, políticos, jornalistas e literatos no Rio de Janeiro –, o orador destacou os traços biográficos e o tino administrativo do coronel Pessôa; iniciativa que agradou o chefe do PRCP que, dias depois, ao ler as homenagens publicadas nos jornais, retribuiu:

Meu caro Dr. Carlos Fernandes.

Recebi há dias a sua carta de 12 de dezembro, que me emocionou profundamente, exacerbando a mágoa que me punge, a saudade que me lanceia o coração ansioso e dolorido. Não lhe respondi há mais tempo por covardia. Falta-me a coragem para falar do tremendo infortúnio, que só pode avaliar quem sabe o quanto o queríamos.

Não me animava a reabrir a sua carta e se agora o faço, comovido e inconsolável, é porque sinto que não tenho o direito de demorar mais tempo os protestos do meu reconhecimento pelas expressões de carinhoso afeto com que se referiu a meu pobre irmão.

*Ele foi realmente um homem digno, patriota como poucos, generoso e abnegado. Solidário com ele em vida, sou-o ainda mais depois da sua morte. A minha ação tem-se feito já e ainda há de se fazer nesse sentido.* [Grifos meus]

Recebi os retalhos da *A União* e bem assim os exemplares da *Defesa Nacional* que distribuí por amigos, jornalista, políticos, literatos. – Li a sua bela conferência com o prazer que me causam os seus trabalhos, sempre impregnados de um ardente sentimento patriótico.

Aceite, com os meus agradecimentos, as minhas felicitações e creia-me col.<sup>a</sup> am.<sup>o</sup> e obr.<sup>o</sup> – Epitácio Pessôa.<sup>988</sup>

Além dos aspectos sensíveis que envolviam a perda do irmão, Epitácio destacou a sua disposição em salvaguardar a memória do coronel Pessôa, sinalizando a existência de um esforço consciente e sistematizado para alcançar tal fim. Do ponto de vista da ação política, essa disposição torna-se compreensível na medida em que crescia as tensões entre os Silva Pessôa e o então presidente Camillo de Hollanda. Sobre isso, Antônio Pessôa Filho foi o primeiro membro da família a solicitar, do tio Epitácio Pessôa, medidas mais enérgicas para horar a memória do pai. Em longa carta escrita em 4 de novembro – isto é, quatro dias após a morte de Antônio Pessôa – Pessôa Filho levou “ao seu conhecimento [de Epitácio Pessôa] alguns tópicos de umas notas que meu pai [Antônio Pessôa] escreveu na véspera do seu falecimento, notas que o deviam guiar em uma carta que elle ia escrever ao Sr. na terça-feira.” Remetendo longamente as medidas praticadas por Camillo de Hollanda – vistas como um “desprestígio, a desconsideração que dava na vista de todos” – o missivista reforçava as queixas de que “tudo isto visava desconsiderar meu pai, pois que nós, os três [Solon, Demócrito e Pessôa

<sup>988</sup> De Epitácio Pessôa à Carlos Dias Fernandes, agradecendo os pêsames deste último pela morte do coronel Antônio Pessôa. Cf. PESSÔA, Epitácio (1962, p. 272).

Filho], nada mais éramos do que três nomes feitos por meu pai.” Para ele, esses atos haviam colaborado para morte de Antônio Pessôa.<sup>989</sup>

De certo, o desaparecimento de Antônio Pessôa foi sentido como uma ameaça as posições assumidas por seus descendentes dentro do epitacismo, uma possibilidade de ligeira perda de prestígio, fato que estimulou Pessôa Filho a recorrer ao tio para que reabilitasse não apenas a honra e a “santa memória do pai”, mas assegurasse a transferência do seu capital político aos filhos. Prova disso é que a tensão política entre os Silva Pessôa e Camillo de Holanda encontrou um ponto ápice entre março e abril de 1917. Nesse período, os boatos de que os “Jovens Turcos” haviam planejado assassinar o Presidente do Estado começou a circular na Paraíba. O caso ganhou repercussão no *Diário do Estado*, informando que na Capital havia chegado um grupo de cangaceiros e um deles – supostamente enviado por Christiano Lauritzen – estava hospedado na residência de Antônio Pessôa Filho, então prefeito da capital. Diante dos boatos, uma guarnição policial cercou a casa de Pessôa Filho, ação repercutida no “*Diário de Pernambuco, no A.B.C, na Rua*”. Pessôa Filho, por sua vez, vendo o ato como uma afronta e um desprestígio, renunciou ao cargo externando severas queixas ao tio; este último escreveu enfaticamente à Camillo de Holanda afirmando não poder “calar-me diante de um ato que é uma agressão inesperada e brutal à minha pessoa.”<sup>990</sup>

Aos olhos de Eptácio Pessôa, a exoneração de Pessôa Filho foi motivada “por uma injusta e pungente desconsideração pessoal, fato que, presenciado aí [na Parahyba] por toda a cidade e publicado com tôdas as minucias no *DIÁRIO DO ESTADO* e na imprensa do Recife e do Rio” incidiam de maneira contrária à preservação da memória de Antônio Pessôa; visto que os atos de Camillo de Hollanda explorados pela imprensa acabavam por “reacender os comentários [do desprestígio] e está sendo interpretado como uma nova explosão da sua má

<sup>989</sup> Em seus termos, “representam ellas [as notas escritas por Antônio Pessôa], assim, as disposições de ultima vontade do meu querido pai, em matéria de política e eu as transmitindo ao sr. o faço na certeza de que serão ellas respeitadas.” Após falar longamente da situação política, dos arranjos feitos pelo coronel Pessôa antes de morrer e dos desacordos de Camillo de Holanda, Pessôa Filho sintetiza: “resumindo agora tudo que devia constituir o objeto da carta do meu pai, peço ao Sr. em nome da santa memória delle, para que sejam reintegrados Lustosa Cabral e Alfredo Moura; para que sejam destituídos os delegados de Campina e o subdelegado de Boa Vista; para que se considere de algum modo José Parente em Piancó e para que se satisfaça a José Pereira na sua pretensão em Águra Branca.” De Antônio Pessôa Filho à Eptácio Pessôa, Umbuzeiro, 4 de novembro de 1916. Disponível no arquivo de Eptácio Pessôa, IHGB, livro 12, folhas 31/1 a 31/10.

<sup>990</sup> De Eptácio Pessôa à Camillo de Hollanda, Rio de Janeiro abril de 1917. Disponível em Arquivo de Eptácio Pessôa, IHGB, liv. 12 folhas 63/64. Cópia disponível em PESSÔA, Eptácio, (1962, p. 288). Camillo de Hollanda negou a Eptácio que houvesse autorizado invadir a casa de Antônio Pessôa, responsabilizando a autoridade policial. Telegrafando a Antônio Massa e ao próprio Camillo de Hollanda, Eptácio Pessôa solicita providencias no sentido de que os dois representantes do executivo exoneração da “autoridade o desfeiou publicamente, cercando-lhe a casa polícia e colocando Guedes [João] falsamente apontado como cangaceiro a seu serviço para assassinar o Presidente”. Conferir telegrama de Eptácio à Antônio Massa, Rio de Janeiro, 21 de maio de 1917. Cópia disponível em PESSÔA, Eptácio (1962, p. 297). A tensão entre Camillo de Hollanda e Christiano Lauritzen foi analisada por Lewin (1993, p. 300).

vontade a ANTÔNIO PESSÔA e, portanto, uma ofensiva direta a mim [Epitácio Pessôa].” Diante disso e, certamente motivado pelas queixas e pedidos do sobrinho em nome da “memória do pai”, Epitácio chegou a propor que Camillo de Hollanda optasse pela vaga da senatória ofertada a Venâncio Neiva com o objetivo de resolver o impasse em favor dos “elementos políticos mais próximos de Antônio Pessôa”; isto é, no dizer de Pessôa Filho, aqueles jovens moços “que formavam a guarda avançada de meu pai [Antônio Pessôa].”<sup>991</sup> Nos termos aludidos por Pessôa Filho, nos meses seguintes a morte do coronel Pessôa, a preservação da sua “santa memória” perpassava politicamente pelo reconhecimento dos seus desígnios e ações frente ao Estado, de modo a garantir a preservação da sua herança política.

6.4.3 O epitacismo nas mãos da *guarda avançada de Antônio Pessôa*: sinais da reabilitação da memória e transferência do prestígio.

---

<sup>991</sup> Em carta enviada a Camillo de Hollanda – datada de 23 de abril de 1917 – Epitácio foi enfático ao propósito de fazer com que ele assumisse uma vaga no senado deixando o governo nas mãos de Antônio Massa – 1º vice presidente – que manifestava posições “conciliadoras e amistosas” na resolução do problema com os “jovens turcos”. Na mesma carta, Epitácio expressou que “enquanto existir essa divergência entre V. [Camillo de Hollanda] e o elemento de Antônio Pessôa, eu não posso deixar a chefia do Partido. Seria abandonar os amigos do meu irmão, do maior amigo que tive na vida.” O pedido, nos termos aludidos de não abandonar os amigos de Antônio Pessôa, havia sido feito por Pessôa Filho em carta enviada ao tio em 5 de novembro de 1916. Nessa missiva, disse Antônio Pessôa Filho, “si o Sr. pudesse estar sempre na Parahyba, insistia para que não deixasse a política, porque tenho certeza de que o Sr., conhecendo bem os homens da nossa terra, havia de levar tudo a bom termo. Infelizmente os seus múltiplos affazeres não lhe permitem visitar assiduamente o Estado e deste o 1º acordo havemos de viver eternamente na mesma situação. Os velhos políticos dali [Paraíba] acostumaram-se a todos os processos indecorosos, inconfessáveis, a todos os arranjos e negociatas que só pode bem conhecel-os quem esta no seu meio; os outros, aquelles [Jovens Turcos] que formavam a guarda avançada de meu pai, moços de princípios, dignos e honestos, não se amoldarão facilmente as preces dos primeiros. Dahi os dissídios, dahi a divergência. O afastamento do Sr. da atividade partidária traria como consequência desastrosa o êxodo daquelles que ao meu pai serviram com a maior lealdade, com a maior dedicação e com toda a dignidade. Receio que a retirada do Sr. cause esse mal tal grade aqueles amigos. É coisa que não procede duvida que Solon [de Lucena], [João] Suassuna, Álvaro [de Carvalho], Celso [Mariz], etc. etc. terão de passar dias terríveis; não se pode contestar, igualmente, que os expedientes mais torpes, os maiores escandalosos terão de ser praticados com nossa infeliz Parahyba. Si é incalculável a resolução do sr. de abandonar a política e consequentemente deixar expostos a tão perigosos azares aqueles amigos, peço-lhe para procurar um meio de não consentir que eles sejam humilhados e perseguidos; peço-lhe para obter a reprovação daquelas demissões infestas e pequeninas praticadas pelo Dr. Camillo [de Hollanda] e que muito conservaram para a morte do meu pai; peço-lhe, enfim, para deixar ou menos obrigados todos aqueles que, com o maior desinteresse e com a maior abnegação, serviram ao sr., auxiliando o meu pai. [...] – Espero que o Sr. estudará, com a sua alta visão, a situação da Parahyba e si quiser deixar de vez a atividade política há de, por certo, encontrar um meio de deixar bem amparados aqueles que foram mais íntimos do meu pai, que com ele partilhavam das mesmas decepções e das mesmas injustiças. Será uma homenagem que o Sr. renderá à sua santa memória.” Conferir, respectivamente, de Epitácio Pessôa à Camillo de Hollanda, Rio de Janeiro, 23 de abril de 1917. Disponível no Arquivo de Epitácio Pessôa, IHGB, livro 12, folhas 66/68. Cópia disponível em PESSÔA, Epitácio (1962, p. 289-293). De Antônio Pessôa Filho à Epitácio Pessôa, Umbuzeiro, 5 de novembro de 1916. Disponível no Arquivo de Epitácio Pessôa, IHGB, Livro 12, folhas 31/1 a 31/10; ver ainda sobre os arranjos políticos para a renúncia do Presidente do Estado, de Epitácio Pessôa à Camillo de Hollanda, Rio de Janeiro, 16 de maio de 1917, cópia disponível em PESSÔA, Epitácio (1962, p. 294-295); e Rodrigues (1989, p. 223).

Apesar da crise interna e das aparentes reservas de Epiácio Pessôa, Camillo de Hollanda finalizou o quadriênio (1916-1920).<sup>992</sup> Porém, a guinada política dos nomes que formavam a *guarda avançada* de Antônio Pessôa dentro do epitacismo em fins da década de 1910 e na primeira metade da década de 1920 foi uma demonstração significativa de que as pretensões dos Silva Pessôa – obtendo a chancela de Epiácio Pessôa – em reabilitar a memória do ex-presidente morto em 1916, bem como garantir espaço dentro do epitacismo como herdeiros da herança política de Antônio Pessôa haviam sido concretizadas. Dos *nomes formados* pelo coronel Pessôa, é preciso lembrar, Solon de Lucena – rejeitado como auxiliar por Camillo de Hollanda – foi realocado dentro do epitacismo – como assegurou Epiácio Pessôa – por ocasião das eleições federais realizadas em 1917. Em 22 de outubro de 1920, Solon – como o chamava Antônio Pessôa – assumiu a cadeira presidencial (quadriênio 1920-1924) diante da vitória nas eleições realizadas em julho daquele ano. Solon de Lucena governou o Estado estabelecendo uma relação de proximidade com os filhos de Antônio Pessôa, especialmente Pessôa Filho e Carlos Pessôa. Na visão de Epiácio Pessôa, Solon de Lucena nutria por seu irmão – Antônio Pessôa – “um afeto apaixonado.”<sup>993</sup>

Álvaro Pereira de Carvalho – jovem epitacista que no evento de despedida de Antônio Pessôa haviam encenado um dos episódios mais emblemáticos, subindo ao vagão do trem especial em discurso elogioso ao presidente do Estado – teve uma rápida guinada política já no governo de Solon de Lucena; ocupou o cargo de secretário geral, outrora preenchida por Pessôa Filho durante o governo de Antônio Pessôa, antes de se tornar deputado federal em 1927 e primeiro vice-presidente no governo de João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque.<sup>994</sup> Álvaro de Carvalho chegou a governar o Estado após a morte de João Pessoa, antes de entregá-lo a José

<sup>992</sup> A relação entre Epiácio Pessôa e Camillo de Hollanda ao longo do quadriênio 1916-1920, foi analisada por Lewin (1993, p. 296-297).

<sup>993</sup> Solon de Lucena deixou o governo da Paraíba em 22 de outubro de 1924, já “gravemente doente, recolheu-se à sua propriedade ‘Bebedouro’ [em Bananeiras], onde faleceu a 4 de abril de 1926.” No exercício do governo, foram seus auxiliares nos cargos mais importantes, Álvaro Pereira de Carvalho, secretário geral; “tendo primitivamente convidado o dr. Antônio Pessôa Filho”; Demócrito de Almeida, chefe de polícia; João Suassuna, inspetor do tesouro, que eleito deputado federal foi substituído por Joaquim Guimarães de Oliveira Lima. Sobre a morte de Solon de Lucena, cabe referência carta enviada por Epiácio Pessôa ao Dr. José de Almeida, onde afirmou “a morte de Solon [de Lucena] foi para mim [Epiácio Pessôa] uma perda pungente. Além da amizade que lhe votava, tinha para com êle um vivo sentimento de gratidão, pelos obséquios recebidos e porque o sabia capaz de todos os sacrifícios por mim. Alma carinhosa, reconhecida e abnegada, o saudoso extinto sentia por meu irmão ANTÔNIO [Pessôa] um afeto apaixonado [...] Estamos todos, – a família, Estado, amigos – sentindo a sua falta.” Cf. PESSÔA, Epiácio (1965, p. 88). Sobre a candidatura e o governo de Solon de Lucena, conferir Nóbrega (1950, p. 149-160).

<sup>994</sup> A indicação de Álvaro de Carvalho à primeiro vice-presidente do Estado na chapa de João Pessoa foi feita por Epiácio Pessôa à João Suassuna. Nos termos do senador, “o partido e eu [Epiácio Pessôa] pessoalmente contraímos uma grande dívida com o senhor. De minha parte tudo farei para que ela seja saldada oportunamente. Acredito que diverso não será o procedimento dos adversários”. Ver, sobre isso, carta de Epiácio Pessôa à Álvaro de Carvalho, Rio de Janeiro, 16 de março de 1928. Cópia disponível em PESSÔA, Epiácio (1962, p. 369).

Américo de Almeida. Celso Mariz, outro Jovem Turco que atuou diretamente na propaganda pró-epitacista comandando o jornal *A Notícia* – avultando sobremaneira a imagem do presidente Antônio Pessôa –, tornou-se deputado na legislatura de 1924 a 1927, momento em que a Paraíba foi governada por João Suassuna, outro conhecido das páginas d’ *A Notícia* como um dos redatores empenhados em criar a representação do estadista Antônio Pessôa. Celso Mariz, no governo seguinte – João Pessoa – foi nomeado diretor do Jornal *A União*.<sup>995</sup>

João Suassuna, por sua vez, – descrito nas memórias de Pedro da Cunha Pedrosa como “a *menina dos olhos* de Antônio Pessôa e família” – foi o escolhido por Epitácio Pessôa e Solon de Lucena – este último na condição de chefe do Partido – candidato à presidência para o quadriênio de 1924-1928. A escolha foi testemunhada por Pessôa Filho no Rio de Janeiro – à época secretário pessoal de Epitácio Pessôa – que certamente influíra na decisão do tio. João Suassuna já havia sido eleito deputado e, continuando a política de valorização da memória do seu padrinho político – Antônio Pessôa – iniciada por Solon de Lucena, governou à Paraíba mantendo “as mais cordiais” relações com o deputado “Carlos Pessôa [seu amigo pessoal e compadre] e dr. Antônio Pessôa Filho.” Apesar do desentendimento com os Silva Pessôa em fins de 1928, o governo de João Suassuna fechou o ciclo de governantes paraibanos que formavam, como referenciado pelo próprio Epitácio Pessôa, os elementos próximos de Antônio Pessôa. Além de reabilitar a memória da atividade política do coronel Pessôa, a escolha desses nomes representou a vitória dos “Jovens Turcos” sobre os *guelas* que aos poucos foram caindo no ostracismo.<sup>996</sup>

---

<sup>995</sup> Cf. dados biográficos de Celso Mariz em TERCEIRO NETO, Dorgival (2001, p. 10-11).

<sup>996</sup> De acordo com Nóbrega (1950, p. 171-172) “eram as mais cordiais as relações pessoais do Presidente [João Suassuna] com os srs. ministros João Pessôa, deputado Carlos Pessôa e dr. Antônio Pessôa. S. exa. mantinha profunda veneração pelo senador Epitácio Pessôa e pela memória do presidente Antônio Pessôa. Assim, tudo fazia crer que o saudoso deputado Carlos Pessôa [falecido em 1949], compadre e amigo íntimo do então chefe do Estado, fosse o futuro candidato a presidência da Paraíba. Entretanto, o operoso representante paraibano na Câmara, era natural de Pernambuco e a Constituição da Paraíba, no art. 28, inciso 1º, determinava, como condição essencial para ser eleito presidente do Estado, SER PARAIBANO NATO.” Para tornar Carlos Pessôa presidente do Estado precisava-se reformar a constituição, proposta defendida pelo deputado estadual Antônio Boto de Menezes que moveu campanha pelo jornal “O Combate”, jornal de sua propriedade e direção. Para surpresa de muitos entusiastas, decorrida a campanha, apesar dos apelos do deputado Boto de Menezes, João Suassuna mostrou-se contrário à proposta e dias depois demonstrou simpatias pela candidatura de Júlio do Nascimento Lira – seu afilhado – lançado candidato pelo jornal *Correio da Manhã* que tinha a direção de Rui Carneiro. O episódio abriu uma notória cisma entre os Silva Pessôa – Pessôa Filho, Carlos Pessôa, Fernando Pessôa e José Pessôa –, tratados na época como “os rapazes de Umbuzeiro.” Ao final, a escolha para sucessão recaiu sobre os desígnios de Epitácio Pessôa que escolheu outro sobrinho, João Pessôa, para sucessão presidencial de João Suassuna. A tensão entre os Pessôa e o ex-presidente João Suassuna alcançou ápice durante o governo de João Pessôa, sobretudo devido a derrubada suassunista, isto é, as medidas do novo presidente que retirou vários “amigos e cooperadores do governo passado”. Além disso, os episódios que incidiram sobre a renovação da bancada paraibana na Câmara Federal, que acabaram por ocasionar uma dissidência no partido situacionista, determinantes para opor, em 1930, João Suassuna e a família Pessôa. Além da contenda com os Silva Pessôa, na análise de Lewin (1993, p. 310-315), já na indicação de João Suassuna, a oligarquia chefiada por Epitácio Pessôa dava sinais de crise interna uma vez que contra ela reagiram contrariamente os elementos da velha guarda, incluindo Venâncio Neiva, Octacílio de Albuquerque e



#### 6.4.3.1 o lugar assumido pelos filhos de Antônio Pessôa no epitacismo.

Além dos três nomes acima, Epitácio Pessôa não esquecera de realocar os filhos de Antônio Pessôa – seus sobrinhos – dentro do epitacismo. Pessôa Filho, por exemplo, após renunciar ao cargo de prefeito da capital, voltou à assembleia para concluir o mandato iniciado em 1915.<sup>997</sup> De acordo com as evidências históricas – como demonstrado ao longo dos dois últimos capítulos da presente análise – com a morte do coronel Pessôa, Pessôa Filho assumiu a condição de uma espécie de herdeiro direto do seu capital político na Paraíba. Com um dos sobrinhos diletos de Epitácio Pessôa na época, ele chegou a ser referenciado em 1917 como chefe político de Umbuzeiro.<sup>998</sup> Apesar disso, o desentendimento com Camillo de Hollanda e, sobretudo, ao transformar-se em secretário pessoal de Epitácio Pessôa em 1919, Pessôa Filho passou a desenvolver atividades políticas de bastidores e transformou-se em um dos responsáveis diretos pelo projeto de edificação da memória e *tradição familiar Pessôa*. A herança política, nesse caso, foi dividida com três dos seus irmãos. O primeiro deles, Carlos Pessôa, é preciso recordar, desembarcou na Paraíba em 1916 – vindo de São Paulo recém-formado em Engenharia Agrônoma – para assumir os negócios da família em Umbuzeiro.

Iniciando a carreira na prefeitura de Umbuzeiro – indicado pelo coronel Antônio Pessôa – Carlos Pessôa permaneceu diretamente vinculado à política entre fins da década de 1910, toda a década de 1920 e 1930. Em 1920 ocupou a vaga do irmão na Assembleia legislativa, assumindo em primeiro de outubro daquele ano.<sup>999</sup> Em 1924, por ocasião da vaga deixada por

---

Antônio Massa. Eram os sinais da oligarquia em direção à crise. Sobre isso, conferir telegramas de Epitácio Pessôa à Solon de Lucena – sob o título: “telegramas a solon sobre sucessão presidencial” –, cópias disponíveis em PESSÔA, Epitácio (1962, p. 351-353). Ver ainda cartas com Venâncio Neiva e Artur Bernardes, respectivamente datadas de 19 e 20 de maio de 1924. Cópias disponíveis em PESSÔA, Epitácio (idem, p. 353-354). Sobre a sucessão de João Suassuna e o caso da mudança constitucional para indicação de Carlos Pessôa, conferir carta de Epitácio Pessôa à João Suassuna, Haia, 5 de setembro de 1928. Cópia disponível em PESSÔA, Epitácio (idem, p. 365- 368).

<sup>997</sup> Antônio Pessôa Filho reassumiu o cargo de deputado estadual em 2 de setembro de 1918. Conferir, Ata da 2ª sessão dos trabalhos da 7ª legislatura da Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba do Norte, em 2 de setembro de 1918. Pelo que consta nas atas daquela casa legislativa, foi um deputado assíduo, participando das sessões realizadas entre 1918 e 1919, atuando em relatorias, lendo e discutindo pareceres. Atuou, em diversas sessões, como 2º secretário interino da presidência daquela casa legislativa.

<sup>998</sup> Em 1917 – na listagem feita pelo Almanaque do Estado da Parahyba dos chefes políticos existentes nos 39 municípios paraibanos na época – Antônio Pessôa Filho aparece como chefe político de Umbuzeiro. Cf. Almanach do Estado da Parahyba, (1917, p. 261-262).

<sup>999</sup> Conferir posse de Carlos da Silva Pessôa na Ata da 28ª sessão da 1ª reunião da 8ª legislatura da Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba do Norte, 1 de outubro de 1920. Naquela mesma sessão, Carlos Pessôa foi eleito representante – juntamente com mais cinco deputados – para compor a comissão de reconhecimento do novo presidente eleito, Solon de Lucena. Segundo consta nos registros de atas da Assembleia, Carlos Pessôa atuou como 1º vice-presidente – eleito com 15 votos – na formação da mesa em 1922 a 1924, sob a presidência de Ignácio Evaristo. Cf. Ata da 2ª sessão da 2ª reunião da 8ª legislatura da Assembleia Legislativa da Parahyba do Norte em 3 de setembro de 1921. Diferente do que afirmou Lewin (1993, p. 314) não há registros nos livros de atas de que

João Suassuna, Carlos Pessôa transformou-se no representante da família na Câmara Federal. Na década de 1930 retornou a Umbuzeiro, onde permaneceu na prefeitura entre 1936 e 1941. Outro irmão destes, Fernando Pessôa – quinto filho de Antônio Pessôa – entrou para política local em 1924, atuando em Itabaiana – onde havia sido indicado coletor federal – como um dos fundadores da “Colligação política de Itabaiana”. A referida agremiação política surgiu reunindo alguns nomes conhecidos na região, em sua grande maioria proprietários de terras, para fazer oposição aos Marojas que desde o início do século XX comandavam a política local.<sup>1000</sup> Como representante do grupo opositor, Fernando Pessôa assumiu a prefeitura em 1929 onde permaneceu até 1932, afastado por determinação do interventor Gratuliano de Brito. No mesmo período, José Pessôa, o irmão mais velho, aparece nas correspondências de Epiácio Pessôa como pleiteante a cargos na política de Itabaiana.<sup>1001</sup>

É importante observar, na montagem desse quadro, que antes mesmo do aparecimento de João Pessôa na cena política paraibana – nome ventilado em 1928 por ocasião da sucessão de João Suassuna –, os Silva Pessôa foram ocupando lugares estratégicos na oligarquia comandada por Epiácio Pessôa desde 1915.<sup>1002</sup> Como sinalizado, o preenchimento desses lugares também era uma forma de salvaguardar a memória da atividade política de Antônio Pessôa. Com isso, não resta dúvidas que a proteção de Epiácio Pessôa – fortalecida com a sua chegada à presidência da República em 1919 – e a configuração dos governos de Solon de Lucena e João Suassuna – foram interpretados pelos Silva Pessôa como sinais significativos de que havia herdado em definitivo a herança política deixada por Antônio Pessôa no Estado da Paraíba. Porém, já na virada da primeira metade da década de 1920, a contragosto de suas expectativas, o castelo de cartas de Epiácio Pessôa começou a desmoronar e os Silva Pessôa tiveram que se esforçar por garantir, ao menos no nível local – cidade de Umbuzeiro – a permanência dessa herança.

## 6.5 A VIOLAÇÃO DA MEMÓRIA DO EX-PRESIDENTE: OS MONUMENTOS À ANTÔNIO PESSÔA.

---

Carlos Pessôa tenha exercido a presidência da casa em 1920. Entre 1920 e 1924, a assembleia foi presidida por Ignácio Evaristo, tendo Carlos Pessôa, como sinalizado, na condição de 1º secretário.

<sup>1000</sup> Em carta enviada a Fernando Pessôa em 10 de fevereiro de 1926, Epiácio Pessôa saúda as iniciativas do sobrinho “no interesse do município [Itabaiana]”. De Epiácio a Fernando Pessôa, Petrópolis, 10 de fevereiro de 1926. Cópia disponível em PESSÔA, Epiácio (1962, p. 356). Ver ainda sobre as acomodações políticas de Fernando e José Pessôa em telegrama de Epiácio a João Suassuna, datado de 15 de novembro de 1927. Cópia disponível em PESSÔA, Epiácio (*idem*, p. 358).

<sup>1001</sup> Sobre o governo de Fernando Pessôa, tido como último chefe político de Itabaiana na Primeira República, conferir Maia (2015, p. 98-99).

<sup>1002</sup> Conferir Albuquerque (1979, 106-107) sobre a trajetória na magistratura e entrada de João Pessôa na política.

Em 1921 um episódio resultante da contenda que envolvia os Silva Pessôa e o ex-presidente Camillo de Hollanda deu um impulso significativo ao trabalho de preservação da memória de Antônio Pessôa. Naquele ano, a escolha dos representantes da Paraíba para a Câmara Federal, cuja eleição realizar-se-ia em março de 1921, trouxe à tona os ressentimentos guardados desde de 1915, uma vez que Epitácio Pessôa ventilou a predisposição em indicar o ex-presidente a uma das vagas. Considerando ser uma afronta à memória do patriarca falecido em 1916, os Silva Pessôa levaram ao conhecimento de Epitácio Pessôa os boatos de que, tão logo chegou na Capital da Paraíba as notícias de sua morte, Camillo de Hollanda foi ouvido aos regozijos supostamente em palavras que desonravam a memória do morto. O incidente foi lembrado incisivamente pela Sinhá Pessôa. Em carta enviada ao cunhado, a matriarca pede orientação sobre como deveriam agir “os meninos [seus filhos]” em Umbuzeiro, caso permanecesse a sua preferência por Camillo de Hollanda. Segundo ela,

Rio, 12 de fevereiro de 1921.  
Epitácio

Não satisfeita ainda com a resposta que V. me mandou pelo Joca [João Pessôa], peço-lhe desculpas por vir ainda importunal-o pedindo-lhe que me dê, em vista do que lhe vou expor, o seu modo de pensar e uma solução positiva. [...] desde o dia em que nós soubemos da chapa [para deputados], elle [Antônio Pessôa Filho], sempre reservado, nada disse sobre ela; mas, nessa ocasião abriu-se commigo e Joca e disse que foi com a maior surpresa que viu o tal [Camillo de Hollanda] na chapa, que nunca pensou que elle depois de ter feito o que fez connosco e com V., V [Epitácio Pessôa]. se lembrasse de lhe dar aquelle premio; com certeza V. quis justificar aos políticos que tinha sido solidário com elle; [...] o Tonho [Antônio Pessôa Filho] achava que V. não podia inclui-lo [...] Mas, uma vez que V. por não saber de tudo [referia-se aos comentários de Camillo de Hollanda no dia da morte de Antônio Pessôa] tinha procedido assim elle entendia que nós devíamos acompanhá-lo, mandando votar no Umbuzeiro pois a ti devíamos tudo, mesmo em memória do meu Toinho [Antônio Pessôa], que deixou em nota nos seus cadernos; pedindo aos filhos que lhe pagassem a dívida de gratidão que havia contrahido contigo, a quem tudo devia. Por todos esses motivos, nós devíamos acompanhá-lo embora achássemos, que V. tinha errado. – Não me conformei com essa decisão, pois tenho a certeza de que V. não está informado da attitude dos meninos [...] a qual todos da Parahyba conhecem, venho pois expol-o, para ouvir de novo a sua opinião, que quero que seja dada de acordo com o seu coração e consciência, nas quais muito confio, e me resignarei ao que V. disser, pois ficarei com a consciência tranquila. [...]

Cunhada muito amiga  
Sinhá.<sup>1003</sup>

Diante dos apelos da cunhada e da revelação aludida, Epitácio telegrafou a Solon de Lucena e a Caldas Brandão, este último apontado como testemunha do ocorrido. Ao primeiro,

---

<sup>1003</sup> Conferir carta da Sinhá Pessôa à Epitácio, Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1921. Disponível no Arquivo de Epitácio Pessôa, IHGB, livro 12, folhas 167/1 a 167/6.

disse, “Presidente do Estado – peço indagar Caldas Brandão se é verdade que Camillo [de Holanda] ao saber falecimento Antônio Pessôa, observara fato para motivo regozijo inferno”. A testemunha direta, Caldas Brandão, escreveu “[...] peço repetir-me em telegrama urgente, frases proferidas Camillo ocasião em que lhe foi dar pêsames falecimento Antônio Pessôa. Preciso do seu depoimento para tomar deliberação urgente natureza política. [...]” A confirmação dessa testemunha levou o então Presidente da República à telegrafar no dia seguinte à Camillo de Hollanda nos termos abaixo,

Rio, 10/02/1921 – *urgente* – reservado – Dr. Camillo de Holanda. Parahyba do Norte. Soube há dias e acabo de ter confirmação acima de toda dúvida que você, ao ser informado do falecimento de Antônio Pessôa, por cidadão da mais alta respeitabilidade, que se apressara em levar-lhe a notícia e dar-lhe pêsames por perda tão sensível para o Estado e para mim, seu chefe, seu protetor e seu amigo de tantos anos, tivera frases cruéis e revoltantes para o morto de sua memória, entre outras a de que o inferno iria ficar em festas durante três dias. Foi tal a alegria que você, como alucinado, manifestou pelo triste acontecimento que o referido cidadão se retirou sem dar-lhe pêsames, aturdido e indignado. Compreende você que, depois disto, não é possível que o seu nome figure numa chapa apresentada por um irmão de Antônio Pessôa e que tem de ser sufragada por filhos e amigos de Antônio Pessôa. Todavia, em lembrança da amizade que durante muito tempo nos uniu, quero fazer-lhe esta última concessão: dirija a mim ou a comissão executiva do Partido com a maior urgência um telegrama desistindo da sua candidatura, e a sua exclusão será publicada como ato voluntário. (a) Epitácio Pessôa.<sup>1004</sup>

No mesmo dia, Epitácio telegrafou a Solon de Lucena informando que fizesse publicar, via telegrama em todos os pontos do Estado, o nome de Ascendino da Cunha na vaga de deputado em substituição à Camillo de Hollanda.<sup>1005</sup> Segundo Epitácio Pessôa, o rompimento “e a sua expulsão [referindo-se a Camillo de Hollanda] da chapa por intimação direta minha foram devidos à maneira selvagem com que se referiu ao meu irmão por ocasião da morte deste[...]”. Ciente “dos fatos, filhos e amigos de Antônio Pessôa, paraibano de méritos excepcionais, fizeram-me sentir a dificuldade, senão impossibilidade em que se achavam de votar em Camillo (que viveu sempre sobre os meus ombros e à custa do meu prestígio)” o que “veio fortalecer a minha resolução de enxortá-lo da chapa.”<sup>1006</sup> Nesses termos, o rompimento definitivo com Camillo de Hollanda esteve associado ao seu gesto de violar a “santa memória

<sup>1004</sup> De Epitácio à Camillo de Holanda, Arquivo de Epitácio Pessôa, livro 12, folha 164. Cópia disponível em PESSÔA, Epitácio (1962, p. 336). Os telegramas de Epitácio Pessôa à Solon de Lucena e ao Caldas Brandão estão disponíveis. (*ibidem*).

<sup>1005</sup> De Epitácio Pessôa à Solon de Lucena, Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1921. Cópia disponível em PESSÔA, Epitácio (1962, p. 337).

<sup>1006</sup> Conferir cópia de uma nota manuscrita à margem de um recorte de jornal da Paraíba em 1934, disponível em PESSÔA, Epitácio (1962, p. 422).

de Antônio Pessôa”; essa violação, por outro lado, intensificou o projeto de edificação de sua memória.

### 6.5.1 Os Grupos escolares Antônio Pessôa.

Logo após a morte do coronel Antônio Pessôa, os amigos e familiares começaram a articular esforços em um sistemático projeto de edificação de sua memória inscrita em uma série de lugares – leiam-se, lugares de memória – alguns deles erigidos em pedra e cal. Ironicamente, dois deles, os grupos escolares Antônio Pessôa, na Capital e cidade de Umbuzeiro, começaram a ser erigidos durante o governo de Camillo de Holanda.<sup>1007</sup> Na capital, esse lugar foi construído logo após a conclusão do Grupo Escolar Epitácio Pessôa em 1919, localizado “à rua Beaurepaire Rohan e aquelle [Grupo Escolar Epitácio Pessôa] à rua Monsenhor Walfredo.”<sup>1008</sup> As obras em Umbuzeiro, por sua vez, foram iniciadas entre fins de 1917 e 1918, decantadas como parte integrante do seu projeto de reforma do ensino, cujo ponto capital, nas palavras do próprio Camillo de Hollanda, “foi o da construção de prédios escolares.”<sup>1009</sup>

Apesar da disputa com os Silva Pessôa, a iniciativa de Camillo de Hollanda acabou colaborando com a configuração de um dos aspectos do projeto de memória sobre a atuação política de Antônio Pessôa, qual seja, o que se inclinou, ao longo de 1915 e 1916, a decantá-lo

---

<sup>1007</sup> Conferir *O Jornal*, sobre as obras do Governo de Camillo de Holanda, especialmente a construção dos “graciosos edifícios” dos grupos escolares Epitácio Pessôa, na capital e Antônio Pessôa em Umbuzeiro, “destinado a aprendizagem da infância”. *O Jornal*, Jornal, Parahyba, 3 de julho de 1924; Diário Político e noticioso surgido em 1922 sob a direção de Joaquim Pessôa Cavalcanti de Albuquerque.

<sup>1008</sup> Em exposição datada de 1920, segundo Camillo de Hollanda, “entendendo as vantagens de tal medida ao interior, fizemos construir um grupo em Itabayana – ‘Padre Ibiapina’ –, e outro em Umbuzeiro – ‘Antônio Pessôa’ – este quase concluído.” Durante o governo de Camillo de Hollanda, a rua Beaurepaire Rohan foi reformada dentro daquilo que Lewin (1993, p. 296) chamou de “grandiosa remodelação da capital”. Nesse período, de acordo com as palavras de Camillo de Hollanda, rua que abrigou o Grupo Escolar Antônio Pessôa, foi alargada, calçada “consertando os desvios e alinhamentos”. Ver “Exposição de motivos e ocorrências do quadriênio administrativo de 1916-1920 do Estado da Parahyba” apresentada pelo Presidente Francisco Camillo de Holanda ao Presidente Solon de Lucena, Imprensa Oficial, Parahyba do Norte, 1920, p. 15 – 21.

<sup>1009</sup> Segundo Camillo de Hollanda, “um dos pontos capitais do meu programma de governo em relação ao ensino, foi a construção de prédios escolares [...]”. Dada “esta orientação e aproveitando o *superávits* do orçamento do Estado, fiz construir um vasto prédio para Escola Normal, outros para os grupos ‘Epitácio Pessôa’, aqui na Capital, e ‘Padre Ibiapina’ na cidade de Itabayanna. Adquiri, no Espírito Santo um prédio de boa construção e adaptei-o para as escolas reunidas, um outro para a escola mista de Cabedelo e está em construção o grupo ‘Antônio Pessôa’ [em Umbuzeiro]” (p. 25); obras de alto custo aos cofres do Estado, a exemplo do Grupo Escolar Epitácio Pessôa “com a sua vasta área toda murada custou ao Estado 51:011\$015.” (p. 39). Cf. sobre a construção de grupos escolares e os valores das obras citadas – a excessão do Grupo Escolar Antônio Pessôa –, Mensagem apresentada pelo Presidente Francisco Camillo de Hollanda à Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba na Abertura da 3ª sessão ordinária a 1º de setembro de 1918. Em 1919, em nova mensagem enviada à Assembleia, no item “Edifícios Escolares” Camillo de Hollanda destacou “continuam em construção, devendo ser ultimados, muito em breve, os grupos escolares ‘Antônio Pessôa’ desta capital, e do município de Umbuzeiro”.

como um administrador que fez da instrução pública uma das marcas do seu governo. Coube a Solon de Lucena, como um dos últimos atos do seu quadriênio administrativo (1920-1924) concluir a obra do Grupo Escolar Antônio Pessôa na cidade de Umbuzeiro.<sup>1010</sup> A chegada de Solon de Lucena ao governo do Estado abriu novos caminhos às expectativas de salvaguardar a memória de Antônio Pessôa. A partir da década de 1920 e sobretudo na década de 1930, além dos monumentos de pedra e cal, a memória de Antônio Pessôa foi sendo envolvida por uma espessa camada narrativa, entabulada nas páginas dos principais jornais e revistas da Paraíba.<sup>1011</sup>

#### 6.5.2 O jogo de representações sobre o aniversário de morte e a expectativa de construção do monumento a Antônio Pessôa.

Em sua edição de primeiro de novembro de 1921, a revista *Era Nova* – cujo correspondente em Umbuzeiro era Carlos Pessôa –, estampou um retrato de Antônio Pessôa – o mesmo publicado pela *A União* em julho de 1916 e replicado pelo *Jornal do Recife* – numa homenagem póstuma referente à passagem de cinco anos do seu falecimento. Ali, as qualidades públicas do coronel Pessôa foram rememoradas, sendo notado como um administrador que “em curto espaço de um anno reestabeleceu as finanças, salvando milagrosamente a nossa terra.”<sup>1012</sup> Ideia reforçada pelos redatores d’ *O Jornal*, diário político e noticioso criado em 1922 sob a direção de Joaquim Pessôa Cavalcanti de Albuquerque – irmão de João Pessôa – seu sobrinho. Nesse jornal, ao publicar matéria de primeira página, o redator rememorou que “como administrador, [Antônio Pessôa] foi, na República, o de maior envergadura moral que a Parahyba tem tido”, responsável pela obra de soerguimento financeiro do Estado.<sup>1013</sup>

<sup>1010</sup> Ver decreto nº 1.316, de 30 de setembro de 1924 assinado por Sólton Barbosa de Lucena, que criava o Grupo Escolar Antônio Pessôa, A UNIAO, 7 out. 1924, *apud* Silva (2015, p. 111).

<sup>1011</sup> No exemplo dos grupos escolares acima, dada a disputa existente entre o então Presidente do Estado e os Silva Pessôa, não se pode afirmar que houve uma participação direta dos filhos de Antônio Pessôa na edificação dos prédios que levavam o nome do ex-presidente. De certo, além de serem decantados como integrantes do seu programa de reforma do ensino, figurando, portanto, como instrumento de propaganda política do seu governo, as obras tenderam a agradar Epitácio Pessôa. Certamente os gestos foram pensados como uma das demonstrações de lealdade – publicamente encenada entre 1918 e 1919 – de Camillo de Hollanda ao chefe do Partido, atentos a afastar os sinais de rompimento que incomodou a liderança epítacista nos meses iniciais do seu governo.

<sup>1012</sup> Conferir *Era Nova*, Revista, Parahyba, 1 novembro de 1921.

<sup>1013</sup> Conferir matéria intitulada “Os Presidentes: Antônio Pessôa”, em que os redatores fazem um balanço da administração de Antônio Pessôa entre os presidentes da Paraíba até Solon de Lucena. O governo deste último, ao que parece, duramente criticado na matéria, serviu de parâmetro para que os redatores entabulassem um “se” na história, referindo-se aos rumos do epítacismo na Paraíba caso Antônio Pessôa tivesse retornado ao governo do Estado no quadriênio que sucedeu Camillo de Hollanda. De acordo com o jornal, “fosse elle [Antônio Pessôa], por felicidade nossa, o presidente, de 1920 a 1924 e, certamente, amigo, como era, de seu eminente irmão [Epitácio Pessôa], os serviços, tão úteis ao Estado, encaminhados patrioticamente, para minarem os effeitos das séccas, não teriam culminado no descalabro, sem precedentes, em tanto dinheiro desapareceu, sem proveito para nós e para a

Além da revista *Era Nova* e *O Jornal*, o matutino *Combate*, sob a propriedade e redação de Antônio Boto de Menezes, surgiu fazendo elogiosas referências à memória do ex-presidente. Entusiasta da ascensão política dos filhos de Antônio Pessôa na década de 1920 – já citado –, Boto de Menezes recebeu elogios do próprio Eptácio Pessôa pelo “carinho com que sempre se refere a ANTÔNIO PESSÔA [...]”<sup>1014</sup> A frente do seu jornal, Botto de Menezes foi um dos idealizadores das homenagens que a família e os amigos do coronel Pessôa prestaram em tributo a sua memória em 1923. Essas homenagens envolveu a campanha que objetivou levantar recursos para construção de um *busto* em homenagem à Antônio Pessôa na cidade de Umbuzeiro. Sobre essa iniciativa, publicou o jornal *Combate*

A homenagem que a Parahyba vae prestar ao seu dilecto filho, coronel Antônio Pessôa [com a edificação do monumento em homenagem a sua memória], tem ecoado de modo altamente symphatico em todas as rodas sociaes de nossa terra [Paraíba]. A família do ilustre morto [Silva Pessôa] sensibilizado à ideia do COMBATE, trouxe-nos por intermédio dos dignos filhos daquelle inesquecível átricio, os seus agradecimentos. O sr. Carlos Pessôa, figura radiosa e preclara de político e de amigo, tem estado sempre comnosco em reiteradas afirmações de solidierdade, agradecendo-nos, muito especialmente, a attitude do nosso jornal nesse sentido. Ainda hontem, o dr. Carlos Pessôa esteve longo tempo neste jornal, dizendo-nos do modo está sensibilizado pela lembrança d’ O COMBATE a proposito dessa homenagem ao seu querido genitor. Ao mesmo tempo recebemos o subsecente despacho do dr. Antônio Pessôa Filho, parahybano digno pelo seu critério, intelligência abnegada e continuador, como todos os filhos de Antônio Pessôa, das tradições honrosas do seu eminente chefe desaparecido. O gesto dos srs. Pessôa Filho e Carlos Pessôa encheunos de orgulho e desvaneceu-nos sobremodo. [...] <sup>1015</sup>

Além do entusiasmo dos filhos de Antônio Pessôa, João Suassuna – então deputado federal – teceu do Rio de Janeiro suas impressões sobre a “iniciativa deste jornal [*Combate*] de

---

Nação. Elle teria tido energia para lançar, em tempo, o seu protesto [...]”. *O Jornal*, Jornal, Parahyba, 4 de julho de 1924. Interessante nesse jornal comandado por um sobrinho de Antônio Pessôa – filho de sua irmã Maria – a leitura sobre a trajetória dos Cavalcanti de Albuquerque Pessôa. Sobre isso, cabe referenciar matérias sobre o avanço da doença e a morte de D. Maria Pessôa – D. Mariquinhas, mãe de João Pessôa – aos 66 anos de idade em 4 de fevereiro de 1924. Cf. *O Jornal*, Jornal, Parahyba, 5 de fevereiro de 1924. Ainda é interessante observar, nas matérias que trouxeram à tona as homenagens prestadas durante o cortejo fúnebre, as representações que aludiam à D. Maria Pessôa como “senhora de altas virtudes e de elevada posição na sociedade, pertencente a uma família ilustre e cheia de tradições”, era sobrinha do Barão de Lucena e do ex-presidente Eptácio Pessôa. Cf. *O Jornal*, Jornal, Parayba, 6 de fevereiro de 1924; e *O Jornal*, Jornal, Parahyba, 8 de fevereiro de 1924. Ver ainda, visita de João Pessôa – Ministro do Supremo Tribunal Militar – a Parahyba por ocasião das solenidades exéquias em homenagem a memória de sua mãe em 9 de fevereiro de 1924. *O Jornal*, Jornal, Parahyba, 10 de fevereiro de 1924.

<sup>1014</sup> Conferir carta de Eptácio Pessôa ao deputado Antônio Botto de Menezes, Schevingue, Haia, 17 de agosto de 1927. Cópia disponível em PESSÔA, Eptácio (1962, p. 373). Na mesma carta, Eptácio traçou sugestões do ponto de vista jurídico à proposta de mudança da constituição da Paraíba feita por Boto de Menezes e que retirava a obrigatoriedade de o candidato à presidência ser natural do Estado. Boto de Menezes – através do jornal *Combate* – foi ainda um dos defensores do governo de Eptácio Pessôa, escrevendo sobre ele uma série de artigos elogiosos, ao estilo da defesa que o próprio ex-presidente fez no famoso livro “Pela Verdade”. Ver, sobre isso, telegrama de Eptácio Pessôa agradecendo ao Dr. Antônio Boto de Menezes pela publicação de matérias e artigo especial no jornal *Combate*. Haia, 25 de junho de 1926. Cópia disponível em PESSÔA, Eptácio (*idem*, p. 357).

<sup>1015</sup> Cf. *O Combate*, Jornal, Parahyba, 25 de outubro de 1923.

completar a homenagem em memória do coronel Antônio Pessôa, colocando o busto do inesquecível parahybano na Praça que já tem o seu nome.”<sup>1016</sup> O testemunho de João Suassuna, além de sinalizar o entusiasmo da *guarda avançada de Antônio Pessôa* nesse projeto, revela como Umbuzeiro foi assumindo a forma de uma cidade monumentalizada de que fala Silva (2015) em homenagem à memória de seus filhos ilustres. De maneira mais ampla, contudo, essa monumentalização não ficou circunscrita à cidade de Umbuzeiro, posto que materialmente – no caso do Grupo Escolar criado na Capital – e, sobretudo, narrativamente, a obra de Antônio Pessôa era avultada como extensiva à todo o Estado.

Como destacaram os redatores da revista *Era Nova*, “esse bronze evocativo de uma das mais luminosas figuras políticas da nossa terra será colocado em Umbuzeiro, villa do seu nascimento”, como uma referência a lembrança “do milagre financeiro realizado nesta circunscrição da República [Estado da Paraíba] pelo coronel Antônio Pessôa [...]”<sup>1017</sup> Ideia ratificada por Epitácio Pessôa – em nota circulada pelo jornal *A Rua* – quando afirmou que aquela era uma prova “de que a Paraíba não esquece o abnegado filho, a quem deve realmente inestimáveis serviços prestados numa das suas mais graves crises políticas, com inabalável energia e patriotismo inexcedível.”<sup>1018</sup> Ao ser erigido um monumento de pedra e cal em Umbuzeiro, aos olhos dos seus entusiastas, esse gesto ecoava pelo Estado, destacando o lugar que o seu filho dileto habilitava-se a assumir na história/memória da Paraíba.<sup>1019</sup>

6.5.3 Do projeto de edificação do *busto herma* ao retrato a óleo de Antônio Pessôa: sinais dos lugares feitos para lembrar.

<sup>1016</sup> Ao concluir, o deputado paraibano pediu para incluir o seu nome “entre os que honrarão em contribuir para o merecido preito.” Conferir carta de João Suassuna à redação d’ *O Combate* (*ibidem*).

<sup>1017</sup> Segundo a matéria, Antônio Pessôa realizou o “milagre financeiro” no Estado “na sua eventual, pequena e felicíssima phase de governo”; instituindo “as normas praxes de absoluta moralidade em nossos sysmtemas políticos, normas e praxes que ainda hoje perduram.” Ver, “Monumento a Antônio Pessôa em Umbuzeiro”, *Era Nova*, Revista, Parahyba, 30 de janeiro de 1924.

<sup>1018</sup> Ao presidente do Estado da Parahyba – Solon de Lucena –, escreveu Epitácio Pessôa, “sou-lhe muito grato aos sentimentos manifestados na carta que dirigiu ao “*Combate*” [jornal] a proposito do monumento à Antônio Pessôa. Vejo, muito sensibilizado, que a Paraíba não esquece o abnegado filho [...]” *A Rua*, jornal, Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1923. Disponível em PESSÔA, Epitácio (1962, p. 347). Conferir ainda (*ibidem*) carta de Epitácio Pessôa “à redação do jornal *Combate*, como irmão de Antônio Pessôa, agradeço comovido a iniciativa da ereção de um monumento à sua memória.”

<sup>1019</sup> Silva (2015, p. 176-178), destaca que além da revista *Era Nova*, a iniciativa de Botto de Menezes também foi parabenizada pelo jornal *A União*, edição de 20 de agosto de 1924. Ainda segundo a autora, o jornal *A Rua*, edição de 13 de março de 1924, repercutiu a apresentação do projeto de lei apresentado na assembleia autorizando o governo do Estado “a despender quantia de 30 contos de réis” para construção do monumento à Antônio Pessôa. Ver ainda, na mesma autora, o provável destino dado por Botto de Menezes ao valor arrecadado na campanha do *Combate*.



Apesar de só ter sido inaugurado em 1938, como veremos, a ideia de Boto de Menezes ganhou a forma de um projeto de lei apresentado na Assembleia em sua sessão de 11 de março. Assinado por Demócrito de Almeida e com o apoio de Carlos Pessôa, o referido projeto autorizava o chefe do Executivo despende um crédito no valor de 30.000\$000 – trinta contos de réis – para edificação do referido monumento.<sup>1020</sup> Essa iniciativa, além de agradar Epitácio Pessôa, certamente serviu de estímulo para que outros paraibanos se envolvessem no projeto de edificação da memória do ex-presidente. Com gesto bem parecido ao de Botto de Menezes, por exemplo, Amélia Theorga – pintora paraibana – encampou uma campanha para angariar recursos destinados à compra de um retrato a óleo de Antônio Pessôa pintado por Frederico Falcão, famoso pintor e retratista paraibano na época.<sup>1021</sup>

Esse retrato foi exposto pela primeira vez ao público no “Salão Filipéia” – ao lado do retrato de D. Aduino de Meira Henriques, arcebispo da Paraíba, do mesmo autor –, mostra de artes realizada na cidade de Parahyba em abril de 1924 e organizada pelos renomados pintores Voltaire d’Alva, Olívio Pinto, Pinto Serrano, além do próprio Frederico Falcão e Amélia Theorga.<sup>1022</sup> De acordo com o jornal *A União*, a obra de Frederico Falcão destacava-se pela “semelhança com o retratado”, traduzindo uma (re)apresentação “de sua psychologia o que torna esse quadro precioso para a recordação e para o agradecimento da sociedade parahybana”.<sup>1023</sup> Entregue ao IHGP tempos depois, certamente para ser alocado na galeria dos ex-presidentes e heróis paraibanos, o gesto foi tido como um esforço por saldar, como destacou o jornal *A Imprensa* na década de 1930, *uma dívida que se impunha*. Para o jornal *A União*, esse gesto era “mais uma homenagem ao inesquecível homem público, cuja benemerência cada vez mais se accentua, com o curso do tempo, que vae evidenciando as suas raras qualidades de

---

<sup>1020</sup> Conferir votação do projeto nº 3 na Ata da 1ª sessão ordinária da 1ª reunião da 9ª sessão legislatura da Assembleia Legislativa da Parahyba do Norte, em 11 de março de 1924.

<sup>1021</sup> Ao lado de Olívio Pinto, outro pintor e retratista de renome na Paraíba, Frederico Falcão realizou várias exposições de artes no Estado. Sobre a participação de Olívio Pinto e Frederico Falcão no governo de Argemiro de Figueiredo, conferir Aires (2014). Ver, no mesmo autor, a relação entre o retratismo, a fotografia e a política na década de 1930. Sobre o talento artístico de Amélia Theorga, conferir artigo de Wanda Novaes sob o título de “Amélia Theorga”, publicado na *Era Nova*, Revista, Parahyba, 15 de janeiro de 1923. Interessante, observar nessa mesma edição, a publicação de uma fotografia de “Umbuzeiro em dia Feira”, imagem enviada pelo correspondente Carlos Pessôa.

<sup>1022</sup> Um dos quadros de Amélia Theorga exposto na mostra do Salão Filipéia, intitulado “Marinha”, foi adquirido por um dos filhos de Antônio Pessôa, Epitácio Pessôa Sobrinho; um segundo, “Árvores Amigas” foi adquirido pelo governo do Estado – Solon de Lucena. Os nomes dos compradores, bem como fotografias de ambas as obras foram reproduzidas na revista *Era Nova*, 15 de abril de 1924. Sinal de que os filhos de Antônio Pessôa não apenas possam ter louvado a iniciativa da pintora em arrecadar recursos para aquisição do quadro do amigo Frederico Falcão, mas também eram admiradores de sua obra. Sobre a exposição no Salão Filipéia, conferir *O Jornal*, jornal, Parahyba, 22 de março de 1924. Ver ainda repercussão da mostra Salão Filipéia e a listagem das obras expostas pelos respectivos autores em *O Jornal*, jornal, Parahyba, 9 de abril de 1924.

<sup>1023</sup> Conferir, *A União*, jornal, Parahyba, 2 de agosto de 1924.

chefe de govêrno e político equanimos e previdente.”<sup>1024</sup> Como sugere imaginar a aludida local, na década de 1920 já estava latente a preocupação de se preservar a memória de Antônio Pessôa, expediente que ganhou novos impulsos na década 1930.<sup>1025</sup>

## 6.6 OS SILVA PESSÔA ENTRE A MORTE DE ANTÔNIO E O OSTRACISMO DE EPITÁCIO PESSÔA.

Passados os episódios de 1930 que ocasionaram na Revolução, Epitácio Pessôa começou a amargurar o isolamento político – ora representado como opção pessoal, ora interpretado como fruto do movimento histórico.<sup>1026</sup> Associado à desimportância política, a velhice seguida do *Parkinson* aos poucos o retirava do combate que outrora fizera reconhecer a sua representação pública. Nesse mesmo período, os Silva Pessôa – que entre 1916 e 1930 ocuparam cargos importantes no cenário político estadual e federal – retornaram à Umbuzeiro como reduto que restava à preservação do poderio político da família. Nesse movimento de retorno, porém, a morte de João Pessoa e a sua edificação mítica havia ocasionado uma espécie de *eclipse político* sobre o projeto de edificação da memória do seu representante maior, o coronel Pessôa. Conscientes da necessidade de reabilitá-la, os Silva Pessôa esforçaram-se por ratificar a representação da *Umbuzeiro, terra dos Pessôa*, imagem que perpassava diretamente pela reedificação da memória de Antônio Pessôa.

### 6.6.1 A Umbuzeiro da década de 1930: a terra de Antônio, Epitácio e João Pessôa.

No projeto de reedificação da memória de Antônio Pessôa, colaborou de maneira substancial o jornal *A Imprensa* – periódico católico – e seu correspondente no interior – na cidade de Umbuzeiro – o padre cónego Antônio Ramalho, vigário local. Já em 1937, momento em que Carlos Pessôa foi reconduzido a chefia local por ocasião da nomeação feita por Argemiro de Figueiredo, o jornal destacou “a alegria para terra [Umbuzeiro] de Epitácio e

<sup>1024</sup> Ver, *A UNIÃO*, jornal, Parahyba, 27 dez. 1924; *apud Silva (2015, p. 175)*. Segundo a autora, na época da sua pesquisa “esta tela não se encontra no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP). Uma outra tela pintada por Nevinha Araújo, datada de 25-02-1971 consta na galeria de quadros do ex-presidentes/governadores da Paraíba.”

<sup>1025</sup> Em 13 de Maio de 1927, João Evangelista Pereira – político de Umbuzeiro – funda a “Sociedade Musical” que se denominou “Filarmônica Cel. Antônio Pessoa”, posteriormente chamada “22 de novembro. Uma forma de homenagear o “benfeitor” Coronel Pessoa. Conferir Andrade (1984, p. 40).

<sup>1026</sup> As razões desse afastamento, quanto ao avanço do *Parkinson*, ver Gabaglia Pessôa (1950, p. 892-895).

Antônio Pessoa”, de tê-lo a frente do executivo.<sup>1027</sup> A partir de então, nas notas do interior do matutino católico, a cidade Umbuzeiro foi emergindo com “ares modernos”, sob a administração de Carlos Pessôa. Ali, o filho de Antônio e sobrinho de Eptácio Pessôa era representado como um administrador moderno, cujo programa, publicou *A Imprensa*, consistia de “tudo fazer em bem da coletividade.”<sup>1028</sup>

O lema era uma espécie de paráfrase das orientações políticas de Eptácio e Antônio Pessôa – respectivamente “*Faça ao Estado o maior bem possível*” e “*Tudo pela Parahyba*” – propaladas pelas páginas dos jornais em 1915 quando este último assumiu o governo do Estado e replicadas por João Pessôa em 1928, como destaquei no capítulo anterior. Revisitada na década de 1930, essa orientação reforçava não só os pontos de referências que estruturavam a então chamada escola *cívica de Antônio, Eptácio e João Pessôa*, mas alinhava uma espécie de fito administrativo dos Silva Pessôa, acrescentando-lhes características específicas naquele contexto. Em abril de 1937, por exemplo, o mesmo jornal estampou uma espécie de balanço de “um ano e meses de administração”, destacando,

[...] o exmo. sr. Carlos Pessôa, Prefeito de Umbuzeiro, tem sabido corresponder a expectativa dos seus munícipes, porquanto é um administrador moderno [...] a começar desta vila [de Umbuzeiro] a praça da Conceição, passou, ultimamente por uma completa reforma: foi totalmente demolida e construída a moderna, embelezando-a um magnífico palanque, em cuja obra d’arte se vê o bom gosto, e nada resta a desejar. A importância empregada nessa construção atingiu a cifra de 20:000\$000 [vinte contos de réis], tendo ainda adquirido para a mesma, um possante alto-falante que deu nova fase á vida social de Umbuzeiro além da facilidade de estarmos em contato com o mundo civilizado, tanto assim que o Rádio [aparelho] toda noite nos transporta às melhores estações do Brasil e do Estrangeiro, e particularmente à nossa que ultimamente tem sido otimamente captada. [...] <sup>1029</sup>

De acordo com *A Imprensa*, tais melhoramentos não ficaram circunscrito à sede do município, extensivo aos principais povoados e vilas, a exemplo da povoação de Aroeiras representada como “uma das mais florescentes deste município.” Cerca de um ano antes, o

<sup>1027</sup> Conferir matéria “Dr. Carlos Pessôa, novamente Prefeito de Umbuzeiro, festivamente recebido pelos umbuzeirenses”, em *A Notícia*, jornal, João Pessôa, 15 de dezembro de 1937. A posse de Carlos Pessôa na prefeitura de Umbuzeiro em dezembro de 1935 foi narrada com entusiasmo pelo correspondente Conego Antônio Ramalho, destaque dado as festividades em Itabaiana e na sede do município, em *A Imprensa*, jornal, João Pessôa, 16 de janeiro de 1936. O retorno de Carlos Pessôa, “ex-deputado federal” à Parahyba – em direção à Umbuzeiro – foi noticiado pela *A Imprensa*, jornal, João Pessôa, 10 de março de 1933.

<sup>1028</sup> Em 9 de outubro de 1937, falando das medidas administrativas de Carlos Pessôa, *A Imprensa* destacou que tais ações se traduziam como uma “expansão ao seu programa de fazer tudo pela coletividade [do município de Umbuzeiro].” Essa mesma referência aparece em matérias que tratou da instalação do motor de energia em Aroeiras. Cf. *A Imprensa*, jornal, 9 de outubro de 1937.

<sup>1029</sup> *A Imprensa*, jornal, João Pessôa, 18 de abril de 1937. Sobre a repercussão do rádio na vida social dos umbuzeirenses, conferir *A Imprensa*, Jornal. João Pessoa, 13 de fevereiro de 1937.

povoado havia recebido um motor para fornecimento de energia elétrica e um aparelho de rádio. “Falado diversas vezes” nas páginas do jornal *A Imprensa*, a impressão que se queria transmitir era a de que o suposto progresso e desenvolvimento local estavam atrelados *ao fito administrativo da tradição familiar Pessôa*.<sup>1030</sup> Além disso, como sinalizei no primeiro capítulo, é importante observar que no contexto em que foram publicadas e circuladas na Capital do Estado, essas matérias tinham um significado político ainda maior, posto que pretendiam afirmar aos entusiastas do Estado Novo – alinhados ao governo de Argemiro de Figueiredo – que Umbuzeiro permanecia forte e fiel aos seus propósitos sob a influência da escola cívica da família Pessôa.

Como aspecto integrante da tradição inventada – isto é, da *tradição familiar Pessôa* –, essa representação foi estimulada a partir de 1936 mediante a tentativa de criação de uma espécie de *calendário cívico local*, ação que pretendeu fixar o seu significado na comunidade local, reforçando o reconhecimento de uma memória sobre os eventos e personagens políticos – membros da família Pessôa – tidos como importantes no passado e no presente da pequena *urbs* e por extensão, no Estado da Paraíba. Nesse calendário – ajustado em sintonia com nacional e ao estadual, certamente acompanhado pelos umbuzeirenses através das ondas do rádio e matérias de jornais – passou a ser incorporada em sua linha do tempo a nomeação de Carlos Pessôa em 23 de dezembro, a passagem do natalício do prefeito em 31 de janeiro e os aniversários de nascimento – 17 de março – e a morte do coronel Antônio Pessôa, rememorado a cada 31 de outubro.<sup>1031</sup> Essas datas foram sendo incorporadas ao calendário cívico municipal

---

<sup>1030</sup> *Ibidem*. Sobre a instalação do aparelho de rádio no povoado de Aroeiras, conferir *A Imprensa*, João Pessoa, 18 de Abril de 1937; sobre a suposta expectativa em torno da compra, instalação e inauguração do motor de energia em Aroeiras, ver *A Imprensa*, jornal, João Pessoa, 18 de Abril de 1936; e *A Imprensa*, jornal, João Pessoa, 16 de Janeiro de 1936. Os registros da existência da Praça da Conceição datam do início da década de 1930. Nesse período Umbuzeiro é apresentada em documentos oficiais como dotada de outros melhoramentos, como é o caso da luz elétrica, em substituição a luz fornecida ao gás acetileno. Segundo consta no Almanach do Estado da Parahyba, com a instalação da *luz elétrica* a cidade passou a contar com “postes de ferro, servidos de globos leitosos, sendo a usina de pertencimento da prefeitura.” No Almanach do Estado da Parahyba de 1933, encontra-se notas sobre os dados gerais de Umbuzeiro, (p. 245). Deve-se salientar que a “Usina” de que trata a fonte refere-se ao local onde foi instalado o motor de energia. Ver, sobre a construção material da cidade de Umbuzeiro e o povoado de Aroeiras, Gomes (2012).

<sup>1031</sup> Há sinais de que a Semana da Pátria, tal como incorporada no calendário cívico do Estado Novo, ocupava espaço nas festividades locais realizadas nesse período. Em 25 de setembro de 1936, por exemplo, o correspondente publicou matéria no jornal *A Imprensa* informando que “as comemorações do dia da Pátria em Umbuzeiro foram bastante festivas”. Cf. *A Imprensa*, jornal, João Pessôa, 23 de setembro de 1936. Já em 17 de setembro de 1938, por exemplo, *A Imprensa* noticiou que “o memorável ‘grito do Ipiranga’ foi admiravelmente solenizado nesta Cidade [Umbuzeiro]. Um belo programa realizou-se neste dia, tendo como organizador o Prof. Emilio Chaves, auxiliado pelas professoras do Grupo Escolar, Cel. Antônio Pessôa. Pela manhã, hasteamento da bandeira nacional, discursos, hinos, etc. em seguida, desfile dos alunos pelas ruas da nossa encantadora *urbs*. [...] Todas essas homenagens foram decantadas com a presença do Dr. Carlos Pessôa, prefeito de Umbuzeiro.” Cf. *A Imprensa*, jornal, Parahyba, 17 de setembro de 1938. Não resta dúvidas, pela análise em tela, que Carlos Pessôa tentou incorporar em sua administração aspectos do jogo de imagens produzidas pelos ideólogos do Estado Novo tanto no Brasil – governo de Vargas – quanto na Paraíba – com Argemiro de Figueiredo, conforme aponteí no

ao longo da segunda metade da década de 1930 em meio a outras já existentes e tradicionalmente comemoradas a nível local, a exemplo da Festa da Purificação de Nossa Senhora celebrada no dia 2 de fevereiro.<sup>1032</sup>

#### 6.6.2 A celebração da memória dos Silva Pessôa em Umbuzeiro.

Patrocinadas pela família Pessôa, essas datas eram comemoradas mediante forte apelo memorativo, associadas ao progresso material da cidade de Umbuzeiro como obra da ação administrativa da família Pessôa. Em 1937, por exemplo, *A Imprensa* deu notícias das festividades realizadas no dia 31 de janeiro em homenagens ao “natalício do dr. Carlos Pessôa, prefeito deste município [Umbuzeiro].” Segundo o correspondente, “foi organizado um bonito programa de festa pelo transcurso feliz da data natalício de S. excia. constando de uma salva de 21 tiros, pela manhã; as oito horas missa de ação de graças e à tarde, um solene ‘*Te-Deum*.’” Após o *Te-Deum*, a festa foi realizada nas dependências da Fazenda Prosperidade, onde, “em nome dos umbuzeirenses”, Carlos Pessôa recebeu “o significativo presente de um finíssimo relógio de algibeira”, oferecido pelo “dr. Francisco Espínola. À noite, “um bem organizado baile que presidido por s. excia. [Prefeito] durou até alta madrugada.”<sup>1033</sup> Evento que se repetiu em 1938, acrescentando-se outros aspectos, dentre eles a simbólica aposição do retrato de Carlos Pessôa no paço municipal, ajustado entre as imagens de Epitácio e Antônio Pessôa.<sup>1034</sup> Nessas

---

primeiro capítulo. A título de uma leitura mais ampla sobre a configuração do calendário cívico do Estado Novo, cabe leitura de Parada (2009). Sobre a incorporação do calendário cívico no Estado da Paraíba durante as interventorias federais, a exemplo de Argemiro de Figueiredo, cabe a leitura de Aires (2014); e Silva (2016, p. 108) esta última que enfatizou que a criação de um calendário festivo durante o governo de Argemiro de Figueiredo figurou como uma importante estratégia de legitimação do seu poderio político, pois, nos jornais, “diariamente se publicava as ‘grandes obras do Governo Argemiro de Figueiredo’. As manchetes davam conta de inaugurações, que geralmente aconteciam em datas importantes, como por exemplo o aniversário de governo, ou natalício do interventor; dia da independência ou dia da bandeira e etc”.

<sup>1032</sup> Importante destacar que muitas das matérias escritas pelo correspondente – Pe. Conego Antônio Ramalho – as informações sobre as atividades e festas realizadas na Igreja apareciam em sintonia com o expediente administrativo da cidade. Exemplo disso, em 23 de julho de 1937, o jornal publicou matéria sobre a realização do mês mariano e na mesma aludida local destacou a reunião realizada no dia 15 daquele mês entre Carlos Pessôa e os vereadores “afim de tomar as contas apresentadas pelo Prefeito [...]”; ali, segundo o correspondente, foi “apresentado o relatório que mais ou menos pormenorizou todos os efeitos do seu governo durante o período de 30 de junho do ano anterior [1936] a 31 de maio de 1937.” Além de demonstrar a “operosidade do prefeito” matérias como essa também tinha a pretensão de aludir à “grande cordialidade existente entre os membros do poder legislativo e os do poder executivo deste município.” Cf. *A Imprensa*, jornal, João Pessôa, 23 de julho de 1937.

<sup>1033</sup> Cf. *A Imprensa*, Jornal, Parahyba, 13 de fevereiro de 1937.

<sup>1034</sup> Em 1938, destacou *A Imprensa*, “o dia 31 de janeiro findo foi movimentadíssimo nesta Vila [cidade de Umbuzeiro], em virtude de ser essa data a do aniversário natalício do ilustre Dr. Carlos Pessôa, operoso prefeito de Umbuzeiro”. Na matéria, há uma longa descrição sobre os eventos que começaram as 8 horas da manhã com uma missa na Matriz, estendendo-se no curso da tarde após a realização de um almoço nas dependências do paço municipal. Cf. *A Imprensa*, jornal, João Pessoa, 9 de fevereiro de 1938; sobre a alocação do retrato de Carlos Pessôa, *A Imprensa* destacou em 23 de fevereiro que “apondo o retrato do Dr. Carlos Pessôa, no salão de honra da

festividades, Carlos Pessôa era publicamente (re)apresentado como um “nome ligado às tradições políticas de nossa terra.”<sup>1035</sup>

Ainda em 1937, cerca de um mês após a comemoração do natalício de Carlos Pessôa, a celebração da Festa de Purificação de Nossa Senhora – tradicionalmente realizada em 2 de fevereiro – foi noticiada pelas páginas do mesmo jornal destacando-se o que chamaram de “interessante coincidência: A prefeitura que se tem desdobrado de esforços, para melhorar este município, fez naquela noite, experiência de um ‘Alto-falante’ ligado ao Rádio [aparelho] comprado para o mesmo município” de “conformidade com a determinação última do governador [interventor] Argemiro de Figueiredo.”<sup>1036</sup> A associação entre os eventos políticos – de celebração da memória – e a dinâmica da vida religiosa assumiu um papel significativo no projeto de edificação memorialístico dos Silva Pessôa nos anos seguintes. Nesse período, por exemplo, os *benfeitores da cidade* – os Silva Pessôa – também foram representados como grandes incentivadores da obra católica em Umbuzeiro, através dos estímulos à realização de festas religiosas e, sobretudo, na obra de construção da Igreja Matriz.<sup>1037</sup>

6.6.3 O coroamento da memória: os eventos de comemoração ao aniversário de morte do coronel Antônio Pessôa.

Já em 1938, Carlos Pessôa incorporou nas festividades locais “o dia 31 de outubro”, assinalado como “uma data de muita recordação para Umbuzeiro. Mais um aniversário da morte

---

Prefeitura, quis o povo de Umbuzeiro, simplesmente, honrando ao mérito preencher um claro sensível que existia na galeria dos beneméritos e inconfundíveis servidores do município: Epitácio Pessôa, Antônio Pessôa e o grande Presidente João Pessôa.” Cf. *A Imprensa*, jornal, João Pessoa, 23 de fevereiro de 1923.

<sup>1035</sup> Conferir notícia sobre o aniversário de Carlos Pessôa em *A Imprensa*, jornal, João Pessoa, 31 de janeiro de 1941.

<sup>1036</sup> *Ibidem*. No mesmo ano, isto é, no dia 2 de fevereiro, informou *A Imprensa* que “teve lugar [em Umbuzeiro] a tradicional festa da Purificação de N. Senhora. Na véspera houve uma novena e pela madrugada do referido dia, missa pelo Vigário da Paróquia [Conego Antônio Ramalho]”. Além da Festa da Purificação, em meados da década de 1930, sob o auxílio de Carlos Pessôa e com a organização de Roberto Pessôa – último filho do coronel Antônio Pessôa – as festas de vaquejada realizadas em setembro marcaram o período do que *A Imprensa* chamou de “nova fase da vida social dos umbuzeirenses”. Conferir sobre as vaquejadas, *A Imprensa*, jornal, João Pessoa, 1 de outubro de 1937.

<sup>1037</sup> Em tese, a relação que os filhos de Antônio Pessôa, especialmente Carlos Pessôa, estabeleceu com lideranças religiosas da região – no destaque ao Conego Antônio Ramalho – explica a predisposição do periódico católico de criar, nas suas notas do interior, uma espécie de *boletim administrativo* da cidade de Umbuzeiro sob o domínio dos Pessôa. Esse expediente mostrou-se importante ao projeto de (re)edificação da memória de Antônio Pessôa e, por conseguinte, na ratificação da imagem da *Umbuzeiro, terra dos Pessôa*, uma vez que passada a década de 1920 a família perdeu o controle dos principais jornais que circulavam no Estado, a exemplo d’ *A União*, *O Norte* e mesmo *A Notícia*, essa última extinta logo após Antônio Pessôa deixar o governo. Sobre a inscrição da memória dos Pessôa nos espaços da fé, a exemplo da Igreja Matriz inaugurada em 1941, ver Silva (2015, p. 118). Ver ainda, sobre as homenagens prestadas ao coronel Antônio Pessôa por ocasião das festividades de inauguração da Igreja Matriz, jornal *A Imprensa*, Jornal, João Pessoa, 26 de março de 1941.

do Cel. Antônio Pessôa, o maior benfeitor desta terra. [...]” A rememoração da data deveria servir para localizar o leitor do presente e acionar à lembrança das testemunhas do passado, uma vez que “não era somente a família do ilustre desaparecido que se cobre de luto para comemorar aquela data”, mas “todos os umbuzeirenses [...]”; De acordo com o redator d’ *A Imprensa*, “o benefício que se realiza, não é somente para uma geração, mas, sucessivamente, para todas as gerações que participam daquela benevolência. Umbuzeiro de hoje, como Umbuzeiro do futuro viverá sempre, da gloriosa tradição deixada pelo inolvidável pranteado do dia 31 de outubro [...]” Nos termos do jornal, a suposta nova fase político administrativa vivida em Umbuzeiro era vista como “um reflexo benéfico d’aquela grande alma [de Antônio Pessôa], reflexo que não somente se transmitiu aos seus descendentes, mas também a toda esta gente umbuzeirense, e agora unidos, procuram honrar a memória sagrada do seu inesquecível benfeitor.”<sup>1038</sup>

Com esse forte e dramático apelo ao reconhecimento da memória pela coletividade local e estadual, a matéria prenunciava as festividades que foram realizadas em Umbuzeiro naquele 31 de outubro. Dentro da programação oficial, uma “Missa solene de Requiem, celebrada na Matriz pelo Rev. dmo. Vigário” e uma manifestação de “reconhecimento e saudade em torno de um bem-acabado busto herma do Cel. Antônio Pessôa, oferecido pelo povo de Umbuzeiro”. Idealizado em 1923, enfim, o busto seria inaugurado por Carlos Pessôa em “uma das mais lindas praças da Cidade, em frente ao Grupo Escolar que tem o nome do homenageado”; para, “assim, ficar resgatada, uma dívida, que se impunha ao povo desta terra”.<sup>1039</sup> Nessa comemoração, a presença da Sinhá Pessôa – em visita à Paraíba vinda do Rio de Janeiro – marcou simbolicamente as referências à memória de Antônio Pessôa. Essa visita foi acompanhada de perto pelas lentes fotográficas, certamente acionada por um de seus filhos, cujos registros abaixo permitem entender o seu simbolismo.<sup>1040</sup>

---

<sup>1038</sup> *A Imprensa*, jornal, João Pessôa, 30 de agosto de 1938.

<sup>1039</sup> *Idem*.

<sup>1040</sup> As duas fotografias usadas no presente tópico foram cedidas pelo senhor Renato dos Santos Pessôa e fazem parte do acervo fotográfico do seu pai – Roberto Pessôa – que desembarcou na Paraíba na década de 1930 instalando-se na Fazenda Barra. Outras imagens usadas no segundo capítulo para localizar o leitor sobre a configuração do complexo da fazenda Barra são do mesmo acervo, o que me leva a crer que foram clicadas pelo próprio Roberto Pessôa – ou sob a sua influência – nesse período.



**Fotografia 20.** Visita da Sinhá Pessôa à Fazenda Barra em setembro de 1938. Cortesia do Sr. Renato dos Santos Pessôa.

Nessa primeira imagem – fotografia ao lado –, clicada na frente da casa da Fazenda Barra em 1938, o fotógrafo captou a Sinhá Pessôa – indicada pelo ponto 1 – sob a companhia do Conego Antônio Ramalho à sua esquerda e de outros personagens, certamente familiares e amigos, entre eles, o seu filho Fernando Pessôa – na época descrito como chefe de polícia do Estado. A presença do pároco local é sinal de que aquela visita certamente foi organizada para celebração de uma missa em réquiem na capela de Nossa Senhora do Rosário, situada ao lado da fazenda. De todos réquiens celebrados após a morte de Antônio Pessôa, as realizadas nas dependências da fazenda Barra certamente assumiam um caráter ainda mais simbólico por ter sido ali o local onde o coronel

Pessôa faleceu em 31 de outubro de 1916.<sup>1041</sup> Na década de 1930, esse gesto transformou a Fazenda Barra em uma espécie de local de culto, lugar de visitação em referência à memória de Antônio Pessôa, conforme veremos.

6.6.4 O luto e o retrato de Antônio Pessôa: o significado do gesto em respeito a honra e a memória do patriarca morto.

<sup>1041</sup> Segundo Silva (2015, p. 174) há registros de réquiens realizados em homenagem a Antônio Pessôa nas cidades de João Pessoa, Itabaniana e Umbuzeiro. Acresço que também há registros dessas missas em Recife – Igreja da Boa Vista – celebrada a pedido de sua irmã Mirandolina Pessôa de Queiroz. Cf. *A Província*, Jornal, Recife, 6 de novembro de 1916; e missa de primeiro aniversário realizada na capital pernambucana a pedido de Mirandolina Pessôa de Queiroz, 17 de novembro de 1917.



Na imagem acima é importante observar a presença do luto – simbolizado nas vestes pretas da Sinhá Pessôa e de outras personagens captadas pela lente do fotógrafo –, um gesto que remetia ao respeito e à preservação da memória do falecido. Naquela ocasião, além do luto, à Sinhá Pessôa certamente levava consigo uma espécie de broche em que estampava uma fotografia de Antônio Pessôa – bem parecida com a fotografia usada nas páginas d’ *A União* na ocasião da despedida do governo em 23 de julho de 1916 – visível na imagem abaixo, ponto indicado pela seta.



**Fotografia 21:** Sinhá Pessôa ao lado dos filhos na Fazenda Prosperidade em Umbuzeiro. Fotografia datada de 24 de setembro de 1938. Fazenda Barra. Cortesia do Sr. Renato dos Santos Pessôa. Editada pelo autor.

Clicada em 24 de setembro de 1938, na imagem acima, o fotógrafo captou a Sinhá Pessôa sentada sob a companhia dos filhos – Carlos ao centro, em pé, Jorge à sua esquerda e Roberto Pessôa à direita – provavelmente na varanda da Fazenda Prosperidade em Umbuzeiro. O trabalho de edição da imagem – aumentando o foco da lente na perspectiva à direita – sugere imaginar uma instigante lição de método que se apóia no princípio da variação da escala. Nesse caso, além de sinalizar a existência de um romance familiar e de certo lugar de mando exercido pela matriarca, ao focar a lente no objeto da cultura material – broche – que a Sinhá Pessôa levava consigo uma interpretação se esboça: a família – Silva Pessôa – continuava resistindo as violações da memória do seu devotado morto, o coronel Antônio Pessôa; e, para tanto, reafirmava o seu lugar de liderança na política regional e local.

Para tanto, uso do broche, além de ser um gesto em honra e homenagem ao esposo falecido, certamente traduz uma mensagem política, sobretudo diante da presença da Sinhá Pessôa em lugares específicos – a exemplo da capital do Estado, centro do poder político da Paraíba –, local onde a memória do coronel Pessôa havia sido violada. Ali, a exposição do retrato do ex-presidente tendia a realçar a imagem da altivez e a representação do tino administrativo de Antônio Pessôa; um gesto significativo uma vez que a imagem de Antônio Pessôa, como sinalizei de acordo com testemunhos da época, foi proibida de ser circulada na imprensa oficial por Camillo de Hollanda assim que assumiu a presidência do Estado. Naquela visita à Paraíba, portanto, a Sinhá Pessôa não estava só; por onde ela passou levava consigo a imagem do esposo, como que evocando o (re)conhecimento do seu poder, isto é, de um poder simbólico.

Em Umbuzeiro, por sua vez, sob a companhia dos filhos, essa imagem e o gesto de levá-la consigo expressa um simbolismo ritual ainda maior posto que ali a Sinhá Pessôa – em sua última visita à Paraíba e as propriedades da Barra e Umbuzeiro – selou as homenagens preparadas para celebrar o aniversário de morte de Antônio Pessôa.<sup>1042</sup> Preparava, portanto, o ambiente para que os seus filhos pudessem igualmente selar, com os umbuzeirenses, a expectativa de manutenção do poder político familiar. Eis que acredito ser esta uma resposta singular, elaborada a partir de um gesto cercado de simbolismo, para, de um lado, diminuir as incertezas frente a iminente mudança geracional que, por sua vez, alterava o sistema de símbolos, os mecanismos de ascensão e certos padrões culturais; por outro lado, esse gesto figura como índice de um roteiro que a família elaborava, em termos de expectativa, para minorar os impactos de tais mudanças sob a dinâmica de suas vidas cotidianas e as posições que assumiram ao longo do tempo. Os eventos seguintes experimentados e executados pelos membros da família – Silva Pessôa – em Umbuzeiro nortearam, em termos práticos, uma expectativa de futuro que se apoiava na convicção de que os atos comemorativos era uma forma de realinhar os laços de união geracional.

6.6.5 A continuação do rito memorativo: os eventos de 1939 e a romaria da Fazenda Barra em direção ao mausoléu do ex-presidente em Umbuzeiro.

---

<sup>1042</sup> Como sinalizei na leitura da carta enviada por Antônio Pessôa Filho ao IHGB em 1958, a Sinhá Pessôa faleceu em 1941 no Rio de Janeiro, mais precisamente em 26 de março de 1941. Sobre a morte da Sinhá Pessôa conferir *A Noite*, Jornal, Rio de Janeiro, 27 março de 1941.

Projetado em termos de expectativa em 1923, inaugurado em 1938, o busto do coronel Antônio Pessôa foi reinaugurado em 17 de março de 1939, isto é, no dia em que se comemorava mais uma passagem do seu nascimento.<sup>1043</sup> Como em outubro de 1938, as homenagens de 1939 foram acompanhadas de perto e amplamente divulgadas pelos jornais da Capital – nesse caso, *A Imprensa* e *A União*.<sup>1044</sup> De acordo com o jornal *A Imprensa*, por exemplo, “a inauguração do monumento ao Cel. Antônio Pessôa, e também a praça de igual nome, recém construída pelo operoso Prefeito Dr. Carlos Pessôa” foi um evento marcado por uma série de atos solenes.<sup>1045</sup> Além das matérias dos jornais, os Silva Pessôa acompanharam os eventos sob o olhar técnico das lentes fotográficas, criando um arquivo de imagens que acabaram por revelar aspectos significativos das homenagens, a exemplo da fotografia abaixo.

---

<sup>1043</sup> O busto do coronel Antônio assumiu um lugar de destaque dentro dos esforços de Carlos Pessôa em edificar a memória do pai. Pela leitura dos vestígios, esse monumento foi idealizado em 1923, inaugurado em 1938 e (re)inaugurado em 1939 – embora os jornais que cobriram este último evento façam referência a sua inauguração em 17 de março. O mesmo ocorreu em março de 1941 nas festividades de inauguração da nova Matriz em Umbuzeiro. Nesse ano, *A Imprensa* noticiou “as 16 horas foi inaugurado o busto do cel. Antônio Pessôa, numa das praças da cidade”. Acredito, contudo, que ele tenha sido inaugurado em 31 de outubro de 1938 dado o simbolismo daquela festividade com a presença da Sinhá Pessôa. Nesse caso, em 1939, ao invés de ser inaugurado, como noticiaram os jornais, o monumento foi reinaugurado. Essa aparente confusão pode ser explicada pelo simbolismo de cada uma das datas e do tom festivo que assumiram; em 1938, a presença da Sinhá Pessôa e demais familiares; em 1939, a participação do Estado cobrindo o evento com a presença dos especialistas em fotojornalismo que faziam parte do governo de Argemiro de Figueiredo; em 1941 a inauguração do “sonho de Antônio Pessôa [Igreja Matriz]”; nessas ocasiões, a referência pública a “inauguração” do busto davam aos eventos um caráter ainda mais espetacular em referências aos tributos a memória de Antônio Pessôa, bem como faziam daquele busto um local de culto.

<sup>1044</sup> No dia das comemorações, isto é, em 17 de março, o jornal *A União* publicou em sua primeira página matéria intitulada “Homenageando a memória do ex-presidente Antônio Pessôa” e destacou, “será inaugurada hoje, em Umbuzeiro, a estátua do seu saudoso homem público”, construídas pelo Prefeito de Umbuzeiro. Interessa apontar que a matéria estampava um retrato do coronel Antônio Pessôa ao lado de uma série de notícias que enfatizavam as ações administrativas de Argemiro de Figueiredo e as homenagens a ele prestadas em Campina Grande por ocasião da passagem do seu aniversário natalício. Analisando o ajustamento e edição das matérias publicadas naquela matéria, é significativo perceber sinais da disputa de memória existente entre os intelectuais do argemirismo e os filhos de Antônio Pessôa – estes esforçando-se por manter viva a memória do pai e o que ele representou na história política da Paraíba na primeira República – a que aludi no primeiro capítulo. Cf. *A União*, Jornal, João Pessôa, 17 de março de 1939.

<sup>1045</sup> Segundo o mesmo jornal, “ainda outras homenagens, nesse dia, foram prestadas ao saudoso homem público, começando por uma salva de 21 tiros e alvorada, às cinco horas da manhã do referido dia, que marcaria mais um aniversário de sua distinta existência.” Do correspondente, *A Imprensa*, Jornal, Paraíba, 11 de abril de 1939.



**Fotografia 22:** Homenagem dos moradores da fazenda Barra ao coronel Antônio Pessôa. 17 de março de 1939. Cortesia do Sr. Renato dos Santos Pessôa.

Posada em 17 de março de 1939 nas proximidades da Fazenda Barra – avistando-se ao fundo a serra do Rio Paraíba e os coqueiros que margeavam o seu leito nas proximidades da estrada de rodagem Umbuzeiro/Itabaiana/João Pessôa –, a fotografia acima registrou a reunião dos caravaneiros que seguiram em séquito até a cidade de Umbuzeiro para participar das homenagens em tributo à memória de Antônio Pessôa. Como parte integrante das festividades, certamente ali se agruparam alguns moradores da região com os representantes do Governo do Estado que vinha da capital para prestigiar os eventos, entre eles, Raul de Góes, secretário de Argemiro de Figueiredo.<sup>1046</sup> Nesse caso, chama atenção a faixa erguida por dois dos personagens à frente do séquito; ela estampava em letras garrafais e artisticamente ajustadas: “AO SAUDOSO CORONEL ANTÔNIO PESSÔA DA FAZENDA BARRA DE NATUBA.” Assim exposta, a primeira parada dos caravaneiros foram as instalações da Fazenda Barra, reforçando a hipótese de que, durante os eventos comemorativos organizados ao longo da segunda metade da década de 1930, essa fazenda virou uma espécie de local de culto, objeto de visitas.

<sup>1046</sup> Tomando por base a motocicleta captada no canto esquerdo da imagem, é de se imaginar que os representantes de Argemiro de Figueiredo tenham viajado até Umbuzeiro em carro do Estado, fato que corroborou para avultar os aspectos teatrais das homenagens.

6.6.5.1 *Os atos na cidade de Umbuzeiro: a visita ao mausoléu de Antônio Pessôa e (re)inauguração do busto herma.*

Pela leitura dos indícios – saindo da Barra em direção ao cemitério de Umbuzeiro – é provável os organizadores do evento tenham se esforçado por tentar (re)apresentar o percurso do cortejo fúnebre que levou o corpo de Antônio Pessôa da Fazenda Barra ao cemitério em Umbuzeiro onde foi sepultado em 1916. Caso positivo, esse esforço deu aquele evento um caráter ainda mais simbólico e, por conseguinte, um tanto quanto teatral. De certo, como noticiou *A Imprensa*, os caravaneiros vindos da Barra juntaram-se com avultado número de pessoas que os esperavam na cidade de Umbuzeiro. De lá, o séquito seguiu “em romaria ao mausoléu do ilustre desaparecido [cel. Antônio Pessôa], seguindo-se de uma missa na capela do cemitério da cidade oficiada pelo Vigário da Freguesia, Conego Antônio Ramalho”.<sup>1047</sup> Cobrindo oficialmente as homenagens prestadas ao ex-presidente Antônio Pessôa, o jornal *A União* ilustrou parte dos eventos em um bloco de duas imagens fotográficas. Vejamos a primeira delas.



**Fotografia 23:** Romaria ao túmulo de Antônio Pessôa no cemitério da cidade Umbuzeiro. *A União*, Jornal, 18 de março de 1939.

Bem parecida com o registro feito nas dependências da Fazenda Barra naquele mesmo dia, na imagem acima a lente do fotógrafo foi ajustada para captar o simbolismo dos atos realizados no cemitério da cidade de Umbuzeiro. Ali, a multidão amontou-se ao lado do mausoléu do ex-presidente homenageado – ponto indicado pela seta; destaque dado às crianças

<sup>1047</sup> Do correspondente – *A Imprensa*, Jornal, Paraíba, 11 de abril de 1939.

presentes na imagem, certamente “os colegiais”, no dizer d’ *A União* “todos devidamente uniformizados, que aguardavam o momento para participar das festas projetadas que se desenvolveram com muito brilho apesar da copiosa chuva que caía”<sup>1048</sup> À frente dos *romeiros*, outra faixa ainda mais detalhada avulta-se no primeiro plano: “AO CORONEL ANTÔNIO PESSÔA, GRATIDÃO E SAUDADE DOS MORADORES DA FAZENDA PROSPERIDADE.” Um pouco atrás e abaixo da primeira – na linha da seta, próximo ao mausoléu – é possível perceber a alocação da outra faixa, ao que sugere imaginar, produzida pelos moradores da Fazenda Barra em homenagem ao coronel Pessôa.

#### 6.6.5.2 A (re)inauguração do busto herma do coronel Antônio Pessôa.

Do cemitério, sob o estampido de foguetões, o séquito seguiu em direção à Praça Antônio Pessôa, situada em frente do grupo escolar de mesmo nome. Ali, outra série de homenagens havia sido previamente preparadas. A principal delas, a inauguração do busto do coronel Antônio Pessôa, cujos aspectos festivos foram ilustrados na segunda imagem publicada no Jornal *A União* a qual acresço o registro guardado pelos Silva Pessôa.



**Fotografia 24:** Aspectos da inauguração do busto em homenagem ao coronel Antônio Pessôa na cidade de Umbuzeiro. Aspecto 1 – comitiva dos representantes do interventor Argemiro de Figueiredo – fotografia cedida pelo Sr. Renato dos Santos Pessôa. Aspecto 2 – solenidade de inauguração da estátua do ex-presidente – *A União*, Jornal, 18 de março de 1939. Editada pelo autor.

<sup>1048</sup> Segundo *A União*, “a cidade de Umbuzeiro apresentava [naquele 17 de maio de 1939] um aspecto movimentadíssimo, com todas as suas ruas engaladas, vendo-se em todos os logradouros públicos faixas alusivas à atuação do saudoso homenageado em benefício do seu torrão natal. Além de grande massa popular que estacionava nas ruas, viam-se numerosos colegiais [...]” Cf. *A União*, Jornal, João Pessôa, 18 de março de 1939.

De costas para o Grupo Escolar que levava o seu nome – saudando os visitantes na direção da Praça Antônio Pessôa e da Fazenda Prosperidade –, os registros fotográficos captaram em momentos distintos o busto erguido em homenagem ao coronel Antônio Pessôa. Na primeira delas – aspecto 1 –, o fotógrafo captou a comitiva que representou o interventor Argemiro de Figueiredo na frente do monumento – com destaque a Raul de Góes, de terno preto ao centro da imagem. Na segunda imagem – aspecto 2, publicada pelo jornal *A União* – o monumento aparece envolvido entre os idealizadores das homenagens e o público. Em ambas, a predisposição de fotógrafo em ajustar os personagens de acordo com a perspectiva em que o monumento ganha uma maior projeção. Difícil de identificá-los, de certo, entre os personagens estavam o padre Conego Antônio Ramalho, Raul de Góes, secretário da interventoria federal, Carlos Pessôa, prefeito de Umbuzeiro e Fernando Pessôa, seu irmão, e demais familiares.

O Conego Antônio Ramalho, por exemplo, foi o primeiro a discursar naquele evento, sublinhando as qualidades pessoais e políticas de Antônio Pessôa. Segundo ele, a partir daquele momento, “Antônio Pessôa estava com a sua memória perpetuada no bronze e no coração de seus conterrâneos.” Já Raul de Góes destacou que aquele gesto estava “gravando em bronze a sua memória”. Atento ao trocadilho presente na fala do Cônego Antônio Ramalho ao discorrer sobre o significado do monumento para os umbuzeirenses, o orador solidarizou-se com a iniciativa do prefeito de Umbuzeiro em nome do interventor federal da Paraíba e enfatizou que a memória encravada em bronze foi colocada “no coração da terra natal [cidade de Umbuzeiro]”, uma prova de “admiração deste povo ao seu digno benfeitor.”<sup>1049</sup>

#### 6.6.5.3 *A visão da Casa Grande e a crença na manutenção do prestígio político de Antônio Pessôa.*<sup>1050</sup>

O discurso Fernando Pessôa, “falando em nome da família de Antônio Pessôa e do prefeito Carlos Pessôa”, selou os atos comemorativos de março de 1939. No longo discurso, o orador principiou elogiando Umbuzeiro que, em sua visão, mantinha-se solidária e fiel ao propósito de conservar “bem viva a lembrança do dedicado amigo que foi Antônio Pessôa.” Por

<sup>1049</sup> *Idem*, p. 6.

<sup>1050</sup> O título do tópico é uma referência a vista panorâmica de Fernando Pessôa destacada no discurso de agradecimento na inauguração do busto do seu pai. No referido discurso de Fernando Pessôa, o orador destacou que da posição que se encontrava – provavelmente em cima da escadaria do Grupo Escolar Antônio Pessôa, de onde também discursou o Conego Antônio Ramalho – “a vista que daqui se descortina, da ‘Casa Grande’: a contemplação do cemitério onde repousam os restos daquele que me deu o ser; o horizonte azulado por sobre as de Pedrinho e de Milho, recordação fugaz da nossa meninice [...]”. Além da visão panorâmica do orador, avistando os espaços físicos de sua meninice, imagino o seu olhar vasculhando os espaços de memória, evocando lembranças.

isso, estava convicto que “Umbuzeiro prefere sofrer necessidades, perseguições, vexames de toda a ordem ao lado dos filhos de Antônio Pessôa” do que “gozar todas as benesses juntamente com os que não querem [referia-se aos líderes políticos do pós 30] reconhecer-lhes o direito que lhes cabe de dirigir seus destinos”. Nesse ponto, Fernando Pessôa ratifica a hipótese de que, de um lado, na Paraíba da década de 1930, enquanto os entusiastas e ideólogos do Estado Novo tentavam sepultar o velho sistema político e seus símbolos, os Silva Pessôa esforçavam-se por manter viva a *tradição familiar* – Pessôa. Por outro lado, os filhos de Antônio Pessôa reivindicavam a parte da herança do epitacismo que lhes cabia, justificada pela referência ao patriarca morto em 1916.

Para tanto, Fernando Pessôa parecia acreditar que aquelas homenagens reatariam o “elo de uma corrente de fraternidade” entre Umbuzeiro e os filhos de Antônio Pessôa; isto é, era o enlace entre a velha geração que assistiam as homenagens sob o reflexo de cabelos grisalhos, como “pedaços vivos de Umbuzeiro”, companheiros “que foram do nosso pai”, a sua geração e de seus irmãos e as novas gerações “descendentes dos velhos troncos” – esta última tratada pelo orador como a “continuação da dignidade e do valor dos nossos ascendentes.”<sup>1051</sup> O gesto não era anódino e os pontos que ligavam o seu discurso é revelador de certa percepção de que a mudança geracional abria um horizonte de incertezas quanto a manutenção do poder político familiar. Em sua visão, era preciso fortalecer os laços do aparente elo que ligava as velhas às novas gerações, para diminuir as incertezas do curso existencial, criando uma outra expectativa, qual seja, a permanência das relações de poder agenciadas sob o local e as representações que a família havia ocupado ao longo do tempo.

Nesse último ponto, rico em metáforas, o discurso de Fernando Pessôa esforçou-se por sinalizar a crença de que, ao menos a nível local, os Silva Pessôa haviam garantido a transferência da herança política do coronel Pessôa a seus herdeiros diretos. Olhando para a “A Casa Grande [Fazenda Prosperidade]” que avistava ao longe – herdada por seus irmãos –, ou mesmo o monumento encravado em bronze que se ergueu a sua frente – ofertada aos umbuzeiresnes – que permaneciam de pé, esse filho de Antônio Pessôa parecia acreditar que o poder poderia ser transportado como se fosse um bem, uma coisa transferível mecanicamente de uma geração a outra. Apesar dessa aparente convicção, seria preciso esperar a virada da

---

<sup>1051</sup> *Ibidem*. Segundo Fernando Pessôa, assistiam as homenagens “Miné, Salustino, Antônio Duarte, Jerônimo, Manuel Donato para citar alguns dos mais velhos entre vós” – contemporâneos de Antônio Pessôa, cujas presenças também fazia evocar a lembrança de “Salustiano, Tomé, Mandú, Zeferino, Manuel de Brito e tantos outros amigos desaparecidos” –, quanto pela mocidade que acreditava ser “a continuação da dignidade e do valor dos nossos ascendentes.



década de 1940 para saber se o filho de Antônio Pessôa estava certo quanto à expectativa de manter coeso o poderio familiar.

## 6.7 O FECHAMENTO DE UM CICLO GERACIONAL: 1942 E A MORTE DO CONDOR?



**Fotografia 25.** Última fotografia de Epitácio Pessôa – apanhada no dia 23 de maio de 1940 – Miscelânea. 1965.

No dizer de Gabaglia Pessôa, “a partir de 1937, a vida de Epitácio [imagem ao lado] circunscreveu-se quase que exclusivamente ao pequeno círculo dos amigos íntimos.” Já em 1939, as cartas enviadas aos familiares “mostram-no infinitamente saudoso, triste.”<sup>1052</sup> Nesse mesmo período, por exemplo, escrevendo ao amigo Ademar Vidal, o ex-presidente da República chegou a externar o seu incomodo em saber – quando questionou aquele intelectual porque não estava recebendo mais suas cartas enviadas da Paraíba – que o carteiro não encontrava o seu endereço. Lamentava residir no mesmo local por anos e o correio postal não conseguir localizá-lo. Apesar do esforço e da consciência – por várias vezes demonstradas ao longo da sua atividade pública e recolhimento privado – quanto à

necessidade de perpetuar os seus feitos na história, em fins da década de 1930 e início de 1940, Epitácio recolhia-se à velhice e aos incômodos do relativo esquecimento; aparentemente imerso em reflexões sobre a sua existência, dizia-se “triste com o mundo, mas contente com vocês [seus familiares] em torno de mim. Meu paradigma parece quebrado.”<sup>1053</sup>

<sup>1052</sup> De acordo com Gabaglia Pessôa (1950, p. 896) “em princípios de 1939, o ano da guerra, sua filha mais velha, o marido e os filhos passaram alguns meses na Europa. As cartas que Epitácio lhes enviou então, com regularidade tanto mais notável quanto já lhe custara muito o ato material de escrever, mostram-no infinitamente saudoso, triste, mas conservando, apesar de tudo, a leveza de espírito que lhe permitiu até o fim divertir-se com o lado cômico das situações e das pessoas.”

<sup>1053</sup> De acordo com Carlos Alberto Pessôa Pardellas (2018, p. 533), “do desenrolar da moléstia de meu avô guardei registro na memória pelo relato muitas vezes repetido e comentado por meu pai, Raphael Pardellas, que foi médico dedicado do sogro. Por isso, cresceu em mim uma sorte de solidariedade, incomum e um pouco condescendente, entre o menino, com a vida pela frente e o único ancião fisicamente decadente de sua intimidade diárias. Interessante pela sua saúde, quer perguntando-lhe diretamente, quer através de minha mãe [Angelina Pardellas]. Uma vez em 1940, minha mãe vendo-o muito sério e com o olhar distante, indagou: ‘papai, você está triste?’. A resposta

Em janeiro de 1942, “a sua saúde tornara-se muito frágil, as forças declinavam. O calor dos dias anteriores havia-o abatido extraordinariamente e a partida de Voluntários [de sua residência no Rio de Janeiro ao sítio Nova Betânia], a viagem de automóvel pela serra de Petrópolis fez-se debaixo de uma impressão de acabrunhamento.”<sup>1054</sup> Em Petrópolis, sob os bons ares da serra, “falava, como sempre, do passado, mas à medida que transcorriam os últimos dias, parece que se voltava para as cenas mais remotas”, aparentemente esforçando-se por evocar as lembranças mais recuadas da sua agitada existência. Em 13 de fevereiro, recolhido em seus aposentos sob a companhia dos familiares – entre eles Antônio Pessôa Filho –, Epitácio passou os últimos momentos; por volta das 17:30 “sobreviu o colapso inesperado – a dilatação aguda do coração.” O ex-presidente faleceu antes de completar 77 anos de idade no verão de 1942. Na manhã seguinte, o seu cortejo fúnebre saiu de Nova Betânia em direção ao Rio de Janeiro. Segundo Gabaglia Pessôa,

Nada distinguiu o seu enterro de um simples enterro de primeira classe, a não ser o número imenso de automóveis [que seguiram o cortejo até o Rio de Janeiro]. Pelas ruas centrais que a proximidade do Carnaval alegrava, [o cortejo] seguiu quase despercebido até a Matriz de São João Batista, na rua dos Voluntários. A igreja, ao contrário, literalmente repleta de coroas, representava um ar de majestade impressionante. Ai passou êle, cercado de todos os seus e de uma pequena multidão silenciosa, as poucas horas restantes.<sup>1055</sup>

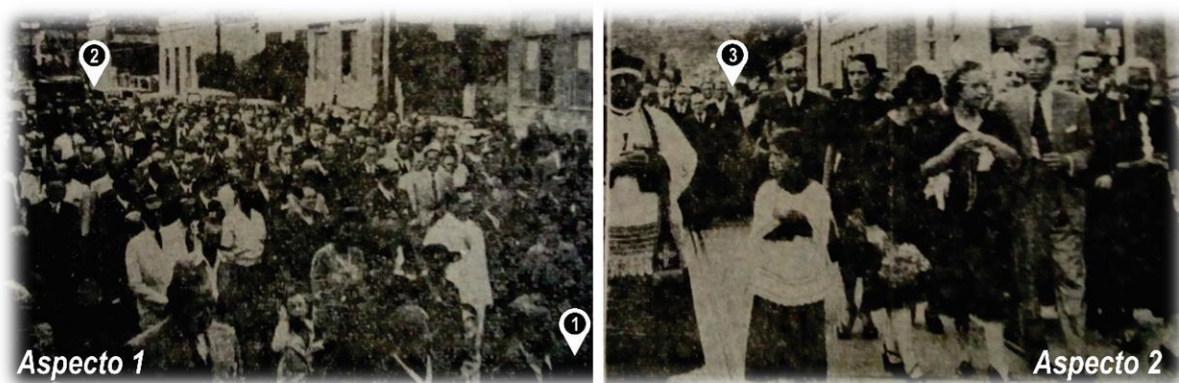
Em um gesto cercado de simbolismo, a família recusou a inclinação de Getúlio Vargas de fazer o funeral às custas do Catete, dispensando ao ex-presidente morto as homenagens de Chefe de Estado. Epitácio foi sepultado sem receber as honras e homenagens prestadas aos ex-presidentes, mas foi cuidadosamente envolvido com o seu traje de juiz da corte permanente de Haia. Há uma mensagem nesse gesto? Não resta dúvidas e a sua interpretação moveu a presente pesquisa. Por hora, cabe cotejar o relato de Gabaglia Pessôa com os registros fotográficos abaixo, atentos a perceber o que a suposta timidez do cortejo, tal como destacado em sua Biografia, ilumina algumas reflexões importantes ao fechamento da presente análise.

---

veio imediata e minha memória guardou lembrança daquele desabafo: ‘sim, minha filha, triste com o mundo... mas contente com vocês em torno de mim. Meu paradigma parece quebrado’”.

<sup>1054</sup> Gabaglia Pessôa (*idem*, p. 900-901).

<sup>1055</sup> *Idem*, (p. 905-906). Segundo a autora, “a família declinou o oferecimento do Gôverno [Getúlio Vargas], de fazer os funerais às suas custas, prestando a Epitácio honras de Chefe de Estado”. Desde a saída de Nova Betânia poucas personalidades acompanharam o cortejo, destacando-se além dos familiares e amigos íntimos, presença do Cardeal-Arcebispo D. Sebastião Leme – que na noite anterior havia realizado uma missa de corpo presente na casa de Epitácio Pessôa – e o prefeito de Petrópolis – por onde o cortejo passou na manhã de 14 de fevereiro. No Rio de Janeiro, apenas Artur Bernardes – que o sucedera na presidência da República – Oswaldo Aranha – Ministro do Exterior do Governo Federal – e Vasco Leitão da Cunha, ministro interino da Justiça, são listados como personalidades de maior renome presentes em seu funeral. Na maioria dos presentes, familiares, amigos e admiradores – “a gente do povo” – seguiu o cortejo até o cemitério São João Batista. Ver também sobre isso Pardellas (2018, p. 537).



**Fotografia 26:** aspectos do sepultamento do ex-presidente Epitácio Pessoa. *A União*, 20 de fevereiro de 1942. Editada pelo autor.

Nas imagens acima, pela demarcação dos pontos – 1 – é possível identificar o início do séquito logo atrás da urna funerária de Epitácio Pessoa que aparece em detalhe no ponto 3 sendo transportada por um grupo de personagens. No ponto 2, o detalhe é dado a extensão do séquito – um aglomerado relativamente pequeno de pessoas –, vendo-se ao final a presença de um automóvel, provavelmente o carro fúnebre que levaria os restos mortais do ex-presidente – sendo o primeiro, seguido de uma fila de automóveis que acompanhava o cortejo. Traduzindo a descrição de Gabaglia Pessoa e lendo os vestígios das fotografias estampadas no jornal paraibano, a relativa timidez do cortejo e o silêncio da multidão – interrompido quando o féretro preparou-se para sair da Igreja aproximando-se do carro fúnebre, e “alguém protestou: ‘Um homem desses leva-se a braço’” – são sinais significativos da queda do prestígio e que Epitácio Pessoa parecia inclinar-se a perder a batalha contra o esquecimento. Apesar disso, na visão de Carlos Alberto Pessoa Pardellas – seu neto e testemunha ocular do “desenrolar da moléstia” e do seu falecimento –, os gestos e homenagens finais prestadas por amigos e admiradores ao lado do seu túmulo fossem “como se a História quisesse, desde logo, proclamar um reconhecimento”; ao meu ver, essa impressão parece traduzir a expectativa criada pela família e pelo próprio Epitácio Pessoa de ocupar espaço imediato na memória/história nacional; esse reconhecimento parece-me que demorou a ocorrer.<sup>1056</sup>

<sup>1056</sup> De acordo Pardellas (2018, p. 537) “no cemitério falaram diversos oradores, mas a família guardou na memória as palavras de gratidão de uma humilde senhora que fora nomeada por Epitácio guardiã de uma escola pública e as corajosas palavras de afeto e admiração do advogado Heráclito Sobral Pinto, que, interpurbado pelos possíveis melindres da ditadura [varguista] e impelido pelo amor à verdade, louvou em Epitácio Pessoa, acima de tudo, o Homem da Lei. Deliberadamente ou não, Getúlio Vargas sancionou esse conceito, ao designar para representá-lo no funeral o jovem ministro interino da Justiça, Vasco Leitão da Cunha. Era como se a História quisesse, desde logo, proclamar um reconhecimento”.

### 6.7.1 Os primeiros sinais do apelo à edificação da memória de Epitácio Pessôa na Paraíba.

Na Paraíba, algumas poucas notas de jornais foram dedicadas ao evento ocorrido no Rio de Janeiro na tarde de 13 de fevereiro. No jornal *A União* – órgão oficial do Estado onde outrora o chefe do PRCP estampou por vários anos a primeira página –, por exemplo, a sua morte foi timidamente noticiada e as homenagens prestadas nos dias seguintes concorreram espaço em meio a forte propaganda em deferência à interventoria de Ruy Carneiro e ao avanço da 2ª grande guerra. Aos poucos, antes de decorrer 30 dias de falecimento, elas foram sendo editadas nas últimas páginas do jornal.<sup>1057</sup> Em seu estado natal, imediato ao falecimento, os gestos mais emblemáticos partiram dos membros ainda vivos da guarda avançada de Antônio Pessôa, entre eles, Celso Mariz e Álvaro de Carvalho que organizaram palestras em homenagens póstumas ao ex-presidente da República, algumas delas atraindo um número reduzido de pessoas. Além destes, o gesto de Ademar Vidal, seu admirador e ex-auxiliar do governo João Pessoa, talvez tenha sido o mais emblemático neste interim.<sup>1058</sup>

Como um intelectual consciente e sabedor da expectativa de Epitácio Pessôa em ser lembrado pela História após a sua morte, Adhemar Vidal saiu pelas principais cidades paraibanas promovendo uma série de conferências em sua homenagem, certamente

---

<sup>1057</sup> Ruy Carneiro, interventor federal, estando no Rio de Janeiro participou do enterro de Epitácio Pessôa. Sobre isso, conferir *A União*, Jornal, João Pessoa, 19 de fevereiro de 1942. Sobre a morte de Epitácio Pessôa, conferir *A União*, Jornal, João Pessoa, 14 de fevereiro de 1942; bem como a sua repercussão em *A União*, Jornal, João Pessoa, 15 de fevereiro de 1942. Na edição de 21 de fevereiro, aparecem homenagens e notícias sobre exequias realizadas no município de Sapé. Na mesma edição, Antônio Bento lançou uma nota em homenagem a memória do ex-presidente. Nas edições de 22, 24, 26, 28 de fevereiro e 1 de março, sob o título de “Um grande vulto do Brasil”, *A União* publicou uma série de artigos – que ocuparam as páginas finais do jornal – traçando o perfil biográfico do ex-presidente Epitácio Pessôa. Em 18 de março, Miguel Falcão de Alves prestou homenagem parecida publicando nota – iniciada na terceira página e concluída na quinta – sobre o perfil biográfico de Epitácio Pessôa. Cf. *A União*, Jornal, João Pessoa 18 de março de 1942. O momento ápice das homenagens publicadas no jornal *A União* ocorreu em 15 de março de 1942 quando noticiou as exéquias de 30º dia realizada na Catedral Metropolitana promovida pelo Governo do Estado. Nessa matéria – que ocupou a 3ª página do jornal – a solenidade foi narrada destacando-se a presença de Ruy Carneiro que aparece em duas fotografias clicadas pela empresa propagandística que acompanhava suas ações. Cf. *A União*, Jornal, João Pessoa, 15 de março de 1942. Após a publicação dessas homenagens, as notas sobre Epitácio Pessôa começaram a diminuir de modo que, no mês de março, a última apareceu no dia 20 traduzindo – na sexta página – as homenagens prestadas ao ex-presidente pelo Tribunal da Apelação do Estado de São Paulo. Cf. *A União*, Jornal, João Pessoa, 20 de março de 1942.

<sup>1058</sup> Sobre o testemunho de Celso Mariz acerca da atividade política de Epitácio Pessôa, conferir *A União*, Jornal, João Pessoa, 17 de março de 1942. Álvaro de Carvalho, já velho, organizou uma conferência no salão do Grupo Escolar Epitácio Pessôa, na capital, reunindo certo número de pessoas. Publicada n’ *A União* – em matéria iniciada em sua terceira página e concluída na sétima – com uma fotografia do orador a frente do ambiente em que foi realizada, o conferencista destacou “[...] não é pois, para comemorar a morte do doutor Epitácio Pessôa que, aqui, nos achamos reunidos. Neste instante, aqui estamos, para relembra-lhe a vida; [...]” Para ele, “a existência, cuja história percorri aos saltos, revela o superior homem que a minha juventude descobriu e exaltou no doutor Epitácio Pessôa e o grande realizador que a minha velhice proclama, cuja memória não se apagará, pelos séculos adentro, senão quando se sumirem os últimos vestígios dos alicerces elevados das grandes barragens do Nordeste.” Conferir conferência realizada no Grupo Escolar Epitácio Pessôa em 13 de março de 1942, *A União*, Jornal, João Pessoa, 14 de março de março de 1942. Álvaro de Carvalho faleceu uma década depois, isto é, em 1952.

comungando da impressão de Álvaro de Carvalho de que era preciso esforçar-se por celebrar a vida de Epiácio Pessôa, não a sua morte. Em uma delas – proferida no Grupo Escolar Antônio Pessôa em Umbuzeiro durante as homenagens de 30º dia do seu falecimento – destacou que “diante do terrível abandono que vem da morte” era preciso uma “reação, balanceando aquilo que se perdeu materialmente” com o culto à sua memória, pois “o homem, assim, não desaparece em sua totalidade; ele apenas se ausenta da forma material para passar à recordação dos outros homens [...]”. Assim, o discurso do intelectual paraibano era ao mesmo tempo um convite à preservação da memória, uma vez que acreditava na ideia de que “o culto dos grandes homens não é uma lisonja. Antes é uma forma de glorificação dos vivos pelo esplendor das lembranças comuns.” Argumento ratificado um dia antes, na conferência realizada em Bananeiras, quando afirmou “a juventude terá na majestade do singular filho da Paraíba [Epiácio Pessôa] um símbolo de quanto pode um espírito creador [...]”.<sup>1059</sup>

Apesar do esforço dos dois intelectuais e políticos paraibanos, seis anos após a sua morte, Hortênsio Ribeiro via com pesar a maneira como o esquecimento parecia pairar sobre a memória do ex-presidente da República. Em 1948, expressou “ontem foi o do aniversário da morte de Epiácio Pessôa. a Câmara Federal lhe prestou uma homenagem de saudade, tendo ocupado a tribuna um deputado udenista paraibano.” Porém, “nota-se que em torno da memória do ex-presidente da república se faz um silêncio lamentável, como o duma conspiração.” E conclui, “até agora não vimos publicada na imprensa uma nota que condissesse com o mérito e os serviços que o saudoso extinto prestou, já não dizemos à Paraíba, mas a nação.”<sup>1060</sup> Teria

---

<sup>1059</sup> Ao finalizar, o orador faz um apelo dramático ao reconhecimento da memória de Epiácio Pessôa; em suas palavras, “[...] Um filósofo chegou a ficar indeciso ante esta dúvida atroz: ‘não sabemos se começamos ou terminamos com a morte.’ Já houve tempo que cheguei a pensar que terminávamos, mas agora acredito exatamente o contrário, isto é, que o espírito continua e que o espírito é imortal. Não podemos vê-lo do outro lado, porém se podessemos vê-lo, então verificaríamos que o espírito do ínclito brasileiro [referindo-se a Epiácio Pessôa] põe guarda ao prosseguimento glorioso de nossa união, da nossa grandeza e do nosso cáldo amor aos destinos da pátria de todos nós, pátria que ele tanto quis, tanto soube honrar e que, por ela, deu a potencialidade infatigável da privilegiada inteligência que é carne e é sangue”. De acordo com os registros que consegui coletar, Adhemar Vidal proferiu conferências nas cidades de João Pessoa, Bananeiras e Umbuzeiro. Em Bananeiras, a conferência foi realizada no dia anterior às homenagens realizadas em Umbuzeiro, isto é, em 13 de março. Essa conferência recebeu o título de “Recordações sentimentais de Epiácio Pessôa”; e, com apelo bem parecido ao proferido em Umbuzeiro, Adhemar Vidal finalizou afirmando “na mocidade se acha toda a esperança. Nela repousa a fé sentida no dia de amanhã. Portanto, ela precisa mirar-se nos feitos dos seus heróis e de seus santos. É uma alimentação espiritual indispensável desde que não é defeso a povo algum desmerecer das glórias dos seus antepassados quando foram estas conseguidas com honra e com a ajuda de forças que procedem do espírito.” Conferir, respectivamente, VDAL, Adhemar (1942, p. 22-23), discurso intitulado “Epiácio Pessôa ou o sentimento da auteridade”, proferido em Umbuzeiro; e “Recordações sentimentais de Epiácio Pessôa”, título da conferência realizada na cidade de Bananeiras em 13 de março de 1942. Em Umbuzeiro, ao que sugere a leitura dos indícios, a conferência de Adhemar Vidal fez parte de uma série de homenagens realizadas pelo então prefeito Joaquim Montenegro. Na ocasião, circulou na cidade uma espécie de panfleto sob o título de “Homenagem do Município de Umbuzeiro ao egrégio brasileiro Epiácio da Silva Pessôa no 30º dia do seu falecimento.” O documento transcrevia o conteúdo de uma matéria publicada no “Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro em sua edição de 14 de fevereiro de 1942.

<sup>1060</sup> *A Imprensa*, Jornal, 3 de março de 1948. Ver ainda sobre isso, Souza (1979, p. 27).

Epitácio Pessôa perdido a batalha contra o seu maior inimigo? O silêncio sobre a sua memória era sinal de que o seu esforço de permanecer, de certo modo vivo, teria malogrado?

#### 6.8 OS SILVA PESSÔA APÓS A MORTE DO “GRANDE LÍDER”: SINAIS DA QUEDA DO PRESTÍGIO E A REAÇÃO AO ESQUECIMENTO.

Quanto aos Silva Pessôa – apesar do esforço demonstrado pelos filhos do coronel Pessôa em manter viva a tradição – ao longo da década de 1940 e 1950 esse clã familiar passou a conviver com a gradativa queda do prestígio familiar e político mais amplo, circunscrevendo a sua influência ao município de Umbuzeiro e região. Exemplo disso é que em 1953, isto é, pouco mais de uma década após a morte de Epitácio Pessôa e alguns anos após o desaparecimento de Carlos Pessôa – falecido em 1949 –, Apolônio Nóbrega, amigo pessoal da família, viu-se diante da necessidade de corrigir o que lhe pareceu ser um equívoco histórico; referia-se ao editorial de *A Imprensa* publicado em 25 de outubro de 1952 em que o redator fez alusão aos ilustres paraibanos nascidos em Umbuzeiro, destacando-se os nomes de “Epitácio, João Pessôa e Chateubrinad [Francisco de Assis, umbuzeirense e então senador pela Paraíba], esquecendo assim de outras figuras de projeção nos meios científicos e sociais do país.”<sup>1061</sup>

Para Nóbrega, “fazendo-se o relato de Umbuzeiro, quem poderá omitir” os nomes de Antônio Pessôa; deixando-se de ser “incluído, na fila dos umbuzeirenses, os drs. Carlos Pessôa, ex-deputado federal, antigo prefeito de Umbuzeiro e saudoso tabelião público do Rio de Janeiro”; bem como “Antônio Pessôa Filho, ex-prefeito da capital, deputado estadual e procurador da Fazenda Municipal do Distrito Federal, ambos filhos do ex-presidente do Estado Cel. Antônio da Silva Pessôa e intimamente radicados a vida municipal apesar de nascidos em território pernambucano.”<sup>1062</sup> Esse acerto de contas com a história, isto é, o ajustamento de memória feito por Apolônio Nóbrega, traduz a impressão de que, na medida em que foi desaparecendo a geração das lideranças do epitacismo, bem como seus entusiastas contemporâneos aos tempos de glória, a tradição familiar e o prestígio político dos Silva Pessôa foi declinando; sinal de que a *herança imaterial*, esse capital impalpável criado e defendido ao longo da temporalidade percorrida, parecia não ser resistente aos movimentos sinuosos do tempo, perdendo-se aos poucos em meio a linha tênue que separa a lembrança e o esquecimento.

Em Umbuzeiro permanecia a Fazenda Prosperidade – “Casa Grande”, como referiu-se Fernando Pessôa – bem próxima à Fazenda Barra, as vastas extensões de terras e demais itens

<sup>1061</sup> *A Imprensa*, Jornal, João Pessôa, 6 de fevereiro de 1953.

<sup>1062</sup> *Ibidem*.

do cabedal material criado ao longo do tempo; porém, quanto a preservação do prestígio, parece-me que era preciso reavaliar a expectativa e traçar uma nova estratégia para mantê-lo vivo no curso da próxima geração. Esse deve ter sido um tema sob o qual Carlos Pessôa Filho – herdeiro político de Carlos Pessôa, seu pai – se debruçou juntamente com os seus descendentes ao longo das décadas seguintes. Afinal, o tema da incerteza quanto a preservação e manutenção do nome motivou muitas ações dos personagens analisados na presente tese durante a temporalidade estudada. Aliás, até aquele momento, isto é, entre as décadas de 1930 e 1940, a reação dos Silva Pessôa à queda do prestígio permitiu que a presente tese recuasse no tempo para entender como esta herança havia sido construída. Foi nesse momento, como demonstrei, que eles inventaram uma tradição de codinome Pessôa. O que fizeram nas décadas seguintes, quais estratégias entabularam, qual engenharia criaram para se manterem no poder são reflexões em aberto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Encontramos uma série de respostas quando se indaga sobre o que levou a oligarquia Pessoa ao declínio ao longo das décadas de 1920 e 1930, muitas delas entabuladas pela historiografia especializada e usadas na presente tese, não cabendo aqui retomá-las. Principalmente porque a minha pergunta não partiu necessariamente do porquê ela declinou, ou ainda quais foram suas razões. Se chego a uma explicação/compreensão que implica pensar uma resposta a essa questão, esta advém da natureza da minha pergunta: como foi criado, defendido e que o motivou as expectativas de manutenção do prestígio familiar? A resposta a essa questão pareceu-me aberta, motivando a minha pesquisa. Ela foi encontrada em meio aos gestos, práticas e representações executadas por Antônio, Epitácio Pessoa e os filhos do primeiro ao longo da temporalidade estudada, construída no contexto de um recorte espacial, pela escolha de certas fontes conectadas a uma chave interpretativa. Na minha perspectiva, conforme demonstrei, a compreensão dessa resposta foi sendo definida na medida em que encontrei nas fontes as impressões – marcas – de Antônio da Silva Pessoa envolvido na busca por um lugar na sociedade em que viveu, isto é, na Paraíba de fins do Império e durante grande parte da Primeira República. As *situações de status*, estrategicamente criadas ou ocasionalmente experimentadas foram facetas que também fundamentaram a ação política desse filho de José Pessoa.

Após a morte deste, Antônio Pessoa iniciou a sua jornada em busca de segurança e estabilidade financeira intimamente associadas à criação e defesa de um *status*, aqui lido enquanto sinônimo de prestígio. Para ele, os registros comprovaram, a criação e a defesa do prestígio era tão importante quanto o acúmulo e preservação da riqueza, embora uma não apareça desvinculada da outra. Isso ficou demonstrado ao longo da análise sobre a produção da sua vida material, a composição do universo de riqueza pessoal e familiar que lhe abonou o *status*. Tomados dentro do debate weberiano, que distingue *classe* e *status*, enquanto a ação econômica implicam interesse na preservação ou ampliação de vantagens materiais – formando a classe –, as ações baseadas em *status* dizem respeito a interesses na preservação ou ampliação da honra social. Embora sejam ambas valiosas para os grupos que as forjam, se suas fabricações implicam ações de natureza diferentes, elas também criam heranças de natureza diferente, isto é, uma está voltada para monetarização da vida material e a outra para os aspectos da vida imaterial, do campo simbólico. Aqui percebi uma diferença fundamental. Esse primeiro tipo de herança pareceu mais durável, enquanto a segunda foi perdendo o seu brilho no curso do tempo. O modo de lidar com isso moveu grande parte das preocupações de Antônio Pessoa e dos seus



descendentes. Bem como, foi uma força motriz para entender um aspecto central da tese, que a luta pelo poder também é uma luta pelo prestígio.

No caso em tela, coube a ele criar e defender esse prestígio, assegurando a sua transmissão. Já aos seus filhos restava o esforço por preservá-lo e dar seguimento à expectativa do patriarca de manter o núcleo familiar seguro. Nesse encontro, há sinais significativos de que a criação e a defesa do prestígio exigiam a criação de mecanismos, não menos complexos, que garantissem a sua preservação. A invenção da *tradição familiar* foi o mecanismo no qual foquei a lente. O esforço por criá-la não foi exclusivo dos filhos de Antônio Pessôa. E se há sinais de sua construção logo após a morte desse último em 1916, um impulso significativo foi dado a partir de 1919. Nesse contexto, encontrei Epitácio Pessôa chegando à presidência da República como um paraibano “coberto de louros”, no dizer da sua cunhada, a Sra. Margarida d’Assumpção Santiago. Por outro lado, esse também foi um dos períodos mais conturbados da sua carreira política, iniciada de maneira mais intensa em 1889.

Nesse período, a defesa da honra e do prestígio do nome se materializou em ações de natureza diversas. A mais emblemática, ao meu ver, foi o gesto de querer *arquivar-se*. A criação do arquivo pessoal de Epitácio Pessôa não era apenas uma forma de guardar os registros da sua vida, mas uma ação consciente contra o seu maior inimigo: o esquecimento. As obras contra as secas – as barragens, os trilhos de ferro, o impulso dado à produção agrícola enquanto medidas direcionadas ao norte e, por conseguinte, a sua pequenina Paraíba pelo IFOCS –, os monumentos e a materialidade da vida eram, sem dúvida, formas de inscrição propensas a assegurar a sua memória que pretendia permanecer viva após a sua morte. Porém, o gesto de arquivar-se ia além, posto que produzia *provas de mim*, selecionadas pacientemente pelo próprio autor ao longo da sua trajetória e intensificada nas últimas duas décadas de vida.

Acreditava Epitácio Pessôa que *as provas de mim*, depositadas em seu arquivo, iriam lhe assegurar não simples pugilos de terra, isto é, monumentos de pedra e cal espalhados pelas ruas e praças das cidades, onde a poeira do tempo e a memória falha dos homens poderiam promover o seu esquecimento. Para Epitácio, o IHGB era um lugar que parecia propício aos seus propósitos. A explicação para isso parece óbvia, porém, não menos complexa. Ali, ele não apenas guardaria as suas memórias, mas garantiria que esta fosse transformada em resíduos para o uso da história. A história, nesse caso, parecia assumir a forma de uma espécie de *pharmakon*, isto é, um remédio contra o esquecimento da memória. Teria Epitácio Pessôa revisitado, ao longo da sua trajetória intelectual, sobretudo no campo jurídico, a velha reflexão grega sobre o nascimento mítico da escrita da história à maneira do Fedro de Patrão? A resposta é incerta, exigindo outras reflexões que não entram em meus propósitos. De certo, Epitácio

expressou em várias ocasiões a sua certeza de que a história poderia lhe dar um julgamento justo, resultando daí a sua dedicação em formatar o que ficou conhecido como “o mais preciso patrimônio moral da família [Pessôa]”, isto é, o seu arquivo pessoal.

Confiado aos seus parentes e determinado o seu destino, as perguntas que seguem reconectam o meu objetivo: o que continha nesse *patrimônio moral*? O que queria guardar Epitácio Pessôa? O que se mostrava tão precioso para que passasse horas e horas em sua biblioteca selecionando e ordenando documentos de natureza diversa? A materialidade daqueles documentos? O registro físico das obras? Não apenas. Mas, sobretudo, a preservação do prestígio que recaía sobre o seu nome, criado ao longo de uma história de vida. Foi esse prestígio que o filho caçula de José Pessôa defendeu nas páginas dos jornais de Recife logo após a sua demissão da promotoria do Cabo em 1889. Foi em busca de prestígio e *status* que ele passou, de próprio punho, a criar representações de si nas páginas dos jornais da Paraíba nos primeiros anos da sua atividade política na década 1890. Foram *situações de status/chances de prestígio* aquelas criadas por Epitácio Pessôa nas ruas da capital da Paraíba em comemoração às aparentes conquistas republicanas. Foi uma *situação de status* ter a sua face e o seu nome ajustado em meio a galeria de heróis que se tentava formar na Paraíba nos primeiros anos da implantação da República. Foram elas, portanto, que lhe asseguraram assumir a forma do *Condor*, representação que povoou o imaginário político da Paraíba entre 1915 e 1920.

Em muitos momentos, aliás, para além dos laços e vínculos parentais – a parentela –, a defesa do prestígio pareceu ser uma preocupação constante como uma forma de garantir e assegurar a ascensão política. A criação, a defesa e a expectativa de manutenção do prestígio também foi uma matéria encarada por Epitácio Pessôa. O resultado desse esforço compôs parte significativa daquilo que entendo por *herança imaterial*, apoiada em uma espécie de crédito validado pelos serviços prestados, de fidelidade reconhecida, de respeito e de dependência, isto é, ancorada em sistemas de valores historicamente construídos. No seu caso, diferente da extensa família de Antônio Pessôa, Epitácio não havia criado herdeiros direto na política, justificando a entrada dos seus sobrinhos como potenciais candidatos a herdar essa herança de prestígio. No foco da minha análise, os filhos de Antônio Pessôa passaram a reivindicar a sua parte nessa herança não apenas por serem sobrinhos de Epitácio Pessôa, mas por acreditarem que o patriarca da família – Silva Pessôa – também havia colaborado para a sua composição. Essa foi uma sinalização importante para fazer com que pudesse identificar traços da atividade política de Antônio Pessôa dentro da oligarquia *epitacista*, revelando aspectos significativos da prática oligárquica desenrolada na Paraíba em sua relação com o funcionamento do sistema coronelista.

Avançando na análise, ficou notório que a influência política de Antônio Pessôa foi sendo construída a partir de Umbuzeiro e se projetando pelo Estado, ora fruto dos interesses e ações políticas desenvolvidas por Eptácio Pessôa, ora através de ações e expectativas desenvolvidas pelo ele próprio. Nesse ponto, a chave teórica das estratégias de família foi explorada no sentido de perceber que, em ambos os casos, estava em jogo a expectativa de garantir a segurança e o lugar dos Pessôa dentro da sociedade paraibana da época e, sobretudo, como participante da atividade política do Estado. A maneira como eles foram negociando a manutenção de um nome da família dentro do centro de poder político da Paraíba comprovou o argumento. Foi assim que tentei demonstrar a maneira como Antônio Pessôa foi alçado à chefia política de Umbuzeiro em 1902, a deputado estadual em 1908 e, sobretudo, vice-presidente e posteriormente presidente do Estado no quadriênio 1912-1916. Nesse momento, a atividade política de Antônio e Eptácio Pessôa aparecem irmanadas em um fim aparentemente comum, o de assegurar o poderio político da família. Para tanto, a defesa da honra e do prestígio era uma matéria fundamental.

Digo aparentemente pois, como demonstrei, pôr vezes o pensamento político dos irmãos Pessôa pareceu divergir, a exemplo de quando se discutiu a escolha do sucessor de Antônio Pessôa na presidência do Estado em 1916. Essa divergência trouxe consequências diretas para a política epitacista daquele período. Dentre elas, os primeiros sinais de crise intraoligárquica que Eptácio Pessôa teve que enfrentar já nos primeiros anos que marcou a sua influência política na Paraíba. O que chamei de *castelo de cartas* de Eptácio Pessôa pretendeu problematizar a chamada “ordem” dos Pessôa (1915-1930), demonstrando que o predomínio político dos grupos oligárquicos nem sempre aparece de maneira tão coesa como se pode imaginar; é antes, marcado por tensões e interesses diversos não só externos, mas, principalmente, internos aos próprios grupos políticos. Para perceber essa tensão, bem como atento ao jogo de representações que envolviam as imagens públicas de Eptácio e Antônio Pessôa, foi importante compreender a maneira como ambos tentaram afastar qualquer sinal de crise ou tensão que indicasse fraqueza dentro do grupo político que passaram a comandar a partir de 1915. O que isso significava? Em minha perspectiva, era preciso manter coeso o prestígio do nome.

A relação entre as encenações políticas e as práticas oligárquicas na Paraíba foram percebidas em vários momentos da pesquisa. No exemplo da atividade política de Eptácio Pessôa, as encenações fundamentaram a existência do prestígio, colaborando em sua composição e dando-lhe sustentação. Nesse caso, a montagem do personagem político foi uma preocupação que percebi a partir do esforço para negociar a sua imagem no meio do público.

Era a encenação, propensa a ajustar imagens, que estava em jogo desde as atividades mais simples, a exemplo das disputas pela probidade ou improbidade da imagem do “jôquei Epitácio” Pessoa vencedor de concursos oratórios em 1890, aos mais complexos e elaborados, a exemplo dos discursos e aparições na Câmara dos Deputados, bem como na eleição em que disputou uma vaga para o Senado na Paraíba em 1915. Nesses períodos, as encenações eram parte integrante das *situações de status*, tão importantes para projeção política dos personagens atores dessa análise. Nesse sentido, um bom número de situações foi trabalhado, demonstrando que não apenas Epitácio Pessoa controlou uma forte máquina propagandística – a chamada imprensa *epitacista* – mas ele mesmo vestiu-se de articulista e saiu pelos jornais, ávido a defender não apenas a si, mas ao seu irmão e conseqüentemente à família Pessoa.

Este último – Antônio Pessoa –, por sua vez, também demonstrou potencial interesse em ajustar a sua imagem pública na medida em que ia traçando passos em busca de oportunidades de ascensão social, econômica e política. Para tanto, contou com a ajuda do que os testemunhos de época chamaram de guarda avançada de Antônio Pessoa, um grupo de jovens intelectuais com aspirações políticas que surgiram na Paraíba por volta de 1910 sob a sua proteção política. Os “Jovens Turcos”, ao controlar o periódico *A Notícia*, como demonstrei, foram responsáveis pela promoção direta da personalidade pública que o coronel Pessoa assumiu nas páginas dos jornais. Sob a pena de Celso Mariz, João Suassuna – em *A Notícia* – e Calos Dias Fernandes e Manuel Tavares Cavalcanti – em *A União* – o coronel Antônio Pessoa assumiu a face de um “grande estadista”; imagem amplamente questionada pela folha opositora – *Diário do Estado* – que não baixou a guarda durante todo o período da presidência exercida por ele exercida – 1915 a 1916 –, criticando as mais variadas áreas e medidas do governo. Nesse contexto, o periódico opositor não só encampou a crítica ao governo, mas denunciou o jogo de representações que recaíam sobre Antônio Pessoa, frequentemente associado à imagem do fazendeiro/proprietário de “gado cavalari e humano.” Esse foi, portanto, um período marcado por uma intensa disputa de memórias, na qual os grupos rivais se empenharam na criação e/ou desqualificação das representações criadas sobre os personagens que ocupavam e/ou disputavam lugar na política do Estado.

O ajustamento da imagem do coronel Antônio Pessoa começou em vida e continuou após a sua morte em 1916, momento em que a família Silva Pessoa se voltou para reabilitar a sua memória, vista como desonrada devido à conduta de Camillo de Hollanda. Essa contenda ilustrou, por vários ângulos, a atenção dada pela família Pessoa a exposição do nome, isto é, o cuidado com o prestígio. Ao final, ficou claro que o ostracismo político do ex-presidente do Estado na década de 1920 foi determinado pela sua tentativa de deslegitimar e, aos olhos da

família, desonrar a memória de Antônio Pessôa. Nesse caso, tal como a criação das *situações de status* ou das *chances de prestígio* que iam das situações aparentemente mais simples às mais complexas e elaboradas, a defesa do prestígio seguiu o mesmo movimento, isto é, voltou-se para combater desde a circulação de boatos aos casos de ameaças mais diretas à perda de posição e prestígio social. Em ambos os casos, a defesa da honra e do prestígio era o que motivava a tomada de decisões, sobretudo na elaboração de respostas específicas para cada situação e cada tempo.

Desse modo, a chave teórica das encenações políticas iluminou a identificação das *situações de status*, e permitiu compreender a montagem dos personagens – Antônio e Eptácio Pessôa – sobre os quais foram sendo sobrepostas uma densa camada de *narrativas líricas*. Se eram fortes as representações criadas sobre suas personalidades públicas, não menos vivas e cheias de cor eram as imagens criadas pelos opositores para desmontá-las. A criação, a defesa e, por extensão, as tentativas de manutenção do prestígio também envolveram Antônio e Eptácio Pessôa numa constelação de imagens estratificadas que também sinalizam que a vida dos sujeitos – ou, em seu oposto, o ajustamento dos eventos de sua morte feita pelos vivos – são móveis e adaptáveis dentro de configurações em constante transformação. Testada em meio a uma série de práticas e representações, a premissa de que o poder – ou as relações de poder – são móveis e mutáveis de acordo com o tempo, o espaço e as ocasiões, permitiu imaginar que a dinâmica social e os lugares que os indivíduos assumem no curso da vida também são orientadas pelas honras e prestígios sociais trazidas por ele. E, de maneira correlata, na medida em que os valores, os símbolos, os mecanismos de ascensão social, a dinâmica econômica e o sistema político vão se modificando, o prestígio tende a declinar.

Por fim, como demonstrado, essa análise também me levou a identificar a construção da tradição e as estratégias familiares frente as ameaças da própria vida. Aqui, me pareceu claro que o corpo sepultado no cemitério São João Batista na tarde de 14 de fevereiro de 1942 levou consigo grande parte do prestígio político criado por Eptácio Pessôa ao longo de mais de meio século de intensa atividade pública. A família, porém, ressentida com o ostracismo que a atividade política legou ao seu grande líder, retirou-lhe a indumentária e a altivez do condor, preferindo guardar a representação do “Homem da Lei.” Eptácio Pessôa foi levado ao túmulo vestindo a beca de Juiz da Corte Permanente de Justiça. Um último gesto? Talvez esse tenha sido o gesto mais simbólico no sentido de demonstrar como a família reagia às ameaças que lhes eram impostas – se se tomar como pressuposto a ideia de que a trama da história mudar a partir do ponto de vista do observador e da escala em que o grupo é observado.

Para tanto, a metáfora que segue remete a uma intrigante reflexão: a década de 1930 sepultou a *Era das Oligarquias*, mas não sepultou Epitácio Pessôa. Os seus familiares resistiram a esse sepultamento e a representação do juiz morto pretendia ecoar pela história solicitando aos vivos um movimento de retorno àquele evento de 1942 em busca de encontrar não mais o político – ou não apenas –, mas o Homem da Lei ou, ainda, os gestos e práticas que o transformaram no grande jurista. Esse pareceu ser um gesto que pretendeu inscrever o surgimento de um outro corpo, um outro sujeito a ser estudado a luz da história. Aqueles que se habilitem, acredito, talvez o encontrem ainda intacto. Com ele, o prestígio pretendeu permanecer vivo assumindo uma nova face. Por outro lado, como demonstrei, o silêncio que acompanhou o seu funeral e a sua aparente simplicidade era um sinal significativo de que esse gesto talvez não fosse suficiente.

Cabe a pergunta para servir de norte de uma leitura interpretativa: o que restava fazer? Continuar o trabalho de sepultamento, repousando os outros corpos seus em lugares estratégicos? Os gestos seguintes foram realizados com essa pretensão. Basta lembrar que um deles recebeu o epitáfio “Epitácio Pessôa (1865-1942) Vol. 1 e 2.” Ali, sob a pena de Gabaglia Pessôa e a atividade do seu primo, Antônio Pessôa Filho, Epitácio Pessôa repousou a grande obra da sua vida. Um outro, recebeu o epitáfio de “Obras Completas de Epitácio Pessôa”. O seu organizador? Antônio Pessôa Filho, o sobrinho que esteve ao seu lado no leito de morte; o guardião da sua memória. Por fim, um que trazia a impressão direta do seu idealizador foi guardado no IHGB sob o epitáfio de “Arquivo pessoal de Epitácio Pessôa.” Com a inscrição desses epitáfios, a família – preservando o desejo do morto – tentava arrancar da própria morte e do seu par, o esquecimento, fragmentos da vida objetivando demarcar, no futuro/passado a presença do outro. O que isso significava? O que a família defendia de tão precioso para escolher guardá-lo em diversos lugares, inscrito com autênticos epitáfios? O que queriam guardar e preservar além do corpo sepultado no cemitério São João Batista? A resposta fundamental moveu a presente pesquisa: o prestígio do nome e a tradição familiar. O nome pretendia ser perpetuado e a sua inscrição – enquanto um projeto de memória – e defesa acabou por criar o que chamei de tradição familiar Pessôa. Foi nesse momento que a tradição assumiu a forma de um projeto de memória fortemente articulado.

Quanto aos Silva Pessôa, como encararam a gradativa queda do prestígio e as ameaças ao *status* seguidas da morte de Antônio Pessôa? O que defendia Fernando Pessôa ao olhar para *Casa Grande* e ver que a materialidade do lugar permanecia de pé, mas que os sinais grisalhos sob a cabeça dos “velhos troncos” pareciam simbolizar o fim de um ciclo geracional? O que seria capaz de fundamentar, além da parentela e da riqueza de bens móveis, a possível

reconciliação com os filhos de Umbuzeiro, sobretudo as novas gerações que assistiam ao culto dos heróis do passado? A resposta continua a mesma, o pano de fundo é o prestígio e a sua inscrição foi a invenção da tradição. Mas, a ela acresço uma impressão conclusiva. A geração de Miné, Salustino, Antônio Duarte, Jerônimo, Manuel Donato, entre outros contemporâneos do coronel Antônio Pessôa que assistiam de cabelos brancos as comemorações de inauguração do seu busto em 1939, estava em face de ser substituída e as novas gerações pareciam não entender o significado do culto ao antigo herói. Pouco mais de uma década depois, o esquecimento do redator de *A Imprensa* dos nomes de Antônio e Carlos Pessôa na lista de filhos ilustres de Umbuzeiro era um sinal significativo da não perenidade dessa herança. De saída, os Silva Pessôa pareceram entender, de algum modo, que como construtos sociais e, portanto, temporais, o prestígio e a tradição inventada vão perdendo o seu significado mediante as transformações sociais, as mudanças institucionais, as técnicas de gestão política e, por conseguinte, a mudança operada no próprio sistema de representações. Era preciso lidar com essa matéria da experiência vivida no tempo.

A maneira como os Silva Pessôa se comportou nas décadas seguintes para manter vivo os traços dessa herança de prestígio é uma questão em aberto. E, aqui, fico me perguntando. Teria Epitácio Pessôa conseguido o seu objetivo quando quis guardar o seu arquivo pessoal perto da voz da História? Queria ele, com isso, forçar um movimento de constante retorno a sua memória operado por um trabalho intelectual? A inquietação me faz refletir sobre a aproximação entre o *trabalho de elaboração* da história e o *trabalho de luto* de que se refere Paul Ricoeur, posto que não compete ao historiador promover esse movimento de culto aos mortos, mas contar o que foi, atentos a saldar uma dívida insolvente. Essa premissa leva ao argumento de que o historiador deve trabalhar no sentido de promover um lembrar ativo do passado, isto é, um trabalho de elaboração e de luto realizado por meio de um esforço para compreender e esclarecer o passado, mas também, de algum modo, lançar luzes sobre o presente. Permaneço com a impressão de que o enredo dessa história revela *algo de nós*; permitindo compreender que há algo do *outro em mim*.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Wellington. **A Velha Paraíba nas páginas dos jornais**. João Pessoa: A União, 1999.

AIRES, José Luciano de Queiroz. **Inventando Tradições, Construindo Memórias: A “Revolução de 30” na Paraíba**. Dissertação (Mestrado em História - Universidade Federal da Paraíba - UFPB. João Pessoa, 2006.

\_\_\_\_\_. **Cenas de um espetáculo político: poder, memória e comemorações na Paraíba (1935-1945)**. Tese Doutorado em História. Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Recife, 2012.

ALBUQUERQUE, Epitácio Pessoa Cavalcanti de. **João Pessoa o sentido de uma vida e de uma época**. João Pessoa; Editora Acauã Ltda, 1979.

ALBUQUERQUE MELLO, Oswaldo Trigueiro de. **A Paraíba na Primeira República**. João Pessoa: A União, 1982.

\_\_\_\_\_. **A Política do meu tempo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

ALMEIDA, José Américo de. **A paraíba e seus problemas**. João Pessoa: A União Editora, 1980.

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. **O memorialista interessado: a construção da imagem do Império na Primeira República**. 32º Encontro Anual da Anpocs.

ARANHA, Gervácio Batista. **Trem e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas**. Campina Grande: EDUFCEG, 2006.

\_\_\_\_\_. As estações de Trem nas cidades do Norte Brasileiro como símbolos de um novo espaço tempo (1880-1930). In: SOUZA, Antônio Clarindo B; FERNANDES, Paula Rejane. (Orgs.) **Cidades e experiências modernas**. Campina Grande, EDUFCEG, 2010.

ARTIÉRES, Philippe. In. TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana. (Orgs.) **Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. p. 45-54.

ARAÚJO, Dilton Oliveria de. **Republicanism e classe média em Salvador (1870-1889)**. Dissertação – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia – Salvador. 1992.

ASSIS, Machado. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Plural, Editora e Gráfica, s/d.

BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.



- BACZO, Bronislaw. A imaginação social. In: Leach, Edmund et Alii. **Anthropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BALANDIER, Georg. **O poder em cena**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.
- BERNSTEIN, Serge. “A Cultura Política”. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-364.
- BORGES, Vavy Pacheco. História e política: laços permanentes. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: ANPIH: Marco Zero, v. 12, n. 23/24, p. 7-18, 1991-1992.
- \_\_\_\_\_. Grandezas e miséria da biografia. In. PINSKY, Carla Bassanezzi. Org. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2010.
- BORGES, Vera Lúcia Bogéa. **A batalha eleitoral de 1910: imprensa e cultura política na primeira república**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.
- BOURDIEUR, Pierre. **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- \_\_\_\_\_. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 5, 2011, p. 193-216.
- BRANDÃO, Moreno. **Arisitides Lobo**. Rio de Janeiro: Editora S.A *A Noite*, 1938.
- BURKE, Peter. **A fabricação do rei**. A construção da imagem pública de Luiz XIV. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- \_\_\_\_\_. **História e teoria social**. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- CABRAL FILHO, Severino. **A cidade Revelada: Campina Grande em Imagens e História**. Campina Grande, UFCG, 2009.
- CALMON, Pedro. **História social do Brasil: a época republicana**. Vol. 3. São Paulo> Martins Fontes, 2002.
- CAMPELLO, Neto. **Barão de Lucena: Escorço biográfico**. 2 ed. Recife: Imprensa Industrial, 1914.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política? In. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. Orgs. **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- CARONE, Edgar. **A República Velha**. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.
- CARNEIRO, Renato César. **Cabresto, curral e peia: a história do voto na Parahyba até 1930**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.
- CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. “Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual.” In. **Dados, Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 40, n. 2, 1997, pp, 229-250.

\_\_\_\_\_. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

\_\_\_\_\_. República, democracia e federalismo: Brasil (1870-1891). In. CARVALHO, José Murilo de; PEREIRA, Miriam Halp; ROBEIRO, Gladys Sabina. VAZ, Maria João. **Linguagens e fronteiras do poder.** Rio de Janeiro: FGV, 2011.

\_\_\_\_\_. A Invenção da participação eleitoral do Brasil, 1921-1930. In. CARVALHO, José Murilo; CAMPOS, Adriana Pereira. **Perspectivas e cidadania no Brasil Império.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CAVALCANTI, Manuel Tavares. **Epítome de História da Parahyba.** Parahyba: Imprensa Oficial, 1914.

CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. “**A AMEAÇA VERMELHA**”: O IMAGINÁRIO ANTICOMUNISTA NA PARAÍBA (1917-1937). Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco – PPGH/UFPE. 2013.

CERTEAU, Michel. **A Escrita da História.** 2ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: DIFEL, 1990.

\_\_\_\_\_. **A história ou a leitura do tempo.** Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CITTADINO, Monique. **Poder local e Ditadura Militar: o Governo João Agripino - Paraíba (1965-1971).** Bauru, SP: Edusc, 2006.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos.** 6º ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COURTINE, Jean Jacques; PIOVEZANI, Carlos. **História da fala pública: uma arqueologia dos poderes do discurso.** São Paulo: Editora Vozes, 2015.

\_\_\_\_\_; HAROCHE, Claudine. **História do rosto: exprimir e calar as emoções.** (do século XVI ao começo do século XIX). Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

CUNHA, Maria Teresa. **Diários pessoais: territórios abertos para a história.** In. In. PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. (Orgs.) **O Historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2000.

DELAMARE, Alcibiades. **Epitácio Pessoa e o juízo de seus contemporâneos.** Rio de Janeiro: Oficinas Graphs da S/A Patria Degli Italiana.1925.

DIAS, Margarida Maria Santos. **Intrepida Ab Origine: O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a Produção da História Local- 1905-1930.** João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora LTDA, 1996

DOSSE, François. **A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido.** São Paulo, Editora UNESP, 2001. p. 71-100.

\_\_\_\_\_. **Paul Ricoeur: um filósofo em seu século.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade.** São Paulo: Perspectiva, 2011.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a socialização da realeza e da aristocracia de corte.** Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FARGE, Arlet. **Lugares para a História.** São Paulo: Autêntica, 2011.

FERNANDES, Carlos Dias. **Políticos do Norte: Epitácio Pessôa.** Rio de Janeiro: oficina Gráfica do Jornal do Brasil, 1919.

FERREIRA, Lúcia Maria de Fátima Guerra. **Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba.** João Pessoa: Editora Universitária.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A Crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930.** 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 387-415.

FLORES, Hélio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In. FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lúcia de Almeida Neves. **O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da república a Revolução de 1930.** 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 45-88.

FORTUNATO, Maria Lucinete. **O conceito de coronelismo e a imagem de coronel: de símbolo a simulacro do poder local.** Campina Grande: EDUEFG, 2008.

GABAGLIA, Laurita Pessôa Raja. **Epitácio Pessôa (1895-1942).** Vol. I. Rio de Janeiro: José Olympio Ed. 1951.

\_\_\_\_\_. **Epitácio Pessôa (1895-1942).** Vol. II. Rio de Janeiro: José Olympio Ed. 1951.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer.** São Paulo: Ed. 34, 2016.

GALVÃO, André Luiz Machado. **O coronelismo nas narrativas de Wilson Lins: espaços de poder.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Licenciatura e Diversidade cultural na Universidade Estadual de Feira de Santana. 2010.

GEERTZ, Clifford. Centros, reis e carisma: reflexões sobre o simbolismo do poder. In: **Saber Local: novos ensaios de antropologia interpretativa.** Petrópolis: Vozes, 1988.

\_\_\_\_\_. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 2011.

GIARD, Luce. Espaços Privados. In: CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano: 2** Morar e Cozinhar. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário: in: **Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História**. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. Micro-História: duas ou três palavras que sei a respeito. In. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. O nome e o como. In. GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Erico; PONI, Carlo. Org. **Micro-História e outros ensaios**. Tradução de Antônio Narino. Rio de Janeiro: Difel, 1991.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela. Cultura Poética: História e Historiografia. In. SOIHET, Raquel; BICALHO, Maria F; GOUVÊA, Maria de F. **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

\_\_\_\_\_. Cultura política e cultura histórica no estado novo. In. ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; TEIXEIRA, Rebeca (Org.) 2ª ed. **Cultura política, historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010. P. 43-63.

\_\_\_\_\_. ABREU, Martha. A “Nova” velha República: um pouco de história e historiografia. 2008.

\_\_\_\_\_. **A Invenção do Trabalho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOMES, Iordan Queiroz. **Sensibilidades e representações na construção do espaço urbano aroeirense entre sonhos, desejos e práticas (1930-1960)**. Dissertação de Mestrado apresentado ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. 2012.

GOMES, J. Eduardo. **Umbuzeiro 100 anos: Nossa Terra, Nossa História, Nossa Gente**. Campina Grande: Gráfica Offset Marccone, 1995.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Os funerais de D. Pedro II e o imaginário republicano. In. SOIHET, Raquel; CELESTINO, Maria Regina; AZEVEDO, Cecília. GONTIJO, Rebeca. **Mitos, projeto e práticas políticas**. Memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e Vida das Oligarquias**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994. HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

GUERRA, Flávio. **Lucena: um estadista de Pernambuco**. Recife: Imprensa oficial, 1958.

HAROCHE, Claudine; COURTINE, Jean Jacques. O homem desfigurado: Sociologia e Antropologia política de expressão e da fisionomia do século XVII ao século XIX. In. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. v7, nº13, p. 7-32, set. 1986.

\_\_\_\_\_. **Da palavra ao gesto**. Campinas: Papiros, 1998.

HEYMANN, Luciana Quilet. Indivíduo, memória e resíduo Histórico: uma reflexão sobre Arquivos Pessoais e o caso Filinto Müller. In. **Estudos Históricos**, Revista CPDOC, vol. 10, n. 19. 1997, p. 41-66.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.) **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOFFNAGEL, Marc Jay. O partido Liberal de Pernambuco e a questão abolicionista, 1880-88. **Clio, Revista de Pesquisa Histórica**, n. 23, 2005.

INOJOSA, Joaquim. **Diário de um Estudante**. (1920-1921). Rio de Janeiro: Editora Férias Ltda. 1959.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. **Coronelismo**: uma política de compromissos. São Paulo: Brasiliense, 1981.

JOFFILY, Irineo. **Notas sobre a Parahyba**. 2. Ed. Brasília: Thesaurus Editora, 1977.

JOFFILLY, José. **Entre a monarquia e a República**: ideias e lutas de Irineo Joffily. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Editora, 1982.

KOSELLECK., Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC. Rio, 2006.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEAL, José. **Itinerário Histórico da Paraíba**. João Pessoa: A União Editora, 1965.

LEAL, Júlio César. **Biographia do General de Divisão José de Almeida Barreto**. Rio de Janeiro: Impr. Mont'Alverne, 1891.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro História. In. BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

\_\_\_\_\_. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. **O Trabalho do Historiador**: pesquisar, resumir, comunicar. In. Revista tempo, v. 20, 2014, p. 1-20.

\_\_\_\_\_. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV.2006, p. 174, p. 167-182.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

LESSA, Renato. **“A invenção republicana”**. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Editora Record, 1993.

\_\_\_\_\_. The papers of Epitacio Pessoa: na archival note and a personal comment (I). *Luso-Brazilian Review, Madison, Winsconsin*, vol. 33, n. 1, p. 1-20.

LISBOA, Coelho. **Oligarchias, seccas do Norte e clericalismo**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.

LORIGA, Sabina. **O pequeno X**: da biografia à história. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

\_\_\_\_\_. A Tarefa do Historiador. In: GOMES, Angela de Castro, SCHIMIDT, Benito Bisso. Orgs. **Memórias e narrativas (auto)biográficas**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2009.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes Impressas: história dos, nos e por dos periódicos. In: In. PINSKY, Carla Bassanezi. Org. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2010.

MÂCEDO, Muirakitan K. de. **Rústicos cabedais**: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó – Século XVIII). Natal, RN: Flor do Sal, EDUFRN, 2015.

MAIA, Sabiano. **Itabaiana**: Sua história, suas memórias. Itabaiana, 2015.

MALATIAN, Teresa. Cartas: Narrador, registro e arquivo. In. PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. (Orgs.) **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2000.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Gente opulenta e de boa linhagem**: família, política e relações de poder na Paraíba. João Pessoa, 2013.

MARIZ, Celso. **Apanhados Históricos da Paraíba**. João Pessoa: A União Editora, 1994.

\_\_\_\_\_. **Cidades e Homens**. Campina Grande: Gafset, 1985.

\_\_\_\_\_. Figuras e Fatos. João Pessoa: Imprensa oficial, 1976.

MCKEMMISH, Sue. Provas de mim... Novas considerações. In. TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana. (Orgs.) **Arquivos pessoais**: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

MELLO, José Otávio de Arruda. **História da Paraíba**: História e resistência. 10ª Ed. João Pessoa: A União, 2007.

MELLO, Maria Teresa Chaves de. **Com o arado do pensamento**: a cultura democrática e cinetífica da década de 1880 no Rio de Janeiro. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da PUC-Rio, 2004.

MELO, Mario. **A Fazenda Modelo do Dr. Odilon Maroja**. João Pessoa: Sal e Terra editora, 2009.

MONTEIRO, José Marciano. **A Política como negócio de família:** para uma sociologia política das elites e do poder político. São Paulo: LiberArs, 2016.

MONTEIRO, Luíra Freire. **Retórica da alteridade:** Portugal e os portugueses na historiografia brasileira. São Paulo: Editora Hedra, 2016.

MOREIRA, Márcio Macêdo. **Entre Britos e Gaudêncios:** cultura política e poder familiar nos Cariris Velhos da Paraíba (1930-1960). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. 2012.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: \_\_\_\_\_. (Org.) **Culturas Políticas na História:** novos estudos. Belo Horizonte, Arvgmentvm Editora, 2009, p. 13-37;

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo do liberalismo excludente:** da proclamação da República à Revolução de 1930. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 13-44.

NÓBREGA, Apolônio. **História Republicana da Paraíba.** João Pessoa: Departamento de publicidade e divisão de imprensa oficial, 1950.

NOLETO, Mauro Almeida. **Memória Jurisprudencial:** Ministro Epitácio Pessôa. Série memória jurisprudencial. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2009.

NORA, Pierre. **Entre memória e História:** A problemática dos lugares. In: Projeto História. São Paulo, n. 10, 1993, p. 7-28.

NUNES, João Pereira de Castro. **Alguns homens do meu tempo:** memórias e impressões. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1957.

OLIVEIRA, Deuzimar Matias. **Nas trilhas do cangaceiro Antônio Silvino:** tensões, conflitos e solidariedades na Paraíba (1897-1914). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande. 2011.

PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias (1989-1943):** A Bahia na Primeira República Brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PARADA, Maurício. **Educando corpos e criando a nação:** cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2009.

PARDELLAS. Carlos Alberto Pessôa. **Epitácio Pessôa:** na Europa e no Brasil. Brasília: FUNG, 2018.

PEDROSA, Pedro da Cunha. **Minhas próprias memórias (1863-1947).** Rio de Janeiro, RJ: Livraria e Editora AGIR, 1963.

PEREIRA, Flávia Borges. **Salvações no Nordeste:** política e participação popular. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito Além do Espaço: Por Uma História Cultural do Urbano. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 279-290, 1995.

\_\_\_\_\_. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Iere Journée d'Histoire des Sensibilités, EHESS 4 mars 2004*

\_\_\_\_\_. História, memória e centralidade urbana. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Debates*, 2007, [En línea], Puesto en línea el 05 enero 2007.

PESSÔA, Epitácio. **Discursos Parlamentares (1890-1893)**. Vol. I. Obras completas de Epitácio Pessoa. Vol. XX. Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, 1955.

\_\_\_\_\_. **Discursos Parlamentares (1912-1918)**. Obras completas de Epitácio Pessoa. Vol. VII. Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, 1955.

\_\_\_\_\_. **Na política da Paraíba** – Segunda fase 1912-1935. Vol. VII. Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, 1962.

\_\_\_\_\_. **Primeiros Tempos (1884-1909)**. Obras completas de Epitácio Pessoa. Vol. II. Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, 1965.

\_\_\_\_\_. **MISCELÂNEA**. Obras completas de Epitácio Pessoa. Vol. XX. Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, 1965.

PESSOA FILHO, Carlos. **Epitácio da Silva Pessoa**. João Pessoa: A União, 1998.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos. Memória 3**. Rio de Janeiro: Edições Vértice, 1989.

PRAZERES, Otto. Epitácio Pessôa. In: **Revista do IHGB**. Vol. XIII, João Pessoa, 1958, p. 93.

PROST, Antonie. Social e cultural indissociavelmente. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 123-137.

\_\_\_\_\_. **Doze lições sobre história**. Belo Horizonte, Autentica Editora, 2008.

QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

QUINTAS, Amaro. O sentido social da revolução praieira. *Revista de História*. 1950.

RÉMON, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RÊGO, André Heráclio do. **Família e coronelismo no Brasil** - uma história de poder. São Paulo: A Girafa, 2008.

REGO, J. L. **Doidinho**. 6.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

RIBEIRO, Hortênsio de Souza. **Vultos e fatos**. João Pessôa: Imprensa oficial, 1979.



RICOEUR, Paul. **Teoria da Interpretação: O discurso e o excesso de significação**. Reimp. – Biblioteca de Filosofia Contemporânea; 2ed. ISBN. 978-972-44-1573-4. 2009.

\_\_\_\_\_. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp 2007.

\_\_\_\_\_. **Tempo e Narrativa**. Vol. 3. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

\_\_\_\_\_. **Vivo até a morte: seguido de fragmentos**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

ROCHE, Daniel. **História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades dos séculos XVII ao XIX**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

\_\_\_\_\_. **A cultura das aparências: uma história da indumentária**. (séculos XVII-XVIII). São Paulo: Editora Senac, 2007.

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A Gangorra do Poder: Paraíba (1889-1930)**. João Pessoa: Editora da UFPB, 1989.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história conceitual do político**. Tradução de Paulo Martinez. In. Revista Brasileira de História, vol. 15, n. 30. São Paulo: ANPUH, Contexto, 1995.

\_\_\_\_\_. **Por uma história do político**. Tradução Christian Edward Cyril Lynch. São Paulo: Alameda, 2010.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica: Teoria da história. Fundamentos da ciência Histórica**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. **Reconstrução do Passado**. Brasília: editora Universidade de Brasília, 2010b.

SANDS, Noé Freire. **A invenção da nação: entre a monarquia e a república**. 2. ed. Goiânia: Editora UFG, 2011.

SANTANA, Martha M. F. de Carvalho. **Poder e Intervenção Estatal**. Paraíba (1930 -1940) João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2000.

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Os Domínios do Estado: a interventoria de Anthonor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932)**.

SARMENTO, Silvia Noronha. **A Raposa e a Águia**. J.J. Seabra e Rui Barbosa na Política Baiana da Primeira República. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia. 2009.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gerárd. **O Estado Espetáculo**. Tradução de Heloysa de Lima Dantas. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

SCOTT, John. Status. In. \_\_\_\_\_. Org. **Sociologia conceitos-chave**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

SCOTT, Ana Silva Volpi. Entre a “curva” e o “caso”: três décadas de história da família no Brasil. In. LIBBY, Douglas Cole; MENEZES, José Newton Coelho; FURTADO, Junia Ferreira. (orgs.). **História da Família no Brasil séculos XVIII, XIX e XX: Novas análises e perspectivas**. Belo Horizonte: Fino Traço.

SETTE, Mário. **Arruar**: história pitoresca do Recife Antigo. Editora: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1978.

SHAPOCHINICK, Nelson. Cartões Postais, álbuns de família e ícones da intimidade. In. NOVAIS, Fernando A. (Coord. Geral); SEVCENKO, Nicolau (Org. do volume). **História da Vida Privada no Brasil 3 – República: da Belle Époque à Era do Rádio**. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador**. D. Pedro II, um monarca nos Trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Waniéry Loyvia de Almeida. **Autoritarismo, repressão e propaganda**: a Paraíba no governo de Argemiro de Figueiredo. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPB. 2017.

SILVA, Tatiane Vieira da. **A fabricação de uma cidade monumentalizada**: memória, identidade e patrimônio em Umbuzeiro (PB). Dissertação apresentada a Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. 2015.

SILVA, Demócrito de Castro e. **Retrato vivo de paraibanos mortos**. São Paulo: Editora Saraiva, 1969.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Republicanism e federalismo**: um estudo da implantação da República brasileira (1889-1902). Brasília: Senado Federal, 1978.

\_\_\_\_\_. Poder e política na Paraíba: colônia e império. In. GURJÃO, Eliete de Queiroz; ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro. CITTADINO, Monique. (Orgs.) **Estrutura de poder na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1999.

STONE, Lawrence. Prosopografia. Ver. Sociol. Poli., Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137. 2011.

STOIANE, Raquel. **Da Espada à Águia**: construção simbólica do poder e legitimação política de Napoleão Bonaparte. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

TAVARES, Aurélio de Lyra. **Aristides Lobo e a República**. Rio de Janeiro: biblioteca do Exército, 1987.

TERCEIRO NETO, Dorgival. **Celso Mariz uma legenda entre os melhores escritores paraibanos**. João Pessoa: IHGP.

TERUYA, Marisa Tayra. **Uma trajetória sertaneja**: um século de poder e dispersão familiar na Paraíba 1870-1970. Tese de Doutorado em História apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo – USP. 2002.

VISCARDI, Claudia. **O teatro das oligarquias**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

VENÂNCIO, Giselle Martins. Roger Chartier (1945-). In. PARADA, Maurício. **Os historiadores: clássicos da História**. Vol. III. Petrópolis: Vozes PUC-Rio, 2014. p. 291-308.

VIDAL, Adhemar. **Recordações sentimentais de Epitácio Pessôa**. João Pessôa: artes gráficas reunidas, 1942.

\_\_\_\_\_. **Epitácio Pessôa ou o sentimento de autoridade**. João Pessôa: artes gráficas reunidas, 1942.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Ed. Guanabara: Rio de Janeiro, 1981.

ZOLA, Emile. **O paraíso das damas**. São Paulo: Estação Liberdade, 2008.